



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

ÁREA DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA
MATEMÁTICA E SEUS FUNDAMENTOS FILOSÓFICO-CIENTÍFICOS

**CAUSOS, CHIMARRÃO E AQUILOMBAGENS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA
SÃO MIGUEL (RS): REGISTROS E NARRATIVAS DAS/NAS RELAÇÕES ENTRE
ESCOLA, COMUNIDADE E EDUCAÇÃO MATEMÁTICA**

MAIÉLI MASTELOTO CRESTANI

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

**RIO CLARO – SP
2025**

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Campus de Rio Claro

MAIÉLI MASTELOTO CRESTANI

**CAUSOS, CHIMARRÃO E AQUILOMBAGENS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA
SÃO MIGUEL (RS):**

registros e narrativas das/nas relações entre escola, comunidade e educação matemática

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Educação Matemática.

Orientadora: Heloisa da Silva

Coorientador: Roger Miarka

Rio Claro – SP

2025

C922c

Crestani, Maiéli Masteloto

Causos, chimarrão e aquilombagens na Comunidade Quilombola São Miguel (RS) : registros e narrativas das/nas relações entre escola, comunidade e Educação Matemática / Maiéli Masteloto Crestani. -- Rio Claro, 2025

545 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro

Orientadora: Heloisa da Silva

Coorientadora: Roger Miarka

1. Educação Matemática. 2. Educação Quilombola. 3. Historia Oral. 4. Cartografia. 5. Políticas Públicas Educacionais para a população afro-brasileira. I. Título.

Impacto potencial desta pesquisa

O impacto da tese se alinha diretamente com os ODS 4 (Educação de Qualidade) e ODS 10 (Redução das Desigualdades), além do proposto ODS 18 (Igualdade Étnico-Racial). Cientificamente, inova ao conjugar História Oral e Cartografia no estudo da educação matemática quilombola. Socialmente, evidencia a luta pela efetivação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, valorizando saberes e resistência locais. Regional e nacionalmente, serve como subsídio técnico para políticas públicas educacionais antirracistas, promovendo o desenvolvimento sustentável através do reconhecimento cultural e da cidadania plena das comunidades quilombolas.

Potential Impact of this Research

The thesis's impact directly aligns with SDG 4 (Quality Education) and SDG 10 (Reduced Inequalities), in addition to the proposed SDG 18 (Ethnic-Racial Equality). Scientifically, it innovates by combining Oral History and Cartography in the study of Quilombola mathematics education. Socially, it highlights the struggle for the implementation of the National Curricular Guidelines for Quilombola School Education, valuing local knowledge and resistance. Regionally and nationally, it serves as technical input for anti-racist educational public policies, promoting sustainable development through cultural recognition and full citizenship for Quilombola communities.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Campus de Rio Claro

MAIÉLI MASTELOTO CRESTANI

**CAUSOS, CHIMARRÃO E AQUILOMBAGENS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA
SÃO MIGUEL (RS):**

registros e narrativas das/nas relações entre escola, comunidade e educação matemática

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Educação Matemática.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Heloisa da Silva
IGCE/UNESP/Rio Claro (SP)

Profa. Dra. Edimara Gonçalves Soares
Secretaria de Educação do Estado do Paraná

Prof. Dr. Antonio Filogenio de Paula Junior
FCA/UNICAMP/Limeira (SP)

Profa. Dra. Maria Ednéia Martins
UNESP/Bauru (SP)

Profa. Dra. Andreia Lunkes Conrado
IGCE/UNESP/Rio Claro (SP)

Conceito: Aprovado.

Rio Claro/SP, 30 de outubro de 2025.

AGRADECIMENTOS

Esta tese só pôde ser realizada graças ao auxílio, à dedicação e à compreensão de algumas pessoas. Sou grata a todos que, de alguma forma, contribuíram para sua concretização e, de modo especial, agradeço:

A minha mãe, Sueli de Fátima Masteloto Crestani; meu pai, Valdenir Francisco Crestani; e meu irmão, Elizandro Masteloto Crestani. Obrigada por acreditarem em mim, nos meus sonhos e por nunca permitirem que eu desistisse. Vocês são meus pilares e meus maiores exemplos de vida.

As pessoas da comunidade Quilombola São Miguel/RS e à Escola Manuel Albino Carvalho, que me acolheram — e acolheram esta pesquisa — com tanto carinho e cuidado.

Aos meus amigos que, mesmo diante da distância e das minhas ausências, sempre encontraram maneiras de se fazer presentes, oferecendo apoio e incentivo. Em especial, agradeço a Adrielen, Carolzinha, Jôkasta, Heinrich, Wanderson, Jorge, João e Lucas, que me acolheram em Rio Claro e se tornaram minha família naquele lugar — o nosso querido Cortiço.

As amigades construídas no PPGEM, pelas conversas que, por vezes, giravam em torno das preocupações com nossas pesquisas e, em outras, eram simplesmente sobre a vida, tornando todo esse processo mais leve. Aproveito para agradecer à Inajara, que, além de solucionar as questões burocráticas do doutorado, tornou-se uma amiga que me arrancou muitas risadas ao longo desse período.

Ao Ghoem e ao Coletivo Cronopies+, que foram espaços de escuta e acolhimento durante todo o processo de elaboração desta tese.

A Heloisa e ao Roger, pelas orientações e sugestões ao longo de todo o processo de construção da tese e, além disso, por todo o carinho e compreensão.

Aos membros da banca, Profa. Dra. Edimara Gonçalves Soares, Prof. Dr. Antonio Filogenio de Paula Junior, Profa. Dra. Andreia Lunkes Conrado e Profa. Dra. Maria Ednéia Martins, pelas suas contribuições.

Às professoras e aos professores do Programa de Pós-Graduação que contribuíram ao longo dessa caminhada.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) – código de financiamento 001.

RESUMO

Esta tese investiga historicamente o modo como ocorreu e vem ocorrendo a educação, em especial a educação matemática, para a população quilombola da comunidade de São Miguel, localizada na zona rural de Restinga Sêca, Rio Grande do Sul, certificada pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2004. O trabalho transcende a análise do ambiente escolar formal, abrangendo também os múltiplos fatores (culturais, sociais, históricos, econômicos e legais) que interferem na educação ofertada dentro e fora da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho, estendendo sua atenção para o próprio território da Comunidade Quilombola São Miguel. A construção metodológica pautou-se em um emaranhado de inspirações, combinando a cartografia – ao acompanhar processos inventivos e a produção de subjetividades no campo – com a História Oral. Tal abordagem, marcada por um período de vivência no campo, foi fundamental para o estabelecimento de confiança com os colaboradores da pesquisa e para a potencialização das sete entrevistas realizadas com oito colaboradores, permitindo a escuta e o registro de vozes multifacetadas sobre a educação na comunidade. A pesquisa evidencia que a legislação brasileira, embora abrangente na teoria, demonstra inúmeras falhas em sua efetivação na prática, observadas também no contexto da Escola Manuel Albino Carvalho. Esta fragilidade mostra-se como um reflexo da violência histórica e contínua sofrida pela comunidade, marcada pela luta centenária pelo direito à terra e pela negação de sua existência e identidade. Em contraponto aos desafios impostos pelo poder público e pela sociedade, o trabalho destaca as estratégias de resistência e preservação da comunidade de São Miguel. A oralidade, materializada na contação de causos que dá forma à tese, a religiosidade e as iniciativas como a Associação Comunitária Vovô Geraldo, o Grupo de Capoeira Paranauê Rei Zumbi e o Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi, configuram-se como formas essenciais de afirmar a identidade, rememorar lutas e manter viva a história e a cultura. Os resultados do trabalho ainda indicam que a educação quilombola, aquela que permeia a comunidade e valoriza seus costumes e histórias, é crucial para a preservação cultural e a busca pela cidadania plena. Contudo, a comunidade reivindica uma educação escolar que reconheça suas especificidades e efetivamente incorpore, valorize e respeite sua história e cultura, inclusive na educação matemática, combatendo a herança racista e a dívida social com os povos afrodescendentes. Visando tal direcionamento, apresenta-se um estudo sobre pesquisas da área da Educação Matemática compromissadas com tal reconhecimento e preservação das culturas quilombola e afro-brasileira na educação escolar. Por fim, uma das recomendações é a de que a implementação de políticas públicas educacionais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, embora conte com investigações que analisem sua efetividade, não deve depender de iniciativas particulares de pesquisadores, mas sim ser um movimento impulsionado pelas reivindicações das comunidades e apoiado pelas instituições públicas que, como constatado, paradoxalmente, têm imposto barreiras para a plena concretização desse direito.

Palavras-chave: História Oral; Cartografia; Educação Quilombola; Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho; Políticas Públicas Educacionais para a população afro-brasileira.

ABSTRACT

This his thesis historically investigates how education, particularly mathematics education, has occurred and continues to occur for the quilombola population of the São Miguel community, located in the rural area of Restinga Sêca, Rio Grande do Sul, certified by the Palmares Cultural Foundation in 2004. The work transcends the analysis of the formal school environment, also encompassing the multiple factors (cultural, social, historical, economic, and legal) that influence the education offered inside and outside the Manuel Albino Carvalho Municipal School of Early Childhood Education and Elementary Education, extending its attention to the territory of the São Miguel Quilombola Community itself. The methodological construction was based on a tangle of inspirations, combining cartography – by following inventive processes and the production of subjectivities in the field – with oral history. This approach, marked by a period of field experience, was fundamental to establishing trust with the research collaborators and to enhancing the seven interviews conducted with eight collaborators, allowing for the listening and recording of multifaceted voices regarding education in the community. The research highlights that Brazilian legislation, while comprehensive in theory, demonstrates numerous flaws in its implementation in practice, also observed in the context of the Manuel Albino Carvalho School. This fragility reflects the historical and ongoing violence suffered by the community, marked by the centuries-old struggle for land rights and the denial of its existence and identity. In contrast to the challenges imposed by government and society, the work highlights the resistance and preservation strategies of the São Miguel community. Orality, embodied in the storytelling that informs the thesis, religiosity, and initiatives such as the Vovô Geraldo Community Association, the Paranauê Rei Zumbi Capoeira Group, and the Herdeiros de Zumbi Afro Dance Group, are essential ways to affirm identity, commemorate struggles, and keep history and culture alive. The results of the work also indicate that quilombola education, which permeates the community and values its customs and stories, is crucial for cultural preservation and the pursuit of full citizenship. However, the community demands a school education that recognizes its specificities and effectively incorporates, values, and respects its history and culture, including in mathematics education, combating the racist legacy and the social debt owed to Afro-descendant peoples. Toward this end, this study presents research in the field of mathematics education committed to recognizing and preserving quilombola and Afro-Brazilian cultures in school education. Finally, one of the recommendations is that the implementation of public educational policies, such as the National Curricular Guidelines for Quilombola School Education, while supported by research analyzing their effectiveness, should not depend on private initiatives by researchers, but rather be a movement driven by the communities' demands and supported by public institutions that, paradoxically, have imposed barriers to the full realization of this right.

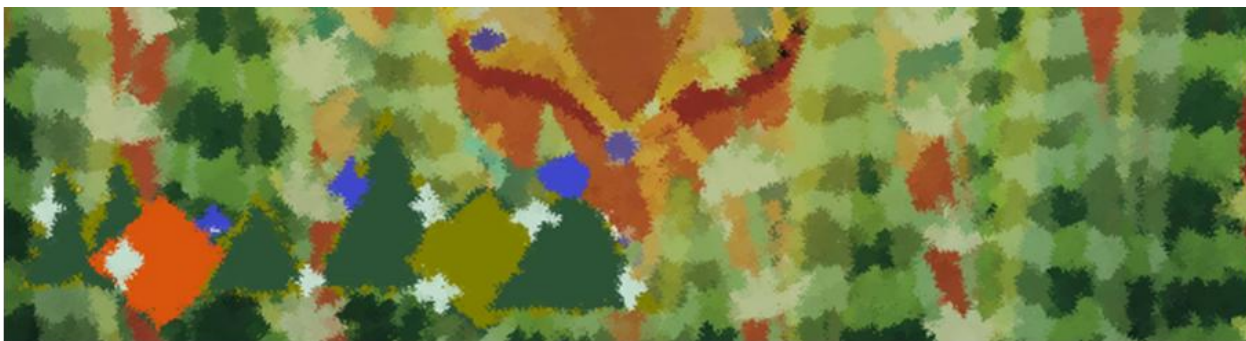
Keywords: Oral History; Cartography; Quilombola Education; Manuel Albino Carvalho Municipal School of Early Childhood Education and Elementary Education; Public Educational Policies for the Afro-Brazilian population.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: UM CAUSO SOBRE COMO CHEGUEI ATÉ AQUI	13
1.1	REFERÊNCIAS.....	26
2	UM CAUSO SOBRE OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	29
2.1	REFERÊNCIAS.....	50
3	LEGISLAÇÃO BRASILEIRA QUANTO À EDUCAÇÃO VOLTADA PARA A POPULAÇÃO AFRO-BRASILEIRA: UM CAUSO SOBRE AQUELA VELHA HISTÓRIA "NA TEORIA UMA COISA, NA PRÁTICA OUTRA"	54
3.1	REFERÊNCIAS.....	74
4	“O TEU OLHO É DESSA COR SÓ NA LUA CHEIA?”: UM CAUSO SOBRE VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DE UMA PESQUISADORA/EDUCADORA MATEMÁTICA NO CAMPO.....	81
4.1	REFERÊNCIAS.....	119
5	CAUSOS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO MIGUEL E DA ESCOLA QUILOMBOLA MANUEL ALBINO DE CARVALHO: COM A PALAVRA, AS ENTREVISTADAS E OS ENTREVISTADOS	123
5.1	“TEM COISAS QUE REVOLTAM, QUE OFENDEM...”	123
5.1.1	<i>Albana Pereira Menezes.....</i>	125
5.1.2	<i>Referências</i>	151
5.2	“SER PROFESSORA PARA PLANTAR UMA SEMENTINHA”	153
5.2.1	<i>Alceri de Fátima Lemos da Silva</i>	154
5.2.2	<i>Referências</i>	177
5.3	“MUITAS VEZES, VOCÊ FALA E FICA ECOANDO, ECOANDO E NÃO...”	178
5.3.1	<i>Adriela de Souza Brito Rosa</i>	179
5.3.2	<i>Referências</i>	216
5.4	“CAPOEIRA É TRANSFORMAÇÃO”	217
5.4.1	<i>Roberto Juliano da Silva Rosa.....</i>	218
5.4.2	<i>Referências</i>	265
5.5	“CIDADANIA PLENA A GENTE ALCANÇA QUANDO CONSEGUE TER UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE” 266	
5.5.1	<i>Fabiana Leonir Rosa e Roberto Potácio Rosa</i>	268
5.5.2	<i>Referências</i>	315
5.6	“A RELIGIÃO É ONDE NOS FORTALECEMOS”	317
5.6.1	<i>Vera Lucia Teresinha Rodrigues e Denise Maria Rodrigues Vieira</i>	318
5.6.2	<i>Referências</i>	336
5.7	“DOS RETALHOS QUE ME FORMAM”	337

5.7.1	<i>Elisane Dotto</i>	338
5.7.2	<i>Referências</i>	356
6	COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO SÃO MIGUEL: UM CAUSO SOBRE TERRITÓRIO, RESISTÊNCIA, RESILIÊNCIA E PERTENCIMENTO	358
6.1	REFERÊNCIAS.....	396
7	ESCOLA QUILOMBOLA: UM CAUSO SOBRE A EDUCAÇÃO OFERTADA À POPULAÇÃO DA/NA COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO MIGUEL E SUAS LUTAS PELO ACESSO AO SISTEMA OFICIAL DE EDUCAÇÃO	399
7.1	REFERÊNCIAS.....	454
8	DAS MATEMÁTICAS QUE MORAM EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS: UM CAUSO SOBRE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E SUAS POTÊNCIAS	458
8.1	REFERÊNCIAS.....	484
9	MEUS DESASSOSSEGOS SENTAM NA VARANDA	489
9.1	REFERÊNCIAS.....	496
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE APOIO PARA AS ENTREVISTAS	500
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA COLABORADORA ALBANA PEREIRA MENEZES	501
	APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA COLABORADORA ALCERI DE FATIMA LEMOS DUTRA DA SILVA	505
	APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA COLABORADORA ADRIELA DE SOUZA BRITO ROSA	509
	APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO COLABORADOR ROBERTO JULIANO DA SILVA ROSA.....	512
	APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA COLABORADORA FABIANA LEONIR ROSA.....	516
	APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO COLABORADOR ROBERTO POTÁCIO ROSA.....	520
	APÊNDICE H - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA COLABORADORA VERA LUCIA TERESINHA RODRIGUES	524
	APÊNDICE I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA COLABORADORA DENISE MARIA RODRIGUES VIEIRA	528
	APÊNDICE J - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA COLABORADORA ELISANE DOTTO	532
	APÊNDICE K – CARTA DE CONCESSÃO DA COLABORADORA ALBANA PEREIRA MENEZES.....	536
	APÊNDICE L – CARTA DE CONCESSÃO DA COLABORADORA ALCERI DE FATIMA LEMOS DUTRA DA SILVA	537
	APÊNDICE M – CARTA DE CONCESSÃO DA COLABORADORA ADRIELA DE SOUZA BRITO ROSA	538

APÊNDICE N – CARTA DE CONCESSÃO DO COLABORADOR ROBERTO JULIANO DA SILVA ROSA	539
APÊNDICE O – CARTA DE CONCESSÃO DA COLABORADORA FABIANA LEONIR ROSA	540
APÊNDICE P – CARTA DE CONCESSÃO DO COLABORADOR ROBERTO POTÁCIO ROSA	541
APÊNDICE Q – CARTA DE CONCESSÃO DA COLABORADORA VERA LUCIA TERESINHA RODRIGUES	542
APÊNDICE R – CARTA DE CONCESSÃO DA COLABORADORA ELISANE DOTTO	543
543	
ANEXO A – FICHA CADASTRAL	544
ANEXO B – TERMO DE ANUÊNCIA DA EMEIEF MANUEL ALBINO CARVALHO	545



*Fogo!...Queimaram Palmares,
Nasceu Canudos.
Fogo!...Queimaram Canudos,
Nasceu Caldeirões.
Fogo!...Queimaram Caldeirões,
Nasceu Pau de Colher.
Fogo!...Queimaram Pau de Colher...
E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades
que os vão cansar se continuarem queimando
Porque mesmo que queimem a escrita,
Não queimarão a oralidade.
Mesmo que queimem os símbolos,
Não queimarão os significados.
Mesmo queimando o nosso povo,
Não queimarão a ancestralidade.
(Nego Bispo)¹*

¹ SANTOS, A. B. dos. Colonização, Quilombos: modos e significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

1 INTRODUÇÃO: UM CAUSO SOBRE COMO CHEGUEI ATÉ AQUI

Figura 1 - Estrada da Comunidade Quilombola São Miguel



Fonte: acervo da autora.

Oi, meu nome é Maiéli Masteloto Crestani, nasci dia dois de janeiro de 1997 no hospital de uma pequena cidade no interior do Rio Grande do Sul, ou seja, sou gaúcha. Sou uma mulher branca, alta, alta mesmo, com 1,78 m, de olhos verdes, um cabelo em uma tonalidade alaranjada, então digo que sou ruiva. Sou formada em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal de Santa Maria, que fica na região central do Rio Grande do Sul, e possuo mestrado em Educação Matemática pela mesma universidade. Cursei o doutorado em Educação Matemática no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, na Universidade Estadual Paulista, campus de Rio Claro, onde participo do Grupo História Oral e Educação Matemática, o *Ghoem*¹ e do *Cronopies*⁺².

¹ Conheça o *Ghoem* em: <https://www2.fc.unesp.br/ghoem/>.

² Conheça o Coletivo *Cronopies*⁺ em: <https://coletivocronopixs.wixsite.com/colectivocronopi>.

Acho que faz sentido eu me apresentar assim antes de puxar a cadeira para me sentar nessa roda de chimarrão e começar a contar o caso sobre como cheguei até aqui, o que me motivou a trilhar esse caminho e que caminho foi esse. E o aqui que me refiro, é desenvolver uma pesquisa com a Comunidade Quilombola São Miguel e com a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho, que ficam localizadas na região central do Rio Grande do Sul, pesquisa esta que tem por objetivo principal investigar historicamente de que modo ocorreu/vem ocorrendo a educação, em especial a educação matemática, para a população dessa comunidade.

Bem, como falei sou de uma pequena cidade do interior do Rio Grande do Sul, na verdade, eu sou do interior, da cidade do interior, isso quer dizer que até os meus 15 anos eu morei na zona rural desta cidade. Sou filha de produtores rurais, agricultores, pelas histórias que ouvi da minha mãe e do meu pai, ambas as famílias vieram da Itália e, desde os primeiros que chegaram ao Brasil, essa foi a profissão exercida.

Eu estudei desde a primeira série do Ensino Fundamental, sim, na época que estudei ainda era chamado de série, e o Ensino Fundamental era de oito anos³, até o segundo ano do Ensino Médio em uma escola localizada na zona rural, andava cerca de 30 minutos de ônibus até chegar à escola. Me recordo de quando eu voltava da escola, isso ainda na primeira série, a primeira coisa que fazia era ir mostrar para a minha mãe o que eu tinha feito ou o livro que eu havia trazido para casa para ler, desde essa época falava que queria ser professora, ao menos é o que me recordo. A minha mãe já tem lembranças de eu mais nova, antes de entrar na escola, ela conta das várias vezes que o meu irmão mais velho estava estudando, ela ajudando, e eu me intrometia, porque queria aprender. Segundo o que minha mãe conta, desde ali eu dizia que queria seguir essa profissão.

Com o passar dos anos, enquanto estava na escola, pensei em outras profissões, mas nunca abandonei a ideia de ser professora. Ainda no segundo ano do Ensino Médio, com os meus 15 anos, eu saí de casa para fazer curso de informática básica, porque eu queria sair para estudar e morar na zona rural era complicado, pois lá nem sequer pegava sinal de celular sem uma antena, imagina internet. Então, para seguir os estudos eu tinha consciência de que precisava buscar outras

³ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Seção III

Do Ensino Fundamental

Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública [...] (Brasil, 1996, p. 14).

oportunidades em outros lugares. Fiz esse curso em quatro meses e nesse período eu morava na zona urbana da minha cidade, São Francisco de Assis⁴ e continuava a estudar na minha escola, na zona rural. Nesse período em que fiz esse curso morei na casa de uma tia minha.

Finalizei o curso de informática em janeiro de 2013, voltei para a casa dos meus pais, mas fiquei ali apenas um final de semana, porque fui chamada para trabalhar em uma fábrica de calçados na cidade vizinha, Nova Esperança do Sul⁵. Devido ao trabalho, eu comecei a cursar o terceiro ano do Ensino Médio à noite naquela cidade. No início do ano letivo, a escola recebeu a visita do Instituto Federal Farroupilha do campus de Jaguari⁶, era um campus novo que estava abrindo vagas para alguns cursos técnicos, entre eles administração, e estavam visitando a escola para ver quem tinha interesse em fazer esses cursos, que aplicariam uma prova básica, naquele dia mesmo. Eu fiz a prova, afinal administração era um dos cursos que eu já havia cogitado fazer, mas segui trabalhando e já havia esquecido disso. Até que eu recebi a notícia de que havia passado e que poderia cursar se quisesse, porém eu trabalhava o dia todo na fábrica e o curso era à tarde. Foi então que na semana seguinte recebi outra notícia, eu havia sido chamada para trabalhar como monitora em uma escola de Educação Infantil. Logo que tinha chegado na cidade, eu havia feito uma prova para ser estagiária em órgãos públicos no município. Coincidência? Não sei! Mas o fato é que larguei o trabalho na fábrica, comecei a trabalhar como monitora na escola no turno de manhã, a fazer o curso técnico à tarde e continuei com o terceiro ano à noite.

Era uma rotina corrida para quem tinha 16 anos, mas isso não me fez desistir de querer cursar uma graduação. Porém, com base nas experiências que estava tendo na escola e no curso técnico, já estava descartando a possibilidade de fazer pedagogia, pois apesar de amar trabalhar com crianças pequenas, não era aquilo que eu queria. E no curso técnico, eu seguia gostando muito de administração, mas a minha primeira opção continuava sendo matemática. Desde pequeninha, tive facilidade com a disciplina, além disso tive uma professora que me inspirou muito, então quando chegou o período de escolher o curso que gostaria de fazer nos vestibulares e Enem⁷, me

⁴ Município sul-rio-grandense, localizado na região do Vale do Jaguari, distante 431 km da capital Porto Alegre e 199 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

⁵ Município sul-rio-grandense, localizado na região do Vale do Jaguari, distante 432 km da capital Porto Alegre e 200 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

⁶ Município sul-rio-grandense, localizado na região do Vale do Jaguari, distante 400 km da capital Porto Alegre e 170 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

⁷ Exame Nacional do Ensino Médio.

inscrevi para Matemática, onde havia essa possibilidade, e para Arquitetura e Urbanismo e Análise e Desenvolvimento de Sistemas nas universidades que não havia o curso de Matemática.

Acabei passando nas quatro universidades que me inscrevi por meio dos vestibulares ou Enem, mas escolhi aquela que me brilhava os olhos, a UFSM⁸. Ali eu tinha escolhido Licenciatura em Matemática e já tinha ouvido falar tanto dessa universidade, que quando recebi a notícia que havia passado eu não acreditei. Estava na casa dos meus pais e recebi a notícia através da ligação de uma amiga, naquele dia meus pais e meu irmão escutaram tantas vezes eu falar “eu passei” do nada, em meio a conversas aleatórias.

Passada toda a burocracia, as várias viagens até Santa Maria para conseguir realizar a matrícula, em março de 2014 comecei a minha vida acadêmica. Foi tudo muito novo, porque apesar de ter saído de casa com 15 anos, sempre morei com familiares de alguma forma, e ali eu iria morar na Casa do Estudante Universitário, dividindo quarto e apartamento com pessoas completamente desconhecidas. Foi uma experiência desafiadora e enriquecedora. Mas foi graças a essa possibilidade de estudar em uma instituição pública, morar na Casa do Estudante, sem gastos com questões relacionadas à moradia, como água, luz, internet e aluguel e ter acesso ao restaurante universitário, o qual na maior parte do tempo foi totalmente gratuito, que consegui cursar uma graduação.

O primeiro semestre foi impactante, era outra realidade, nada daquilo que esperava aprender em um curso de matemática, eu aprendi ali. Mas com o passar do tempo acabei me adaptando, porém a cada semestre que passava eu sentia falta de uma formação mais didática, pois as disciplinas, em sua maioria abordavam a matemática pela matemática e não era aquilo que eu queria. No quarto semestre, até tentei fazer uma troca interna e migrar para o curso de administração, mas não havia vagas.

Acabei continuando no curso e comecei a me aproximar de projetos voltados para o ensino da matemática, pois até então eu havia participado do PET⁹ Matemática, e nele não era desenvolvida nenhuma atividade com escolas, os projetos circulavam dentro da universidade, como o grupo de pesquisa que eu participava, que era na área de Matemática Pura. Então, no início de 2016, comecei a dar aulas virtuais como bolsista para estudantes participantes do Programa de

⁸ Universidade Federal de Santa Maria.

⁹ Programa de Educação Tutorial.

Iniciação Científica Júnior da OBMEP¹⁰, chamado de PIC. Em 2017, participei do PIBID¹¹, e por isso acabei frequentando escolas da cidade de Santa Maria desenvolvendo projetos, porém como estava com muitas disciplinas e continuava dando aula como voluntária no PIC, acabei deixando o PIBID no segundo semestre de 2017 e voltei a ser bolsista nesse outro Programa. Acabou sendo uma escolha estratégica devido à situação que me encontrava, mas ambos os programas foram fundamentais para eu continuar cursando matemática, pois ali eu acabei me aproximando da área da educação e percebi que era esse o caminho que queria trilhar.

Porém, mesmo participando desses projetos, eu só havia tido uma visão genérica de educação nos ambientes que tinha frequentado até aquele momento. Foi então, que no primeiro semestre de 2017, afetada por essa minha vontade de seguir na área da educação e conhecer mais sobre, fiz a minha matrícula na disciplina Políticas Públicas e Gestão das Modalidades Educativas, esta não era uma disciplina obrigatória, ela entrava na carga horária de 180h que o curso destinava para as chamadas Disciplinas Complementares de Graduação, disciplinas essas que o aluno pode escolher dentro do curso de matemática ou em outros. Durante as aulas dessa disciplina, tomei conhecimento sobre a existência da modalidade educativa de Educação Escolar Quilombola e sobre alguns aspectos que a envolviam, nas aulas também discutimos questões sobre a educação voltada para as relações étnico-raciais.

Foi a partir dessas discussões que virou a chave, que me dei conta da formação que estava recebendo, no caso da formação que não estava recebendo, não que não tivesse me questionado sobre temáticas relacionadas a isso em algum momento, mas foi a partir daí que elas tomaram força, que uma indignação e vontade de saber mais sobre aqueles assuntos me arrebatou, pois não fazia mais sentido pra mim, me formar sem estudar o mínimo sobre isso. Como que eu daria aula em uma escola quilombola se nem sequer sabia que elas existiam? Como eu abordaria as questões sobre racismo em minhas aulas, por exemplo? Iria usar a desculpa de que a minha formação era em matemática então isso não competia à minha área? Para mim era um absurdo uma situação dessas acontecer.

Então, motivada e indignada com a situação que me deparei, decidi fazer o Trabalho de Conclusão de Curso sobre Educação Escolar Quilombola, para isso comecei a pesquisar sobre comunidades quilombolas e se existia alguma nas redondezas de Santa Maria. Encontrei várias e,

¹⁰ Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas.

¹¹ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

então, afunilei a pesquisa para saber se existiam escolas localizadas nessas comunidades e me deparei com duas escolas localizadas em território quilombola, a Escola Estadual de Ensino Fundamental São João Batista, da cidade de Formigueiro e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho, da cidade de Restinga Sêca. Acabei realizando um trabalho de conclusão de curso (TCC) que tinha por objetivo *investigar sobre o processo de ensino do Componente Curricular Matemática em escolas inseridas em comunidades quilombolas*¹² nessas duas escolas. Foi nesse momento que eu “conheci” a comunidade quilombola de São Miguel, vou usar entre aspas aqui, pois no TCC eu apenas realizei questionários com professores de matemática e com algum membro da equipe diretiva das escolas. Sendo que visitei a escola da cidade de Formigueiro uma única vez e a escola de Restinga Sêca duas ou três vezes. Neste trabalho foi evidenciada a falta de conhecimento sobre os aspectos da modalidade educativa de Educação Escolar Quilombola, e que a educação ofertada, principalmente na Escola Manuel Albino, pouco fazia relação entre o contexto da comunidade, e quando isso acontecia não era na disciplina de matemática¹³.

Finalizei a graduação no primeiro semestre de 2018 e, no segundo, ingressei no mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Ensino de Física, também na UFSM. Ingressei com um projeto que tinha como objetivo continuar e aprofundar os estudos que realizei no TCC, visto que durante o desenvolvimento do trabalho identifiquei muitas lacunas sobre este tema e ainda havia muita coisa que eu não conhecia. Mas o projeto sofreu algumas alterações, e nesse processo eu tomei conhecimento sobre materiais didáticos e de apoio pedagógico mencionados no *site* do Ministério da Educação que eram destinados à Educação Escolar Quilombola. Pesquisei um pouco mais e descobri que esses materiais foram enviados para escolas quilombolas, então pensei em pesquisar como esses materiais eram utilizados nas escolas e, principalmente, nas aulas de matemática.

Antes de continuar, vale fazer um adendo para explicar e diferenciar algumas coisas, como explicarei no caso sobre legislação desta tese, seguindo o que está posto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, escolas quilombolas são aquelas inseridas em território quilombola. Educação Escolar Quilombola é uma modalidade educativa, e como uma modalidade, ela visa atender a um determinado público, nesse caso, o quilombola,

¹² (Crestani, 2018, p. 11).

¹³ (Crestani, 2018).

podendo ser desenvolvida em todas as modalidades e etapas da Educação Básica, e deve ser ofertada em todas as escolas que recebem estudantes quilombolas, sejam essas escolas quilombolas ou não¹⁴. Além desses termos, em alguns momentos da pesquisa falo sobre educação quilombola, e quando utilizo esta expressão me referindo a algo mais abrangente, algo que ocorre dentro das comunidades, como a troca de saberes em uma roda de conversa com pessoas mais velhas, por exemplo, mas também da troca de saberes que acontece na escola, pois esse é um espaço da comunidade, frequentado por pessoas desta.

Então, decidido o que gostaria de pesquisar, entrei em contato com secretarias de educação de cidades que sabia que havia comunidades quilombolas e diretamente com escolas que eu já tinha o conhecimento que ficavam em território quilombola falando sobre os materiais. As respostas eram de que não haviam recebido esses materiais, e as secretarias insistiam em dizer que em seus municípios, onde eu sabia que havia escolas quilombolas, não tinha esse tipo de escola e por isso não tinham recebido tal material. Essa, inclusive, foi a resposta da Secretaria Municipal de Educação de Restinga Sêca, a qual afirmava, como em 2017 quando entrei em contato para fazer a pesquisa de TCC, que no município, todas as escolas eram “normais” (ou regulares). Percebi, então, que havia um certo desconhecimento ou desatenção sobre essa questão que, na ocasião, não ficou claro para mim o porquê. Mas com o passar do tempo, estudando sobre o assunto, vivenciando esses espaços, percebi que não se tratava apenas disso, desconhecimento. Há também por parte dos órgãos públicos um movimento estratégico em negligenciar essas escolas e comunidades, pois assim eles não precisam se comprometer com políticas públicas que as atendam, e isso, posteriormente, mostrou-se bastante evidente e muito rapidamente a mim, durante o desenvolvimento desta pesquisa.

Por fim, naquela ocasião, acabei optando por realizar uma pesquisa bibliográfica no mestrado, mas sem me afastar de questões relacionadas à educação quilombola. Assim, a pesquisa tinha por objetivo *analisar se e como o conteúdo matemático é abordado nos materiais publicados no site do Ministério da Educação, disponíveis na plataforma da modalidade educativa Educação Escolar Quilombola*¹⁵. Os materiais analisados no mestrado foram os seguintes: Quilombos: espaço de resistência de homens e mulheres negras¹⁶; Orientações e Ações para a Educação das

¹⁴ (Brasil, 2012).

¹⁵ (Crestani, 2020, p. 21).

¹⁶ (Barbosa, 2005).

Relações Étnico-Raciais¹⁷; Dimensões da inclusão no Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola¹⁸; Uma história do povo Kalunga¹⁹; Yoté: o jogo da nossa história²⁰; Estórias Quilombolas²¹; e Minas de Quilombos²². A pesquisa de mestrado resultou na dissertação intitulada “Educação Escolar Quilombola: a matemática presente em materiais publicados no *site* do Ministério da Educação”.

Em meio ao caos causado pela pandemia de COVID-19 no ano de 2020, antes mesmo de concluir o mestrado, realizei o processo seletivo para ingresso no Programa de Pós-graduação em Educação Matemática da Unesp de Rio Claro. Acabei passando com um projeto voltado para a educação das relações étnico-raciais, mas não especificamente para a educação quilombola, pois essa temática ainda era algo que me interessava e que sentia não ter estudado e conhecido o suficiente. Além disso, enquanto desenvolvia o TCC e a dissertação, pesquisando sobre o tema, era nítido que havia poucas pesquisas sobre o assunto, ainda existia uma lacuna quando se falava sobre educação matemática relacionada a questões étnico-raciais e educação quilombola. Uma lacuna que entendo que ainda existe.

Durante o primeiro ano do doutorado, o projeto passou por algumas alterações, isso foi causado por conversas que tive com a minha orientadora contando sobre as pesquisas que tinha realizado no TCC e no mestrado. Em uma dessas conversas, ela me perguntou se eu não gostaria de continuar, de certa forma, a pesquisa que realizei na graduação, eu aceitei a proposta, pois a temática da educação quilombola é algo que me motiva, que quero saber mais e que vejo uma necessidade de ser abordada dentro da área de Educação Matemática. Então, o projeto foi reformulado para o que deu origem a esta pesquisa.

É dessa forma que acabei retornando para o Rio Grande do Sul, para Restinga Sêca, para a Comunidade Quilombola São Miguel e, conseqüentemente, para a Escola Manuel Albino Carvalho. Então, acho importante antes de continuar a falar da pesquisa, falar sobre o local onde ela aconteceu, contar um pouco sobre Restinga Sêca, essa pequena cidade da região central do Rio Grande do Sul.

¹⁷ (Brasil, 2006).

¹⁸ (Braga; Souza; Pinto, 2005).

¹⁹ (Oliveira, 2001).

²⁰ (Brasil, 2010).

²¹ (Moura, 2010).

²² (Barbosa, 2010).

Figura 2 – Mapa com a localização da cidade de Restinga Sêca



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Restinga_S%C3%A7a.

Segundo as informações do censo de 2022 do IBGE²³, a área territorial do município é de 968,620 km² e a população é de 14.939 pessoas²⁴. Nessa pequena cidade há três comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares. As comunidades quilombolas de Rincão dos Martimianos e São Miguel foram certificadas no ano de 2004, mas somente Rincão dos Martimianos que já possui a titulação de suas terras pelo INCRA - explicarei melhor sobre esses processos no caso sobre o quilombo. A Comunidade Quilombola Vó Fermina e Vó Maria Eulina, conhecida como Barro Vermelho, foi a última comunidade a entrar com o processo na Fundação, em 2019, e foi certificada nesse mesmo ano, também não possui titulação das terras.

No mapa a seguir é possível ver a localização dessas comunidades. Como disse, a comunidade Vó Fermina e Vó Maria Eulina é conhecida como Barro Vermelho, pois fica dentro de uma localidade que recebe esse nome; já a comunidade de São Miguel, no mapa, fica localizada em São Miguel Velho, porque também está dentro dos limites de localidade com esse nome. É

²³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Órgão federal responsável por realizar o Censo Demográfico do país.

²⁴ (IBGE, 2023b).

do e-SUS. Ela me informou que na localidade vivem 40 famílias de origem alemã ou italiana e 184 famílias quilombolas. Nem todas as famílias quilombolas vivem no território da Comunidade Quilombola São Miguel, que no mapa que apresento é chamada de São Miguel dos Pretos.

Figura 4 – Mapa da Comunidade quilombola São Miguel



Fonte: Livro Quilombos de Restinga.

Quando penso no quantitativo de famílias e de pessoas que comentei como base dos dados que obtive, tenho um certo estranhamento, pois se há 184 famílias só na localidade de São Miguel Velho, ainda falta contabilizar as famílias de mais duas comunidades quilombolas, será que o quantitativo de pessoas será somente de 756 pessoas no município? Pois, minimamente, eu conheço as famílias da comunidade quilombola de São Miguel e sei que elas não são pequenas, ao ponto de serem compostas por duas pessoas somente, por exemplo. Então, me questiono, o porquê de apenas 756 pessoas se autodeclararem quilombolas no município?

Continuando a contar da comunidade, em seu território há uma escola, a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho, que foi fundada na década de 1960, graças a lutas dos moradores da comunidade. A nomenclatura da escola passou por outras alterações, fato que contarei para vocês em outro momento, mas o nome Manuel Albino Carvalho, pertencente à comunidade quilombola, foi uma conquista representativa e importante para a comunidade quilombola.

Como já contei para vocês um pouquinho sobre o contexto da cidade, da comunidade, e da escola que essa pesquisa acontece, quero falar agora sobre quais são os meus objetivos com esta pesquisa de doutorado. Então, ela tem como objetivo principal investigar historicamente de que modo ocorreu/vem ocorrendo a educação, em especial a educação matemática, para a população da comunidade quilombola de São Miguel, localizada na zona rural do município de Restinga Sêca, no estado do Rio Grande do Sul. E como objetivos específicos: Identificar, sistematizar e discutir as produções relativas à educação matemática e a população quilombola; Problematicar os desafios e as potencialidades da educação (matemática) proposta na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho, localizada no município de Restinga Sêca-RS; Produzir fontes históricas orais e escritas que abordem as relações existentes entre os processos de educação, educação matemática e os de construção e implementação de cidadania plena de quilombolas; Problematicar e discutir possíveis articulações entre o estudado nas legislações e na literatura em Educação Matemática sobre o assunto e o que os entrevistados relatam nesta pesquisa.

Com base nos questionamentos, nas reflexões e nas vivências e experiências que já tive em relação a Educação, a Educação Matemática e a educação quilombola de uma forma geral, foi estruturada a questão investigativa desta pesquisa, a qual se refere a: *como se deu/têm se dado a educação, em especial a educação matemática, para a população quilombola da comunidade de São Miguel?*

Algo que não comentei ainda, mas que é importante de se mencionar é a forma escolhida para a escrita desta tese. Escolhi escrever em modo de causos, mas não aquele caso contado de uma forma engraçada, como Rolando Boldrin²⁶ fazia, por exemplo. O modo como conto os causos aqui têm uma explicação afetiva. Como contei, saí de casa cedo, com 15 anos, então algo que se

²⁶ Rolando Boldrin foi um ator, compositor, cantor, apresentador e, contador de causos. Os causos contados por ele, em sua maioria, eram histórias com foco na cultura popular e com um cunho engraçado.

tornou comum sempre quando vou visitar a minha família é escutar a seguinte frase “senta aqui, vamos tomar uns mates e tu me conta uns causos”. Esses causos são na verdade histórias sobre o que vivi enquanto estava longe, sobre o que ando estudando, o que ando fazendo, sobre a minha pesquisa e vários outros assuntos. Assim, eu fiz essa tentativa de escrita em causos ao longo da tese, tentativa pois ainda sinto que às vezes isso escapou. Outro motivo, é que para mim esse modo de escrita conversa com o tom da oralidade que quero manter ao longo do trabalho, considerando inclusive nossas aspirações em presentear a comunidade quilombola São Miguel com esta tese. Com isso, esperamos que esta venha a ser uma materialização das tantas histórias por eles contadas oralmente para as suas diferentes gerações, mas também para nós, neste trabalho e, ao mesmo tempo, consiga cumprir com as exigências acadêmicas de uma tese de doutorado.

Explicado como cheguei até essa pesquisa de doutorado, de uma forma resumida, mas minimamente explicado, acho importante avisar para vocês como a tese está organizada. Então, no caso seguinte a este, chamado de *Um caso sobre os caminhos metodológicos da pesquisa*, eu vou falar sobre a metodologia que foi sendo composta na realização dessa pesquisa. Nele conto um pouco sobre as nossas escolhas, os caminhos percorridos, as etapas da pesquisa e os procedimentos empregados. O terceiro caso contado, *Legislação brasileira quanto à educação voltada para a população afro-brasileira: um caso sobre aquela velha história "na teoria uma coisa, na prática outra"*, é sobre a legislação educacional brasileira, mas não ela como um todo, pois isso seria inviável. Nesse caso, falo um pouco sobre certos pontos da legislação que entendo afetar direta ou indiretamente a educação voltada para a população quilombola.

O que vem na sequência, o caso sobre o campo de pesquisa, *“O teu olho é dessa cor só na lua cheia?”: um caso sobre vivências e experiências de uma pesquisadora/educadora matemática no campo*, nesse sou eu contando sobre as minhas experiências e vivências no período em que estive em campo e sobre a minha preparação para estar lá. Em seguida, não é apenas um caso e nem um caso contado por mim, de certa forma. Encaro as textualizações das entrevistas como causos contados por cada colaboradora e colaborador da comunidade quilombola que tornou essa pesquisa possível, trata-se de *Causos da comunidade quilombola São Miguel e da escola quilombola Manuel Albino de Carvalho: com a palavra, as entrevistadas e os entrevistados*. Os causos das colaboradoras e colaboradores, contados em momentos de entrevistas, estão na ordem como essas foram acontecendo.

Um caso sobre a Comunidade Quilombola São Miguel, a sua constituição e sobre aspectos gerais que envolvem a oficialização de um quilombo no Brasil não poderia faltar, então, *Comunidade Remanescente de Quilombo São Miguel: um caso sobre território, resistência, resiliência e pertencimento* é o caso que vem logo após as colaboradoras e colaboradores desta pesquisa contarem os seus casos. Em seguida, em *Escola Quilombola: um caso sobre a educação ofertada à população da/na Comunidade Quilombola São Miguel e suas lutas pelo acesso ao sistema oficial de educação*, conto sobre a educação ofertada para a população da Comunidade Quilombola São Miguel e sobre a Escola Manuel Albino Carvalho, a sua formação, relação com a comunidade e como ela está organizada. Depois, em *Das matemáticas que moram em comunidades quilombolas: um caso sobre pesquisas em educação matemática e suas potências* conto sobre relação entre educação quilombola e educação matemática, trazendo pesquisas da área para a conversa, e por fim em *Meus desassossegos sentam na varanda...*, teço algumas considerações sobre tudo que contei para vocês ao longo da tese.

1.1 REFERÊNCIAS

ANJOS, J. C. G. dos.; LOPES, D, L. Organizações Locais e Conformação de Pleitos. In: ANJOS, J. C. G. dos.; SILVA, S. B. da. **São Miguel e Rincão dos Martinianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 139 – 150.

BARBOSA, P. C. **Minas de Quilombos**. Brasília: Ministério de Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/minas_quilombo_professor_miolo.pdf. Acesso em: 21 ago. 2024.

BARBOSA, P. C. **Quilombos: espaço de resistência de homens e mulheres negras**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002193.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2024.

BRAGA, M. L. S.; SOUZA, E. P.; PINTO, A. F. M. (Org.). **Dimensões da inclusão no Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000183.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília, DF: SECAD, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf. Acesso em: 21 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Yoté: o jogo da nossa história**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/yote_aluno_miolo.pdf. Acesso em: 21 de ago. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/etnico_racial/pdf/resolucao_8_201112.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

CRESTANI, M. M. **Educação Escolar Quilombola: a matemática presente em materiais publicados no site do Ministério da Educação**. 2020. 156 p. Dissertação (Mestrado) -Mestrado em Educação Matemática, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2020.

CRESTANI, M. M. **O ensino de matemática em escolas inseridas em comunidades quilombolas**. 2018. 66 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Matemática Licenciatura Plena, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

IBGE. **Censo 2022: Quilombolas: Primeiros resultados do universo**. Ministério do Planejamento e Orçamento Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Rio de Janeiro, 2023a. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: cidades e estados do Brasil**. Ministério do Planejamento e Orçamento Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Rio de Janeiro, 2023b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/restinga-seca/panorama>. Acesso em: 14 set. 2024.

MOURA, G. (Org.). **Estórias Quilombola**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010, v. 3. Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/estorias_quilombola_miolo.pdf. Acesso em: 21 ago. 2024.

OLIVEIRA, R. (Org.). **Uma História do Povo Kalunga**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2001. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/133/o/Historia_do_povo_Kalunga_MEC.pdf. Acesso em: 21 ago. 2024.



*Nós, povos contra colonizadores,
temos demonstrado em muitos momentos da história
a nossa capacidade de compreender
e até de conviver
com a complexidade das questões
que esses processos têm nos apresentado.
Por exemplo: as sucessivas ressignificações das nossas identidades em meio
aos mais perversos contextos de racismo, discriminação e estigmas;
a readaptação dos nossos modos de vida em territórios retalhados,
descaracterizados e degradados;
a interlocução das nossas linguagens orais
com a linguagem escrita dos colonizadores.
Esses sinais indicam que ainda existem muitas possibilidades de convivência
entre os diversos povos,
que as tentativas de confluência
presentes na Constituição Federal podem sim avançar, desde que haja por
parte dos colonizadores
um real esforço para que isso ocorra.
(Nego Bispo)²⁷*

²⁷ SANTOS, A. B. dos. Colonização, Quilombos: modos e significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

2 UM CAUSO SOBRE OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O caso que quero contar para vocês agora é sobre como desenvolvi essa pesquisa, os caminhos percorridos e as escolhas realizadas com o intuito de alcançar o objetivo proposto, que foi o de investigar historicamente de que modo ocorreu/vem ocorrendo a educação, em especial a educação matemática, para a população da comunidade quilombola de São Miguel, localizada na zona rural do município de Restinga Sêca, no estado do Rio Grande do Sul.

Então, para contar isso, acho importante situar a pessoa que está lendo de que essa pesquisa se deu dentro da área de Educação Matemática, na linha de pesquisa de Relações entre História e Educação Matemática, no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – no campus de Rio Claro – que como o próprio nome já sugere é uma universidade localizada no Estado de São Paulo.

A pesquisa, nesse trabalho, começou a ganhar as características que conto para você dentro do primeiro grupo de pesquisa que tive contato, assim que passei pelo processo seletivo para ingresso no curso de doutorado, o Ghoem¹, Grupo de História Oral e Educação Matemática. O Ghoem foi fundado no ano de 2002 pelo professores Antonio Carlos Carrera de Souza², Antonio Vicente Marafioti Garnica³ e Carlos Roberto Vianna⁴ com o intuito de reunir professores pesquisadores da área da Educação Matemática que tinham o interesse de usar a História Oral como recurso metodológico. Com o passar dos anos, dentro do grupo também foram estudadas outras abordagens teórico-metodológicas, mas a História Oral se manteve sempre presente e foi assim que tive contato e comecei a estudar sobre essa metodologia que é uma das bases desta pesquisa de doutorado.

Podemos também dizer que a pesquisa praticada no Ghoem está inserida no campo que investiga a História da Educação Matemática Brasileira e nesse campo de pesquisa, como diz

¹ Para conhecer mais sobre o Ghoem você pode acessar o site: <https://www2.fc.unesp.br/ghoem/>.

² Antonio Carlos Carrera de Souza possui graduação em Licenciatura Em Ciências pela Universidade Católica de Santos (1971), graduação em Licenciatura Em Matemática pela Universidade Católica de Santos (1975), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1986) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1992). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2018886602259953>.

³ Antonio Vicente Marafioti Garnica é bacharel em Matemática (1984) pela UNESP de Rio Claro, Mestre (1992) e Doutor (1995) pelo Programa de Pós-graduação em Educação Matemática da UNESP de Rio Claro. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5089072868644414>.

⁴ Carlos Roberto Vianna é licenciado em Matemática pela Universidade Federal do Paraná (1980), Mestrado (1995) e doutorado (2000) em Educação pela Universidade de São Paulo. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5000796701369816>.

Vicente Garnica, existe um diálogo autêntico entre diferentes fazeres que agregam ao tratamento historiográfico, nuances filosóficas, sociológicas, políticas e outros campos de conhecimento. Ele salienta que estar nesse campo implica lançar operações historiográficas e isso quer dizer que quando uma pessoa se insere nele, ela *coloca em funcionamento uma série de mecanismos que visa a produzir significado para o modo como, no tempo, em comunidade, num determinado espaço praticado, entremeado por poderes, fazeres e saberes, tem se ensinado e aprendido matemática, tem se produzido significado para algo a que chamamos Matemática*⁵.

Contando um pouco sobre História Oral, Fernando Guedes Cury⁶, também integrante do Ghoem, em sua tese *Uma história da formação de professores de Matemática e das instituições formadoras do Estado de Tocantins*⁷, defendida em 2011, sugere que a História Oral deva ser encarada como uma metodologia de pesquisa qualitativa por seu caráter singular e incompatível com generalizações. Ele traz que os trabalhos com História Oral são baseados essencialmente na memória e essa é compreendida como uma construção realizada no presente a partir de vivências e experiências que aconteceram no passado. É também como diz a historiadora Marta Rovai⁸, nas pesquisas em História Oral, tratamos da verdade da memória, que reúne elementos dispersos, apresentando ao mesmo tempo retrato pessoal, coletivo e identitário, por meio dos quais as pessoas reconstituem sua própria unidade e identidade num tempo em que a narrativa mostra complexamente o subjetivo, o emotivo e o racionalizado. Não se trata somente da ‘verdade histórica’, crítica, distanciada pelo método, decifração e análise dos signos, mas da ‘verdade do testemunho’, dinâmica, incompleta e sempre presentificada⁹.

Após esses mais de vinte anos de pesquisa, a História Oral na Educação Matemática, vem sendo entendida e praticada no Ghoem não somente como metodologia de pesquisa, mas também como uma política de narratividade que defende, respeita e busca promover a diversidade e a pluralidade¹⁰. Nesse sentido, ela vem se mostrando cada vez mais importante, como possibilidade

⁵ (Garnica, 2015, p.111).

⁶ Fernando Guedes Cury possui graduação em Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2003), Mestrado e Doutorado em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista, UNESP/Rio Claro (2007 e 2011, respectivamente). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6258771568808939>.

⁷ (Cury, 2011).

⁸ Marta Gouveia de Oliveira Rovai é uma mulher cisgênera, branca, mãe e avó. Defensora dos direitos humanos, da diversidade e da educação contra-hegemônica. Professora Adjunta da Universidade Federal de Alfnas (UNIFAL). Pós-Doc pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2017104349633265>.

⁹ (Rovai, 2013).

¹⁰ (Silva e Souza, 2023).

de evidenciar, denunciar e anunciar processos envolvidos nos contextos de proposições e implementações de políticas públicas educacionais e suas implicações na educação matemática institucionalizada, como disseram Emerson Rolkouski¹¹, Heloisa da Silva¹² e Jeser Candray¹³ em uma mesa redonda no VII Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática Brasileira - XII ENAPHEM, ocorrido no ano de 2024. Para esses integrantes do Ghoem, as pesquisas trazendo histórias de pessoas envolvidas de alguma maneira com tais práticas ou políticas em diversos contextos educacionais, em especial relacionados à educação matemática, têm implicado entender processos que vão desde o direito ao registro, à interpretação, à problematização e as suas análises históricas, em especial, de suas implicações na educação e educação matemática; até o direito e o dever de lembrar e deles falar por parte dos cidadãos¹⁴.

Quanto mais me familiarizava com o Ghoem e com o Coletivo Cronopies+¹⁵, grupo que comecei a participar no início de 2022, mais percebia falas que abordavam a questão da ética nas pesquisas. Filipe Fernandes¹⁶ e Vicente Garnica, publicaram um artigo que discute essa questão, não sobre a percepção de uma metodologia em específico, falam sobre a ética em pesquisas de uma forma geral. Porém, muito dos pontos discutidos nesse artigo foram levantados e discutidos dentro do Ghoem e do Cronopies+. Eles enfatizam que qualquer método deve ser problematizado e, além disso, deve ser fundamentado em princípios éticos.

Vicente e Filipe falam sobre um movimento que ocorreu na Educação na última década, onde, *por um contexto político que abriu a universidade e a pesquisa científica para sujeitos, cenários e conhecimentos que, antes marginalizados, passaram a ocupar especial posição em*

¹¹ Emerson Rolkouski possui graduação em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal do Paraná (1999), mestrado em Educação pela mesma instituição (2002) e doutorado em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7329669702482470>.

¹² Heloisa da Silva é licenciada em Matemática pelo IGCE/ Unesp, Rio Claro (1996), possui Especialização em Ensino e Aprendizagem da Matemática (1998), Mestrado (2000), Doutorado (2007) e Livre-docência (2024) em Educação Matemática pela Unesp, Rio Claro. Possui Pós-doutorado em estudos decoloniais e filosofia pós-humanista na School of Education, University of Cape Town - África do Sul (2020). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6341356886921981>.

¹³ Jeser Caleb Candray Menjívar é professor em Matemática e Licenciado em Educação, especialidade Matemática pela Universidad de El Salvador (UES) com bolsa de estudos FANTEL. Mestre em Educação em Ciência e em Matemática pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) com bolsa de estudos OEA/CAPES. Doutor em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) com bolsa de estudos CAPES/OEA. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6625054561900816>.

¹⁴ (Rolkouski; Silva; Candray, 2024).

¹⁵ Para conhecer mais sobre o Coletivo Cronopies+ você pode acessar o site: <https://coletivocronopixs.wixsite.com/colectivocronopi>.

¹⁶ Filipe Santos Fernandes é graduado em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2010) e doutor em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2014), com estágio sanduíche na Universitat de Barcelona (Espanha). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4570287460267064>.

*nossas pesquisas. Esse contexto nos permitiu pensar a Educação e, particularmente, a Educação Matemática, em searas que escapavam dos modelos hegemônicos de escolarização, de cultura, de história e de produção do conhecimento, permitindo a elaboração e a sistematização de novos e diferentes paradigmas educacionais*¹⁷.

Entendendo a pesquisa que desenvolvi dentro desse movimento, percebo atentamente as discussões que eles tecem em torno de cenários investigativos possíveis ao se pesquisar nesses contextos. Filipe e Vicente, nesse artigo, convidam a avaliar os métodos de pesquisa empregados, ou avaliar como esses métodos são empregados. Não é concebível, por exemplo, uma pesquisa com pessoas analfabetas, requerer que essas pessoas assinem documentos escritos. É fundamental a sensibilidade por parte de nós pesquisadores e é necessário estarmos atentos às diferenças que estão presentes no contexto de pesquisa, e (re)configurar os procedimentos destas de acordo com essas diferenças¹⁸. Esse foi um compromisso que assumi ao realizar esta pesquisa.

Na História Oral há procedimentos comuns de serem realizados, como a elaboração de um roteiro de entrevista, a entrevista, a transcrição e textualização dessa entrevista, legitimação das narrativas registradas, entre outros que vou contar como se efetivaram durante esta pesquisa nesse caso. A História Oral abre para a possibilidade destes serem adaptados, repensados, reconfigurados de acordo com as necessidades apresentadas por cada contexto de pesquisa.

Acho importante salientar que dentro do Ghoem seguimos protocolos éticos que conversam com esses pontos que mencionei. Se preza por um diálogo entre pesquisador e colaborador, sendo que este tem liberdade para fazer alterações, suprimir ou acrescentar partes no documento. Após essas negociações entre pesquisador e colaborador, essa versão final das narrativas somente é publicada mediante a autorização registrada através de um documento, que em algumas pesquisas, é chamado de carta de cessão de direitos e em outras carta de concessão, que pode ser apresentado em diferentes formatos seguindo as necessidades dos colaboradores. Esses procedimentos eram feitos antes mesmo da existência de Comitês de Ética em Pesquisa nas universidades, como foi comentado por Thiago Mendonça¹⁹ em sua tese²⁰.

¹⁷ (Fernandes; Garnica, 2021, p. 11).

¹⁸ (Fernandes; Garnica, 2021).

¹⁹ Thiago Neves Mendonça é doutor em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) - Rio Claro e professor efetivo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), campus Ouro Preto. Atua como professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5457032233864004>.

²⁰ (Mendonça, 2024).

Então, antes de falar sobre a tramitação da pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa, vou contar sobre os procedimentos que antecederam esse processo. Começando pela elaboração do roteiro, ou melhor, os preparativos para a sua elaboração.

Os caminhos percorridos para a construção de um roteiro

Em janeiro de 2022, dei continuidade a um levantamento de teses e dissertações – no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes – que fiz no ano de 2019 durante o período de realização do mestrado, utilizando como descritor a expressão “Educação Escolar Quilombola”. Nesse primeiro levantamento foram encontrados um total de 77 trabalhos distintos. Nessa nova busca, na plataforma, utilizei a mesma expressão como descritor e obtive 101 trabalhos no total. Então, em três anos, houve um acréscimo de apenas 24 pesquisas: um número que considero baixo.

No levantamento feito em 2019, encontrei dois trabalhos que relacionavam a educação quilombola com a educação matemática, eram eles: a dissertação *Matemática, africanidade e formação de professores na escola quilombola*²¹ de Alexander Cavalcanti Valença; e a tese *Práticas socioculturais quilombolas para o ensino de matemática: mobilizações de saberes entre comunidade e escola*²² de Kaled Sulaiman Khidir; ambas defendidas no ano de 2018. Já no levantamento realizado em 2022, dos 101 trabalhos encontrados, além dos já mencionados, outros três possuíam essa aproximação, porém um deles era a minha própria dissertação de mestrado. Esses outros dois trabalhos desconhecidos eram: a pesquisa de mestrado *Os foregrounds de estudantes quilombolas e suas intenções em aprender matemática*²³ defendida por Amanda Maria Rodrigues Diniz, no ano de 2019; a tese *A Pedagogia Crítica, a Etnomatemática e as práticas de alfabetização matemática e numeramento no Quilombo São Félix/MG*²⁴ de Denília Andrade Teixeira dos Santos, defendida em 2021. Essas pesquisas me ajudaram a pensar que não poderia deixar de fora do roteiro questões que falassem sobre essa relação escola e comunidade e sobre as aulas de matemática. Porém, posteriormente, como vou contar em um outro caso, elas me auxiliaram mais a pensar as possibilidades entre educação quilombola e educação matemática, do que pensar propriamente o roteiro de entrevistas.

²¹ (Valença, 2018).

²² (Khidir, 2018).

²³ (Diniz, 2019).

²⁴ (Santos, 2021).

No início de 2022, também fiz um levantamento bibliográfico na Revista História Oral, da Associação Brasileira de História Oral. Esse levantamento foi com o intuito de conhecer e estudar pesquisas que utilizaram a História Oral para investigar questões de cunho social referentes às relações étnico-raciais. Esta foi uma preocupação da minha orientadora e minha, ou seja, estudar e planejar procedimentos metodológicos e éticos específicos para trabalharmos com o tema da pesquisa e com o que viria a ser o nosso público de entrevistados. Isso porque esta era a primeira vez que no Ghoem propunha-se uma pesquisa sobre comunidade quilombola. Pelos interesses de pesquisa do grupo, até aquele momento, as pesquisas realizadas, em sua maioria, deram-se com um público de professores ou estudantes de escolas regulares do ensino básico ou ensino superior. Pelos princípios teórico-metodológicos do grupo, embora o método seja visto como um processo sempre em movimento e em construção pelo pesquisador que mobiliza a História Oral²⁵, ou ainda, como defendido por Vinícius²⁶, Ana Claudia²⁷ e Heloisa²⁸ no artigo em que elaboram uma aproximação entre História Oral e Cartografia, a História Oral na Educação Matemática pode ser vista como uma metodologia em trajetória, já que ela pode funcionar como um catalisador, um mobilizador, um estimulador dos pensamentos e práticas implementadas em cada pesquisa. A História Oral na Educação Matemática, deste modo, só pode ser compreendida como método se tal designação for compreendida de modo livre, de modo que as estratégias e procedimentos se adaptem às necessidades da investigação, expondo-se a matérias de toda natureza, desde que o

²⁵ (Garnica, 2015).

²⁶ Vinícius Sanches Tizzo é docente do Departamento de Educação e Linguagem - DEL, da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - Unidade Ituiutaba. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, da Universidade Federal de Uberlândia (PPGECM/UFU). Doutor (2019) e Mestre (2014) em Educação Matemática pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp/IGCE, Rio Claro - SP. Integrante do Grupo História Oral e Educação Matemática - Ghoem (www.ghoem.org) e do Núcleo de Pesquisas em Educação Matemática - NUPEM (www.nupem.facip.ufu.br). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6122477200487468>.

²⁷ Ana Claudia Molina Zaquie Xavier é docente no Instituto de Matemática e Estatística (IME) da Universidade Federal de Uberlândia e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da UFU. Possui Licenciatura em Matemática pela Universidade de São Paulo (2010), mestrado e Doutorado em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2014 e 2019). É pesquisadora no Grupo História Oral e Educação Matemática (GHOEM) e no Grupo de Estudo e Pesquisa em Ensino de Matemática e Atividade Pedagógica (GEPEMAPE). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6136763314010047>.

²⁸ Heloisa da Silva é professora associada do departamento de Matemática do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - IGCE/UNESP, campus de Rio Claro, desde 2010, atuando no Programa de Pós-graduação em Educação Matemática desse instituto. Licenciada em Matemática pelo IGCE/ Unesp, Rio Claro (1996), possui Especialização em Ensino e Aprendizagem da Matemática (1998), Mestrado (2000), Doutorado (2007) e Livre-docência (2024) em Educação Matemática pela Unesp, Rio Claro. Possui Pós-doutorado em estudos decoloniais e filosofia pós-humanista na School of Education, University of Cape Town - África do Sul (2020). É uma das líderes do Grupo de Pesquisa História Oral e Educação Matemática (www.ghoem.org). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6341356886921981>.

propósito seja ampliar as possibilidades de problematização e compreensão da temática pesquisada²⁹. Assim, tínhamos consciência que realizar a pesquisa e entrevistas em uma comunidade quilombola, exigiria um estudo e uma preparação especial de nossa parte, sobretudo pelas diferenças socioculturais entre a pesquisadora e as pessoas da comunidade.

Esse levantamento, na Revista História Oral, foi realizado utilizando vários descritores. Comecei com o mesmo descritor utilizado no Catálogo, “Educação Escolar Quilombola”, não encontrei nenhum resultado, segui para “Educação Quilombola”, também não obtive resultado, tentei “Escola Quilombola”, sem sucesso. Então, utilizei apenas a palavra “Quilombola” e encontrei os seguintes trabalhos: *Caiana dos Crioulos e seus “encantos”: problematizando a constituição de lugares de memória em uma comunidade quilombola paraibana*³⁰, de Janailson Macêdo Luiz; *Território de afetos: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro*³¹, de Mariléa Almeida; e *A fotografia como instrumento para valorização da identidade negra: a experiência e metodologia do projeto Autorretrato Nordeste – Quilombos de Alagoas*³², de Levy Félix Ribeiro e Waldson de Souza Costa. Busquei por “Quilombo”, encontrei quatro trabalhos, sendo dois repetidos, o da Mariléa e o de Levy e Waldson. Os outros dois eram: *O Trabalho tal como aparece nas experiências de sujeitos no quilombo Córrego do Narciso do Meio, Vale do Jequitinhonha (MG)*, de Bernardo Vaz de Macedo³³; *Trabalhei mutcho: experiências de trabalho nas comunidades quilombolas do Piemonte da Chapada Diamantina, BA*³⁴, de Carolina Pazos Pereira. Também tentei “Comunidade Quilombola”, mas encontrei apenas o trabalho do Janailson, e “População Quilombola”; mas nessa busca não encontrei nenhum resultado.

Ainda não estava satisfeita com esses resultados, então continuei a busca com o descritor “Relações étnico-raciais”, e encontrei dois trabalhos de Samuel Silva Rodrigues de Oliveira: *Zózimo Bulbul: a prática de história oral no Centenário da Abolição (1988) e a história de vida de um artista negro*³⁵; *Uma história social da memória da ditadura: o lugar da História Oral na investigação do regime militar*³⁶. Busquei por “Movimento Quilombola”, mas não encontrei

²⁹ (Tizzo, Xavier, Silva, 2022, p.124).

³⁰ (Luiz, 2019).

³¹ (Almeida, 2021).

³² (Ribeiro, Costa, 2019).

³³ (Macedo, 2020).

³⁴ (Pereira, 2019).

³⁵ (Oliveira, 2021).

³⁶ (Oliveira, 2020).

nenhum artigo, então procurei por “Movimento Negro”, o que resultou nos trabalhos: *Escre(vivência): a trajetória de Conceição Evaristo*³⁷, de Bárbara Araújo Machado; *A festa do congado diante da salvaguarda: novas contribuições no processo de formação da irmandade Os Carolinos*³⁸, de Wanessa Pires Lott; novamente *Zózimo Bulbul: a prática de história oral no Centenário da Abolição (1988)*; *A história de vida de um artista negro*, de Samuel Silva Rodrigues de Oliveira. Também utilizei como descritor a palavra “Antirracista”, mas encontrei somente o trabalho da Mariléa. Na busca utilizando “Racismo” encontrei um total de seis trabalhos, quatro diferentes dos que já mencionei, que são: *"Batucando a memória vem": rememorações de uma matriarca amazônida*³⁹, de Sil Lena Ribeiro Calderaro de Oliveira e Elison Antonio Paim; *“Seja plural, para se tornar singular!”: as memórias de lutas de Januário Garcia através das suas fotografias*⁴⁰, de Marcus Vinicius de Oliveira; *Roda de conversa: metodologia na produção de narrativas sobre permanência na universidade*⁴¹, de Flávia Marinho Lisbôa; e *Memória, democracia e educação: reflexões sobre diversidade étnica e história oral*⁴², de Amilcar Araujo Pereira.

As leituras de trabalhos que utilizaram a História Oral como metodologia envolvendo temáticas que se aproximavam da pesquisa que desenvolvi, me fizeram refletir sobre o que eu tinha como uma primeira ideia de roteiro, que era muito fechado dentro de uma ideia de educação formal e com a ampla maioria das questões direcionadas à escola. Essa primeira ideia foi se desfazendo conforme fui lendo as pesquisas; e então, comecei a pensar questões num certo sentido “fora da área da educação”, mas que afetam a relação que se estabelece com a educação e com a educação matemática, como a religiosidade, por exemplo. Então, essas leituras me fizeram ter um olhar mais amplo para a temática pesquisada, além de me colocar para pensar em como as entrevistas seriam realizadas.

Mas antes de determinar como essas entrevistas seriam feitas, precisava definir o formato que seriam organizadas e as questões que considerava importante serem abordadas. Para isso, em uma conversa com a professora Heloisa, ela sugeriu que eu lesse os procedimentos metodológicos

³⁷ (Machado, 2014).

³⁸ (Lott, 2018).

³⁹ (Oliveira, Paim, 2019).

⁴⁰ (Oliveira, 2021).

⁴¹ (Lisbôa, 2020).

⁴² (Pereira, 2013).

da tese de Emerson Rolkouski⁴³. Eu acabei lendo a tese como sugerido e, nela, o pesquisador conta que elaborou os seus roteiros planejando realizar duas entrevistas com cada colaborador em dias consecutivos. Essas entrevistas foram baseadas em dois conjuntos de fichas, sendo que essas fichas não continham perguntas, mas temas. Isso foi a inspiração para organizar o formato do roteiro desta pesquisa, organizando-o por temas, pois quando pensava em perguntas sentia que estava de alguma forma limitando ou direcionando a resposta do colaborador, mesmo que a pergunta fosse o mais aberta possível. Já com temas, entendia que a pessoa poderia falar o que achava importante ser falado sobre aquela temática, fato que considerava fundamental tendo em vista o objetivo da pesquisa.

Assim, o roteiro foi organizado abordando os seguintes temas: informações pessoais; formação e experiência profissional; trabalho; família ou organização familiar; educação familiar; religião; relação comunidade/escola e escola/comunidade; sua relação com a comunidade e com a escola e/ou sua visão sobre a escola e sobre a comunidade; comunidade quilombola; cotidiano escolar; escola quilombola; Escola Municipal Manuel Albino Carvalho; aulas de matemática; e posição no mundo.

O Comitê de Ética

Depois do projeto desta pesquisa já delimitado e aprovado na Atividade Inaugural de Verão do ano de 2022, uma etapa obrigatória estipulada pelo Programa, e de depois de já ter elaborado o roteiro das entrevistas, comecei a pensar nos outros documentos que sabia serem necessários para o envio do projeto de pesquisa para o Comitê de Ética em Pesquisa, pois desde 2021 quando cheguei ao Programa, havia a orientação de passar o projeto pelo Comitê devido a conversas que editoras, revistas e agências reguladoras de fomento poderiam exigir a carta de aprovação das pesquisas.

O Comitê de Ética também foi tema de várias discussões nos grupos de pesquisa que participo, Cronopies+ e Ghoem, com colegas do Programa e com minha orientadora e coorientador, sendo que o ponto sobre a elaboração dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, para menores de idade era o que mais entrava em pauta, pois

⁴³ Emerson Rolkouski possui graduação em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal do Paraná (1999), mestrado em Educação pela mesma instituição (2002) e doutorado em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7329669702482470>.

além de ser o motivo mais recorrente para as várias conhecidas devolutivas do Comitê, também são documentos importantes para a pesquisa, pois é nesse documento que são abordados sob quais termos, como o próprio nome já diz, a pesquisa será desenvolvida.

Então, na elaboração desses documentos eu abordei os procedimentos e protocolos que são desenvolvidos pela História Oral e pelo Ghoem e articulei isso com as exigências comuns de serem feitas pelos comitês, que já havia tomado conhecimento nas conversas com os grupos de pesquisa e com colegas que haviam tido seus projetos aprovados. Mas como comentado por Thiago Neves Mendonça⁴⁴, em sua tese, o Comitê não passou por adaptações para receber projetos da área das Ciências Humanas, já que este visivelmente ainda é direcionado a área da saúde, até pelo seu histórico de criação e pela questão de o código de ética em pesquisas estipulado continuar a ser controlado pelo Conselho Nacional de Saúde. A questão é que essa não adaptação acaba criando alguns entraves, o projeto do Thiago, por exemplo, foi submetido em junho de 2021 e só foi aprovado em março de 2022⁴⁵.

Sabendo desses entraves e da possível demora para aprovação, procurei enviar o projeto o quanto antes. Assim, no dia 12 de abril de 2022, submeti o projeto de pesquisa na Plataforma Brasil para avaliação e esse só foi aprovado em sua terceira versão, no dia 19 de setembro do mesmo ano, cinco meses após a submissão. No dia seguinte à submissão, recebi uma notificação, solicitando a inclusão do termo de anuência da Escola Municipal de Ensino Fundamental Manuel Albino⁴⁶, e a inclusão de um parágrafo específico em todos os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, os TCLEs⁴⁷, sobre o Comitê de Ética em Pesquisa de Botucatu/SP, pois o meu projeto havia sido direcionado para ele. Esse ainda não foi o primeiro parecer do projeto, mas a indicação da necessidade de inclusão de tais informações para que então passasse pela primeira avaliação.

A demora na aprovação do meu projeto foi acarretada, principalmente, pelo tempo decorrido para receber a primeira avaliação, somente em julho, nessa foi solicitado a inclusão de documentos e a atualização de informações, essas solicitações foram atendidas ainda em julho. Em

⁴⁴ Thiago Neves Mendonça é doutor em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) - Rio Claro. Mestre em Educação Matemática pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Licenciado em Matemática pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5457032233864004>.

⁴⁵ (Mendonça, 2024).

⁴⁶ A Escola Municipal de Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho passou a ser chamada de Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho em agosto de 2023 quando foi inaugurado serviço de creche na escola pelo Decreto nº 51 de 2023.

⁴⁷ Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido dos assinados pelos colaboradores estão apresentados a partir do Apêndice B.

agosto, no novo parecer foi solicitado documentação que já havia sido enviada e aprovada e adaptação de linguagem no TALE, pois havíamos considerado fazer entrevistas com menores de idade, o que não aconteceu no desenrolar da pesquisa. Mas, por fim, recebi a aprovação no mês de setembro.

Os caminhos traçados para chegar ao esperado campo de pesquisa e seus desdobramentos

Nesse período de tramitação do projeto no Comitê de Ética, apesar de me aprofundar em pesquisas sobre a temática de uma forma geral e de fazer uma busca por documentos que tratassem da história da comunidade quilombola São Miguel, encontrando até um livro que trata sobre essa história intitulado “São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais”⁴⁸, escolhi não ler ele antes da realização das entrevistas, e sim, vivenciar o campo, porque queria me deixar afetar pelas histórias, pelas pessoas e pelos lugares que me depararia, quando estivesse em campo. Essa minha decisão foi inspirada no que Alessandro Portelli⁴⁹ fala acerca da pesquisa em História Oral, *que estar preparado é exatamente uma das coisas que atrapalham o inesperado. [...] história oral é o lugar onde a narrativa oral é a fonte de informação primeira. Se eu vou entrevistar um mineiro, basta saber que ele trabalhou nas minas de carvão. Com isso, posso perder muitas informações reais e precisas, mas ganho uma certa perspectiva*⁵⁰. Assim, meu interesse era conhecer a comunidade quilombola São Miguel, antes de mais nada, pelas pessoas daquela comunidade. Com essa minha escolha não quero passar a ideia de que julgo uma fonte mais importante que outra, as hierarquizando, pois concordo com Vinícius, Ana Cláudia e Heloísa, quando falam que não vislumbram as potencialidades da História Oral na autossuficiência das fontes orais em detrimento de outras fontes, mas no caráter qualitativo que as fontes orais podem incorporar à investigação, possibilitando, desta forma, uma ampliação das compreensões sobre a temática pesquisada⁵¹.

Bem, acabei de mencionar minha ida a campo, mas não disse ainda sobre essa minha escolha. Foi uma escolha que julgo ter sido fundamental para a pesquisa ter tomado o caminho que

⁴⁸ (Anjos; Silva, 2004).

⁴⁹ Alessandro Portelli é professor de literatura norte-americana na Università di Roma “La Sapienza” e é autor de vários livros de literatura e de história oral.

⁵⁰ (Portelli, 2022, p. 329).

⁵¹ (Tizzo, Xavier, Silva, 2022, p.122).

tomou. Como disse anteriormente, era uma preocupação minha e da minha orientadora o caminho metodológico com a História Oral que estaríamos traçando, considerando que envolveria uma comunidade com traços socioculturais diferentes dos grupos de entrevistados que o Ghoem realizou pesquisa até então, como também diferentes dos meus enquanto pesquisadora.

Desde que a pesquisa foi reelaborada, pensando na educação da comunidade quilombola São Miguel, senti a necessidade de estar lá por algum tempo; não apenas agendar e realizar entrevistas – com as pessoas convidadas para serem participantes da pesquisa – sem nunca ter encontrado essa pessoa antes. Isto foi sempre algo comum nas pesquisas em História Oral realizadas no interior do Ghoem, ou seja, a produção de dados constituir-se apenas das fontes orais e escritas produzidas em momento de entrevistas e/ou registros escritos encontrados, uma vez que, como mencionei anteriormente, a grande maioria das investigações desenvolvidas ou em desenvolvimento até então, envolviam a realização de entrevistas com professores e/ou estudantes atrelados de alguma forma a instituições de ensino regulares e, em geral, que compartilhavam da mesma cultura ou de cultura próxima a do pesquisador - inclusive, no grupo, sempre foi prioridade a realização de pesquisas em contextos em que os pesquisadores já possuíam algum tipo de inserção, sobretudo se consideramos o projeto *Mapeamento da formação de professores de matemática no Brasil* em que pesquisadores dos diferentes estados realizaram investigações no Estado ou região de sua origem ou proximidades, ou ainda, onde atuavam profissionalmente. Assim, diferentemente do que acontece com pesquisas interessadas em histórias ou aspectos de comunidades de pessoas que vivem em área geográfica, em modos de vida e/ou com interesses comuns específicos significativamente distintos dos do pesquisador ou ainda que atuam em instituições não regulares/comuns, a maioria das pesquisas realizadas no Ghoem até então, não teve necessidade de vivenciar o local de vivência ou de trabalho dos entrevistados, como é o caso específico desta pesquisa⁵².

Então, considerando esses aspectos e os rumos da pesquisa, em concordância com a minha orientadora, optei por vivenciar por um período a escola Manuel Albino Carvalho e a comunidade quilombola São Miguel. Nesse ponto, destaco a importância da minha participação no outro grupo

⁵² Rosa (2019) e Matucheski (2016), pesquisadoras do Ghoem, por outro lado, realizaram investigações com a História Oral, sobre contextos institucionais educacionais distintos dos regulares e pouco conhecidos até mesmo pelas pesquisadoras, que requereram visitas por um período nessas instituições por parte das pesquisadoras, previamente às entrevistas que realizaram. A intenção foi conhecer e conversar previamente com as pessoas que ali trabalhavam, observar os movimentos das respectivas instituições para, depois, elaborar os roteiros das entrevistas, convidar as pessoas de interesse para participar da pesquisa e realizar as entrevistas.

de pesquisa que já mencionei nesse caso, o Coletivo Cronopies+. Após algumas conversas com Heloisa, considerando nossas preocupações, intenções e conversando com o professor Roger Miarka, líder do Coletivo Cronopies+, comecei a participar efetivamente de suas reuniões, no início do ano de 2022, Roger, ele que nesse mesmo ano, tornou-se coorientador dessa pesquisa.

Falando um pouquinho do Coletivo Cronopies+, este foi formado em 2013, e leva o nome de Coletivo para quebrar um pouco com as hierarquias institucionais. As pesquisas desenvolvidas dentro desse coletivo trabalham com as relações entre matemática, educação, cultura e relações de poder. Além disso, Cronopies+ também trabalha com grupos em situação de vulnerabilidade social, mas como enfatizado pelo Roger, sempre pela potência desses grupos e não pela falta. No coletivo também é trabalhada a Filosofia da Diferença como operante teórico e não como referência, pois ela dá ferramentas para discutir as questões que são abordadas pelo grupo. Na maioria dos trabalhos de pesquisa de integrantes desse coletivo é desenvolvido trabalho de campo intervencionista, com a proposta de pesquisar com e não pesquisar sobre esses grupos⁵³.

A partir das discussões no Coletivo sobre os meus interesses de pesquisa, me foi sugerido pensar e ler sobre a cartografia, um método de pesquisa que entraria em cena neste trabalho para compor sua metodologia de pesquisa com a História Oral. Então, orientada pelo Cronopies+, no trabalho de campo, assumi o método cartográfico. Laura Pozzana de Barros⁵⁴ e Virgínia Kastrup⁵⁵ falam que *como cartógrafos, nos aproximamos do campo como estrangeiros visitantes de um território que não habitamos. O território vai sendo explorado por olhares, escutas, pela sensibilidade aos odores, gostos e ritmos*⁵⁶. E sempre que o cartógrafo entra em campo há processos em curso.⁵⁷ Nesta pesquisa tomamos, como apontado por Laura e Virgínia que cartografar é acompanhar processos inventivos e de produção de subjetividades.

Tendo em mente essas questões metodológicas, comecei a traçar o plano para ir a campo. Então, nesse período de 2022 em que a pesquisa passava pelo Comitê, entrei em contato com a diretora da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho

⁵³ (GPIMEM UNESP, 2023).

⁵⁴ Laura Pozzana de Barros possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004), mestrado em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense - área de concentração: Subjetividade e Clínica (2006), doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, na linha de pesquisa Cognição e Subjetividade (2013). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6656164576789518>.

⁵⁵ Virgínia Kastrup possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979), mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1984), doutorado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0516666558156215>.

⁵⁶ (Barros; Kastrup, 2015, p. 61).

⁵⁷ (Barros; Kastrup, 2015, p.56).

que fica no território da Comunidade Quilombola São Miguel, para conversar sobre a pesquisa e sobre a possibilidade de no período de campo eu ficar na escola desenvolvendo as atividades da pesquisa; todavia, nessas conversas por telefone, não ficou determinado como seria essa minha estadia, apenas ficou acordado que isso seria conversado quando eu estivesse presencialmente lá, mas ela afirmou que eu seria bem-vinda à escola. Então, a escola foi a porta de entrada para estabelecer contato com a comunidade quilombola como um todo e acabou se tornando o ponto central desse campo, como vou contar com mais detalhes no caso sobre o campo de pesquisa.

Nessas conversas com a diretora, após um questionamento sobre se havia professoras quilombolas na escola, ela me passou o número de telefone da Denise, moradora da comunidade e professora na escola. Entrei em contato com Denise, me apresentando, falando sobre a pesquisa, pois nessa preparação para o campo, considerava importante, antes de chegar efetivamente a campo, ter ao menos um contato dentro da Comunidade Quilombola São Miguel.

Depois de organizada as questões burocráticas referentes à pesquisa, estabelecido esses contatos na escola e na comunidade e resolvida as questões práticas de estadia e transporte, no dia 10 de novembro de 2022, comecei a frequentar o campo. Quando cheguei no campo eu não tinha ainda um cronograma estruturado, nem planejamento de atividades que precisava desenvolver, não tinha definido com exatidão quantas pessoas seriam entrevistadas e nem quem seriam essas pessoas; neste dia, o que tinha definido era que dentre esses colaboradores deveria ter moradores da Comunidade Quilombola São Miguel, professores e funcionários da Escola Manuel Albino Carvalho e o critério para a escolha dos participantes pertencentes a estes grupos seria o envolvimento que eles tinham com a escola e com a comunidade. Por esse motivo, já havia definido que as entrevistas não seriam realizadas logo após a minha chegada, porém era necessário conhecer minimamente aquele ambiente e também as pessoas. Para isso, era preciso vivenciar o campo, estar aberta aos encontros e isso era algo que foi discutido dentro do Cronopies+ quando falamos das pesquisas do grupo e de pesquisas que mobilizam o método cartográfico.

Assim, para dizer que não havia pensado em ninguém, no momento de planejamento do campo, havia considerado duas pessoas para serem entrevistadas; isso, por já ter conhecimento sobre a relação que tinham com a escola e com a comunidade. Uma dessas pessoas foi entrevistada, leu, corrigiu e fez alterações na textualização, mas ao final acabou não autorizando a publicação; a outra pessoa foi Roberto Potácio Rosa – presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo, que é a associação da Comunidade Quilombola São Miguel –, uma das lideranças da comunidade.

Outro fator que estava definido era o modo de gravação das entrevistas, que além de áudio, também seriam gravadas em vídeo, pois as gravações em vídeo auxiliariam no momento de transcrição das entrevistas, para registrar expressões, gestos, observar pontos que não são possíveis em áudio, possibilitando rever posteriormente as ações da entrevista. Além disso, havíamos pensado em publicar trechos das gravações – mediante a autorização dos colaboradores – na tese, porém, como a qualidade das gravações não ficaram boas devido, principalmente, ao som de ventiladores ao fundo, isso foi descartado. Outras questões já estavam definidas: o envio, com antecedência, do roteiro e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos entrevistados – um protocolo já estipulado pelo Ghoem – e o modo como seriam textualizadas essas entrevistas; pontos que contarei um pouco mais para frente nesse caso.

Também já havia definido que iria elaborar um diário de campo. Laura e Virgínia falam que a escrita de um diário de campo é uma prática valiosa para a cartografia, as anotações ali feitas colaboram na produção dos dados e na elaboração dos textos decorrentes da pesquisa⁵⁸. Essa prática foi de extrema importância para a constituição da pesquisa, pois, além de registrar acontecimentos, pensamentos, afetações, sentimentos, leituras, entre outras questões – as quais vou contar no caso sobre o campo que foi baseado no próprio diário de campo –, foi nele que anotei as minhas observações sobre as relações que as pessoas estabeleciam com a escola e com a comunidade, critério que havia definido como sendo o de escolha dos participantes da pesquisa.

Falando do campo, eu fui bem recebida por todas as pessoas na escola, passei a frequentá-la praticamente todos os dias. No período que estive em campo realizei diversas tarefas, pois como contarei no caso sobre o campo, quando cheguei lá, me coloquei à disposição para ajudar no que fosse necessário, não que me foi solicitado algum tipo de ajuda como condição para estar lá, pois me deixaram à vontade para fazer o que compreendia necessário para a realização da pesquisa. Porém, entendia que mesmo que estivesse lá para realizar uma pesquisa eu poderia colaborar de alguma forma. Esse processo de auxiliar em atividades é algo que observei acontecer com maior frequência nas pesquisas desenvolvidas no Cronopies+. Isso me possibilitou acompanhar as pessoas e o seu cotidiano, conhecendo-as, conhecendo a sua relação com a comunidade e com a escola, além de facilitar o encontro de materiais que contavam sobre a formação e construção da escola e comunidade.

⁵⁸ (Barros; Kastrup, 2015).

Entre idas e vindas para a casa dos meus pais por breves períodos, acompanhei o cotidiano da escola e da comunidade por praticamente quatro meses, até o dia seis de março de 2023 – seguindo fazendo anotações no meu diário de campo. Foi nesse período de vivência do campo que conheci e conversei com as professoras e funcionários da escola, com familiares dos estudantes e eles, por sua vez, também me conheceram, pois nesses encontros explicava quem eu era e o que estava fazendo ali. Nesse movimento, essas pessoas acabaram também me contando coisas sobre a escola, sobre a comunidade, sobre elas mesmas e, com o passar do tempo, a minha presença ali passou a ser corriqueira, a sensação que tinha é que as pessoas já me viam fazendo parte daquele ambiente. Foi se constituindo afetos e uma relação de confiança, algo que era esperado por mim como pesquisadora.

Nesse movimento de estar em campo, de conversar com as pessoas, conversas corriqueiras e aleatórias que, na maioria das vezes, eram apenas conversas que aconteciam naturalmente, pois não eram conversas que intencionalmente eu propunha sobre algo. Nessas situações, eu conseguia observar e entender as relações que as pessoas possuíam com a escola e com a comunidade, quais eram as funções que elas desempenhavam nesses ambientes. E, foi dessa forma que eu conheci e escolhi os colaboradores da pesquisa, conversando, observando e vivenciando.

Aqui vou somente apresentar as pessoas que participaram das entrevistas e qual o seu envolvimento com a escola e comunidade, que foi o critério utilizado para a sua escolha, pois contarei mais sobre elas, e elas mesmas vão contar sobre elas, em outros capítulos que estão mais à frente, nesta tese.

Como já contei anteriormente, tinha em mente – antes de ir para o campo – duas pessoas, uma delas era o seu Potácio e a outra não vou mencionar seu nome aqui, pois não autorizou a publicação da textualização de sua entrevista na tese.

A primeira entrevistada foi Albana Pereira Menezes, funcionária da escola, concursada no cargo de serviço gerais há mais de 13 anos, reside na comunidade, mas não é quilombola. No seu caso, ela conta um pouquinho mais sobre isso. Outra funcionária da escola entrevistada foi Alceri de Fátima Lemos Dutra da Silva, professora que atua na escola há cerca de 10 anos, mas reside no município de Santa Maria. A Elisane Dotto também atuou na escola como professora, ela foi a última pessoa a ser entrevistada, já no ano de 2024, pois foi escolhida para realizar a entrevista depois de ter sido diversas vezes mencionada pelas pessoas da comunidade e pelos outros entrevistados da pesquisa, como uma aliada da Comunidade Quilombola São Miguel.

Adriela de Souza Brito Rosa é quilombola, moradora da comunidade e agente comunitária de saúde. Ela também já realizou estágios na escola quando fez a graduação em Letras e depois em Pedagogia. Fabiana Leonir Rosa é quilombola e moradora da comunidade, já atuou na escola em alguns projetos, também é a líder e fundadora do Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi da comunidade. Roberto Juliano da Silva Rosa é quilombola e morador da comunidade, professor e líder do grupo de capoeira chamado Grupo Paranaúê Rei Zumbi que atende pessoas da comunidade e crianças da escola. Vera Lucia Teresinha Rodrigues é quilombola e moradora da comunidade, também é cambona⁵⁹ e chefe do centro de Umbanda que foi fundado na comunidade pela sua mãe. A Denise Maria Rodrigues Vieira, que participou da entrevista da dona Vera, sua mãe, a pedido dela, já atuou na escola como professora e é moradora da comunidade.

No momento do convite para participar das pesquisas, expliquei qual era a intenção com a pesquisa, falei que gostaria que essas fossem gravadas em áudio e vídeo, contei como seriam divulgados os documentos resultantes dessa entrevista e deixei a cargo da escolha deles o local, data e hora da realização das entrevistas. A maioria delas foram realizadas nas casas dos colaboradores, somente a entrevista da Albana e do Juliano que aconteceram na escola e isso foi uma escolha deles. Antes de realizar as entrevistas, sempre enviava o roteiro e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelo WhatsApp para os entrevistados, pois esse foi o modo escolhido por eles, com exceção da dona Vera, que preferiu que enviasse o roteiro e o Termo para a Denise.

Antes de contar sobre como foi o processo das entrevistas, preciso fazer uma observação em relação ao roteiro. No período do campo acabei conhecendo pessoalmente e por vezes convivendo com algumas das pessoas escolhidas para serem entrevistadas e, com isso, tomando conhecimento sobre questões, que por vezes diziam respeito a um ou dois colaboradores. Então, eu fazia algumas anotações particulares nos roteiros destinados para cada uma dessas pessoas em específico, levando em consideração aquilo que sabia sobre seu envolvimento com a escola e com a comunidade. Por exemplo, para Albana, fiz anotações referentes a sua rotina na escola e como funcionava a questão da merenda escolar; para seu Potácio, sobre a Associação Comunitária Vovô Geraldo, pois ele era o presidente; para Juliano, questões sobre o funcionamento do grupo de

⁵⁹ Combona, ou cambone é uma pessoa que auxilia o guia. Essa pessoa ajuda o guia com os parâmetros dele, anotando alguma coisa, explicando alguma fala do guia para o consulente, buscando e levando o consulente.

Capoeira, pois ele é organizador deste; para Adriela e Fabiana, questões relacionadas ao Conselho de Alimentação Escolar, pois essas já haviam feito parte do Conselho, entre outras anotações.

Essas eram questões que entendia estarem relacionadas a um dos temas do roteiro, pois as temáticas elencadas a princípio no roteiro não foram retiradas, mas como considerava importante ser falado, eu levava um outro roteiro para mim, com esses apontamentos, para caso esses pontos não fossem comentados pelas pessoas entrevistadas, eu introduziria o assunto e isso possibilitava o aprofundamento em determinadas temáticas.

Em todas as entrevistas, antes de começar eu explicava novamente a pesquisa, perguntava se tinham dúvidas sobre ela, perguntava se haviam lido o TCLE e se haviam entendido ou tinham dúvidas. Na maioria das entrevistas eu acabei lendo o TCLE junto com os entrevistados, pausadamente, explicando cada parte. Também explicava como iria acontecer a entrevista, falava sobre o roteiro e se caso eles se sentissem desconfortáveis e não quisessem falar sobre determinado tema, não era necessário, podíamos passar para o próximo. Comentava que caso falassem algo que foi gravado e quisessem retirar, era só pedir que isso seria cortado da gravação. Além disso, falava sobre os processos que viriam depois, a transcrição e a textualização e que todos esses arquivos gerados a partir da entrevista, posteriormente, seriam enviados a eles. E que eles teriam liberdade para realizar modificações e cortes nesses arquivos de acordo com o que achassem necessário, e se tivessem dúvidas sobre a pesquisa ou sobre esses processos poderiam entrar em contato comigo a qualquer momento.

Passado esse momento de explicações, cada entrevista teve um processo particular, mas algo comum a todas, foi o tom de conversa que estas assumiram, conversa entre duas pessoas, entrevistador e entrevistado; algumas vezes foram realizadas com três pessoas, quando as entrevistas eram com uma dupla de entrevistados, que já se conheciam, com pessoas chegando no ambiente, interrompendo e conversando sobre o que era de interesse delas para os entrevistados, sem estar se importando com o fato de ter uma câmera ligada. Ou parando ali, sentando-se ao lado do colaborador e comentando sobre o que lembrava da história que estava sendo narrada naquele momento. Isso me fez lembrar de um trecho escrito por Alessandro Portelli, em que ele menciona duas regras básicas sobre realizar entrevistas: a primeira delas é escutar, a segunda é ser flexível, *porque você está lidando com a memória, e a memória não tem limites temporais, fronteiras*

*temporais. A memória vai indefinidamente para o passado e estende-se indefinidamente para o presente. Portanto, ser flexível e aberto faz parte da arte da escuta*⁶⁰.

Mas isso foi um processo, me recordo de que durante a primeira entrevista ainda estava muito ligada à ordem dos temas, pois eu me deixava levar pela entrevista e, logo em seguida, tentava voltar para aquela sequência. Mas com o tempo fui me desligando disso e escutando mais atentamente o que os colaboradores estavam querendo contar; então, era comum eles saírem de um tema, começarem a falar sobre assuntos relacionados a outros e depois voltar, pois eles estavam contando sobre suas vidas ali e por isso não conseguiam falar de um tema, parar e começar falar de outro sem estabelecer ligações. Acredito que esse também foi um dos motivos pelos quais algumas entrevistas tiveram mais de 3h de duração.

O tratamento e análise das entrevistas como fontes historiográficas

As entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo, com exceção apenas da entrevista da dona Vera, que pediu para ser gravada somente em áudio, pois não se sentia à vontade com a gravação em vídeo. As gravações foram realizadas mediante a autorização dos colaboradores e após a leitura do TCLE, que como enviei juntamente com os roteiros antes das entrevistas, alguns já haviam lido e assinado, outros eu fiz uma leitura conjunta e assinaram no momento da entrevista.

Após a realização das entrevistas chegou o momento de transcrever, como as entrevistas ficaram longas, optei, em um primeiro momento, por passar os áudios das entrevistas para serem transcritos por um software de transcrição de áudio e vídeo, pois isso ajudaria a agilizar o processo. Eu testei alguns softwares, até que me foi indicado o chamado *Trint*⁶¹, que dentre os testados, transcrevia com menos erros. Depois dessa transcrição feita pelo software, eu ouvia os áudios e ia corrigindo, porque mesmo passando por um software, realizar a transcrição das entrevistas foi uma etapa complicada e demorada, pois como era verão no período da realização da maioria das entrevistas e o verão do final de 2022 e início de 2023 foi especialmente quente no Rio Grande do Sul; em todas as entrevistas realizadas, nesse período, havia o barulho do ventilador que prejudicava muito a qualidade dos áudios. Assim, eu ouvi todos os áudios duas, três ou até mais vezes para fazer a correção na transcrição; as entrevistas que possuíam a gravação em vídeo, eu as

⁶⁰ (Portelli, 2022, p. 321).

⁶¹ Disponível em: <https://trint.com/>.

assisti com o intuito de melhorar a qualidade das transcrições, agregando os pontos que mencionei anteriormente.

Feita a transcrição das entrevistas, comecei a textualizá-las. Como conta Vicente, Déa Nunes Fernandes⁶² e Heloisa da Silva, *não há regras para textualizar e essa operação depende, fundamentalmente, da sensibilidade e do estilo de redação do pesquisador. Uma das disposições exigidas para essa dinâmica de elaborações textuais, por exemplo, é tentar manter, tanto quanto possível, o tom vital do depoente⁶³, isto é, a construção de frases nas quais se reconheçam (e o próprio depoente se reconheça em) seus modos de falar⁶⁴*. A textualização é um texto escrito gerado a partir da transcrição das entrevistas, que passa por um processo de edição por parte do pesquisador; mas como dito pelos autores, não há regras definidas para isso.

Seguindo essa ideia, realizei a leitura das transcrições das entrevistas e fui marcando por cores quando os colaboradores falavam de um mesmo assunto, pois como comentei, as entrevistas foram marcadas por idas e vindas, não seguindo a ordem do roteiro e as histórias não foram contadas em blocos. Essas marcações me auxiliavam no momento de escrever as textualizações, pois eu acabava agrupando essas falas para escrever sobre determinada temática na textualização, além de facilitar identificação de quando, por exemplo, eles já haviam contado aquilo e eu não precisava reescrever na textualização, ou quando era necessário retomar aquele assunto por estar diretamente relacionado a outro tema, pois, como comentei, os temas se atravessavam e mesmo que eu tentasse na textualização deixar as falas sobre determinados assuntos agrupadas para facilitar a leitura, as textualizações não possuem uma linearidade, elas também são marcadas por idas e vindas, assim como as entrevistas. Além disso, na textualização tentei manter o máximo possível das características da oralidade, então, muito do que comumente se chamaria de vícios de linguagem, estes não foram excluídos das textualizações, por acreditar que isso acabaria por descaracterizar o modo de expressão e fala das pessoas que de alguma maneira fazem parte da Comunidade Quilombola São Miguel.

⁶² Déa Nunes Fernandes é licenciada em Matemática pela Universidade Federal do Maranhão- UFMA (1988), Mestre em Educação Matemática pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, campus Rio Claro (2001). Doutora em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista- UNESP campus Rio Claro (2011). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1537244455059039>.

⁶³ Nesse texto, para deixar evidente, eles chamam depoente o que eu chamo de entrevistado ou colaborador, dentro da História Oral não está fixada a nomenclatura que atribuímos às pessoas entrevistadas, mas é comum de encontrar nesses textos as variações colaborador, depoente e testemunha.

⁶⁴ (Garnica; Fernandes; Silva, 2011, p. 236)

Em março de 2024, voltei à comunidade para realizar a devolutiva dos arquivos gerados pela entrevista, entendendo esse período como a continuidade do trabalho de campo. A maioria das pessoas entrevistadas preferiu receber o texto da textualização impresso, mas para todos os entrevistados foi enviado uma cópia dos arquivos por e-mail; para aqueles que não tinham e-mail, ou não usavam, como o caso da dona Vera, eu enviei esses arquivos para a Denise, sua filha.

Além do texto das textualizações, fiz um pequeno texto contendo as minhas dúvidas sobre trechos que, após a finalização das textualizações e releitura delas, percebia que não ficaram claros nas entrevistas – esses eu já deixava marcado nas textualizações devolvidas –, além de solicitar informações sobre determinadas pessoas ou locais que foram mencionados e que eu ainda não havia identificado e algumas outras informações necessárias. Esses textos com as minhas dúvidas, eu normalmente enviava via WhatsApp, pois essa era a forma que eles preferiam.

Todos os entrevistados leram e fizeram sugestões nas textualizações, alguns mais, outros menos. As versões com as alterações sugeridas pelos colaboradores, depois de modificadas por mim, foram devolvidas para eles, para eles então autorizarem a sua publicação por meio da assinatura da carta de concessão.

Então, eu entendo que a metodologia da História Oral se conecta com os objetivos dessa pesquisa, pois por meio das narrativas obtidas a partir das entrevistas foi possível evidenciar questões referentes à Educação Matemática e seus estudos e ações envolvendo a população quilombola, bem como as ações voltadas à construção e implementação de cidadania plena de quilombolas e qual o papel da Educação e da Educação Matemática nesse processo, além de produzir fontes históricas orais e escritas sobre esse tema na área. A fonte oral, portanto, não serve apenas como uma mera complementação de informações sobre determinado fenômeno, *esta mostra como os sujeitos o perceberam, digeriram, significaram; por isso mais do que informar sobre acontecimentos, a fonte oral trata dos significados que eles tiveram/têm para as pessoas que os vivenciaram*⁶⁵.

Bem, contado um pouco sobre esse caminho percorrido chegamos às análises elaboradas na pesquisa. Como falei no caso de introdução dessa tese, há os chamados causos analíticos, que enquanto escrevia nem os tinha denominado dessa forma. Nesses causos, falo sobre temáticas que entendo que afetam a educação e a educação matemática que é desenvolvida na comunidade e a educação e educação matemática voltada à população quilombola de algum modo, aspectos esses

⁶⁵ (Silva, 2016, p. 174).

envolvidos no objetivo principal desta pesquisa. Assim, esses causos são uma composição e emaranhado de falas dos colaboradores e de pesquisadores de diferentes áreas que abordam essa temática lidas por mim e são permeados pelas minhas vivências no campo e pelas vivências que tive como pesquisadora e educadora matemática.

As temáticas que me proponho a discutir emergiram de diferentes formas: algumas apareceram quando ainda estava em campo, conversando com as pessoas; outras, quando escutei aos áudios e assisti aos vídeos das entrevistas, já outras, enquanto fazia a leituras das transcrições e textualizações; por fim, outras em discussões dentro dos grupos de pesquisa. Esse movimento de análise foi algo construído de uma forma natural para mim, enquanto pensava nos objetivos da pesquisa, retomava leituras e considerava os resultados do trabalho de campo e das entrevistas, trabalhando assim com uma composição.

2.1 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. Território de afetos: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro. **História Oral**, v. 24, n. 2, 2021. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1209>. Acesso em: 30 set. 2024.

ANJOS, J. C. G. dos.; SILVA, S. B. da. (Org). **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Sulina, 2015.

CURY, F. G. **Uma história da formação de professores de Matemática e das instituições formadoras do Estado de Tocantins**. 2011. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro -SP, 2011.

DINIZ, A. M. R. **Os *foregrounds* de estudantes quilombolas e suas intenções em aprender matemática**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino de Educação Matemática e Tecnológica) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

FERNANDES, F. S.; GARNICA, A. V. M. Metodologia de Pesquisa em Educação Matemática: éticas e políticas na inserção de novos sujeitos, cenários e conhecimentos. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Perspectivas da Educação Matemática**, v. 14, n. 34, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/pedmat/article/view/12785>. Acesso em: 29 set. 2024.

GARNICA, A. V. M.; FERNANDES, D. N.; SILVA, H. da. Entre a amnésia e a vontade de

nada esquecer: notas sobre regimes de historicidade e história oral. **Boletim de Educação Matemática**, v. 25, n. 41, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2912/291223514011.pdf>. Acesso em: 19. set. 2024.

GARNICA, A. V. M. Uma agenda para a história da educação matemática no Brasil?. **Revista De História Da Educação Matemática**, v.1, n. 1, 2015. Disponível em: <https://www.histemat.com.br/index.php/HISTEMAT/article/view/10>. Acesso em: 11 out. 2023.

GPIMEM UNESP. " Coletivo Cronopies. YouTube, 17 de julho de 2023. 05min41s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F1zoQzIAiWQ>. Acesso em: 30 set. 2024.

KHIDIR, K. S. **Práticas socioculturais quilombolas para o ensino de matemática: mobilizações de saberes entre comunidade e escola**. 2018. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Matemáticas) - Universidade Federal do Pará, Belém - PA, 2018.

LISBÔA, F. M. Roda de conversa: metodologia na produção de narrativas sobre permanência na universidade. **História Oral**, v. 23, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/995>. Acesso em: 30 set. 2024.

LOTT, W. P. A festa do congado diante da salvaguarda: novas contribuições no processo de formação da irmandade Os Carolinos. **História Oral**, v. 21, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/793>. Acesso em: 30 set. 2024.

LUIZ, J. M. Caiana dos Crioulos e seus “encantos”: problematizando a constituição de lugares de memória em uma comunidade quilombola paraibana. **História Oral**, v. 22, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/890>. Acesso em: 30 set. 2024.

MACEDO, B. V. de. O Trabalho tal como aparece nas experiências de sujeitos no quilombo Córrego do Narciso do Meio, Vale do Jequitinhonha (MG). **História Oral**, v. 23, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1050>. Acesso em: 30 set. 2024.

MACHADO, B. A. Escre(vivência): a trajetória de Conceição Evaristo. **História Oral**, v. 17, n. 1, 2014. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/343>. Acesso em: 30 set. 2024.

MENDONÇA, T. N. **O Instituto Federal de Minas Gerais em Ouro Preto: memórias, histórias e matemáticas (1959 - 2008)**. 2024. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro - SP, 2024.

OLIVEIRA, M. V. de. “Seja plural, para se tornar singular!”: as memórias de lutas de Januário Garcia através das suas fotografias. **História Oral**, v. 24, n. 2, 2021. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1236>. Acesso em: 30 set. 2024.

OLIVEIRA, S. L. R. C. de.; PAIM, E. A. “Batucando a memória vem”: rememorações de uma matriarca amazônida. **História Oral**, v. 22, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/870>. Acesso em: 30 set. 2024.

OLIVEIRA, S. S. R. de. Uma história social da memória da ditadura: o lugar da História Oral na investigação do regime militar. **História Oral**, v. 22, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/919>. Acesso em: 30 set. 2024.

OLIVEIRA, S. S. R. de. Zózimo Bulbul: a prática de história oral no Centenário da Abolição (1988) e a história de vida de um artista negro. **História Oral**, v. 24, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1102>. Acesso em: 30 set. 2024.

PEREIRA, A. A. Memória, democracia e educação: reflexões sobre diversidade étnica e história oral. **História Oral**, v. 16, n. 1, 2013. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/273>. Acesso em: 30 set. 2024.

PEREIRA, C. P. Trabalhei mutcho: experiências de trabalho nas comunidades quilombolas do Piemonte da Chapada Diamantina, BA. **História Oral**, v. 22, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/880>. Acesso em: 29 set. 2024.

PORTELLI, A. Posfácio: à espera do inesperado. In: HERMETO, M.; SANTHIAGO, R. (Org). **Entrevistas imprevistas: surpresa e criatividade em história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2022.

RIBEIRO, L. F.; COSTA, W. de S. A fotografia como instrumento para valorização da identidade negra: a experiência e metodologia do projeto Autorretrato Nordeste – Quilombos de Alagoas. **História Oral**, v. 22, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/862>. Acesso em: 30 set. 2024.

ROLKOUSKI, E. **Vida de professores de matemática: (im)possibilidades de leitura**. 2006. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro - SP, 2006.

ROLKOUSKI, E.; SILVA, H.; CANDRAY, J. C. M. História Oral e Políticas Públicas Educacionais: algumas aproximações. **Anais do VII ENAPHEM - Encontro Brasileiro de Pesquisa em História da Educação Matemática**, 2024. (No prelo).

ROVAI, M. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84). **Revista Tempo e Argumento**, v. 5, n. 10, 2013.

SANTOS, D. A. T. dos. **A Pedagogia Crítica, a Etnomatemática e as práticas de alfabetização matemática e numeramento no Quilombo São Félix/MG**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SILVA, H. da. A História Oral como abordagem em espaços Formativos formais de professores de matemática. **Revista de História da Educação Matemática**, v. 2, n. 3, p. 168- 184, 2016. Disponível em: <https://histemat.com.br/index.php/HISTEMAT/article/view/109>. Acesso em: 11 out. 2023.

SILVA, H. da.; SOUZA, L. A. Injustiças e desobediências epistêmicas no trabalho com narrativas na formação de professores de Matemática: potencialidades em permanecer com o problema. In:

SILVA, H. da. **Rompendo Fronteiras Disciplinares**: narrativas, práticas de pesquisa e intervenção na formação de professores que ensinam matemática. Editora da Física: São Paulo, 2023.

TIZZO, V. S.; XAVIER, A. C. M. Z.; DA SILVA, H. Entre métodos e teorias: trilhas e afetos de uma História Oral na Educação Matemática inspirada na cartografia. **História Oral**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 117–133, 2022. DOI: 10.51880/ho.v25i2.1266. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1266>. Acesso em: 22 jun. 2025.

VALENÇA, A. C. **Matemática, africanidade e formação de professores na escola quilombola**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Pernambuco, Nazaré da Mata - PE, 2018



AGORA É LEI

*Dá cadeia para quem me chamar de negro analfabeto
Só não dá cadeia para quem impõe o analfabetismo,
obstruindo meu acesso às escolas
Dá cadeia para quem me chamar de negro burro
Só não dá cadeia para quem me chamar de "moreno",
Mesmo sabendo que com isso querem me transformar
em um híbrido
E assim como aos burros, negar as condições de
reprodução da minha raça
(Nego Bispo)¹*

¹ SANTOS, A. B. dos. *Colonização, Quilombos: modos e significações*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

3 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA QUANTO À EDUCAÇÃO VOLTADA PARA A POPULAÇÃO AFRO-BRASILEIRA: UM CAUSO SOBRE AQUELA VELHA HISTÓRIA "NA TEORIA UMA COISA, NA PRÁTICA OUTRA"

Na pesquisa desenvolvida abordei questões sobre a relação escola quilombola e comunidade quilombola e sobre a educação ofertada para essa população. Para isso e para situar melhor você que está lendo sobre essa questão, acredito ser fundamental contar esse caso. Um caso que aborda questões sobre a legislação brasileira que, de alguma forma, fala sobre, ou atravessa a questão da educação voltada à população afro-brasileira, mais especificamente, a população quilombola e sobre alguns órgãos responsáveis.

E para começar, creio que o caminho melhor seja o de retomar o que foi a Lei de 13 de maio de 1888², conhecida como Lei Áurea. Essa Lei declarou extinta a escravidão no Brasil, ao menos foi o marco oficial. Não que isso tenha efetivamente acontecido, pois, como conto em outros casos, outras formas de aprisionamento pelo trabalho foram impostas às pessoas negras no Brasil desde então. Além disso, as pessoas que foram escravizadas, muitas vezes não tinham condição de sair daqueles locais, pois a lei definia a extinção da escravidão, mas não assegurava nenhuma forma de sobrevivência àquelas pessoas que, por esse motivo permaneciam com seus senhores, vivendo nas mesmas condições.

Porém, antes da declaração de abolição da escravidão no Brasil, em decorrência da movimentação de abolicionistas, outras leis foram promulgadas promovendo de forma gradual esse movimento. Isso, começou em 1850, quando foi criada a lei conhecida como Lei Eusébio de Queirós³, que tinha por objetivo declarar proibida a importação de africanos como escravos. Essa lei, no entanto, foi amplamente ignorada.

Em 1871, foi a vez da Lei do Ventre Livre⁴ que declarava livres os filhos das mulheres escravizadas nascidos a partir dessa data. Porém essas crianças deveriam permanecer sob responsabilidade de suas mães e seus senhores até os oito anos de idade. Chegando a essa idade, o senhor teria o direito de optar por uma indenização de seiscentos mil réis paga pelo Estado ou

² (Brasil, 1888).

³ Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos no Império (Brasil, 1850).

⁴ Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos (Brasil, 1871).

manter essa criança em sua posse, utilizando seus serviços até os vinte e um anos. Em outras palavras, na prática, eles continuavam a ser escravizados; eles não nasciam livres, eles teriam esse direito só após os 21 anos de idade⁵. Todas as vezes que faço a leitura dessa lei, me pergunto: que garantia de liberdade era essa?

Além disso, na Lei do Ventre Livre se fazia menção à educação das crianças que seriam afetadas por ela, falando de quem seria a responsabilidade dela, porém, não foi especificado que tipo de educação era essa. No artigo *Movimento negro e educação*⁶, publicado em 2000 pela professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva⁷ e pelo falecido professor Luiz Alberto Oliveira Gonçalves⁸ foi salientado como essa lei não se efetivou, pois não garantiu que essas crianças fossem entregues ao Estado, muito menos que fossem educadas, segundo dados apresentados no artigo, entre 1871 e 1885, conforme apresentado no relatório do Ministério da Agricultura de 1885, considerando a capital e 19 províncias, a quantidade de beneficiadas pela Lei era de 403.827 crianças de ambos os sexos, porém, desse total, somente 113 haviam sido entregues ao Estado⁹.

Nesse período em que se falava de algum tipo de educação para essas crianças que nasceriam livres segundo a Lei do Ventre Livre, ainda havia províncias que proibiam pessoas escravizadas de ter acesso às escolas. Na verdade, como apresentado por Surya Pombo de Barros¹⁰ no artigo *Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX*¹¹, na legislação, desde a Constituição de 1824 é trazida essa proibição, pois no texto dessa Constituição se fala na instrução primária gratuita a todos os cidadãos¹², mas como enfatizado por Surya, naquele modelo de sociedade, pessoas escravizadas não eram consideradas cidadãos.

⁵ (Brasil, 1871).

⁶ (Gonçalves; Silva, 2000).

⁷ Petronilha Beatriz Gonçalves é formada em Português e Francês pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestra em Educação pela UFRGS e doutora em Educação pela mesma Universidade. É Professora Emérita da Universidade Federal de São Carlos. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5770245673371690>.

⁸ Luiz Alberto Oliveira Gonçalves possuía mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (1985), doutorado em Sociologia - École des Hautes Études en Sciences Sociales (1994) e pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (2006). Foi professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5887145600907673>.

⁹ Esses dados foram retirados da dissertação de mestrado “Concepções e práticas em relação à educação dos negros no processo de abolição do trabalho escravo no Brasil (1867-1889)”, de Marcus Vinicius da Fonseca (Fonseca, 2000).

¹⁰ Surya Aaronovich Pombo de Barros é historiadora FFLCH-USP (2002) e mestra (2005) e doutora (2017) em História e Historiografia da Educação - Faculdade de Educação-USP. Professora Associada I no Centro de Educação - UFPB, atuando nas áreas de Política Educacional, História da Educação e Relações Raciais. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9315918014562884>.

¹¹ (Barros, 2016).

¹² (Brasil, 1824).

Com o passar dos anos, várias províncias instituíram leis que proibiam, usando, especificamente, o termo escravos de acessar as escolas, vou falar aqui algumas dessas províncias e os anos que as leis foram instituídas, conforme apresentado por Surya em seu artigo. A primeira delas – que traz esse termo mencionada no artigo – é do ano de 1835, no Espírito Santo. Ela conta ter encontrado duas leis que mencionam a proibição de escravos de frequentar às escolas no Rio Grande do Sul no ano de 1837. Em 1853, na Paraíba, havia uma lei que proibia escravos e pessoas que tivessem doenças contagiosas de frequentar escolas públicas. Na província de Santa Catarina, em 1869, também havia um regulamento que proibia escravos de frequentar às escolas. No ano de 1876, nas províncias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ainda se mantinha essa proibição¹³. Nesse caso, eu só mencionei uma pequena (bem pequena) quantidade das leis que foram apresentadas por Surya e que traziam essa proibição, ademais a própria autora comentou em seu artigo que não conseguiu ter acesso a toda legislação que abordava essa temática, ou seja, podemos imaginar que a legislação que impunha a proibição a essa população de frequentar a escola é ainda maior.

Surya destaca a década de 1870 como a ocasião da definição da Lei do Ventre Livre e a criação de escolas noturnas. Nessas escolas, como feita menção em uma lei de 1876 da província do Rio Grande do Sul e em uma da Corte, em 1878, seriam aceitos nas aulas noturnas ingênuos, libertos ou livres, mas eu fico me questionando: seriam aceitos sob quais condições? Após essa dita permissão, quais seriam as condições dessas pessoas para acessar e permanecer estudando? Nesse período, também há casos na legislação em que pessoas escravizadas poderiam frequentar à escola, especificamente, nas aulas noturnas, porém somente com a permissão dos seus senhores, como apontado em uma lei de 1874 na província de Santa Catarina¹⁴. Ainda ficam alguns questionamentos: quantos senhores teriam interesse que seus escravos fossem para a escola? E aqueles que tinham esse interesse, por qual motivo? Porém, nessa década e na década seguinte, década que ocorreu a abolição, ainda permanecia na legislação de muitas províncias, explicitamente, a proibição de pessoas escravizadas frequentar a escola¹⁵.

Voltando a falar de leis que seguiam esse caminho da sonhada abolição, outra lei anunciada, e que era também resultado de movimentos abolicionistas, foi a Lei dos Sexagenários¹⁶ de 1885.

¹³ (Barros, 2016).

¹⁴ (Barros, 2016).

¹⁵ (Barros, 2016).

¹⁶ Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885. Regula a extinção gradual do elemento servil (Brasil, 1885).

Essa lei anunciava que pessoas escravizadas de 60 anos de idade, completos antes ou depois da data de sua promulgação, seriam libertas. Porém, e sempre há um porém, essas pessoas eram obrigadas a trabalhar por mais três anos para indenizar “seu senhor” pela sua alforria, e depois disso – seguindo o que está escrito na lei –, continuavam com seus ex-senhores, que eram responsáveis por abrigar, vestir, alimentar e cuidar caso eles ficassem doentes. Mas, aqui entra mais um porém, esses chamados ex-senhores poderiam ainda utilizar dos serviços considerados compatíveis com as forças dessas pessoas já idosas e ditas libertas¹⁷.

Como se pode notar, essas leis não se tornaram efetivas na prática. E isso me faz lembrar de um artigo de Leonardo Boff, um teólogo e filósofo, simpatizante do socialismo e conhecido como defensor dos pobres e excluídos, publicado em 2020, com segunda edição em 2023, no *Jornal do Brasil*, sobre porque humanos escravizam outros humanos; nesse texto, tem um trecho que ele diz o seguinte: *As cabeças mais brilhantes do Ocidente viram-na [a escravidão de humanos] como natural ou até possuíam escravos. Assim, Aristóteles, David Hume, Immanuel Kant, Friedrich Hegel [todos esses, importantes filósofos].* O próprio formulador da Declaração de Independência dos Estados Unidos, Thomas Jefferson, na qual se afirmava que todos os seres humanos nascem livres e com direitos iguais, possuía escravos; bem como o nosso Tiradentes, que possuía pelo menos seis deles. O famoso Padre Antônio Vieira, num engenho pregava aos escravos: ‘Sois imitadores do Cristo crucificado porque padeceis em um modo muito semelhante ao que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz e em toda a sua paixão’, chegando a chamá-los por isso de ‘bem-aventurados’. Uma piedosa e ao mesmo tempo cruel justificativa.”¹⁸

Essa história da legislação brasileira envolvendo todo um processo para a libertação das pessoas negras escravizadas e esse texto do Boff, me fazem pensar o quão naturalizada foi (e ainda é!) a escravidão de pessoas no mundo. Essa persistência da escravidão, como diz Boff, foi e é até os dias atuais, um desafio humanístico, filosófico, ético e teológico¹⁹.

Quando consideramos a escravização do povo africano, como abordado por Edimara Gonçalves Soares²⁰ em sua dissertação, trata-se de algo sem precedentes; pois, como ela expõe, a

¹⁷ (Brasil, 1885).

¹⁸ Boff (2023). Texto consultado em 27 de setembro de 2024, no link: <https://www.jb.com.br/pais/artigo/2020/01/1021755-por-que-humanos-escravizam-outros-humanos.html>.

¹⁹ No mesmo texto, Boff revela que a Índia em 2020 liderava o ranking de país com maior número de pessoas escravizadas, com 7,99 milhões de escravizados, e que os dados do Brasil de 2018 apontavam 369 mil em condições análogas à escravidão ou escravizados (Boff, 2023).

²⁰ Edimara Gonçalves Soares é a primeira Doutora quilombola do Brasil. Possui Graduação em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria (2007). Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná

escravidão na história foi uma constante, porém, não da forma como foi feita com esse povo, uma vez que mesmo *que muitas sociedades antigas e medievais tivessem adotado o sistema escravista como forma de enriquecimento, nenhuma produziu um arcabouço teórico-científico que destituísse o homem de sua condição humana e impusesse a redução de ser humano a de um ser animal de carga, tratado como uma peça, uma ferramenta da engendragem econômica. Nenhuma sociedade transformou um outro lugar em “viveiro para caça comercial de peles”, – pele negra –, nenhuma retrata profundas sequelas deixadas pelas lutas sangrentas, pelas migrações forçadas – na condição de peças de negócios lucrativos; nenhuma teve total destruição do seu modo de organização social que ainda hoje é tristemente visível*²¹.

No Brasil, a abolição só ocorreu quando o movimento abolicionista tomou medidas mais radicais e como consequência teve o anúncio da Lei Áurea. Mas, como eu disse no começo desse caso, esta Lei também não foi efetiva, pois essas pessoas recém libertas passaram por diversos desafios sociais, econômicos, raciais, educacionais e políticos.

A questão do racismo sempre esteve presente nas vidas dessas pessoas e de seus descendentes, fato que é possível ver ainda atualmente, apenas dando uma rápida busca na internet por notícias sobre essa temática. A primeira lei criada contra o racismo foi a Lei Afonso Arinos²², de 1951. Nela estava dito que era contravenção penal ações que envolvessem preconceito de raça ou de cor. Em 1985, a redação da Lei Afonso Arinos é alterada e inclui como contravenção penal, além dos atos resultantes de preconceito de raça e de cor, também aqueles resultantes de preconceito de sexo ou de estado civil²³.

Então, somente em 1988, cem anos depois da abolição da escravidão no país, na Constituição da República Federativa do Brasil, a prática de racismo se tornou um crime inafiançável e imprescritível²⁴. No ano seguinte, em 1989, isso foi regulamentado pela Lei nº 7.716²⁵ que tipifica os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Em 2023, foi

(2008). Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2012). Professora de Geografia da Educação Básica - Quadro Próprio do Magistério do Paraná. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8176016559367424>.

²¹ (Soares, 2008, p. 58).

²² Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951. Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor (Brasil, 1951).

²³ Lei nº 7.437, de 20 de dezembro de 1985. Inclui, entre as contravenções penais, a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, dando nova redação à Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951 - Lei Afonso Arinos (Brasil, 1985).

²⁴ XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei (Brasil, 1988a, p. 4).

²⁵ Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Brasil, 1989).

sancionada a Lei nº 14.532²⁶, que define como crime de racismo a injúria racial, sendo considerada injúria racial quando a agressão é direcionada ao indivíduo e racismo quando é contra um coletivo. Na Lei anterior, ao crime de racismo era prescrita uma pena maior que para a injúria racial. A partir da nova Lei, a pena para injúria racial foi aumentada de um a três anos para de dois a cinco anos de reclusão.

Note que, mesmo passados tantos anos do término institucionalizado da escravidão, ou seja, da promulgação de uma lei que definia isso, e mais de 30 anos após a Lei que penaliza crimes de preconceitos de raça e cor no país, ainda foi necessário sancionar uma lei que aumentava a penalidade de uma das agressões, a injúria racial, dada sua forte incidência até os dias de hoje. Isso também é resultado de um processo sistemático naturalizado de discriminação social contra pessoas negras, como aponta Grada Kilomba²⁷ ao discorrer sobre o racismo cotidiano, que este *refere-se a todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro e as Pessoas de Cor não só como “Outra/o – a diferença contra a qual o sujeito branco é medido – mas também como Outridade, isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade branca.*”²⁸.

Essas conquistas, no que diz respeito à luta contra o racismo são consequências das lutas de movimentos sociais negros, como mencionado no artigo *Resistência democrática: a questão racial e a Constituição Federal de 1988*²⁹, publicado no ano 2018, pelas professoras Nilma Lino Gomes³⁰ e Tatiane Cosentino Rodrigues³¹; nesse artigo, elas comentam que o movimento negro enviou várias propostas sobre diferentes áreas para a Assembleia Nacional Constituinte, responsável pela construção da Constituição Federal de 1988. Os movimentos negros não foram

²⁶ Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público (Brasil, 2023c).

²⁷ Grada Kilomba é uma artista interdisciplinar, escritora e teórica, com raízes em Angola e São Tomé e Príncipe, nascida em Lisboa, onde estudou psicologia e psicanálise. Vive em Berlim, onde se doutorou em filosofia na Freie Universität e foi professora no Departamento de Gênero da Humboldt Universität.

²⁸ (Kilomba, 2019, p. 78).

²⁹ (Gomes; Rodrigues, 2018).

³⁰ Nilma Lino Gomes é Pedagoga pela UFMG, mestra em Educação/UFMG, doutora em Antropologia Social/USP e pós-doutora em Sociologia/Univ.Coimbra e em Educação pela UFSCAR. Professora Titular Emérita da Faculdade de Educação da UFMG. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7444449891704854>.

³¹ Tatiane Cosentino Rodrigues é doutora em educação (2011) pela Universidade Federal de São Carlos, possui graduação (2003) em Pedagogia e Mestrado em Ciências Sociais (2005) pela mesma instituição. É professora do Departamento de Teorias e Prática Pedagógicas e do Programa de Pós Graduação em Educação da UFSCar. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8361431964064731>.

atuantes apenas na luta contra o racismo, mas também a questão da educação que era um ponto importantíssimo nessa luta.

No artigo *Movimento negro e educação*³², de Petronilha e Luiz Alberto é abordada essa relação entre movimento e educação de uma forma histórica. Além disso, eles enfatizam que a situação educacional da população negra brasileira está situada sobre dois pilares históricos, o da exclusão e do abandono. Anteriormente, comentei sobre algumas políticas que servem de exemplos da exclusão dessas pessoas, mais especificamente no século XIX. No artigo, olhando para o século XX, Petronilha e Luiz Alberto falam rapidamente sobre a questão do abandono da população negra, principalmente a que estava na zona urbana, quando a sociedade passou por um processo de modernização e nesse processo a população negra foi deixada de lado, abandonada³³.

Dentro desse contexto, Petronilha e Luiz Alberto mencionam casos em que foram as entidades negras que, na ausência de políticas educacionais voltadas para a população negra, foram lá e começaram a *oferecer escolas visando a alfabetizar os adultos e promover uma formação mais completa para as crianças negras*³⁴. Considerando o que foi falado até aqui, é importante ressaltar a denúncia das professoras Nilma e Tatiane em seu artigo sobre como a participação dos movimentos negros não é mencionada na teoria e nas políticas educacionais³⁵.

Então, entendo ser importante destacar dois pontos quando falo sobre legislação referente às questões educacionais para a população negra. O primeiro ponto diz respeito ao acesso, no caso, à exclusão dessa população de ambientes escolares. O outro ponto – que falarei logo mais nesse caso – retrata tempos mais atuais e fala de políticas educacionais voltadas para essa população, o que não exclui ainda a questão do acesso e de como a educação deve abordar e valorizar a história e cultura dessa população e a importância dessas pessoas para a constituição de um país, o Brasil. E é óbvio que um ponto impacta diretamente o outro.

Mas retornando à Constituição de 88, foi nela que foi reconhecido o direito à propriedade definitiva das terras que são habitadas por comunidades quilombolas, deixando claro que é dever do Estado assegurar esse direito e emitir os títulos dessas propriedades³⁶. Porém, isso não é tão simples como parece, no caso sobre a Comunidade quilombola São Miguel, onde foi realizada

³² (Gonçalves; Silva, 2000).

³³ (Gonçalves; Silva, 2000).

³⁴ (Gonçalves; Silva, 2000, p. 140).

³⁵ (Gomes; Rodrigues, 2018).

³⁶ Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (Brasil, 1988a, p. 158).

esta pesquisa, falo um pouco mais sobre os processos e órgãos que estão envolvidos com essa questão e como, muitas vezes, isso é demorado, podendo se estender por anos.

Então, por ora, eu vou contar rapidamente sobre esses órgãos e quais são as suas atribuições dentro desse processo de assegurar o direito à terra da população quilombola. A Fundação Cultural Palmares, tinha por objetivo na sua criação, em 1988³⁷, promover e preservar os valores sociais, culturais e econômicos resultantes da influência da população negra na constituição da sociedade brasileira. No ano de 2001, através de uma medida provisória é atribuída à Fundação a responsabilidade de identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e promover o registro das terras das comunidades quilombolas³⁸. Mas deixa-se claro que a titulação é conferida a essas comunidades pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, através do Decreto 4.887³⁹, do ano de 2003 que regulamenta todos esses procedimentos. Além disso, neste decreto se define que a caracterização de comunidade remanescente de quilombo é atribuída pela autodefinição da própria comunidade⁴⁰.

Há uma seção na Constituição que aborda questões relacionadas à cultura, destaco aqui os artigos 215 e 216. O artigo 215 fala que o Estado deve garantir a todas as pessoas o pleno exercício dos direitos culturais, apoiar e incentivar a valorização e difusão das manifestações culturais, além de proteger as manifestações das culturas indígenas, afro-brasileiras e de outros grupos participantes do processo de constituição da sociedade brasileira. Já o artigo 216 traz que *constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de*

³⁷ Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP e dá outras providências (Brasil, 1988b).

³⁸ Medida provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001. Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Art. 8º O art. 2º da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 2º A Fundação Cultural Palmares - FCP poderá atuar, em todo o território nacional, diretamente ou mediante convênios ou contrato com Estados, Municípios e entidades públicas ou privadas, cabendo-lhe:

[...]

III - realizar a identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, proceder ao reconhecimento, à delimitação e à demarcação das terras por eles ocupadas e conferir-lhes a correspondente titulação.

Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares - FCP é também parte legítima para promover o registro dos títulos de propriedade nos respectivos cartórios imobiliários." (Brasil, 2001, p. 24).

³⁹ Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Brasil, 2003b).

⁴⁰ (Brasil, 2003b).

*expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico*⁴¹.

Alinhado ao que é abordado nesses artigos, que mencionei agora a pouco, o artigo 242 traz uma questão relacionada à educação, mais especificamente ao ensino da História do Brasil, enfatizando que isso deve ser feito considerando as contribuições das diferentes culturas e etnias que formaram a população do país⁴². Seguindo esse caminho, no ano de 1996, é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases⁴³, conhecida como LDB, nela é abordado que os currículos do ensino fundamental, médio e, posteriormente agregado, o currículo da educação infantil devem conter uma parte diversificada que abarque características regionais e locais do contexto em que está inserida, além de abranger, obrigatoriamente, *o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil*⁴⁴. E enfatiza que o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias que constituíram o país, especialmente indígena, africana e europeia⁴⁵, algo muito similar ao que foi abordado na Constituição de 88. Com isso, entendo que a LDB se propôs a pensar uma educação voltada para a diversidade. A seguir, trazemos um panorama das políticas públicas voltadas à população quilombola no século XXI.

Políticas Públicas direcionadas à população quilombola no século XXI

No ano de 2002, foi instituída as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo⁴⁶ e mesmo que não seja algo voltado diretamente para a população quilombola, acho importante falar dessas Diretrizes; pois, grande parte dessa população vive na zona rural. Lá em 2002, o texto da Resolução que institui essas Diretrizes afirma que as propostas pedagógicas

⁴¹ (Brasil, 1988a, p. 132).

⁴² (Brasil, 1988a).

⁴³ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (Brasil, 1996).

⁴⁴ § 1º Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil (Brasil, 1996, p. 10).

⁴⁵ § 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia (Brasil, 1996, p. 11).

⁴⁶ Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Brasil, 2002).

das escolas inseridas nesse contexto deveriam contemplar a diversidade social, cultural, política, econômica, de gênero, geração e de etnia⁴⁷. Após seis anos, foram estabelecidas diretrizes complementares, como o texto da resolução de 2008⁴⁸ que menciona que a população quilombola, dentre outras citadas, é uma das populações a ser atendida pela Educação do Campo.

Continuando nessa linha do tempo, que por vezes acabo indo e voltando em sua cronologia, é fundamental falar sobre a inclusão da obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da Rede de Ensino no ano de 2003 por meio da Lei 10.639, pois até então se falava em considerar essas questões no ensino, mas não as traziam como obrigatórias. Como quando comentei sobre a LDB, tanto que essa é uma lei que altera tópicos da própria LDB. A Lei 10.639 – a respeito dos conteúdos referentes à História da África e dos Africanos – afirma que as lutas da população negra no Brasil, a cultura negra brasileira e as contribuições dessa população na formação da sociedade nos diferentes âmbitos deveriam ser abordadas em todo o currículo escolar, porém especifica algumas áreas em especial, que eram as áreas de Educação Artística, de Literatura e História Brasileiras. Essas especificações, a meu ver, abriram brechas para que considerassem que esses conteúdos deveriam ficar restritos a essas áreas, isso é um fato comum de se ver nas escolas. Além disso, foi por essa Lei que foi definido que seria incluído o dia 20 de novembro no calendário escolar como o Dia da Consciência Negra⁴⁹. Essa Lei, que foi modificada pela Lei 11.645⁵⁰, em 2008, a fim de incluir na obrigatoriedade de ensino, além da História e Cultura Afro-Brasileira, também a História e Cultura Indígena. A Lei 10.639 foi um marco na educação.

A partir do ano de 2003 foram várias as ações voltadas à população afro-brasileira e quilombola que entendo, de certa forma, serem impulsionadas pela instituição da Lei 10.639 e por um governo⁵¹ que se preocupava com causas que abrangessem essa temática. Como o caso da

⁴⁷ Art. 5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia (Brasil, 2002, p. 1).

⁴⁸ Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo (Brasil, 2008b).

⁴⁹ Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências (Brasil, 2003c).

⁵⁰ Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" (Brasil, 2008a).

⁵¹ Governo Lula (2003 – 2010).

criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR⁵² no ano de 2003, que tinha como um dos seus objetivos assessorar na elaboração, coordenação e articulação de políticas públicas e diretrizes para a promoção da igualdade racial. Como consequência da criação da SEPPIR, em novembro de 2003 foi instituída a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR⁵³, que tinha por objetivo principal reduzir as desigualdades raciais no Brasil.

A criação do Programa Brasil Quilombola em 2004, e que em 2007, por meio de um decreto⁵⁴ estipulou uma agenda social no contexto desse Programa, tinha por prioridade alcançar as comunidades quilombolas com índices significativos de violência, baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade social com ações direcionadas *ao acesso à terra, à infraestrutura e qualidade de vida, à inclusão produtiva e desenvolvimento local e à cidadania*⁵⁵. Agenda que foi revogada no ano de 2023 pelo decreto 11.447⁵⁶, decreto este que institui o Programa Aquilomba Brasil, que tem por objetivo, no âmbito da administração pública federal, *promover medidas intersetoriais para a garantia dos direitos da população quilombola no País*⁵⁷ entre esses direitos, a educação.

Ainda no ano de 2004, foi criada a Secretaria de Educação, de Alfabetização e Diversidade⁵⁸, uma ação do Governo Federal no campo da Educação, que em 2011⁵⁹ passou a ser chamada de Secretaria de Educação, de Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI que tinha, dentre as várias competências atribuídas a ela, a implementação de políticas educacionais voltadas para a *alfabetização, a educação de jovens e adultos, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos, a educação em direitos humanos, a*

⁵² Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003. Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências (Brasil, 2003d).

⁵³ Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003. Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e dá outras providências (Brasil, 2003a).

⁵⁴ Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007. Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências (Brasil, 2007b).

⁵⁵ (Brasil, 2007b, p. 1).

⁵⁶ Decreto nº 11.447, de 21 de março de 2023. Institui o Programa Aquilomba Brasil e o seu Comitê Gestor (Brasil, 2023a).

⁵⁷ (Brasil, 2023a, p.1).

⁵⁸ Decreto nº 5.159, de 28 de julho de 2004. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação, e dá outras providências (Brasil, 2004b).

⁵⁹ Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação e dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão (Brasil, 2011).

*educação ambiental e a educação especial*⁶⁰. Essa Secretaria, que abordava questões tão importantes, começou a ser precarizada no ano de 2016 e, no ano de 2019, foi dissolvida. Porém, com a volta ao poder do governo que a criou no ano de 2004, ela é recriada em 2023 com uma pequena alteração em seu nome, sendo denominada de Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão⁶¹. As competências atribuídas a ela são mais abrangentes, mas semelhantes às aquelas definidas lá em 2011 no que se refere à educação voltada à população quilombola.

Voltando a falar do ano de 2004, afinal foi um ano movimentado em relação às questões direcionadas à educação da população afro-brasileira, uma vez que havia o intuito de regulamentar o que foi trazido pela Lei 10.639, foi instituída as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana⁶². Isso foi algo muito representativo, pois marcava um movimento em direção de uma educação mais diversa. É importante ressaltar aqui, que isso também foi resultado de um conjunto de reivindicações que movimentos sociais negros fizeram desde o século XX. Desse modo, as Diretrizes também têm por objetivo responder aos anseios da população, e aqui falo, principalmente, e majoritariamente, da população afro-brasileira no que diz respeito à educação. Tanto que para a elaboração do Parecer⁶³ referente a essas diretrizes foi realizada uma consulta por meio de um questionário encaminhado a grupos do Movimento Negro, militantes, Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, professores que desenvolveram trabalhos relacionados a questão racial, pais de alunos, entre outras pessoas, independentemente de seu pertencimento racial. Foram enviados cerca de 1000 questionários e, a partir dessas respostas, constatou-se a necessidade de abordar dúvidas referentes a essa temática antes de lançar orientações e normas⁶⁴.

Procurando oferecer essa resposta à população afro-brasileira na área da educação, foi proposto por essas Diretrizes políticas de reparações, de reconhecimento e valorização e de ações afirmativas. Essas políticas têm como meta *o direito dos negros se reconhecerem na cultura*

⁶⁰ (Brasil, 2011, p. 16).

⁶¹ Decreto nº 11.691 do Governo Lula, de 5 de setembro de 2023. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança (Brasil, 2023b).

⁶² Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004d).

⁶³ Parecer n.º: CNE/CP 003/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004c).

⁶⁴ (Brasil, 2004c).

*nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos*⁶⁵, além de buscar combater o racismo e as discriminações que afetam essa população. Também é mencionada a necessidade de uma formação adequada dos professores, isso quer dizer uma formação que aborde as questões étnico-raciais, a questão do racismo e do preconceito presente na sociedade brasileira e as consequências e tensões que isso acarreta à educação.

Além disso, nas Diretrizes é exposto que é responsabilidade do Estado promover e incentivar políticas de reparações, já que a população negra brasileira passou, e esta pesquisa que desenvolvemos mostra que ainda passa, por danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais acarretados por um regime escravista, por políticas de branqueamento da população, por manutenção de privilégios dos já privilegiados em influenciar no modo como a sociedade foi e é organizada. Em relação a políticas de reparação na educação, é exposto a necessidade de garantir, além do acesso, a permanência dessa população nos ambientes de ensino e que esses promovam o que foi estipulado pela Lei 10.639, pois pesquisas na área deixam evidente que mesmo já passadas mais de duas décadas de sua promulgação, esta é uma lei que ainda não é efetiva na educação, fato que abordarei em outros causos.

Ainda falando sobre o que é abordado em tal documento, mas agora, especificamente, sobre a educação das relações étnico-raciais, é defendida a importância da *articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas e movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola*⁶⁶. Porém, como vou contar em outros causos ao longo desta tese, é visto que essa articulação não acontece ou acontece muito timidamente. E para, além disso, garantir o acesso e permanência da população negra à educação é necessário educar a população branca, deixando evidente que o sucesso e privilégios de determinados grupos vieram a custo da marginalização, desigualdades e preconceitos impostos a outros e a responsabilidade dessa população na construção de uma sociedade mais justa e menos desigual. Como aponta Cida Bento, psicóloga e ativista brasileira, torna-se urgente romper com a relação de dominação de raça e gênero que ocorre nas organizações, de uma forma geral, e em especial nos espaços educacionais, inclusive de forma silenciosa. Para a autora da obra *O pacto da branquitude* é essencial reconhecer, tornar explícitos e conturbar alianças e acordos não

⁶⁵ (Brasil, 2004c, p. 2).

⁶⁶ (Brasil, 2004c, p. 5).

verbalizados que culminam no favorecimento de interesses grupais, característicos do pacto narcísico da branquitude⁶⁷.

O Parecer traz orientações, algumas delas eu acabei de comentar sobre, e essas justificam e fundamentam as determinações relacionadas a inclusão da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares. Além disso, traz alguns princípios filosóficos e pedagógicos que devem conduzir as ações dos envolvidos, são eles: consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações educativas de combate ao racismo e a discriminações.

Até o momento, contei um pouco sobre o que é abordado nessas diretrizes, mas falei de uma educação voltada às relações étnico raciais de uma forma geral. Quero agora destacar partes delas que falam diretamente dos quilombos.

As diretrizes ressaltam que a História Afro-Brasileira deve incluir a história dos quilombos – começando pelo Quilombo de Palmares – e de remanescentes de quilombos, apresentando as contribuições destes para a formação da sociedade brasileira; além disso, enfatizam que os sistemas de ensino e estabelecimentos de Educação Básica, nos seus mais diferentes níveis e Educação Superior, precisam providenciar a *oferta de Educação Fundamental em áreas de remanescentes de quilombos, contando as escolas com professores e pessoal administrativo que se disponham a conhecer física e culturalmente, a comunidade e a formar-se para trabalhar com suas especificidades*⁶⁸. Considero esses pontos extremamente importantes para a educação de forma geral, mas principalmente para educação voltada à população quilombola; porém, como disse no título desse causo – e como verão nos causos ao longo desta tese, principalmente nas entrevistas das colaboradoras e dos colaboradores dessa pesquisa –, muitas vezes isso fica restrito à teoria, não acaba indo para a prática nas escolas.

Continuando a falar de ações que impactam a vida e a educação da população quilombola de uma forma mais direta, no ano de 2010 foi instituído o Estatuto da Igualdade Racial⁶⁹, ele é *destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de*

⁶⁷ (Bento, 2022).

⁶⁸ (Brasil, 2004c, p. 15).

⁶⁹ Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003 (Brasil, 2010).

*intolerância étnica*⁷⁰. O Estatuto traz como direitos fundamentais: o direito à saúde; o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; o direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos; o acesso à terra e à moradia adequada; ao trabalho; aos meios de comunicação. No que diz respeito a educação, esta deve atender ao que foi apresentado na LDB e, conseqüentemente, ao que está disposto na Lei 10.639. Na redação do Estatuto se incentiva a participação de intelectuais e do movimento negro nas escolas em datas comemorativas para estes compartilharem com estudantes as suas vivências e experiências em relação ao que se está sendo comemorado, além de incentivar o desenvolvimento de pesquisas e programas de estudo direcionados a temas que abordem questões voltadas às relações étnicas, aos quilombos, entre outras temáticas de interesse da população negra. Várias outras questões são pontuadas no Estatuto sobre Educação e sobre outras diversas temáticas que nem sequer mencionei, mas para não me alongar vou voltar a falar diretamente de medidas destinadas à educação.

No ano de 2010, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação instituiu uma comissão que ficaria responsável pela elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola; essa comissão foi composta pelos conselheiros Adeum Hilário Sauer, Clélia Brandão Alvarenga Craveiro, pela relatora Nilma Lino Gomes, pelos presidentes Raimundo Moacir Mendes Feitosa e Rita Gomes do Nascimento e contou com a assessoria de uma especialista no assunto, Maria da Glória Moura, da Universidade de Brasília⁷¹.

Em novembro desse mesmo ano, no 1º Seminário Nacional de Educação Quilombola, organizado pelo Ministério da Educação, através da SECAD e da SEPPIR e por outros parceiros foi montada uma outra comissão, essa sendo quilombola e tinha como função assessorar a comissão instituída pela Câmara de Educação Básica. Os integrantes dessa comissão indicados pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, a CONAQ, foram os seguintes: Edicélia Santos (Quilombo Bom Jesus da Lapa, BA), Laura Maria dos Santos (Quilombo Campinho da Independência, RJ), Maria Diva Rodrigues (Quilombo Conceição das Crioulas, PE), Maria Zélia de Oliveira (Quilombo Conceição das Crioulas, PE). Além desses, também compuseram essa comissão uma pesquisadora da Educação Escolar Quilombola, Georgina Helena Lima Nunes, da Universidade Federal de Pelotas; uma representante da SECAD, Maria Auxiliadora Lopes; e uma representante da SEPPIR, Leonor Araújo. Durante o processo de

⁷⁰ (Brasil, 2010, p. 1).

⁷¹ (Brasil, 2012b).

elaboração ainda foram convidadas para participar Sueli Teixeira Mello, representando a Secretaria de Educação Básica do MEC e Maria Isabel Rodrigues da Fundação Cultural Palmares⁷².

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola só foram definidas no ano de 2012⁷³. Nesse intervalo de tempo, mais precisamente no ano de 2011, essas comissões em parceria organizaram três audiências públicas com o intuito de auxiliar na elaboração de tais Diretrizes. Essas audiências públicas aconteceram no Maranhão, Bahia e Distrito Federal e tinham como tema “A Educação Escolar Quilombola que temos e a que queremos”, essas audiências contaram com uma significativa participação de representantes de comunidades quilombolas, ONGs, gestores, docentes, estudantes, movimentos sociais, pesquisadores, entre outras pessoas interessadas no assunto.

Nas audiências, vários foram os pontos levantados por representantes de comunidades quilombolas; algo que ficou explícito foi a consciência destes sobre a sua história e cultura e que isto deveria ser levado em consideração no momento de elaboração das Diretrizes. Assim, ficou visível a necessidade de conceituar o quilombo, e isso foi feito, trazendo os diferentes modos como foram se constituindo os quilombos, tanto rurais, como urbanos ao passar dos anos no Brasil, mas isso é uma assunto que vou problematizar em outro caso, aqui vou apenas contar sobre as Diretrizes terem compreendido os quilombos, conforme instituído pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais⁷⁴, como povos e Comunidades Tradicionais, ou seja, *grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição*⁷⁵.

Na redação do Parecer⁷⁶ das Diretrizes fica nítida a importância do Brasil ter aderido à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho⁷⁷, que traz em seu texto a definição de povos indígenas e tribais, além de afirmar que esses devem ter seus valores e práticas sociais,

⁷² (Brasil, 2012b).

⁷³ Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (Brasil, 2012c).

⁷⁴ Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Brasil, 2007a).

⁷⁵ (Brasil, 2007a, p. 1).

⁷⁶ Parecer CNE/CEB nº: 16/2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2012b).

⁷⁷ Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais (Brasil, 2004a).

culturais, religiosas e espirituais próprias reconhecidas e protegidas, e de ter instituído a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, para que várias das políticas comentadas, inclusive essas diretrizes curriculares, fossem desenvolvidas.

Além disso, outras questões que ficaram latentes nas audiências, e apontadas por pesquisas na área e pelas reivindicações do Movimento Negro e do Movimento Quilombola, e que conseqüentemente foram mencionadas nas Diretrizes, foram questões relacionadas às lutas pelos direitos dessa população que foi invisibilizada nas mais diversas esferas da sociedade por anos, e ainda é, mesmo com muitos avanços. Essas lutas são pelo direito às identidades étnico-raciais, à terra, ao território, ao trabalho, à educação, à cidadania, à saúde, à vida, contra o racismo, entre outras apontadas ao longo do documento e que devem ser abordadas quando se fala sobre essa população⁷⁸.

No âmbito da educação, buscando assegurar o direito da população quilombola a uma educação que respeite e valorize os seus valores e a especificidade histórica, econômica, social, política e cultural, fazem-se necessárias políticas públicas educacionais destinadas para tal, é nesse sentido que foram definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Essas são organizadas de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

Antes de falar um pouco sobre as orientações e normatizações trazidas pelas diretrizes, acho importante diferenciar escola quilombola e a modalidade educativa de Educação Escolar Quilombola, algo que considero necessário ter em mente enquanto conto sobre essa pesquisa e trago essas Diretrizes. Bem, uma escola é considerada quilombola quando está inserida em território quilombola, isso já basta para a definir como tal, não há a necessidade de o termo “quilombola” aparecer na nomenclatura da escola para esta ser considerada uma escola quilombola. Porém, como disse, Educação Escolar Quilombola é uma modalidade educativa, e como uma modalidade, ela visa atender a um determinado público, nesse caso, o quilombola no que se refere às especificidades dessa população. Ela pode ser desenvolvida em todas as modalidades e etapas da Educação Básica e, teoricamente, deveria ser ofertada em todas as escolas que recebem estudantes quilombolas, sejam essas escolas quilombolas ou não⁷⁹.

⁷⁸ (Brasil, 2012b).

⁷⁹ (Brasil, 2012b).

Além dessas definições, acredito ser importante pontuar que quando falo sobre educação quilombola nesta tese, estou falando sobre algo mais abrangente, algo que ocorre dentro das comunidades, como a troca de saberes em uma roda de conversa com pessoas mais velhas, por exemplo, mas também da troca de saberes que acontece na escola, pois esse é um espaço da comunidade, frequentado por pessoas desta. Então, quando utilizo o “Educação Escolar Quilombola” me refiro somente à educação formal, a algo institucionalizado, no caso a modalidade educativa que leva esse nome e que possui Diretrizes.

Em busca dessa educação que respeite as especificidades da população quilombola, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola orientam que essa modalidade *organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais, fundamentando-se, informando-se e alimentando-se de memória coletiva, línguas remanescentes, marcos civilizatórios, práticas culturais, acervos e repertórios orais, festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país*⁸⁰.

Para que esse modelo de ensino proposto seja efetivado, as Diretrizes além de passarem orientações considerando cada etapa e modalidade de ensino que a Educação Escolar Quilombola pode abranger, também fala sobre a questão organizacional. Nela se enfatiza que o Projeto Político Pedagógico – o conhecido PPP –, a ser elaborado, deva possibilitar aos estudantes quilombolas e demais estudantes presentes na escola estudarem as questões que permeiam a realidade quilombola de forma aprofundada, ética e contextualizada e é fundamental que esse PPP seja construído juntamente com a comunidade.

Além do PPP, o currículo escolar deve ser formulado de modo que apresente formas de desfazer a visão estereotipada e preconceituosa que recai sobre essa população. O currículo na Educação Escolar Quilombola deve incorporar os conhecimentos tradicionais, ou seja, a cultura, as tradições, a oralidade, a memória, a ancestralidade, a religiosidade, as lutas da população quilombola e articular estes com o conhecimento escolar; para isso, é incentivada a participação da comunidade e de movimentos sociais na sua construção e no ambiente escolar. No currículo também devem ser inseridas datas comemorativas que são significativas para aquela comunidade, isso me leva a falar do calendário escolar. Esse também necessita ser discutido com a comunidade,

⁸⁰ (Brasil, 2012b, p. 26).

as datas comemorativas nele inseridas precisam ser problematizadas e discutidas com os estudantes.

Nesse sentido, as escolas que atendem estudantes oriundos de comunidades quilombolas, e que deveriam aderir à modalidade educativa de Educação Escolar Quilombola, requerem uma pedagogia própria, elaborando PPP, currículo, calendário escolar que seguem tais orientações e respeitem as especificidades do contexto que está inserida, para isso se faz necessário materiais didáticos e de apoio pedagógico que tragam tais questões. A participação na elaboração de materiais que são produzidos pelo MEC em conjunto com sistemas de ensino voltados para a cultura e realidade quilombola é um outro ponto que foi reivindicado por movimentos negros e quilombolas. Nas próprias Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola é falado sobre a necessidade de parcerias entre quilombolas, instituições de ensino e pesquisadores.

Tendo em conta esses pontos, não há como não pensar também na formação dos professores que ali irão atuar, sendo necessário que estes tenham uma formação adequada, tanto inicial, quanto continuada. Para isso é fundamental que as instituições possibilitem espaços que promovam a conexão entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos das comunidades quilombolas.

Ainda falando sobre a questão da formação, mas de uma forma mais geral, também no ano de 2012, foi lançada a conhecida Lei de Cotas⁸¹ para ingresso em universidades públicas federais e instituições federais de ensino técnico de nível médio; essa lei estipulava que ficaria reservado no mínimo 50% das vagas de ingresso oferecidas, por turno e curso, de graduação para estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas, em 2024⁸² houve uma alteração, incluindo além dos estudantes das escolas públicas, estudantes que cursaram o ensino médio em escolas comunitárias que atuam no âmbito da educação do campo conveniadas com o poder público. Desse percentual, deveria ser ofertado o quantitativo de vagas para pessoas autodeclarados pretas, pardas e indígenas, incluindo pessoas quilombolas e pessoas com deficiência – em

⁸¹ Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências (Brasil, 2012a).

⁸² Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023 (Brasil, 2024).

proporção no mínimo igual ao percentual dessas populações declaradas na unidade da Federação onde está instalada a instituição, seguindo os dados do último censo do IBGE, no ano de 2023⁸³.

Assim, vou finalizando esse causo, mas questões relativas à legislação comentadas aqui, voltarão a aparecer em outros causos. Este texto tem a intenção de ressaltar a importância de conhecermos – ao menos o mínimo – sobre o que é abordado dessa temática na legislação; assim, esse causo é como um convite para quem tiver interesse sobre esse tema e para se aprofundar mais sobre o assunto.

3.1 REFERÊNCIAS

BARROS, S. P. de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educação e Pesquisa - Revista da Faculdade de Educação da USP**, v. 42, n. 3, p. 591-605, jul./set. 2016.

BENTO, Cida. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOFF, L. **Por que humanos escravizam outros humanos?**. *Jornal do Brasil*. 2 ed, 3 mai. 2023. Artigos. Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/artigo/2020/01/1021755-por-que-humanos-escravizam-outros-humanos.html>. Acesso em: 27 set.2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 1988a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 ago. 2024.

BRASIL. Constituição Política Do Imperio do Brazil (de 25 de março de 1824), Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003**. Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e dá outras providências. Brasília, DF, 2003a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4886.htm. Acesso em: 05 set. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF, 2003b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 29 ago. 2024.

⁸³ Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública (Brasi, 2023d).

BRASIL. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004.** Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília, DF, 2004a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.159, de 28 de julho de 2004.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d5159.pdf>. Acesso em: 03 set. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF, 2007a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/%5C_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007.** Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências. Brasília, DF, 2007b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6261.htm. Acesso em: 03 set. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação e dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão. Brasília, DF, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7480.htm. Acesso em: 03 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019.** Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10088.htm. Acesso em: 29 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.447, de 21 de março de 2023.** Institui o Programa Aquilomba Brasil e o seu Comitê Gestor. Brasília, DF, 2023a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11447.htm. Acesso em: 03 set. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.691, de 5 de setembro de 2023.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Brasília, DF, 2023b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11691.htm#art7. Acesso em: 03 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Brasília, DF, 2012a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 11 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Rio de Janeiro, RJ, 1850. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM581.htm. Acesso em: 03 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951. Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Rio de Janeiro, RJ, 1951. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/11390.htm. Acesso em: 29 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos..... Rio de Janeiro, RJ, 1871. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 03 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885. Regula a extinção gradual do elemento servil. Rio de Janeiro, RJ, 1888. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm. Acesso em: 03 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. Rio de Janeiro, RJ, 1888. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em: 28 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 7.437, de 20 de dezembro de 1985. Inclui, entre as contravenções penais, a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, dando nova redação à Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951 - Lei Afonso Arinos. Brasília, DF, 1985. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7437.htm. Acesso em: 28 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF, 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7716.htm. Acesso em: 28 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP e dá outras providências. Brasília, DF, 1988b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7668.htm. Acesso em: 03 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 2003c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003.** Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências. Brasília, DF, 2003d. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.678.htm. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, 2008a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm?msclkid=0c0d30. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023.** Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. Brasília, DF, 2023c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114532.htm. Acesso em: 29 ago.2024.

BRASIL. **Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília, DF, 2023d. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/L14723.htm#art2. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nos 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/L14945.htm#art8. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. **Medida provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001.** Altera dispositivos da Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2216-37.htm#art8. Acesso em: 03 set. 2024.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº: 16/2012.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf. Acesso em: 28. ago. 2024.

BRASIL. **Parecer n.º: CNE/CP 003/2004.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, 2004c. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/etnico_racial/pdf/cne_parecer_32004.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002.** Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucao-ceb-2002>. Acesso em: 05 et. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, 2004d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008.** Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília, DF, 2008b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf. Acesso em: 05 set. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF, 2012c. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/etnico_racial/pdf/resolucao_8_201112.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

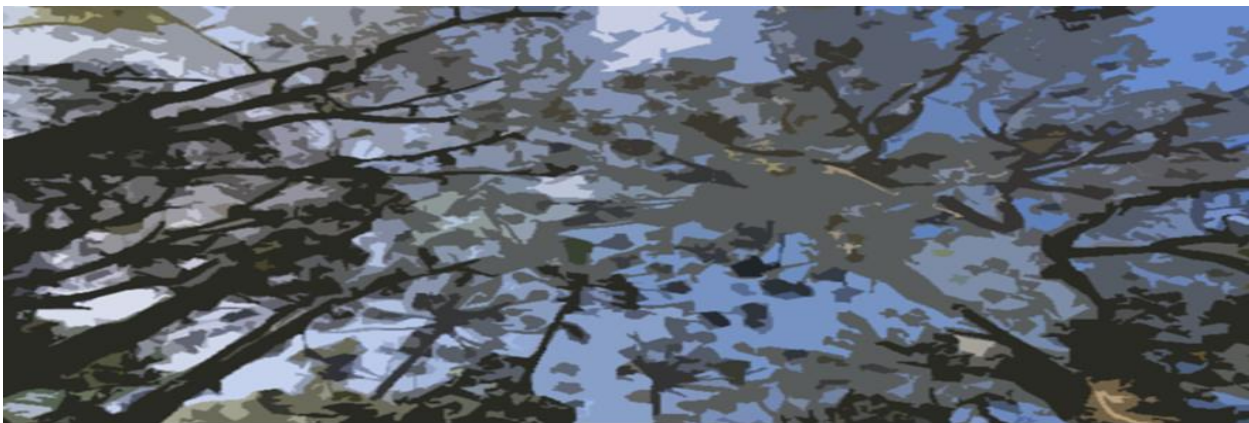
FONSECA, M. V. **Concepções e práticas em relação à educação dos negros no processo de abolição do trabalho escravo no Brasil (1867-1889).** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2000.

GOMES, N. L.; RODRIGUES, T. C. Resistência democrática: a questão racial e a Constituição Federal de 1988. **Educação & Sociedade**, Campinas/SP, v. 39, n. 145, p. 928 945, out./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LF9R5KRdpnDkCSRvDjmWyfL/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 134 158, set./out./nov./dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a09.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2024.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

SOARES, E. G. **Do Quilombo à Escola**: os efeitos nefastos das violências sociais silenciadas. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.



somos compartilhantes

Quando ouço a palavra confluência ou a palavra compartilhamento pelo mundo, fico muito festivo. Quando ouço troca, entretanto, sempre digo: "Cuidado, não é troca, é compartilhamento". Porque a troca significa um relógio por um relógio, um objeto por outro objeto, enquanto no compartilhamento temos uma ação por outra ação, um gesto por outro gesto, um afeto por outro afeto. E afetos não se trocam, se compartilham. Quando me relaciono com afeto com alguém, recebo uma recíproca desse afeto. O afeto vai e vem. O compartilhamento é uma coisa que rende. Quando cheguei ao território em que estou hoje, já existiam outros compartilhantes que nos receberam. Na Caatinga, os umbuzeiros nos receberam. Eles compartilharam seus frutos, suas folhas e suas raízes quando chegamos, e não trouxemos nada para os umbuzeiros. Eles já eram nativos daqui, viemos habitar esta terra depois deles. Foi assim com os pássaros, foi assim com uma planta chamada pinhão – que não é o pinhão manso, é um pinhão cuidado por nós, ditos humanos, que as juritis adoram. Elas comem esses pinhões e, vez por outra, pegamos uma juriti. O pinhão compartilha com a juriti, a juriti compartilha conosco, e nós vamos compartilhar de novo com o pinhão. Agora que já estamos aqui há mais tempo, entramos também no ciclo local de compartilhamento.

(Nego Bispo)⁸⁴

⁸⁴ SANTOS, A. B. dos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

4 “O TEU OLHO É DESSA COR SÓ NA LUA CHEIA?”: UM CAUSO SOBRE VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DE UMA PESQUISADORA/EDUCADORA MATEMÁTICA NO CAMPO

Sentada em frente ao computador, tomando um chimarrão, vou relatar um pouco sobre o campo, o campo dessa pesquisa que de caso em caso estou contando como e o que aconteceu, como não aconteceu e o que em algum momento gostaria que tivesse acontecido. Pretendo contar sobre o trabalho de campo da pesquisa e as questões que afetaram esse momento tão importante. Mas antes de falar sobre o período de campo em si, do período que estive na comunidade, é importante falar da minha preparação para tal período, da “preparação do corpo” da pesquisadora para estar e vivenciar o trabalho de campo, expressão que é muito utilizada em um dos grupos de pesquisa que faço parte, o Coletivo Cronopies+.

Me recordo de estar em uma das reuniões do Cronopies+ e, naquele momento, a discussão do grupo era sobre o trabalho de campo das pesquisas, lembro de compartilhar com os colegas como eu estava ansiosa para o momento da atividade in loco, mas ao mesmo tempo receosa, pois já havia realizado algumas leituras que envolviam a temática da pesquisa e tinha alguns incômodos, pois sentia que, por vezes, as pesquisas estereotipavam as comunidades e as pessoas que estavam ali, ou se valiam delas para se promover de alguma forma.

Eu já havia lido relatos de pessoas que contavam como as pesquisas eram invasivas e não respeitavam as comunidades e seus costumes de vida; tinha um medo muito grande de chegar na comunidade e repetir isso, mesmo que não fosse de forma intencional, o que não atenua o problema. Lembro de contar sobre essas minhas inseguranças ao Prof. Roger e conversarmos no grupo sobre meus temores e então ele me indicou uma leitura, o livro *O Antropólogo Inocente*, de Nigel Barley¹.

Esse assunto retornava com frequência ao grupo, afinal vários integrantes estavam nesse momento de preparação para o campo e esse assunto era algo que notoriamente nos inquietava. O trabalho de campo também foi tema de discussão em outro grupo de pesquisa que participo, o Ghoem, nele além de conversarmos sobre essas questões que me afligiam, também conversamos bastante sobre a construção dos roteiros das entrevistas, os tipos de roteiro e como elaborar um roteiro que atendesse ao nosso objetivo de pesquisa, sem com isso conduzir demasiadamente as

¹ Nigel Barley é um antropólogo britânico que estudou Línguas Modernas em Cambridge e realizou seu Doutorado em Antropologia Social em Oxford.

falas das pessoas entrevistadas². Essas discussões que aconteceram no interior dos grupos me colocaram a pensar sobre a pesquisa in loco e mergulhar nessa “preparação do corpo” para realizar esse movimento de pesquisa.

Depois de algum tempo, não sei dizer quanto, marquei uma reunião com a professora Heloisa – minha orientadora – e conversamos sobre o campo, ajustei os roteiros das entrevistas, decidi quando iria viajar, afinal o curso de doutorado foi realizado no estado de São Paulo e o trabalho de campo da pesquisa aconteceu no estado do Rio Grande do Sul. Após resolvidas essas questões, comentei com a professora Heloisa a respeito das discussões no Cronopios+ e a indicação de livro feita pelo professor Roger - que neste dia recebeu o convite oficial para ser meu coorientador - e então, ela me enviou a versão em espanhol do livro.

Passados alguns dias dessa reunião comecei a ler *El antropólogo Inocente*³, e fiquei imersa na leitura. Posso afirmar que é uma obra instigante e até então, eu não havia lido livros com esse modelo de abordagem. O autor inicia relatando um pouco sobre suas experiências acadêmicas que se restringiam às bibliotecas e, e menciona que um colega lhe perguntou por que ele não fez um trabalho de campo. Logo nesse início de leitura fiquei relembrando a minha trajetória acadêmica, como o “campo” que fiz na graduação, bem entre aspas, pois pensando agora não sei bem se foi um campo, porque foram duas ou três visitas a escolas para realizar questionários com professoras de matemática e com a equipe diretiva⁴.

Depois dessa minha experiência na graduação também fiquei restrita às bibliotecas, fossem elas físicas ou virtuais, pois a pesquisa de mestrado foi bibliográfica. Não quero dar a entender que esse tipo de pesquisa não seja importante, mas acho relevante pontuar essa minha trajetória acadêmica aqui, embora eu volte a falar mais sobre ela em outro caso, pois neste pretendo concentrar-me mais no tema do campo.

Voltando à análise do livro, Barley relatava a sua preparação, toda a burocracia e os percalços que passou até finalmente conseguir chegar no local de seu campo de pesquisa e esse foi um longo percurso com muitos desafios. Depois de ler esses primeiros capítulos do livro, confesso que fiquei mais ansiosa, sabia que muitos daqueles desafios eu não passaria, pois o contexto da

² Contarei mais sobre os roteiros e como foi a sua elaboração em outro caso, neste relatório.

³ (Barley, 1983).

⁴ Uma das escolas visitadas foi a EMEIEF Manuel Albino Carvalho, que fica localizada na Comunidade Quilombola São Miguel e para a qual retornei, aproximadamente, quatro anos depois para realizar o trabalho de campo desta pesquisa de doutorado.

pesquisa era diferente, mas isso me fez refletir como no campo não se tem o controle do que acontece e que eu viveria mais intensamente isso nos meses seguintes.

Enquanto lia o livro me recordava das inúmeras tentativas que havia feito para finalmente conseguir a aprovação da Secretaria Municipal de Educação de Restinga Sêca para realizar a pesquisa que envolve a escola local; e assim, foram várias ligações telefônicas e e-mails. Tenho registros de que a primeira ligação foi no início do mês de novembro de 2021 e no dia dez desse mesmo mês enviei o projeto de doutorado e uma carta de apresentação assinada por mim e pela minha orientadora – conforme uma das recomendações que recebi em uma das ligações. Passaram-se meses desde então e não tinha resposta, quando eu telefonava novamente me informavam que ainda não haviam avaliado a situação devido às demandas da Secretaria.

Em meio a esse processo, já no ano de 2022, submeti o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa, depois de algumas devolutivas e ajustes, que também contarei mais em outro caso, juntamente com a questão dos roteiros, entrei em contato diretamente com a escola, mesmo sem a resposta definitiva da Secretaria de Educação, pois era necessário o termo de anuência da escola, para a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética⁵. No dia três de outubro de 2022 enviei mais um e-mail à Secretaria de Educação, desta vez com o projeto, a carta de apresentação e o parecer do Comitê de Ética anexados; posteriormente, no dia 26 de outubro recebi o e-mail com a aprovação para realização da pesquisa, seguido de uma ficha cadastral⁶.

Inúmeras vezes liguei para falar da pesquisa e fui advertida, ou lembrada por quem quer que fosse da Secretaria da Educação e estivesse falando comigo, que não havia escola quilombola no município e que a Manuel Albino era uma escola normal. Lá no ano de 2017, quando entrei em contato com a Secretaria desse município pela primeira vez, para realizar o meu Trabalho de Conclusão de Curso⁷, já havia recebido a mesma advertência; tal fato se repetiu no ano de 2019, quando entrei em contato com essa mesma Secretaria para verificar se haviam recebido os materiais distribuídos pelo MEC destinados às escolas quilombolas e a resposta dada foi que como não havia escolas quilombolas no município eles não tinham recebido esse material.

Ficou evidente para mim, uma questão que vem sendo apontada por pesquisadores da área e pelas próprias Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola a falta de

⁵ Anexo B desta tese.

⁶ Anexo A desta tese.

⁷ (Crestani, 2018). O Ensino de Matemática em Escolas Inseridas em Comunidades Quilombolas, realizado no ano de 2018 no Curso de Matemática – Licenciatura Plena na Universidade Federal de Santa Maria.

conhecimento de setores públicos quanto à existência dessas escolas, a falta de conhecimento de políticas públicas que deveriam atender às mesmas, e para além disso, a negação por partes dos órgãos responsáveis da existência dessas escolas, isso envolve o descaso dos poderes públicos com o assunto e a interferência de interesses políticos.

Enquanto estava em campo, percebi que esse descaso não era uma percepção somente minha após esses contatos e leituras, mas algo vivenciado e sentido pelas pessoas que de alguma forma estavam envolvidas com a escola e com a comunidade, pois isso foi mencionado tanto nas entrevistas realizadas, quanto em conversas que aconteciam com pessoas na escola e na comunidade.

Em 2022, quando entrei em contato com a escola devido à necessidade do termo de anuência, conversei com a professora Maristani – diretora da escola – e ela me passou o contato da professora Denise – moradora da comunidade e professora contratada na escola nesse período – a qual veio participar desta pesquisa. Então, para me apresentar à professora Denise, lhe enviei uma mensagem pelo *WhatsApp*; e assim, combinamos de fazer uma chamada de vídeo para conversarmos mais sobre a pesquisa e minhas pretensões com a visita à comunidade. Depois dessa nossa segunda conversa ela me passou o contato do seu Potácio, presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo daquela comunidade, então conversei brevemente com ele e este disse que estaria à disposição para conversarmos quando eu fosse até lá.

Com a passagem de ônibus em mãos, no dia primeiro de novembro de 2022, após o segundo turno das eleições⁸ e depois de todos os processos burocráticos que envolveram a pesquisa, comecei a minha longa viagem ao Rio Grande do Sul. Nesse dia, meu colega e eu chegamos à rodoviária de Rio Claro com boatos de que não teria ônibus para a cidade de São Paulo, pois as estradas estavam fechadas por “manifestantes” que não aceitavam os resultados das eleições; porém, numa conversa com a empresa de ônibus responsável pelo trajeto de São Paulo/SP até Santa Maria/RS fomos informados que a linha de ônibus estava normal.

Sabendo que haveria ônibus, nós saímos procurando Uber até São Paulo. Quando conseguimos Uber e chegamos na Rodoviária do Tietê, em São Paulo, tivemos uma surpresa desagradável, pois nos falaram que nenhum ônibus estava saindo, então ficamos lá aguardando na esperança de que algum ônibus, em algum horário sairia. Não saiu. Decidimos dormir em um hotel

⁸ Vale aqui ressaltar que naquele ano transferi meu título de eleitor para Rio Claro/SP, pois não abriria mão de votar em um momento que era perceptível o quanto a democracia do país havia entrado em declínio, e isso havia se agravado naqueles últimos quatro anos.

e no outro dia voltarmos à rodoviária e continuar esperando; por fim, conseguimos sair da rodoviária às seis horas da tarde do dia seguinte, no dia dois de novembro. Cheguei em Santa Maria no dia três de novembro, já era passado das dez horas da noite e estava exausta, porém o ônibus que precisava pegar para chegar ao ponto que meu irmão me buscaria só sairia a uma hora da manhã do dia quatro. Finalmente, chego na casa dos meus pais no dia quatro de novembro às cinco horas da manhã. Nesse dia, me recordei de tudo que Barley relatou em seu livro sobre o que passou para chegar até a prática de campo e de meus pensamentos quando o li, incluindo uma fala para mim mesma: “Nossa, ainda bem que a minha viagem até o campo é tranquila”. Mal sabia o que me aguardava.

Aí, tu pode estar te perguntando, por que ela não foi diretamente para a atividade de campo? Bem, algo que já comentei aqui é sobre a preparação do corpo, isso envolve sentimentos e eu estava longe da minha família havia um ano; então, a ideia de ir para a casa dos meus pais ao menos por alguns dias me deixava mais tranquila, sentia que isso me deixaria minimamente preparada para vivenciar o campo e foi o que realmente aconteceu.

Nesses dias que estava na casa dos meus pais, em casa, estava buscando locais definitivos para passar os próximos meses. Mas já havia decidido que ficaria na cidade de Santa Maria e iria todos os dias de ônibus até a escola, pois era difícil encontrar locais em Restinga Sêca para alugar, ainda mais pensando que seria apenas três ou quatro meses. Outro fator que pesou nessa decisão foi que eu dependia de ônibus para chegar até a comunidade, pois esta é localizada na zona rural e já havia verificado que os horários de ônibus que saíam de Santa Maria chegavam à escola em horários próximos ao início das aulas, já os que saíam de Restinga Sêca, não. A escola foi o local pelo qual eu cheguei à comunidade e o ponto central do campo.

Bem, após alguns dias em casa, e depois de já arranjado o local que ficaria, no dia nove de novembro pego as minhas malas, mais uma vez, e vou a Santa Maria – uma ida até um pouco nostálgica, pois havia morado mais de sete anos nessa cidade – cidade na qual cursei a graduação, o mestrado e o início do doutorado, já que as disciplinas no início deste foram no formato *online* devido a pandemia de COVID-19. Aquele trajeto feito inúmeras vezes por mim, trazia lembranças e me colocava a pensar no que estava por vir. Santa Maria foi a cidade que me acolheu e me proporcionou tantas experiências, foi o local onde havia me descoberto pesquisadora.

Porém, eu também estava ansiosa, era algo novo, havia todas as questões que eram consequências da pandemia, me sentia um pouco receosa por isso e pelos motivos que já mencionei

no início desse caso, mas ao mesmo tempo estava empolgada e muito feliz em finalmente estar indo a campo. Eu já havia entrado em contato com a diretora da escola informando sobre quando seria o meu primeiro dia de campo.

**A jornada no campo se inicia: percebo e sou parte de relações e atividades na EMEIEF
“Manuel Albino Carvalho”**

Finalmente o dia chega, dez de novembro de 2022, o meu primeiro dia de campo. Cheguei na rodoviária de Santa Maria uns 10 minutos antes da partida do ônibus, ele saía às 6h10min. Não havia dormido direito, estava ansiosa, preocupada com o que iria encontrar e como seria recebida. Ao longo da minha caminhada e do trajeto do ônibus – que durava cerca de uma hora e vinte minutos – repassei todos os pontos que queria falar com a diretora; por fim, a Diretora pegou o mesmo ônibus que eu, ela também morava em Santa Maria.

Quando cheguei a escola a professora Maristani, diretora da escola, pediu para eu aguardar um pouco na sala dos professores até que ela organizasse algumas coisas antes do sinal tocar e as aulas começarem. Nesse tempo em que fiquei na sala, alguns professores passaram por ali, conversando assuntos diversos, uma delas disse ter descoberto a pouco que estava grávida, aí o restante da conversa ficou em torno disso, afinal é uma bela notícia e eu a parabeneizei, mas me recordei de não ter conversado muito com ela nesse dia. Essa professora que presenciei a notícia da gravidez era a Adriela, que veio a se tornar colaboradora desta pesquisa e que no momento estava na escola realizando o estágio final do curso de Pedagogia.

Em meio a toda essa conversa, a Denise entrou na sala dos professores, me olhou com surpresa, foi então que lembrei que avisei apenas a professora Maristani que iria nesse dia a escola, estava tão ansiosa que só depois dos primeiros dias passarem, lembrei que havia esquecido de fazer algumas coisas que havia programado antes do meu primeiro dia. A professora Denise chegou e me cumprimentou, conversamos um pouquinho, mas logo o sinal tocou e ela teve que ir para a sala de aula. Ela foi a pessoa da comunidade que mantive contato antes de ir a campo.

Não demorou muito tempo e fui chamada pela professora Maristani para conversar. Ela logo me perguntou o que eu gostaria de fazer na escola e do que eu precisava, pois ela achava que eu iria fazer intervenções nas salas de aula. Então, contei um pouco sobre a pesquisa, quais eram os objetivos dela e que não envolvia o desenvolvimento de atividades em sala de aula, eu estaria

na escola vivenciando aquele espaço e observando as relações que aconteciam ali. Também me coloquei à disposição para auxiliar no que fosse necessário na escola. Expliquei que gostaria de ir todos os dias, a professora não viu nenhum problema nisso e disse que eu seria muito bem-vinda para participar das atividades.

Após essa conversa sobre como seria minha participação na escola, a professora começou a falar sobre outros assuntos, como a mudança que havia ocorrido na escola, que no início do ano letivo de 2022, essa havia passado de uma escola que atendia até os anos finais do Ensino Fundamental, ou seja, até o 9º ano, para uma escola que atenderia até o 5º ano, então abrangeeria somente os anos iniciais do Ensino Fundamental⁹ e a Educação Infantil¹⁰. Porém, toda a mudança ainda não havia ocorrido, uma vez que naquele momento, eram atendidos apenas o Pré A e Pré B, pois as salas que abrigariam as outras turmas da Educação Infantil estavam passando por reformas. Questionei a professora se ali teria público para a Educação Infantil, pois uma das razões para terem retirados os anos finais do Ensino Fundamental, segundo a prefeitura, foi a pequena demanda de alunos. A professora comentou que as turmas do sexto ao nono ano tinham em média sete alunos cada, e que as inscrições para a Educação Infantil estavam abertas desde a semana anterior e até aquele momento havia apenas um inscrito.

Foi um primeiro dia agitado, pois enquanto eu estava lá, chegou a nutricionista Andressa¹¹, nutricionista de todas as escolas municipais de Restinga Sêca, para realizar uma conversa com os estudantes. Aproveitei o momento para perguntar sobre como funcionava a merenda da escola; ela me contou sobre o cardápio, que esse era montado de acordo com as necessidades identificadas por ela, dentre outras questões.

Ao final do primeiro dia havia organizado a minha agenda para os próximos meses, que consistia em estar em campo praticamente todos os dias, algo que eu almejava quando estava me preparando para essa etapa da pesquisa. Revisei minhas anotações e me dei conta da quantidade de informações que tinha tido contato, inclusive várias das informações faladas eu entendia como importantes para serem discutidas e observadas, sendo que acabei levando para serem abordadas

⁹ Segundo a LDB, o Ensino fundamental obrigatório gratuito em escolas públicas, tem duração de nove anos, e as crianças devem iniciar aos seis anos de idade. Além disso, ele pode ser dividido por ciclos, entende-se aqui Anos Iniciais do Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano e Anos Finais do Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano (Brasil, 1996)

¹⁰ Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade (Brasil, 1996, p. 13).

¹¹ Andressa Mara Basseggio.

nas entrevistas que realizei nos meses seguintes. Então, já estava fazendo pequenas anotações no roteiro de entrevista elaborado antes de ir para campo.

No segundo dia de campo, passei o dia inteiro na escola, algo que se tornou comum nos meus dias seguintes lá. Naquele dia fui uma das primeiras a chegar na escola, todas as salas estavam trancadas ainda, assim fiquei observando as crianças brincarem de pega-pega no pátio da escola. Logo a diretora chegou acompanhada da supervisora pedagógica, professora Aline¹², conversei um pouco com ela, contei sobre a pesquisa e enquanto estava contando o secretário da escola, José, chegou – ele assim como a professora Aline, não trabalhava todos os dias na escola – e entrou na conversa, foi se apresentando, perguntando algumas coisas sobre mim e sobre a pesquisa e assim a conversa se estendeu por mais um tempo.

Nesse segundo dia aconteceu uma situação inesperada e muito incômoda. Enquanto conversava com duas pessoas que trabalhavam na escola, uma delas me contou um pouco sobre a outra escola em que trabalhava, que se localizava próxima a saída de Santa Maria, e que também recebia alunos de uma comunidade quilombola conhecida como “Os penas”, porém aquela escola não estava inserida no território da comunidade. Em dado momento dessa conversa, essas pessoas começaram a comentar sobre essa comunidade de forma pejorativa, com algumas falas preconceituosas e racistas, chamando as pessoas daquela comunidade de preguiçosas, vagabundas e utilizando expressões como “nego preguiçoso”.

Indignada, tentei explicar que o que eles julgavam mal, podia muito bem ser uma característica cultural, mas eles continuaram uma fala que nitidamente denotava um estranhamento, incomodados com o modo de ser da comunidade, dizendo que esta havia melhorado muito, pois passaram a usar roupas comuns e não apenas shorts, que começaram a organizar as suas casas e a trabalhar direito, deixando de ser preguiçosos, e que isso havia acontecido após uma igreja evangélica se instalar, trazendo a esta comunidade uma “civilidade”. Aquilo foi chocante para mim, eu não esperava passar por um momento daqueles, ainda mais no segundo dia de campo, logo na chegada. Eram falas demasiado preconceituosas e colonizadoras, especialmente considerando que vinham de pessoas que trabalhavam numa escola e que, justamente, atendiam à comunidade. E tentei explicar mais uma vez, da forma mais tranquila que consegui, que aquilo que ele chamava de “civilizado” tinha a ver com uma nova colonização, expliquei que a cultura da comunidade era

¹² Aline Dezotti Freitas, formada em Pedagogia no ano de 2001 pela Universidade Federal de Santa Maria, atuou na escola no cargo de supervisora de 02/ 2021 a 03/2023.

diferente da deles e que esse pensamento expresso por eles vinha de uma influência do racismo e preconceito impregnado na sociedade, que aquelas pessoas não foram bem-vistas e nem aceitas na grande maioria dos locais por muito tempo e pelas falas deles era possível dizer que isso ainda acontecia. O assunto foi encerrado com a chegada da diretora na sala, pois ela precisava passar algumas informações.

Nesse mesmo dia, fiquei sabendo pela professora Maristani que aconteceria um evento na escola na semana seguinte e me coloquei à disposição para ajudar; desta forma, comecei a participar das atividades da escola, inicialmente ajudando a professora Aline a confeccionar os convites e a programação. Ao fazer isso, observei que foram convidados para o evento as lideranças das comunidades quilombolas do município, as professoras da comunidade, o prefeito, a Secretária da Educação, entre outras pessoas, algumas delas para participarem de uma mesa-redonda.

Foi nesse mesmo dia que a professora Maristani comentou que tinha lembrado que na escola havia documentos sobre a história da escola e da cidade, eram poucos documentos e bem superficiais, mesmo assim decidi escaneá-los¹³. Junto com esses documentos havia algumas fotos, como estava na sala da direção olhando tais documentos, comentei sobre elas com a professora Maristani e com o secretário José. Foi, então, que a professora Maristani falou que havia encontrado álbuns de fotos em uma sala mal armazenados e que gostaria de ter mais fotos, argumentando que há escolas que possuem fotos desde a sua inauguração e as da escola Manuel Albino Carvalho eram somente do ano de 1995 em diante, sendo que ela foi fundada em 1960.

A professora Maristani mostrou os álbuns, eram cerca de 10 álbuns, alguns completos, outros não, também havia fotos soltas, sem informação nenhuma de quando foram tiradas. E, enquanto eu via as fotos na sala dos professores, várias professoras passaram por lá. No momento em que elas viram os álbuns, era possível observar um misto de sentimentos. Em um primeiro momento, curiosas, elas começaram a folhear os álbuns e procurar saber se encontravam em algum deles algo familiar. Quando encontravam fotos de pessoas conhecidas, de pais, mães, tios, avós de estudantes da escola, ou suas, de outros momentos que passaram pela escola (uma vez que algumas delas já foram professoras ou alunas da escola em outras épocas), mostravam para as colegas e para mim e acabavam contando um pouco sobre aquela pessoa ou sobre o momento que ali estava registrado.

¹³ A atividade de escanear os documentos foram feitos em dias que nem o secretário José, nem a professora Aline estavam na escola, para não atrapalhar o andamento de suas funções, uma vez que havia apenas um computador com impressora disponível e eles os usavam.

Naqueles primeiros dias, reiterei com a direção minha disposição para ajudar no que fosse necessário – e ainda que tivessem me pedido ajuda para cuidar dos alunos quando foi necessário – também me comprometi com o trabalho de escanear todas aquelas fotos e documentos nos próximos dias, e assim escanear tudo e não apenas os que me interessasse e enviá-los para o e-mail da escola. Foi uma forma de preservar o material como patrimônio da escola e, assim, se alguém necessitasse dele ou parte dele para alguma coisa, estariam disponíveis de forma digital e foi o que fiz¹⁴.

Como passei alguns dias fazendo aquilo, os álbuns ficaram por dias expostos sobre uma mesa e sempre quando havia um tempinho as professoras voltavam a folhear para ver o que iriam encontrar. Desse modo, acabei conhecendo várias histórias sobre a escola e a comunidade, conhecendo pessoas que passaram por ali e conhecendo as próprias pessoas da comunidade.

A própria professora Denise quando viu os álbuns logo encontrou fotos suas da época em que estudava ali e participava do grupo de dança, nos álbuns havia várias fotos dos grupos de dança afro. Ela também encontrou fotos da sua prima, Fabiana que também mora na comunidade e é professora, da Adriela, que está realizando estágio na escola e é moradora da comunidade, foto que no outro dia ela mostrou para a Adriela. Ela contou algumas histórias, de como naquela época eram organizados diferentes eventos e projetos pela escola, como o Baile da Consciência Negra, o concurso que escolhia a mais bela negra e o mais belo negro, a horta escolar e como a comunidade se fazia presente nesses momentos.

Figura 5 – Preparação do solo da horta escolar no ano de 2000.



Fonte: Acervo da EMEIEF Manuel Albino Carvalho.

¹⁴ No Ghoem foram desenvolvidos trabalhos similares, como o projeto de intervenção no arquivo inativo de um Grupo Escolar da cidade de Pederneiras/SP desenvolvido por Luzia Aparecida de Souza (e orientandos de IC), que foi parte de sua tese (Souza, 2011).

Como eu fui para a atividade de campo próximo ao final do ano letivo, era um período de reuniões frequentes, principalmente entre professoras. No terceiro dia na escola aconteceu a reunião com responsáveis dos estudantes da turma do Pré A para decidir questões relativas à formatura. Então a Geisila¹⁵, contratada pela prefeitura como monitora, ficou com a turma do Pré A no ginásio. Naquele dia a turma estava bem agitada, o que é comum quando os pais estão na escola, então eu decidi ajudar. Foi um tempo bem agitado, mas prazeroso, o tempo que passei com as crianças naquele dia me fez lembrar do período em que trabalhei em uma escola de Educação Infantil. Brinquei de bambolê, pular corda e jogar bola com elas. Enquanto as observava brincando me dei conta que naquela turma havia apenas uma aluna branca, um contexto bem diferente do que eu já havia presenciado em turmas que frequentei de alguma forma, fosse em meu tempo de estudante ou de professora.

O mês de novembro é, particularmente, movimentado na escola. No meu quarto dia lá, antes mesmo de entrar no portão, a diretora e a supervisora começaram a falar sobre a visita que iriam receber de uma escola de Faxinal do Soturno, uma cidade próxima a Restinga, para realizar uma apresentação cultural do projeto Atoque¹⁶ e de um grupo de capoeira local, grupo esse coordenado pelo Juliano¹⁷, que posteriormente veio a se tornar colaborador desta pesquisa.

Havia uma previsão que cerca de 45 crianças participariam da atividade, porém o número foi um pouco maior e a atividade acabou ocorrendo no ginásio e não em uma sala de aula como havia sido programada. Durante a apresentação, foi nítido como as crianças gostavam e se interessavam por esse tipo de atividade, algumas delas já tinham contato por projetos que foram desenvolvidos na comunidade, como o grupo de capoeira, outras em sua vida cotidiana, no caso da percussão, devido ao contato com o Centro de Umbanda, como foi posteriormente comentado durante a entrevista realizada com Fabiana e seu Potácio.

Nessa atividade, o professor visitante apresentou os instrumentos musicais que o grupo tocava, como a caixa ou cajón e tambores, falou um pouco sobre o grupo e o que eles faziam lá e logo em seguida foi feita uma apresentação de um ritmo musical africano e, em seguida, mostrou

¹⁵ Geisila Brito Carvalho, moradora da comunidade e sobrinha da colaboradora Adriela de Souza Brito Rosa.

¹⁶ O projeto Atoque surgiu como um grupo de percussão de alunos da Musiartes, escola de música de Santa Maria, com o passar do tempo o projeto expandiu e atualmente é desenvolvido em várias cidades da região central do Rio Grande do Sul e ajudou a criar projetos de leis municipais de incentivo à cultura. Saiba mais sobre o projeto Atoque em: <https://centralsul.org/2017/projeto-atoque-completa-15-anos-de-atividades-sociais/>.

¹⁷ Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa e professor do grupo de capoeira Paranaúê Rei Zumbi.

alguns outros ritmos tocados pelo grupo. Na sequência, foi a vez do grupo de capoeira local fazer a apresentação.

Como falei, o mês de novembro é movimentado, naquela mesma manhã, após a escola visitante ir embora, ocorreu uma oficina de confecção de pulseiras do laço macramê com alunos, coordenada pelo Juliano. Alguns professores e alunos do grupo de capoeira que já sabiam confeccionar as pulseiras, ajudaram na oficina.

Preparativos para a celebração do dia da consciência negra: quando estranhamentos acontecem na escola pela presença de branquitudes

No dia seguinte, na parte da manhã, a pedido da professora Maristani eu fiquei com a turma do Pré A, pois devido a outros compromissos nem a professora regente e nem a estagiária poderia estar nesse dia. Eu já trabalhei com crianças da Educação Infantil em 2013, foi um período de aproximadamente um ano como monitora, antes de entrar para a universidade, então encarei como um momento de lembrar os velhos tempos. Logo que entrei na sala, as crianças começaram a perguntar quem eu era, falei que naquele dia eu seria a professora deles, então perguntaram o meu nome, também expliquei às mães que chegaram nesse ínterim que eu ficaria com as crianças, pois a professora Denise teve um compromisso.

Assim, após chegar todas as crianças, voltei para a apresentação, naquele dia estavam presentes oito crianças, então eu me apresentei e pedi para que elas me dissessem os seus nomes e idades. Algumas falavam o nome completo e o nome de seus pais também, já outras não lembravam bem quantos anos tinham, então os coleguinhas ajudavam a lembrar. Elas tinham entre 5 e 7 anos de idade.

As crianças acharam o meu nome difícil, então durante a aula quando iam falar meu nome e não se lembravam, me chamavam de “profe”, tia ou moça, com o passar do tempo na escola eles continuaram a me chamar assim, acrescentando outras denominações, como: “a amiga da Denise” ou “a amiga da profe”. Também falei minha idade, na época tinha 25 anos, e um aluno disse “muito velha” e as outras crianças concordaram, achei graça disso, pois elas só diziam que eu era muito velha, mas não conseguiam mensurar o quanto mais velha eu era que elas e se era mais velha ou mais nova que os pais e mães deles, alguns diziam que seus avós eram mais novos que eu, foi um momento divertido.

No dia anterior a professora Denise já havia deixado preparada a aula que eu deveria dar, a primeira delas era uma atividade que envolvia pintar algumas figuras; algumas crianças se dedicaram a pintar todas as figuras, já outras pintaram algumas e não quiseram mais, queriam desenhar, então dei a eles uma folha em branco, sugestão da professora Denise, pois alguns alunos eram mais agitados e acabavam por agitar a turma toda. Na segunda atividade, decidi que todos iriam realizar juntos, pois envolvia contagem e percebi que a maioria deles sabia contar até dez e representar isso por meio de bolinhas ou tracinhos, outros sabiam contar, mas se perdiam na hora de representar, o que acredito ser comum nessa fase. A rotina deles não envolvia apenas as atividades, também havia momentos para brincadeiras. Em dado momento me sentei no chão junto com eles e uma das crianças começou a falar sobre comida, estava próximo ao horário do intervalo, foi uma conversa que rendeu, todos queriam falar sobre suas comidas favoritas.

Eu seguia a rotina deles, pois já estava um pouco familiarizada, sendo que observava eles passando todos os dias pela sala dos professores e por vezes eu também dava uma passadinha na sala. O lanche do dia era feijoada – a famosa feijoada e seus acompanhamentos – arroz, couve, farofa e laranja, após todos comerem foram brincar no pátio. O sinal tocou e voltamos à rotina: escovar os dentes e ir ao banheiro, um momento bastante agitado, pois eles não gostam de ficar esperando.

Alguns alunos resolveram mostrar que sabiam uns passos da capoeira enquanto esperavam os colegas, acredito que ainda estavam contagiados pelas atividades do dia anterior. Após o intervalo foi o momento das brincadeiras, então levei as crianças para o ginásio, mas era um dia muito quente, então decidi ir à pracinha. Próximo ao horário de saída, outras turmas se juntaram ao Pré na pracinha, dali era possível ver alguns familiares já esperando para levar as crianças para casa, pois várias delas moravam bem próximo à escola e não utilizavam o transporte escolar.

Tocou o sinal e as crianças se despediram e foram para casa. Eu fui para a sala dos professores e a professora Marli pediu para que eu fizesse um baobá, mesmo com um baobá já confeccionado, o qual foi trazido pela professora Denise, feito por um jovem da comunidade, que foi aluno da escola. Como foi um favor pedido, eu acabei fazendo e além disso, ele faria parte da decoração do evento de sábado. Passei a tarde desenhando e pintando o baobá, um pouco demorado, pois minhas habilidades manuais são limitadas.

Enquanto confeccionava o baobá, algumas professoras também estavam fazendo trabalhos ou organizando-os para expor e enfeitar o ginásio no sábado. Também estava na sala o motorista

do ônibus que leva as crianças à escola, junto com sua filha de apenas um mês e sua esposa. Nesse dia, conversei bastante com eles, foram vários assuntos, como o que eu estava fazendo na escola e de onde eu era, questões pessoais dos envolvidos na conversa, as professoras Alexandra e Gisele também contaram sobre como estavam se comportando alguns alunos que já eram velhos conhecidos delas na escola e no ônibus, também foi falado sobre questões relacionadas a saúde dos estudantes. Através dessas conversas eu ia conhecendo, de certa forma, as pessoas que frequentavam à escola e me inteirando do funcionamento dela; foram muitas as vezes durante o estudo de campo em que eu estive em situações parecidas, o que foi muito interessante, pois nessas situações aprendi muitas coisas e essas conversas também influenciaram diretamente na escolha das pessoas que seriam entrevistadas.

Foi nesse dia, enquanto estava sentada com as crianças e elas me fazendo várias perguntas, sobre quem eu era, onde morava, que senti a estranheza deles em relação a cor dos meus cabelos, mas, principalmente, a dos meus olhos, pois em meio a uma conversa generalizada, onde todas queriam dizer alguma coisa, uma fala se destacou: “O teu olho é dessa cor só na lua cheia?”. Naquele momento todas as crianças pararam de falar de várias coisas e se voltaram para aquela fala, repetindo-a e as que já não estavam perto de mim, se aproximaram para verificar qual era a cor dos meus olhos. Foi depois de encerrar o dia na escola, enquanto estava no ônibus que parei para pensar sobre o que havia acontecido e então me dei conta, como se “a ficha estivesse caindo”, ou seja, compreendi de forma clara e repentina, que para eles eu era uma figura diferente, pois apesar de eles terem professoras brancas na sua maioria, nenhuma delas tinha a pele tão clara, nem a cor do cabelo ruivo e a cor dos olhos verdes como os meus. Além disso, na escola, não posso falar com exatidão, mas mais de 80% das crianças são negras e isso acontece pelo contexto em que elas estão inseridas. Diversas vezes, durante minhas idas à sala de aula percebia que esse olhar curioso deles se voltava a minha figura, e além de tudo eu era uma pessoa nova na escola, o que despertava ainda mais a curiosidade deles.

No dia anterior ao evento, quando cheguei à escola algumas mães já estavam esperando para lavar a quadra, se não me engano eram quatro. Deixei minhas coisas na sala dos professores e fui para a quadra, cuja entrada ficava bem em frente a sala da professora Denise; e então, ela saiu da sala e disse para eu ficar com as turmas dela, que ela ajudaria a limpar a quadra. Me recordo de responder que não tinha por que ela deixar as turmas se eu mesma poderia ajudar a lavar a quadra e ela seguiria com o cronograma normal. Então, quando cheguei na quadra para ajudar, a professora

Denise foi lá e aconteceu um momento curioso, posso dizer assim, foi tudo em um tom de brincadeira em que a professora Denise comentou com a outra mãe que estava lá o seguinte: “Hoje nós temos uma escrava branca ajudando a limpar a escola”. Foi um momento de risos entre todas que estavam na quadra. O que pensei no dia e registrei em meu diário de campo sobre esse fato foi o seguinte: *não sei se sei interpretar direito essa situação, mas a minha primeira impressão foi que nesses momentos que a escola precisava de ajuda com atividades braçais e mais pesadas, poucas pessoas se disponibilizaram a ajudar e quem se disponibilizou, em geral não foram pessoas brancas*. Ali se encerrou o meu registro do dia e não escrevi mais nada sobre.

Depois de um bom tempo, voltando a ler os meus registros e pensando sobre o fato, ainda não sabia o que dizer sobre tal fala, muitas coisas me passaram pela cabeça, como toda uma sociedade que coloca na ampla maioria dos casos pessoas negras como sendo aquelas que devem exercer esse tipo de função; o estranhamento por parte das pessoas que estavam no local em eu negar a troca de funções e dizer que poderia lavar a quadra, sendo uma pessoa branca, a sensação de que aquilo não era comum para elas.

Lembrei também de Paulo Freire, da frase que não se tem registros se foi realmente dita por ele em algum momento de sua vida, mas que ficou muito forte para mim enquanto pensava nessa situação: *Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor*. Lembrava de já ter discutido essa questão quando fazia uma disciplina no doutorado, no meu primeiro semestre, então fui ler novamente o livro *Pedagogia do Oprimido* e nele Paulo Freire dizia assim: *Há algo, porém, a considerar nessa descoberta, que está diretamente ligado à pedagogia libertadora. É que, quase sempre, num primeiro momento deste descobrimento, os oprimidos, em lugar de buscar a libertação, na luta e por ela, tendem a ser opressores também, ou subopressores. A estrutura de seu pensar encontra condicionada pela contradição vivida na situação concreta, existencial, em que se “formam”. O seu ideal é, realmente, ser homens, mas, para eles, ser homens, na contradição em que sempre estiveram e cuja superação não lhes está, clara, é ser opressores*.¹⁸

Voltando a contar sobre esse dia, depois de terminar de limpar a quadra fui ajudar a Porfa. Aline a recortar as letras para fazer a frase “VIVER COM IGUALDADE E SABER RESPEITAR AS DIFERENÇAS” que era o tema do evento e das atividades feitas no ano de 2022 em torno da consciência negra. O professor de capoeira, Juliano, também apareceu na escola nesse dia para ajudar na organização. Na hora de utilizar a energia elétrica para colar os cartazes, uma surpresa,

¹⁸ (Freire, 1987, p. 17).

não estava funcionando. Foi necessário chamar eletricista da prefeitura, eles deram uma solução provisória, para o evento ocorrer no outro dia, mas era necessário realizar a troca das lâmpadas de emergência, pois elas eram responsáveis pelas quedas de energia, e isso era necessário para que o ginásio passasse pela inspeção, mas isso ficou para outra hora ser resolvido. Quando? Não sei. Pois algo que percebi na escola, era que muitas vezes se resolvia com o que tinha, com a ajuda de alguém da comunidade, pois sabiam que a solução definitiva demoraria a chegar, era perceptível nas falas das pessoas que elas já estavam familiarizadas com o descaso e mais que isso, elas o reconheciam e por vezes chegavam a mencionar os motivos pelos quais isso acontecia, isso também ficou registrado em algumas das entrevistas realizadas. Vale fazer um adendo aqui sobre a questão do ginásio, pois ele não pertence à escola e sim à comunidade, porém há um acordo entre comunidade e escola, que permite que esta utilize aquele espaço quando quiser ou for necessário.

Neste dia, pela parte da manhã, uma senhora da comunidade veio ajudar a fazer a feijoada e o quibebe, comida feita à base de abóbora – abóbora que foi doada por alguém para Juliano, que trouxe até a escola. Como todas as turmas estavam na escola no período da manhã, à tarde as professoras e outras pessoas que estavam ali ajudando se concentraram em organizar o ginásio onde ocorreria a festa e organizar as barraquinhas; as professoras da escola teriam à sua disposição três barraquinhas para expor os trabalhos de suas turmas e o que vinham trabalhando com elas na escola sobre a temática. Além dessas, havia barraquinhas para pessoas da comunidade que já tinham sido convidadas com antecedência para expor e vender seus produtos.

Dia da Consciência Negra e 1ª Feira Cultural/Econômica das Comunidades Tradicionais Remanescentes de Quilombos na EMEIEF “Manuel Albino Carvalho”

O dia do esperado evento chegou. A programação do evento foi como a apresentada na figura a seguir. No entanto, por conta do falecimento de uma pessoa da comunidade, houve algumas mudanças nos horários.

Figura 6 – Programação do Dia da Consciência Negra e 1ª Feira Cultural/Econômica das Comunidades Tradicionais Remanescentes de Quilombos (2022)

Prefeitura Municipal de Restinga Sêca Secretaria Municipal de Educação Escola Municipal de Ensino Fundamental "Manuel Albino Carvalho" PROGRAMAÇÃO: DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA E 1ª FEIRA CULTURAL/ECONÔMICA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS REMANESCENTES DE QUILOMBOS 19 DE NOVEMBRO DE 2022 9H - 16H GINÁSIO DA EMEF MANUEL ALBINO CARVALHO 	19/11/2022 - Manhã 9horas – Abertura 9h30min – Apresentação Grupo de Dança Rei Zumbi – São Miguel – Coordenação: Professoras Denise Vieira e Fabiana Rosa; 10h – 11h10min - Roda de Conversa – Tema: Vida Cultural, Social e Econômica: ontem, hoje e amanhã na Comunidade Tradicional Remanescente de Quilombo. Convidados: Sr.ª Clédis Rezende de Souza, Representante da Associação Comunitária Quilombola – Rincão dos Martimianos; Sr.ª Terezinha Paim, Representante da Associação Comunitária Quilombola – Rincão dos Martimianos; Sr.ª Lidiane Medianeira Carvalho Garcia, Representante da Associação Comunitária Quilombola – Vovô Firmina Bairro Vermelho; Sr.º Deloci Carvalho, Representante da Associação Comunitária Nossa Senhora de Fátima; Sr.º Potácio da Rosa, Presidente da Associação Comunitária Quilombola "Vovô Geraldo" – São Miguel; 11h10min – 11h30min - Apresentação Artística dos Estudantes da turma do 4º ano da Escola Manuel Albino de Carvalho sob orientação da Professora Alceri Dutra; Visitação à 1ª Feira Cultural/Econômica das Comunidades Tradicionais Remanescentes de Quilombos; 12horas - Feijoadá;	19/11/2022 - Tarde 13h15min – Apresentação artística do Grupo de Percussão do Instituto Alex Procknow; 13h45min – 14h45min - Roda de Conversa – Tema: Educação Patrimonial - Religiosidade; Convidados: Sr.ª Raquel Ramos - Representante da Secretaria Municipal de Educação – Organizadora da inclusão do Projeto Educação Patrimonial no Currículo Escolar; Sr.ª Denise Maria Rodrigues Vieira, Professora e Representante da Associação Comunitária Quilombola "Vovô Geraldo" – São Miguel; Sr.ª Fabiana Leonir da Rosa, Professora e Representante da Associação Comunitária Quilombola "Vovô Geraldo" – São Miguel; Sr.ª Cristina Rodrigues, Presidente do Centro de Umbanda Quimbanda e Nação Ogum da Lua localizado na Comunidade Quilombola de São Miguel; Estudantes da turma do 1º ano da Escola Manuel Albino de Carvalho: Alex Alexandre Lima Lopes e Maria Clara Camargo Cavaleiro; 14h45min – 15h - Jogo de capoeira coordenado pelo Mestre Roberto Juliano da Rosa; 15h – 15h15min - Apresentação Grupo de Dança Rei Zumbi – São Miguel – Coordenação: Professoras Denise Vieira e Fabiana Rosa; Visitação à 1ª Feira Cultural/Econômica das Comunidades Tradicionais Remanescentes de Quilombos; 16horas - Encerramento;

Fonte: Acervo da EMEIEF Manuel Albino Carvalho.

O evento ocorreu em um sábado, neste dia eu fui de carona com a professora Alexandra e a professora Alceri. Ao entrar no carro da Alexandra, ela e Alceri começaram a comentar que naquele ano, toda vez que tinha alguma atividade festiva na escola, acontecia alguma coisa de ruim na comunidade, então perguntei o que havia acontecido, pois eu não sabia de nada. Foi quando as gurias me contaram que na tarde anterior havia falecido uma senhora da comunidade e que o velório estava ocorrendo no salão da comunidade, o qual fica do lado do ginásio. Cheguei na escola e fui ajudar a organizar o que estava faltando, colar alguns cartazes, organizar as barraquinhas e outras coisas mais. O evento estava programado para começar às 9h da manhã, mas já passava das 09h e poucas pessoas haviam chegado; comentava-se na escola que isso se devia ao fato de grande parte da comunidade estar no velório, entre eles, isso era comum e fui tomando conhecimento com o

passar do tempo, conversando com as pessoas, que ali todos se conhecem e possuem algum tipo de vínculo, me recordo de muitos falarem a seguinte frase: *aqui todo mundo é parente*.

Mas, continuando a contar sobre o evento, afinal pelo que percebi, desde que cheguei na escola, que foi feito uma grande movimentação para que ele ocorresse, mesmo que esse movimento tenha sido mais restrito a esse período do ano. Já era praticamente 10h quando as atividades começaram com o seu Potácio, presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo, prestando homenagem à senhora falecida da comunidade. A abertura do evento ocorreria com pessoas tocando tambores, mas em vez disso, seu Potácio pediu para que não fossem tocados os tambores e os colocassem na frente da mesa, um rito comum na comunidade em sinal de respeito. A roda de conversa com tema: *Vida Cultural, Social e Econômica: ontem, hoje e amanhã na Comunidade Tradicional Remanescente de Quilombo*, com os convidados: Senhora Clédis Rezende de Souza, representante da Associação Comunitária Quilombola Rincão dos Martimianos; Senhora Terezinha Paim, representante da Associação Comunitária Quilombola Rincão dos Martimianos; Senhora Lidiane Medianeira Carvalho Garcia, representante da Associação Comunitária Quilombola Vovó Firmina - Barro Vermelho; Senhor Potácio da Rosa, presidente da Associação Comunitária Quilombola Vovô Geraldo – São Miguel (veja na Figura 7, uma imagem da roda de conversa), começou logo em seguida e, após o momento de demonstração de respeito, os representantes abordaram as temáticas elencadas e falaram sobre como, por vezes, é difícil acessar algo por barreiras que são impostas pela sociedade de uma forma geral.

Figura 7 - Roda de conversa “Vida Cultural, Social e Econômica: ontem, hoje e amanhã na Comunidade Tradicional Remanescente de Quilombo”



Fonte: Jornal Tribuna de Restinga¹⁹.

Logo em seguida, foi realizada a apresentação do Grupo de Dança Rei Zumbi – São Miguel, coordenado pelas professoras Denise Vieira e Fabiana Rosa.

Eu fui escalada para cuidar do caixa da escola, cuidar das vendas das fichas da feijoada e refrigerante, com a justificativa de que eu era boa nas contas por ter feito matemática, algo clássico. Mas por esse motivo, muitas vezes não conseguia prestar atenção no que estava sendo falado na roda de conversa, pois várias fichas foram compradas enquanto a roda acontecia. No entanto, estar na barraquinha executando essa função me possibilitou observar a movimentação do pessoal no ginásio, conhecer outras pessoas e conversar com elas. Percebi que havia várias crianças da escola e seus familiares no ginásio e algumas outras pessoas que ainda não conhecia. Considerando os acontecimentos que antecederam o evento, posso dizer que havia um bom número de pessoas prestigiando.

Voltando às apresentações, depois foi a vez da Capoeira, coordenada pelo Juliano. Alguns dos integrantes do grupo de capoeira eram alunos da escola no momento e outros eram ex-alunos, como o próprio Juliano. Antes de começar a apresentação, Juliano fez uma fala sobre a importância

¹⁹ Disponível em: <https://tribunaderestinga.com.br/noticias/detalhes/7520/escola-municipal-ensino-fundamental-manuel-albino-carvalho-realizou-evento-em-comemoracao-ao-dia-da-consciencia-negra>.

da escola e da valorização da educação. Naquele dia conversei brevemente com ele, que me contou um pouco sobre como funcionava o grupo, mas foi possível observar que todos que estavam no grupo já passaram pela escola em algum momento.

No evento havia uma única apresentação da escola programada, além da mostra pedagógica que ocorria nas barraquinhas e com cartazes colados nas paredes do ginásio - as figuras 7 e 8 a seguir são registros dessas barraquinhas. A turma do quarto ano, sob a orientação da Professora Alceri Dutra, realizou uma apresentação artística sobre os orixás.

Desde que comecei a frequentar a escola acompanhei um pouco do processo de ensaios e organização da apresentação, conversei algumas vezes com a Professora Alceri sobre os desafios que ela estava encontrando para fazer tal apresentação, pois vários pais não queriam que seus filhos participassem por se tratar de algo de cunho religioso; e embora se tratasse da cultura africana e afro-brasileira de uma forma mais geral, ainda falava da umbanda, batuque e candomblé. E como era uma religião diferente da deles, não queriam que seus filhos participassem. No dia da apresentação, também tiveram alunos que faltaram, ouvi conversas que foi devido o ocorrido na comunidade, outros falaram que os pais não deixaram ir, pois queriam que fossem trabalhar com eles. Mas mesmo com todos os desafios, a apresentação aconteceu.

Figura 8 – Primeira Mostra Pedagógica da EMEIEF Manuel Albino Carvalho



Fonte: Acervo da autora.

Figura 9 – Primeira Mostra Pedagógica da EMEIEF Manuel Albino Carvalho



Fonte: Acervo da autora.

As atividades pela parte da tarde começaram com a roda de conversa que tinha o seguinte tema: *Educação Patrimonial-Religiosidade* com as convidadas: Raquel Ramos, representante da Secretaria Municipal de Educação, organizadora da inclusão do Projeto Educação Patrimonial no Currículo Escolar; Professora Denise Maria Rodrigues Vieira e Professora Fabiana Leonir da Rosa, professoras e representantes da Associação Comunitária Quilombola Vovô Geraldo - São Miguel.

Após a roda de conversa, ocorreu a apresentação cultural do Grupo de Dança Rei Zumbi, grupo de dança afro que teve sua origem na escola e com o passar do tempo acabou se desvinculando e sendo um grupo da comunidade. Esse mesmo grupo apresentou no turno da manhã uma dança sobre orixás. Conversei com Denise e Fabiana tempos depois desse evento e me recordo delas falarem da surpresa que tiveram quando foram convidadas para participar daquela roda de conversa, que não compreenderam direito o motivo, pois elas não participaram do projeto como um todo, apenas desenvolveram nas escolas que estavam atuando o que foi solicitado pelo projeto, a Fabiana até falou sobre isso em sua entrevista.

Enquanto ocorriam as atividades e nos intervalos delas pude observar o pessoal visitando as barrquinhas dos produtos das pessoas da comunidade que estavam ali comercializando na 1ª Feira Cultural/Econômica das Comunidades Tradicionais Remanescentes de Quilombos. Eu fiz o mesmo e fui lá comprar umas carapinhas e uma rapadura de amendoim de uma senhora, que por

acaso é mãe de uma das alunas do pré que dei aula. As atividades terminaram um pouco mais cedo, pois muitas pessoas já haviam ido para suas casas, afinal foi um dia longo devido aos acontecimentos anteriores ao evento.

Sentindo-me mais familiarizada... E a escola pulsando - prova externa, Copa do Mundo de futebol, mais projetos culturais e educacionais... E, na biblioteca, faço novas descobertas

Com um pouco mais de uma semana frequentando a comunidade, muitos foram os acontecimentos, lembro da sensação de estar ali há muito mais tempo, eu já me sentia bem mais à vontade na escola. Praticamente todos os dias eu dava uma passadinha na cozinha para dar um oi e conversar um pouquinho com a Albana e a Dona Ironi, por vezes assuntos relacionados à escola, coisas que eu gostaria de saber ou que estavam acontecendo na escola e viravam assunto, outras vezes era somente para conversar assuntos aleatórios e saber como estavam.

Na terça-feira da semana seguinte ao evento, a escola recebeu a visita de algumas pessoas da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, elas falaram com a diretora e com a Professora Denise sobre questões relacionadas à Educação do Campo, Educação Indígena e Educação Quilombola e passaram praticamente a tarde na escola. Assim, a Professora Marli ficou um pouco com o Pré e depois me pediu ajuda para que eu ficasse com a turma, fiquei com eles até umas 16h30min; quando as visitas foram embora e a Professora Denise voltou, ela comentou que geralmente algumas pessoas de diferentes universidades passam na escola para falar algo sobre essa temática, mas não se aprofundou no assunto.

Na quarta-feira cheguei na escola e as professoras estavam falando sobre a prova externa da FTD que as professoras deveriam aplicar na quinta. Tocou o sinal e as professoras foram para a sala, mas o assunto entre a Professora Aline e a Professora Maristani continuou sendo o mesmo. Fiz algumas perguntas sobre a prova, elas me disseram que era uma prova já programada para verificar se os alunos estavam aptos a passar de ano. Questionei como isso seria possível, pois era uma prova unificada que era aplicada em todas as escolas que adquiriram o Sistema de Educação - SIM²⁰, no caso, em todas as escolas municipais de Restinga Sêca. Perguntei sobre a questão da pandemia e elas disseram que a Secretaria de Educação não gostava que falassem do assunto, que

²⁰ O Sistema de Ensino SIM é um conjunto de produtos e serviços, composto por materiais didáticos para o aluno, materiais do professor, serviços de consultoria Educacional e Pedagógica, consultoria em Gestão Pública da Educação, cursos de capacitação de professores, formação continuada, avaliação e diagnóstico pedagógico (Restinga Sêca, 2022).

era para apagar esses dois anos e fingir que não existiu e que provavelmente as provas não levariam isso em consideração. Um pouco depois a Professora Maristani chegou com as provas, conversou com a Professora Aline e a deixou como responsável por passar as instruções de aplicação e tirar as dúvidas das professoras. Elas não abriram os envelopes, pois se tratava de uma prova externa e só deveria ser aberto no momento de aplicação.

Depois dessa conversa eu fui falar com a Albana, pois tinha a intenção de convidá-la para ser uma das pessoas entrevistadas nesse dia. Na cozinha, enquanto Albana realizava algumas tarefas, conversava com ela sobre o tempo que trabalhou na escola, os problemas de saúde que a fizeram se afastar por alguns períodos, sobre quais atividades ela desenvolvia. Nisso, ela disse ser contratada como serviços gerais, e não como merendeira; pois se fosse assim até o salário dela seria mais alto, mas que a prefeitura dava os seus “jeitinhos”. Ela contou que mora na comunidade, pois casou-se com uma pessoa dali, mas que era de Santa Maria. Falou dos seus filhos, que já eram todos grandes, e que a maioria estudou ali na escola. Conversei por mais um bom tempo sobre assuntos variados e, então, fiz o convite para ela ser uma das participantes da pesquisa. Ela aceitou, disse que não saberia como poderia colaborar, mas que ficava feliz com o convite. Por uma escolha dela e minha – pois eu gostaria de vivenciar um pouco mais aquele contexto antes de começar a fazer as entrevistas, e ela por ter uma rotina na escola com os alunos bem agitada – combinamos de realizar a entrevista quando as aulas estivessem acabando, pois o número de alunos na escola seria reduzido, bem como as suas atividades e ela poderia realizar a entrevista ali na escola mesmo, como ela comentou que preferia²¹.

Nesse dia, depois dessa conversa, voltei para a sala dos professores e lá estavam comentando sobre as provas que iriam aplicar da FTD. A Professora Aline me mostrou uma prova de fluência que foi aplicada no ano anterior, comentou que teria novamente esse ano e que deveria ser gravado em um aplicativo específico para essa situação e que estas eram realizadas individualmente. Em um primeiro momento, achei que essa gravação seria feita em áudio e vídeo, porém Professora Aline e Professora Maristani comentaram que não, que seria somente em áudio, então a professora que seria responsável pela aplicação da prova comentou que o modo de aplicação e registro dessa prova era falho, pois era suscetível a fraude, porque não garantia a identidade do aluno que estava fazendo, além de achar as instruções confusas.

²¹ Assim foi feito, a entrevista ocorreu no dia 17 de dezembro de 2022, no refeitório da escola.

No início da tarde houve uma reunião com as professoras, como um conselho para verificar a situação dos alunos que estariam aptos a passar de ano, comentaram sobre o atraso que a grande maioria dos alunos apresentaram na questão da aprendizagem e acreditavam que isso ainda era reflexo do período pandêmico em que eles ficaram sem aulas presenciais. Além disso, na comunidade existia um fator agravante: eles não tiveram aulas *online* – uma vez que grande parte dos estudantes não tinha acesso à internet de qualidade, apenas recebiam materiais impressos de 15 em 15 dias e não tinham auxílio dos professores. Sobre esse fato, as professoras comentaram que muitos pais fizeram as atividades pelos seus filhos, que isso foi uma prática comum identificada por elas e algumas delas ainda falaram que isso ainda acontecia com as atividades que eram enviadas para serem resolvidas em casa²². Naquela reunião elas chegaram a um consenso de quais alunos precisavam de um reforço para, minimamente, conseguir acompanhar os colegas, mas que poderiam passar, e aqueles que mesmo com um esforço em tentar fazer uma certa recuperação ainda não estariam aptos para passar de ano, pois havia casos que nem sequer sabiam escrever. Na sala era um consenso entre as professoras o fato de acharem um erro aprovar todos os alunos em 2020, pois como elas comentaram que mal tiveram aula naquele ano e isso só passou uma falsa impressão de que estava tudo bem, no sentido da educação, mas que não estava, na opinião delas eles deveriam ter sido mantidos no mesmo ano, mas que isso não contasse como uma reprovação em seus currículos, porque era uma situação atípica e no contexto em que se encontravam eles não tiveram aula direito, não tinha como ter abordado de uma forma satisfatória todos os conteúdos programados. Esse assunto voltou a ser comentado em vários outros momentos em que eu estava na escola.

Ao final daquela tarde, um técnico visitou a escola para instalar um programa na tela interativa para as crianças assistirem o jogo da seleção brasileira na Copa do Mundo do Catar, já que a educação, no caso das escolas, foi o único setor que a prefeitura de Restinga Sêca não liberou nos dias de copa em que o Brasil jogava, assim os alunos teriam aula normal até o horário do jogo e depois assistiriam todos juntos.

Se bem que eu não poderia chamar a aula do dia 24 de novembro de normal, pois além do jogo da copa, também era dia de aplicação das provas da FTD e assim as aplicações começaram no período da manhã. As professoras comentaram que os alunos estavam nervosos, pois não

²² Em sua entrevista, disponível neste relatório, a professora Alceri fala sobre essas questões, de como eram enviadas as atividades, das dificuldades enfrentadas por estudantes e professoras naquele período e o déficit de aprendizagem que perceberam assim que voltaram as aulas presenciais.

estavam familiarizados com provas. De acordo com as instruções que foram passadas, a prova duraria apenas uma hora e era para as professoras lerem uma vez a prova toda e depois deixar cada aluno fazer sozinho, sem interferência; e alunos do quarto e quinto ano deveriam preencher o cartão resposta.

Então, três pessoas da Secretaria de Educação foram até a escola supervisionar a aplicação das provas e passaram instruções diferentes. Disseram para cada professora ler questão por questão, esperarem os alunos responderem e, então, ler a seguinte e se precisassem poderiam auxiliar. Instruções completamente distintas daquelas contidas na documentação que veio junto com as provas.

Nesse dia, percebi que a Secretaria de Educação poderia estar um pouco incomodada com a minha presença ali. Vou contar o porquê dessa impressão. Eu estava digitalizando algumas fotos no computador na sala dos professores e então presenciei uma conversa em que pessoas da Secretaria de Educação perguntavam à Diretora e à Vice sobre a situação dos alunos, elas prontamente falaram o que haviam conversado no dia anterior, que havia alunos, principalmente do quinto ano, que não tinham condições de ir para o sexto ano, pois mal sabiam ler; quando falaram isso percebi logo a mudança de atitude das pessoas da Secretaria de Educação, chegaram a dizer que seria uma crueldade reprovar um aluno em específico, pois ao que parece o aluno de quem estavam falando já tinha uma situação complicada na vida cotidiana; na sequência, a diretora começou a falar que justamente por essa situação difícil, acreditava que seria melhor manter ele na escola onde os professores e colegas já o conheciam e conheciam toda a situação, tentando dar uma atenção especial a ele.

A Diretora e as professoras acreditavam que dessa forma ele poderia estar apto para ir para o sexto ano em outra escola, caso contrário, possivelmente, naquele ano seria excluído e acabaria reprovando no sexto, pois ainda não havia compreendido conteúdos básicos. Elas continuaram insistindo, dizendo que a escola não havia o recuperado durante o ano e que isso era culpa da escola e dos professores e que ele não deveria pagar, então as professoras enfatizaram que estavam preocupadas com a situação dele se fosse para o sexto ano na outra escola nessas condições.

A sensação que tive depois de ouvir essa conversa e outras que acabaram acontecendo na sala dos professores era que a Secretaria de Educação estava preocupada com os índices de reprovação no município. Foi uma conversa tensa com a Secretaria de Educação, que estava se isentando de qualquer responsabilidade, não querendo falar em dois anos complexos que foram

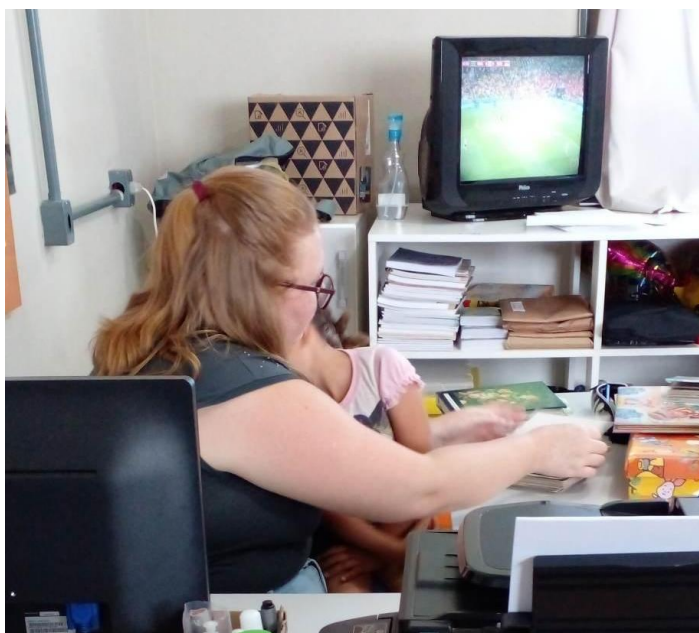
durante a pandemia e colocando toda a culpa na escola e nos professores. Toda essa conversa aconteceu a uns três metros de distância de mim, mas naquele momento parecia que nem se quer estavam me enxergando ali.

Na parte da tarde essas pessoas da Secretaria de educação voltaram à escola para supervisionar a aplicação das provas naquele turno, foi então que perguntaram para a Diretora quem eu era. Eu já havia entrado em contato com a Secretaria diversas vezes para falar da pesquisa, mas nunca pessoalmente, acredito que por esse motivo não se deram conta que eu era a pessoa que estava na escola realizando uma pesquisa. Depois dessa conversa com a Diretora elas vieram falar comigo, me apresentei e falei sobre meu trabalho. Ao final da tarde, antes do jogo, a diretora comentou comigo que elas haviam feito um pedido para ela, que era para cuidar sobre o que eu iria escrever em minha tese. Bom, cá estou eu, escrevendo.

Continuei realizando as minhas atividades, digitalizando documentos e fotos, atividade que já parecia interminável, quanto mais eu digitalizava, mais coisa aparecia, o que não é ruim, pois eram mais materiais para agregar à pesquisa e à memória digital da escola.

Estava chegando a hora do jogo, foi feito até pipoca, mas como a tela interativa não funcionou, os alunos foram para a sala dos professores onde tinha uma TV antiga e ali assistiram.

Figura 10 – Assistindo aos jogos da Copa do Mundo FIFA de 2022



Fonte: acervo da autora.

Quanto ao assunto referente à aplicação das provas e o modo com que a Secretaria de Educação estava abordando a questão da reprovação, isso reverberou por dias na escola. Eu ficava me questionando: quem mais saberia sobre a situação do aluno do que o professor que está com ele todos os dias dentro da sala de aula? Seria a Secretaria? Fiquei observando os jogos de poder e como ele é exercido dentro de um setor que é tão importante para a vida do indivíduo: a educação.

Eu fiquei escaneando documentos e fotos por vários dias, aproveitando os momentos em que algum computador estivesse livre. Nesse processo fui conhecendo pessoas da comunidade, comecei a reconhecer alguns rostos que apareciam nas fotos como sendo mães e pais que vinham na escola trazer os seus filhos para estudar, um movimento interessante e curioso, que acredito ser mais comum em escolas de cidades pequenas. Mas essa atividade não era contínua, em inúmeras ocasiões parei o que estava fazendo e ficava um pouco com a professora Denise em sala de aula, pois a turma do Pré era uma das maiores e normalmente a mais agitada, ou então parava para fazer alguma outra atividade que me era solicitada. Mas, finalmente acabei de escanear o que havia encontrado até o momento, isso foi no dia 29 de novembro, me recordo que nesse dia a escola estava movimentada, havia vários responsáveis que vieram realizar a matrícula que se encerrava no dia seguinte, mas a Diretora havia comentado que nem metade das pessoas responsáveis havia realizado a matrícula e concluiu que provavelmente o prazo seria estendido.

Muitas dessas pessoas acabavam passando na sala dos professores, onde eu estava, para pedir alguma informação ou deixar algum documento, pois naquele momento não havia ninguém na sala da direção, com alguns desses responsáveis eu já havia conversado, outros apenas visto pela escola, mas sempre respondia que eu não trabalhava na escola, que estava realizando uma pesquisa e alguns queriam saber mais a respeito da pesquisa, porém outros não. Com o passar do tempo, percebi que as pessoas acabaram ignorando esse ponto, que eu não fazia parte da escola, elas chegavam, me perguntavam sobre assuntos da escola, deixavam documentos comigo, pediam para reparar os seus filhos até a professora chegar ou o sinal tocar, pois tinham algum compromisso, me chamavam de professora e eu acabei me familiarizando com aquilo.

Logo após acabar de digitalizar as fotos, a pedido da professora Maristani, fui colocar em ordem umas pastas de funcionários da escola e isso foi rapidinho. Quando fui devolver ela disse que tinha uma coisa que ela gostaria de fazer faz tempo e não conseguia devido aos afazeres que tinha, que era organizar as pastas dos alunos antigos por ordem alfabética e seu poderia fazer isso.

Aceitei e organizei essas fichas dos alunos, vi fichas de pessoas que conheci na comunidade, de professoras da escola, como a professora Adriela e a professora Denise.

Fiquei organizando tais fichas por dias, elas estavam bem desorganizadas e o armazenamento delas nas pastas não facilitava o trabalho. As fichas provocaram uma reação similar as fotos, professoras passavam por ali e folheavam as pastas, comentavam sobre alunos que agora eram pais, me explicavam quem era, quem era o seu filho que estava na escola naquele período e contavam histórias. Mas nesses momentos que estava sentada na sala dos professores, também era o momento em que conversava com elas sobre outros assuntos. Por vezes era o momento que perguntavam mais sobre mim, por acharem estranho eu ser formada em matemática e realizar a pesquisa que relatava para elas quando questionada.

Em um desses dias, a professora Marli, a Vice-Diretora, conversou comigo um bom tempo sobre sua vida pessoal, sua formação, sobre as perdas que já teve em sua vida. Após essa conversa, ou meio que num emaranhado, ela comentou sobre a falta de apoio da comunidade na escola, algo que ela dizia se sentir um pouco culpada por isso, pois retornou a falar que por um período em que ela foi Diretora da escola, ela pagava para que as pessoas da comunidade, às vezes até do CPM, fossem fazer alguma atividade na escola. A figura da professora Marli e algumas das suas ações, inclusive essa que ela comentou, foi um dos temas tocados por várias das pessoas colaboradoras dessa pesquisa.

Ela, sempre que eu falava em comunidade quilombola ou escola quilombola me advertia, dizendo que ali era uma escola localizada em uma comunidade negra rural, que a escola não era quilombola, mesma fala feita por ela em 2018, quando visitei a escola por causa da realização do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Eu a convidei para ser participante da pesquisa, ela aceitou, porém os dias foram passando e sempre que tentava marcar a entrevista ela dizia ter algum compromisso, ou estar atarefada. Não foram poucas as tentativas, quando retornei à escola em 2024 tentei novamente, mas sempre obtive as mesmas respostas e devido a isso ela não foi entrevistada para a pesquisa.

No dia primeiro de dezembro foi realizada uma nova reunião, ou conselho de classe, seguindo as “orientações” da Secretaria de Educação dadas na semana anterior. Eu e Geisila, ficamos responsáveis por cuidar das crianças em um intervalo que seria mais longo devido à reunião, principalmente, das menores do Pré e do primeiro ano. Nesse dia, conversei um pouco com Geisila sobre as atividades que desenvolvia na escola e sobre as crianças, depois de algum

tempo eu cheguei a conversar com a Geisila para ser uma das participantes da pesquisa, ela então me contou um pouco da sua história e falou que talvez a sua tia, professora Adriela, pudesse contribuir mais com a pesquisa, pois ela morava na comunidade há mais tempo e era agente comunitária de saúde. Agradei muito a sugestão e acabei entrando em contato com a professora Adriela e a convidando para ser uma das entrevistadas: ela aceitou.

Eu não fiquei sabendo muito dessa reunião, pois assim que acabou, as professoras voltaram para a sala com as suas respectivas turmas. Só soube que elas não poderiam reprovar todos os que consideravam necessários e que deveria ser feita uma “recuperação” desses alunos que estavam apresentando mais dificuldade em sua aprendizagem e que se fosse necessário, as professoras deveriam usar o período de recesso de suas atividades para tal. Mas foi apenas isso que soube, e então, voltei para a sala dos professores e continuei minhas atividades.

No dia 06 de dezembro as turmas de 1º a 5º ano da escola realizariam um passeio pelo turno da tarde para o Recanto do Maestro, para participar do 5º Encontro de Projetos Culturais e Educacionais promovido pela Fundação Antonio Meneghetti. Fui convidada para ir junto e aceitei, é claro que aceitaria. Chegando lá que consegui ter ideia da dimensão desse encontro: eram muitas crianças de diferentes escolas de todas as cidades em que a Fundação atuava. Lá foram realizadas apresentações culturais com tema natalino. Era visível como as crianças estavam animadas com tudo aquilo. Elas gostavam muito quando aconteciam essas atividades que envolviam sair da escola e conhecer outros lugares.

Figura 11 - 5º Encontro de Projetos Culturais e Educacionais promovido pela Fundação Antonio Meneghetti no ano de 2022



Fonte: acervo da autora.

No período em que estava no trabalho de campo, recebi a notícia de que bolsas de estudos haviam sido cortadas, isso incluía a minha e isso me afetou bastante, houve momentos em que não era possível separar a Maiéli pesquisadora e educadora matemática da Maiéli pessoa, que dependia dessa bolsa para arcar com os custos dessa pesquisa. Foram dias desesperadores, pensei em desistir da atividade de campo, ao menos pausar até a situação se resolver, mas conversando com a minha família, meu pai, minha mãe e meu irmão, eles disseram para eu não parar, que me auxiliariam no que eu precisasse. Mas logo veio uma boa notícia: a situação da bolsa foi resolvida.

Continuando com as atividades do campo, percebi que quanto mais o tempo passava, mais eu perdia essa organização de escrita, não anotava mais cada coisa que acontecia, esquecia de tirar fotos. Sinto que passei a vivenciar meu estudo de campo e o que acontecia ali na comunidade, e desta forma, conversava com as pessoas responsáveis pelas crianças, mas não registrava muita coisa. Me preocupava mais em ir conversar com as pessoas do que registrar formalmente tudo o que conversávamos e, por fim, fazia pequenos apontamentos.

Em uma desses dias vi que era seu Potácio trazendo o seu neto, filho da Fabiana, para a escola, então fui puxar conversa, pois já tinha a intenção de realizar uma entrevista com ele antes mesmo de estar na pesquisa de campo, devido ao seu envolvimento com a comunidade. Eu havia

entrado em contato com seu Potácio por mensagens antes de ir a campo, nesse contato ele disse que estaria à disposição para conversar comigo quando estivesse na comunidade, porém naquela troca de mensagens não falei sobre o convite para a entrevista, pois entendia que esse convite deveria ser feito pessoalmente, após um aperto de mãos e uma conversa. Foi isso que fiz nesse dia, após essa breve conversa, o convidei para participar da pesquisa e ele aceitou, porém nesse dia não marcamos a data nem horário, apenas falamos de realizar em breve a entrevista.

No mês de dezembro, já nas últimas semanas de aula, em um dia que não marquei com exatidão qual foi, professora Maristani me acompanhou até a biblioteca, ela queria pegar alguns materiais e eu aproveitei para ir ver quais materiais tinha lá. A Professora comentou que ainda não havia conseguido organizar a biblioteca do modo que gostaria e que ainda tinha muitos livros dos anos finais do Ensino Fundamental ali. Em seguida, a professora Maristani voltou para seus afazeres e eu comecei a olhar com mais atenção alguns livros da biblioteca. Os livros didáticos estavam em prateleiras praticamente sem marcas de uso, tanto os da coleção antiga, que professora Maristani havia comentado estar estudando a melhor forma de descarte, como os da nova, que enquanto estava na biblioteca fiquei pensando por que estes que ainda tinham a possibilidade de uso não haviam sido destinados para a escola que os alunos dali foram transferidos. Havia livros destinados à Educação do Campo também. Comecei a abrir alguns armários e foi então que encontrei alguns arquivos, matérias de jornais, folders sobre datas comemorativas de Restinga Sêca, livros sobre Restinga Sêca e um sobre o quilombo de São Miguel e o quilombo Rincão dos Martimianos, chamado “Quilombos de Restinga Sêca²³”, nele é contado a história dessas comunidades no formato de quadrinhos. Então, eu juntei esses materiais que encontrei na primeira visita a biblioteca e desci para a sala dos professores para digitalizá-los também.

Encontros com a/na comunidade, entre-vistas

No período em que estive na escola muitas foram as conversas com a Albana, em uma das várias que tivemos sobre merenda, ela comentou sobre a questão da verba que vinha para a escola, sobre o Conselho de Alimentação Escolar e de quem ela lembrava que fazia parte, tema que foi inserido no roteiro das entrevistas. Foram conversas desse tipo – que muitas vezes sem pretensão nenhuma – me auxiliaram na delimitação da pesquisa; diante disso, fui conhecendo as pessoas e as

²³ (Anjos, 2018).

funções que desempenhavam na comunidade e na escola, e, assim, decidindo quais seriam as pessoas a serem entrevistadas.

Em um dia em que a professora Denise estava de folga, ela me convidou para ir conhecer a sua avó, Dona Tete, ou a Tóti, ou Vó Tóti, e o restante de sua família, pois depois de já ter conversado um pouco com ela e com outras pessoas, eu soube que Dona Tete havia sido a fundadora do Centro de Umbanda da comunidade e exercia um papel de liderança religiosa muito importante ali. Comentei com a professora Denise sobre meu interesse em entrevistar Dona Tete, mas logo ela me avisou que por motivos de saúde não é sempre que está disposta a conversar. Ela disse que conversaria com sua avó sobre esse meu pedido. Como é possível perceber nesse caso, Denise foi uma pessoa muito importante para que a pesquisa acontecesse, comentei que gostaria de realizar a entrevista só no próximo ano, pois ainda queria me inteirar mais sobre a comunidade e também que as pessoas me conhecessem, nem que fosse minimamente, pois achava importante essa relação de conhecimento, de saberem quem eu era antes de eu chegar do nada em suas casas querendo realizar uma entrevista que elas nem sabiam do que se tratava.

Bem, certo dia, acompanhada por Denise, cheguei em uma sombra onde estavam praticamente todos os seus irmãos reunidos, juntamente com sua mãe, sua avó, uma nora e seus sobrinhos brincando; o tempo era curto, pois logo eu teria que voltar para pegar o ônibus para Santa Maria, então eu fui apresentada pela Denise, conversei um pouco com eles, pois a apresentação da Denise gerou algumas curiosidades. Fiquei um tempinho por ali, eles também conversam sobre outros assuntos e logo Dona Tete foi se deitar - aquele dia estava fazendo muito calor e ela estava se sentindo cansada. Não muito tempo depois eu me despedi, pois precisava voltar para a parada de ônibus.

Enquanto Denise me acompanhava até a sua casa, pelo caminho ela foi me dizendo qual casa era de quem, que era mãe de algum aluno ou que tinha alguma relação com alguém que ela já sabia que eu conhecia, também mostrou a sua casa que estava em construção, e esse não foi um caminho longo, pois todos moravam muito perto, apesar de ser na zona rural, os terrenos das casas se assemelhavam ao tamanho da zona urbana, ao menos ali naquele trecho, pois é uma casa ao lado da outra, tendo o espaço para um pequeno quintal e uma horta em algumas delas.

No dia 16 de dezembro aconteceu a confraternização de encerramento do ano letivo de 2022 entre professores e funcionários da escola. Logo quando cheguei à escola eu fui muito bem recebida e acolhida por todas as pessoas dali. Me incluíram no Amigo Secreto, participei da

confraternização, em todas as datas comemorativas que havia alguma lembrancinha, eu sempre ganhava, eu realmente me senti acolhida naquele espaço, foram momentos muito especiais que dividi com toda a equipe que estive na escola no ano de 2022. Além dessa questão pessoal, sempre foram pessoas prestativas e atenciosas em relação à pesquisa.

Apesar da confraternização ter sido no dia 16, eu ainda frequentaria a escola no dia seguinte, pois, no dia 17, já estava agendada a primeira entrevista e ao final do ano letivo estava programada a formatura do Pré. A comunidade e a escola já haviam se mobilizado para isso, pois é algo que a comunidade também participa, os familiares são convidados e é um momento de comemoração. Porém, no dia 17, quando cheguei à escola, percebi que algo havia acontecido: o pai e o tio de uma das crianças que iria se formar, infelizmente faleceram de forma trágica na noite anterior. A comunidade toda estava comovida, em luto e como falei antes, ali todos se conheciam, sendo assim, foi um momento muito triste e infelizmente não era o primeiro, nem o último que presenciei enquanto estive em campo. Podem dizer que coisas assim acontecem, e de fato acontecem, mas não é por esse motivo que não nos afetam. Nesse curto espaço de tempo que estive ali já havia criado um carinho especial pela comunidade e pelas pessoas, principalmente pelas crianças, muitas delas eu já conhecia, conhecia suas famílias, um pouco das suas histórias, das histórias das suas famílias também. Então, foi um dia triste, saber que uma dessas famílias estava passando por tudo aquilo em um momento que iria ser de comemoração. A formatura foi realizada no dia 21 de dezembro, mas de forma bem mais simples, respeitando o momento de luto da família e da comunidade.

O dia 17 foi o meu último dia na comunidade no ano de 2022, pois nos meses de dezembro e janeiro é comum ser feita a colheita do fumo, ou tabaco, como muitos conhecem. Em conversas com as pessoas da comunidade, muitas delas falaram que trabalhavam de forma sazonal nessas colheitas, não em suas propriedades, mas em propriedades vizinhas, assim esse período do ano acabava sendo corrido. A própria professora Denise em alguma conversa comentou que iria realizar aquele trabalho nas suas férias. Para muitas pessoas da comunidade esse formato de trabalho era uma renda extra, para outras era a principal; nas conversas que tive e nas entrevistas foi relatado que esse é um formato muito recorrente e que já é praticado há muitos anos pela comunidade, devido à pequena quantidade de terra que cada família possui. Por esse motivo, acabei não frequentando a comunidade no período de férias escolares, fui apenas em dias específicos, pois a minha presença poderia atrapalhar o trabalho das pessoas e isso não era o que eu queria fazer ali,

como disse no começo desse caso, lá quando estava me preparando para ir a pesquisa de campo, não queria ser invasiva.

Ao final desse primeiro período de campo, conversando com as pessoas, observando as redes de relações que se davam entre escola e comunidade, já havia escolhido as possíveis pessoas que seriam entrevistadas na pesquisa. Algumas delas eu já havia conversado pessoalmente e combinado de realizar a entrevista no próximo ano, como foi o caso da Professora Alceri. Eu convivi quase que diariamente com Alceri na escola, nesse convívio conversávamos muito e foi nessas conversas que soube do seu envolvimento com a escola e, conseqüentemente, com a comunidade. Então, a convidei para fazer parte da pesquisa e combinamos de realizar a sua entrevista no período de suas férias, e assim aconteceu, a entrevista foi realizada no dia 23 de janeiro de 2023 na sua residência, em Santa Maria.

No ano de 2022, eu já havia ido ver a biblioteca, mas não tinha tido tempo suficiente para olhar cuidadosamente e carregava uma curiosidade comigo, que vinha desde o mestrado: será que a escola tinha os materiais que estava querendo estudar naquele período, que era: Quilombos: espaço de resistência de homens e mulheres negras²⁴; Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais²⁵; Dimensões da inclusão no Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola²⁶; Uma história do povo Kalunga²⁷; Yoté: o jogo da nossa história²⁸; Estórias Quilombolas²⁹; e Minas de Quilombos³⁰. Lembro-me muito bem de que quando entrei em contato com a Secretaria a resposta foi negativa, mas sabia que muitas vezes isso não correspondia à realidade. Voltei à biblioteca para continuar minha busca no início do ano letivo de 2023, foi quando, para a minha surpresa, mas nem tanto surpresa assim, encontrei todos os materiais que analisei em meu mestrado, materiais que a Secretaria e a Escola diziam não ter recebido. Era possível notar que muitos mal haviam sido usados, depois que os encontrei até comentei isso com as professoras da escola e com direção, falando sobre como aqueles materiais eram interessantes e poderiam ser utilizados nas aulas.

²⁴ (Barbosa, 2005).

²⁵ (Brasil, 2006).

²⁶ (Braga; Souza; Pinto, 2005).

²⁷ (Oliveira, 2001).

²⁸ (Brasil, 2010).

²⁹ (Moura, 2010).

³⁰ (Barbosa, 2010).

Além das descobertas feitas na biblioteca, as primeiras semanas no ano letivo de 2023 também foram marcadas pela realização da maior parte das entrevistas. A Professora Adriela foi a primeira a ser entrevistada, pois durante as férias escolares acabei conversando com ela por mensagem e fazendo o convite para participar da pesquisa, após a sugestão da sua sobrinha, Geisila, desse modo, nessa conversa combinamos de realizar a entrevista em sua casa assim que o ano letivo começasse, então no dia 17 de fevereiro realizei a entrevista com Professora Adriela. Juliano foi o próximo entrevistado, no dia 23 de fevereiro. Eu já havia conversado algumas vezes com Juliano em 2022, mas o convite para participar da pesquisa eu fiz assim que retornei à comunidade em 2023, ele aceitou e no mesmo dia já agendamos a entrevista. Também no dia 23, mas no turno da tarde realizei a entrevista com seu Potácio e Fabiana, eu já havia convidado os dois para participarem da pesquisa separadamente em 2022, mas quando retornei em 2023 e fui marcar a data e horário com eles, Fabiana comentou sobre a possibilidade de eles fazerem juntos a entrevista, o que não vi problema em acontecer dessa forma. Então, o dia 23 foi um dia longo, carregado de informações, confesso que ao final do dia estava exausta, mas satisfeita e agradecida por tudo que tinha sido compartilhado comigo naquele dia.

No início de março, no dia dois, para ser mais exata, entrevistei a Dona Vera, com a participação da Denise, pois como contei em outro momento, esse foi um pedido da Dona Vera para a realização da entrevista. Nesse dia, voltei a falar com a Denise sobre a vontade de realizar uma entrevista com a Tia Zilá, pois já havia falado desse meu anseio em mensagens trocadas durante o período de férias. Ela disse que conversaria com ela e me levaria lá para conhecer pessoalmente. Acabei conhecendo-a uns dias antes do dia combinado com Denise, quando ela passou na escola para fazer uma visita. Dias depois, acompanhada da Denise fui até a casa da Tia Zilá, já sabia onde ficava pois era caminho para a casa da Adriela. Porém, chegando lá a Tia Zilá comentou que não estava se sentindo bem, eu já sabia que ela tinha alguns problemas de saúde, então conversamos brevemente e logo voltei para a escola, combinamos de conversar na semana seguinte, mas infelizmente ela passou mal e foi hospitalizada, já era a minha última semana no Rio Grande do Sul, estava com a passagem de volta comprada, então voltei torcendo para que logo ela se recuperasse e na esperança que poderíamos ter outra oportunidade de conversar algum dia, me recordo dela feliz falando que sempre era uma alegria para ela falar da comunidade e da escola. Porém, infelizmente, assim que cheguei em São Paulo fui avisada pela Denise e professora Maristani que Tia Zilá havia piorado e falecido.

Tia Zilá, como era conhecida por todos na comunidade, foi uma figura importante, exercendo um papel de liderança na comunidade. As pessoas sempre falaram dela com muito carinho, a respeito de sua dedicação para que a comunidade tivesse acesso à educação, de ser uma defensora da educação e da escola na comunidade. Infelizmente a entrevista não aconteceu, mas não posso deixar de registrar aqui a sua importância para a comunidade e o meu agradecimento por ter sido recebida em sua casa com tanto carinho.

Retorno ao campo: revisão das entrevistas textualizadas, novo corpo docente, novas mudanças na escola

Em 2024, voltei para o trabalho de campo para fazer a devolução dos arquivos gerados a partir das entrevistas, como os áudios, os vídeos, as transcrições e principalmente para conversarmos sobre as textualizações – uma vez que estes são os textos publicados na tese. Acredito ser importante comentar que durante o processo de elaboração das textualizações mantive contato com as pessoas que entrevistei e com as pessoas da escola para tirar dúvidas sobre alguns pontos das entrevistas, pois em alguns momentos devido a alguma interferência no áudio e no vídeo das entrevistas eu não conseguia compreender o que estava sendo dito e em qual contexto; desta forma, por vezes acabava enviando mensagens com trechos e confirmando se era aquilo mesmo ou pedindo para me explicarem algum ponto que havia ficado confuso. Outro motivo para manter contato foi para solicitar a confirmação de nomes, documentos e locais que foram citados, pois assim facilitava a organização das notas de rodapé, que como é possível ver ao longo da tese, não são poucas.

Nesse período, que fiquei afastada da comunidade, também procurava saber como estavam as coisas pela escola e pela comunidade, pois como já falei isso e talvez repita em alguns outros momentos, desenvolvi um carinho pelas pessoas e pelo local. Então, quando retornei em 2024, aproveitei para passar mais um tempo por lá. E logo que cheguei já soube de novas mudanças, soube que a escola passaria a ser uma escola de tempo integral. Assim, decidi ficar por ali alguns dias acompanhando. Nesses dias aproveitei para rever pessoas, conversar sobre questões que aconteceram no período que estive fora; por conseguinte, acabei olhando mais alguns arquivos da escola, buscando informações sobre funcionários que foram citados nas entrevistas.

Mas voltando à questão da devolução dos arquivos e das textualizações: assim que cheguei à comunidade, falei com as pessoas que foram entrevistadas; algumas consegui encontrar pessoalmente e outras por mensagens, e pedi para que me enviassem um endereço de e-mail para que eu pudesse enviar os arquivos. Além disso, perguntei se preferiam receber uma cópia da textualização impressa ou somente digital, a maioria preferiu impressa, então fiz cópias e entreguei a elas.

Nessas conversas elucidei o que eram as textualizações e como foram feitas, e, assim, novamente expliquei que eles poderiam fazer sugestões para alteração/retirada de trechos, nomes, ou algo que não quisessem que fosse publicado, bem como poderiam não autorizar a publicação de nada daquilo, o que acabou acontecendo com uma das pessoas entrevistadas, onde ela optou por não publicar a sua textualização, mesmo depois de solicitar alterações, recortes e reescrita do texto da textualização; obviamente, eu respeitaria e respeitei a vontade das pessoas dali, como salientei na minha chegada à comunidade.

Esse processo de entrega das textualizações e devolução com as sugestões foi um pouco demorado; afinal, algumas ficaram longas e as pessoas tinham seus outros afazeres para dar conta. Todas as pessoas que leram, fizeram algum tipo de alteração, alguns alteraram coisas pequenas, como corrigir algum nome, outros fizeram algumas alterações maiores, pedindo para retirar trechos, reescrever alguma parte, ou acrescentar algo que estava faltando. Algumas pessoas fizeram isso na cópia impressa, riscando e reescrevendo como gostariam, como a Albana, por exemplo, que fez isso, e sentou comigo no refeitório um dia para me explicar as partes que tinha alterado. No caso da Dona Vera, isso também aconteceu, mas como a Denise me contou que foi ela quem leu para Dona Vera e fazia as anotações de alterações e retiradas de trechos que a mãe pedia. Em outros casos, como o da Adriela, por exemplo, ela me mandava por mensagem a cópia da parte que gostaria de mudar e, por vezes, já enviava a alteração, ou me explicava como gostaria que ficasse, então eu reescrevia e enviava para ter a sua aprovação. Após fazer as alterações sugeridas, enviar a nova versão e receber a aprovação das pessoas, eu então pedia para que assinassem a carta de concessão, que como expliquei para elas, era o documento que registrava a autorização delas para a publicação das textualizações.

Outro motivo para minha volta para o trabalho de campo em 2024, foi a realização de uma nova entrevista, pois durante a realização das entrevistas em 2022 e 2023 já havia notado que o nome de uma antiga professora era citado com frequência, tratava-se da Professora Elisane. Ao

realizar as transcrições e textualizações percebi que em praticamente todas as entrevistas ela foi mencionada e sempre lembrada com muito carinho e como uma pessoa aliada à comunidade em suas lutas. Por esse motivo, decidi fazer um convite para ela participar da pesquisa e ela aceitou.

Um outro ponto que havia chamado minha atenção enquanto estava em campo, em 2023, no início do ano letivo, também aconteceu quando cheguei à escola em 2024: a mudança no quadro de professores. No meu primeiro dia, fui apresentada a vários novos professores que não estavam no ano de 2022 e nem em 2023, e reconheci alguns rostos conhecidos, como o da Professora Gisele e da Professora Rosemari.

A rotação de professores na escola é muito grande, o que já foi tema de conversas minhas com pessoas da comunidade nos outros anos que estive em campo e nas entrevistas. As pessoas reclamavam disso, pois entendiam que dificultava a criação de vínculo entre a escola e a comunidade, pois eles ficavam um ano e eram realocados, e desta maneira, por vezes acabavam voltando anos depois, como aconteceu com as professoras Gisele e Rosemari, que estavam em 2022 e retornaram em 2024.

Enquanto passava esse tempo na escola, no dia 10 do mês de abril aconteceu uma reunião entre o corpo docente da escola e representantes da Secretaria da Educação para apresentar o Programa Escola de Tempo Integral³¹, chamado de PETI, que teve início de suas atividades na escola no dia 15 de abril de 2024. Nessa reunião, além de representantes da Secretaria da Educação e Conselho Municipal de Educação, também estava presente o prefeito municipal, Paulo Ricardo Salerno, que em sua fala, afirma que Restinga escolheu, com muita ênfase no “escolheu”, a escola Manuel Albino Carvalho para ser a escola contemplada por esse Programa. Porém, na Lei que institui o tal Programa está elencada uma lista de prioridades³² para a implementação desse sistema de ensino em que estabelecimentos que atendem alunos de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e alunos indígenas e quilombolas estariam no topo. Então, quando ouvi isso fiquei me questionando, foi realmente uma escolha ou a prefeitura só estava atendendo a exigência da lei, ou seja, elencando primeiramente a Escola Manuel Albino por se tratar de uma escola quilombola? Vim a saber, em seguida, que foi o caso da segunda opção.

³¹ LEI Nº 14.640, DE 31 DE JULHO DE 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021 (Brasil, 2023).

³² § 1º Serão prioritariamente atendidos pelas ações de que trata o caput deste artigo os estabelecimentos de ensino com alunos pertencentes a famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e os localizados nas comunidades indígenas e quilombolas (Brasil, 2023).

Depois da saída do prefeito, a representante da Secretaria de Educação começou uma apresentação, na qual foi falado que a escola era uma escola quilombola, para a minha surpresa, afinal todas as vezes que falei com a Secretaria ela era chamada de uma escola regular e nessa mesma apresentação falaram sobre a Resolução³³ que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Todas as pessoas presentes, depois dessa apresentação, foram convidadas a falar sobre as expectativas para o Programa, inclusive eu, e então eu falei que gostaria que ali fosse realmente implementada a modalidade educativa de Educação Escolar Quilombola, que isso não ficasse restrito apenas àquelas falas na apresentação. Então, fui advertida por outra pessoa da Secretaria da Educação, que ali não era uma escola quilombola e que não tinha a obrigação e não seria implementada essa modalidade por esse motivo, portanto, voltando a falar de uma escola regular. Então, ficou óbvio que dizem ser uma escola quilombola quando os convém, no caso quando ganham alguma coisa com isso e nesse caso em específico era a verba. Mas falarei mais sobre alguns dos pontos abordados aqui em outro caso, onde contarei sobre a escola, especificamente, pois já me alonguei muito e até meu chimarrão já acabou.

4.1 REFERÊNCIAS

ANJOS, J. C. G. dos. **Quilombos de Restinga Sêca**. Porto Alegre: Universidade Federal do rio Grande do Sul, 2018.

BARBOSA, P. C. **Minas de Quilombos**. Brasília: Ministério de Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/minas_quilombo_professor_miolo.pdf. Acesso em: 21 ago. 2024.

BARBOSA, P. C. **Quilombos**: espaço de resistência de homens e mulheres negras. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002193.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2024.

BARLEY, N. **El Antropólogo Inocente**: notas desde uma choza de barro. Tradução: José Rodellar. 15 ed. Barcelona: Editorial Anagrama, 2004.

BRAGA, M. L. S.; SOUZA, E. P.; PINTO, A. F. M. (Org.). **Dimensões da inclusão no Ensino Médio**: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Brasília, DF: Ministério da

³³ RESOLUÇÃO Nº 8, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012 (*). Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (Brasil, 2012).

Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000183.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023**. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021. Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14640.htm. Acesso em: 16 ago.2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília, DF: SECAD, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf. Acesso em: 21 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Yoté: o jogo da nossa história**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/yote_aluno_miolo.pdf. Acesso em: 21 de ago. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN82012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio. |Acesso em: 16 ago.2024.

CRESTANI, M. M. **O Ensino de Matemática em Escolas Inseridas em Comunidades Quilombolas**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Matemática) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2018.

EMEIEF MANUEL ALBINO CARVALHO. **Inauguração EMEI – Creche**. Restinga Sêca, 2023, 10 agosto 2023. Facebook: Manuel Albino Carvalho. Disponível em: https://www.facebook.com/media/set/?set=a.2196599723862080&type=3&locale=pt_BR. Acesso em: 02 ago. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MOURA, G. (Org.). **Estórias Quilombola**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010, v. 3. Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/estorias_quilombola_miolo.pdf. Acesso em: 21 ago. 2024.

OLIVEIRA, R. (Org.). **Uma História do Povo Kalunga**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2001. Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/133/o/Historia_do_povo_Kalunga_MEC.pdf. Acesso em: 21 ago. 2024.

RESTINGA SÊCA. **Decreto nº 51/2023**. Altera a designação de estabelecimento de ensino do Município de Restinga Sêca. Restinga Sêca: Prefeitura Municipal de Restinga Sêca, 2023.

RESTINGA SÊCA. **Inexigibilidade de licitação nº 007/2022. Processo nº 692/2022**. Restinga Sêca: Prefeitura Municipal de Restinga Sêca, 2022. Disponível em: <https://www.restingaseca.rs.gov.br/arqs/9209.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SOUZA, L. A. **Trilhas na Construção de Versões Históricas sobre um Grupo Escolar**. 2011. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2011.



"A semente sagrada quilombola, germinou no solo da diáspora, cultivando oralidade, natureza é raiz ancestralidade, jardim adubado em solo sagrado é consciência, nossa resistência, é sustentabilidade da resiliência, frutos vingados numa diversidade trajetória, marcada em lutas por equidade."
(Eli Odara Theodoro³⁴)

"Lugar onde o brincar na chuva, o sentir da terra sob os pés descalços no chão, viver cada segundo as histórias de vida e lutas contadas pelos mais velhos e seus antepassados, lugar de pessoas acolhedoras, esse é meu quilombo." (Divânia Deltrude Moreira³⁵, Comunidade Areia – Território Kalunga).

"A comunidade é a nossa casa. O quilombo é a nossa casa. Como vai manter o distanciamento sendo que tá todo mundo ali na mesma família, participando das mesmas festas tradicionais?"
(Vercilene Dias³⁶)

³⁴ Eli Odara Theodoro é uma mulher preta, feminista negra e antirracista, liderança ativa na causa quilombola, é Coordenadora da CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos) e Conselheira do CENEQ BA (Conselho Estadual de Entidades Negras da Bahia), com uma atuação multifacetada no Brasil, especialmente na Bahia.

³⁵ Divânia Deltrude Moreira é professora quilombola, graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás e em História pela FAVENI. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8737434605508273>.

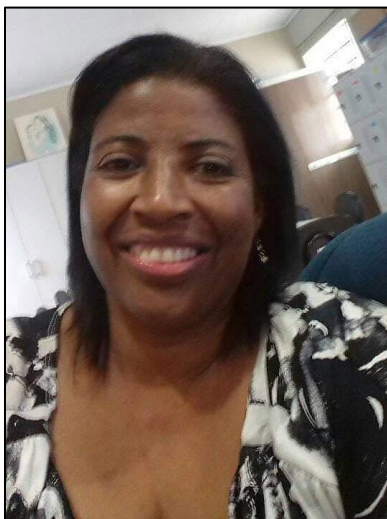
³⁶ Vercilene Francisco Dias é doutoranda em Direito pela UnB. Mestra em Direito Agrário e graduada em Direito pela UFG. Advogada Popular. Quilombola do Quilombo Kalunga. Atualmente é Coordena a Assessoria jurídica da Coordenadora do Jurídico da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas-CONAQ. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1137150004213361>. Entrevista disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/mulheres-quilombolas-lutam-contra-violencia-de-genero-nos-territorios>.

5 CAUSOS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO MIGUEL E DA ESCOLA QUILOMBOLA MANUEL ALBINO CARVALHO: COM A PALAVRA, AS ENTREVISTADAS E OS ENTREVISTADOS

Nesse momento eu vou escutar, não vou contar, então vou pegar meu chimarrão e escutar os causos das pessoas que nos causos que contei reunidos nessa tese chamei de colaboradores, mas acho importante lembrar que apesar de serem contados pelos colaboradores, eles aconteceram em um momento de interação minha com eles nas entrevistas. Essas pessoas que participaram de uma forma direta da construção dessa pesquisa são moradoras e moradores da Comunidade Quilombola, professoras que atuam ou atuaram na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho e uma funcionária dessa mesma escola. Mas antes de nos deixarmos levar por esses causos, só quero dizer rapidamente como eles estão organizados. Os causos estão na sequência que aconteceram as entrevistas, pois há assuntos que foram abordados por terem sido mencionados nas entrevistas anteriores. Além disso, antes de cada caso contado pelos colaboradores eu faço uma breve introdução falando como os conheci e as impressões que tive com as entrevistas. Serão contados seis causos, mas por oito pessoas, pois dois desses causos foram contados por duas pessoas juntas.

5.1 “TEM COISAS QUE REVOLTAM, QUE OFENDEM...”

Figura 12 – Foto da colaboradora Albana Pereira Menezes



Fonte: Acervo da colaboradora Albana Pereira Menezes.

Albana foi uma das pessoas que mais tive contato durante toda a pesquisa de campo, pois enquanto estive na escola criei o hábito de, nem que fosse por 5 minutinhos, parar na porta da cozinha para conversar um pouquinho. Assim, como outras pessoas que fazem parte dessa pesquisa, conheci Albana logo no primeiro dia que estava frequentando a escola; nesse dia, me lembro de ter chegado na escola, me apresentado, conversado com as professoras que estavam na sala dos professores e de ter uma longa conversa com a diretora. Durante essa conversa foi necessário fazer uma pausa, pois a diretora tinha algumas pendências para resolver e foi nesse momento que fui me apresentar para as pessoas que estavam na cozinha, pois ainda não havia feito isso.

Quando cheguei na porta da cozinha, a vi fazendo o que seria merenda daquele dia. Me apresento, conto sobre a pesquisa e o que pretendo fazer na escola e menciono que já estive ali no ano de 2018, mas que não me lembro de tê-la conhecido naquela época e ela também diz não se lembrar de ter me visto, algo compreensível afinal visitei a escola por dois ou três dias, então era possível que não tivéssemos nos encontrado. Conversamos mais algumas outras coisas. Desde o primeiro dia, ela sempre foi muito acolhedora, mas logo encerramos nossa conversa, porque precisei voltar a falar com a diretora para saber de mais algumas informações que me ajudariam a organizar o campo da pesquisa.

Nessa rotina de passar pela cozinha para dar um oi e conversar um pouquinho com a Albana e a Dona Ironi¹, outra funcionária que também ajudava na preparação da merenda escolar e nos serviços gerais da escola, Albana foi contando um pouco sobre a sua história de vida, sobre como e quando começou a trabalhar na escola, quais eram as atribuições do cargo dela, histórias sobre o que estava acontecendo na escola, histórias que aconteceram em outras épocas que envolviam pessoas que tinham passado pela escola, histórias da comunidade, entre tantos outros assuntos. Nessas conversas despretensiosas, conheci e entendi um pouco do envolvimento dela com a escola e com a comunidade e percebi que ela tinha muito a colaborar com a pesquisa, foi então que fiz o convite para ela participar da pesquisa, algo que, em um primeiro momento, ela estranhou, dizendo não saber de nada que pudesse me ajudar, mas expliquei qual era o meu objetivo com a pesquisa e porque achava importante ela participar, então ela aceitou.

¹ Ironi dos Santos Gularte, trabalhou na EMEIEF Manuel Albino Carvalho no ano de 2022 com carga horária de 16h semanais, dois dias na semana, e a partir do ano de 2023 passou para 40 h semanais, no cargo de servente de escola. (Informações obtidas em março de 2024).

A entrevista foi marcada para o dia 17 de dezembro de 2022. Como contei no causo sobre o campo, no dia anterior havia falecido tragicamente duas pessoas da comunidade, então eu conversei com ela para ver se queria mudar a data, mas ela disse que não era necessário. A entrevista aconteceu no refeitório da escola, lugar escolhido por ela. Comecei a entrevista muito nervosa, afinal era a primeira entrevista que estava realizando, mas aos poucos fui me sentindo mais à vontade e sentia que ela também. A entrevista tomou um tom de conversa, afinal nós já havíamos conversado muito nesse pouco mais de um mês que estava na escola. Devido a essas conversas informais na cozinha anteriormente, em determinados momentos da entrevista pedia que ela comentasse algo que ela já havia me contado, mas que não tinha sido registrado. A entrevista foi longa, mais do que eu achei que seria, mas ao final me senti satisfeita e feliz com tudo o que conversamos ali.

5.1.1 Albana Pereira Menezes

Eu nasci em Porto Alegre², tenho 50 anos de idade. Moro atualmente aqui na comunidade, me mudei para cá em dezembro de 2002, antes morava em Santa Maria³. Eu nasci em Porto Alegre e aí meu pai faleceu. Eu tinha um ano e oito meses e a família veio para a cidade de Santa Maria, a gente ficou um tempo vivendo lá na casa da vó em Santa Maria, acho que uns quatro anos, por aí, cinco, daí que eu fui morar com a mãe em Santa Maria. Meus pais quando se casaram, moravam em Santa Maria, depois que eles foram para Porto Alegre.

Tenho seis filhos, a mais velha é a Kelem Menezes Lima, tem 33 anos. Depois é a Priscila Menezes Lima que tem 30 anos, depois a Katiele Menezes Lima que tem 28, a Luise Meneses Lima, tem 26 anos, acho. O Guilherme Pereira Menezes tem 22 anos. E o Clairtom Menezes Alves tem 16. Apenas o mais novo nasceu aqui em Restinga Sêca.

Comecei a trabalhar com 11 anos, sempre informal, porque ninguém assinava carteira. Eu trabalhava assim, numa casa que era uma senhora e um senhor, era para companhia, a senhora se chamava Magda. Eu estudava de manhã, aí no final de semana eu tinha que ficar, ia de 15 em 15 dias para casa. Ia domingo de manhã, e domingo às 05h00 da tarde tinha que tá de volta. Daí ela

² Capital do estado do Rio Grande do Sul, distante 258km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

³ Município sul-rio-grandense, localizado na região central do estado, distante 288 km da capital Porto Alegre e 58 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

foi me ensinando a cozinhar, a fazer o serviço e depois eu fui fazendo a faxina da casa. Na semana era eu que fazia comida, janta era eu que fazia, né? Porque ela tinha me ensinado do jeito que ela gostava, do jeito dela. Eu fiquei lá dois anos. A gente sempre foi muito pobre, sabe? Pobre, pobre mesmo, tanto que eu fui estudar, fui morar nessa senhora pra eu poder estudar, que a mãe chegou e disse assim pra mim “se tu quiser continuar estudando, a Magda tá precisando de uma menina, tu pega e vai lá pra ela, que daí ela compra as coisas pra ti estudar, né? E aí eu peguei e fui, né? Aí eu saí de lá, fui lá para a dona Lori. Eu fiquei na dona Magda desde o começo do ano até dezembro, até pouco antes do Natal.

Eu queria estudar, gostava de estudar, depois acabei nem fazendo nada. Quando eu estava na dona Lori, nessa senhora, eu estudava de manhã, ainda estava na sétima série, eu estudava de manhã e aí de tarde eu limpava a cozinha, tirava o pó da sala, escovava os tapetes... assim, a limpeza do dia a dia. Limpava os banheiros de tarde e às quintas-feiras ia uma senhora para fazer a faxina geral. E ela que cozinhou tudo e eu só lavava a louça, até porque a casa era grande. Aí fiquei lá até o final do ano e aí saí de lá. Fiquei uns dias em casa achando que tinha umas férias, né? [fez careta] “Ah, a Rose tava precisando de uma guria, tu não quer ir pra lá, pra Rosemeri? Porque tu não vai ficar em casa sem fazer nada”. [arremedando a fala da sua mãe, ao final ela suspira]. E daí eu fui lá para a Rose e lá tinha que fazer tudo, né? Fui durante as férias, que eles eram professores, daí ela me ensinou a fazer comida. Todo mundo gosta de ensinar a fazer comida pra fazer do jeito que eles querem, mas eu não fiquei muito tempo, fiquei até agosto, eu acho.

Então,[resumindo] com 11 anos eu fui trabalhar com a dona Magda e fiquei dois anos com ela, fiz a quinta e sexta série na casa dela. Depois a sétima fiz na casa da Dona Lori e a oitava fui até a metade na casa da Rose. Mas daí, lá eu tinha que cuidar dos dois meninos, levar o mais velho na escola de manhã, limpar a casa, cozinhar e lavar roupas. Eu tinha que fazer tudo, tudo era eu. Daí foi, foi... Chegou no meio do ano teve uma greve dos alunos, porque teve eleição para diretora da escola e ganhou uma professora que era da manhã e o pessoal da noite não queria, queriam a da tarde, mas a da tarde não ganhou, fizeram greve. Vamos para greve. Aí um frio, frio do inverno, “vamos pro DCE⁴” se reunir lá no DCE para discutir. Era o Pimenta⁵ e esse outro que não lembro,

⁴ Diretório Central das e dos Estudantes.

⁵ Paulo Roberto Severo Pimenta, ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República desde 2023. Em 1985, Pimenta assumiu a presidência do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFSM e, no ano seguinte, foi vice-presidente da União Estadual de Estudantes (UEE) do Rio Grande do Sul. Foi eleito vereador em Santa Maria em 1988 — e reeleito em 1992. Chegou à Assembleia Legislativa do RS em 1998. Vice-prefeito de Santa Maria de 2000 a 2002, Pimenta foi eleito deputado federal no ano de 2002, reeleito em 2006, 2010 e 2014, 2018 e

arrumaram até ônibus para levar os estudantes pro DCE. Nessa época eu estudava na Escola Duque de Caxias⁶, municipal, lá de Santa Maria. Aí, lá tinha desde a Pré-Escola até a oitava série e tinha o noturno, né? Eu estudava de noite. Aí depois disso eu desisti, não conclui a oitava série, eu só apareci na escola sabe quando? Quando fui atrás do meu negócio, do histórico escolar, para a prefeitura ali, que eu tinha feito o concurso.

Aí depois fui trabalhar de doméstica, né? Daí eu saí lá da Rose porque eu estava lá me sujeitando a trabalhar demais e ganhava mais ou menos meio salário só, não ganhava o salário porque eu queria estudar. Só que como eu desisti de estudar, eu desisti de trabalhar com ela, porque o salário era muito pouco. Eu arrumei outro serviço que eu tinha que posar, mas me pagavam um salário. Daí eu fazia só a parte da limpeza nessa casa e reparava os gurus, e ia uma faxineira a cada 15 dias. Eu me envolvia mais com o básico, né? Aí eu saí de lá quando eu conheci o pai das gurias, já tinha 16 anos aí “vamos morar juntos” [fazendo careta e revirando os olhos], aí deu no que deu. Com 17 anos eu já era mãe.

Nesse começo eu trabalhava com uma senhora que a mãe do pai das gurias trabalhava antes, mas daí eu só lavava roupa para ela. Depois disso eu fiquei um bom tempo sem trabalhar. Daí eu era sustentada pelo bonito [se referindo ironicamente ao pai das suas filhas] que ele trabalhava. Depois devido as traições, a gente resolveu se separar, gente não, eu resolvi me separar. Se a pessoa tá aprontando e tu diz pra ela e não adianta, então foi uma coisa que nós resolvemos, ele resolveu ficar com aquela vida e eu segui a minha. Daí como ele não aceitou muito a separação, aí ele ficava me perseguindo e até chegou várias vezes a me bater. E eu ia na delegacia, dava parte e não dava em nada, era só pra tá meu nome lá no outro dia de manhã, lá na rádio, sendo anunciado. Era uma coisa que naquele tempo não adiantava.

E aí então, depois eu me envolvi com o pai do Guilherme, mas era assim... Um casinho, sabe? Eu acabei ficando grávida do Guilherme e aí eu não quis mais saber do pai dele também. O pai dele era do São Miguel Novo⁷ que a gente chama, né? Daí, então, eu tive o Guilherme tudo sozinha, morava eu e as guria, ainda em Santa Maria. Aí a coisa apertou, porque daí o pai das gurias

2022. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/composicao/ministro-e-assistencia-direta/paulo-severopimenta>.

⁶ Escola Municipal de Ensino Fundamental Duque de Caxias, localizada na zona urbana de Santa Maria, distante 52 km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

⁷ São Miguel Novo é a localidade de São Miguel, fica próxima a Comunidade Quilombola São Miguel que está localizada na localidade de São Miguel Velho. Ver mapa das localidades de Restinga Sêca, na figura 3, no causo introdutório dessa tese.

não queria mais dar as coisas pra elas, porque mesmo separada eu era sustentada por ele, sabe? Ele comprava, fazia rancho⁸, me dava dinheiro para pagar as contas do dia, das gurias. Aí eu fiquei grávida do Guilherme e ele cortou tudo e aí eu fiquei dependendo da mãe e da minha irmã, com as gurias e eu, né? Depois que eu ganhei o Guilherme, ganhei no dia 23 de março, quando foi 27 de maio, eu já estava com minha carteira assinada, eu estava trabalhando como agente de saúde e aí o Guilherme ficava com a minha irmã. Trabalhei só um ano e pouco.

Depois eu conheci o pai do Clairtom, a gente ficou assim, sabe? Um ano mais ou menos, até o final do ano. E depois eu vim morar com ele na comunidade chamada Campestre, vizinha a comunidade São Miguel, que ainda fica na localidade de São Miguel Velho. Veio eu, as duas gurias menores e o Guilherme. As duas gurias mais velhas ficaram com o pai delas. O pai do Clairtom faleceu de câncer no intestino, aí ele descobriu lá por dois mil e... Quando eu comecei a trabalhar, em 2009, aí em 2015, em março ele faleceu.

Quando eu estava com o pai do Clairtom eu não trabalhava. Ele tinha um armazém, né? Daí eu trabalhava no armazém, ali em casa. Final do ano ele ia para a lavoura, que ele fazia empreitada para passar... Sabe a barra de veneno no arroz? Ele ia fazer a empreitada. Ia para lá da fronteira passar veneno e eu ficava em casa com as crianças, atendendo a venda. Aí, depois eu fiz o concurso para cá.

Depois disso conheci meu atual companheiro e moro com ele aqui na comunidade, a família dele é daqui. Atualmente, moro com ele, a minha mãe e o Clairtom. A mãe veio morar comigo porque ela é idosa, já tá com 84 anos e ela tem problema cardíaco, asma e ela ficava sozinha lá em Santa Maria, alugava casa e morava sozinha e aí não tem condições, né? As pessoas depois de uma certa idade têm que morar com os filhos, porque não tem condições de ficar sozinha. Daí eu a peguei e trouxe para morar comigo.

A história do concurso foi assim, naquele tempo eu me cuidava, né? Eu criava uma barriguinta e eu já ia dar uma caminhadinha. Claro, porque eu tinha consciência que era ele o provedor da casa e eu tinha o meu filho, que não era dele, e ele tinha que sustentar, né? Então não tinha como tá que nem agora que eu engordo, compro roupa, aí emagreço, compro roupa... Bah, esses dias foi que eu dei um saco, dei não, “emprestei” [sinal de aspas feito por ela] pra minha filha um saco de roupa que não me servia. Daí eu disse bem assim para ela “depois quando eu emagrecer, eu quero de volta, por que eu não vou comprar roupa, não tenho dinheiro, né?” E aí então engordava

⁸ Compras do mês no supermercado.

um pouco e já começava a caminhar para perder aquilo, porque no armazém tu fica só sentada esperando quem vem, quem não vem, né? E aí tu, né? [faz gesto de comer] tem uma balinha, tem uma coisinha que vai beliscando, parada né? Que não tem com o que ocupa a mente, aí engordava um pouquinho, começava caminhar. Caminhava um mês, dois, aí parava. Daí eu fui caminhar e o falecido Tio Chefe⁹, que tava ali limpando os canteiros da escola, ele me chamou, que ele era muito amigo do meu falecido esposo. Daí ele disse “viu, vai ter...” como que era? Não era concurso que ele dizia “vai ter curso, curso pra trabalhar aqui no colégio” aí eu disse “é?”, ele disse “é, eu pensei em ti que tu é bem inteligente, tu é bem inteligente, aí tu vai fazer o curso e tu vai passar e aí vem trabalhar aqui, fazer merenda”. Ele falou até o que eu ia fazer já, como se fosse assim, né? Tá, e daí eu fiquei meio assim, como é que eu ia falar com o João¹⁰ e aí tinha que pagar, né? Acho que era dez reais naquele tempo pra fazer o concurso. Daí ele já tinha me falado o valor e tudo, né? Daí eu ia caminhar todo dia, pensando, como é que eu vou fazer?

Eu falei pra minha cunhada, ela é minha cunhada e até madrinha do Clairtom, e o meu apelido é gorda, desde quando eu era magra, ela disse “ai gorda, não se preocupa se o João não quer te dá o dinheiro pede pra o Tio Maneco, Tio Maneco te dá, ele sempre tem dinheiro, o dinheiro dele fica comigo guardado, aí eu te dou”. “E depois?” eu disse. “Depois que tu começar a trabalhar, tu paga ele”. O Tio Maneco era o meu cunhado mais velho. Isso foi em 2008, eu nem sabia o que que era, o outro disse que um curso e achei que era um curso. Tá, eu pensei que tu estudava depois tinha uma prova, né? Eu pensei, eles vão dar o conteúdo, eu estudo bastante, aí eu passo e aí eu começo a trabalhar e pago o Tio Maneco, né? Tá, aí tudo certo. Daí eu criei coragem e falei para o João, tinha que falar, como que eu ia começar a trabalhar sem falar, né? Tá, daí falei para ele e ele assim, “até quando é a inscrição?” Aí eu não sabia se era até o dia seguinte, ou até aquele dia mesmo, sabe? Ele disse “tá, então tu se arruma, quer tanto isso? Pega e se arruma que depois eu vou te levar lá.” Aí, eu fui correndo, né? Tomar banho e me arrumar para ir, antes que ele desistisse. Daí quando eu fui fazer a inscrição fiquei sabendo que era uma prova que não tinha curso nenhum [ela ri]. “Ai meu Deus do céu, o que que eu faço, né?”. Aí saí de lá, como ele tinha me dado dinheiro, já comprei uma apostila, vou ter que estudar, né?!

A prova tinha coisinhas básicas, acentuação, pontuação, acho que a interpretação de texto e matemática básica. Daí eu peguei e fui fazer a prova, fui de um ônibus, né? De manhã, cheguei

⁹ José Leoni Rodrigues Carvalho, atuou na escola na função de servente nos a partir de maio de 2005 até agosto de 2006.

¹⁰ João Alves, esposo da Albana no período de realização do concurso e pai do Clairtom.

lá na Manoel¹¹ assim [expressão de surpresa] cheio de gente, sabe? Tinha não sei quantos inscritos só para servente. Aquilo ali na frente estava cheio, sabe? Aí botaram o pessoal, deu duas salas e mais no pátio lá. Cheio o pátio de mesa para fazerem a prova. Aí eu entrei na sala assim, todo mundo chique, e a Albana, assim do jeito dela, sabe? Não uso brinco, não que não tenho, mas é difícil eu usar, não uso anel, essas coisas, pulseira, relógio, essas coisas, nada. Eu sou assim. Aí quando vou sair eu boto um brinquinho, as vezes um anel, uma pulseirinha, aí eu tô chicosa [rimos]. Aí... fui, né? Do meu jeito, de calça, camiseta e tênis. Cheguei lá e todo mundo chique, gurria! Cada unhona, desse tamanho [mostrando o tamanho]. Eu “ihhh, joguei o dinheiro fora!”, pensei, joguei o dinheiro fora. Aí eu fui meio pra trás assim, vi que tinha lugar na frente, mas não quis sentar na frente, fui pra trás, encabulada, com vergonha, né? Aí ela deu as provas, quando eu olhei assim, “huum, isso daqui é fácil”. Porque eu achei que era uma coisa assim para arrasar, a prova, né? Porque eu não tinha prestado atenção, que era até a quinta série, só descobri que era até a quinta série na hora da prova ali, que ela disse, né? Que o conteúdo era até a quinta série, isso e aquele outro. Quando eu cheguei assim, aquela gente tudo assim, eu pensei “essas pessoas tem Ensino Médio, tem curso, tem faculdade” sabe? Tudo chique, tudo chique gurria! [expressão de impressionada] E eu aqui, não tenho nem a oitava série, não terminei. E depois, se eu passar, será que vão me chamar, né? Aí ela começou a lê a prova e eu, “ahh, mas é fácil!” [expressão de surpresa]. Aí ela terminou de lê, e eu comecei a fazer, comecei a fazer as que eu sabia, ali, assim, já de cabeça, sabe? Que tu lê e já sabe a resposta, depois voltei para as que eu tinha que pensar mais um pouco. Daí a de português eu fiquei em dúvida na questão de acentuação e pontuação, mas eu não sabia, para mim eu tinha errado até as duas, né? “Tá, mas fácil do jeito que tava, todo mundo acertou tudo! Né?”. Pensei eu. Estava, fácil, fácil. Assim, “sem chance! Eu no mínimo eu errei duas que eu tenho certeza de que eu errei. Vai que eu tenha errado outra, né?”.

A prova tinha trinta questões, era dez de matemática, dez de português e dez de conhecimento específico. Aí conhecimento específico valia mais, português valia um pouquinho menos que o conhecimento específico e matemática que valia menos, e eu duas de português já era certo que eu tinha errado. Teve mais gente daqui que fez, daí no dia do resultado o Alexandre passou aqui e disse bem assim “oh Urbana”, eu disse “que?” eu odeio que me chamem de Urbana, de Arbana, “o que?” “tu foi lá ver o resultado da prova?” “não, ainda não”. Ele “ah, já saiu”. Isso

¹¹ Escola Estadual de Ensino Fundamental Francisco Manoel, localizada na zona urbana de Restinga Sêca, distante 9,2km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

era de tardezinha, a hora que ele passou. Aí, ele bem assim “tu passou o teu nome tá lá, tu passou”, eu disse “é” ele disse “sim” e eu não estava animada, não. E o João disse assim, “amanhã vamos lá ver muié”, eu “é” [meio desanimada] e ele “vamos lá ver sim”. Daí no outro dia a gente foi ver e eu fiquei empatada em terceiro lugar com um outro senhor, daí tinha ali os critérios de desempate e que dia era para ir lá, para verificar os procedimentos para assumir a vaga.

Eu fui achando que não tinha passado, porque tu chega num lugar que todo mundo parece ser mais inteligente que tu, o que tu vai pensar? Que tu tem chance? A aparência da pessoa conta muito, tu acha que não, mas conta. Principalmente para intimidar os outros. Conta bastante, ainda mais a gente que é humilde, sabe? E aí eu fui lá ver depois o critério de desempate, aí eu fiquei em terceiro e esse senhor ficou em quarto. Daí depois para a contratação lá, quando chamaram que tinha que levar os documentos tudo, né? Daí eu tinha que correr um pouquinho lá por Santa Maria, atrás de um comprovante de escolaridade.

Eu comecei no dia 16 de fevereiro de 2009, fui chamada no começo de fevereiro, e aí é quando nós fomos lá levar os documentos, né? Ela veio com a conversa. Ah passa lá com a Ledir, que era a secretária naquele tempo, para ver em qual escola tu vai ir. Aí o João bem sentado, com as pernas cruzadas, sabe? “Ah se ela não ir para escola lá perto de casa, ela não vai trabalhar, então” [expressão de indignação]. Mas aquilo assim, só me deu um... então...sabe? [expressão de quem estava ansiosa para ser selecionada para a escola da comunidade]. Olhei assim para ele e pensei assim “acho que vou ter que me divorciar mesmo” [nós duas rimos]. Mas que vou trabalhar, eu vou, né?! Daí deu que eles precisavam de gente pra cá, me colocaram aqui como eu morava próximo, daí eles não iam gastar, porque naquele tempo eles davam o transporte, porque eu moro aqui pertinho, tu anda ali, tem uma esquina que desce para lá [fazendo gestos de como chegar com a mão, cerca de 300 metros de distância].

Então, eu comecei a trabalhar aqui em 2009, o concurso foi feito mais ou menos em outubro de 2008, mas eles chamam no começo do ano. Aqui eu trabalho como servente de escola, servente de escola tu faz tudo, só não tá nas nossas atribuições capinar o pátio e eles queriam que nós capinásemos. Antes a gente fazia, quando a gente estava em três, a gente capinava, porque não era assim. Ali não tinha brita [apontando para o pátio], então só tinha os canteiros de flor, era só nesse canteiro ali para capinar [apontando para o canteiro]. E aí, a gente plantava flor, tudo. A gente pedia para as mães, vinha uma mãe ou duas, ajudava a plantar ali. E aí, ali nas brita, tu sabe, que nasce

um capãozinho aqui, outro lá, aí tu pega e arranca, né? E aqui nos fundos eles vinham roçar e era passado veneno, ficava um tempão sem precisar limpar.

Quando o Tio Chefe trabalhava, tinha uma horta aqui na escola, que ele cuidava da horta, mas depois... não sei que ano foi que ficou doente, deu essa tal de ELA¹² nele e aí ele não pode mais trabalhar. Aí, ele cuidava da horta, do pátio, me ajudava a varrer as calçadas, que daí eu era voltada para os serviços gerais. Aí, ele me ajudava a varrer as calçadas, quando tinha que lavar, ele também me ajudava a lavar.

O Tio Chefe era... naquele tempo, assim, a prefeitura não fazia esse seletivo que faz hoje, tinha uma empresa...contrataram uma empresa de serviços e a empresa contratava as pessoas. Aí, tinha ele aqui e a Maria Helena¹³, que era pela empresa, né? E aí, depois veio a dona Neiva¹⁴ que era pela empresa também. Daí antes eram três na escola, e eu, então eram quatro. Agora, é só eu e a dona Ironi¹⁵, mas antes eram 80 e poucos alunos de manhã e 60 e poucos de tarde e eram terríveis, quando eu comecei aqui eu tive que domar eles¹⁶. Eles eram indomáveis [ela ri]. Tu tava passando pano lá, eles vinham blébléblé [faz gestos deles correndo], toda hora pro banheiro, sabe? Eles não respeitavam que estava molhado ali. Daí eu comecei, passava pano e deixava um cantinho lá perto das salas lá, sem passar, que daí eu passava por último. Aí quando eles vinham eu dava uns berros, dizia que era lá pra eles irem pro banheiro, aí eles começavam a ir.

Agora eu estou mais assim na parte da cozinha, no refeitório, sabe? Dou uma ajuda para a dona Ironi, porque tem dois dias seguidos que ela não vem, né? Daí, eu tenho que limpar um pouco ali, senão não dá. Sobre as anotações que tu vê eu fazendo às vezes, eu tenho que anotar o leite que veio... Quando o cara vem entregar leite, tu já bota... Ele mesmo bota a quantidade de leite, o dia e assina. Mas daí, depois eu confiro o leite para guardar, né, passo um álcool, seco, confiro ele e assino, porque eu não assino na hora, né? Sempre assino depois. E aí, tem que fazer aquilo ali, tem que fazer o relatório do lanche do dia. E agora é: Quantos alunos tem na escola? Quantos alunos lancharam? E quantos repetiram? Aí, eu coloco a professora na repetição, isso quando elas lancham junto. Tem que fazer essas anotações, mas ultimamente eu não consigo mais fazer na hora, porque

¹² ELA é como popularmente é conhecida a doença chamada Esclerose Lateral Amiotrófica.

¹³ Maria Helena Carvalho, atuou na escola na função de servente nos anos de 2005 (a partir de maio), 2006 (até agosto).

¹⁴ Neiva Maria Moraes Soares, atuou na escola da função de servente nos anos de 2004, 04/2005, 2007, 2008.

¹⁵ Ironi dos Santos Gulate, trabalhou na EMEIEF Manuel Albino Carvalho no ano de 2022 com carga horária de 16h semanais, dois dias na semana, e a partir do ano de 2023 passou para 40 h semanais, no cargo de servente de escola. (Informações obtidas em março de 2024).

¹⁶ Ensinar os alunos a manter os locais limpos sem fazer bagunça.

daí aqui, por exemplo, se eu estou servindo eles e vêm os outros, e às vezes, nem termino e já tem gente repetindo, né? E aí não tem como tu contar, porque quando a gente estava em duas a gente contava quantos alunos tinha e quantos estavam comendo, quantos não estavam, que daí eu já ia anotando pra depois passar. E depois ia contando a repetição, conforme tu ia servindo, tu ia contando a repetição. Mas agora tu não tem como, não dá mais.

Na merenda aqui tem três vezes por semana comida e duas vezes é lanche. Os dias em que tem comida, normalmente, é quando dona Ironi está, aí segunda-feira ela não tá, eu faço sozinha. Daí é carreteiro, macarrão com molho de carne moída, ou a carne que ela, a nutricionista, especificar ali, né?¹⁷

Eu comentei uma vez sobre uma verba a mais que vinha, pelo que eu soube eram uns centavinhos. É assim óh, vem centavos também lá de cima, do Governo Federal, né? Também não sei se era 0,66 centavos, não lembro direito. Vem aquela quantia de centavos por aluno, entendeu? Para todas as escolas e aí a prefeitura complementa o resto, parece que dava um real por dia, por aluno. Aí, como a escola disse que vinha a verba a mais que era quilombola, que eles que falaram lá, né? Aí, que eu não sei, porque daí chega aqui e a Marli¹⁸ fala que a escola está numa área negra rural, que não é quilombola. Aí, eu não sei mais de nada [suspira]. Mas vem uns centavinhos a mais por aluno por ser considerada escola quilombola¹⁹. Eu soube disso no tempo da Naiane²⁰, foi bem antes da pandemia, 2017, 2018, por aí. E eu não me lembro das quantias exatas, mas eles falaram lá que vinha, eram centavos a mais por ser quilombola. [faz um gesto de que não compreende como

¹⁷ A existência de nutricionistas para a elaboração do cardápio escolar está amparado pela seguinte Lei e Resoluções: LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências (BRASIL, 2009). Resolução CFN nº 465, de 23 de agosto de 2010. Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências (BRASIL, 2010).

Resolução nº 6, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (BRASIL, 2020).

¹⁸ Terezinha Marli dos Santos, formada em Magistério pelo Instituto Olavo Bilac, em 1969, possui Licenciatura em Química e licenciatura em Biologia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), em 1973 e 1975, respectivamente, atuou na escola no cargo de professora de 2007 a 2012, no cargo de diretora de 2013 a 2021 e no cargo de vice-diretora de 2022 até o presente momento (abril/2024).

¹⁹ Art. 47 O FNDE transferirá recursos financeiros de forma automática, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo, contrato ou instrumento congênere, nos termos do disposto na Lei nº 11.947/2009, para aquisição exclusiva de gêneros alimentícios, processando-se da seguinte forma:

[...] d) R\$ 0,86 (oitenta e seis centavos) para os estudantes matriculados em escolas de educação básica localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos; (BRASIL, 2023).

²⁰ Naiane Araújo Dotto.

funciona]. Que daí como são alunos quilombolas, né? Decerto se entende que são mais carentes, sei lá. Mas o que vem para a nossa escola é o mesmo que vai para as outras, a alimentação é a mesma para todo o município. Por que eu entendo que para ela fazer assim, diferenciada, teria que fazer comidas típicas africanas, né? E aí o pessoal aqui não come comidas típicas africanas, eles comem comida igual a de todo mundo. Mas como eu vou fazer, nem sei que tipos de comida é realmente africana, aí vou fazer lá, as crianças não vão comer. O que é feito aqui é o que se come na comunidade, polenta, carne de porco, que antes não tinha e agora tem, frango, guisado. Carne, carne bovina, tinha uma época que vinha aquelas iscas, uns guisados assim, cortado em tiras, sabe? Mas agora não, agora é guisado.

Em novembro, teve aquele dia que veio uma senhora fazer quibebe²¹ aqui. Mas tu viu, as crianças comeram? Teve uma que disse assim “ah, eu não gosto de comer isso aí”, aí eu disse “tu não fala isso, tu não vê que a senhora tá ali? Veio lá da casa dela fazer uma merenda para vocês! Vocês pegam, sejam educados, ficam quietos e deixam no cantinho do prato. Não fala isso, vai magoar ela!” Foi aquela senhora que perdeu o filho e o genro no acidente de carro recente. Eles não são acostumados a comer essas coisas. Eu que nem era daqui eu comia quibebe, mas eu já comia desde criança, a minha mãe fazia, mas eles não têm o costume de comer. Por exemplo, os meus filhos, o Clairtom não come nada, mas os outros, tudo comem quibebe.

Sobre a relação da comunidade aqui com a escola, eu acho assim, a comunidade não é muito participativa na escola, sabe? Ela não participa muito, não. Até mesmo para fazer uma direção, uma coisa de CPM²² tem que dar uma surpresa neles e catar [risos]. Sabe? Na hora da reunião “a fulano faz isso”, ou se não for fazer que nem a Marli, atacar as pessoas e dizer “ah tu vai participar do CPM” ou bota o nome da pessoa, como ela tem costume de botar. Depois ela só avisa que tu faz parte do CPM, sabe? E antes quando as minhas crianças estavam na escola eu também não vinha nas reuniões, mas as poucas reuniões que eu vim lotava aqui de noite. As reuniões eram feitas de noite para todos poderem participar, os que trabalhavam de dia. A diretora vinha à noite para fazer as reuniões e era sempre mais participativos. Não lembro o tempo que era isso exatamente, mas

²¹ Quibebe é um prato de origem africana, tendo como base a abóbora.

²² Círculo de Pais e Mestres.

era no tempo da Berenice²³, tempo que as minhas filhas estudavam aqui. E aí, então, acho que agora a escola tá meio afastada, sabe? Não é mais como era antes.

Acredito que a coisa que desencadeou muito isso é que a Marli tinha o costume de pagar pessoas para vim ajudar. Ela pagava. Aí tu não vai querer ir, por que se ela pagou fulano ela vai ter que te pagar, né? E isso acabou afastando um pouco as pessoas, sabe? Aí, a hora que tu precisava, que tu não ia pagar, por exemplo, pra organizar a escola pra uma festa, as pessoas não vinham, porque elas queriam receber também, né? Então, isso aí acabou afastando bastante as pessoas.

Nos últimos anos está tendo uma melhora, até tá mais participativo, por exemplo, às vezes não é a comunidade que não participa. Às vezes, ela se sente meia excluída. Por exemplo, assim, esses passeios que a Maristani²⁴ tá fazendo com as crianças, isso aí não tinha mais. Não tinha passeio mais para as crianças. Esse ano eles passearam, passearam que óh, eu fiquei de boca aberta de tanto passeio²⁵.

²³ Maria Berenice Almeida Crispan, formada em História – Licenciatura Plena e Magistério, atuou na escola no cargo de professora entre os anos de 1995 e 1999, 2003 e 01/2013, 07/2013 e 2020, no cargo de diretora em 1997, 1999, 2000, entre 2001 e 2003, 02/2013 e 06/2013 e 2014 e 2015.

²⁴ Maristani Machado Pinarelo, formada em Letras Espanhol e suas respectivas Literaturas (2002). Atuou na escola Manuel Albino Carvalho de 2005 até 2010 como professora de espanhol, retornou em 2019 e ficou até 2021 na função de professora. No ano de 2022 assumiu o cargo de diretora, onde se encontra até o atual momento (abril de 2024).

²⁵ Passeios realizados por alunas/alunos da EMEIEFMAC no ano de 2022:

- Visita das/os alunas/os dos 2º e 3º anos aos pontos turísticos do município de Restinga Sêca (Estação Férrea de Restinga Sêca – Recinto Ferroviário; ELAS – Artistas locais e sua arte – Rosane Magoga e Carmen Borges/Exposição de fotos de Iberê Camargo); Caixa D'água; Praça Domingos Mostardeiros) no dia 24 de março de 2022 pela parte da tarde.
- Visita das/os alunas/os dos 4º e 5º anos aos pontos turísticos do município de Restinga Sêca (Estação Férrea de Restinga Sêca – Recinto Ferroviário; ELAS – Artistas locais e sua arte – Rosane Magoga e Carmen Borges/Exposição de fotos de Iberê Camargo); Caixa D'água; Centro de Eventos; Praça Domingos Mostardeiros; Cruz Luminosa e Capela da Cruz Luminosa) no dia 24 de março de 2022 pela parte da manhã.
- Visita das/os alunas/os do PRÉ-A, PRÉ-B e 1º ano aos pontos turísticos do município de Restinga Sêca (Estação Férrea de Restinga Sêca – Recinto Ferroviário; Praça Domingos Mostardeiros e Centro de Eventos) no dia 23 de março de 2022.
- Visita ao Circo Sul América que estava em Restinga Sêca, realizada em maio de 2022.
- Visita das/os alunas/os do 3º, 4º e 5º anos ao CTG Os Vaqueanos para assistir a peça teatral “Nosso Segredo”, no dia 24 de maio. A apresentação foi ofertada para turmas de 3º ao 7º ano pelo CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) referente ao dia 18 de maio, data alusiva ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
- Visita ao Centro de Umbanda Ogum da Lua no dia 17 de agosto, essa visita faz parte do projeto sobre Educação Patrimonial.
- Visita a Igreja Matriz – Paróquia Sagrado Coração de Jesus (Católica) e a Igreja Pentecostal Palavra Viva no dia 24 de agosto, essa visita faz parte do projeto sobre Educação Patrimonial.
- Visita a Igreja Evangélica de Confissão Luterana e a Igreja Adventista do Sétimo Dia no dia 26 de agosto, essa visita faz parte do projeto sobre Educação Patrimonial.
- Participação na “Mostra Pedagógica de Educação Patrimonial” onde ocorreu a apresentação dos trabalhos realizados pelos estudantes dos anos iniciais das escolas municipais realizada na Estação Férrea de Restinga Sêca no dia 21 de outubro de 2022. O tema da Escola Manuel Albino Carvalho foi Religiosidade.
- Visita realizada a Fazendinha do Bosque – Recanto do Maestro no mês de outubro de 2022.

Essa colaboração que ela pede quando tem festa junina, feijoada, para os pais doar. Isso aí não tinha. Quem tinha que doar? Os funcionários e professores. A gente doava um pouco, o resto era comprado com dinheiro de CPM e a Marli dava mais um pouco do dela. Com essa última equipe diretiva já mudou bem mais. Por exemplo, essas comilanças de confraternização das crianças, tu vê, tem seguido, né? E as crianças, cada um traz as suas coisinhas de casa e todos trazem alguma coisa e sempre dá e sobra, né? Mas uma vez a Marli quis fazer uma festa junina. Eu estava no hospital com a mãe, onde foi feito o que? Nós fizemos a comida, aí foi feito uns... tipo uns cachorro-quente de forma, sabe? E foi... e foi pipoca, eu acho, e foi dado, entendeu? Mas aí as pessoas, pelo que eu fiquei sabendo, estragaram horrores de comida. Isso aconteceu já tem uns anos.

Eu acho assim, a comunidade não quer se sentir... carente, entendeu? Porque na realidade ela não é uma comunidade carente. Aqui todo mundo trabalha e, então, tem certas coisas que ofendem as pessoas. Sabe? E aí assim pegar e dá, dá, às vezes isso ofende. Mesmo que têm alguns que precisam, mas tu tem de saber como, porque eles se ofendem.

A época em que a comunidade era participativa na escola, era quando a Luise estudava, a partir do ano de 2003. Nessa época a festa junina era a noite, que o pessoal aqui adora festa, adora dançar, adora beber [nós duas rimos]. Mas é?! Aí, as festas juninas começavam de tarde e estendia até um pedaço da noite, tinha baile e tudo era feito ali no salão²⁶ e as pessoas participavam. E aí as professoras faziam a dança, a quadrilha, casamento, essas coisas, tudo. Os professores também se dedicavam mais, eu não vejo essas professoras aí com interesse em fazer alguma coisa para buscar as crianças, deixarem de ser tímida para apresentarem. Sabe? Prepara as crianças para isso. Ultimamente não tem muito professor assim. Só querem, por exemplo, que as crianças fiquem dentro da sala de aula, tem umas, né? Não é todas, e fica ali quietinho.

Aqui é muito silencioso, barulho é o pré-escolar. E aí eu não sei, eu acho que deveria vir para cá professores concursados e com interesse. Sabe? Que goste do que tá fazendo, principalmente, aqui a maioria dos professores são contratados. Então, concursada tem, assim, que

-
- A Escola Manuel Albino Carvalho foi representada pela Supervisora Aline Dezotti Freitas, professora Denise Vieira e por dois estudantes do 1º ano na I JAI – Mirim no dia 09 de novembro.
 - Participação no 5º Encontro de Projetos Culturais e Educacionais -AMF, em dezembro de 2022. Os alunos assistiram apresentações Culturais.
 - Visita das/os alunas/os das turmas PRÉ-A, PRÉ-B, 1º e 2º anos ao Centro de Eventos de Restinga Sêca em dezembro de 2022.
 - Visita das/os alunas/os das turmas de 3º, 4º e 5º anos a Praia das Tunas em dezembro de 2022. (Informações fornecidas pela escola).

²⁶ Salão comunitário que está localizado no terreno ao lado da escola.

dá aula é duas só, a Alceri²⁷ e a Alexandra²⁸. Eu acredito que a Maristani tá tentando buscar essa participação novamente. Eu acho que tem que ir por esse caminho, né?

A comunidade está aceitando essa reaproximação, assim, tem algumas coisas ainda na direção que está errado, por exemplo, a Maristani é muito desleixada, o primeiro ano, a professora chega atrasada, os pais estão reclamando, né? É que antes a sala ficava aberta. Ficava aberta porque a sala que Adriana limpava de manhã e já deixava a porta só encostada para os da tarde ou aberta assim pra trás, pra quando chega o primeiro ano, entrar, né? E as mães ficavam ali e a Adriana também ia lá e ficava com eles, que Adriana era funcionária. Ela não era da comunidade, era de Santa Maria. Aí, ela ia e ficava com eles até uma e pouquinho, a hora que a professora chegava, e agora a sala fica fechada e ninguém fica com as crianças. As mães ficam ali, não notou que elas ficam ali? Porque elas sabem que tem uns lá, que brigam muito, que “coiseiam”²⁹ com as meninas também, então elas ficam ali, antes elas ficavam dentro da sala de aula, né?

Antes, a Adriana³⁰ ficava lá junto, às vezes as mães iam embora, porque tu tem o que fazer, né? Tem compromisso de tarde, tu tem que ir, né? E aí a Adriana ficava lá com eles, mas ela ficava porque ela gostava de criança e até ela fez pedagogia e tudo, ela estava fazendo geografia, então, era uma coisa que ela gostava. Mas como eu disse assim para a mãe, eu não vou deixar de ir pra casa meio-dia para ficar lá com as crianças. E às vezes de manhã tu tem tanta coisa para fazer que tu não se lembra de deschavear uma porta. Isso aí deveria partir da diretora, por que a diretora não fica lá com eles? E isso é uma coisa que eu tenho que falar pra Maristani, né? Para no ano que vem procurar não repetir e já querem até tirar professora daqui. Eu disse “gente, não é assim, a professora precisa trabalhar, não tem como ela dar aula no Santa Maria e chegar aqui na hora da aula” “ah então por que ela não fica só em Santa Maria” [simulando a fala das mães], aí eu disse, “mas não é assim, ela fez um concurso, quando chamarem ela lá, ela vai, mas não chamaram ainda, ela não vai ficar desempregada”. E é o município que realoca os professores, então se não fosse aqui, ia ser em outro lugar e ela ia chegar igual atrasada um pouquinho, né? Não tem como vim.

²⁷ Alceri de Fátima Lemos da Silva, colaboradora dessa pesquisa.

²⁸ Alexandra Marin Colpo, formada no Curso de Pedagogia – Licenciatura Plena no ano de 2001 pela Universidade Federal de Santa Maria, atuou na escola no cargo de professora nos anos de 2002, 2003, 2013, 2018, 2019 e 2022, no cargo de vice-diretora de 2013 a 2015 e no cargo de supervisora pedagógica nos anos de 2016 e 2017.

²⁹ Os guris praticavam bullying com as gurias, por vezes faziam gestos obscenos e até batiam nelas.

³⁰ Adriana Fátima Felin, natural de Faxinal do Soturno, trabalhou na escola na função de servente de escola nos anos de 2021 e 2022.

Ainda se o município desse um difícil acesso, não fosse que nem agora, que no transporte tem que dar a fichinha³¹. Antes não era assim. Agora, se você vir de carro não ganha nada. E antes era dado o valor do transporte em dinheiro, daí sabia, porque tu apresentou comprovante de residência quando foi contratado, né? E aí quando muda de lugar, assim, de cidade, tu mostra outro comprovante de residência, atualiza. E eles ganhavam dinheiro, aí eles vinham, aí tinha uma turma até da prefeitura que era mais barato vim de trupic³², porque para a Santa Maria é 80% do transporte só, não é 100%, 100% é só para os de Restinga. Era, que agora cortaram tudo, né? Tudo! E aí acho que daí eles conseguiram uns 80% do transporte, com isso pagavam a van que trazia, né? Aí, cortaram. Tem que ser ônibus, porém o horário do ônibus do meio-dia, não bate exatamente com o horário de entrada dos alunos, chega sempre um pouquinho atrasado.

A minha relação com a comunidade, assim, eu não sou de ir na casa dos outros. Eu só vou na casa da minha sogra. Eu tenho duas afilhadas e pouco eu vou, eu sei que eu estou em déficit, mas é que é o meu jeito, é assim, é ficar em casa fazendo minhas coisas. Se eu não estou fazendo minhas coisas, estou descansando, pois trabalho a semana inteira, aí tu não tem ânimo. Aqui tudo é longe, as casas, tudo é longe. Por exemplo, no verão, um solão de rachar. No inverno, é garoa e chuva, né? Tu não tem como tá indo. A minha filha mora nos fundos de casa. Vou lá, às vezes, leva alguma coisa para o meu neto comer que eu faço diferente, né? Aí levo lá para ele, ou levo para ela, né? Que ela gosta de doce, e é assim. Ou se falta um sal, uma coisa, vai lá e pede e deu. Sabe, é a mesma coisa, ela lá em casa, agora que tá a outra irmã aí, que ela tá indo mais, que daí tem a outra que é quase da idade dela, pra elas conversarem as coisas delas, né? Daí, então, eu não tenho o costume de ir na casa, assim, das pessoas. Eu encontro as pessoas e a gente se cumprimenta, tudo, assim. Acho normal esse tipo de relação.

Quando tem festa na comunidade, dependendo da festa, por exemplo, se é um chá de fralda que me convidam que a pessoa é chegada, bem chegada minha, assim que eu converso mais, eu vou. Agora essas que são amigas de *Facebook* ou que tu vê uma vez na vida e outra na morte, claro, você cumprimenta, somos vizinhas, né? Mas daí eu não vou. Tem essas festas da comunidade, a última foi um baile, foi o irmão da Denise³³ que organizou, mas eu não vim, porque eu não vou a

³¹ Canhoto da passagem assinado pelo cobrador do ônibus, confirmando que a professora realmente usou o transporte e o valor da passagem.

³² Trupic é um transporte contratado pelos professores e outros funcionários da prefeitura de Restinga Sêca que faziam o trajeto de Santa Maria para Restinga Sêca, em sua grande maioria, de segunda a sexta.

³³ Denise Maria Rodrigues Vieira, colaboradora dessa pesquisa.

baile, eu não danço, não bebo e não fumo. Aí eu vou fazer o que a noite inteira, cheia de dor? Como eu disse pra Denise, não tenho condições de ir a baile, né? Mas a Comunidade vai bastante. Pessoal, aqui gosta de festa.

A comunidade, para certas coisas, é unida, para outras, nem tanto. Para reivindicar os direitos da comunidade, eles não são capazes de pegar e ir reivindicar, são mais de ficar falando assim e não ir, sabe? Que nem o doutor do posto, todo mês troca de doutor, não foram capazes de... Tem a Associação, né? Que eu não faço parte, mas não foram capazes de chamar o pessoal da Secretaria da Saúde aqui e o prefeito e dizer que a gente quer um médico que fique aqui. Não que a cada mês, dois, três, quatro meses fica trocando, não pega vínculo com a comunidade. O doutor João³⁴ estava aqui, desde o meu pré-natal, com o Clairtom, 16, 17 anos atrás, sabe? Desde o começo, eu fiz, fui ali, disse para a doutora que eu estava grávida, que queria começar o pré-natal. Ela pediu os exames. Pediu para esperar mais uma semana ou duas para fazer os exames para depois levar, né? Daí eu fui, esperei, fiz os exames, fui levar, aí já era doutor João, ele é de Camobi³⁵. Ainda não existia posto de saúde, o atendimento era aqui no salão comunitário, muitos e muitos anos foi assim. Agora há pouco tempo que construíram ali³⁶. Antes disso o atendimento era no salão, aí quando morria uma pessoa, não tinha médico, porque o velório é feito ali no salão. O médico vinha uma vez por semana e durante a semana tinha uma técnica em enfermagem ali. Ela via a pressão, glicose, essas coisas, ia fazer visita, curativos, essas coisas ela fazia.

A minha relação com a escola eu acho que é boa, como funcionária eu não tenho queixa da escola, eu tenho queixa da prefeitura que me deixou aqui sozinha. Mas isso não é culpa da escola, nem da direção. E depois também, assim, as professoras também me ajudam bastante. Se não me ajudarem também, vão ficar a ver navios. E a direção também não fica ali, sabe? Toda hora faz isso, faz aquilo, faz aquele outro e que eu não ia fazer. Eu ando bem rebelde, ah eu me espatifei tudo correndo para lá e pra cá, tentando dar conta de tudo, agora eu não sou mais assim, ah não. Eu sinto dor, começa me doer demais, eu me sento. Eu paro. Tô nem aí! Depois eu continuo de novo.

Como mãe eu gostava quando os meus filhos frequentavam a escola aqui, por que quatro dos meus filhos estudaram aqui, o mais novo estudou até o nono ano, há dois anos, porque daí eu trabalhava aqui e qualquer coisinha assim, já vinham, e me falavam, aí eu já cortava o mal pela raiz, né? Se tratavam mal a professora já me falavam, “óh, o aluno tá assim, tá assado”, sabe? Eu

³⁴ João Franscisco Paz Dinis, médico que atendia a comunidade.

³⁵ Camobi é um bairro da cidade de Santa Maria.

³⁶ Foi construído um posto de saúde em frente à escola, no outro lado da rodovia, este foi inaugurado no ano de 2019.

perguntava também para as professoras. Aí elas me falavam, aí eu já dava um puxãozinho, né? E, por exemplo, lá no Ensino Médio não é assim. Se tu não vai lá pra saber... e aí como é que tu vai se tu trabalha, né? Tu não fica sabendo, só na entrega do boletim. É avisada só se acontece alguma coisa, mas quanto tirar nota ruim, essas coisas, não.

Aqui na escola tem uns professores que procuram os pais e falam, tem outros que não. E outras coisas, tem pais que não gostam que falem, não. Não gostam que fiquem reclamando dos filhos deles, não. Eles não gostam!

Voltando a falar da comunidade, eu não entendo isso de comunidade quilombola, sabe? Eu vejo o que está acontecendo, como por exemplo, tem a Associação Vovô Geraldo, eu acho que a Associação seria para levantar as demandas da comunidade, para levar pro lado do povo, eu entendo que seria pra isso a Associação, pra levantar as demandas da comunidade e levar para o órgão público para ele suprir, por exemplo, passar uma patrula nas estradas, colocar pedra, iluminação pública, sabe? Onde falta ou onde tá queimado, buscar os recursos para a comunidade, isso ela faz. Essas ajudas que vem do governo federal, essa cesta básica, isso aí eles fazem, né? A semente, a Emater³⁷ tem que trazer semente para a comunidade. Isso aí está sendo feito, não sei se através da Associação ou da Emater, mesmo. Mas eu acho essa carência assim, sabe? E até mesmo dos políticos que se candidatam da comunidade. Acho que mesmo que tu não mora na comunidade, mas tu era da comunidade, tu tem que vir antes de se candidatar, fazer um trabalho na comunidade.

Na outra eleição teve a Ludmila³⁸, trabalha na prefeitura e ela é advogada, não conseguiu passar nada. Só que ela veio, prometeu a creche, uma coisa que já estava no projeto da prefeitura, mas tudo bem, né? Prometeu a creche... Só que eu acho que em vez dela ter vindo só na época da eleição fazer campanha, ela deveria ter vindo, porque ela mora ali na cidade, ela era daqui, estudou aqui na escola. Depois de um tempo, a mãe dela e ela se mudaram lá pra Restinga. Acho que quando ela começou o Ensino Médio, não sei. Aí, você vê as demandas da comunidade, né? Nem que, por exemplo, se eu vou lá, peço a iluminação pública onde não tem ou tá queimado, mesmo que eles não me atendam, mas a comunidade tá vendo que tu tá buscando, que tu tá procurando solução. Aí tu vem no tempo de campanha promete que tu já sabe que já tá a caminho. Então, tu acha que as pessoas vão votar em ti? Só vem na época da eleição, que nem os outros políticos. Eu acho que por tu ser da comunidade tem que saber as demandas da comunidade e procurar suprir isso pra depois

³⁷ Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural.

³⁸ Ludmila Menezes dos Santos.

se candidatar, mesmo que tu já tá com ideia de se candidatar mais um ano, dois anos, né? Tu já vai trabalhando. Ela não se elegeu.

Eu não sei se as pessoas daqui entendem como funciona uma comunidade quilombola, porque eu também não sei como funciona, mas eles falam que aqui é quilombo, que isso e aquele outro. Eles falam que é, né? Eu que não sei se é, uns me dizem uma coisa, outros dizem outra. A Marli diz que não é, outros dizem que é.

Sobre as atividades da Associação eu não vou saber dizer direito, porque eu não faço parte da Associação, porque eu não sou quilombola. Só o meu marido faz parte, eu não. Eu não entendo direito isso. Eu achei assim que, como ele faz parte da Associação, eu estaria fazendo também. Pelo menos quando eu estava com João era assim, sabe?

Quando eles estavam distribuindo os ranchos, na pandemia, o Flavio³⁹ estava trabalhando e disseram assim “Ah, a Albana... vou dizer para a Albana vir pegar o rancho” que era até sábado, mas era tempo de plantação, daí ele trabalha direto, né? Aí eles disseram que o senhor Potácio⁴⁰ ali disse não, que eu não poderia pegar, porque eu não era quilombola. A Associação fica restrita a quem “nasceu na comunidade”, entre aspas [e faz o gesto alusivo a essa fala], porque tem outra senhora que é de outro lugar, ela é viúva, o marido dela já morreu e ela tem os filhos, e ela faz parte da Associação. O Clairtom, por exemplo, não faz parte da Associação, mesmo nascendo aqui, porque eu não sou daqui. Eu não sei o que dizer, sabe? Eu não entendo isso, porque eles disseram que quem é daqui pode ir embora, que sempre vai ser daqui. E tinha gente que mora na Restinga e pegava rancho aqui. Tem gente que mora em Polêsine⁴¹ e pegava os ranchos aqui. Mesmo a pessoa saindo daqui ela não perde o direito, ela continua sendo. Eu sei que tem uns que foram para Porto Alegre, tiveram os filhos lá e os filhos voltaram, tiveram o direito. E são daqui.

Mas sobre a Associação eu fico devendo, porque eu não sei como funciona. Eu só vejo que quando tem que viajar, essas coisas, reuniões assim o Potácio vai. Até mesmo quem é sócio da associação tem que pagar, né? Paga por ano. Ficou um tempão que não vinha nada para a comunidade. E acho que quase ninguém pagava as carteirinhas também. Aí, quando veio aqueles ranchos, aí foram atualizar, o pessoal que tinha que atualizar a carteirinha, tinha que pagar 105 reais, pagar os últimos três anos que não tinha sido pago e aí seria 35 reais por ano. Agora, acho

³⁹ Flavio Cavalheiro Pedroso, companheiro da Albana no período da realização da entrevista.

⁴⁰ Roberto Potácio Rosa, colaborador dessa pesquisa.

⁴¹ São João do Polêsine, município sul-rio-grandense, localizado na região central do estado, distante 267 km da capital Porto Alegre e 46 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

que pagam todos os anos 35, meu marido paga. Esse pagamento é assim, por exemplo, na tua casa tem a tua mãe e o teu pai e aí teu pai paga, se tu quer, tu paga também, aí quando vem rancho ou algum benefício, o teu pai pega e tu pega também. É isso que eu posso te informar sobre esse assunto.

Na comunidade eu me sinto excluída, sabe? Eu moro aqui há 20 anos, e eu não me sinto assim... Eu achava que eu fazia parte da comunidade, mas depois disseram que eu não era quilombola, aí eu notei. Acontece as reuniões, acontece as coisas e ninguém avisa lá em casa. Eu não fico sabendo.

Agora da associação avisam o meu marido. Acho que avisam, eu não pergunto muito sobre essas coisas. Porque assim como eu me sinto excluída, eu me excluí também. A associação da água, sai as reuniões da associação da água, eu acho que eles deveriam avisar nesse caso, tu não acha? Aí tu fica sabendo na hora, por outro “ah, hoje tem reunião da água”, “que hora?”, pergunto, “ah, já tô indo”, respondem. Na associação da água tem o pessoal da diretoria que sai a eleição, que tu nem fica sabendo, porque quando fica sabendo já está em cima da hora. Aí tu não vai, né? Quando tu tá fazendo a janta, aí tu não vai parar de fazer a janta pra ir, né? Eu acho que deveria ser avisado com antecedência e avisar as pessoas, né? Não tu saber assim que nem o acidente desses rapazes, que um diz uma coisa e outro diz outra. E aí, quanto à comunidade, me sinto excluída e eu me excluo também, sabe? Procuro não me misturar, por causa das fofocas. Prefiro ficar na minha, na minha casa, no meu canto, né? Os meus filhos também eram assim. Agora o Clairtom não é, o Clairtom se mistura, né? É misturado [ri] que ele gosta de jogar bola, né? Então, se misturam. Eu acho que eu sou na minha.

Eu gosto daqui porque é um lugar tranquilo, sabe? Olha a cidade, o jeito que tá a cidade agora, olha Santa Maria, todos os dias matam gente lá. Todo dia tem uma coisa, aqui não, claro que tu tem a preocupação, mas não é, por exemplo, o guri vai jogar bola lá embaixo e eu sei que ele tá lá embaixo jogando bola. Então, tu tem essa tranquilidade. Se as crianças fazem alguma coisa errada, um ou outro chega no teu ouvido. Um ou outro fala, pode até demorar um tempinho, mas falam, né? Então, é bem tranquilo. A comunidade acaba cuidando um do outro. De noite, às vezes tem a junção na casa das gurias, lá embaixo, dos gurus, ele vai e volta de madrugada para casa. Mas eu não tenho aquela preocupação. Se fosse na cidade, eu ia ter que levar ele e buscar ele, né? E já aqui não. E ainda perguntei para ele se ele não tem medo de vir sozinho, mas não é medo de assalto,

essas coisas, é essas histórias que o povo conta de assombração, ele “eu não”. Eu teria medo, porque, né? Então, assim, aqui é bem tranquilo para morar, para viver é bom.

Sobre educação, eu continuei meus estudos na EJA⁴², fiz o nono ano e o Ensino Médio na Érico Veríssimo⁴³, escola da cidade, pois não tinha EJA aqui na escola Manuel Albino. Se eu não me engano, me formei em 2018, mas na verdade aquela minha formatura seria o final de 2017, mas porque não tinha ônibus para levar o pessoal, ficou parado um tempo, a gente acabou se formando no dia 15 de janeiro de 2018. Eu fiz dois anos de EJA, acho que comecei em 2016. Eu ia todos os dias pra Restinga de ônibus, era esse transporte escolar que tem, por exemplo, o Batista⁴⁴ faz aqui, né? Uma semana ele faz o transporte da EJA, outra semana é o outro rapaz.

As minhas filhas mais velhas, quando nós morávamos todas juntas, elas iam para a escola, normalmente, todos os dias. Eu não deixava faltar, não deixo até hoje, né? Às vezes que eles me passam a conversa. E a mais velha tinha bastante dificuldade no aprendizado assim. A segunda também, sabe? E eu não tinha paciência nenhuma de ensinar, mais gritava e espancava do que ensinava, né? E assim foi.

As duas gurias mais novas e os gurus estudaram aqui na escola. A Katiele desde o primeiro ano, porque no Colégio Estadual Padre Rômulo Zanchi⁴⁵ ela reprovou a primeira série, aí aqui ela começou na primeira série de novo. A Luise desde o pré-escolar e os outros tudo, desde o pré. As gurias até a oitava série, pois na época era série e o gurus até o nono ano.

A Katiele não sabia nem pegar um lápis, eu acho que até hoje ela pega estranho, ela pegava assim, sabe? [mostrando o jeito como sua filha pega o lápis]. Assim, chegava a criar calo aqui assim e apertava muito, sabe? E a questão é isso, a gente quer que faça do jeito que a gente acha que é certo, não do jeito deles, né? Ela tinha aquele jeito de escrever assim, né? Então, tinha que deixar ela escrever assim, até ela achar que podia mudar, né? E eu queria que ela pegasse o lápis como eu pego e escrevesse como eu escrevo. Daí, não saía nada. Não que eu não pegava em casa, mas às vezes, assim, até cansada, pegava e fazia as coisas por ela. Antes eu fazia assim, eu escrevia numa

⁴² Educação de Jovens e Adultos.

⁴³ Escola Estadual de Ensino Médio Érico Veríssimo, localizada na zona urbana de Restinga Sêca, distante 9,5 km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

⁴⁴ João Batista Mossatte Soares, trabalha como motorista do transporte escolar que atende a escola desde 2022.

⁴⁵ Colégio Estadual Padre Rômulo Zanchi, localizada na zona urbana de Santa Maria, distante 49km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

folha o que era pra ela escrever pra ela copiar, mas às vezes ela era tão demorada pra fazer que eu acabei um dia fazendo por ela. E aí a professora anotou assim “Mãe, não foi a Katiele que fez, quem fez?” E aquilo, sabe? Me despertou, como se diz “eu fui pega, né?” Aí, eu comecei a fazer ela fazer e tentar, mas foi bem difícil. Ela até hoje é bem travada.

As gurias mais velhas estudaram lá em Santa Maria, a Priscila todo o Ensino Fundamental e a Kelem só até a quinta série. Ela não quis mais estudar porque ela dizia que não conseguia aprender. Depois que a Priscila veio morar comigo eu botei ela na Érico Veríssimo pra ela fazer o primeiro ano. Aí ela ficou grávida do Ricardo⁴⁶, né? Aí, ela parou de estudar e já estava morando com o pai do Ricardo, né? Ela mora nos fundos da minha casa, ela tem um filho de 13 anos, meu neto, ele estudou aqui na escola desde o pré, até o ano passado⁴⁷, passou para o oitavo agora.

A Katiele terminou aqui com a classe de aceleração, porque ela tinha muita dificuldade e aí tinha muitos alunos com a idade defasada em relação a série, sabe? Aí inventaram no município a classe de aceleração, que é a quinta, sexta, sétima e oitavo. Em um ano fazia duas séries.

A Luise estudou aqui na escola, ela foi até a oitava aqui, aí começou o primeiro ano lá na Érico, lá ela se encantou com os gurus, né? Parou de estudar, foi morar junto com o guri. Ela tinha 16 anos, ficou três anos com ele e não estudou. Aí depois que ela deixou dele e foi lá para os Ingleses, lá pra Santa Catarina com a Katiele, que a Katiele já estava lá trabalhando, lá ela fez o Encceja⁴⁸. Aí agora ela está fazendo hotelaria e tá fazendo técnico administrativo.

O meu mais novo está estudando, tem dias que não estuda, que me passa a conversa, mas vai indo, ele está fazendo o Ensino Médio, passou para o terceiro. O Guilherme está fazendo faculdade. Aquele nunca precisou mandar estudar, tinha que mandar ele parar [nós duas rimos]. Ele está lá em Porto Alegre, durante a pandemia ele voltou, porque as aulas eram online, daí como eu tenho internet em casa, ele veio para casa, né? Final de 2021 ele voltou para lá, as aulas em 2022 ainda iriam online até março, abril, mas ele voltou porque arrumou outro serviço, ia começar e ele tinha que ir uma vez na semana no Sesi⁴⁹, ou Sesc⁵⁰, não lembro. Lá ele estuda na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre.

⁴⁶ Ricardo Lima Rodrigues, neto da Albana.

⁴⁷ Ele estudou até o ano de 2021, não concluindo o Ensino Fundamental na escola, pois os anos finais foram transferidos para outra escola no início do ano de 2022.

⁴⁸ Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) realizado para aferir competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental ou Ensino Médio na idade adequada.

⁴⁹ Sesi - Serviço Social da Indústria.

⁵⁰ Sesc- Serviço Social do Comércio.

Eu nunca cobreí deles o estudo, eu cobreí mais assim, tipo a primeira série, sabe? E daí o Clairtom era pequeno, o Gui estudava de manhã. E aí eu não podia fazer muito barulho, porque o outro tinha que dormir, que só queria colo, né? Então, eu fazia ele estudar, dava ditado pra ele, essas coisas, né? Leitura também para ele lê para mim e eu também lia para ele. Para manter o máximo de silêncio possível para não acordar o nenê, né? Mas ele sempre gostou assim de estudar. E depois, assim, depois do primeiro ano, segundo ano, eu não precisava mais mandar ele estudar. Como eu trabalhava aqui no colégio, eu sabia o dia a dia dele. Qualquer coisa que ele fazia errado, porque ele era assim, né? [faz gesto com a mão de rápido]. Não, assim, ele discutia com as professoras, sabe? Se ele achava que isso aqui era certo, não adiantava nem tu provar que estava errado, ele sempre foi muito de bater de frente, sabe? Então, mas ele sempre foi de chegar assim e me dizer “ah, mãe aconteceu isso hoje na escola. Ah, eu respondi pra professora. Ah, eu fiz isso”. As outras não, elas escondiam, né? Porque eu batia, batia muito. Eu queria que fosse assim [fazendo gestos simulando um quadrado] E as crianças não são assim. Não são engavetadinhas, elas são crianças, né? E eu, talvez por ter sido mãe muito cedo, a minha mentalidade era outra. Já com Guilherme, não. Até mesmo porque eu não precisava me preocupar com ele estudar, porque aquilo já partia dele. Ele adorava pegar os cadernos, o livro, tudo, né? Então, foi bem mais light. E com o tempo a gente vai mudando, né? Que nem as gurias dizem agora “ah mãe, a senhora vivia batendo em nós, agora a senhora não bate nos gurus”. E eu disse assim “tá, e vocês gostavam que batia em vocês? Dava certo?” A gente tem que ver onde a gente está errando, e tentar corrigir os pontos.

Em casa eles aprendiam a fazer as coisas de casa, tanto os meninos, até os meninos. O Guilherme ajudava no armazém, a Katiele também, mas ela sempre foi meia ruinzinha de fazer conta, então não ia muito, mas o Guilherme desde pequeno assim, sempre foi metido.

Quanto às aulas de matemática, eu nem lembro como eram e nem as outras [ri]. Do tempo do fundamental, eu gostava das aulas de matemática, queria ser professora de matemática, adorava matemática. Mas ali no Ensino Médio, assim, a professora era bem fria, sabe? Também a turma era horrível, uma gurizada. Tem uns três, quatro, cinco, mais velho e tem uns 20 que são gurizada. Quem queria aprender tinha que sentar na frente e se sentasse para trás não ia aprender mesmo, né? E aí, então a professora era bem fria, mas ela explicava as coisas. Eu conseguia aprender, sabe?

Sobre história e cultura quilombola, só perto da data da Consciência Negra e era o professor de História que trabalhava. Isso acontecia com as crianças, quando estudaram aqui, eles trabalhavam isso ali perto da Consciência Negra, no restante do ano eu não notava nada.

Eu acho que deveria ter professores aqui na escola mais interessados em ensinar as crianças, sabe? Incentivá-las, né, para elas aprender, sabe? E usar outras metodologias, porque as crianças não estão aprendendo. Tem muita criança muito fraca e não é de hoje. As crianças saem daqui e vão para o Ensino Médio, e elas têm que rebolar lá para passar, porque senão não passam. O Clairtom conseguiu o primeiro ano porque foi a distância, se fosse presencial acho que ele não ia conseguir, porque o Guilherme, que era o Guilherme, que não precisava mandar estudar, que ele assistia videoaula quando ele não entendia as coisas, ele pesquisava, ele procurava, ele teve que procurar e pesquisar para conseguir, sabe? A criança tem que ter aquela vontade mesmo de estudar, gostar, sabe? Buscar, porque senão só o ensino que eles aprendem aqui, eles não conseguem lá. Depois da muita reprovação no primeiro ano, que sai muito fraco daqui. Agora eles não estão mais aqui, estão lá na Vila Rosa⁵¹.

Eu acho que deveria puxar mais eles e não passar a mão na cabeça. Esse negócio aí a criança tá mal, pegar e passar a criança. Todo o ano, ano inteiro que seu filho tá mal, tá mal, tá mal, tá mal, tá mal, chega no final do ano, passou. De uns tempos para cá, acontece também de a Secretaria da Educação pressionar muito as escolas para essa aprovação.

Seria importante uma educação que levasse em consideração que aqui é uma comunidade quilombola e até seria importante se estivessem turno integral para ver se terminasse esse déficit de aprendizado. Não adianta tu passar uma criança sem ela saber. Eu acho que o importante é a criança saber. Que eles deveriam, sei lá, dar reforço à tarde para os da manhã e vice-versa, sabe? Não, assim. Acho que até o reforço deveria ser meio geral, por que o que adianta tu conseguir ler e não conseguir interpretar o que tu tá lendo?

Eu acho importante a escola estar aqui na comunidade. Até mesmo porque, assim como no nosso tempo com a Marli, aconteceu alguma coisa com a criança, ela ligava para os pais, sabe? Tu liga pra vó, tu liga pro tio vir, pra tia vir, pra vizinha vir. Porque aqui sabem quem são essas pessoas, quem tem esse vínculo familiar com a criança também. E já lá na Sete de Setembro⁵², aconteceu alguma coisa lá, como é que os pais vão? Às vezes a mãe, o pai foi trabalhar, o carro tá ali na

⁵¹ Comunidade onde está localizada a Escola Municipal de Ensino Fundamental Sete de Setembro, escola para qual os alunos do sexto ao nono ano da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho foram transferidos a partir do ano de 2022.

⁵² Escola Municipal de Ensino Fundamental Sete de Setembro, localizada na zona rural de Restinga Sêca, distante 9,3km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

garagem, em casa e a mãe não sabe dirigir. Adiantou ter o carro ali, né? Não adiantou. Aí, acontece alguma coisa, como é que tu vai? Tem o horário de ônibus, o ônibus vai te largar longe. A distância que tu tem que ir a pé, então lá ficou inacessível para os pais. Parece que tiraram as crianças da comunidade pra, sabe? [faz um gesto de afastar e uma pausa]. Afastar um pouco os pais. Aqui qualquer coisa que aconteça os pais vinha aqui e já lá vai de que jeito?

Ter a escola aqui, ela acaba fortalecendo a comunidade e os vínculos da comunidade, porque até mesmo os pais não queriam que as crianças saíssem daqui. Os pais preferiram perder a creche a tirar os anos finais daqui. Só que não aconteceu. Só que o prefeito veio aqui e mentiu. A Secretaria de Educação e prefeitura vêm aqui e enfiam tudo goela abaixo. Isso é mais de agora, porque antes não tinha essa questão de tirar as crianças daqui, sabe? Se tinha, era lá entre eles, mas não chegava até a comunidade. Aqui foi feita a reunião, e ele disse “tá, então quer dizer que vocês preferem que continue como tá, séries multisseriadas, sem a creche e os anos finais aqui?” Os pais concordaram. Todo mundo concordou que queria.

Quando começou o ano foi o que que aconteceu? Tal dia vocês esperam o ônibus ali, tal hora que o ônibus vai levar lá pra Vila Rosa. Foi avisado em cima da hora e ninguém pode... Ninguém foi capaz de falar nada. Isso que eu digo que a comunidade também não é unida, porque no meu caso, eu iria procurar, fazer umas reuniões se eu fosse mãe e estivesse acontecendo isso, fazia uma reunião com os outros pais e ninguém embarcava, ninguém embarcava no outro dia para lá e ficar sem embarcar um mês, dois meses, que fosse, sabe? A comunidade é muito parada, ela não reivindica os direitos dela.

O tempo que o quinto ano era para ser multisseriado com quarto ano. O Clairtom já estava no quinto ano, né? Não tinha sala para eles, né? Para a turma. E aí botaram junto com o quarto ano. Eram 11 ou 12 do quinto e nem sei quantos eram do quarto, sei que a sala estava bem cheinha, eles com 11 anos, grandes, já são grandão e têm os repetentes, já de 12, 13 anos junto né? Daí o que que a gente fez? A gente correu atrás para eles não continuarem multisseriado. A gente foi até em reunião lá na Fuzer⁵³, se misturamos com eles, a gente, como se diz, se associamos, para parar com essa multisseriação, parar do quarto e quinto ano, que era o quarto e quinto ano. A maioria aqui era junto. As turmas do pré eram junto. Primeiro ano era junto com o segundo, eram várias turmas multisseriadas, ela achou que era só o quarto e quinto anos. Nas séries finais fica difícil, né? Já

⁵³ Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Dezidério Fuzer, localizada na zona rural de Restinga Sêca, distante 7,7 km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

saem fracos mesmo, do quinto ano para o sexto ano, então. Diziam que não tinha sala. Como é que agora vem um pré de manhã e outro de tarde? E antes por que não podia o primeiro ano de manhã? O Guilherme fez o primeiro ano de manhã, por que depois não podia ter primeiro ano de manhã?

Os pequenos, no caso, iam ter que revezar. Por exemplo, o quinto ano ia lá para cima, pra biblioteca. O pré, ia ter que vir um de manhã e o outro de tarde, que nem agora. O primeiro e o segundo, eu acho que até tinha sala, a questão não era a sala também. Aquela sala lá do canto que era sala de aula e a Marli fez a sala do Adriano⁵⁴ lá, ali onde é a direção era a sala de aula, virou a direção e ali onde é a sala dos professores era a sala dos professores e do Adriano, o educador especial, que vinha uma vez por semana só. E aí, ali onde é a Secretaria ali, no canto, ali era a secretaria na parte da frente, e a direção no fundo, na parte de trás⁵⁵.

Isso foi alterado em 2013, quando caiu aquela árvore em cima das salas, que tinha um pé de pinha, sabe? Aí foi feita a reforma das salas. Tiveram que reformar, aí a Marli disse que não era para botar divisória, que a divisória era de madeira, né? E aí ficou tudo sala dos professores, aí ela depois comprou os móveis para a direção. Daí a sala do Adriano ficou ao lado da sala da direção, a sala da direção para lá e dos professores ficou ali. [indicando com a mão a configuração das salas] e comprou os móveis. Antes eram sete salas de aula e agora são quatro salas de aula, mas tem as duas que estão em reforma para a creche. Quando estavam os anos finais, eram cinco salas. Mas agora nem sei se todas iriam ser usadas, não tá os grandes aí. Então, teria local para ter eles aqui e nem teria necessidade de ser todos os anos multisseriados.

Parece que isso de terem tirado os anos finais daqui tá lá pra cima, em Brasília. Foi falado para o seu Potácio e o seu Potácio levou para o Ministério Federal, uma coisa assim. E o que que apareceu lá em Brasília, foi que os pais tinham sido consultados antes de mandarem as crianças do sexto ao nono ano para a escola Sete de Setembro, na Vila Rosa e os pais tinham concordado. Nos documentos que a prefeitura mandou para lá dizia para tirar os anos finais daqui e levar lá pra Sete, sendo que não foi verdade. Quando vieram consultar o Paulinho⁵⁶ já tinha assinado o papel pra cima, pra tirar as crianças daqui e levar para lá. E aí o Paulinho, eu chamo ele de mentiroso, porque

⁵⁴ Adriano Moraes Zinn, formado no Curso de Educação Especial – Licenciatura Plena no ano de 1997 pela Universidade Federal de Santa Maria, atuou na escola na função de professor (educador especial) nos anos de 2002, 2003, 2004, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2019, 2021.

⁵⁵ Ver Planta baixa da escola no caso sobre ela. Alguns locais estão com nomes alterados na planta, na planta a sala da direção é a sala que Albana comenta ser dividida entre secretaria e direção, a biblioteca que fica no segundo andar atualmente, na planta está como sala de aula e a sala de aula ao lado da atual direção que Albana se refere é nomeada como sala de informática, que agora fica no segundo andar ao lado da biblioteca.

⁵⁶ Paulo Ricardo Salerno – prefeito municipal (2021-2024).

ali na reunião ele disse que ia ficar então como estava. As turmas multisseriadas e os anos finais aqui, se era assim que queriam, então ia ficar assim.

Quando foi no outro ano a Silvia⁵⁷ veio aqui e disse que as crianças mais velhas iam para a Vila Rosa e que ia ter creche aqui, mas não ia ter transporte escolar para creche, que não precisa de transporte escolar aqui no interior, mas eu fico me perguntando por que aqui no interior não precisa de transporte escolar para a creche, mas na cidade tem transporte que leva os alunos para a creche? No interior, ali na Fuzer também não tem transporte para a creche, porque eles diziam que para levar os estudantes da creche também seria necessário mudar o ônibus para um maior, com mais lugares e fazer alterações nesse ônibus colocando as cadeirinhas para as crianças pequenininhas e também contratar uma pessoa para ser monitor no ônibus. Porque na cidade tem um ônibus da creche, que tem duas creches na cidade? E se é só pegar um ônibus maior, qual o problema, né? Que caberia todos os grandes e a quantidade dos alunos que era da creche. E aí só coloca umas quatro, cinco, cadeirinhas, né? Ia dar trabalho? E aí as pessoas que têm filhos em idade de ir para a creche, mas moram longe aqui da escola e não têm condições de trazer, não vão botar elas na creche? Para mim eles estão achando um jeito de acabar com a nossa escola aqui na comunidade. Aí não vai ter a creche, e amanhã, depois é só esses aí. Cada vez diminui mais, que as pessoas não querem mais ter tantos filhos, que tem condições de se prevenir melhor do que anos atrás e aí não tem nem o suficiente de aluno, vão levar lá pra Fuzer, ou pra Vila, que já tão indo pra Vila mesmo, aí vão tudo pra Vila.

Olha, o que eu sei da nova situação dos que saíram daqui e foram para a outra escola é que a minha filha foi chamada lá, porque o meu neto estava fazendo um pouco de tudo com um guri. A mãe do guri falou com minha outra filha, pra Katiele, que elas trabalham junto na colheita do fumo⁵⁸, né? Que ele tava fazendo bullying com o guri dela, que os guris tinham dito que era pro guri dela ir embora, porque aquela escola lá não era de branco, era de negro. Eu pensei, “mas os guris iam dizer isso? Isso aí não está certo, porque lá é escola de branco, não é de negro, de negro é aqui onde nós estamos, eles que não deveriam tá lá”. Isso aí eu não entendi nada.

⁵⁷ Silvia Maria da Rosa Mohr, Secretária Municipal de Educação de Restinga Sêca/RS.

⁵⁸ Muitas pessoas da comunidade trabalham para outras pessoas por um determinado tempo do ano e em determinado serviço, os chamados serviços sazonais, a colheita do fumo é um desses casos.

Têm esses problemas depois que eles saem daqui. Antes e até mesmo quando vinham as outras crianças que estudavam ali na Três de Outubro⁵⁹ pra cá para os anos finais, eles sofriam bullying aqui, os daqui também faziam bullying com os que não são daqui. Tinha um guri ali que era tio de outro gurizinho, né? Ele, coitado, sofreu, sofreu bullying aqui até que eu peguei e fui falar com direção. Que eu vi com meus dois olhos, falei para a direção e era o tempo da Roseli⁶⁰, ela chamou todos os pais e quando eu cheguei a uma e meia, ela gritou “Albana, passa aqui que os pais dos alunos estão aqui”. Levei um choque, né? Cheguei dar um pulo, os pais estavam tudo lá e era para relatar o que eu tinha visto eles fazerem. E aí a irmã dele, quando foi pra trazer o filho dela, o sobrinho dele pra cá, ela não colocou ele lá na Três de Outubro, ela colocou ele aqui desde o pré-escolar. E ele se dava bem com todo mundo. Se dava bem com todos os guris. Não teve aí esse embate, acho que era mais porque vinha de outra escola para cá. E daí um grupo ali já estava fechado, tanto é que nesse grupo que estavam fazendo gesto obsceno para as gurias, sabe? Tinha um alemão, junto.

O Clairtom quando foi para a cidade estudar, foi tranquilo, o primeiro ano ainda era pandemia, depois começou presencial. Ele foi tranquilo. Por quê? Porque já tinha os colegas dele daqui que foram tudo junto. Acho que só um que não se formou da turma dele, eram 11, aí foram tudo junto, ficaram tudo na mesma turma, até mesmo por causa do transporte, para não ficar que um tem aula hoje e a outra não tem, aí fica ruim né?

Acho que na educação só deveriam ver mais esse lado assim, de fazer o aluno aprender mesmo, sabe? Parece que não tem interesse. Porque tinha a Eli⁶¹ que ela era assim, sabe? [fazendo gesto de puxar]. Ela falava as coisas para os pais. Os pais também não gostavam dela. Às vezes, os pais não conseguem ensinar as crianças, às vezes nem tem até aquela série também para ensinar ou não têm paciência, como eu não tinha paciência e acaba assim, que eles ficam muito protetores com as crianças.

Religião. Eu me considero cristã. Como pessoa cristã, eu sou uma pessoa assim. Eu vou nas igrejas evangélicas, né? E me considero cristã porque eu pretendo e quero seguir os passos de Cristo. E toda pessoa que quer seguir os passos de Cristo, que quer ser uma pessoa, assim melhor,

⁵⁹ Escola Municipal de Ensino Fundamental Três de Outubro, localizada na zona rural de Restinga Sêca, distante 5km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

⁶⁰ Roseli Dias Real, formada em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria em 1997, atuou na escola no cargo de diretora entre os anos de 2010 e 2012 e no cargo de professora entre os anos de 2005 e 2010.

⁶¹ Eli Fiaux Sukekava, atuou na escola no cargo de professora entre os anos de 2013 e 08/2022.

é uma pessoa cristã. Sabe? Porque esse negócio “ah eu sou evangélica”, “ah eu sou católica”, “ah eu sou isso”. Sabe, eu acho que são só nomes, porque o verdadeiro cristão é aquele que faz o bem sem visar a quem, que nem se diz, né? Então, eu me considero uma pessoa cristã. Sou batizada na igreja evangélica, sou batizada na católica, mas isso quando eu era nenê. E aí eu me sinto melhor na evangélica. Eu frequento a Igreja Evangélica faz mais de dez anos.

Aqui na comunidade, esses tempos, eles faziam o culto ali embaixo, na tia Zila⁶². Tinha uma igreja, mas eu nunca fui. Lá pra baixo, também tinha outra igreja, também nunca foi. Eu estava indo na Universal, aí eu parei, depois eu fui dar uma visitada na Adventista. E aí depois eu estava indo na Assembleia de Deus, essas ficam na cidade, no centro.

No Centro de Umbanda daqui eu já fui, frequentei quando eu estava me separando do pai das minhas filhas, sabe? E aí, assim, na época, eu fui, fui e fui, como se diz, e gastei, gastei, gastei fazendo trabalhos, essas coisas e não adiantou de nada. Daí eu simplesmente me afastei.

5.1.2 Referências

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em: 23 abr. 2024.

BRASIL. **Resolução CFN nº 465, de 23 de agosto de 2010**. Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://sisnormas.cfn.org.br:8081/viewPage.html?id=465>. Acesso em: 23 abr. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 10 de março de 2023**. Altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2023/resolucao-no-02-de-10-de-marco-de-2023.pdf/view>. Acesso em: 23 abr. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a->

⁶² Maria Zila Carvalho.

[informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-no-6-de-08-de-maio-de-2020/view](#). Acesso em: 23 abr. 2024.

5.2 “SER PROFESSORA PARA PLANTAR UMA SEMENTINHA”

Figura 13 – Foto da colaboradora Alceri de Fátima Lemos da Silva



Fonte: acervo da colaboradora.

Alceri foi uma das primeiras pessoas que conheci pessoalmente, logo que desci do ônibus que ia de Santa Maria até a escola; no meu primeiro dia de campo, fui apresentada pela diretora da escola, Maristani¹, como sendo “a guria que iria fazer uma pesquisa ali”. Ela era professora na Escola Manuel Albino Carvalho há mais de dez anos, mas reside em Santa Maria, então ela faz esse trajeto todos os dias, mesmo trajeto que eu faria durante o período de trabalho de campo desta pesquisa. Após as devidas apresentações já começamos a conversar – o que não é algo difícil com Alceri, pois ela é muito comunicativa.

Enquanto estava em campo muitas foram as conversas que tive com ela na sala dos professores, ela contando sobre como foi o período de volta às aulas pós pandemia da COVID-19 em 2021, mas esse “pós” sendo colocado entre muitas aspas, pois era um período extremamente delicado ainda e como isso tinha consequências na educação, seguiu contando sobre sua vida, me

¹ Maristani Machado Pinarelo, formada em Letras Espanhol e suas respectivas Literaturas (2002). Atuou na escola Manuel Albino Carvalho de 2005 até 2010 como professora de espanhol, retornou em 2019 e ficou até 2021 na função de professora. No ano de 2022 assumiu o cargo de diretora, onde se encontra até o atual momento (março de 2024).

perguntando sobre a minha, falando sobre a pesquisa. Mas dessas nossas conversas, perdi a conta de quantas vezes nós falamos sobre uma outra paixão dela, os animais, ela tinha muitos animaizinhos que tinham sido adotados e essa conta só aumentava. Quando voltei em 2024 para o campo, me recordo dela me contar sobre um outro gatinho que eu ainda não conhecia e falando sobre a Tuntum – uma cadelinha que quando fui realizar a entrevista com ela, passou o tempo inteiro nos meus pés.

Foi a partir dessas conversas que conheci um pouco sobre sua relação com a escola e com a comunidade, sendo ela uma das professoras que estavam atuando lá havia mais tempo. Sabendo dessas informações e de tantas outras a convidei para participar da entrevista, ela aceitou com um sorriso no rosto. Marcamos de fazer a entrevista no período de férias escolares, pois durante as aulas ela dizia que era muito corrido. Então, depois de passar alguns dias na casa dos meus pais, retornei a Santa Maria para realizar a entrevista com a professora Alceri, que também reside nesta cidade. Fui até a casa dela, conheci os seus gatos, cachorros e o passarinho e fui recebida com um bolinho. Conversamos muito, tive até que pedir para ela esperar um pouquinho para eu começar as gravações. Essas conversas que fluíam antes mesmo de começar as entrevistas foi algo que se tornou corriqueiro na pesquisa.

Para dar início a entrevista, voltamos a falar sobre alguns pontos de sua história que ela havia acabado de contar, mas para ficar registrado pedi que repetisse, e daí em diante seguimos a nossa conversa, com muitas risadas e algumas pausas para pedir para a Tuntum deixar de morder nossos calçados ou pés. Após finalizar a entrevista, guardar todo o material, ainda permaneci em sua casa por mais algum tempo conversando, pois como disse, conversar com Alceri é algo que ocorre com facilidade.

5.2.1 Alceri de Fátima Lemos da Silva

Meu nome é Alceri de Fátima Lemos da Silva, tenho 55 anos, nasci em 11 de julho de 1967. Sou natural de Santa Maria². Aliás, eu sou natural daqui [batendo da mesa, se referenciando a casa e ri]. Porque quando os meus pais compraram aqui, a mãe estava grávida e eles moravam em outro

² Município sul-rio-grandense, localizado na região central do estado, distante 288 km da capital Porto Alegre e 58 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

local, eles vieram morar em março aqui, quando eles construíram e eu nasci em julho. Eu nasci e me criei aqui, nunca mudei de lugar. Toda a minha família é daqui de Santa Maria.

A minha família era composta pelo meu pai, minha mãe, minha irmã e eu. Éramos quatro pessoas, aí meu pai faleceu. Ficamos a mãe, minha irmã e eu, dentro dessa casa, como eu te falei, nunca mudei de casa. Aí quando eu me casei, eu disse para o Anderson³ que só me casaria se ele viesse morar aqui e que eu não poderia deixar minha irmã sozinha, a minha mãe só para a minha irmã cuidar. E aí nos tornamos quatro de novo: a minha mãe, a mana, o meu marido e eu. Há dois anos minha mãe faleceu e somos três. O meu pai faleceu no ano que entrei em Restinga, eu entrei em março, meu pai faleceu dia 21 de outubro de 2012, e dia 21 de outubro de 2019 minha mãe faleceu. Ela escolheu o mesmo dia, ela segurou até o dia que ele foi, foi no mesmo dia, quando fez sete anos que ele tinha partido. Ela já vinha se arrastando, mas ela escolheu para ir no mesmo dia.

Sobre a educação familiar, o meu pai era muito rígido, ele não era militar, mas eu tive uma educação muito assim, e graças a Deus. Porque meu pai e minha mãe eram semianalfabetos. Meu pai era funcionário público, ele era operador de máquinas, minha mãe era bordadeira e eles resolveram nos proporcionar uma educação para estudar, para ser profissional e não para casar, tanto é que meu pai dizia isso, e isso há muito tempo. Olha, eu estou com 55 anos, hein? Ele dizia assim, que estudo ninguém te tira e que ele ia dar a festa de formatura, mas a de casamento, se nós nos casássemos, depois que se virasse. Mas que festa de formatura ele ia dar, porque ia ser conquistada por nós. E foi a educação que a gente teve.

Dentro desse meio tempo, claro que a gente trabalhou e tudo, mas foi uma educação bem dentro de grandes princípios morais. Bem, como é que eu vou te dizer? Bem rígida, mas rígida até por ali, porque eu via minhas amigas que não podiam sair com os amigos, meu pai e minha mãe, depois que a gente ficou adolescente, o pai primeiro ele foi bem resistente, depois ele cedeu e aí ele cedeu e adorou. Porque a primeira festa que a gente quis fazer aqui em casa com a nossa turma de adolescentes foi uma briga para ele aceitar e a mãe dizia assim “Tu tem que ver que é melhor ter eles aqui dentro do que fora de casa”. Foi uma briga, mas ele aceitou. Depois ele queria que todo mundo viesse para cá. Os meus amigos passavam Natal e o Ano Novo com meu pai e minha mãe. O pai fazia uma mesa enorme assim e, às vezes, tinham 15 pessoas para almoçar aqui no dia de Natal, só os meus amigos, eles deixavam os pais deles e vinham almoçar aqui. As festas eram

³ Anderson Carvalho da Silva.

só aqui em casa, eles jantavam aqui sexta, a gente saía sábado de noite e domingo vinham tudo para cá, tomavam um café e nós íamos para fora, para a chácara de uma colega, todo mundo junto.

Então, dentro das normas rígidas às quais nós fomos criadas, tanto eu como a minha irmã, foi ensinado que o trabalho é de onde tu tira teu sustento, então leva a sério, sabe? É teu trabalho, não falta, não tira atestado. E a gente foi educada tão assim, que Deus o livre chegar mais tarde, era preciso chegar meia hora antes do que cinco minutos depois. Nunca deixar nada para depois, termina e entrega a tempo, a dia e horário. Porque que eu me apavorava quando a Aline⁴ dizia assim “tem de entregar sexta”? Bom, eu sexta-feira estava lá e aí eu me apavorava que as gurias não entregaram nem sábado, nem domingo, nem segunda [ri].

Eu sou o que sou como a soma disso, dessa educação, de todos. Meu pai era mais preconceituoso, mas mesmo assim ele aceitava, eu tinha amigos homossexuais e mesmo assim ele nunca olhou ninguém de olho atravessado, minha mãe já era bem liberal. Meu primo, depois que meu pai faleceu, e que a mãe dele faleceu, ele assumiu a minha mãe como mãe dele, ele é homossexual, ele trazia os namorados para a mãe conhecer. A mãe já era bem liberal nesse sentido. Mas eu e a minha irmã somos aquela mistura de clássico com liberal [ri], a gente é o que é graças a essa educação que a gente teve, tanto eu quanto ela.

Quanto a minha religião, eu sou de batismo católica, mas no meio do caminho eu fui, devido a situações familiares e acontecimentos, eu me tornei Espírita Kardecista, que não é uma religião, mas uma doutrina. E acabei me casando com o Anderson e no decorrer da vida ele se batizou na Umbanda e eu tenho muito conhecimento sobre as religiões afro devido a estudos. Então, assim, eu me considero de várias religiões, não tenho uma, eu acredito em Deus, acho que tem um ser supremo que nos protege, que nos cuida, que nos une, que nos fez irmãos e que não tem cor, não tem raça, não tem... Acredito em Deus. Para mim, Deus é único, ele é um ser supremo, Pai de todos nós e que cuida de todos nós do mesmo jeito, só que uns se descuidam dele [ri].

A minha irmã é formada em História também, pós-graduada em Educação Ambiental. Na Educação Básica, no Ensino Fundamental, ela estudou totalmente aqui no Patronato⁵, ela é mais

⁴ Aline Dezotti Freitas, formada em Pedagogia no ano de 2001 pela Universidade Federal de Santa Maria, atuou na escola no cargo de supervisora de 02/ 2021 a 03/2023.

⁵ Colégio Antônio Alves Ramos, localizada na zona urbana de Santa Maria - RS, distante 53 km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

velha, e eu estudei primeiro, segundo e terceiro no Patronato, depois eu fui para Padre Caetano⁶, que hoje é Instituto, eu estudei até o oitavo ali, depois a minha irmã foi para o Maneco⁷ e eu fui pro Maneco também, mas foi com dois anos de diferença, porque ela é dois anos mais velha. Ela fez a faculdade de história, quando tinha terminado, eu estava entrando na universidade.

Eu tenho Magistério e sou formada em História Licenciatura Plena na Universidade Federal de Santa Maria, em 2000, me lembro que o nosso lema da faculdade era “Somos os formandos 2000” e estou no momento fazendo uma pós em Orientação Educacional, acho que em julho ou agosto eu termino. Eu acho que eu me incentivei tanto vendo as leituras da minha irmã, as aulas dela, que acabei me encontrando, sabe? E também pela facilidade do curso, porque o curso de história era aqui no centro, não era lá fora, foi em 2001 que ele foi pra lá, e o curso era só um turno e aí dava a possibilidade de tu trabalhar no contraturno, eu estudava de manhã, ia a pé daqui até lá.

No magistério não tinha nenhuma disciplina que abordasse as questões relacionadas à relação étnico-racial ou comunidades quilombolas, mas na história sim. Na história nós tínhamos muito, porque como tu faz, eu não sei como é que está o curso agora, mas como na época tu tinha que fazer muitas ACGs⁸, então a ACG era tu que escolhia o que te interessava e que cabia dentro do teu horário para ti poder fazer e eu geralmente fazia dentro de culturas Indígenas e Afros. Era uma coisa que sempre me puxou muito para esse lado. Quando eu fui trabalhar ali na escola Manuel Albino Carvalho⁹, na verdade eu não pretendo sair da Manuel Albino, porque eu me realizo lá dentro, porque fez parte do meu currículo de história estudar a cultura deles, tanto que eu tive uma ACG que era sobre religiosidade e falou muito da religiosidade afro. Por isso que eu entendo bastante, quando nós vamos fazer atividades eu entendo bastante, pois a gente trabalhou todos os tipos de religiões e a gente trabalhou muito a cultura afro, a cultura indígena. Eu tinha uma professora que dizia no curso de história isso, eu aprendi assim, que nós temos que aprender a aprender a olhar as coisas, nós professores de história, ela dizia, nós temos que olhar, o nosso olhar, termos um olhar acultural. O que é o olhar acultural? Tu não pode dizer que o negro, que o índio é preguiçoso, porque ele deita na rede e a mulher vai trabalhar. É a cultura deles. Então, tu tem que

⁶ Instituto Estadual Padre Caetano, localizada na zona urbana de Santa Maria, distante 54 km da Escola Municipal de Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

⁷ Colégio Estadual Manoel Ribas, localizada na zona urbana de Santa Maria, distante 51 km da Escola Municipal de Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

⁸ Atividades Complementares de Graduação.

⁹ A Escola Municipal de Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho passou a ser chamada de Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho em agosto de 2023 quando foi inaugurado serviço de creche na escola.

te despir dessas culturas tuas, esses teus pré-conceitos, esses teus conceitos pré estabelecidos e entrar na cultura de cada um. Então, eu entrei na cultura deles e eu entendo. Mas nenhuma era disciplina obrigatória, não sei como é que está agora, mas acredito que agora sim, mas na minha época não.

Eu fiz um curso que abordava a cultura e a religiosidade afro, eu não lembro em que ano, em que época, mas eu fiz. Eu fiz um sobre comunidades e eu assisto muitos documentários na TV a cabo, eu e meu marido a gente assiste muitos documentários indígenas, documentários sobre a África. Porque eu acho que a gente aprende muito, né? E hoje tem mais, porque era uma coisa que era muito fechada, eram povos esquecidos, ou seja, eles estavam ali, existiam porque existiam, eles não tinham uma cultura, eles estavam dentro, mas não...

O que me levou a fazer História foi porque eu acho que a gente tem que conhecer muito de nós para a gente poder dizer qualquer coisa, não falar bobagem. Porque nesse período que nós vivemos de uma redemocratização, que eu considero, a gente vê muito absurdo. Pessoas que desconhecem os fatos e acabam falando bobagem. É a mesma coisa em relação à nossa, a cultura lá, a cultura lá da nossa comunidade. Eu considero nossa comunidade, porque hoje eu vivo lá, já conheço eles há tanto tempo que eu digo nossa comunidade. As pessoas de fora olham a cor, a forma em que vivem, a forma de serem, a forma... com um olhar crítico. E eu, enquanto professora de história, me deu essa visão mais ampla de entender as coisas e de olhar com outro olhar e eu acho que foi isso que me puxou. Outra que eu me identifico muito com a cultura afro, eu me identifico muito e acho que eu tenho bastante pé lá. Acho que só tenho cabelo liso [ri], mas dentro desses cursos que eu fiz, nenhum tinha disciplina obrigatória em relação a nenhuma dessas culturas, nem indígena, nem afro. A Pós-graduação em Supervisão Escolar que estou fazendo agora tem alguma pincelada, mas nada específico sobre esse tema.

Comecei a trabalhar como professora em Itaara¹⁰ de tarde e trabalhei numa boate também de noite. Quando eu comecei o curso, eu estava trabalhando num lugar, eu trabalhei de garçom numa boate de noite, a gente ganhava por turnos. E eu trabalhava às sextas, sábados, mas às vezes eu trabalhava quinta, quando tinha evento na boate. Era eu e uma colega, ela foi, me convidou e eu fui atrás dela. Ela morava ali na Valandro¹¹, eu ia para a casa dela, posava, posava não, porque nós saíamos 06h00 e a nossa aula era às 07h30. Eu chegava lá na casa dela, tomava um banho, fazia

¹⁰ Município sul-rio-grandense, localizado na região central do estado, distante 299 km da capital Porto Alegre e 69 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

¹¹ Rua Serafim Valandro, localizada na cidade de Santa Maria.

um café e ia ler os textos até às 07h00. Eu trabalhei seis meses nessa boate, depois estava ficando muito pesado, por causa de Itaara e acabei pedindo para sair da boate.

Eu tive muitas experiências profissionais. Enquanto eu era do curso de História, trabalhei como bolsista de eletrocardiograma no Hospital Universitário¹², fiz um curso para isso, acabei trabalhando nisso por dois anos.

Eu também trabalhei na secretaria de uma escola em Itaara, depois eu trabalhei como professora de séries iniciais, quinto, quarto ano na Pinto Ribas¹³, que era lá do outro lado da cidade. Antes de eu fazer o curso de história, quando eu fui fazer o vestibular, eu tinha que ter tempo para estudar e eu era cuidadora, eu cuidava de uma senhora de idade, cuidava de manhã até chegar o pessoal, que só chegava às duas horas. Eu vinha para casa e passava estudando para o vestibular, porque eu não tinha dinheiro para fazer cursinho. Então, pegava tudo que era polígrafo, estudava e passei em História. Trabalhei muito como professora particular. Eu acho que como professora, meu primeiro emprego foi em Itaara, mas aí depois eu fui babá, eu fui eletrotécnica e eu fui garçonete. Eu trabalhei aqui em Santa Maria, mas eu era serviços gerais aqui. Aí, nesse meio tempo eu fiz o concurso para Restinga, passei em 13º parece que foi, eu trabalhei quatro anos aqui com serviços gerais enquanto esperava para ser chamada.

No quinto ano que eu estava aqui fui chamada, daí eu me atirei para o lado professora e não pendei mais para outro lado. Mas o meu primeiro trabalho enquanto professora foi em Itaara, era contrato. Foi quando se emancipou, que era distrito de Santa Maria, né? Aí quando Itaara se emancipou, eles fizeram os contratos emergenciais e daí eu entrei como contrato emergencial.

Trabalho em Restinga Seca há 11 anos, esse ano (2023), no dia 23 de março, faz 11 anos. Na comunidade, lá na escola Manuel Albino Carvalho eu trabalhei cinco anos, depois eu fui convidada para ser diretora de uma escola, ficando ausente da escola quatro ou cinco anos, mas eu retornei para ali e agora faz uns seis anos que eu estou lá novamente, na comunidade, e conheço bem a comunidade [ênfase]. Eu conheço e eu trabalhei lá quando eu entrei, porque eu tinha na época, como eu tenho licenciatura em História e a professora de história deles se afastou por dois meses, eu fui convidada a dar aula de história lá, dava aula de manhã de história e de tarde eu dava

¹² Hospital Universitário de Santa Maria – UFSM.

¹³ Escola Municipal de Ensino Fundamental Euclides Pinto Ribas, localizada na zona urbana de Itaara, distante 61 km da Escola Municipal de Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

currículo¹⁴. Então, eu conheço bem a comunidade há muito tempo, quando eu iniciei, eu comecei na Dezidério¹⁵, aí eu dava de tarde na Dezidério e de manhã ali, de História.

Eu fui chamada em Restinga Sêca da seguinte forma: “Tu aceita trabalhar conosco, mas o teu nome ainda não saiu no diário? Tu vai ser a próxima a sair no diário, só que nós estamos desesperadas”. Foi a professora Antonina¹⁶ na época que me ligou. “Nós estamos desesperados porque não tem quem assuma a turma e tu é a próxima e a gente está tentando ver se tu assume antes de ser chamada”. Isso foi na Dezidério, era comecinho de março, primeiro de março que elas me ligaram. Aí, eu digo “não, eu aceito”. E ela disse “não, pode ter certeza que assim que teu nome sair no diário a gente oficializa e aí a gente te paga esses dias os quais tu trabalhou sem contrato, sem nada, a gente te paga retroativo”. E foi assim que foi, no dia 23 de março eu assinei o meu contrato, 23 de março de 2012, eu assinei a minha admissão lá e daí no final do mês eles me pagaram aqueles dias que eu tinha trabalhado.

E aí trabalhei em todas as escolas de Restinga Sêca¹⁷, porque eu tenho 20 horas de nomeação e sempre fiz 20 horas de suplementação e, a princípio, nos quatro, cinco primeiros anos, eu fazia 20 horas em história, sendo muito requisitada para trabalhar em história, porque sempre faltava. Uma vez eu trabalhei na escola por dois, três anos consecutivos. Quando ia fechar o meu contrato, elas já ligavam para a Secretaria de Educação e diziam “nós queremos a Alce (apelido) o ano que vem aqui de novo, já pode chamar, ela já vai ficar sabendo”. Eu amo o que eu faço, sou apaixonada, amo a nossa comunidade lá.

¹⁴ Aulas ministradas para turmas de 1º a 5º ano.

¹⁵ Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Dezidério Fuzer, localizada na zona rural de Restinga Sêca, distante 7,7km da Escola Municipal de Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

¹⁶ Antonina Garcia Cavalheiro, formada no Curso de Pedagogia – Licenciatura Plena no ano de 1979, pela Universidade Federal de Santa Maria, atuou na escola no cargo de professora entre os anos de 1977 e 1983.

¹⁷ Lista das nove escolas municipais de Restinga Sêca:

- Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho.
- Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Dezidério Fuzer;
- Escola Municipal Ensino Fundamental Francisco Giuliani
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Sete de Setembro;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Leonor Pires de Macedo;
- Escola Municipal de Educação Infantil Professor Edwaldo Bernardo Hoffmann
- Escola Municipal de Educação Infantil Gente Inocente;
- Escola Municipal Ensino Fundamental Três De Outubro;
- Escola Municipal de Educação Infantil Bela Vista.

Comecei na Manuel Albino em 2013, a professora Roseli¹⁸ foi diretora da escola e ela disse assim “Alce vem pra cá comigo que tem vaga”. E aí eu saí da Dezidério e fui para a Manuel, fiquei cinco anos ali. Nesses cinco anos eu fui chamada para ser diretora de uma escola no interior, Sete de Setembro¹⁹, porque não tinha diretora, a diretora abandonou. Foi uma função. E aí a minha irmã trabalhava na Secretaria de Educação, na época, na parte administrativa, ela tinha contrato e ela disse assim “atende o telefone, que vão te ligar, não sei o que que era, porque elas estão de cochicho lá dentro e eu não sei o que que é”. Aí a secretária de educação me ligou e disse “Alceri a gente está te convidando pra ser diretora da escola Sete de Setembro, lá na Vila Rosa”. Eu caí do cavalo, porque eu estava com tudo planejado. Eu já estava arrumando meus cadernos para o ano seguinte. Eu já estava ajeitando tudo para assumir 40 horas com duas turmas na Manuel Albino. Aí eu disse assim, “bom, eu só aceito, não vou ser diretora, vice eu aceito, se eu for vice e se eu puder ficar 20 horas em sala de aula e se eu não perder minha vaga na Manuel Albino. Se eu puder, quando terminar, eu retornar para a Manuel Albino”. Retornei para a escola em 2019.

Eu me recordo que na escola Sete de Setembro tinham dois irmãos que eram filhos de indígenas e a cultura deles era muito criticada, porque lá é uma colonização praticamente alemã e a cultura indígena é muito de cuidar um do outro, de família, de se proteger, eles têm muito essa coisa de comunidade, de tribo, muito tribal e tinha um olhar muito preconceituoso para esses dois alunos. Então, eu já tive essa vivência também na cultura indígena e é bem difícil para eles, tanto é que lá o menino que foi para mim era considerado o terror na escola, “Porque o Teonas não sei o que, porque o Teonas é terrível”, o Teonas foi para mim se sentindo terrível, sabe? E a gente professor, tem muito disso, tu que veste teu aluno, e daí eu fui despindo ele do terrível e terminei o ano com ele sendo um dos melhores alunos e depois elogiado pelos professores seguintes.

Essa cultura muito fechada faz com que as pessoas, é a tal história que tu me perguntou porque eu fui fazer história, fui fazer história justamente para me despir de preconceitos, porque quem é preconceituoso não pode fazer história, tu te despe de muitas coisas como professor de História, assim como sociologia, né? Que são, como é que eu vou dizer? São áreas que te fazem seguir outros caminhos e eu tinha muita dificuldade nesse meu decorrer de trabalhar com o

¹⁸ Roseli Dias Real, formada em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria em 1997, atuou na escola no cargo de diretora entre os anos de 2010 e 2012 e no cargo de professora entre os anos de 2005 e 2010.

¹⁹ Escola Municipal de Ensino Fundamental Sete de Setembro, localizada na zona rural de Restinga Sêca, distante 9,3 km da Escola Municipal de Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

currículo com os meus colegas de área, porque enquanto formação de currículo, eu via o aluno como um todo e o professor de área, e eu estou falando isso porque eu sou professora de área, o professor de área, ele engaveta o aluno, fechou a de Português, abre a de História, fechou Matemática, abre Ciências. Era um sofrimento nos Conselhos de Classe, porque eu via elas “ai, porque ele não sabe, que não sei o que”, aí como é que ele não sabia em Matemática nada e em Português ele ia bem? Havia uma disparidade muito grande. O bom de lidar em todas as áreas é que tu tem conhecimento de todas e tu consegue olhar pra todas com um olhar mais aberto.

Eu, enquanto vice-diretora, passei quase meio ano de vice-diretora, supervisora, coordenadora e tudo, porque as minhas colegas resolveram entrar em licença as duas - sem falar que a minha secretária estava de licença gestante e a minha funcionária estava de licença interesse [ri da situação]. Então, isso aí me fez ter uma visão de administração muito grande e de ver o que um diretor passa, porque é muito fácil, eu enquanto professor lá dentro da minha sala de aula, ficar dizendo “Ah, porque o diretor é isso”. Não, as coisas não são bem assim. Então, passar por todas as áreas te faz aprender. Eu sou muito aberta, então eu gosto de aprender tudo para eu poder falar com propriedade de todas as coisas. E é isso, foi isso que a história me fez, essa ideia de ser aberta a tudo, a todas essas situações. E dentro desses cursos também, que eu fiz sobre culturas, tanto de cultura indígena, fiz muito curso de cultura indígena, tenho muita leitura disso também. Eu leio muito e me preocupo muito com o fato da nossa escola não ter um currículo próprio.

Quando eu fui para a Manuel Albino eu sabia que ali era uma escola que estava dentro de uma comunidade quilombola, porque eu já tinha trabalhado ali com suplementação em história e eu já conhecia a comunidade. Nesse meio tempo que eu entrei, eu fiquei um ano trabalhando só 20 horas. No ano seguinte, faltou professora de história na Manuel Albino, que era a professora Maria Berenice²⁰, que ela entrou em licença devido a fazer uma cirurgia e eu fui convidada pela Secretaria de Educação para ser a professora de história nesse período da Manuel Albino. Eu já conhecia de passagem, mas fui conhecer a fundo a comunidade, foi em 2013 que eu trabalhei como professora de história ali, que eu dava aula do sexto ao nono ano, isso foi uma passagem rápida.

No ano de 2014, eu trabalhei na escola com suplementação, depois, em 2015 fui trabalhar direto com séries iniciais, trabalhava um turno ali e um turno eu dava história como flutuante nas outras escolas, foi assim que eu acabei conhecendo todas as realidades da cidade, de todas as

²⁰ Maria Berenice Almeida Crispan, formada em História – Licenciatura Plena e Magistério, atuou na escola no cargo de professora entre os anos de 1995 e 1999, 2003 e 01/2013, 07/2013 e 2020, no cargo de diretora em 1997, 1999, 2000, entre 2001 e 2003, 02/2013 e 06/2013 e 2014 e 2015.

comunidades. Fui vice-diretora e depois retornei ali um ano antes da pandemia. Trabalhei um ano tranquilo ali, como séries iniciais e na Francisco Giuliani²¹ também com séries iniciais. Depois, veio a pandemia, aí nós ficamos ausentes da escola. Quando retornamos naquele regime de poucos alunos, somente alguns, foram adaptações que nós tivemos que fazer, conosco e com os alunos. Muitas adaptações, muitas mudanças. Vieram as plataformas, vieram as aulas online, vieram os trabalhos em casa e foram muitas adaptações, mas a gente acaba se adaptando e estou bem feliz por ter retornado, graças a Deus, espero que agora a coisa ande.

Atualmente, eu atuo nas séries iniciais e eu vou te dizer assim, eu gosto de trabalhar, minhas idades preferidas são de 6 a 15. Eu já trabalhei com Educação Infantil, foi a minha segunda experiência agora no ano passado e não é o meu chão. A Educação Infantil que eu falo é de zero a quatro anos, porque pré-escola eu já trabalhei dentro do município e amo pré-escola, eu amo e amo séries iniciais, mas eu amo a história também. Então, as coisas foram me levando. E eu gosto muito de séries iniciais, porque tu consegue ver o crescimento do teu aluno dia a dia. É uma coisa que hoje não sabe e tu chega lá, amanhã ele não sabe, quando chega semana que vem ele já está sabendo e tu fica numa felicidade tremenda só de saber que ele aprendeu. Porque professor de séries iniciais ele tem muito disso, ele se aboba quando eles leem alguma sílaba, ele se encanta quando eles aprendem uma multiplicação, ele se encanta quando eles aprendem uma divisão, eu acho que é mais feliz para os professores, que para as crianças, porque quando eles aprendem a gente tem uma euforia tão grande, que é o meu, como é que eu vou te dizer? Não precisa antidepressivo, eu nunca tomei essas coisas, nunca, nunca. Não precisa essas coisas. Quando eu estou bem triste, eles aprendem uma coisa e já vem a adrenalina, eu fico feliz, já esqueço as tristezas.

Eu já tinha tido uma experiência em educação infantil dentro de Restinga Sêca como professora, fui chamada para substituir uma professora lá na outra EMEI²² e foi um fracasso para mim, porque eu não me sentia professora, eu me sentia cuidadora. Eu não conseguia ver esse crescimento na Educação Infantil, ela me dá uma sensação de que eu estou cuidando, sabe? E essa sensação me dá um vazio de ensinar, porque eu acho que toda criança desenvolve por si só. Se ela não tem problemas, ela vai. Claro que com orientação e tudo. Eu estou falando isso porque eu tenho um casal de afilhados gêmeos e o menino é autista. E a Rafaela está com três anos e Gabriel é

²¹ Escola Municipal Ensino Fundamental Francisco Giuliani, localizada na zona urbana de Restinga Sêca, distante 11 km da Escola Municipal de Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

²² Escola Municipal de Educação Infantil.

autista. A Rafaela desenvolve, assim, ela está na escolinha, mas ela tem um desenvolvimento, na criança é natural aprender a caminhar. Se ela não aprende dentro daquele período, ela tem problemas. É natural aprender a falar, é da natureza humana. E eu acho que eu, enquanto Educação Infantil, eu estava vendo que eu poderia até direcionar um pouco, mas eu não me via crescendo enquanto profissional dentro da Educação Infantil.

Eu trabalhei na Manoel Albino quatro anos com pré-escola, fiz quatro formaturas e eu amava meu prézinho, o segundo, o terceiro pré que eu formei lá foi praticamente alfabetizado, de tanto que eles tinham interesse, de tanto que eu desenvolvia e não que eu forçasse. Chegou em outubro e eles disseram “Profe, quando é que nós vamos copiar do quadro?” E eles eram prézinho, aí eu perguntei para minha supervisora “Olha, eles querem copiar do quadro, não tem problema?”. Ela disse “Não Alceri, tu tem que dar o que eles pedirem. Tu não pode forçar, mas tem que dar o que eles te pedirem”. Eu ensinei a fazerem a data, o nome, o alfabeto todo, eles saíram pré-alfabetizados da pré-escola. Então, a pré-escola tem isso, ela até faz esse crescimento, tu pega eles sem saber fazer uma bolinha, quando tu termina, eles estão pintando tudo dentro da linha, sabendo se portar no refeitório. Já na Educação Infantil, não consigo me achar num bebezinho, sabe? Porque eu acho que é natural dele mamar, engatinhar, tudo dentro do tempo dele. Claro que existe os, como é que a gente diz? Os incentivos, mas ele tem, toda a criança tem o tempo dela para isso.

As crianças também têm seu tempo para alfabetizar. Às vezes tu está desesperada, vamos no meu caso, a Amanda, que foi minha aluna no terceiro e no quarto, ela entrou no terceiro e não sabia ler, não estava alfabetizada, porque nós estávamos no ano de pandemia e era aqueles trabalhos e eu via que não era ela que fazia, era a mãe. Aí, quando ela voltou presencial, eu pedi para a mãe dela botar ela presencial, porque eu queria ter um diagnóstico. Eu via aquelas coisas perfeitas e não era bem assim. E aí foi uma luta minha e da mãe dela, porque eu pedi, agora tu me ajuda, não faz mais pra ela, faz ela ler e eu vou mandar atividade extra e manda vídeo dela lendo pra mim. E nós conseguimos alfabetizar a Amanda.

E o Otávio também foi nas mesmas condições, ir para o terceiro ano sem ser alfabetizado e aí me deu um desespero. Era desesperador, eu só pensava assim como que eu vou mandar eles pro quarto ano, que até então eu não sabia que eu ia ser professora do quarto ano, sem ser alfabetizado? Era desesperador, eu me desesperava e aí eu comecei a dar em cima e mandar atividade extra e fazer atividade em sala de aula e recuperar até conseguir alfabetizar eles no terceiro ano, os dois, aí no quarto só foi.

Na pandemia, essas atividades em casa, elas tiveram muito disso, tu era obrigada a corrigir, mas muitas vezes tu via que não era o aluno que fazia. Nós retornamos em 2021, em maio de 2021, naquele modelo de somente alunos que os pais permitissem. A Amanda e o Otávio eu tinha muito contato por já ter sido professora, porque eu fui professora deles no primeiro ano, eu era itinerante deles, era a Alexandra²³ a professora efetiva deles. Então, eu já tinha sido professora dessa turma, já conhecia os pais, já conhecia os alunos aí quando eu fui dar aula para eles eu já tinha esse conhecimento. Então, eu pedi para a mãe do Otávio, para a mãe da Amanda mandar. Foi um ano muito diferente, aquelas atividades enviadas pra casa, eu considerava um desastre, porque tu nunca sabia quem é que fazia realmente.

Na comunidade não tinha aula online, até porque tu sabe como é que funciona, né? Não temos internet para todos, nem todos tinham acesso, então a nossa escola foi uma das escolas que dentro do município não tinha acesso à internet, devido a situação socioeconômica da comunidade. Alguns tinham os pais que tinham telefone, que gravavam um áudio e me mandavam e era assim. Foi um período bem difícil, porque no retornar em maio, quando eu retornei, eu pedi pra alguns pais que eu tinha dúvida que mandassem, e realmente era bem desesperador, porque a gente não tinha contato com o aluno, o nosso contato com aluno era com os pais, nós fazíamos as atividades, enviávamos para a escola, a escola e imprimia, era marcado para alguns professores irem no dia da entrega, aí eles entregavam e pegavam o material que tinha sido entregue anteriormente e aí nós corrigíamos. Era marcado novamente um período, era 15 em 15 dias, daí nós entregávamos um, pegávamos outro para corrigir. Era esse o contato que nós tínhamos. Eu conseguia conversar com os pais, tipo a mãe do Otávio, ela me ligava e ela me mandava mensagem “Alceri estou preocupada que o Otávio não está lendo” essas coisas, mas esse contato a gente não tinha com o aluno.

Então, no retornar, quando a gente começou a retornar presencial que a gente viu realmente a situação, foi um ano bem difícil, muito difícil eu considero assim... quem achou, que diziam assim “a professora tá em casa, ganhando”. Eu estava louca para retornar, porque eu queria ver o que estava acontecendo. Professor não nasceu para lidar com papéis, eu sou uma que os papéis é o mínimo possível. Eu sou aquele que nasceu para lidar com alunos, para estar presente. Um dos

²³ Alexandra Marin Colpo, formada no Curso de Pedagogia – Licenciatura Plena no ano de 2001 pela Universidade Federal de Santa Maria, atuou na escola no cargo de professora nos anos de 2002, 2003, 2013, 2018, 2019 e 2022, no cargo de vice-diretora de 2013 a 2015 e no cargo de supervisora pedagógica nos anos de 2016 e 2017.

motivos que eu nunca quis ser diretora é porque eu não nasci para ficar atrás do gabinete. Eu tenho que ter esse contato e com a vice direção era só 20 horas. A vice direção me permite continuar dentro da sala de aula, trabalhei seis anos de vice-diretora e seis anos com outra turma no contraturno, porque eu não consigo me afastar da sala de aula.

Cada um tem as suas limitações, as minhas limitações são os papéis. Eu me considero uma pessoa organizada, as coisas são tudo organizadinhas, eu enquanto professora preciso ter um diário, eu não consigo organizar minhas ideias se eu não organizo num caderno, para mim é desesperador eu chegar numa sala de aula, mesmo que eu saiba tudo que eu vou dar, isso era em história também, mesmo que eu soubesse tudo que eu ia dar, tudo, está tudo na minha cabeça, mas era desesperador se eu não tivesse o meu diário com tudo ali registrado. Eu sempre fui assim. E é uma coisa que eu não me acho nessa plataforma, porque para mim eu precisaria ainda do caderno de chamada, aquele, sabe? Que eu registrava tudo o que eu fazia em sala de aula, eu necessito disso. É meio antiquado, mas eu necessito disso, eu preciso lidar com papéis, mas dentro do meu cotidiano, que seja o papel que eu vou lidar final de semana para planejar aula, porque eu sempre planejei toda a minha semana no final de semana, eu deixo para dar as pinceladas no decorrer da semana, mas as minhas aulas são prontas no sábado de tarde ou as minhas folhas são impressas em casa no domingo, tudo separadinho, segunda, terça... nos saquinhos. Pronto! Segunda-feira eu boto tudo dentro da mochila e vou para a escola e deixo tudo lá, minhas aulas prontas. Eu preciso dessa organização, preciso lidar com papéis dentro dessa organização, agora aquela história de aluno que entra, aluno que sai, aluna que não sei o que, matrícula e rematrícula, não me acho nisso.

Quanto a formação continuada relacionada a questões étnico-raciais a Restinga Sêca proporcionou alguns cursos, ano passado a gente teve um. E alguns extras que eu, eu procurei. Eu acredito que agora, esse ano a gente vai ter uma grande mudança, eu acho que esse ano Restinga Sêca vai se modernizar nesse sentido de ter um olhar mais direcionado para a cultura quilombola. Eu espero que isso aconteça, porque uma coisa que me preocupa muito na nossa escola é que a nossa escola está inserida dentro de uma comunidade, mas ela não é uma escola quilombola, e ela não sendo uma escola quilombola, eles podem fazer o que quiserem. A partir do momento que ela se tornar, se efetivar como uma escola quilombola ela não pode ser mexida mais. Ela está inserida dentro de uma cultura e no momento ela não é uma escola quilombola, isso me preocupa muito, porque ela está inserida, mas ela não é uma escola quilombola. E teria que vir verbas a mais para a escola se ela fosse. A merenda seria diferenciada e o currículo seria diferenciado também. Então,

eu acho que tem muito que lutar, a comunidade e a atual direção para conseguir, e eu acho que Restinga só teria a ganhar. E tu imagina o quanto a cidade, em termos de cultura, ia ganhar em ter uma escola quilombola. Eu acho que o olhar até do Brasil ia mudar em relação à cidade. Só que eu não entendo o que ou qual o entrave que tem disso, o que entrava isso? Não sei se é política, mas tem um entrave no meio do caminho.

A comunidade, na época que eu comecei a trabalhar lá, eles eram muito acomodados. Tipo assim, o que vinha estava bom, porque veio as casinhas para eles, né? Deram a construção ali, veio o loteamento e aí eles recebem, não sei se ainda recebem, mas recebem sim, uma cesta básica, do pouco conhecimento que eu sei da comunidade era assim. Então, eles se conformavam muito com isso. Essa nova geração que está aí, eu acho que está mais consciente de que a escola precisa ser uma escola quilombola, e isso é uma coisa que eu tenho falado muito. Eu falo com os pais, eu tenho falado muito, porque nós temos lideranças políticas ali, o seu Potácio²⁴ é uma liderança política, ele já foi vereador. Eu fui professora lá quando ele era vereador em Restinga. Então, assim, acho que tem liderança para isso ali. E se eles aprenderem, se eles descobrirem a força, a Restinga só tem a ganhar com isso, porque é uma comunidade muito rica de cultura e muito atípica, é uma cultura deles. Eu falo isso porque eu fico impressionada, como eu tenho várias visões de todas as escolas e das comunidades, eu trabalhei bem no interior, que é a Escola Sete de Setembro, que é lá no fundo da grotá²⁵, como se diz. Essa é a escola que os alunos do sexto ao nono ano foram transferidos, é uma escola bem no interior, uma escola linda, a primeira do município é linda, linda, é a escola mais linda do município, é aquela lá.

Assim, eu vejo coisas, traços da cultura deles, que é só deles e eu falo isso porque, no ano passado, a Marli²⁶ e a Rosemari²⁷ estavam comigo ali na pracinha da frente, na ginástica e era dia que tinha, eu acho, uma reunião da comunidade no centro comunitário, e vinha vindo as senhoras, era da terceira idade, vós, tias, madrinhas, enfim, e eles estavam todos brincando, quando eles enxergaram as vós, tias, madrinhas “Profe, nós vamos lá pedir a bênção pra vó, nós vamos lá pedir

²⁴ Roberto Potácio Rosa, colaborador dessa pesquisa.

²⁵ A expressão “fundo da grotá” é utilizada para se referenciar a um local distante, por vezes de difícil acesso. Há uma música muito conhecida no Rio Grande do Sul que se chama “Do fundo da grotá” (Baitaca, 2019). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EtTbS-KdcrE>.

²⁶ Terezinha Marli dos Santos, formada em Magistério pelo Instituto Olavo Bilac, em 1969, possui Licenciatura em Química e licenciatura em Biologia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), em 1973 e 1975, respectivamente, atuou na escola no cargo de professora de 2007 a 2012, no cargo de diretora de 2013 a 2021 e no cargo de vice-diretora de 2022 até o presente momento (abril/2024).

²⁷ Rosemari Vargas Siqueira, formada em Educação do Campo no ano de 2014 pela Universidade Federal de Pelotas, atuou na escola na função de professora nos anos de 2021, 2022 e 2024.

a bênção pra madrinha” e eu digo “Tá, então eu vou lá pedir a bênção pra tia Senira²⁸, também”, que a tia Senira foi nossa funcionária, a tia Senira é um anjo, é um amor, eu amo demais e eu digo “Tá, vou lá pedir a bênção pra tia Senira, também” e eles riram. Aí eu digo “Tia Senira, todos vieram pedir bênção pra alguém, eu estou lhe pedindo a sua bênção também” “Deus te abençoe minha fia” ela disse. E é uma coisa só deles, essa coisa de família, de se protegerem e se cuidar, e isso é deles, isso é da comunidade, isso eu não vi em comunidade nenhuma. E eu já trabalhei em comunidade rural, já trabalhei em comunidade urbana e é algo, essa coisa de família, até porque ali é tudo uma família. É filho de prima, de primo, de irmão, de não sei o que, de tio, vira tudo em uma família.

Ali eles têm muito disso, de se cuidar e se proteger e não tem isso nas outras comunidades, até existe assim um certo grau de união nas outras comunidades, mas não é essa coisa de família, sabe? Não tem. Tem assim a minha família, eu, minha mãe, minha irmã, meu marido, a minha família, mas não tem a minha prima, meu tio, minha avó, meu bisavô, sabe? Minha madrinha, meu padrinho. Essa cultura não tem, é só ali, é próprio da comunidade ali, minha dinda²⁹, meu dindo³⁰, minha avó, minha bisavó. Uns cuidam dos outros e a avó cuida dos netos e a bisavó dos bisnetos e é uma coisa da comunidade e isso é muito bonito ali, é uma coisa que me prende muito ali.

No entanto, a escola possui o mesmo currículo que as outras escolas municipais, pois o município possui um currículo padrão e a meu ver nós tínhamos que ter um currículo próprio, porque o nosso aluno é diferente. Não adianta dizer que é igual. Não adianta eu ir lá naqueles cursos, naquelas coisas bem bonitas lá e apresentar uma coisa que o aluno fez igual ao outro aluno. Ele não é igual, ele já vem de uma comunidade diferente. É isso, e é isso que eu gostaria, que a nossa escola se tornasse uma escola quilombola, era o meu sonho. Não sei se eu vou me aposentar e vou ver isso, mas é o meu sonho ver, para ela ter uma especificidade, uma identidade, porque ela não tem uma identidade, ela é igual às outras. Ela tem um horário igual aos outros, teria que ser diferenciado, porque tu percebe ali que quando chove muito, por ser uma comunidade onde não tem transporte, porque eles moram lá, eles dizem perto, mas o perto, para um lugar com barro, como daqui a digamos a Presidente Vargas³¹, que dá mais ou menos um quilometro de distância,

²⁸ Senira dos Santos da Silva, moradora da comunidade quilombola São Miguel, trabalhou na escola no período de 1986 a 2014 como servente.

²⁹ Forma de se referir a madrinha.

³⁰ Forma de se referir a padrinho.

³¹ Avenida Presidente Vargas, localizada na cidade de Santa Maria.

um período de barro e chuva é inaceitável que uma criança atravessasse. Então, ela teria que ter horários específicos. Eu acho que ela teria condições de ser uma escola núcleo, onde os alunos pudessem ficar o dia inteiro, sabe? Eu acho que teria. Eu vejo tudo dessa forma, mas tudo é uma questão política, social, enfim.

A nossa diretora anterior, não vou mencionar nomes, ela por ser negra, ela não tem essa identidade com eles. Não sei se já deu para perceber isso assim. Ela não tem. E ela não lutou por isso. Ela ficou anos ali, acho que ela foi diretora dez anos e ela nunca lutou por isso, sabe? Precisa de alguém que olhe com esses olhos. Ela se inseriu dentro do sistema e inseriu eles dentro do sistema. Enfim, foi isso. Deu no que deu, que a escola acabou perdendo os alunos.

Eu acredito que se a partir do momento em que a escola for uma escola quilombola, como é que eu vou te dizer? Porque ela é uma escola do município, uma escola que faz parte da Secretaria da Educação e que não tem uma outra denominação. Eu acho que a partir do momento em que ela fosse, que ela se tornasse, se denominasse uma escola quilombola, porque ela está inserida dentro da comunidade, acredito que teria mais formas de lutar por um currículo melhor, que abordasse mais as questões quilombolas. Por uma alimentação diferenciada. Enquanto ela for uma escola do município, ela vai ser tratada como escola do município e vai reter essas ações. Ela vai ser tratada igual às outras, tipo, bota tudo num saco e se segunda-feira é para estar lá, a segunda é para estar lá e não importa se tem um barral, se está chovendo.

E se ela viesse a ser denominada uma escola quilombola, sem dúvida isso daria muito mais força para a comunidade. Acabaria essa história de eles serem flutuantes, porque tu já percebeu ali que eles são muito flutuantes. Eles vão e vêm durante um ano, três, quatro vezes, né? Eu acho que eles teriam mais amor, mais apego pela raiz deles ali. Isso fortaleceria as comunidades quilombolas ao redor também, porque Restinga têm mais duas comunidades quilombolas³² além de São Miguel. A partir do momento em que Restinga Sêca tivesse uma identidade cultural negra, porque no hino³³

³² Comunidade Quilombolas Rincão dos Martimianos e Comunidade Quilombola Vó Fermina e Vó Maria Eulina.

³³ Hino

Hino oficial de Restinga Sêca

Letra: Jaime Brum Carlos

Música: Danilo Batista e Erlon Pérciles

Ecoou ao longe o apito do trem
Que parecia deslizar sobre os seus trilhos
Com a emoção de quem espera na estação
Restinga Sêca abriu os braços pra os seus filhos

está escrito o branco, o africano e o alemão. Mas o branco, o alemão e o italiano, têm o seu reconhecimento no município e o negro não. O hino fala sangue miscigenado “Entre o branco, o africano, branco e o alemão”. Não lembro direito bem o termo, mas ele fala em etnias, mas o africano está lá, entendeu? O alemão tem a sua cultura, tem dança... Vai nas festas, se não tem a fantasia da polonesa, e não sei o que. Tem o samba? Eu nunca vi.

Eu acho que hoje a comunidade está bem mais inserida dentro da escola. Ela já teve bem mais afastada, sabe? E eu acho que a Maristani³⁴, essa nossa atual diretora está trazendo mais a comunidade. Hoje eu sinto que a comunidade está mais inserida na escola, a comunidade participa mais, ainda acho que pode ser feito muito mais, mas eu acredito que a gente está caminhando para isso. Em 2013, quando entrei na escola, era mais afastada da escola. A escola servia para as festas, tipo assim, a festa Junina que tu viu ali nas fotos. A comunidade participava mais das festas e eles não se inseriam como membro participante atuante na escola. Hoje eles são mais atuantes, hoje [ênfase] tem mais, são bem mais atuantes. A comunidade participava, brincava, comia e tudo, mas dentro da organização era muito, muito pouco, sempre teve alguns que participavam, mas muito pouco, hoje tem muito mais. Antigamente, eram bem poucas as pessoas da comunidade que se

Veio o luso fecundar as sesmarias,
Com o negro, o italiano e o alemão
Lágrima e suor e o sangue miscigenados
Forjaram a seiva restinguense neste chão

Restinga Sêca és o berço do progresso,
Onde a pecuária é parceira das lavouras
o colorido das pelagens se confunde
com um sorriso angelical de espigas louras

O seu passado é um cenário de glórias
De ilustres filhos que venceram os desafios.
Pra nos legarem esta paz e esta beleza
Da sua paisagem debruçada entre dois rios

Pela manhã vibram sinos e trinados
Num chamamento ao trabalho e à vigília
E à tardinha o apito das indústrias
É um convite ao aconchego das famílias.

/: Restinga Sêca és o berço do progresso,
Onde a pecuária é parceira das lavouras
o colorido das pelagens se confunde
com um sorriso angelical de espigas louras :/(Restinga Sêca, 2022).

³⁴ Maristani Machado Pinarelo, formada em Letras Espanhol e suas respectivas Literaturas (2002). Atuou na escola Manuel Albino Carvalho de 2005 até 2010 como professora de espanhol, retornou em 2019 e ficou até 2021 na função de professora. No ano de 2022 assumiu o cargo de diretora, onde se encontra até o atual momento (março de 2024).

predispunham a participar. Hoje eu sinto que os pais participam mais nas reuniões, que os pais vão mais, se preocupam mais com a vida dos filhos, antes era muito distante, não existia essa preocupação. O pai, o pai em si, a figura paterna, hoje ela ainda participa, antigamente muito pouco participava.

Atualmente, a escola está sendo muito importante para a comunidade, eles estão valorizando a escola. Quando eu entrei, há 10 anos atrás, a escola era só escola, um lugar para reunir, para fazer a festa junina, sabe? Não tinha um papel social, hoje ela tem, evoluiu bastante. Hoje eles consideram que a escola tem um papel fundamental social para eles, tanto para discutirem, como para se encontrarem, para fazerem festa, para chorarem juntos. Hoje eu considero que a escola, digamos que de uns cinco, seis anos para cá, a escola tem se tornado, se fortalecido para a comunidade e que antes não tinha esse papel importante que hoje ela tem. Antes ela era apenas escola. A comunidade e a escola eram coisas distintas, a escola estava ali só para fazer a festa junina e, quando tinha, não tinha essa relação que tem hoje.

Sobre a minha relação com a escola e com a comunidade, eu sou suspeita para falar, porque eu gosto muito deles. Eu conheço eles há muito tempo, para mim são parte da família, eles me consideram parte da família, porque “Ah professora não sei o que, ah a Alceri, ah lá vem a Alceri, lá vai a Alceri” [simulando falas das pessoas da comunidade e ri]. Então, eu tenho um relacionamento muito bom com eles. Tenho contato direto com os pais dos meus alunos, quando peço algo eles são muito solícitos e é para qualquer coisa que precisar.

Acredito que todos nós temos um jeito para fazer as coisas. Tem o jeito de ser, tem o jeito de pedir, tem o jeito de tudo, né? Eu posso solicitar o que eu quiser deles, que eu sempre consegui, mas é que eu tenho um certo cuidado de evitar, eu nunca confronto, quando eu vejo que existe um conflito, eu procuro mediar e não confrontar. Procuro fazer com que eles entendam o que eu preciso sem confrontar. Eu não tenho confronto direto, nunca tive, com nenhum deles, sempre que alguma coisa surgia que ficava meio, como é que eu vou te dizer? Alguma coisa que ficasse meio, eu dava um jeito de começar a mediar, a ter um certo jogo de cintura, porque ali na comunidade também tem que ter um certo jogo de cintura, por eles terem sofrido muito, eles são pessoas muito na defensiva, eles estão sempre na defensiva. Pra ti conquistá-los eles têm que entender que tu está no nível deles. Tanto é que eu já ouvi várias vezes, várias festas, ouvi conversa deles, entre eles “A Alceri é igual a nós”, sabe? “Ah, a Alceri é igual a nós”. Porque eu ando de pé descalço, porque eles me veem varrer, porque eles me veem lavar louça, porque eles veem, sabe? Tu não pode criar

distâncias, tem que encurtar distâncias entre a gente e eles. E o que encurta distância é saber agir, saber como. Então, eu tenho um bom relacionamento, sempre tive, porque eu sei encurtar essas distâncias.

Eu vejo que eles ainda não têm muita consciência sobre ser uma comunidade quilombola, sabe? Eles têm a identidade deles como negros, agora [ênfase]. Porque eles tinham um certo preconceito entre eles. Existia isso. Assim, de não se aceitar enquanto negro, entendeu? Hoje eles têm uma identidade maior. Se a escola ajudou? Ajudou, mas acho que a escola poderia ajudar muito mais a essa identidade. Eu os vejo com todas as características, mas eles recém estão começando a se ver enquanto quilombolas, porque eles eram muito assim, porque a gente é, mas nem sabia o que era ser um quilombola. Eles diziam a gente é, a gente tem direito, mas era muito pelo que eles recebiam, tipo a cesta básica, a casa que eles receberam, o loteamento, enfim, era muito por o que eles recebiam e não pela consciência do ser enquanto quilombola, o ser negro. Hoje eu percebo que existe essa consciência, está se criando essa consciência, mas antigamente, não. Existia só pelo fato de receber as coisas. Hoje eles têm mais orgulho da sua história. Eles não tinham orgulho da sua história, e eu acho que isso foi a escola que fez, por valorizar a cultura deles e é isso que eu digo, que eu retomo esse assunto, que me torna repetitiva, que Restinga poderia fazer mais. Atualmente, eles sabem que ali é um quilombo, porque a gente enquanto professor, coloca isso, o porquê é que é chamado, como se fundou e tudo.

Eu conheço o pessoal da capoeira, o pessoal da dança que é a Denise³⁵ e as gurias ali fazem parte. Eu conheço o pessoal da capoeira que o Juliano³⁶ faz parte. Eu conheço, até por causa das nossas festividades, a nossa cultura ali das festividades anos a fio. Eu acho que ter uma associação, ter esses grupos firma mais a cultura deles. Vai passando de geração a cultura, sabe? Porque, como eu te falei, hoje em dia eles se identificam mais, as crianças têm mais essa identidade que as crianças da minha época, quando comecei lá.

O grupo de dança e o grupo de capoeira não têm relação com a escola, são coisas particulares dali, faz parte da associação e o vínculo que eles têm com as escolas são professores e alunos que fazem parte da comunidade, que fazem parte do grupo de dança, do grupo de capoeira e da Associação.

³⁵ Denise Maria Rodrigues Vieira, colaboradora dessa pesquisa.

³⁶ Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa.

O professor da capoeira, o mestre procura saber como os alunos estão na escola. Ele faz isso. Ele tem muito isso, porque na capoeira ele atrela muito a disciplina. Inclusive, se teve algum problema de disciplina na escola, ele tem as regras no grupo de capoeira. A dança, eu não sei, mas eu acho que não, porque na dança as filhas das dançarinas, que acabam se tornando dançarinas também e acabam criando uma coisa mais geracional.

A nossa escola já foi um caos, porque depois que caiu o pinheiro, isso foi em 2013, nós ficamos três anos, dois anos com a escola toda depredada, parecia uma tapera. Hoje ela é muito mais estruturada do que antigamente, porque ela era toda de assoalho, ela tinha um piso horrível, ainda é aquele piso horrível ali nos halls de entrada, aquele piso ali precisa ser modificado. Tá horrível. As gurias reclamam muito da sujeira, porque parece que não limpa, né? Mas quando eu entrei era uma quadra aberta, tinha Educação Física na quadra aberta, quando chovia, não tinha aula. Mas daí agora, hoje ela tem uma estrutura física muito melhor. Antigamente era bem precária, mas sempre foi uma escola de poucas condições. Ela sempre foi uma escola, digamos que hoje em dia, o município tem um olhar um pouquinho melhor, mas o município não tinha um olhar para aquela escola. Ela nunca foi uma prioridade.

Eu tenho visão de todas as escolas, por já ter trabalhado em todas, eu sentia que a nossa escola não tinha esse cuidado que as outras tinham. Tipo, a Desidério quando eu comecei lá era a menina dos olhos de Restinga Sêca. E aí eu trabalhava na menina dos olhos e na outra que era marginalizada. Dava para ver bem o tratamento, a diferença de tratamento.

Eu gosto muito de trabalhar na Manuel Albino, porque tu consegue ter uma certa autonomia entre aspas para ti fazer o teu trabalho, sabe? O nosso cotidiano ali é muito assim, é tu chegar, tu vê os pais, tu entra, conversa com os pais um pouquinho e daí tu vai para tua sala de aula, tu traz, como eles são muito família, eles perguntam “Professora, como é que tá sua mãe? Como é que...”. Quando eu tinha mãe, “Como é que está a sua irmã e o seu marido? Professora, o que ele faz?”. Eles perguntam muito da tua vida pessoal e tu acaba levando a tua vida pessoal para a escola. Não que tu misture, mas tu acaba levando o teu cotidiano pessoal. “Ah, professora o que é que tu almoçou hoje, professora? O que é que tu gosta de comer?”. Muito esse cotidiano teu, de casa, da tua vida pessoal, até às vezes para incentivar eles a determinadas situações “Ah, eu gosto de correr, eu gosto de caminhar, eu gosto de...” sabe? “Eu gosto de animais”, eu falo muito de animais para eles, porque eu gosto de desenvolver essa afetividade que eles têm que ter por animais, esse cuidado, essa sensibilidade.

O meu cotidiano é muito assim, de chegar e evoluir a minha aula dentro do que eu planejei, conforme a situação que vai ocorrendo. Porque ali é muito atípico, né? Às vezes tu chega ali, tem dois velórios na porta da escola, aí eles querem falar sobre o que foi e como é que foi o acidente, se foi acidente. Tem muito isso de envolver o que está acontecendo, se acontece um acidente, eles têm que falar tudo daquilo ali. O teu andar da carruagem, da tua sala de aula vai de acordo com o andar da vida deles, inserindo dentro do que planejou, mas nunca sendo exatamente o que tu planejou.

Acredito que pela minha formação no curso de história, eu sempre fui muito de vincular muito a realidade deles. Dentro do meu cotidiano sou uma professora que converso muito com meus alunos e tenho um grande conhecimento com eles e, principalmente, com os pequeninhos. Na minha segunda-feira sempre foi assim, eu chego, sento e pergunto o que fizeram no final de semana, como foi o final de semana, vamos conversar. Sou muito de trazer o conhecimento de fora para dentro, o que eles trazem de conhecimento para poder colaborar com meu.

Eu sempre fui muito afetiva, isso já deu para perceber, sempre atrelei a aprendizagem à afetividade. Eu sempre pensei assim, quando tu não gosta do professor, tu odeia a matéria. Por que eu estou falando isso? Eu tinha um professor no Ensino Médio de matemática que eu odiava ele e eu odiava matemática. Então, sempre atrelei a aprendizagem à afetividade. Eu acho que um aluno aprende muito mais quando confia em quem está ensinando, quando ele acredita, quando ele tem um afeto por quem tenta ensinar. E dentro do meu cotidiano escolar sempre foi isso. Meus alunos sempre sabem muito da minha vida e eu sempre soube muito da vida deles. Eu acho que, uma porque eu saio de manhã e só volto à noite, eu vivo dentro da escola e a minha morada em casa é só para dormir, né? [ri]. Mas eu praticamente vivo dentro da escola, então meu cotidiano escolar sempre foi relacionado ao meu cotidiano familiar, a contar, a conversar, a dialogar com meus alunos, sempre relacionei muito isso, muito diálogo, muita conversa. Levar as coisas muito a sério, trazendo experiências da vida. Então, procuro relacionar as coisas para auxiliar eles dentro do aprendizado deles.

Então, dentro da sala de aula tu acaba abordando as questões da comunidade, a gente acaba conversando sobre o assunto, entrando dentro daquele assunto, discutindo aquele assunto, indo na raiz, se é um problema social ou se é um problema que “ah professora, porque lá assaltaram”, mas a gente acaba conversando muito isso do cotidiano deles, trazendo dentro do cotidiano deles isso e discutindo assuntos deles. Da “ah professora, porque meu vô é diabético, por que tem tanto

diabetes?”. Tu sabe que ali tem muito incidência de diabetes na comunidade e faz parte da etnia também, do negro ter isso. E, então, a gente discute até isso, às vezes, quando eles perguntam “Professora, meu pai tá, meu vô, minha vó tá muito doente”. A gente traz muito isso dentro do contexto, eu contextualizo muito e eles querem falar, então vamos falar para esgotar o que tinha para falar, para depois a gente continuar. Os alunos trazem temas e a gente continua, a gente acaba abordando na nossa sala de aula isso.

Nas aulas de matemática eu tenho muito cuidado porque eles têm uma grande dificuldade de aprendizagem e eu tenho muito cuidado de trazer o prático, de trazer o concreto. Eu tenho muito pauzinho de picolé dentro da minha sala de aula, muito isso de fazer coisas com eles, tipo assim, quando eu iniciei a tabuada de dividir, eu pegava eles, fazia círculos e dividia eles, usar muito o concreto, usar muito exemplo deles, por exemplo assim, quando nós íamos fazer um probleminha, pegava um probleminha que envolvia a cultura deles ou doces que eles faziam, ou os jogos que eles faziam dentro da cultura deles, eu não pego nada aleatório, por exemplo a vó fez tantas cocadas, eu comi tantas. Eu procuro muito inserir isso dentro da cultura deles e usar muito concreto. Eu faço isso nas aulas de matemática, inserindo alguma coisa dentro da possibilidade em que o conteúdo me proporciona.

Na escola eu sempre fui de Conselho, quando eu não sou de Conselho Escolar, eu sou de CPM³⁷, porque eu sempre fui a fixa, né? Então, assim eu acho que agora com esse novo pessoal, com essa nova direção tem mais reuniões. A Marli não era muito de fazer reunião, a Marli era de tomar as decisões por ela, com a comunidade, eu estou falando em CPM, Conselho Escolar e tudo, acho que a Maristani fez uma mexida nisso, porque a Marli não era muito, eu não sei, não estou fazendo uma crítica, apenas uma observação, se é pela formação militar dela, ela era de ditar as regras e as regras serem seguidas. Então, não sei se é por causa da formação dela ou sei lá, mas eu percebo que agora abriu mais para reuniões, enquanto professora, eu nunca tive queixa disso, a gente sempre teve bastante reuniões, mas eu, enquanto participante, membro dali da escola e membro escolar, eu acho que agora está mais aberto, porque a Marli, antiga diretora, não é muito de abrir, ela tomava a decisão e pronto.

Em relação às reuniões com os pais, sempre nos deixaram à vontade, quando a gente acha necessário, eu quando acho necessário, eu convoco. Quando percebe que precisa para o andamento de todos da sala de aula, mas como ali não tem problema de disciplina, nem de nada, geralmente,

³⁷ Círculo de Pais e Mestres.

se tem alguma coisa a gente conversa com pai, pede para a mãe ir e agora com mais a facilidade do celular, tu resolve, até porque eles têm que trabalhar e não tem horário e, às vezes, a gente conversa por telefone também. Então, assim eu acho que dentro eu nunca tive problemas, se eu precisasse solicitar uma reunião, as gurias, a direção sempre me deixaram aberta, elas aceitam. Se acho que preciso, então vamos fazer, mas a gente tem reunião no começo do ano com os pais, aí depois, se tu acha necessário, no andar do trimestre fazer uma reunião devido a um problema, mas é bem difícil, e depois na entrega de parecer que a gente reúne todos e conversa. Mas, ali é muito aberto para nós professores quando achar necessário e os pais vão, os meus sempre vão. Todos.

Eu me realizo muito na escola, me encontro lá, claro, como eu já disse, há muita coisa que deve ser construída, mas eu sou muito feliz com os meus alunos, com a comunidade, com os meus pais, com todos. E eu acabo conhecendo toda a família, porque eu acabo convivendo com os filhos, depois vem os netos, depois os sobrinhos e por aí vai. Então, eu tenho uma relação muito boa e sou muito satisfeita com o meu trabalho, estou sempre pensando o que eu posso fazer para melhorar.

A escola já teve outros professores que são da comunidade, isso aconteceu quando a escola tinha projetos, quando tinha o Mais Educação³⁸. Os professores desses cursos que faziam parte do Mais Educação eram da comunidade, era a Fabiana³⁹, a Denise, o Juliano, que era professor de capoeira, era o pessoal da comunidade. Foi o que foi trazendo mais a comunidade para a escola. Isso aconteceu em 2011, 2010, por aí, foi o período que tinha o projeto Mais Educação que foi pelo governo federal. Mas nessa época eram só os professores do projeto, não tinha nenhum professor contratado ou concursado da comunidade, até porque ninguém era formado ali, a Denise veio a se formar posteriormente, a Fabiana também, não tinha nenhum professor formado ali da comunidade. A Fabiana também já trabalhou na escola, no período da pandemia, como contratada.

Quanto à minha posição no mundo. Eu não tenho uma posição no mundo. Eu acho que eu sou uma pessoa que veio de uma educação muito rígida, mas de duas cabeças muito para frente

³⁸Art. 1º Instituir o Programa Mais Educação, com o objetivo de contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos.

Parágrafo único. O programa será implementado por meio do apoio à realização, em escolas e outros espaços sócio-culturais, de ações sócio-educativas no contraturno escolar, incluindo os campos da educação, artes, cultura, esporte, lazer, mobilizando-os para a melhoria do desempenho educacional, ao cultivo de relações entre professores, alunos e suas comunidades, à garantia da proteção social da assistência social e à formação para a cidadania, incluindo perspectivas temáticas dos direitos humanos, consciência ambiental, novas tecnologias, comunicação social, saúde e consciência corporal, segurança alimentar e nutricional, convivência e democracia, compartilhamento comunitário e dinâmicas de redes (Brasil, 2007, p. 02).

³⁹ Fabiana Leonir Rosa, colaboradora dessa pesquisa.

para a época deles, meu pai e minha mãe foram me direcionando, eles me apontaram o caminho e eu fui seguindo. E durante esse caminho eu aprendi a ser uma pessoa que se posiciona contra as injustiças sociais, sejam elas quais forem. Seja social, seja econômica, seja étnica. Eu sou muito guerreira em relação a isso, então eu me posiciono diante do mundo como uma pessoa que batalha para que o mundo seja um pouquinho melhor depois de mim. Ele tem que ser um mundo melhor do que aquele em que eu vivi, aqueles que eu ensinei, que eu plante uma sementinha, seja ela de não preconceito social, racial, sexual, seja o que for, seja ela de amor, amor ao próximo, amor aos animais, amor à vida.

Então, eu acho que minha missão é essa, é ser professora para plantar uma sementinha. Hoje, eu me vendo nos meus alunos, eu vendo uma aluna minha que hoje é advogada, da minha primeira turma, que batalha pelos animais, isso já me valeu a pena, é isso, valer a pena, fazer o meu trabalho. Olhar para o que eu construí neles e ver que valeu a pena, olhar que eles são gente do bem, que eu sempre disse assim para os meus alunos, não importa se tu é lavadeira, cozinheira, faxineira, advogada, doutora, professora, sejam pessoas do bem, não importa o que você seja. E ano passado, quando o irmão de uma aluna minha, ex aluna minha, sentou perto de mim e disse “Professora”, eu digo “Vini” ele disse “Como é que você não me reconheceu?” e eu “Claro que te reconheci”, ele disse “A Angélica mandou um abraço para a senhora, ela já se formou advogada e hoje ela luta pelas causas dos animais”. Eu digo, pronto, está aí a minha posição no mundo, é construir mentes que pensam por si e que façam suas escolhas certas. Eu me posiciono assim.

5.2.2 Referências

BAITACA. "Do Fundo da Grotá": Baitaca. YouTube, 26 de outubro de 2019. 05min16s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EtTbS-KdcrE>. Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. **Portaria Normativa Interministerial nº- 17, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf. Acesso em: 25 set. 2024.

RESTINGA SÊCA. **Hino**. Restinga Sêca: Prefeitura Municipal de Restinga Sêca, 2022. Disponível em <https://www.restingaseca.rs.gov.br/o-municipio/simbolos>. Acesso em: 25 set. 2024.

5.3 “MUITAS VEZES, VOCÊ FALA E FICA ECOANDO, ECOANDO E NÃO...”

Figura 14 – Foto da colaboradora Adriela de Souza Brito Rosa



Fonte: acervo da colaboradora.

No meu primeiro dia de campo, assim que entrei na sala dos professores da escola Manuel Albino Carvalho me deparei com uma conversa acontecendo, nessa conversa uma pessoa estava contando como descobriu que estava grávida de gêmeos. Essa pessoa era Adriela, que viria a se tornar uma das participantes desta pesquisa. Deste modo, um pouco inusitado, posso dizer, foi que a conheci. Então, a cumprimentei, me apresentei e a parabeneizei.

Ao longo do segundo semestre de 2022, Adriela realizou o seu estágio final do curso de Pedagogia na escola, então acabei tendo bastante contato com ela por esse motivo. Ela era uma das pessoas que enquanto eu estava digitalizando as fotos antigas da escola, fato que contei como aconteceu em um outro caso deste trabalho, ficava folheando e comentando sobre as pessoas que estavam nelas, sobre o que eram aquelas fotos, qual evento estava acontecendo, quando foram tiradas. Quando ela encontrava uma foto sua ali no meio, afinal ela estudou na escola, mostrava para as professoras e para mim, contando a história que foi registrada por aquela fotografia.

A ideia de entrevistar Adriela não partiu de mim, mas sim de sua sobrinha, Geisila, pois segundo ela, a sua tia conhecia muito sobre a comunidade e sobre a escola, pois viveu praticamente

toda sua vida na comunidade e era agente comunitária de saúde, fato que nunca havia sido comentado nas conversas que tive com Adriela. Então, sabendo dessa informação relacionada ao trabalho dela e um pouco sobre sua relação com a escola, a convidei para fazer parte da pesquisa e ela aceitou.

A entrevista aconteceu na casa da Adriela no dia 17 de fevereiro de 2023. Era um dia nublado, enquanto estava em sua casa até choveu um pouquinho. Eu fui até lá caminhando, seguindo as instruções que ela havia me passado, no meio do caminho me deparei com uma moradora que, depois de cumprimentar, me perguntou para onde eu estava indo e respondi dizendo que era para a casa da Adriela e, então, ela disse que era só seguir por aquela estrada e quando chegasse ao final da subida que estávamos vendo e eu já avistaria a casa dela. A casa de Adriela era cerca de um quilômetro de distância da escola.

Chegando lá, ela já me aguardava com um chimarrão cevado, tomei alguns mates com ela e conversamos um pouco, na verdade um “bom pouco”, tanto que tive que interromper essa conversa em que estava me deixando levar, pois me dei conta que havia questões que estávamos conversando ali, sem câmeras e gravadores ligados que teria que pedir para ela repetir depois. Nesse dia, também fui apresentada a sua filha mais velha, que estava em casa e ao seu marido que, no decorrer da entrevista, passou por ali.

A entrevista, depois de todos os equipamentos ligados, seguiu o mesmo tom da conversa que estávamos tendo antes. Seguimos tomando chimarrão, indo e voltando nos temas pontuados para serem discutidos, por vezes fugimos deles, pois acabávamos conversando sobre outras coisas não relacionadas com a pesquisa, mas que algo falado no momento nos fazia lembrar. Tivemos que fazer uma pausa forçada, pois meu celular parou de gravar e mesmo tentando por algum tempo, não consegui fazer com que voltasse a gravar em vídeo, por esse motivo apenas uma parte foi gravada em vídeo, a outra, apenas em áudio. Uma imagem que ficou registrada em minha memória daquele dia foi a de Adriela fazendo carinho em sua barriga, pois quando a entrevista foi realizada ela estava grávida dos gêmeos, que conheci quando fiz a devolutiva dos arquivos das entrevistas na comunidade. Por fim, apesar dos imprevistos, foi uma manhã de muitos causos acompanhados de um bom chimarrão.

5.3.1 Adriela de Souza Brito Rosa

Me chamo Adriela de Souza Brito Rosa¹, Rosa por causa do meu marido, tenho 40 anos completados agora em novembro. Eu nasci aqui em Restinga Sêca, natural de Restinga mesmo, as minhas irmãs também. Os meus pais saíam em determinados períodos em função do trabalho, eles saíam muito para ir para outras cidades, para tentar a vida. Não dava certo, voltavam. Bom é que o pai sempre teve a terra natal, assim, o cantinho, para poder voltar. Até os meus oito anos de idade isso aconteceu. A gente morou em Caçapava do Sul², em Dona Francisca³, em várias cidadezinhas pequenas assim em volta. Aí, depois que a gente começou a ir na escola, eles viram que precisavam ficar, porque os filhos estavam estudando, não dava para ti estar andando pra lá e pra cá com os filhos estudando. Então, foi quando eu tinha oito anos que eles voltaram para a comunidade e não saíram mais.

Os meus pais sempre moraram aqui. Eles sempre tiveram aquela coisa, saíam por questão do trabalho, porque acabavam tendo que trabalhar. Meu pai, ele morou um tempo Porto Alegre⁴, mas ele ficou até os dezoito anos aqui e foi morar em Porto Alegre pra poder trabalhar. Aí, depois a minha mãe já era daqui e daí acabou voltando, casando e ficando aqui. Mas é, os dois são naturais daqui, tanto que aqui, essa questão da consanguinidade é muito grande. O parentesco, né? A família do meu pai ainda é a que tem menos, sabe? Menos contato, assim, porque meu pai foi adotado por um tio que era daqui. Na verdade, o tio dele casou com uma mulher daqui, com uma mulher que era natural daqui. Então, como os pais dele morreram, o tio dele que pegou pra criar. Daí ficou. Então, meu pai é o que tem menos parentes aqui.

O meu Ensino Fundamental foi quase todo aqui escola Manuel Albino Carvalho⁵. Eu ia de a pé para a escola, na época não tinha ônibus. Não tinha ônibus escolar, era a pé. Ir e voltar todos os dias. Fora que é aqui nessa baixada, ali que tu passou, que tem um açude, né? Aquele ali todo o inverno chovia, alagava de água, vinha aqui na gente, na perna assim, sabe? [na altura da panturrilha]. Aí tinha que sair e levar outro calçado na bolsa, sair de chinelo, chegar lá, trocar para poder no inverno ir. Foi um período assim, só que como naquela época não tinha tecnologia que

¹ Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1040167554909199>.

² Caçapava do Sul, município sul-rio-grandense, localizado na região da campanha do estado, distante 260 km da capital Porto Alegre e 96 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

³ Dona Francisca, município sul-rio-grandense, localizado na região central do estado, distante 256 km da capital Porto Alegre e 28 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

⁴ Capital do estado do Rio Grande do Sul, distante 258km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

⁵ A Escola Municipal de Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho passou a ser chamada de Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho em agosto de 2023 quando foi inaugurado serviço de creche na escola pelo Decreto nº 51 de 2023 (Restinga Sêca, 2023).

tem hoje, tinha um rádio, uma televisão e olha lá ainda, isso há trinta e dois anos atrás, em 1991, foi quando mais ou menos eu entrei aqui. Daí, antes eu acho que eu fiz a primeira e a metade da segunda série em Caçapava. Aí, meus pais vieram embora, porque eu entrei na escola com sete anos e eu já sabia ler e escrever por influência da minha irmã que entrou antes.

Naquela época, o tipo de brinquedo era brincar de escolinha. Então, eu entrei sabendo ler e escrever. Já entrei com sete anos, por isso que foi bom até eles terem feito essa mudança no ensino, porque tu aprende cedo, se tu é estimulado. E se eu aprendi brincando, eu entrei na escola sabendo ler e escrever com sete anos, imagina o que uma criança com quatro, cinco anos não vai aprender, né?

Eu acho que hoje em dia a gente vê que os pais acham que largar um telefone na mão de uma criança, ele tá lá, quietinho, não incomoda, não atrapalha. É mais fácil do que tu tirar um tempinho pra ti brincar, pra ti ensinar, né? Tipo, eu quando eu tive a minha, os primeiros brinquedos dela eram jogos de montar, de letras, eu comecei a estimular dessa forma, brincando. Hoje em dia tem tudo, é só tu procurar os jogos com as letras, com os desenhos pra eles, pra brincar, pra montar. Eu comecei a estimular dessa forma, claro, eu não comecei com esse tipo de quadro quando era eu com a minha irmã, porque era diferente, nós não tínhamos nem giz, era o carvão mesmo que a gente fazia. O pai sempre deixava. Até de certa forma, por mais que eles não tiveram muito estudo, eles nos estimulavam. Uma vez até meu pai fez um quadro de madeira assim, pra gente poder rabiscar e brincar, sabe? Brincava de escolinha. Minha irmã ensinava, tudo o que ela aprendia, ela passava. Uma época boa. Lembranças boas.

Quando eu estudava ali na escola era só o primeiro prédio, não tinha aquele prédio novo de dois andares, era só aquele prédio em L. Eles tinham um pinheiro grande na frente ali, o que caiu. Não tinha, ali onde é o ginásio era só uma quadra, uma quadra aberta, assim, de piso bruto. De piso bruto, a gente se ralava muito ali, aqueles pisos de cimento bruto. Só que era o nosso espaço, porque nós, tipo assim, o momento mais feliz quando a gente não estava em casa, era na escola. A gente achava qualquer motivo para estar na escola. Eu, pelo menos sempre fui, até eu falo pra minha guria hoje, eu tentava participar de tudo, porque nós não tínhamos um lazer, não tínhamos um... Se não fosse aquela coisa da família, o fim de semana com a família, era a escola.

Na minha época, tinha o Grupo Cívico e o Grupo Agrícola, era dividido assim. Grupo Cívico, a gente se encarregava por essas questões de hora cívica, de cantar o hino da Semana da Pátria, questões mais dessa parte assim. E o Grupo Agrícola se encarregava de cuidar da horta. Nós

tínhamos uma horta na escola. A gente cuidava do pátio também. O Grupo Agrícola cuidava do pátio, o pátio da escola então era responsabilidade muito nossa também. Na época, como era só a tia Senira⁶, a merendeira da escola, a gente ajudava a cuidar da limpeza da escola. No final da aula tinha aquela escala semanal, tipo de dois em dois, final da aula ficava para limpar sala, varrer, deixar limpinha, tirar o pó, tudo direitinho para a turma da tarde, porque como era só uma, ela não tinha, não conseguia fazer isso, sabe? Ela conseguia limpar as salas no final do dia. Então, essa parte da manhã a gente sempre deixava a sala varridinha e as classes limpas, assim organizadas, para a turma da tarde. Porque sempre teve aula de manhã e de tarde, e eram muito mais alunos do que hoje. Eram muito mais. E além desses grupos que a gente participava, tinha o grupo de dança da escola, tinha o grupo de... na época a gente tinha... hoje eu acho que o nome que eles têm é JERGS⁷, que eram esses grupos de esportes.

Na nossa época não era esse nome. Na nossa época eram os torneios, os Colegiais. A escolas competiam, as escolas municipais competiam entre si. Então, eu participava do futebol, eu participava do handebol e participava de tudo quanto era esporte, eu estava lá, o que tinha na escola a gente estava e participava do vôlei, também. A nossa escola sempre era muito conhecida, porque nós ganhávamos quase tudo, porque nós éramos muito competitivos, sempre foi muito competitivo. Então, nós participávamos de tudo, porque como eu te disse a escola nos dava mais liberdade também pra sair, para conhecer fora, a escola levava a gente lá, então é uma forma dos pais da gente, eles confiavam na escola, tinha aquele contato direto. Então, a gente ia pra escola, saía muito com a escola, porque de outra forma não tinha como sair.

Nós frequentávamos a escola além dos horários das aulas, tu ia de tarde pra treinar, pra fazer outras atividades, pra preparar, pra limpar a escola, a gente fazia isso pra cuidar da horta ou para ajudar a tia Senira na cozinha. Tipo, se a gente queria comer no outro dia torta de bolacha, que era uma coisa que a gente fazia, nós íamos um dia antes de tarde ajudar a tia Senira a fazer os cremes pra montar torta de bolacha, para no outro dia ter essa merenda na escola. A gente participava bastante. Os pais iam também ajudar bastante. Eu lembro que na minha época a mãe trabalhava lá na outra, trabalhava também como merendeira, mas lá na vila, na Dezidério Fuzer⁸, na escola e daí

⁶ Senira dos Santos da Silva, moradora da comunidade quilombola São Miguel, trabalhou na escola no período de 1994 a 2013 como servente.

⁷ Jogos Escolares do Rio Grande do Sul.

⁸ Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Dezidério Fuzer, localizada na zona rural de Restinga Sêca, distante 7,7 km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

eles se revezavam e quando nós não estávamos aqui, ajudando aqui, a gente ia pra lá ajudar a mãe a limpar lá, mas a gente ia mais no fim de ano que daí ia ajudar a fazer limpezas mais pesadas.

Quando estudava aqui eu não cheguei a estudar em nenhuma turma multisseriada, mas é que as turmas eram muito grandes. Era bastante alunos. Eu acho que não tinha como ser. Não sei te dizer se já tinha turmas multisseriadas, porque eu lembro quando eu comecei a estudar aqui, tinha duas turmas da segunda série, de tanto aluno que tinha. Eu sei que era a segunda A e a segunda B, sabe? Assim, para ter duas turmas, então era bastante aluno. Eu acho que não tinha muita essa questão de multisseriamento pela questão da quantidade de alunos. Eu, pelo menos, nunca estudei em nenhuma turma multisseriada.

Sempre vieram muitos alunos aqui, dos Martimiano⁹, sempre vieram alunos da Lomba¹⁰, sabe? Das comunidades em volta, onde não tinha, sempre veio. No início, pela história que eu conheci, vinha mais ainda, sabe? Ali da Várzea dos Cunha e Várzea do Meio, Vila Rosa também vinha. Mas depois começou a ter escola nesses locais, só que a Três de Outubro¹¹ era só até a quarta série na época. E eu sei por que quando estavam na quinta série, na época que começava a vir, por que terminavam lá, elas começavam a vir pra cá, a Três de Outubro não tinha as séries finais. Então aí começava a vir pra cá.

A comunidade também era mais populosa em relação às crianças, bem mais. Muito mais criança. Por isso tinha séries que tinha que ter duas turmas para dividir, por causa da quantidade de alunos. A comunidade em si tinha mais criança. Eu digo que se fabricava mais crianças, tinha mais crianças [nós rimos]. Tem um local aqui embaixo que é o Cerrito, que é um local mais carente, sabe? Bem mais carente assim, onde tinha bastante criança e era um lugar de extrema pobreza. Então, vinha muita gente, na época, mais de 15 crianças que vinham dali pra estudar aqui, sabe? Faz parte da localidade de São Miguel Velho, só que aí é um tipo como se fosse Varzinha, sabe? Faz parte de Lomba, só que o pessoal que mora ali tem sua origem, sua família, daqui da comunidade, faz parte do Quilombo.

Toda essa região é do quilombo, que daí São Miguel tem essa parte aqui, nessa parte que desce, que é o Cerrito, mas faz parte da localidade São Miguel Velho igual. Tem a Estrada Venenosa

⁹ O mapa das localidades do interior de Restinga Sêca é apresentado na introdução desta tese.

¹⁰ Lomba Alta, localidade onde fica localizada a Escola Municipal de Ensino Fundamental Três de Outubro distante 5km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

¹¹ Escola Municipal de Ensino Fundamental Três de Outubro distante 5km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

que é o nome da rua, também é, que sai lá no outro São Miguel, que é chamado pelos moradores daqui de São Miguel Novo, que é divisa. Pega a parte de divisa. E como, por outro lado, também tem vários núcleos ali. É a divisão dos Cavaleiros que, na verdade, popularmente, é São Miguel também. Aqui, no caso aqui, o nosso núcleo era chamado Picada do Paus [tentando lembrar o nome], uma coisa assim. Tinha essa denominação antes, mas como agora tem nome de rua, tem a placa lá na frente da nossa estrada que é Florentino Carvalho, não precisa mais ser os nomes que chamavam antes, que era pra poder se referir, referenciar àquele local. Aí o pessoal colocava como se fosse um apelido no local assim, ali no Cerrito, era chamado Cerrinho, é por que é bem na descida do cerro, sabe? Você vê ali aquele núcleo. Então, a comunidade era bem grande. Era bem populosa em questão de ter mais crianças, sabe? Tinha mais. Só que aí, em função de trabalho, o pessoal dali migrou muito. Sempre migra muito, vai e volta, vai e volta. Muita gente já foi embora, mas agora é uma época que está bem pouco. Assim, tinha quase 20 famílias morando e agora tem quatro.

Ali é um local também, que teve um certo período que ficou meio perigoso, mas para o meu trabalho como agente comunitário isso não influenciou, porque sempre teve muito respeito à profissão mesmo, sabe? O pessoal sempre respeitou muito. Então, era perigoso, porque acontecia muita coisa em volta. Roubo de gado, essas coisas assim. Ali era demais, teve uma família que eles perderam muito, perderam umas seis, sete rês em pouco tempo, porque daí era só o casal idoso que ficava. Os filhos tudo foi embora. E seis, sete para uma família, da agricultura familiar de subsistência, é bastante, né?

Mas voltando para a escola, a escola não mudou muito, assim essa escala de horários. A gente entrava de manhã, tinha intervalo ali. O conteúdo em si dependia muito do professor. Sempre foi. Depende, dependia muito do professor, do método do professor de trabalhar. Eu lembro que eu gostava muito de artes, sempre gostei muito de artes, por causa que eu adorava a professora de artes¹². É, tipo até matemática, eu nunca tive muita dificuldade em matemática. História, então eu tive um pouco de dificuldade pela questão do método do professor também, de decorar, eu nunca gostei muito de decorar, nunca tive facilidade. Eu sempre pensei assim, que o ensino, tu lê, tu entendeu, tu interpretou, né? Tu pode responder com as tuas palavras. Eu acho que o momento que tu sabe responder com as tuas palavras, tu aprendeu o conteúdo. O que tu decorou hoje, amanhã tu

¹² Elisane Dotto, colaboradora dessa pesquisa.

pode esquecer. Então, algumas disciplinas que eu tive dificuldade foi por essa questão de ter que decorar, porque era o método do professor trabalhar.

Essa questão da história africana era...Tu aprendia a questão da escravidão. Era aquilo ali que era abordado, tu aprendia em História essa questão de Zumbi dos Palmares, essa questão toda ali, que foi escravo, né? Então, tu aprendia o que? Que os nossos antepassados foram escravizados, eram escravizados e que nós éramos descendentes de escravos. Aí, a gente aprendia aquilo. Era a forma com que a escola passava pra gente. Que eu acho que isso não foi só aqui também, acho que muitas escolas, a base era isso. A gente não aprendia além disso. Então, tu crescia achando que tu é descendente de escravos. Eu digo achando, porque hoje eu já tenho outra concepção. Eu já tenho um outro aprendizado, uma outra mente. Porque eu estudei pra isso também. É diferente de qualquer outra pessoa. Se tu vai conversar com qualquer outra pessoa da comunidade, eles não vão ter esse pensamento porque eles não estudaram pra isso. Eles vão aprender. Claro que a comunidade evoluiu bastante também nessa questão de busca, assim, sabe? De resgate cultural, fez com que as mulheres aprendessem bastante. Só que o que fica muito é o que tu aprende na escola, né? Marca muito aquilo que tu aprende na escola, porque a escola é a base e não sei se tem Livro Didático que te ensina muito além hoje.

Teve uma menina que estava conversando numa palestra, ela disse “Eu não sou descendente de escravos, eu posso ser descendente de reis, rainhas”. Então, porque a gente sabe que durante a história, quem estudou, que eles não trouxeram pra ser escravizados aqui no Brasil as pessoas de menos cultura, de menos conhecimento. A gente sabe que quem eles trouxeram pra cá eram pessoas inteligentes pra poder desenvolver o que eles queriam. Se eles trouxeram alguém pra trabalhar nessa questão de construção, eles trouxeram alguém que trabalhava lá como engenheiro, alguém que tinha esse conhecimento. Então, se a gente for conhecer bem a História, a gente sabe que a gente é descendente de pessoas assim, que tinham estudo, tinham conhecimento, tinha uma bagagem, né? Eles não trouxeram a parte que tinha menos cultura para cá, porque não iam conseguir desenvolver o que eles queriam.

Eu sei que eu não sou descendente de escravos, eu sou descendente de um povo que foi escravizado. É isso, eu sei. Essa compreensão eu sei hoje. E que a minha cultura ela é além disso, ela é além dessa questão que a gente aprende na escola, na escola do Zumbi. Claro, teve toda essa questão da luta, dessa luta toda que teve que me marcou muito. Mas que existe muito mais gente que lutou e muito mais gente que batalhou. Mulheres! Então, durante esse tempo que eu estudei eu

aprendi muito assim, sabe? Eu não sei, não posso dizer assim de cor tudo o que eu estudei, mas que isso abriu muito a minha mente, com certeza.

Eu saí com 16 anos pra Santa Maria¹³, para estudar e trabalhar. Eu trabalhava e morava em casa de família lá e estudava de noite. Estudei no Coronel Pilar¹⁴, fiz o Ensino Médio lá e fiz o Ensino Fundamental aqui na Manuel Albino Carvalho. Porque na época que eu estudava, não tinha transporte gratuito para ir para a cidade, para ir pra Restinga fazer Ensino Médio, tinha que pagar o transporte. E então meus pais, o meu pai trabalhava como diarista, minha mãe também não tinha condições. Tinham três filhas mulheres para estar pagando transporte para ir. Então, com 16 anos, eu comecei a trabalhar em casa de família em Santa Maria e daí eu fui estudar no Coronel Pilar pra poder terminar o Ensino Médio, pra poder ajudar em casa também, porque sempre foi essa questão passada aqui. Quem sai primeiro pra trabalhar, ajuda em casa, ajuda a vestir, ajuda no material escolar para os irmãos mais novos, sempre era assim. Sempre teve essa sequência que a mãe passou pra nós.

A minha irmã, que foi a primeira que saiu, foi trabalhar em Santa Maria, só que ela trabalhou um ano e depois se casou. Daí foi embora. Ela foi embora para Minas Gerais, porque o noivo dela foi com a GMINAS¹⁵ que era a Gaudêncio, na época que a Gaudêncio abriu uma filial lá. Ele foi pra lá logo que abriu. Então, ele estava morando lá, daí acabaram que eles eram noivos, casaram e ela foi embora. Eles eram os pais da Geisila¹⁶. Então, daí eu acabei indo trabalhar no serviço dela para poder continuar estudando. Ela saiu do serviço e eu fui trabalhar no mesmo serviço dela. Eu sou a irmã do meio.

O Ensino Médio em Santa Maria foi totalmente diferente. O que me marcou bastante também, sabe? Sobre essa questão, tanto em relação à minha questão cultural, quanto à educação, os espaços, os espaços escolares. Eu terminei meu Ensino Fundamental aqui, uma escola onde a população dominante era igual a mim. Todo mundo, a maioria das crianças eram negras como eu, não tinha... Eu não sofri preconceito na minha escola, porque todo mundo era como eu. Quando eu

¹³ Município sul-rio-grandense, localizado na região central do estado, distante 288 km da capital Porto Alegre e 58 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

¹⁴ Colégio Estadual Coronel Pilar, localizado na zona urbana de Santa Maria, distante 48 km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

¹⁵ A GMINAS era uma filial da Móveis Gaudêncio, uma fábrica de móveis que tinha a sua matriz localizada em Restinga Sêca (informações fornecidas pela colaboradora Adriela).

¹⁶ Geisila Brito Carvalho.

saí daqui, o primeiro ano eu fiz no Érico¹⁷, aqui em Restinga. Aí, a gente teve aquele choque, sabe? Teve aquele choque de realidade, que daí lá tinha todas as culturas, tanto que todas as comunidades iam pra lá.

A Érico é a única escola de Ensino Médio no município. E esse ano, esse primeiro ano, eu não cheguei a fazer todo aqui, mas esse ano ali, eu senti bastante essa questão do preconceito racial. A gente ficava muito... eu não sei se foi culpa também só da Instituição, se foi culpa também só da... ou a gente se retraiu muito, sabe? Por que era o que? Meia dúzia de alunos que conseguiam sair da escola e continuar por essa questão como eu te disse, de ter que pagar transporte, tudo. Eu comecei lá, porque a minha irmã ainda pagava pra mim. Depois que a minha irmã casou, eu não pude continuar lá, daí eu tive que ir pra Santa Maria. Mas daí, em Santa Maria era outra realidade. Eu sentia ali essa questão do preconceito, aqui nessa escola do município, municípios pequenos, no Coronel Pilar, onde estudei, ninguém dava bola se eu era preta, amarela, branca, sabe? Era outra realidade. Então, lá também eu acabei me soltando mais, conhecendo mais gente diferente. E não se reprimindo tanto também, né? Porque aí essa questão do preconceito reprime muito. Faz com que a gente se feche bastante no momento que tu sente, mas por que tu também não tem muito conhecimento cultural. E logo que eu saí da escola aqui, foi um ano que estava entrando muito projeto cultural na questão negra, sabe? Porque foi um ano que estava vindo muita coisa pra comunidade, estava vindo muita pesquisa para a comunidade. As universidades estavam vindo pesquisar. Foi um momento que estava se descobrindo que aqui era uma comunidade quilombola. Mas daí foi bem naquele momento que eu estava saindo.

Isso era um pouco antes dos anos 2000, porque eu cheguei a fazer parte, eu lembro que tinha o professor Dilmar¹⁸, que ele está em Santa Maria e a mulher dele, Claudete da Silva, que ela era professora de dança. Ela era professora de dança e tinha um grupo de dança afro em Santa Maria. Ela trouxe isso pra escola, pra cá, sabe? Trouxe isso pra comunidade também. E eu cheguei a pegar um ano, dois, mais ou menos dois anos desse projeto. Daí até veio capoeira também para os guris. Mas a gente, eu não sei, por uma questão de maturidade, porque a gente aprendia mais só essa questão de aprender a dançar, a gente não aprendia muito a história, sabe? Era mais a cultura

¹⁷ Escola Estadual de Ensino Médio Érico Veríssimo, localizada na zona urbana de Restinga Sêca, distante 9,5 km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

¹⁸ Dilmar Luiz Lopes. Tese de Doutorado defendida no ano de 2013 intitulada "Rodas de Conversa" e Educação Escolar Quilombola: a arte do falar saber fazer - O Programa Brasil Quilombola em Restinga Sêca/RS. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8240260400072126>.

da dança, a cultura da gente mesmo era isso. Eu não lembro se foi trabalhado alguma coisa além disso também. Mas daí eu peguei um ano, dois disso e depois logo eu saí pra outra realidade, outro mundo, ficou meio adormecido isso, a comunidade continuou tocando muita coisa, muita coisa aconteceu pra comunidade, para essa questão de resgate, de conhecer essa cultura, de saber que aqui era uma comunidade quilombola, de aceitação também, que teve por muitas partes, né? Foi aceita. Outras não, e... [silêncio].

O grupo de dança da escola deu origem ao grupo de dança que tem na comunidade hoje, porque daí a maioria das meninas que já saíram da escola queriam continuar, daí se formou esse grupo fora. O ensino iniciou na escola pela professora Claudete, ela que trouxe o conhecimento, um pouco da noção da dança afro-brasileira para gente na época. As gurias continuaram tocando, a Fabiana¹⁹, a Denise²⁰, continuaram, porque elas não saíram muito da comunidade, eu já acabei saindo, perdi um pouco esse contato, fiquei muito tempo fora estudando, em função de trabalhar, estudar, daí vinha pra casa no fim de semana. E aí acabei não dançando, eu disse para as gurias, esses tempos elas falaram que eu tinha que voltar a dançar. Eu disse “nem sei mais.”

Eu fiz o Ensino Médio e nesse período eu já estava namorando. Naquela época, a gente, eu digo pra mãe, falo hoje para eles, né? Eles não criavam a gente com uma ambição de “ah, eu vou sair do Ensino Médio e vou entrar na faculdade”, entendeu? Porque parecia ser tudo muito longe, tudo muito difícil, sabe? De tu conseguir fazer isso, de tu conseguir, porque a gente precisava trabalhar também. Tinha muita essa questão de trabalhar para sustentar, trabalhar pra ajudar em casa. Então, a gente não conseguia pensar “eu vou conseguir terminar o Ensino Médio e vou entrar na faculdade”. Eu nem pensava que eu ia conseguir isso, mas eu tive uma oportunidade de fazer um curso de Enfermagem na época, porque a patroa de onde eu trabalhava, ela trabalhava na UFSM²¹, já era enfermeira na UFSM e tinha os auxiliares de enfermagem na época. Curso de auxiliar de enfermagem. Foi logo que abriu esses cursos. E ela disse para mim “eu consigo uma bolsa pra ti e vamos fazer” e eu não quis na época, sabe? Porque parece que não era a área que eu queria. Não era enfermagem uma área que eu queria. Daí, eu estava começando a namorar e o curso era aos finais de semana. Eu trabalhava a semana inteira, final de semana, tinha que estudar. Não tem como fazer isso e namorar ao mesmo tempo, né?

¹⁹ Fabiana Leonir Rosa, colaboradora dessa pesquisa.

²⁰ Denise Maria Rodrigues Vieira, colaboradora dessa pesquisa.

²¹ Universidade Federal de Santa Maria.

Eu fui para Santa Maria em 1999. Acho que deveria ser 2001, por aí, que começou de auxiliar de enfermagem, mas eu acabei não querendo, optando por não fazer. Terminei o Ensino Médio lá, casei, voltei e saí de lá do trabalho, voltei e vim embora para Restinga, né? E, na verdade, eu fui voltar a estudar dez anos depois de ter terminado o Ensino Médio. Daí, eu voltei pra casa e meu marido morava na cidade de Restinga, porque ele trabalhava na Gaudêncio. Ele era auxiliar administrativo na Gaudêncio. E essa função de ter que estar pagando transporte, a gente alugou um apartamento e daí eu comecei o serviço na cidade, era mais fácil. A gente ficava lá, fim de semana vinha pra casa. Era sempre assim, dia de semana a gente ficava lá, fim de semana a gente vinha pra mãe aqui na comunidade.

Quando eu trabalhava na cidade, eu fiz o processo seletivo pra trabalhar como agente comunitário, e pra ser agente comunitário tem que morar na área. Aí, eu falei pro meu marido, “óh, vou construir uma casinha aqui, vou vir embora para cá, porque como você sabe eu passei”. Estava só a mãe, nesse momento, estava só ela e o pai em casa, porque a minha irmã mais nova já tinha ido pra Minas Gerais também, para cuidar da filha da minha irmã mais velha, a Geisila, que tinha dois anos. Então, a minha irmã mais nova tinha ido pra lá pra cuidar dela. E daí então estava só ela e o pai, e aí a mãe disse “não, fique aqui com a gente até você organizar as coisas.”

Eu vim trabalhar e daí logo que comecei a trabalhar descobri que estava grávida da Francyne²², que já foi uma coisa assim, tipo, parece que as coisas se acomodaram pra acontecer, porque se eu estivesse na cidade grávida, ia ser mais difícil, né? Então, parece que as coisas aconteceram... O destino faz com que as coisas aconteçam tudo no seu tempo. Aí, eu estava já há quatro meses trabalhando quando comecei a passar mal. Eu estava grávida. Na verdade, eu vim grávida sem saber [rimos da situação]. Eu já estava bem adiantada, tanto que eu comecei o meu pré-natal no segundo trimestre, porque eu já estava perto de seis meses. Não tinha nem ideia que estava grávida. E daí a gente vai se... o tempo vai passando, as coisas vão se acomodando.

Em 2013, a tecnologia começou a chegar mais perto da gente, né? Começou a chegar mais perto. A gente começou a ter um pouco mais de condição financeira, trabalhando. Eu me mudei para minha casa e consegui construir a minha casa. A Francyne já estava entrando para a escola. Aí eu pensei “bom, agora já não está mais tão dependente de mim. Agora eu posso começar a pensar em mim” e, conforme a gente vai convivendo com outras pessoas, a mente da gente também vai evoluindo mais e a gente começa a ver que as oportunidades estão aí, e a gente tem que agarrar.

²² Francyne Brito Rosa.

Aí, eu pensei em voltar a estudar, mas não falei nada para ninguém, deixei tudo quietinho, eu vou fazer sozinha, vou tentar sozinha.

Eu lembro que o dia que eu fui fazer o Vestibular no Polo da UFSM em Restinga Sêca, chovia, chovia, chovia. Um horror, um horror, assim óh. Aí eu chamei um táxi e meu marido “tu vai ir fazer essa prova?”. E eu falei pra ele um dia antes que eu ia fazer, que eu precisava. E ele estava meio sem acreditar, e eu disse “não, eu vou fazer”. Eu tinha computador, já tinha como estudar EAD²³, porque eu também não... Eu pensava para mim que trabalhava o dia inteiro. Tinha uma criança pequena que estava entrando na escola. Ir para a UFSM e ficar indo todos os dias de noite e voltar, ia ser muito cansativo. Então, pelo menos se eu estivesse em casa de olho em tudo. Tu estuda em casa, mas pelo menos tu consegue ficar de olho neles assim é bem mais tranquilo. Foi quando eu fui, eu fui. “Caneta gente, esqueci da caneta”. Então, foi uma coisa assim. Eu esqueci da caneta. E tinha que ser transparente, BIC. E depois que eu disse, o taxista tinha e me deu a caneta dele, ele tinha a caneta BIC preta pra eu fazer e eu pensei, parecia que estava tudo dando errado assim, sabe? Parece que as coisas estão dando errado, como pra não fazer essa prova. No fim deu certo, fiz o vestibular, daí dos cursos que eu pesquisei assim, o meu curso inicial que eu sempre quis fazer era Educação Especial, só que a Educação Especial na UFSM é presencial e é integral, né? Então, para as minhas condições financeiras, eu não tinha como fazer, porque eu já estava com casa, família, tendo que trabalhar fora. Eu acho que se fosse... Se eu pudesse, eu tinha que ter feito isso antes, muito antes de casar e ter filhos, daí eu poderia ter essa oportunidade. O que eu falo muito pra minha filha hoje, que tem que pensar hoje, enquanto você é só você, que conseguem sair no mundo para onde for, que onde abrir uma porta, tu pode ir. Agora, quando tu já tem uma família, tu já tem que pensar na família também, tem que ser tudo conforme as coisas se encaixar, né? Daí dos cursos que abriram, o que eu pensei em fazer? Vou fazer Letras, é uma área que eu sempre gostei também. Sempre gostei de ler. Sempre gostei dessa parte de português e resolvi fazer. Fiz o vestibular, passei.

Escolhi fazer Português/Literatura. Eu entrei em 2013, aí deu bem certinho, deu 10 anos, porque em 2003 eu terminei o Ensino Médio. Depois de dez anos que eu voltei a estudar. Em 2017 eu estava me formando, terminando ali bem certinho, quando eu estava terminando, que era no meio do ano eu já tinha me programado para fazer a primeira Pós-Graduação. Porque daí o curso EAD, a maioria dos teus colegas vão ser pessoas que já têm uma formação. São poucos os colegas

²³ Modalidade educativa de Educação a Distância.

que não têm formação nenhuma, né? Então, eles já têm uma bagagem muito grande e isso ajuda muito a gente que está começando, porque eu tive colegas ali que tinham Direito, tinha colegas que já tinham Pedagogia, tinha colegas que davam aula já na universidade. E teve uma colega minha que me marcou muito, porque ela me ajudou muito. Ela era ali da Universidade de Santa Maria, da UFN²⁴. Então, ela dava aula na universidade e eu não entendia por que ela estava fazendo um outro curso, sabe? Mas eles querem, né? E ela me estimulou a fazer a primeira Pós, que daí a primeira Pós que eu fiz foi a especialização em Tecnologia da Informação e Comunicação Aplicadas na Educação, pra dar tecnologia na escola. Eu fiz essa pós aqui no Polo da UFSM em Restinga Sêca mesmo, que abriu pela EAD também.

Os cursos EAD geralmente têm os encontros presenciais, que dependendo de cada curso é uma rotina, né? A gente tinha alguns grupos de estudo também, que dependendo, alguns cursos tinham mais público para os grupos de estudo. Acho que depois, conforme a gente vai aprendendo a estudar sozinho e vai aprendendo a distância, a gente acaba não procurando muito grupo. No início, quando está meio perdida [ri], precisa dos grupos. Daí tu precisa do apoio do colega, do tutor para te ajudar a se organizar. Depois, parece que fica meio automático, tu já sabe como levar. Às vezes, a gente fazia também, depois para poder ajudar um colega com alguma dificuldade, alguma coisa assim. Mas a tecnologia ajudou bastante, porque depois tu fazia se tinha alguma dificuldade, a gente fazia grupos por *webcam*, sabe? Não precisava estar indo sempre lá no Polo. Poucas vezes a gente precisou ir para o Polo. Era mais quando eu tinha os encontros presenciais com professor, que daí eles vinham, né? As provas que eram aplicadas ali também.

Na época meu marido tinha moto, a gente não tinha um carro, ainda. Daí, eu sempre ia de ônibus. Geralmente, eu ia com um ônibus de linha normal, que era às seis horas, antes das sete, porque às sete começava a aula, ou pegava carona com os colegas, porque tinha o escolar de noite que levava os alunos para estudar na EJA²⁵. Se eu fazia isso, na volta o meu marido sempre me buscava de moto, porque daí dependendo das aulas, o horário era muito diferente do fim das aulas da EJA, as aulas da EJA terminavam às 11:00h da noite e a nossa lá pelas 10:00h, mais ou menos. Aí por isso ele ia me buscar, era mais rápido. Ou senão, se eu via que alguma aula ia até mais tarde, aí eu vinha com o transporte, chegava lá em cima, aí ele ia me buscar lá em cima, era sempre essa função.

²⁴ Universidade Franciscana.

²⁵ Educação de Jovens e Adultos.

Eu terminei essa, aí depois eu comecei a buscar algumas outras pós no particular, sabe? A segunda Pós que eu fiz foi sobre essa questão mesmo, da minha história. Para conhecer um pouco mais da minha história, que é sobre a questão, a questão afro-brasileira. Essa é uma questão quilombola, conhecer mesmo a minha realidade, porque isso a gente não aprende na sala de aula. Eu não aprendi, não aprendi na sala de aula nada sobre isso. Então, a primeira coisa que eu fiz, que eu quis fazer foi essa. Então, foi o curso, qual era o nome do curso mesmo? ... Foi a uma especialização em História e Cultura Afro-Brasileira, também a distância, pela Faculdade São Luis²⁶.

Quando estava no fim daquela ali eu já iniciei o Curso preparatório para pós-graduação Abdias Nascimento, pela UFSM, porque a minha intenção mesmo era fazer o mestrado, sabe? Só que é muito difícil pra ti entrar no mestrado se tu não está na sala de aula, não tem porque, não tem aquela questão, para mim foi muito difícil. Tudo o que eu pensava e tentava pra poder entrar não dava, sabe? E o mestrado já tinha essa questão também, de ter que ser presencial, não tinha EAD. Quando tinha EAD, pelo que eu estava pesquisando, era uma que era lá em Porto Alegre. Pela Universidade, que era de Santa Catarina, que era de Letras mesmo. Então, assim, tudo era presencial, daí a gente que trabalha... Eu até estava pesquisando sobre isso, que estava tendo algumas procuras, sabe? Em algumas universidades para ver se liberava, mas não tem nada liberado de curso de mestrado assim, EAD, ainda. E o meu serviço, a minha função, se fosse da mesma área, eu conseguiria afastamento, mas é de área diferente. Eu trabalho na área da saúde e a área que eu estou estudando é a área de educação, é diferente, não consigo licença. Então, eu não tenho condições financeiras de parar de trabalhar também. Se você vai sair para estudar, não tem como. Então, tudo que eu pensar em evoluir tem que ser aquilo que o tempo me permite, sabe? Tem que ser algo que o meu horário disponível permite. E como a maioria desses cursos, nem particular, nem pagando, não consegui. Não tem, não tem a distância, assim, tudo tem que ter o presencial. Tem aqueles cursos semipresencial também, mas o que eles exigem? Dois, três dias que tem que estar lá, sabe? Mas é tudo muito longe também, não é aqui, não é perto. Eu até estava olhando e é tudo muito caro [expressando indignação].

Daí, quando a gente foi fazer esse curso ali em Santa Maria, do Abdias Nascimento, era um curso pré pós-graduação, preparatório. Eu percebia assim, que alguns professores diziam que não era difícil, que não é difícil, que tu consegue entrar. Só que a realidade de quem trabalha é diferente.

²⁶ Faculdade São Luis fica localizada em Jaboticabal -São Paulo.

Eu não tenho 20 anos, 15 anos, que nem tu tem [ri, se referindo a pesquisadora]. Tu tem o tempo disponível. Mas quando tu tem família, tu tem casa, tu tem trabalho, é diferente. Aí, então, comecei a buscar, para mim não parar vou ficar fazendo pós. Termino uma pós, faço outra, faço outra... E comecei a fazer. E curso técnico também. Tanto pós como curso técnico também, daí eu comecei a fazer, porque chegou o momento que parece que eu fiquei viciada em estudar. Parece que quanto mais conhecimento, eu não consigo parar de aprender, sabe?

Eu te falei que eu fiz primeiro Português/Literatura. Depois eu fiz a primeira pós-graduação que foi em artes, não, a primeira pós foi em TICs, que foi Tecnologia da Informação e Comunicação na Escola, foi TICs, que foi pela UFSM também, eu terminei em 2019. Esse segundo curso foi particular, pela Faculdade de Educação São Luis, que é de História e Cultura Afro-brasileira. E ela é particular, mas muito boa também, você aprende muita coisa, muita bagagem, sabe? Eu aprendi muito sobre a minha cultura. Essa pós eu, Denise e Fabiana fizemos juntas, no início quando a gente começou, as gurias [Fabiana e Denise] tinham terminado o curso e assim tinham meio parado. Daí, eu disse para as gurias assim “óh, vamos continuar!”. Uma tenta sempre estimular a outra, de continuar estudando. Sempre quando a gente vê um curso assim, “óh, vamos fazer junto”, porque daí também a gente tem companheira, né? Companheira pra tá indo, pra tá discutindo, trazendo, fazendo coisas para a discussão também. Daí esse aqui também a gente fez junto. Depois dessa, eu fiz um curso de Pós-Graduação em Artes pela Universidade Federal de Pelotas, que é da área de artes, essa eu terminei em 2022.

Eu terminava uma e já tentava iniciar outra. Eu fiz a especialização em Docência do Ensino Religioso, pela Faculdade IBRA²⁷ de Brasília, essa foi mais por curiosidade em querer entender um pouco essa coisa da religião. Que é a docência no Ensino Religioso, sabe? Porque daí em função do curso, da vida, da nossa cultura, da história cultural afro-brasileira, eu vi que tinha muita coisa assim, que eu queria saber como é que as escolas ensinam e daí eu conversava com alguns alunos e eles passavam uma coisa, sabe? Aí eu pensei “não, mas isso acho que é muito do professor”. Aquele professor mais antigo, com aquele ensino, mais doutrinador, catolicista, sabe? Que na verdade a gente sabe que o ensino religioso, que o ensino todo no Brasil começou com a catequização, com essa questão de doutrinar, na verdade, né? Então, eu queria saber e entender um pouco mais como trabalhar isso. Como o professor deveria trabalhar com a questão da religiosidade

²⁷ A Faculdade IBRA é uma instituição de ensino superior privada e oferece cursos de pós-graduação e graduação nas áreas humanas, biológicas e exatas e possui unidades em diferentes cidades e estados.

na escola. Por isso, aí que eu resolvi fazer essa Pós, pra entender também um pouco mais como funciona. Daí eu aprendi que na verdade o Ensino Religioso, ele tem que trabalhar todas as religiões, porque na sala de aula o professor vai ter todos os públicos. Hoje em dia a gente sabe que é muito, muito diverso, sabe? As religiões que existem no mundo, que existem no Brasil. Então, por isso que eu quis fazer, mais para aprender também, sabe assim?

Eu fiz várias especializações. Depois eu não consegui sair da especialização, eu não consegui fazer o mestrado e ir adiante ainda. Teve uma época que acabei fazendo quatro pós juntas. Tem mais uma pós, que é sobre essa questão pedagógica, que é a Especialização em Gestão e Coordenação Pedagógica, também pela Faculdade IBRA de Brasília.

Essa Especialização em Educação Especial com ênfase em deficiência auditiva pela Faculdade IBRA de Minas Gerais foi para minha curiosidade, porque o meu primeiro gosto mesmo pelo ensino partiu disso, sabe? Porque o meu primeiro trabalho, a criança que eu cuidava, era surda-muda, então e eu aprendi Libras²⁸ quando eu trabalhei em Santa Maria, que cuidei dela. Por isso, essa minha paixão por querer fazer Educação Especial. Eu levava a criança no Cóser²⁹, na época em Santa Maria. O Cóser, era a escola e no NEPS³⁰, na UFSM. Ele tinha um ano quando comecei a trabalhar e a gente descobriu junto que ele era surdo-mudo, porque a minha patroa tinha na família dela, toda geração alguém nascia com essa deficiência. Tanto que ela tinha uma tia, ela tinha uma prima, e depois ela veio ter o filho, né? Então, a gente, na verdade, a gente aprendia muito, assim, sabe? Porque quando tu tem alguém, tu tem que fazer Libras junto. Eu lembro que eu levava ele no Cóser e tinha os momentos que a gente tinha também, a gente tinha estudo lá, tinha aula também. O NEPS era mais para o desenvolvimento, o Cóser que era mais de ensino.

E Libras se tu não praticar, tu esquece. Porque eu sabia tudo e, depois, conforme passaram os anos, mais de dez anos que eu não tinha mais contato, que saí do trabalho, eu esqueci. A gente esquece muita coisa. Lá no trabalho tinha a sobrinha dela e ela era mais ou menos da minha idade e estava sempre junto, sempre se comunicando. Eu lembro de quando ela saía junto. Eu trabalhava, ajudava as crianças, eu fiquei, mas parecia da família, porque a gente saía juntos, fazia festa juntos.

²⁸ Língua Brasileira de Sinais, em 24 de abril de 2002 foi sancionada a Lei nº 10.436 que regulariza a Libras como meio legar de comunicação e expressão e expressão no Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm.

²⁹ Escola Estadual de Educação Especial Doutor Reinaldo Fernando Cóser, localizada na zona urbana de Santa Maria, distante 52 km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

³⁰ Núcleo de Educação Permanente em Saúde.

Eu tinha a minha responsabilidade de cuidar das crianças pra ela, mas a família dela ficou como se fosse minha família também. Então, o contato era muito direto com eles. Tanto que eu acabei abraçando uma responsabilidade tão grande assim na época, porque ela ficou com depressão em função do menino ter nascido com essa deficiência e ela não soube como lidar no início. Acabou tendo depressão e eu tive que assumir, assumir a casa, assumir a família dela, cuidar. Tinha que cuidar dela, tinha que cuidar das crianças, tinha que cuidar da casa.

Quando eu fui trabalhar lá, ela já tinha ele, ela já tinha os três filhos, já tinha uma menor, só que ela não tinha percebido ainda que ele tinha essa deficiência. Ele era pequenininho, a gente percebeu, eu percebi foi por um acaso assim, sabe? Porque eles moravam ali em Camobi³¹ e perto de um terreno onde passava o pessoal ali da Base Aérea de Santa Maria, sabe? Tinha sempre avião passando. E então um dia ele estava dormindo e aquele avião passou se tremendo e eu notei que ele não acordou e daí são coisas que a gente percebe, “esse barulhão, a criança vai acordar”, não acordou. Outro dia eu notei que o mais velho, o menino mais velho ligou o som lá no último volume e ele também não acordou. Comecei a me tocar mais. Daí, como tinha a função de histórico familiar eu comecei a falar pra ela “Olha, vamos ver, o Mateus, ele não acordou. Vamos cuidar, vamos ver se ele não tem algum probleminha”. Então, a gente começou a tentar fazer os testes com ele, chamar ele quando estava virado de costas. E ele não reagia, porque tu olhando assim não percebia, porque ele assistia televisão com a gente, ele dava risada, mas é porque ele começou a desenvolver algum outro tipo de leitura, assim, sabe? Visual, labial...

E daí que a gente custou a perceber e, como uma criança menor, de um ano mais ou menos, não fala mesmo, só resmunga a gente achou que podia ser mesmo o desenvolvimento dele. Então, ela começou a levar. Ela levou nas clínicas pra fazer os testes direitinho, foi quando ela descobriu o que ele tinha e qual era o grau de surdez. E assim não tinha reversão, não tinha nada, não adiantava usar aparelho auditivo, já era hereditário mesmo. Aí até ela aceitar, no início demorou um pouquinho. Mas, daí a gente começou a levar para desenvolver. E como eles se desenvolvem rápido! E como eles aprendem rápido, né? Porque os outros sentidos parecem que ficam mais aguçados. Eles aprendem muito rápido, tanto que eu comecei a me encantar com aquilo, sabe? Porque ele sabia, ele começou, tipo assim, as paredes estavam sempre riscadas, porque ele estava sempre desenhando e fazendo letra. Ele começou a se desenvolver e eu comecei a me encantar com a Educação Especial, levando ele, tendo esse contato. Então, por isso eu me apaixonei, por isso que

³¹ Camobi é um bairro da cidade de Santa Maria.

eu resolvi fazer esse curso, essa pós em Educação Especial com ênfase em deficiência auditiva, mas não foi o que eu esperava. Porque eu achava que eles iam trazer mais essa questão da Libras, sabe? A linguagem de sinais, assim, para a gente aprender bem, mas não, é tudo muito didático, é tudo muito conteúdo teórico. Essa pós, assim não, não me satisfaz, sabe? Não me satisfaz, pelo que eu achava que ia ser. Tanto que eu disse assim pra mim “Ah, tu tem essa pós, tu vai...”, porque tem alguns municípios que tu pode fazer o concurso, tendo uma pós naquela área, mas eu achei que essa acabou desenvolvendo mais aquela questão teórica, essa questão toda, mas a questão da língua de sinais, ela não me trouxe nada de novo. Então, eu acho que tem coisas que eu teria que fazer um curso mesmo focado na língua de sinais.

Então, eu completei seis pós-graduações e no final desses cursos, em 2020, eu fiz o Enem³² pensando assim, “não, como que um professor vai dar aula e vai cobrar do aluno, vai tentar falar sobre o Enem, vai ensinar o aluno se nem ele não sabe como que é essa experiência do Enem?”, eu acho, pelo menos que por experiência um professor tem que fazer a prova do Enem. Eu penso nesse sentido, então eu fiz pra ver como é que é. Aí, foi o primeiro ano que a minha filha fez, as primas dela também, fomos todos fazer o Enem. E eu fiz, assim, por experiência mesmo, eu não estudei para fazer, porque no Enem não cai só Língua Portuguesa, não caía só a minha área, né? Então, ia cair todas as outras áreas que eu não tinha estudado, e fazia mais de dez anos que eu não estudava. Só que eu percebi que o Enem ele não te cobra só o conhecimento didático de sala de aula, ele te cobra muito conhecimento de mundo também. Aquela bagagem que tu tem de vida, aquilo ali influencia muito no Enem, tu não precisa ser aquele aluno assim que foi dez na sala de aula. Se tu é uma pessoa que lê, que tem uma bagagem de vida grande, tu consegue. E eu consegui passar [expressão e tom de surpresa], e eu disse “eu consegui passar no Enem sem estudar?” Mas claro, português e redação me ajudaram bastante. Eu já tinha formação nisso. Isso daí ajudou bastante para eu subir, mas mesmo assim, nas outras disciplinas eu não fiquei com menos de 500, sabe? Assim, de tipo menos da média, fiquei na média igual mesmo sem estudar, por essa questão que eu acho que foi por ter essa bagagem meio de mundo, que a gente tem de vida também, porque tu não é adolescente, não fica tão nervosa assim como um adolescente fica fazendo uma prova. Eu não estava fazendo pensando que eu precisava passar. Eu fiz mais pela experiência. Foi aí a oportunidade que eu tive de fazer faculdade em Educação Especial, né? Eu pensei “Ah, vou fazer Educação Especial agora”. Eu me inscrevi, entrou minha nota, me chamaram, chegaram a me

³² Exame Nacional do Ensino Médio.

chamar, porque daí na época como era pandemia, eu pensei assim “não, depois eu troco para a noite”. Daí, já era todo mundo grande, todo mundo independente aqui em casa, ninguém precisa de mim muito, eu tenho que ocupar meu tempo pra estudar. Então, só que daí eu pensei “Bah, estudar de novo, sair todos os dias de noite também não vai ser fácil, agora não tem muito mais criança”. E daí abriu a EAD no polo de Cachoeira do Sul, então eu troquei, sabe? Daí eu desisti de fazer presencial na UFSM e tentei a minha nota do Enem pra fazer EAD e consegui.

Eu me esqueci de falar outro detalhe. Antes de fazer, de tentar esse curso, eu tinha terminado todas as pós-graduações. Antes de tentar essa de Educação Especial eu tinha começado a fazer Pedagogia como segunda graduação, tanto que o estágio que eu estava fazendo na escola no semestre passado [2º semestre do ano de 2022] era por Pedagogia. Mas aí, pedagogia pela Faculdade IBRA de Brasília eu fazia em dois anos, né? Em dois anos eu terminava, porque daí como eu já tinha uma graduação, a segunda graduação particular tu consegue fazer em menos tempo. Porque parte do conteúdo tu já tem, teórico, tu tem, né? Então, o que tu tem mais que fazer mesmo é essa questão dos estágios tudo certinho, essa questão toda do TCC³³, toda essa parte. E o conteúdo didático de pedagogia pra quem já fez, eu pra mim eu tirei de letra, sabe? Pra quem já fez Letras, porque quem já fez isso, que já tinha estudado todas essas pós-graduações, pra mim foi muito tranquilo o conteúdo didático de pedagogia, eu achei muito tranquilo mesmo. Então, o que eu estava no ano passado, agora em 2022, meio peleando pra levar era essa função do estágio e do TCC, tanto que eu consegui concluir o TCC primeiro do que o estágio pela questão do tempo, disponibilidade de trabalho, daí eu precisava de férias, eu precisava de horas pra poder fazer, porque tem que ter a prática, né? Então, isso eu iniciei e esse ano também, em 2022. Porque daí eu programei, eu me organizei pra terminar as pós. Em março de 2023, eu concluiria pedagogia, daí eu comecei a Educação Especial em agosto de 2021. Educação Especial agora é só conteúdo teórico, é tranquilo, porque eu estava fazendo três, quatro pós junto.

Porém, eu tive que trancar a Educação Especial no início desse último semestre, porque eu não estava conseguindo dar conta dos estágios, do TCC e da faculdade [risos]. Então pensei “não, vou trancar esse semestre, esse último semestre de 2022, que eu preciso, eu tranco esse semestre e reabro agora [primeiro semestre de 2023]”. Só que daí, nesse semestre, nesse segundo semestre eu descobri que estava grávida [risos]. Então, não sei quando eu vou reabrir, eu acho que eu não vou reabrir a Educação Especial agora, porque eu não vou conseguir.

³³ Trabalho de Conclusão de Curso.

Voltando a falar sobre questões relacionadas à cultura e história da população quilombola, durante a minha formação na graduação, a gente sempre vê em alguma disciplina ou outra sobre políticas públicas. Tem alguma disciplina de Políticas Públicas que a gente vê alguma coisa, mas nada muito, muito direcionado assim, sabe, muito específico, como essa pós que eu fiz, que foi integralmente assim. Acho que a disciplina de Políticas Públicas foi a que mais abordou essas questões, assim, sabe?

Sobre a educação familiar, a minha mãe, sempre foi uma pessoa muito assim, sempre cobrou muito. Ela teve quatro meninas, perdeu a primeira, ficou com as três e conseguiu criar as três. E daí, assim, sempre foi muito de disciplina. Essa questão de respeito, tu Deus o livre passar uma pessoa mais velha por ti e tu não pedisse a bênção. Isso sempre foi de ensinamento, de cultura mesmo, assim tu pedia bênção, a pessoa era mais velha de todos, às vezes a gente nem sabia o nome, mas a gente pedia “bênção tio, bênção tia” todo mundo era tio e tia pra gente, porque foi uma questão de ensinamento, de respeito. E você aprendeu que pedir a bênção era uma questão de respeito à pessoa mais velha.

Se chegasse uma visita na casa da mãe, nós tivéssemos todo mundo aqui. A mãe falava “só adulto, criança não fala, não se intromete em conversas de adulto”. Hoje em dia tu vê muito isso de se intrometer, né? Eles querem ter mais atenção do que... querem ter mais atenção. Não, Deus o livre isso acontecer. E tinha que achar uma forma pra sair daí, não era pra ficar ali no meio escutando conversa dos mais velhos. Sempre foi assim.

O sonho da minha mãe sempre foi ser professora, só que na época dela não deu para poder estudar. Era uma família carente, porque a minha avó ficou viúva com 38 anos, novinha, com seis filhos pra criar na agricultura e trabalhando por dia, ainda, sabe? Porque assim, na agricultura a gente fala, mas até hoje é assim, não era aquela agricultura própria, pois eles trabalhavam de diarista para os outros, sabe? As outras famílias alemãs, italianas que têm aqui ao redor.

A minha avó trabalhava em casa de família, trabalhava em lavouras de arroz, essas coisas assim, tudo, sempre trabalharam. Então, a minha avó ficou muito cedo viúva, com seis filhos pra criar. Minha mãe era a segunda, tinha o meu tio e minha mãe foi a segunda dos mais velhos. Cedo eles tiveram que sair pra trabalhar e ajudar em casa. Meu tio foi trabalhar na fronteira com 11 anos e a mãe com nove anos já trabalhava no hotel lavando salada em Restinga. O primeiro serviço, ela conta até hoje, o primeiro serviço foi no hotel, o primeiro emprego que ela fala, foi lavando salada. Que tinha um hotel, eu acho que o prédio tem até hoje, é em Restinga, perto dos trilhos. Depois

disso ela saiu pra trabalhar em casa de família, coisa assim, sabe? Na lavoura, quando não estava trabalhando, estava na lavoura de fumo, lavoura de essas coisas de capinar, o que aparecia, na verdade, sempre foi o que apareceu de serviço. E o problema maior é que na área rural é que, em determinado período do inverno esse serviço diminui, daí era a época de mais escassez mesmo. Eu sempre disse pra mãe “tinha que fazer igual formiguinha, trabalhar no verão, pra guardar, pra comer no inverno, né?” Porque tinha pouco serviço, porque o trabalho não tinha quase e era a época que mais se passava necessidade assim. E a minha vó sempre disse que teve muita gente que ajudou. Muita gente ajudou, mas como ela disse “não dei nenhum filho meu, criei todos”.

Então, a minha mãe estudou, daí depois já teve que parar de estudar, porque terminou o ensino aqui, era até a quinta série. Antigamente, quinta série era como se fosse o primeiro grau, era assim. Aí depois disso, para continuar estudando, teria que sair daqui para outro lugar, que aqui não tinha. E naquela época, em Restinga, parece que tinha o colégio das freiras, que daí podia voltar tipo para o internato, tinha a escola das freiras ali. Só que como a minha mãe tinha que trabalhar, ajudar em casa, ela terminou aqui e parou. Mas o sonho dela sempre foi ser professora.

A base de trabalho da minha família foi essa assim, sabe? O meu pai também, até quando eles se casaram, tiveram a gente, foi assim. O meu pai até ia pra fronteira, eles dizem que é do serviço de fronteira. Ele pegava um bom dinheiro e vinha aqui, para poder durar um tempo assim, sabe? Acho que era a única vez que a gente ganhava a roupa, ele vinha da fronteira, aí conseguia comprar roupa para os filhos. A única vez que a gente sabia que ia ganhar roupa. Claro, até uma certa idade que a gente não saía, porque não começou a trabalhar junto pra ajudar também, né? Porque com dez anos eu já fui trabalhar na lavoura para ajudar. O meu pai, que às vezes falava “onde cria um, cria dois, cria três”. Aí, eu olho para ele, mas não daquela forma! Hoje em dia não se cria mais filhos daquela forma que se criava os filhos pra trabalhar, pra ajudar, né? Hoje em dia a gente quer dar as coisas para os filhos, a gente quer dar oportunidades pra eles, pra eles poderem ter uma vida melhor do que a gente teve. Então, não dá mais pra se pensar em ter filho assim, como se tinha antigamente, sabe? Sem aquela preocupação, aquele cuidado de que tu ia conseguir sustentar, se tu ia conseguir manter.

Sobre os conhecimentos da comunidade, história da comunidade, muita coisa a gente foi aprendendo depois, com esse resgate cultural que teve. Porque sim, claro, a gente aprendia a base da família da gente. Eu sempre soube quem eram meus avós, que a minha família sempre teve duas descendências, de negro e de índio, meu vô era de família de índio. Então, já teve essa mistura

assim, sabe? A gente sempre soube quem era a família da gente, mas dos ancestrais assim, a história geral, dessa história toda, a gente foi aprender depois, com as pesquisas que foram feitas na comunidade que a gente foi ter essa compreensão, porque antes assim de criança, não. Isso não veio, sabe? Foi depois mesmo, com o resgate que teve dentro da comunidade, o resgate da história e da cultura da nossa comunidade.

Agora eu sabendo, eu passei para a minha filha, ela já sabe. Ela sabe tudo. Tanto que na escola, às vezes, ela debate com os professores por causa disso, sabe? Com essas questões de imposição assim. Eu sei por que às vezes ela chega em casa para mim e conta. E tudo o que eu procuro aprender, eu discuto com ela sobre alguma coisa importante, que eu acho de relevância, eu trago pra gente conversar. Então, eu sei que de uma certa forma ela aprende. E ela também é muito de ir atrás, ela é muito de pesquisar. O ano passado, até aconteceu um episódio com a professora de história passando alguma coisa e ela questionou a professora, questionou e debateu com a professora, sabe? Tanto que uma professora um dia pediu para ela contar na sala de aula um pouco da história da comunidade dela, porque eu tinha passado isso para ela. Eu também tento passar aquilo que aprendo, a gente tá sempre aprendendo, né? E daí ela contou. O que surpreendeu a professora, que os outros colegas dela daqui não conheciam essa história.

Tudo o que a gente aprendeu em relação a costumes, a gente nunca foi tipo assim, especificamente de “ah, é da cultura afro”. A gente aprendeu, a mãe sempre ensinou tudo o que a gente sabe. A minha avó ensinou pra minha mãe, minha mãe ensinou. Eu aprendi muita coisa com a minha avó também, porque a minha mãe sempre trabalhou. Saía pra trabalhar e deixava a gente com a vó, também. Então, a minha avó, tipo o pão, por exemplo, quando se fazia, se juntava duas, três famílias, se reunia, fazia pão tudo junto. Eles assavam naqueles fornos de barro. Aprendi a fazer pão assim, sabe? Tinha que colocar a folha de bananeira em cima pra ver se já estava quente. A gente aprendeu muito isso, mas nunca foi dito assim “Olha isso que tu tá aprendendo é da tua cultura”, não. A gente aprendeu por que era passado de geração pra geração esse tipo de ensinamento, mas nunca especificamente isso da cultura, da cultura negra. A gente não tinha isso, sabe? Nem eles tinham essa compreensão do que é especificamente da nossa cultura ou não, porque até o que eles aprenderam foi muito misturado. Porque se tu vai ver na história, o negro trouxe muita coisa da sua cultura, só que se misturou muito com a cultura dos seus donos, o negro escravizado se misturou muito. Então, especificamente, o que era da cultura negra ou não, nem eles não tinham essa compreensão.

A minha avó, inclusive, é benzedeira. Minha vó benze, até hoje. A gente tenta dar uma segurada nela, porque ela já está com 88 anos. Isso também acaba gerando muito desgaste pra ela também. Porque vinha muita gente de fora e em função da pandemia e por eu trabalhar na área da saúde também, a gente acaba meio freando muito eles em função disso. Então, agora ela deu uma acalmada assim, sabe? Porque era muita gente e a gente sempre teve medo, muito com a saúde deles. E sabe que teve uma parte que eu estava aprendendo muita coisa com ela. Só que, como a saúde tira isso da gente também, sabe? Esse conhecimento de saúde clínica, de trabalhar na área da saúde, acaba desmistificando muita coisa da gente e daquilo que a gente aprendeu.

Esses conhecimentos não têm muito diálogo, sabe? Mesmo a gente como agente comunitário, tem algumas práticas que a gente tenta trabalhar para eles continuarem mantendo. A gente aprende isso com a nossa função de agente comunitário, porque nós somos comunidade, nós temos esse contato direto. Então, assim, o que a gente tenta fazer é com que eles aprendam a trabalhar melhor essa parte. Tipo, eles usam muitos chás, muita erva. Então, lá nós fomos buscar um ensinamento baseado na quantidade certa, porque sabe que pode ser tóxico, também pra que eles possam usar melhor. Só que isso acaba se chocando muito com essa questão cultural e a realidade deles. A minha vó é do tipo assim ah, ela tava com alguma dor, ela tomava chá como água, toma chá o dia inteiro, e já de acordo com o que a gente aprende, temos que tirar um pouco isso deles, porque pode ser tóxico, não pode tomar demais, tem que ser na quantidade certa. Então, até certo ponto é para melhorar um pouco a saúde deles que a gente traz isso. Só que tem alguns médicos que vêm trabalhar na comunidade que eles não aceitam muito. Tipo assim, por essa questão de risco, por algumas ervas serem tóxicas, eles não aceitam muito, sabe? Mas a gente, eu como agente de saúde, sei que não, tu não pode tirar isso deles, eu não acho certo também tirar isso deles, por essa questão de cultura.

Eu sempre tive convívio com minha avó materna, porque meus avós paternos, os pais mesmo, os pais do meu pai, meu pai perdeu com dois anos, ele foi criado por um tio, foi o vô que eu conheci. Mesmo assim, a mulher dele eu não cheguei a conhecer, porque ela morreu cedo também, sabe? Ele foi o que eu conheci mais. O meu vô Cidoca³⁴, que foi o vô que eu conheci, porque ele é uma pessoa muito... pra época, sabe? Ele tinha estudo, ele era alfabetizado, então as pessoas mais velhas que eram alfabetizadas naquela época eram... Ele era tipo Tio Panda³⁵ da

³⁴ Manoel Alcides Menezes.

³⁵ Idelmiro Panda Carvalho, uma das primeiras lideranças da comunidade.

época, que tinha um pouco mais de conhecimento. Ele saiu mais para o mundo e ele teve o pai dele que foi para a guerra também. Então, ele contava muita história, sabe? Do tempo da guerra, tanto que ele herdou a adaga que o pai dele usou na Guerra dos Farrapos³⁶, o chicote, aquele de três bolas [boleadeira] e algumas coisas assim. Ele contava muito, tanto que uma das coisas que eu lembro muito na infância era ele fazer aquelas rodas de conversa e fazer aquela fogueira no meio ali, aquele fogo, aquelas brasas ali no meio pra esquentar e ele contando história. Ele lia, na época ele ia pra Cachoeira do Sul³⁷ e trazia jornal, pra ler o jornal pra gente, para o pessoal assim, sabe? Para conhecer um pouco do que tá acontecendo no mundo. Não tinha televisão nessa época, não tinha. Era o rádio assim, tinha aquelas telenovelas no rádio, não tinha televisão. Então, ele lia jornal, todo mundo sentava querendo saber o que estava acontecendo no mundo, e ele lendo o jornal. Então, marcou muito, esse avô marcou muito a minha infância. Ele era o meu avô adotivo, paterno. Meu avô materno eu não cheguei a conhecer também, porque ele morreu cedo.

Eu só sei um pouco dessa história, do pai do meu avô paterno ter ido pra Guerra dos Farrapos, porque ele contava. Eu não sei te dizer assim com quem, com muito detalhe, até porque a gente não tinha... eu era criança, com cinco, seis anos, mais ou menos nessa época, então tu não tem muita lembrança, sabe? Tem coisas que a mãe, as vezes, traz, lembra alguma coisa assim, mas não é muito também.

Eu sei até que teve um tio meu que por conhecer parte dessa história, o meu tio ele fez até, que ele morava em Caçapava, daí teve aquela minissérie da Casa das Sete Mulheres, que foi feito parte da gravação ali, meu tio, ele foi até figurante na época [rimos]. Porque ele disse assim “eu tenho que resgatar um pouco dessa coisa do pai” e daí na época ele foi, até foi ele que ficou com essas relíquias do vô, sabe? Ficou com ele, dividiram um pouco, daí meu pai teve alguma coisa, mas meu pai ainda era o mais novo dos filhos. E daí não tinha tanta lembrança como esses meus tios, que ouviram mais, que sabiam mais. Então, eles acabaram valorizando um pouco mais também essa parte da cultura, quando tu é mais velho, tu é mais maduro.

O meu pai ficou aqui na comunidade. Tem um outro tio que mora aqui, mas da família do meu pai, não tem muito contato, ficou um outro tio meu que mora do lado de lá. Eu fui na casa dele umas duas, três vezes, como agente comunitária, não como família. Não tenho muito contato, sabe? Porque o meu pai vem de uma família de cinco irmãos. O que meu vô criou aqui, esse vô que eu te

³⁶ A Guerra dos Farrapos, ou Revolução Farroupilha, ocorreu na província do Rio Grande do Sul, entre 1835-1845.

³⁷ Cachoeira do Sul, município sul-rio-grandense, localizado na região central do estado, distante 201 km da capital Porto Alegre e 90 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

falei, criou os dois mais novos. Os outros já eram mais velhos, então saíram para trabalhar. Eles acabaram não sendo criados por esse vô aqui. Quem foi criado aqui foi o meu pai e o meu tio que mora em Porto Alegre, que é o que a gente têm mais contato, foi criado junto. Minha tia tinha 14 anos quando saiu, daí ela foi e se empregou em Porto Alegre, o outro tio foi para a fronteira, saíram assim, tudo à trabalho e a gente acabou não tendo muito contato. Eu tenho um tio meu que mora aqui em São Miguel, mas aí como ele e meu pai não cresceram muito juntos, eles não têm aquele contato direto, assim da família. Eu tenho uma tia que mora no Martimianos, ela já está com 80 anos, e daí essa a gente tem um pouco mais de contato, porque ela procurava mais, porque era o irmão mais novo, ela procurava mais.

Da parte da mãe é aquela coisa direto, aquele contato direto, todo mundo junto, sempre [risos]. A minha mãe tem cinco, ela tem cinco irmãos também. Filha mulher são três e três homens. Eu só tenho uma tia minha que mora aqui na Restinga, na cidade, mas está sempre aqui, também. E tem um tio meu que é mais novo, que saiu, viajou, morou em Santa Catarina e morou em outros lugares, mas voltou pra casa e agora está morando na cidade também, mas o resto todo mundo aqui aninhado, a família, os primos, tudo, tudo.

Já das filhas da minha mãe, eu fui a única que permaneceu, porque a minha irmã mais nova, depois de ter ido pra Minas, pegou gosto. Ela chegou a vir depois, quando ela tinha 16 anos. Porque daí ela foi para lá com 14 anos, cuidar da minha sobrinha. E depois ela voltou embora pra cá, que daí minha irmã tinha colocado minha sobrinha na creche. A mãe trouxe ela de volta, ela ficou um ano aqui e não se adaptou mais, daí acabou voltando pra lá de novo. Depois, lá ela já começou a trabalhar também, já conheceu o marido dela por lá e não voltou mais. Ela vem só de férias mesmo, agora só pra visitar.

Eu trabalho há 17 anos como agente comunitária aqui na comunidade. Por isso que a gente acaba conhecendo muito a comunidade da gente. Porque o trabalho te coloca dentro da casa da pessoa todos os meses, direto, assim a gente conhece bem a realidade. E eu, na verdade, resolvi voltar a estudar porque a profissão não era muito valorizada na época, nossa profissão era muito desvalorizada. Nem era uma profissão, na verdade, era um trabalho não visto como uma profissão estabelecida, assim, sabe? Então, nós éramos como se fosse só um suporte da equipe ali. E, com o tempo, com a luta da classe, que sempre tem que ter em todas as classes, se não tiver luta, tu não evolui. Mas, com essa luta, nós hoje em dia conquistamos uma profissão, agente comunitário é

uma profissão regulamentada em lei³⁸ hoje, e os municípios, na verdade, só mantiveram essa profissão, essa categoria trabalhando ainda porque nunca tiveram muitos gastos. Porque é uma área que o dinheiro já vem lançado direto do Governo Federal, era um projeto do governo que já vem repassado direto o nosso salário, ele repassa todos os meses integral. O único gasto que o município tem é com os restos dos direitos trabalhistas, essas coisas, sabe? Mas o salário base mesmo, o piso salarial o governo repassa todos os meses.

Até o ano passado eu pensava assim “não, vou sair, porque tomo muito sol, é uma profissão desgastante, é quente e tudo”. Por mais que a gente tenha essa coisa do contato direto com as pessoas. Tem essa questão de que a gente acaba se tornando amiga, mas também acaba conhecendo muitas pessoas, conhece muita gente. Você acaba sendo muito a família de todo mundo, sabe? E eu vi, eu percebi que a escola também nos proporciona isso. A escola no dia a dia também nos dá essa ligação. Então, é uma área que também não me deixa longe assim das famílias.

Durante o estágio eu percebi que bah, criança te suga um monte, eu digo porque olha, eu depois de todas essas experiências, eu ainda penso assim “eu prefiro os maiores” [rimos], eu prefiro os maiores por essa questão do desgaste físico da gente assim. Sabe por quê? Tu corre, tu senta, tu levanta e a criança ali. Tu tem que tentar de alguma forma ter a atenção dele, tem que fazer com que ele fique. E tu trabalhando com adolescente é diferente, tu fala com ele e ele já tem aquela compreensão de que se ele não quiser aprender, quem vai perder vai ser ele, não é? Então, é diferente da criança. A criança tu tem que fazer com que ele entenda, tu tem que fazer com que ele tenha a tua atenção. Tem que fazer com que ele goste de ter aquilo ali. Claro, que com o adolescente também. Eu aprendi também que muitas vezes o professor perde o aluno por não ser flexível. Se tu vê ali, tu está trabalhado de uma certa forma. “Ah, não tô conseguindo atenção daquela turma”, então eu vou mudar, vou diversificar, vamos trazer uma outra coisa hoje, vamos fazer uma outra coisa, porque tipo eu, as minhas experiências que tive com adolescentes foram muito boas.

A experiência com crianças até me surpreendeu porque ontem eu fui fazer um trabalho, fazer meu trabalho como agente comunitária e as crianças me chamam de professora, ainda, “Não vai voltar pra sala, não vai dar aula pra mim de novo? Quando é que tu volta?” Daí o que que eu digo pra eles? “É que agora a profe tem que cuidar de uns vovozinhos que estão doentes. Tem que cuidar de umas pessoas que estão doentes agora”. Até ontem, uma criança disse assim pra mim “tá,

³⁸ Lei nº 14.536, de 20 de janeiro de 2023. Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, a fim de considerar os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias como profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, para a finalidade que especifica (Brasil, 2023).

e depois que eles melhorarem?” [rimos] disse bem assim pra mim “e depois que eles melhorarem?” Aham. Não, eles são muito espertos. Daí, a mãe deles disse assim “daí ela vai ter dois nenês pra cuidar, depois vai nascer os nenês dela”, não, olha. E isso é muito gratificante também. A gente vê que o momento que tu se dedica muito, que tu se entrega pra aquilo que tu está fazendo, tudo tu consegue desempenhar. Depende muito da gente.

Então, eu pensei até em sair. Só que agora, no momento, pela questão da desvalorização da classe, que eu acho assim, eu ainda vejo assim que o professor é muito desvalorizado em relação ao pagamento. Eu não penso ainda em sair do meu trabalho para dar aula por causa disso. Por questão financeira não compensa, ainda. Não compensa mesmo, sabe? Porque eu estou há dezessete anos trabalhando como agente comunitária, um pouco ali já fecha o tempo. Eu já me aposento, e daí eu vou começar tudo de novo? Às vezes, eu sei que minha mãe e alguns familiares, “mas tu está estudando tanto para que, então? Tá estudando tanto, fez esse monte de curso pra que se tu não exercer?” Não sei se não, eu não disse que eu não vou exercer. Eu disse que no momento eu não pretendo. No momento eu não pretendo, mas o futuro da gente, né? E uma também é que eu sou concursada como agente comunitário. Não vou sair do meu serviço para pegar um contrato temporário ali, não tem porquê. E mesmo que pegar um concurso de 20 horas, também não compensa, eu vou ganhar menos do que eu ganho. Então, querendo ou não, a gente é pobre. A gente tem que pensar nesse lado financeiro também, para ti poder ajudar e continuar mantendo o que a gente tem, para poder manter os estudos dos filhos também. Pensar no futuro pra eles. Eles também agora, cada vez mais [falando sobre os gêmeos que ela está esperando].

No que diz respeito a religião eu até fiz aquela pós, por uma questão, eu digo, eu acho que foi uma questão meio cultural. Eu sou católica, batizada, né? Porque aquela questão que o filho nasce e tem que batizar e tem que se batizar. Se não batizar o filho vai ficar pagão. Sempre ouvi isso, porque como eu disse, é uma questão cultural mesmo ali que vem de...

Então, assim, eu sou católica, mas eu não frequento a igreja, não frequento missa, nada. Eu tenho uma parte da minha família que eles são da Umbanda, ali sabe? Tem uma parte da família que são, também não frequento. Também respeito. Procurei entender mais, entender mais sobre essa questão de religião e essas coisas religiosas. Eu acredito em Deus, eu acredito que tem um Deus superior, mas assim eu não acho que eu tenho que estar lá dentro da igreja todos os meses, todos os dias, para ele me ouvir. Se a gente tem fé, eu acho que a base de tudo é a fé, independente e de acordo com o que eu vejo das religiões em si, teoricamente, é uma coisa, né? Mas de acordo

com o que tu vê das religiões em si, das experiências, todas tem uma falha. Não consegui ver assim, “Ah eu sou católica, batizada”, mas eu vejo muitas falhas na Igreja Católica, sabe? Não sei se é a igreja em si, ou é o homem que está ali, que está na frente de tudo, porque o homem é falho. Mas também já tive experiências de conhecer outras religiões. E vejo que todas elas têm uma coisa ou outra assim.

Tem essas religiões que cobram um dízimo altíssimo de uma família que não tem nem condições, tem que pagar não sei quantos por cento da sua renda pra mandar pra igreja, pra manter um pastor, um bispo lá, uma igreja lá e falta em casa. É como a Igreja Católica, gente. Eu não entendo por que tanta gente passa necessidade aqui e tem lá aquele papa num castelo cheio de ouro. Isso e eu acho desigual. Entende? Essas realidades assim que não me faz querer estar dentro de uma igreja, frequentando, porque pelo que eu conheço da Bíblia, que eu aprendi muita coisa também lendo a Bíblia, não é isso que a Bíblia prega, não é esse tipo de ensinamento. Então, é por isso que eu fico ali, não frequento, sou católica e não mudei de religião, porque também não achei uma religião que me dissesse assim para mim assim “óh, essa daqui é mais certa”, todas elas, todas as que eu tenho, que eu procurei ter contato, que eu fui pesquisar, fui ver, são falhas, tem alguma falha, sabe? Tem alguma coisa que é exagerada no ensino, na cobrança.

Acredito em Deus, eu acredito que existe um ser superior. E eu digo assim também, eu vejo, tem algumas religiões que dizem que esse ato de benzer é bruxaria, então se eu acreditar nisso eu vou dizer que minha vó é uma bruxa? [levantou o tom de voz]. Então, são coisas assim que não te deixam ter essa crença, sabe? Tipo, eu tenho parte da família que são umbandistas, que são de religiões de matrizes africanas e então se eu disser que o que eles estão fazendo é como algumas religiões pregam, que isso é um ato satânico, então eu estou indo contra a minha família, que eu sei que não faz esse tipo de coisa, sabe? Por isso que eu digo, tem coisas que a gente lê e absorve o que é bom para gente, absorve o que a gente entende de correto. A gente aprende as religiões, eu estudei um pouco, mas teoricamente é totalmente diferente daquilo que acontece dentro dos espaços.

Quando nós éramos menores, teve um período que a minha família ia no Centro de Umbanda e que a minha mãe ia, sabe? Ela participava em algumas festas assim, alguma coisa. Teve um certo período que teve um contato maior com o centro ali, mas aí depois a gente acabou se afastando. Acabou por se afastar, a minha mãe também se afastou porque teve alguns acontecimentos dela que ela preferiu não seguir, sabe? Que a minha mãe também poderia fazer

parte ali, mas aí ela decidiu não seguir. Como é uma família, eu acho que vai uma sequência, ela se afastou e afastou a família. A mãe também nunca foi uma pessoa de estar dentro da igreja direto. Isso acaba influenciando muito na gente também, nos filhos também, sabe? Eu tive a minha irmã, que é espírita e ela frequentava o centro espírita mesmo, ela não chegou a mudar a religião como a maioria. Se tu vai falar com as gurias ali, o pessoal que é da Umbanda, é batizado na Católica.

Essa questão toda da história deles, de não ser permitido que o negro cultuasse a sua cultura, a sua religião de origem, eles acabaram se misturando muito com o catolicismo, tanto, que tem os mesmos... muitos santos que são da Umbanda, são os mesmos da Católica, só muda o nome assim, por essa questão de eles não ter a permissão né? Mas assim parece que ficou enraizado como se fosse uma tradição, nasceu, batizou. Eu tive uma prima minha que quando ela casou agora com o irmão da Fabiana, o Fabiano³⁹, ela casou no Centro de Umbanda. A primeira vez que eu vi alguém se casar assim, no centro de Umbanda. Como aquilo ali foi muito bonito! A cerimônia foi bem diferente, sabe? Daquilo que a gente era acostumado. Eu achei bem bonito mesmo.

Como é que eu vou dizer como eu vejo o Centro de Umbanda aqui na comunidade? Eu vejo, como eu vejo a Igreja Católica ali, sabe? Eu não tenho... Como é que eu vou explicar isso? Eu sei, eu sei que o Centro Umbanda simboliza muito aquilo que veio da nossa cultura. Eu sei disso, mas como uma questão de crença, não muda muito para mim, sabe? É como se fosse a Católica, como se fosse qualquer outra coisa. Não muda muito em questão de crença mesmo. Ah se eu te dizer assim “Ah, eu acredito mais, ah eu vou fazer alguma coisa”. Não acredito mais, nem menos.

Essa relação comunidade e escola, olha, o que eu vejo, o que eu sinto é que já existiu muito mais, sabe? Essa relação era mais próxima. Mas se tu conversar com qualquer um, acho que qualquer um consegue ter essa visão de que a comunidade era muito mais próxima da escola. A comunidade se afastou muito da escola, não só por esse último ano ter saído as séries finais, que diminuiu, claro que diminuiu o número de alunos na escola. Mas não se tem mais aquele contato direto. Tipo, parece que eles se desobrigaram muito. Hoje em dia, tipo assim, a dificuldade que tem de reunir os pais para ir lá na escola limpar o pátio, por exemplo. É uma das coisas que dá pra ti ver. Antigamente não, a escola era nossa, a escola era da comunidade. Os pais estavam lá dentro ajudando. Parece que hoje em dia tudo é obrigação do poder público também, sabe? A gente vê

³⁹ Fabiano Mansueto Rosa.

muito isso nas falas. Não querendo defender o poder público, mas se tu vai parar para avaliar, a minha época de aluna, tu via que os pais estavam mais lá dentro, ajudando mais.

O grupo do CPM⁴⁰, de pais mestres, era muito forte na escola, era muito atuante na escola. Boa parte da verba que ia para a escola era dos eventos que se fazia. Depois, com o tempo, muita coisa foi proibida também. As festas da escola eram no salão, no centro comunitário, nem era nas dependências da escola, era no centro comunitário. Fazia aquelas festas assim que tinha baile e festa o dia inteiro, enchia de gente. Conseguia tirar um dinheiro bom para a escola fazer alguma coisa. Hoje em dia eu não sei se é o tipo de festa que também, o tipo de evento que se diz que se trabalha hoje em dia, que é mais em relação ao pedagógico, assim, sabe? Tu não consegue juntar muita gente na escola, muitos pais não vão. Os alunos não vão. Quanto menos o resto da comunidade, sabe?

Eu percebo que perdeu muito aquele contato assim direto da escola, e também pela necessidade, acho que agora tem mais funcionários na escola que faz o serviço também, eu percebi agora nesse meu estágio, terminou a aula, quem varre a sala de aula pra deixar pronta é a professora, não é o aluno. Então, tu vê essa diferença, parece que se desobrigou muito, sabe? Parece que o aluno não se sente mais tão parte daquilo ali, daquele espaço como antes. Nós víamos a escola como espaço nosso e hoje em dia o aluno parece que está lá só para aprender e deu, não é dele aquilo ali. Quando tu sente aquele espaço como teu, tu quer cuidar, tu quer manter, tu quer deixar limpo, né? E tu fala para um aluno varrer uma sala hoje em dia. Nada é obrigação. E também porque muitas vezes nem em casa não faz, porque dentro da realidade das casas de cada domicílio, dentro da realidade familiar, muda muito.

Eu sempre tive uma relação de portas abertas com a escola. Desde aluna, depois a minha filha dentro do espaço escolar, sempre estive atuante lá. Eu sempre fui uma aluna muito participativa em tudo na escola e depois como mãe também. E é muito pela minha profissão também, como agente comunitária. A gente sempre teve muito dentro da escola tentando trazer alguma forma, mesmo sem ser como professora, como estagiária, alguma forma de ensinamento para o aluno. Por ser agente comunitária, a gente trazia umas oficinas pra escola, nós trazíamos palestras também. Porque escola e saúde andam juntas. É um espaço de aprendizado ali. Nós fizemos oficinas de material reciclado, como agente comunitária, sempre levamos isso pra escola. Então, a minha profissão também me possibilitou estar atuando como mãe também, sabe? Eu

⁴⁰ Círculo de Pais e Mestres.

participei dos conselhos, participei do conselho escolar, do CPM, participei do Conselho de Alimentação Escolar também. Sempre procurei estar ali, tanto quando entra uma direção e sai outra, sempre gostei de ver e saber, acontece qualquer coisa com o aluno já chama a agente comunitária pra conversar pra tentar ajudar a resolver algum problema, sabe? Então, a gente não tem como dizer que não, a gente sempre teve muito esse elo, eu sempre tive. A escola sempre esteve de portas abertas para mim, para qualquer esfera.

Eu acho que os pais também têm que se fazer presente. A escola não precisa chamar, sabe? Tipo, a minha filha tá indo pro colégio, eu vou lá na escola hoje, eu quero ver com a professora como é que ela está, entende? Então, eu sempre tive acesso “Não, quero falar com a professora tal coisa. Como é que ela tá?” Vou lá, falo com a professora. Sempre teve esse espaço como mãe, eu sempre tive isso. E acho que vai muito de pessoa mesmo, sabe? O que acontece muito assim, com alguns pais, é eles esperam ter alguma coisa, um problema para ser chamado. Eles esperam a escola chamar, eles não se colocam presentes muitas vezes, alguns sim, muitos estão sempre ali também atuando.

A escola é uma veia da comunidade. Ela é o grande suporte da Comunidade, porque a escola é a base, é uma parte, é como uma extensão do que a gente tem, do ensinamento que a gente dá em casa. Tu inicia uma educação com o teu filho ali, quem vai dar essa extensão vai ser a escola. Então, tem que ter esse contato, tem que ter essa relação direta com a escola. É muito importante. A escola sempre vai ser importante e nós ainda temos o privilégio de ter uma escola dentro da nossa comunidade, né? Então, eu acho que se tiver um bom diálogo, se tiver uma boa comunicação e vontade, muita questão cultural a escola tem chance de trabalhar, porque é só trabalhar, é só os professores também abrir um pouco a mente e saber, aqui é uma Escola Quilombola a gente vai tentar trazer o conteúdo de forma diferenciada, para que eu não traga só a parte didática, traga também essa parte de cultura, essa parte em todas as disciplinas, se o professor quiser, ele pode trabalhar, porque ali tem a lei que dá a obrigatoriedade⁴¹ e tudo mais. Daí, ela traz aquelas disciplinas, Artes, História, mas o professor de Matemática, por exemplo, ele pode trabalhar alguma coisa lá. Ele não precisa trabalhar diretamente, mas ele tipo assim, alguns problemas de matemática, ele trabalha com data, por exemplo, né? Então, tem uma forma de se trazer um pouco

⁴¹ Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

da história, mas junto com Matemática, só tu tem que ter um jogo de cintura, querer trabalhar um pouco isso.

Hoje em dia ainda tem essas redes, essas extensões, esses que as escolas, às vezes têm, esses cursos de extensão. Essas que fazem trazendo algum tema específico, alguma coisa específica. Eu sei, por que nesse ano que passou as gurias, acho que a Fabiana e a Denise trabalharam alguma coisa, não sei se foi uma iniciativa do município, porque quando se para pra pensar, o município de Restinga Sêca, ele tem três comunidades quilombolas, não pode fechar os olhos para isso, né? Existem três comunidades quilombolas. Então, eles têm que trabalhar isso, porque os alunos eles vão estar aqui na Manuel Albino, eles vão estar lá na Sete de Setembro⁴², eles estão ali na Três de Outubro. E dessas comunidades, eles vão estar espalhados, então não é só aqui que tem que ser trabalhado isso. E as gurias, acho que elas fizeram algum trabalho relacionado a isso, levando um pouco da cultura para alguns professores. Fizeram um trabalho com os professores, mas isso tem que ser mais contínuo, sabe? Tem que ser feito com mais frequência e também tem que ter muito interesse do professor.

Nos períodos que eu estive dentro da escola eu percebi muito que é mais quando precisa, sabe? Quando precisa a escola busca trazer a comunidade para dentro, quando precisa da gente estar presente em atividade, em algum evento, alguma coisa assim, eles tentam trazer a comunidade, mas geralmente, não. Acontece mais quando tem algum evento, alguma comemoração, alguma necessidade física da escola, nesses momentos assim que tu percebe que a escola chama mesmo a comunidade para estar ali e mais a comunidade que eu falo, mais tipo pais e alunos, eu percebo muito assim, essa falta da comunidade em si nos eventos da escola, porque parece que não tem essa busca, sabe? Tem muito falhas, tipo assim, eu não posso dizer que isso é uma falha da escola ou se é falha também da comunidade de achar assim, eu não tenho mais filho na escola, eu não preciso ir. Não sei, porque muitos terminam, o filho não está mais lá, acha que não precisa mais ir, não precisa mais tá lá presente, não precisa mais estar ali na escola, porque não tem mais filho estudando ali. Parece que eles acham que não tem mais aquela obrigação de estar ali, sabe? Mas aquele espaço continua sendo nosso, sendo da comunidade. E o momento que a comunidade está unida ali, é uma preservação bem maior.

⁴² Escola Municipal de Ensino Fundamental Sete de Setembro, localizada na zona rural de Restinga Sêca, distante 9,3 km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

Teve um projeto que buscou explicar um pouco da história da comunidade a partir de pessoas daqui, teve com a Tia Zilá⁴³, Tio Adélio⁴⁴, Tio Panda, também. São pessoas também que estavam muito presentes na escola, mas a Tia Zilá fazia parte do CPM, ela ficou como comunidade, ela ficou um bom tempo fazendo parte do CPM. Então, assim, a Tia Zilá participava, porque ela é uma das pessoas mais idosas e ela ficou um bom tempo atuando, se tu buscar naquele histórico de criação da escola ela já estava lá, eles já estavam lá, sabe?

A escola deveria ser uma escola quilombola, né? Porque uma escola quilombola, na verdade ela tem que atuar como tal. E de acordo com o que a gente aprende, a atuação da nossa escola não é como deveria ser uma escola quilombola. Porque uma escola quilombola não trabalha a cultura só na semana, só no mês de novembro. A gente sabe que não é assim. Por isso que lá na Secretaria Municipal de Educação dizem que ela é uma escola normal [regular], porque também existem barreiras ainda no município, sabe? Tem barreiras ainda ali que não estimulam, que não permitem. Não sei porque sabe? Se é uma questão de gestão, de gestão escolar ou municipal que está trancando, que não deixa as coisas acontecerem. A nossa escola ela deveria ser, e eu digo deveria ser porque se ela fosse, ficaria trabalhando como tal, como uma escola quilombola, mas ela não vem trabalhando como uma escola quilombola.

Nessa pós que eu fiz teve uma disciplina que falou sobre Educação Escolar Quilombola e eu estudei sobre isso também, tiveram algumas pesquisas feitas por Universidades na comunidade também sobre essa questão. Eu sei, porque daí eu conversei com alguns professores que eram, que tem o Dilmar e alguns que vieram na comunidade conversar sobre isso. A gente trabalhou isso, fez uma roda de conversa sobre isso e teve muita coisa, muita intenção, sabe? De se trazer isso, de ser, de se ficar isso na comunidade, até a nossa escola, até na escola, sabe? Porque querendo ou não, eu não sei, eu nunca entendi se isso veio muito de uma rejeição de gestão ou de gestão municipal, de rejeição de gestão escolar, eu não consegui entender. Mas assim parece que não se enraíza as coisas, não se enraíza, porque pelo certo, pela compreensão que eu tenho, que quando uma escola está inserida num território quilombola, aquela escola é quilombola.

⁴³ Maria Zila Carvalho.

⁴⁴ Adélio Carvalho.

A gente descobriu que vinha uma verba⁴⁵ a mais para a merenda escolar da escola, por ser uma escola quilombola. Quando descobrimos isso eu fazia parte do conselho escolar. Conselho da merenda escolar no município e a gente sabe que o município recebe [ênfase no tom de voz], mas nunca veio uma merenda diferenciada. A merenda que eles recebem é a mesma que em todas as escolas do município.

O papel da escola em relação à cultura, eu acho que está falho. Está muito falho, porque, como eu te disse, a minha filha chegou lá no Ensino Médio, ela sabendo um pouco da história dela, porque a gente trabalhou isso em casa, mas não porque foi passado na escola, a maioria dos colegas dela não sabiam dessa história. E também eu acho falha um pouco da família, da comunidade também, porque a comunidade, os pais também podem falar sobre isso em casa. Os pais também podem abordar sobre isso? Pode, porque a maioria dos pais tiveram esse contato com o pessoal que veio da universidade, porque eles vieram e eles ficavam dentro da casa da gente, sabe? Tanto que quando veio o pessoal lá da Universidade de Porto Alegre⁴⁶, eles fizeram um trabalho na comunidade, eles ficaram hospedados nas casas das pessoas, dividiam em grupos e estudantes e ficavam nas casas. Eu sei que aqui na mãe hospedaram alguns, em vários lugares foi assim, os estudantes ficaram. Ficavam a semana inteira fazendo pesquisa, conversando com as pessoas, sabe? Então, eles esqueceram de uma hora pra outra o que foi feito, eles esqueceram? Não! Assim, eu não consigo entender por que, te explicar o porquê que parece que eles não passam, não transmite para os filhos um pouco daquilo que eles aprenderam.

Na nossa comunidade tem Associação Vovô Geraldo, eu sou secretária até [rimos]. É uma das coisas que a gente fala e as pessoas não querem se responsabilizar também pelas coisas, mas a gente tá tentando trocar a diretoria, pra outras pessoas ocuparem esses espaços, porque não é só a gente, e também as pessoas, todo mundo tem capacidade, até pra aprender um pouco, tá andando junto.

Teve um período que eu saía junto, porque daí a gente andou saindo, militando um pouco a gente diz, né? A gente andou militando um pouco. Isso é muito bom, porque tu aprende. Tu aprende nesses espaços de diálogo. Tu aprende muita coisa, e vê outras realidades. Então, eu saí muito com

⁴⁵ Art. 47 O FNDE transferirá recursos financeiros de forma automática, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo, contrato ou instrumento congênere, nos termos do disposto na Lei nº 11.947/2009, para aquisição exclusiva de gêneros alimentícios, processando-se da seguinte forma:

[...] d) R\$ 0,86 (oitenta e seis centavos) para os estudantes matriculados em escolas de educação básica localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos; (BRASIL, 2023).

⁴⁶ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

o Roberto⁴⁷ para alguns lugares, Fabiano também, até pra gente aprender, como é que tu vai estar dentro de uma diretoria, fazendo parte de uma coisa que tu não entende, que tu não sabe, né? Então, é por isso que a gente acabou saindo muito tempo junto. Só que daí a comunidade se... como é que eu vou explicar? Misturou muito política com comunidade, sabe? Claro, tem a ver, a gente sabe, tem a ver, mas a comunidade não sabe dividir. Uma coisa se relaciona com a outra, mas determinados momentos têm que dividir. Tipo, nem sempre, digamos assim, nem sempre aquilo que tu consegue fazer como diretoria, tu vai conseguir fazer como político, na área da política. Às vezes, até por tu tá ali dentro do quilombo, às vezes os espaços não se abrem para ti, na área da política. Então, a gente não soube trabalhar isso e se quebrou alguma coisa também dentro da comunidade em relação a isso, quebrou alguns elos que se tinha, sabe? Se quebrou pela política.

Isso foi nos últimos tempos, porque no início essas coisas funcionavam tudo. Até porque faz muitos anos que o presidente da Associação é o Roberto Potácio. É ele, e ninguém, vou dizer assim, ninguém se sente, ainda. Outras pessoas tentaram entrar, a pessoa aparece para ocupar esse espaço, mas ninguém conseguia fazer o que ele conseguia, sabe? Ninguém conseguia chegar nos espaços que ele chegou. É o que eu digo, as pessoas não podem tirar o que é da pessoa, não tem como tu tirar o conhecimento dele e todo o espaço que ele alcançou, que ele conseguiu ir. Ninguém conseguiu chegar nem perto, sabe? Das pessoas que tentaram ali, que tentaram a representação. Só que daí, quando ele entrou na área política, ele não conseguiu fazer para a comunidade o que ele esperava que a política fosse alcançar, mas a comunidade não consegue ver que o momento que ele está dentro de uma Câmara de Vereadores, e todos são de um partido diferente do teu, eles vão te barrar. A ideia, a intenção deles é dividir. Quanto mais dividida a comunidade está, menos chances tem de crescer. Daí, eles fazem o que na época da política? Eles colocam um, dois, três candidatos aqui dentro para dividir os votos e não entrar ninguém lá dentro. O Roberto foi vereador por dois mandatos.

Eu não lembro a data específica que foi fundada a Associação Vovô Geraldo, sei que a comunidade já começou a se movimentar como associação na minha adolescência, mas não sei te dizer se já tinha documento assim, sabe? Se ela era regulamentada. Mas eu lembro de que foi na minha adolescência, foi na época que a gente começou a sair para os lugares, eu tinha acho que 18 anos, mais ou menos. Ela já tinha uma organização, já estava se organizando como comunidade,

⁴⁷ Roberto Potácio Rosa, colaborador dessa pesquisa.

que ela estava se reconhecendo também como comunidade quilombola, mas se já era documentada eu não lembro, só olhando mesmo.

Na comunidade tem muitas realidades, muitas. Mas assim também eu te digo que a renda da comunidade não é tão ruim assim. Eu te digo por tá dentro da comunidade, por ver a evolução da Comunidade. Eu, a minha, a primeira casa que nós moramos foi chão batido de tábuas, sabe? De chão batido, com as frestas desse tamanho assim, né? É uma realidade. Então hoje há muitos pais, a maioria tem telefone, são poucos que não tem. Eu tenho uma família que eu atendo, que eles não têm banheiro dentro de casa, mas ela tem o celular com internet. São prioridades e prioridades, como te disse. Então, assim não está tão longe assim. Uma mãe hoje em dia, eu não sei o conteúdo. Tá, mas eu vou lá, tem vídeo aula no YouTube, eu vou lá buscar um professor que explica o conteúdo, pode ser que desse jeito o meu filho vai entender melhor. Só tu não pode ficar tão atrelado só às redes sociais.

Eu nesse ano de pandemia, eu estava assim, além de tudo o que eu fazia, eu estava ficando louca de tanto ensinar os filhos das gurias, das minhas primas que vinham para eu ensinar, tipo dar aula de reforço. Daí, elas não conseguiam, não conseguiam ensinar o que o professor mandava fazer, ainda mais com eles, ficando em casa com eles. Então, eles vinham tudo pra mim, e tudo é uma questão de interpretação dos conteúdos deles, assim, sabe? Tanto que eu comecei a dizer assim pra elas, “eu sou professora de Português, não de Matemática, nem de História”. Eu tinha que ensinar a eles tudo, mas era uma questão de interpretação, de tu ir buscar a temática de tal conteúdo, “eu não lembro”, vou lá, pesquisar na internet, coisas que elas poderiam fazer.

Na escola esse ano já mudou tudo, mudou a maioria dos professores, fiquei sabendo que já mudou todo o quadro, quase, né? [falo como ficou a situação das professoras: ficou a Alceri⁴⁸ que é concursada. A Juvercina⁴⁹. A Denise que ficou com 20 horas, que antes era 40. O resto mudou todas. A Rose⁵⁰ não está mais. A Alexandra⁵¹ foi para Santa Maria e se exonerou daqui de Restinga]. Nossa, a Alexandra também saiu? [tom de surpresa]. [comento que a Aline⁵², supervisora

⁴⁸ Alceri de Fátima Lemos da Silva, colaboradora dessa pesquisa.

⁴⁹ Juvercina Ferreira Glasenapp, formada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás no ano de 2005, atua na escola no cargo de professora desde o ano de 2022 (informação obtida em abril de 2024).

⁵⁰ Rosemari Vargas Siqueira, formada em Educação do Campo no ano de 2014 pela Universidade Federal de Pelotas, atuou na escola na função de professora nos anos de 2021, 2022 e 2024.

⁵¹ Alexandra Marin Colpo, formada no Curso de Pedagogia – Licenciatura Plena no ano de 2001 pela Universidade Federal de Santa Maria, atuou na escola no cargo de professora nos anos de 2002, 2003, 2013, 2018, 2019 e 2022, no cargo de vice-diretora de 2013 a 2015 e no cargo de supervisora pedagógica nos anos de 2016 e 2017.

⁵² Aline Dezotti Freitas, formada em Pedagogia no ano de 2001 pela Universidade Federal de Santa Maria, atuou na escola no cargo de supervisora de 02/2021 a 03/2023.

pedagógica também vai sair]. Bah [em tom de surpresa novamente], então vai ficar sem supervisora pedagógica? Mas que monte de corte. E tu sabe que a Geisila era monitora e daí ela estava naquela, eu falei “Geisila, do jeito que tá não sei se vão chamar.” Daí, ela começou a trabalhar na fábrica, se empregou, não vai mais voltar.

E a creche que era pra começar no início do ano e também nada, ainda. Eu não sei como é que eles estruturaram, mas pelo que eu estava vendo ali na escola, eu acho que não deveria ter aquele acesso direto assim, aquele contato direto da creche com a escola. Eu acho que eles deveriam ter colocado alguma coisa ali que separasse, sabe? Nem que seja uma...uma grade menor assim. Lá na Dezidério, lá em São Miguel, eles colocaram, sabe? Tipo uma barreira assim, até porque tu sabe como é que são as crianças do pré. Tem uns ali que são agitadinhos, daqui um pouco eles estão indo pra lá. Eles vão saber que lá tem brinquedo e vão querer ir. Ali é o acesso do banheiro, então eles deveriam colocar alguma coisa que dividisse, aqui é a parte da creche, e aqui é a parte das crianças.

Mas se colocar grade ali barra a rampa, porque a rampa que dá acesso a uma parte da escola é ali atrás. Sabia que quando eu fiz um trabalho pensando nisso, também não lembro qual foi o curso que foi, que daí eu até coloquei que na escola falta acessibilidade. Mas tu sabe o que acontece? Lá na Dezidério onde eu fiz essa pesquisa, o que eles fazem? Eles vão se adequando conforme as necessidades, é assim. Foi isso que eles me responderam lá. O momento que eles sabem que eles vão ter um aluno especial que vai precisar de braile, por exemplo, que é um aluno cego daí é que eles vão adquirir equipamentos, vão fazer o acesso direitinho, sabe? “Ah se eles vão ter um aluno cadeirante”, daí que eles vão se adequar a aquele aluno cadeirante. Só que eles pensam só no aluno, mas se tiver um pai cadeirante, se tiver algum familiar?

A gente percebe que de um tempo pra cá as dificuldades aumentaram em relação a reformas, ou construção ou aquisição de algo necessário. Eu sei por que eu estudei aqui, entende? Eu fui aluna aqui, todo o Ensino Fundamental, basicamente todo aqui. Então, assim, a gente vê.

Sabe que eu nunca pensei muito sobre a minha posição no mundo, mas eu procuro ocupar os espaços. Eu nunca me enxerguei diferente de ninguém, sabe? Eu sempre tentei e então passo isso para minha filha a tipo assim, as oportunidades estão ali, tu tem que encarar, entende? As portas se abrem se tu vai tentar abrir elas. E o espaço tu tem que ocupar os espaços e principalmente como negra. Tipo assim, é diferente. Se eu me colocar numa posição, eu e tu [se referindo a pesquisadora] tentarmos ocupar uma posição. Tu pode ser sete, eu não, eu tenho que ser nove ou dez, porque

senão eu não vou conseguir estar no mesmo nível que tu, porque a gente sabe que o Brasil e no mundo ainda têm muito preconceito. Tem. Existe. E não sei quando que isso vai amenizar. Não digo acabar, eu digo amenizar, sabe? Que cada vez mais tu assiste televisão, parece que piora. Quanto mais as pessoas têm estudo, quanto mais as pessoas têm ensinamento, parece que não evolui, não aprende. Não aprende que isso já não deveria mais ocorrer. Então, o que eu sempre falo para minha filha. Não dá, até não só por essa questão de preconceito, mas para as oportunidades na vida da gente. Vai prestar um concurso público, por exemplo, ninguém vai ver a tua cor, mas se tu tirar oito e outro tirar nove, vai entrar quem tirou nove. Então, sempre tem que tentar ser o melhor, sempre. E, pessoalmente, tem mais essa questão da nossa raça também, né? Tem que sempre dar seu melhor, se destacar mais. E eu sempre tentei ocupar os mesmos espaços, nunca me senti diminuída, ou melhor que ninguém.

5.3.2 Referências

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 2003c. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.536, de 20 de janeiro de 2023.** Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, a fim de considerar os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias como profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, para a finalidade que especifica. Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114536.htm. Acesso em: 23 mar. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 10 de março de 2023.** Altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2023/resolucao-no-02-de-10-de-marco-de-2023.pdf/view>. Acesso em: 23 abr. 2024.

RESTINGA SÊCA. **Decreto nº 51/2023.** Altera a designação de estabelecimento de ensino do Município de Restinga Sêca. Restinga Sêca: Prefeitura Municipal de Restinga Sêca, 2023.

5.4 “CAPOEIRA É TRANSFORMAÇÃO”

Figura 15 - Foto do colaborador Roberto Juliano da Silva Rosa



Fonte: acervo do colaborador.

Juliano era uma das pessoas que volta e meia eu via frequentar a escola, e não era porque ele tinha um filho estudando lá e ia levá-lo. Não. Os filhos dele nem estudam mais ali, ele passava lá pra desenvolver alguma atividade, ou convidado por professoras ou pela direção; ele passava lá para deixar uma colaboração para a merenda, para ajudar a consertar alguma coisa. E, nesse movimento que ele fazia, eu observava o seu cuidado com aquele espaço, com a escola.

Em uma dessas vezes, isso logo no início do período de campo, ele foi fazer uma apresentação com o grupo de capoeira em que é o professor e organizador. Nesse dia, eu conversei rapidamente com ele, me apresentei, contei o que estava fazendo ali, algo que fazia sempre que conhecia alguém. Após essa apresentação ele falou que tinha pensado que eu era uma professora nova na escola, pois ali sempre há uma rotação muito grande de professores.

Esse movimento feito por Juliano, de frequentar a escola sempre que possível, chamou a minha atenção, pois mesmo que a escola estivesse dentro do território da comunidade, não é algo comum de se ver, pois normalmente quem frequenta a escola são pessoas responsáveis por crianças que estão estudando ali no momento. Isso também era algo comentado pelas pessoas que trabalhavam na escola, a respeito do seu envolvimento com aquele espaço. Depois de observar esse

movimento e conhecer um pouco sobre a sua história, decidi convidá-lo para ser um dos entrevistados. Ele aceitou e se disse muito feliz com o convite, em poder falar da escola, da comunidade e da capoeira.

A entrevista com Juliano ocorreu no dia 23 de fevereiro de 2023, pela parte da manhã. A escolha por realizar a entrevista na escola foi do próprio Juliano, então pedi autorização para a direção, que a concedeu. Ocupamos uma sala que estava vazia naquele turno. Por coincidência, Juliano já havia estudado naquela sala e em vários momentos da entrevista ele revisitou algumas memórias que tinha de fatos que aconteceram naquele local, foi algo inesperado para mim. A entrevista foi longa, mais de três horas de duração, nesse período ele falou sobre as temáticas que estavam no roteiro e outras coisas que não estavam ali, mas que de alguma forma tinham ligação com o que estava sendo falado, histórias que iam de lembranças felizes até a sua revolta com questões que ele relata como acontecimentos na sua infância e que ainda percebe acontecendo na sua vida adulta, histórias que vocês poderão ler na textualização a seguir.

5.4.1 Roberto Juliano da Silva Rosa

Eu sou Roberto Juliano da Silva Rosa, nasci em Agudo¹ no dia 15 de março de 1980 e vim morar aqui em São Miguel. Em oitenta e poucos nós mudamos para Agudo, metade da minha infância foi lá, posso dizer que foi uma infância muito boa em Agudo. Aí, depois eu vim embora para cá, vim morar junto com a minha prima, hoje ela já é morta, era a irmã da Denise², ela me criou até os 13, 13 para 14 anos. Depois meus pais vieram para cá de volta.

Nós começamos a estudar aqui, a minha primeira escola foi aqui na escola Manuel Albino Carvalho³, jardim, primeiro ano, segundo ano... Aí, eu fui fazer quarta e quinta série na escola em Agudo, Luiz Germano Poetter⁴ e na Willy Roos⁵. Em Agudo eu morava na Vila Caiçara, fora da

¹ Município sul-rio-grandense, localizado na região central do estado, distante 244 km da capital Porto Alegre e 31 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

² Denise Maria Rodrigues Vieira, colaboradora dessa pesquisa.

³ A Escola Municipal de Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho passou a ser chamada de Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho em agosto de 2023 quando foi inaugurado serviço de creche na escola pelo Decreto nº 51 de 2023.

⁴ Escola Municipal De Educação Infantil e Ensino Fundamental Luiz Germano Poetter, localizada na zona urbana de Agudo, distante 20 km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

⁵ Escola Estadual de Educação Básica Professor Willy Roos, localizada na zona urbana de Agudo, distante 21 km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

cidade. A minha mãe é de Agudo, o restante da família é daqui. Depois disso, sempre residi aqui na comunidade São Miguel.

Eu estudei até a sétima série, depois não voltei mais a estudar, eu tentei voltar a estudar na EJA⁶, mas daí ficou muito complicado, eu já tinha família e não consegui conciliar o trabalho com os estudos. Como eu já era pai, então optei, “bah, eu vou ter que dar uma estrutura pra minha família”. Então, eu parei de estudar para poder trabalhar, porque o ramo que eu trabalho exige muito do meu preparo físico, que eu trabalho em construção civil, aí eu dormia pouco e eu trabalho em altura e estava sempre cansado, então se tornou meio perigoso pra mim, acabei desistindo de estudar por causa disso. E tinha que sair daqui pra ir na Restinga, aí ficou meio complicado pra mim, chegava tarde em casa, tinha que me levantar cedo, não tinha como. Mas eu comecei no Jardim aqui na escola, e naquele tempo era com quatro, cinco anos que se fazia o Jardim, mas não sei dizer quando comecei exatamente.

Naquela época a escola não tinha essa parte nova que tem agora, ela era só tipo um L, não tinha o primeiro andar dessa parte nova, era só o L. Essa parte tinha o campo, tinha uma horta [apontando para onde atualmente se localiza o prédio de dois andares da escola, a chamada parte nova], que era para lá, afunilada. Tinha uma goleira grande, que era onde tinha os balanços e aí nós cortamos os balanços e fizemos uma goleira para jogar atrás e aqui na frente, bem no meio dessa quadra aqui, tinha um pé de seringueira, tinha um pé de seringueira bem no meio, tá? E as atividades de salto em distância, alguma coisa assim, eram desse lado aqui, nesse corredor [onde atualmente é a pracinha], a quadra de vôlei e de futebol eram ali assim, que tinha umas goleiras de madeira. Os banheiros já eram normais, mas tinha uns banheiros antigos na parte de trás, que é a parte lá onde tem aquele prédio, lá onde é o refeitório, aí tinha os banheiros de material lá que era meninos e meninas [indicando uma separação dos banheiros] que era para a parte dos fundos. E tinha umas patentes que a gente fala aqui, tinha uns buracos grandes onde jogava o lixo, jogava os papéis ali e nós queimava e tinha outro buraco que era para os lixos orgânicos que saía da cozinha, coisa e tal, jogávamos ali, era desse jeito.

Depois mudou, demoliram aquelas patentes que tinha lá, aí ficou um bom tempo parado aquilo ali. Aí, lá fizemos a horta, daí saiu daqui assim [de onde atualmente se localiza o prédio novo e passou para os fundos da escola], a horta saiu daqui, passou para lá, e aí depois fizeram a quadra, que nós tínhamos a quadra aqui que não era coberta, era só aberta de cimento bruto. Quando

⁶ Educação de Jovens e Adultos.

fizeram essa mudança de fazer a quadra eu já tinha me mudado para Agudo, estava estudando em Agudo, quando eu voltei dois anos, três anos depois, eu cheguei aqui, a quadra já estava pronta, já tinha mudado tudo. Aí, foi a época que eu vim morar com a minha prima. A quadra de antes do ginásio não era menor, ela ficou do mesmo tamanho, só fizeram o ginásio, né? Ela tinha uma parte alta, fizeram o ginásio ali assim, ela ficou do mesmo tamanho, é do mesmo jeito que era antes.

Quando estudava aqui eu vinha de a pé, porque eu moro bem de frente. Complicado era para o pessoal que morava mais longe, que nem lá no Cerrito, que nem os alemães [se referindo aos alunos brancos, descendentes de alemães] que vinham estudar para cá, os outros que moravam lá para trás, que tem ali. Mas eu sempre morei aqui, para esse lado aqui, na porta da escola, então o que isso quer dizer, eu abria a porta de casa, já estava dentro do pátio da escola, era mais perto para mim.

Nas aulas de matemática nós fazíamos a tabuada, começou no terceiro ano a tabuada. Então, sempre quando nós entrávamos dentro da sala de aula nós rezava, nós fazíamos umas filas, né? Batia o sinal para entrar, nós já tinha que ir no banheiro antes, era lei, ia no banheiro, fazia a fila e ficava em fila esperando a professora, a professora mandava entrar, nós pegávamos, inclusive nessa sala aqui [a entrevista foi realizada em uma sala de aula da escola] eu estudei o terceiro ano, que era a terceira série, aí quando nós entrávamos, a professora fazia a chamada, após a chamada ela dizia bem assim “Vamos sortear os nomes para fazer a tabuada”. Era assim, e para estudar as outras contas ela dava um papel no mimeógrafo, cada um fazia na sua folha e depois ia até o quadro para resolver o problema que ela escrevia. A gente aprendia mais na dinâmica. Fazia na folha e depois sorteava o nome de um aluno que ia para o quadro e tinha que fazer o problema no quadro, era assim, porque a professora não aceitava decoreba. A nossa professora de matemática sempre dizia “Óh, não pode ser decoreba, tem que saber, tem que entender”, aí era mais assim, era mais fácil de entender, de aprender também.

Na terceira série a professora era a Maria Lúcia⁷. Eu tive várias professoras, mas a que eu lembro, que puxava mais, era a Maria Lúcia. Depois eu tive outras professoras de matemática, que

⁷ Maria Lúcia Alves, formada no Curso Supletivo de Ensino de 2º Grau para Habilitação de Magistério, atuou na escola no cargo de professora entre os anos de 1982 e 1988, no ano de 1994 e no ano de 2001. E no cargo de secretária de escola entre 1995 e 1997.

nem a Itatiana⁸, a primeira negra⁹ que deu aula aqui, só que eu não lembro o nome dela, também cobrava bastante, né?

Nas aulas de matemática, se não me falha a memória, tinha algo que era relacionado com o nosso cotidiano e com a cultura quilombola, como a quantidade de casas, ela sempre explicava assim “Vocês têm que saber o núcleo, o que é o núcleo? É onde vocês moram”. Aí, ela dizia assim “Num núcleo tem tantas casas, que nem aqui na comunidade de vocês, têm formados os núcleos, aqui tem um núcleo, lá embaixo tem outro, quantas casas tem?”. Aí, ela dizia “Fulano saiu embora com tantas famílias e cada família tem tanto”, aí nós tínhamos que fazer a soma. Era um meio da gente aprender quantas famílias tinha, quantos moradores tinha. Era mais ou menos esse tipo de problema que ela fazia. Aí, depois nós saíamos, “Óh, vocês viram”, nós tentávamos fazer o mapa, principalmente a professora de geografia, ou alguma coisa assim, ela mandava nós fazer o mapa da nossa comunidade, de onde nós fazíamos a nossa trajetória, brincava e ia na casa do colega, era isso.

Eu tive várias professoras, porque tinha professora que vinha de Santa Maria¹⁰, umas estavam em transição, alguma coisa assim, porque a gente não entendia muito, né? Mas tinha as professoras que ficaram mais tempo dando aula aqui, a professora Geni¹¹, a irmã dela, a Sonia¹², essa professora que eu falei, a Lúcia¹³, a Itatiana, a professora Rita¹⁴, que aí já era quinto ano, sexto ano, já trocava de professor, então era um professor para cada disciplina. A professora que deu aula

⁸ Itatiana de Abreu Almeida, formada no Curso de Ciências de 1º Grau – Licenciatura Curta no ano de 1994 pela Universidade da Região da Campanha, atuou na escola no cargo de professora de Matemática entre 1996 e 2001.

⁹ Dania Mariza Fontoura Kopp, formada no Curso de Geografia no ano de 1989 pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Imaculada Conceição” agregada à Universidade Federal de Santa Maria, atuou na escola no cargo de professora de Geografia nos anos de 1993, 1994, 1998.

¹⁰ Município sul-rio-grandense, localizado na região central do estado, distante 288 km da capital Porto Alegre e 58 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

¹¹ Geni da Silva Fontoura, formada no Curso Supletivo de Ensino de 2º Grau para Habilitação de Magistério no ano de 1985 pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Professores de Júlio de Castilhos/RS, atuou na escola no cargo de professora entre os anos de 1986 e 2001, 2003 e 2008.

¹² Sonia Margareth da Silva Fontoura, formada em Filosofia (Licenciatura Plena) pela Universidade Federal de Santa Maria em 1986, também formada em Magistério, atuou na escola no cargo de professora entre os anos de 1994 e 1999, 2002 e 2007. No cargo de supervisora entre os anos de 1995 e 1996. E como professora exercendo cargo na biblioteca entre os anos de 2008 e 2019.

¹³ Lucia Maria Bassan, formada em Educação Física - Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria em 1976, atuou na escola no cargo de professora de Educação Física entre os anos de 1993 e 1994.

¹⁴ Rita de Cássia Camponogara Lorenzoni, formada em Letras pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras “Imaculada Conceição” agregada à Universidade Federal de Santa Maria em 1993, atuou na escola no cargo de professora de Língua Portuguesa entre os anos de 1994 e 2004.

mais tempo aqui para mim, foi a professora Geni, essa daí eu tenho bastante lembrança dela, uma outra professora, que até foi diretora ali na Sete de Setembro¹⁵ é a professora Rita.

Todas as professoras buscavam conhecer a comunidade, fazíamos passeio, por exemplo, principalmente no aniversário de Restinga Sêca, “Vamos conhecer a comunidade de vocês, garanto que vocês não conhecem toda a comunidade” nós dizíamos “Não, nós conhecemos”. Elas nos pegavam e iam passear, nós mostrávamos para elas as nossas comunidades, nós mostrávamos os lugares bonitos que nós achávamos, que era ali para trás para a banda do Cerrito que nós íamos conhecer. Elas sempre fizeram isso daí. Hoje não tem mais, nenhuma professora sai com um aluno para conhecer a sua própria comunidade e nenhuma professora se interessa em conhecer a comunidade onde está trabalhando, a escola onde está centralizada, dificilmente uma professora vai fazer isso hoje em dia.

Depois que eu saí da escola continuou por algum tempo esses passeios, as professoras mais antigas sempre fizeram questão de conhecer o local onde elas estavam trabalhando e a comunidade. Todas as professoras que vinham para cá, a comunidade sempre abraçava, tinha mais contato com os antigos, principalmente os pais, os mais antigos ali, sem ser esses pais de agora, eles sempre tiveram contato com as professoras em termos de datas comemorativas, a reunião de pais e mestres, sempre tinha mais pais e hoje em dia têm menos, não tem muitos pais que vem ver como que está o aluno e aquela coisa toda, mas antes tinha.

Olha, não tenho memória assim de quando se deu esse afastamento da comunidade da escola, que parou de ter esses passeios, essa vontade de conhecer, não tenho lembrança de como, porque assim, vai acontecendo da seguinte forma, por exemplo, quando a gente começa a ir na casa de um amigo, ou fazer uma visita, a gente vai indo, a gente ia duas, três vezes por semana, aí começa a diminuir, uma vez, vai diminuindo, o ser humano não vai sentir quantas vezes vai saindo, né? Aí, vai se acostumando aos poucos, tu vai largando aos poucos, quando tu vê tu parou de ir, a pessoa já se acostumou, aí eu não tenho uma data específica assim de dizer quando parou de fazer os passeios e como.

Hoje a professora aqui que tenta fazer um passeio com os alunos, creio eu que é a minha prima, a Denise, que a Denise tenta puxar e identificar para os alunos a importância de conhecer a sua própria comunidade, sua própria cultura, né? De como eles veem o local onde eles moram. As

¹⁵ Escola Municipal de Ensino Fundamental Sete de Setembro, localizada na zona rural de Restinga Sêca, distante 9,3 km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

professoras diziam “Olha, vocês têm um lugar bonito, vocês têm que preservar o lugar onde vocês estão, a união da comunidade de vocês é muito legal”, elas explicavam isso daí. Então, eu acho que a Denise, a professora, já falando, rasgando um pouco o trapo da Denise aqui, dizendo que ela e a minha irmã¹⁶ tem uma visão de como dar aula dos tempos antigos, então elas conseguem puxar essa forma de ensinar, de como é importante o aluno participar, como ele é importante para a comunidade e para a escola.

Eu cresci dessa forma e as professoras sempre diziam “Mesmo quando vocês saírem daqui vocês pertencem a escola ainda, porque vocês vão ter os filhos de vocês, vão formar a família de vocês e os filhos de vocês vão estudar nessa escola aqui, então é importante preservarem o que é de vocês, é muito importante”. Então, nós crescemos assim, e hoje em dia eu acho que faz muita falta uma professora sentar e dizer como o aluno é importante, como o estudo é importante para ele, mas ele é muito mais importante dentro de uma comunidade, porque ele vai aprender fora a educação e tem que trazer essa sabedoria para dentro da própria escola, servir de exemplo para as outras crianças.

Eu fui criado no regime tipo, o meu pai é muito rígido, até hoje nós damos “Bênção, pai” e nós fazemos questão de preservar isso, hoje em dia nós não beijamos mais na mão, por causa da higiene e aquelas coisas todas. Eu vou fazer 43 anos e até hoje se meu pai chegar e entrar por aquela porta ali, eu tenho que tirar o boné e dizer “Bênção, pai”. E quando nós chegamos em qualquer casa, ou vamos cumprimentar qualquer pessoa e a gente não quer levantar o boné a gente pede desculpa “Desculpa por não levantar o boné”, o nosso pai não gosta que entre de boné dentro de casa, que é falta de respeito, que é sagrado e aquela coisa toda. Então, nós crescemos assim, pedindo bênção para um tio, para os mais velhos e beijar na mão.

Uma vez eu tomei uma tunda¹⁷, porque eu não quis beijar a mão de um tio, sabe por quê? Ele vinha vindo de um lugar, nós vimos ele chegando, ele chegou até o mato, foi urinar e não tinha água, aí ficou complicado, e meu irmão disse assim “Ah, tu vai ter que ir primeiro”, eu sou o mais velho “Bah, eu vou ter que ir primeiro, cara”, aí eu falei, quando o meu tio fez assim, pra dobrar a mão pra pedir benção [representando o gesto feito pelo tio], eu segurei a mão dele e o pai gritou “Beija na mão do teu tio”, aí foi onde eu questionei ele “Bah, ele tava mijando e não lavou as mãos”, foi aonde eu tomei um tapa na boca, ele disse que era uma falta de educação, coisa e tal.

¹⁶ Fabiana Leonir Rosa, colaboradora dessa pesquisa.

¹⁷ Levou uma surra.

Aí, depois o pai pediu desculpas, lógico, né? Estava chorando e ele me perguntou o porquê e eu disse “Não pai, ele foi no banheiro, não lavou as mãos, isso é falta de higiene, as professoras dizem pra nós que sempre quando a gente vai comer alguma coisa a gente tem que lavar as mãos, por causa da higiene e coisa toda, nós aprendemos assim na escola, e beijar a mão eu acho que é uma falta de higiene, porque ele tava urinando”. O pai “Então tá, desculpa, mas mesmo assim, tu podia botar a mão no rosto”. E aí o pai sempre tinha uma desculpa, alguma coisa assim, para nós não faltar com respeito com a pessoa mais velha, mas era complicado aquela época [fala isso rindo]. Os homens eram meio...

Naquela época a gente tinha hora para chegar em casa, para ir jogar bola eu tinha que fazer o meu serviço, tratar porco, varrer o terreiro, buscar lenha. A minha irmã tinha que lavar a roupa nossa e nós sempre tinha alguma coisa para fazer, sempre. Como a dificuldade nossa antigamente era buscar água, quando não tinha o poço aqui, nós íamos lá na casa do finado tio nosso, que era o tio Panda¹⁸, buscar água, aí nós dava quatro, cinco, seis viagens de lá até aqui, botava um...[fazendo gestos como se colocasse um pau sobre o ombro para carregar os baldes]. Tem até o pocinho lá ainda, nós gostávamos de ir lá, porque tinha um pomar muito grande, né? E nós íamos lá muitas vezes para jogar e já trazia laranja, bergamota, cereja, um monte de coisas que tinha. Hoje em dia não tem mais, os pezinhos já estão velhos, mas alguma lembrança tem lá, tem bastante [em tom de saudade/nostalgia]. Eu não cheguei a conhecer o tio Panda, eu só conheci a filha dele, a tia Iara. O tio Panda é o irmão mais novo da minha bisavó, que morreu com 106 anos, a vó China. Ele é tio da minha avó, que é mãe do meu pai, a Tóti¹⁹.

Eu não tenho muito conhecimento sobre quem deu origem a nossa família, mas assim, os nomes Carvalho e Cavalheiro que é o que predomina mais, eu sou Carvalho e Cavalheiro, mas são os outros sobrenomes que aparecem, né? As mulheres se casaram com homens de fora, aí surgiu os outros sobrenomes, mas se nós formos analisar tudo aqui assim, somos todos parentes, temos um vínculo familiar muito grande, então se não é primo, é tio, se não é tio, é... entendeu? Então, eu não sei muito explicar esse tema, mas da minha família da parte do meu pai nós somos todos parentes. O meu pai é Carvalho Cavalheiro, só que também não assina, porque pegou o sobrenome do pai dele.

¹⁸ Idelmiro Panda Carvalho, uma das primeiras lideranças da comunidade.

¹⁹ Leonir da Rosa, fundadora do centro de Umbanda Ogum da Lua, localizado na comunidade.

Eu comecei a trabalhar cedo, a minha primeira assinatura de serviço foi para a fábrica de calçados Raefer, mas eu já trabalhava de servente, trabalhava com os meus primos em Agudo, ia aprendendo, aí depois que eu vim pra cá, com os meus dezoito, vinte e poucos anos eu comecei a namorar e já fui para Santa Maria²⁰ para trabalhar em obra. De lá eu comecei, a minha primeira e segunda assinatura foi pedreiro, aí depois foi carpinteiro, aí depois foi hidráulica e ferreiro. Eu trabalho nessa área, e trabalhando fiz um monte de amizades lá, e aí um senhor que eu tenho uma estima muito grande, que são duas pessoas, seu Élvio e o seu Zé, eles me botaram o apelido de tigrinho e insistiam “Óh tigrinho, tem que fazer um curso!” e eu optei por fazer um curso pelo SESI²¹, de pedreiro para eu poder ler planta, alguma coisa assim, né? Fiz o curso através deles e sou amigo deles até hoje.

Eu não conclui a Educação Básica, eu só fiz curso na área que eu queria aprender, um curso profissionalizante na área da construção civil, de pedreiro aí entrou pedreiro, carpintaria, ferragem, como ler planta, tinha um outro curso que tinha que pagar, que era para encarregado geral de uma obra, eu não tive dinheiro, mas eu aprendi a ler planta, no meu cotidiano eu já sabia, né? Mas eu tinha que ter uma linguagem mais técnica, uma visão mais técnica, por isso que eu fiz o curso. E nesses cursos vai bastante matemática [rindo], mas daí ficou mais fácil porque eu sempre tinha a calculadora e continuo trabalhando nessa área.

Com 16 anos e meio eu já trabalhava, eu trabalhei muito tempo também em lavoura de arroz, tirando arroz vermelho, capinando arroz com gafanhoto²², limpando valeta, coqueando sacos²³, ensacando arroz, coqueando saco na pilha junto com o meu pai, eu fiz todos esses serviços antes de ir para lá trabalhar na construção civil. Trabalho desde os meus 12 anos e o meu primeiro serviço, na verdade, com 12 anos, foi trabalhar em lavoura de fumo, né? E depois dali eu comecei a trabalhar em lavoura de arroz, tirar arroz vermelho, passar barra, capinar arroz, que hoje não existe mais tirar arroz vermelho de foicinha, hoje é só com veneno, passar barra. Arroz vermelho é um arroz que é assim, tu planta o arroz normal, aí quando tu colhe o arroz cai o arroz lá no chão e se transforma num mais forte, ele vem primeiro, ele fica acima do outro, aí ele sufoca o outro que

²⁰ Município sul-rio-grandense, localizado na região central do estado, distante 288 km da capital Porto Alegre e 58 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

²¹ SESI - Serviço Social da Indústria.

²² Gafanhoto era o nome de uma ferramenta utilizada para “capinar” o arroz que era plantado em carreiras.

²³ Era o processo em que o arroz era colhido, secado ainda com casca, depois de seco ele ficava dentro de um reservatório que dele haviam saídas onde o arroz era ensacado em sacos de 50 kg ainda com casca, os sacos eram costurados e depois empilhados em pilhas que poderiam chegar até 30 metros de altura.

é o bom, aí tu tem que ir tirando por cima o que tu está achando. Nós fazíamos esse serviço, tinha um cara que empreitava por hectare e pagava por dia e nós tínhamos que fazer tantos hectares por dia para poder receber o dinheiro.

Todos esses trabalhos eram por empreitada, cultivo próprio aqui nós sempre fizemos agricultura familiar mesmo, é uma horta, é um cantinho plantado de milho, um cantinho plantado de feijão, a agricultura de subsistência, sempre foi feito isso daí. Nunca foi feito para vender para fora. Então, sempre foi feita assim uma agricultura de subsistência, uma agricultura familiar, para o próprio consumo, aí plantava ali 200, 300 pézinhos de mandioca, uma partezinha de milho para dar para os animais, alguma coisa assim. Era isso que era feito.

Antigamente, a comunidade fazia isso, agora, como ela evoluiu um pouquinho mais, que foi criada a Associação Vovô Geraldo, onde meu pai é o presidente²⁴, e ele saiu pra fora, buscou projetos, buscou conhecimento, aí foi feito reunião com a comunidade de como explorar a própria terra, até porque, perdão da palavra aqui é, como é que eu vou te dizer? Era pouco conhecimento, conhecimento mais tinha nos homens brancos, sabe? O acesso aos projetos não chegava até nós, então foi uma luta, foi uma briga muito grande. A aceitação na comunidade também foi um pouco mais complicada, aí foi dizendo que a agricultura de subsistência também poderia ser uma forma de geração de renda. Foi onde se sentaram nas reuniões e junto conseguimos abrir a mente da comunidade. Hoje tem pessoas que tem a sua horta e consegue vender dentro da comunidade um pé de salada, alguma coisa assim. Os projetos não chegavam até aqui, porque tínhamos pouco conhecimento.

Quando a comunidade não incomoda, quando tu tem uma pessoa que não te incomoda, tá bom. Quando tem alguém que está te incomodando, tu vai dar atenção para aquela pessoa “Oh, vou ter que dar atenção, tá me cobrando demais”. Aí, então a comunidade antigamente, ficava ali quieta, ela não cobrava os órgãos públicos, nem nada, o que vinha para cá estava bom, entendeu? E quem incomodava mais, que tinha mais acesso, que tinha terra, coisa e tal, eram os alemães [se referindo a população descendentes de alemães], então eles tinham mais propriedade de ir a Emater²⁵, porque eles tinham acesso, porque eles eram os agricultores [ênfase]. Nós quilombolas, aqui não era, não

²⁴ Roberto Potácio Rosa, colaborador dessa pesquisa.

²⁵ Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, mas que recebe recursos públicos para a realização de ações públicas. Presta assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, assentados. Página da Emater/RS: <https://www.emater.tche.br/site/>.

somos agricultores, não somos reconhecidos como os agricultores, antigamente não, não sei agora, porque estou por fora também, mas não era visto como os agricultores [ênfase]. Não, nós éramos vistos como diaristas só, mão de obra, trabalho barato, só. Precisava de mão de obra, vinha aqui no São Miguel; ajuntar batatinha, vinha aqui no São Miguel. Então, quando nós íamos pedir alguma coisa lá na prefeitura, ganhava aquele pouquinho ali, tá? Tô contente, deu. Nós não éramos uma pedra no sapato da prefeitura, dos órgãos públicos, por quê? No meu entendimento faltava um pouco mais de conhecimento e quem tinha o conhecimento, como os alemães, tinha apoio.

Então, aconteceu toda uma transformação, eu não sei bem como se deu, quando começaram a caminhada aqui, eu não lembro muito bem a data, como formou, né? Eu só sei dizer que fizeram uma associação, onde o meu pai concorreu, foi o presidente, aí deu toda essa revolução. Ah [como se fosse uma surpresa], a Emater ficou “Bah, mas como?”, a prefeitura também e até hoje eles não aceitam que aqui é um quilombo, eles não aceitam, por quê? Eles acham que quilombo é lá para banda da Região Norte, lá na Região Nordeste, Bahia, para lá tem quilombo, mas quilombo é uma resistência, é onde tem um núcleo de negros que vieram e ficaram ali e é uma resistência “Não, aqui é o nosso lugar”, é uma resistência. Isso não quer dizer que o quilombo tem que ser só lá para cima [se referindo às regiões Norte e Nordeste]. Não, tem vários locais aí, onde é um reduto de negros é um quilombo.

Aqui em Restinga tem três e Barro Vermelho é novinho, faz pouco tempo que se reconheceu, porque assim, a lei nos dá, mas também tem uma parte que tem que entender muito bem a lei. O meu pai sempre diz assim “Nunca conversa uma coisa que tu não domina”, então eu estou cuidando das palavras aqui por causa disso. Nós fomos uma resistência também, porque nós éramos enculturado pela mentalidade branca, porque eu ouvia muito assim “Tu vai fazer o curso?” quando tinha casamento, né? Casavam, antigamente era bastante casamento dos negros aqui, nós negros fazíamos, a minha irmã aqui, a Fabiana, a Denise, os outros parentes nossos eram, oh tu tinha que ver, era um festão, era um festão! E sempre foi assim, convidar um branco para ser padrinho, a melhor mesa não era a dos noivos, a melhor mesa era lá do seu fulano de tal, aí tinha uma mesa lá para os brancos, o próprio negro fazia isso daí, eu posso estar... É que eu tinha a visão, quando eu era criança, eu via isso daí, né? “Ah, eles lá são...” aí eu comecei a me questionar da seguinte forma, eu perguntei “Por quê? Por quê?”. Aí, meu pai sempre dizia bem assim “Porque a gente não tem vergonha na cara”. Meu pai sempre disse “A gente não tem vergonha na cara, porque

a gente sempre vai depender deles, a partir do momento que nós não depender mais deles nós vamos ser umas pessoas mais abertas, coisa e tal”.

Quando faziam esse tipo de festa assim, nós éramos mentalidade branca, porque pra ser aceito, “Ah pra ti fazer alguma coisa, tu tem que ser aceito pelos brancos”; “Ah, se não tiver um branco numa direção, nada dá certo”, eu ouvia isso daí, faz pouco tempo eu ouvi de novo. Eu falei “Pô pessoal, qual é que é? Não é assim, vocês estão se diminuindo. Oh, vocês formaram uma família, vocês lutaram pra ter essa família, vocês correram atrás do pão, dependeram de quem para vir aqui fazer o rancho²⁶ de vocês, para pagar a conta de vocês? Vocês convidaram um branco para tomar conta da família de vocês, é isso que vocês querem me dizer?”, eles responderam “Não, não, mas pra uma associação tem que ter um branco”, aí eu disse “Não, não, não mesmo, não mesmo, vocês têm inteligência suficiente para comandar qualquer coisa; é que vocês cresceram sabe o quê? Comendo na mão dos outros. Nunca deixaram vocês bater numa porta e abrir “Oh, cheguei”, vocês têm que se fazer presente com a ideia de vocês. A ideia foi feita para ser divergida? Sim, mas vocês têm que defender também, porque se vocês criaram uma família, vocês são inteligentes o suficiente para buscar comida, para pagar as contas e ninguém teve na casa de vocês para dizer o que vocês têm que comer, o que vocês têm que fazer.” Eu acredito nisso, “Óh, não precisa ter um branco numa associação para ir para frente, porque vocês estão se diminuindo, vocês não devem se diminuir. Vocês são negros gente! Vocês batalharam, vocês têm de onde tirar, a mão de obra barata são vocês. Não, agora vocês têm que ser a mão de obra cara, agora vocês têm que correr atrás”; “Ah, mas pra dar certo tem que ter um...”; “Não”. Pouco tempo eu ouvi essa palavra, aí eu fico muito triste, não é que o negro é racista dele mesmo. O negro está enculturado, os antigos estão enculturados com a mentalidade branca, aí “Ah, se não tiver fulano de tal, não vai pra frente”, né?”; “Ah se tiver um negro ali, não é de confiança”, entendeu? Essa visão que os mais antigos têm, aí eu fico muito triste nessa parte das pessoas serem enculturadas.

Eu cresci, eu não sei se você teve a oportunidade de conversar com o meu pai? [questionando a pesquisadora, que respondeu que conversaria com ele logo]. Ele é um ser completo, o homem é, não porque é meu pai, ele sempre foi um cara assim de ler, ele sempre cobrou de nós, que a sabedoria está no papel. Tu tem que tirar de tudo o que tu leu, a tua interpretação e estar informado, ler jornal, escutar o jornal. Isso é a formação de uma pessoa que quer cuidar da família e sempre disse assim, que ser inteligente não é um dom, ser inteligente é uma pessoa que

²⁶ Compras do mês no supermercado.

quer crescer na vida. Então, eu sempre procuro ler um jornal, não sou adepto a ler livro, mas sempre procuro ter um conhecimento a mais, escutar alguma pessoa, alguma coisa assim. Eu aprendi com ele e quando a minha irmã fez a faculdade, eu vi os olhos dos meus pais, né? “Que pelo menos alguém me deu uma alegria”, mas falei para ele assim “Óh pai, pela luta da nossa irmã, é uma felicidade ter uma professora, é um orgulho muito grande pra nós, a primeira da família, que nem ela e a Denise, né?”. Para ele foi, ele alcançou uma coisa assim que é o ápice da vida dele, que sei lá, que só os netos dele vão dar para ele essa outra felicidade que é a de fazer uma faculdade.

Na família há outras pessoas que se formaram antes que a Denise e a Fabiana, então, um puxou o outro. Aí, para o meu pai é muito bom, ele fala, como é que eu posso te dizer? Com muito orgulho, né? Pela participação que ele teve nas cotas²⁷, a discussão que ele teve no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e em outros lugares, porque ele buscou recursos sobre as cotas e tal.

Sobre a nossa organização familiar, faz três anos, agora vai fazer quatro anos que nós perdemos a nossa mãe, então quem organizava a nossa família muitas vezes era a nossa mãe, né? [emocionado] E falar da minha mãe, ela tem uma presença muito forte, quando o pai começou a caminhar nisso daí, era ela que dizia “Óh, o pai de vocês tem que ir pra tal lugar. Vocês têm que estar presente na reunião junto com ele”. Aí, depois que nós a perdemos ficou mais forte a nossa ligação com o nosso pai, porque assim, a mãe era que assegurava a rédea dentro de casa e o pai dava sabedoria “Óh, vocês tem que estudar, vocês tem que fazer isso, tem que fazer aquilo”. Então, a união da nossa família era assim, não tem como eu explicar assim em termos bem, mas ficava mais forte quando o pai fazia uma reunião familiar, nós nos sentávamos lá, contávamos, até hoje nós somos assim, quando nós fizemos um churrasco, alguma coisa, sentar e contar do nosso passado e ele fica escutando, da nossa arte que ele não sabia, aí ele sempre dá uma risada “Tô sabendo agora”.

O pai sempre foi um cara aberto, mas ele sempre nos cobrou, nós vamos nos sentar, nós temos que cuidar do que vamos falar com ele [ri], uma palavra errada, alguma coisa, ele já cobra, dificilmente o meu pai fala uma palavra errada. Ele sempre cobrou que a gente quando vai conversar com uma pessoa, a gente tem que estar olhando no olho e sempre ser honesto o suficiente no que está passando para a pessoa. E quando a gente abaixar a cabeça é porque estamos

²⁷ Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública (Brasil, 2023).

procurando as palavras certas, mas voltar a olhar no olho para a pessoa sentir que é a mais pura verdade, então essa é uma visão de família que temos, que o meu pai passou de união, de sabedoria, junto com a mãe.

Muitas vezes a gente não vai lá e ele diz “Ah, o que que tá acontecendo?”, ele cobra, porque a gente não vai muito conversar com ele, então ele fica meio receoso “Será que fui eu que fiz alguma coisa, ou sei lá o que?”, mas ele cobra a presença dos netos, ele cobra a nossa presença para conversar com ele, ele não vai na casa de nenhum filho, só na casa da minha irmã que é a que cuida dele, mas é difícil ele ir na minha casa, dificilmente ele ir na casa do meu irmão. E “bênção pai” [simulando que está levantando a mão de longe] “Oh, bênção pai”. Ele olha, não, a gente tem que ir lá. Ele não é lixo para ser jogado a bênção para ele “Tá jogando fora?” ele diz assim “Tá jogando fora a bênção”. Não, tem que ir lá “Bênção pai, como é que tá o senhor?”, não precisa nem pegar na mão, mas estar de frente com ele é importante, “Bênção pai, como é que tá o senhor?” ; “Ah, tô bem”. A gente se senta, conversa um pouco e é assim, para mim é um tipo de união que nós temos. Toda a família tem as suas divergências, né? A nossa família também tem, então, o que eu vou falar aqui é só coisa boa [risos].

Eu tenho três irmãos por parte de pai e mãe, é eu, a Fabiana, o Fabiano²⁸ e o Eduardo²⁹. Aí, nós somos entre, deixa eu ver [pensando], entre quatro, o Fernando³⁰, o Sandro³¹, a Maristela³² e a Regina³³, somos entre oito irmãos no total. Esses são só por parte de mãe, mas são reconhecidos como filhos dele. O meu pai faz questão de dizer “Ah, esses aqui são os meus filhos”, porque ele tem um ditado assim “Não é a pessoa e sim o caráter”. Uma mulher pode ter 50 filhos, não é a pessoa e sim o caráter dela. Ah o homem pode ser várias coisas, não é o homem, mas o caráter dele que faz ele ser uma boa pessoa, o meu pai sempre diz isso. E eu tento ter um caráter mais limpo possível, porque tudo o que nós vamos fazer nós temos medo “Bah, pode chegar até o meu pai”. Ele cobra, se tu dever uma conta “Ah, porque não sei o que, eu não fazia isso”, entendeu? Então, até hoje, o pai acha que tem um domínio ainda pelos filhos, ele não admite que os filhos dele já estão com 40, 50 anos, nenhum pai admite, porque diz o ditado e é verdade que um bom filho

²⁸ Fabiano Mansueto Rosa.

²⁹ Carlos Eduardo da Rosa.

³⁰ Fernando Leão.

³¹ Sandro Leão.

³² Maristela Leão.

³³ Regina Maristela Leão.

sempre a casa retorna e assim, a gente sempre vai precisar do alicerce, então a base nossa é a nossa família.

Eu tenho dois filhos, um de que é o meu nenê, ele está estudando no segundo ano em Restinga e tenho um que está com 21 anos, está na Antônio Meneghetti Faculdade³⁴, ele faz Computação, um negócio na área de computação. Eu sou meio leigo nessa parte aí de que ele está fazendo. Eu estou muito feliz, porque ele conseguiu passar no Enem³⁵, ganhou uma bolsa lá e vai conseguir terminar os estudos dele, essa é a minha felicidade maior. Apesar dos pesares que ele não quis seguir o... Eu nunca quis saber que ele seguisse, né? Mas sempre botei eles assim, que nem o meu pai fez, só que não adiantou. O pai nos botou para trabalhar cedo para poder estudar. É ruim o sol quente, mas o dinheiro era bom, pagavam bem. Então, eu parei de estudar porque o dinheiro era bom e eu gostava de festa, era um cara que gostava de dançar, sempre gostei de dançar e sempre gostei de fazer capoeira. E eu levei meus filhos para trabalhar, qual vocês acham melhor, estudar ou sol quente? Aí, os dois disseram “Bah pai, isso daqui não é pra mim, eu não nasci pra essa vida”, eu disse “Então estuda”. O Erick³⁶ rodou uma vez, no Ensino Médio. O mais velho e o Nickolas³⁷ rodou uma vez só aqui, porque eu achei, quando ele passou para a outra série, ele estava muito fraco, ele não sabia nem ler, aí eu falei para a professora “Não, como a senhora vai passar ele para uma série maior?”; “Ah, mas ele sabe fazer”; “Mas a mais importante professora não é ele saber fazer, o mais importante é ele saber interpretar o que está escrito, ele não sabe nem ler, para ser alfabetizado precisa saber escrever o nome? Não, mas ele está escrevendo o nome faltando letra e aí? Eu acho melhor não, ele vai ficar nessa série”, ela respondeu “Não, o senhor que sabe”, então eu confirmei “Ele vai ficar, ele não vai passar”. E aí foi que ele ficou, quando ele passou, ele já passou bem, lendo e sempre fiz questão deles lerem revistinha em quadrinho, fazer interpretação deles, inventar historinha, sabe? Que antigamente era assim, porque, sei lá, acho que antigamente eles se preocupavam mais com a questão da escrita, para quando tu ia fazer a redação para a faculdade.

³⁴ A Antonio Meneghetti Faculdade (AMF) é uma instituição de ensino superior, seu campus localizado no Distrito Centro Internacional de Arte e Cultura Humanista Recanto Maestro, no município de Restinga Sêca, distante 25 km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho. A AMF iniciou suas atividades credenciada pelo Ministério da Educação em dezembro de 2007.

³⁵ Exame Nacional do Ensino Médio.

³⁶ Erick Garcia Rosa.

³⁷ Nickolas Garcia Rosa.

A Fabiana e a Denise têm essa preocupação de quando o aluno ir prestar o vestibular, prestar, sei lá, o Enem, a pontuação maior é a [fazendo gestos se referindo a redação]. Então, pra eles ler e saber interpretar, eles têm que saber fazer uma redação boa. Saber o que eles estão lendo, ter o conhecimento do que está acontecendo na volta, no mundo. Então, eles têm que saber escrever, fazer, tirar do raciocínio deles, ter o raciocínio de explicar o que eles estão entendendo, por isso eu acho que as professoras antigas deveriam ter voltado.

Olha, tu é a quarta, não sei, não estou lembrado se tu é a quarta ou a décima pessoa que vem aqui, fazer um estudo, TCC³⁸, ou alguma coisa assim da faculdade, que procura sempre a nossa comunidade. Por isso que eu digo assim, eu não tenho medo do que tu vai me perguntar, eu não tenho medo do teu entendimento, do que você vai escrever, eu só tenho medo assim que quando você se formar, conseguir, o que você vai trazer de sabedoria pra nós de lá? O que tu vai conseguir voltar aqui para as nossas crianças? Isso, essa pergunta que no finalzinho eu ia te fazer, mas já estou te fazendo agora. Porque veio um cara da Alemanha, ele é daqui de Porto Alegre³⁹ e ele estava fazendo um TCC, sei lá o que, sobre a cultura linguística pra faculdade, ele veio de lá e ia fazer um intercâmbio na Alemanha, só não lembro o nome dele. Ele fez todo o projeto dele em cima, bem no dia que estava acontecendo aqui uma...Agora eu não lembro o nome. Eu sei que tinha bastante gente importante aqui, era uma reunião muito grande, só não me lembro quando e nessa sala aqui que nós fomos entrevistados, eu, a Fabiana, a Denise, o meu pai e vários outros da comunidade, né? E como se comportar falando ou alguma coisa assim, a dificuldade e coisa e tal, o conhecimento da linguística e depois ele veio de lá, trouxe um livro. Aí, ele veio de lá e implantou uma, como é que eu vou te dizer? Um programa aqui dentro para as crianças, né? Todos que vieram trouxeram alguma coisa para a escola. Não digo pra mim, para a comunidade, trazendo para a escola é para a comunidade. Então, eu queria fazer essa pergunta no final para você, mas já foi agora [nesse ponto conversamos sobre o porquê eu me interessei pelo tema, o que pretendo e qual a justificativa para estar realizando tal pesquisa].

Eu sempre faço essa pergunta, quando estou fazendo essa entrevista aí com os acadêmicos, então eu sempre faço isso, porque não sou mais eu, eu não tenho mais o que aprender. Eu tenho que aprender na minha área que está sempre renovando, alguma coisa assim. E eu sei, se eu voltar a estudar agora, eu sei que eu tenho condições de me formar. O meu sonho é ser professor de

³⁸ Trabalho de Conclusão de Curso.

³⁹ Capital do estado do Rio Grande do Sul, distante 258km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

educação física, por causa da atividade que eu faço, capoeira. Só que a atual situação que se encontra o Brasil em relação a essas questões não é nossa, não é tua e nem da tua avó, a culpa é daquelas pessoas lá que apagaram, apagaram porque se você parar para analisar não se sabe muito bem a história do Brasil.

E nós também não sabemos a história dos nossos negros, é contado pela metade, então, o culpado não somos nós. Culpado são bem antes de nós, só que nós pegamos a mentalidade deles e passamos de pai para filho, foi passando e nós, negros também, pra ser aceito na sociedade um falou, um branco ou sei lá, nós temos que estar do lado de fulano e assim foi, como eu posso te dizer assim? Fazendo tudo que os brancos queriam para ter eles do lado, então, isso não é culpa de ninguém, é culpa de uma sociedade hipócrita, racista. Só que nós, seres humanos, seguimos esse legado. A partir do momento que você, eu, nossos filhos ou alguma coisa assim, paramos e pensamos, enxergamos que aquilo ali está errado, já é um bom caminho. É isso que eu quero te dizer, porque assim, o que eu quero te explicar melhor, a partir do momento que dentro da tua família são oito e um se rebelar e dizer que aquelas pessoas também são seres humanos, o indígena é ser humano, o branco que é mendigo é um ser humano, porque não vai pensar que o preconceito tem só na raça negra, porque nós somos considerados marginais, entrar lá dentro, tem aquele preconceito velado “Óh, cuida ele lá”, mas tem um preconceito maior, de um branco jogado ali assim, tem pessoas, negros também que fazem “Hum, mendigo” [com expressão de nojo, repulsa]. É um preconceito, não entende o que aquela pessoa está passando, que é um ser humano. Então, todos têm esse preconceito.

Dentro do contexto do mundo, ainda a gente vive no pensamento machista dos tempos antigos e quando eu digo machista, eu boto todas as mulheres junto e todos os homens. Ainda, nós temos esse preconceito machista, a mulher não tem direito, os negros não têm direitos, o mendigo não tem direito, os indígenas não têm direito, quem tem menos não tem direito, então forma uma sociedade hipócrita. Só quem tem o poder é quem tem dinheiro. Esse é o entendimento que o meu pai nos passou. Portanto, uma pessoa com deficiência tem muito mais direito, porque tu acha assim que um surdo, um mudo não é inteligente? Ele é inteligente, ele se comunica, ele fala por gestos, ele tem uma grande ideia falando por gestos, a gente que não quer parar para prestar atenção e aprender a linguagem dele, é a mesma coisa se tu ir para os Estados Unidos “Bah, eu não vou aprender essa língua, é difícil”, ou japonês. Não, tu não quer aprender, tu não quer ter o conhecimento daquela língua, então é tu que não quer tirar essa parte racista, essa parte

preconceituosa do corpo e dificilmente a gente conversa com os mais antigos. Então, dentro de uma família, se tiver uma pessoa que consegue “Óh” [surpresa] é o suficiente, de querer mostrar o caminho para a família, então para mim já é o suficiente.

O meu pai sempre dizia assim, que a gente tem que respeitar um cachorro, qualquer animal, porque daquela água que o animal vai beber, ele vai te dizer se está envenenado ou não. Então, a gente tem que respeitar qualquer tipo de ser humano, qualquer tipo de animal e tirando isso, eu digo que o pior animal é o ser humano, que consegue destruir ele mesmo. Se eu puder tirar o que tu tem, eu tiro, aí é um aproveitamento do ser humano. O animal não, ele chega ali, na lei animal ele mata para sobreviver. Não, o ser humano mata por prazer, mata por destruir, por sei lá por quê.

Então, eu te dou os parabéns, né? Quando você voltar aqui, espero que tu volte muito mais vezes, e formada e quem sabe um dia você não venha dar aula aqui na nossa comunidade, que será muito bem vinda, é só isso que eu quero, que você traga a sabedoria para essas outras crianças e dizer para eles assim que eles são muito mais importantes que qualquer outro tipo de pessoa, porque se eles existem, porque eles são importantes.

A nossa comunidade aqui, de todas as comunidades, acho que você já ouviu falar pela televisão, que no Nordeste a escola no quilombo é debaixo de uma árvore, numa comunidade ribeirinha, a escola é debaixo de uma árvore, é um cubículo pequeno, ali tem cinco, seis, dez, vinte, quarenta, setenta alunos, dentro de uma escolinha pequeninha, que só tem um banheiro só e o professor que tem que fazer a merenda. Então, o que eu quero dizer é assim, quando a nossa comunidade foi reconhecida, é a única comunidade quilombola que tem uma estrutura dessa magnitude, a única, a única. Dentro do estado, dentro do Brasil, é a única escola que é centralizada, que tem esse tamanho, dessa magnitude aqui, de alvenaria, de tudo, é a única comunidade quilombola que tem. Agora, não sei se já tem maior, mas é de madeira. Eu te digo isso, porque o meu pai viaja, tem fotos, meu pai se deparou dentro de uma comunidade assim que... Ele chorou e falou “Vocês reclamam do que vocês não têm, mas essas pessoas têm menos. Vocês reclamam que tem que ir buscar água lá, essas pessoas aqui não têm nenhum buraco. Vocês reclamam por causa de uma fatia de pão que tá queimada, essas pessoas aqui comem cactos”.

Então, nós crescemos tudo assim no tempo do exemplo, se tu não quer para ti, não faz para os outros. Aí, quando foi trocado esse negócio aí do colégio, para mim foi uma falta de respeito com a minha etnia, porque a raça humana é uma só, etnia tem várias, porque raça só quem tem é cachorro, animal. E nascemos animais, então nós somos uma raça só, que é a raça humana, etnia

tem várias. Então, da nossa etnia, foi uma falta de consideração e respeito, de não saber o que tem na mão, que é uma cultura, hoje em dia ninguém respeita a cultura afro, hoje em dia, se eu sentar aqui e te dizer um monte de coisas de que eu sinto na verdade, tu vai dizer “Bah, mas como assim?” e se, ela pode ser, nada contra [ênfase], nada contra a escola de Vila Rosa⁴⁰, que é a primeira do município, nada contra. Ela pode ser a primeira do município, ela pode ter trezentos anos, mas depois que tu ser reconhecido pela Unesco, ela não tem força nenhuma. Ela é reconhecida pelo município, agora ser reconhecida pela Unesco é diferente, tem um peso maior. Essa daqui, a Unesco não vai deixar ser destruída, aquela lá pode quebrar, porque não tem poder nenhum dentro do município, não tem poder nenhum, se a Unesco disser “Essa daí não nos importa, o que nos importa é aquela comunidade lá”. E tem um prefeito, que eu não lembro de onde é o lugar que falou bem assim e eu guardei as palavras deles “Vocês, prefeitos, não imaginam a importância de ter uma comunidade quilombola, uma comunidade indígena pra comandar dentro do município, porque a cultura desse povo é o que desenvolve o nosso município”. Eu guardei essas palavras até hoje e o reconhecimento que essa prefeitura teve por cima dessa comunidade, hoje a comunidade, tu entra lá assim, bah, eu não consigo lembrar o nome da comunidade, tem de tudo, porque o prefeito reconheceu a importância daquela comunidade.

O colégio não está centralizado dentro do quilombo, mas é empregado o estudo de África dentro da escola e aqui nossa prefeitura se faz, bota uma venda “Não, não é importante. Não, não”. Pra mim, “Se nós apoiarmos, principalmente o prefeito, se nós apoiarmos a cultura afro, eu não me elejo mais” e todos, todos que participam de política, eles não estão ali para fazer melhorias, a política virou uma firma “Eu quero saber de assinar a carteira ali dentro, porque tanto tempo eu vou me aposentar, com aquele salário ali” [expressando o pensamento dessas pessoas]. Então, ali virou uma máquina de dinheiro, além de virar uma máquina de roubar sei lá o que, eu não posso estar falando também, porque eu não tenho provas, né? Mas, então a política ficou desgastada para nós, desgastada por causa disso, ninguém mais faz política, porque política, já está dizendo, público, ajudar as pessoas que estão nos públicos ali, que são as comunidades e não estar ali sentado “Ah, revê um negócio. Ah não, não, não, isso aqui não dá”. Se tu foi eleito para representar a comunidade, tem que representar, não importa o partido, quem votou em ti ou não, tu tem que

⁴⁰ Comunidade onde está localizada a Escola Municipal de Ensino Fundamental Sete de Setembro, escola para qual os alunos do sexto ao nono ano da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho foram transferidos a partir do ano de 2022.

ajudar. Só que ali, sei lá, não sei o que que acontece que a política virou um sinônimo de firma “Ah eu vou me endireitar um pouquinho pra poder me aposentar, eu vou me candidatar a vereador”.

Eu já tive convite para ser vereador, nunca aceitei, porque não é o meu ramo, eu sou militante. Eu acho que eu ajudo mais na militância, cobrando, porque na máquina pública tu tem que seguir um parâmetro ali assim, tu não pode fazer demais, o que tu vai falar, tu não pode falar muito, ali tu é travado em certas coisas. Então, sendo militante eu tenho muito mais força do que virar uma pessoa pública ali, um vereador, um prefeito, sei lá o que.

Quando tu não é reconhecido dentro de uma comunidade, principalmente, eu acho assim que, é uma coisa minha agora que eu vou dizer, é o que eu acho, que eu não me vejo dentro de Restinga Sêca, nenhum negro aqui, perante eles lá, não são considerados restinguense. Nós só vamos ser considerados restinguenses em eleições, porque eu te digo, quando sai o desfile do colono e do motorista não convidam a Associação, convidam a escola aqui, porque é obrigado convidar a escola, representar, dizer a Escola Municipal Manuel Albino Carvalho⁴¹, que está localizada dentro [ênfase] do quilombo São Miguel, não dão essa ênfase, dizem a Escola Municipal de Restinga Sêca Manuel Albino Carvalho, vem com seus alunos, tu entendeu? Para mim é não querer dizer que nós somos negros, aí convidam três, quatro, cinco. Por que eu não gosto de participar com o meu grupo de capoeira nesse desfile? Porque eu não sou escada pra estar subindo nos meus ombros e a minha cultura que eu amo, que eu respeito muito, eu não vejo eles respeitarem a minha cultura, só existe a cultura italiana e alemã. Os pratos oferecidos: italiano e alemão.

Uma vez estava olhando uma reportagem, ela é da Rede Globo, no Mais Você, tiraram sarro de um prato típico africano, não respeitaram a cultura da África, fizeram cara de nojo. Eles não sabem o que é um amalá⁴², que é um prato, né? Ah, só sabem o que é canjica, o que é isso e aquilo, não, o que o cara fez ali e o que os apresentadores fizeram foi uma ofensa muito grande para um continente que é a África e uma cultura que é a nossa, de nós negros. Então, aquilo ali me deixou com muita raiva e eu enxerguei isso aqui dentro da comunidade, aqui dentro de Restinga Sêca, por quê? Nós somos lembrados dia 20 de novembro, aí eu sou convidado para fazer apresentação de capoeira, apresentação de dança afro, apresentação disso e daquilo, né? Aí, eu só não sou convidado para fazer entrevista, mas uma emissora de rádio que eu não dou entrevista e se tu puder botar bem

⁴¹ A Escola Municipal de Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho passou a ser chamada de Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho em agosto de 2023 quando foi inaugurado serviço de creche na escola pelo Decreto nº 51 de 2023.

⁴² Prato de origem afro-brasileira e tem em sua base o feijão-fradinho.

grande no papel, que é a Rádio Integração, o dono, ele é italiano, alemão [descendente de], não sei o que ele é, o Vilson, é um cara racista que muitas vezes dizia assim na rádio “Esses vagabundos que estão parados na beira da faixa de São Miguel, vão achar o que fazer, vão capinar.”. Eram cidadãos velhos, que não existem mais, que já estavam aposentados, que já estavam judiados do serviço, que era o momento de eles descansar, de receber a aposentadoria deles conversando.

Eu cresci ouvindo isso daí e cresci também aqui dentro da minha escola, brincando sozinho, eu, a Denise, a Fabiana, o Fabiano, o Dener⁴³ e o Gelson⁴⁴, nós [gesticulando de maneira a passar a ideia de que estivessem isolados, separados dos outros], por quê? Porque nós éramos de religião [de matriz africana] “Ah porque a religião é do demônio”, nós somos umbandistas. Dentro dessa escola aqui, lá onde é a sala dos professores tinham alunos, eu me lembro bem direitinho, o Talito Radatz, a Talita Radatz, o Renan, quem mais? O Nilo, o Maike, tinha uns quantos aluninhos, quando chegava nas aulas de religião, eles saiam de dentro da sala de aula e iam ter religião deles e eu me perguntava “O Deus deles é branco ou o nosso é preto? Por que que a religião deles tem que ser separada da nossa?”. Uma professora falou bem assim “Não, é porque o deus deles ali é maior que o de vocês”, aí eu perguntei “Como isso, ele é maior, ele é gigante? Ele tem um poder maior? Ele... e o nosso?”. Eu cresci questionando isso daí muitas vezes.

E dentro de Restinga, eles não reconhecem a nossa comunidade por causa disso, a nossa cultura, eles não reconhecem, só vão reconhecer quando estão precisando. A partir do momento que a Rádio Integração, essas outras rádios disserem bem assim “O quilombo de São Miguel está de parabéns” pode ter certeza, é o fim do mundo. Porque teve vários congressos aqui, que veio o Paim⁴⁵, veio senador, meu pai trouxe senadores importantes para cá, essa quadra foi o Paim veio, esse posto de saúde, o Paim veio, o Pimenta⁴⁶ veio, pessoas importantes. A Rádio Integração não estava, só o Tribuna, que é um jornal pequeno de Restinga.

⁴³ Dener José Rodrigues, primo do Juliano.

⁴⁴ Gelson Anatólio de Souza Rosa, cunhado do Juliano.

⁴⁵ Paulo Renato Paim foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul nos anos de 1986, 1990, 1994 e 1998 e senador por esse mesmo estado nos anos de 2002, 2010 e 2018.

⁴⁶ Paulo Roberto Severo Pimenta, ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República desde 2023. Em 1985, Pimenta assumiu a presidência do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFSM e, no ano seguinte, foi vice-presidente da União Estadual de Estudantes (UEE) do Rio Grande do Sul. Foi eleito vereador em Santa Maria em 1988 — e reeleito em 1992. Chegou à Assembleia Legislativa do RS em 1998. Vice-prefeito de Santa Maria de 2000 a 2002, Pimenta foi eleito deputado federal no ano de 2002, reeleito em 2006, 2010 e 2014, 2018 e 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/composicao/ministro-e-assistencia-direta/paulo-severo-pimenta>.

Então, se eu for uma pessoa reconhecida pelo mundo inteiro, eu não dava, eu ia dar entrevista só para o Tribuna. Porque um cara que sabe divulgar uma comunidade, o interesse de um povo, que tem uma visão social, porque tá na mídia, tem que ter uma visão social, não pode mostrar um interesse que é só seu “Ah aconteceu assim, assim, assim, o encontro da família não sei de quem, Bolzan, o encontro da família não sei lá do que lá, alemã, de quinta a sexta”. Eu não quero saber disso. E se nós fizermos um encontro dos Cavalheiro e Carvalho aqui, será que essa rádio vai vir? Não, não vai vir, porque a nossa cultura não pertence, não pode ser reconhecida dentro do município de Restinga.

Então, quando eu falo isso daí para ti é uma mágoa, mas a gente, eu como capoeirista, eu luto todos os dias, sempre assim, dizendo pra mim “não importa a pele [mostrando a sua], importa a pessoa”. Vamos divulgar a cultura afro-brasileira, porque essa cultura não é minha, essa cultura é nossa, assim como a cultura alemã não é dos alemães, é nossa, assim como a cultura italiana não é só do italiano, é nossa, é nossa. Simplesmente, cada um tem uma cultura de como falar, de como comer, é só isso, mas a cultura em si, são as mesmas, se nós fundir todas as culturas juntos, seria uma maravilha, seria um mundo melhor, mas só que existe esse ponto aí de uma é melhor do que a outra, uma é superior do que a outra, eu acho que a minha, a minha cultura é melhor do que a deles, do que italiano, alemão, eu posso perder só para o indígena, porque eu amo a cultura indígena, posso perder só para eles. Mas o meu povo criou uma dança para libertar o próprio povo, o meu povo criou vários instrumentos que hoje em dia é tocado por várias etnias, o meu povo, né? Criou uma dança que saiu os movimentos dali para as Olimpíadas e dessa dança gerou outras danças, que dessa dança gerou o carnaval, que dessa dança virou uma festa mundialmente famosa.

Eu pergunto da deles, que tipo de dança eles têm? Só isso que eu pergunto, quando um cara “Ah, porque tu tem que estar pulando”, eu respondo “Tá, me diz qual é a dança que é a tua...”. Não tem, não tem um toque de tambor, não tem um toque de nada. Do samba, foi tirado várias outras músicas, é só isso que eu falo para vocês. Cara, discutir hoje em dia cultura é falar para poucos, porque soberano mesmo é só a tua cultura, então deixa eu fico com a minha cultura e tu fica com a tua. Tu defende a tua e eu defendo a minha, por enquanto é assim. Quem quiser vir aqui, vem. Quem quiser escutar, escuta. Quem não quiser escutar [faz gesto de não com a cabeça].

Uma vez me convidaram para ir lá para fazer uma entrevista na Rádio Integração, simplesmente eu falei assim para o cara “Falar o que?” e ele “Ah, sobre isso e aquilo”, eu disse “Não tem nada pra falar pra vocês, vocês vão contar a metade do que eu vou falar e se eu tiver aí

presente vai ter uma discussão muito grande. Então, portanto, vamos considerar assim, a nossa amizade não pode terminar, continua com a rádio de vocês aí que eu continuo aqui, só que eu não dou entrevista pra vocês, simples”. E aí ficou.

Correr atrás para divulgar o nosso 20 de novembro é difícil, *A Mais Bela Negra*⁴⁷, é difícil, o reconhecimento da nossa comunidade, é difícil, nem a própria prefeitura reconhece. Eu chego lá bem assim “Eu moro no...” e já dizem “São Miguel dos Pretos”, aí eu digo “Não, não, Quilombo de São Miguel” e ele seguem “Não, não, não, não pode”, respondo “Oh, eu me reconheço assim, Quilombo de São Miguel, ponto. Tu não vai botar outra coisa senão isso que eu estou te dizendo”. Se eu disser para ti que eu sou branco e os teus olhos estão vendo outra coisa, né? O que importa é o que eu estou afirmando. É isso, eu me autodeclaro quilombola, então eu sou quilombola, “Bota aí, Roberto Juliano, endereço São Miguel Quilombo”; “Não, São Miguel dos Pretos”; “Não, São Miguel Quilombo [ênfase], resistência”. Eu sempre digo para o cara “Se eu disser pra ti que eu sou branco, o que tu vai dizer pra mim?”; “Não, tu não é branco”, “Não, eu sou branco”, “Não, tu não é, tu é negro”, “Por que? Por que que eu sou negro?”, “Porque tu é por fora”, “Sim, mas se eu estou me declarando que eu sou branco, tu tem que respeitar, e eu estou me declarando quilombola, então tu tem que assinar. Só bota o endereço quilombola, ponto, só isso cara”. Ficam me olhando, então ali eu já digo que quem trabalha lá dentro, ou ele é mandado, ou ele não quer fazer, sei lá o que acontece, né?

Conversar sobre etnia é bem complicado, é a mesma coisa, tem pessoas aqui, a gente respeita, né? Numa festa que tem, nós tocamos a polonesa, e eu gosto de dançar polonesa, um atrás do outro, faz aquelas coisas. Agora, se existe uma roupa mais bonita é a roupa africana, axó, negro se colorir tudo. Não, não pode, tiram sarro. E aí como é que um negro vai se vestir de axó, que é a roupa, se serve de chacota para as pessoas dá risada.

Quando a gente vai dançar a gente fica olhando para todo mundo, quando eu falo isso dá uma vontade de chorar, sabe por quê? A gente fica olhando na cara de todo mundo e as pessoas ficam olhando “Ah que ridículo” na dança afro, eu consigo sentir isso aí, porque a dança tem um movimento tipo animal, eu vejo os cochichos, eu olho, eu vejo as pessoas cochichando, bota a mão na boca e dá risada, parece que as palmas são forçadas. Aí, nós falamos, a minha irmã quando vai falar ela já diz o que significa as danças e para nós é importante dançar, muito importante, porque tem pessoas que tem inveja da desenvoltura africana, do molejo da negra, do molejo do negro, sei

⁴⁷ Concurso de beleza organizado pelo município de Restinga Sêca.

lá. Então, a gente se exhibe por causa disso dali um pouco mais, falando no sentido figurado, a gente fica mais exibido [faz gesto de entre aspas], porque nós sabemos dançar melhor do que eles, então é isso que acontece.

Voltando a falar sobre as aulas de religião, a professora não separava de acordo com a religião, era de acordo com a etnia. Acho que uns cinco, dez anos para cá que terminou isso. Religião é religião. Deus é um só. Quando nós entramos no colégio, fizemos parte lá, tivemos aula de religião, perguntaram para nós “Que religião vocês são?”, respondemos “Umbandista” e elas disseram “Não, vocês são católicos”. Aí, chegamos em casa e perguntamos para nossa avó “Nós somos umbandistas ou nós somos católicos?”. A minha avó disse “Vocês são umbandistas, mas vocês vão ter que dizer que são católicos”. Aí, quando nós voltamos “Ah, nós somos católicos”, e elas “Não, vocês são de Sarava, então”. Eu te pergunto o que é sarava? Por isso que o meu pai diz uma coisa assim “Tu só fala daquilo que tu tem conhecimento”. É uma linguagem Iorubá, sarava quer dizer saúde, e aí “Ah, porque vocês são de Sarava, são da parte do demônio”. E ninguém brigava, ninguém brincava com nós “Óh, se vocês brigarem com eles, eles vão fazer um feitiço lá, um sarava pra vocês e vocês vão morrer”.

Então, era por religião, a religião dos alemão é, como é que eu vou te dizer? É Protestante, aí então eles tinham outra aula. Deus deles não sei quem que é. Nós, católicos, tinha aula da Católica, ah Jesus de Nazaré, aquela coisa toda, quando chegava num conhecimento “Ah, nessa aula vamos falar sobre a religião negra?”, respondiam “Não tem, vocês são católicos, vocês não têm religião”. É, diziam para nós isso daí, então pra mim, eu conheci o que que é um Apartheid, eu vivi dentro dessa escola aqui um Apartheid de religião, os brancos faziam a religião deles, a professora entrava, me lembro aqui nessa sala, ou qualquer outra sala, a professora entrava ali, fulano, fulano, fulano e fulano pra sala dos professores que vocês vão ter religião lá. Aí, por exemplo, tinha dois alemães aqui, cinco italianos, italiano é católico, a maioria dos italianos são católicos, tinha um italiano que era protestante, porque estudou um italiano protestante aqui também, só saía os alemão. Então, saía daqui para ir para lá e tinha o que? Uns quatro, cinco alunos e a professora Gerda⁴⁸ de matemática que dava aula para eles de religião, ela dizia que era diferente, e eu sempre fui um cara de perguntar “Por que eles saem daqui professora?”. Eu sempre fui um cara assim, comunicativo, de fazer bagunça, de deslizar, esse piso aqui não existia, esse piso aqui

⁴⁸ Gerda Helena Engel Montagner, formada em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal de Santa Maria em 1988, atuou na escola no cargo de professora entre os anos de 1988 e 1996.

era de madeira [apontando para o chão da sala], aqui, isso aqui era madeira e nós tinha que levar sempre encerado, no final da aula tinha uma turma, de segunda a sexta tinha uma equipe, entre três, quatro que varria a sala, limpava e organizava e no outro dia tinha outra turma que varria, entendeu? Era assim, e lustrava. Aí, saía pra lá, a professora se sentava bem aqui [no local que nós estávamos sentados realizando a entrevista], eu sentava naquele canto lá [canto em diagonal ao que nós estávamos] e aqui atrás tinha um armário da professora, era uma mesa grande, eu sentava naquele canto lá, porque ali eu me levantava pra olhar na janela e aqui não tinha nada [falando do lado de fora oposto ao que ele sentava], a bagunça era sempre pra cá, né? Aí, eu sentava ali, eu levantei a mão “Oh professora Gerda”, porque era aula de matemática “Por que o Talito, a Talita e o Renan vão estudar com a senhora lá? O que que tem de bom lá? O porquê?”, ela respondeu “Não, é porque a religião é diferente” e eu continuei “E por que não dão aula pra nós de religião de Umbanda? Sarava como vocês dizem”, ela disse “Porque não existe essa religião, isso daí foi empregado pra vocês”. Aí, eu perguntei “Não, como que não?” A professora falou “Vocês são católicos, querendo ou não vocês têm que aceitar, vocês são católicos. Tu foi batizado aonde? Na católica, então vocês não são batizados na religião de Umbanda, porque na...”. Vou dizer Umbanda, por ela disse sarava “Porque você não é reconhecido, só quem é reconhecido é católico, isso e aquilo e isso e aquilo. E o Deus dele é diferente”. Eu não entendi, por que diferente e eu perguntei para o Talito “Que cor é o teu Deus, Talito?”, Talito era bem alemão “Eu não sei Roberto, eu não entendo isso daí da aula” e eu disse “Eu acho que o teu Deus, cara, é um homem alto, grandão tipo Golias e é o mais forte que tem, que existe, que o Deus da Católica”. Aí, nós tirávamos sarro, fazia brincadeira com isso daí, e aí o porquê que existia esse apartheid de religião, eu não sei. Não sei o que que eles estudavam lá que era diferente da nossa, não sei. A professora Gerda nunca entrou nesse tema e dizer para nós se era lido em português ou em alemão, entendeu?

Só a única coisa que eu não gostei e até hoje tem isso daí, que não existe, que não é reconhecida a religião umbandista e sarava é da obra do mal e eu questionei ela “Ah professora, a senhora sabe o que quer dizer a palavra saravá?”, ela disse “Não, não, isso daí quer dizer algo do mal” e eu disse pra ela “Não professora, quer dizer saúde...” ela me interrompeu e falou “Não Roberto, terminou, é obra do mal”. Eu tinha que ficar quieto, porque ela era bem ruim, levava a

gente para a secretaria e aquele tempo a diretora era a Gicelda⁴⁹, ela era muito rígida também, então eu tinha que ficar quieto muitas vezes.

Eu sou umbandista, a religião na minha vida é uma aula de respeito, porque a nossa religião, nós só temos que tirar o que necessita da natureza, a nossa energia vem da terra e nós temos que respeitar o sol, o vento, a lua e a noite. Tudo aquilo que é da natureza é refletido dentro da nossa religião. Para nós, Deus colocou, Deus [apontando para cima] Deus e o seu filho, Oxalá que é Jesus, Olorum que é Deus, Olorum criou todo o universo e colocou nesse universo, um orixá pra cuidar. Tu pode ver, tem orixá das águas, tem orixá das matas, orixá disso, orixá daquilo, entendeu? Então, a gente tem que respeitar, nós não podemos sujar onde nós estamos pisando, nós não podemos cortar sem ter uma permissão. Então, tudo o que nós tiramos da terra é a saúde, então para mim a religião é, além de ser espiritual, né? É um contato que a gente tem mais próximo com Deus, com Olorum e com Oxalá, é o fundamento que ensinam pra nós, é aquela energia da natureza. E é isso, é a saúde, é a paz, é isso. Eu frequento o Centro de Umbanda aqui da comunidade desde criança, desde novinho, meu pai a minha mãe, eu, a Fabiana, a Denise, o Dener, o Fabiano, Gelson, a Lidiane⁵⁰, a Simone⁵¹, meus primos todos e muitos que se afastaram, procuraram outros caminhos, né? Também respeito, respeito a nossa religião.

A educação que eu passei para os meus filhos, foi mais um retrato do meu pai, a gente sempre tem um espelho, né? Do que a gente podia fazer, muitas coisas assim que o meu pai não deixava fazer, eu dei uma liberdade maior para os meus filhos, mas sempre dentro daquela métrica dele, que ele ensinou, é conversando, é ter a confiança no filho, é fazer o filho falar a verdade, é dizer para o filho quando está certo, que nem tudo a gente tem razão, foi essa educação. Saber respeitar os mais velhos, quando um está falando, esperar a vez, se tiver uma pessoa mais velha ali é chegar e cumprimentar, se é um parente, é pedir a bênção. Sem não é um parente, é “como é que está o senhor?”. Bom dia, cumprimentar na mão, né? E é assim, eu não fugi muito da educação que o meu pai me deu, nem eu, nem os meus primos, nem a minha irmã, nem o meu irmão, nós não fugimos muito, mas muita coisa que os nossos pais nos proibiam de ter o conhecimento do mundo,

⁴⁹ Gicelda Beatriz da Silva, formada em Pedagogia – Orientações Educacionais – Licenciatura Plena pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santa Cruz do Sul, em 1988 e possui o título de Professor do Ensino de Primeiro Grau de 1ª a 4ª série por ter concluído o Curso Supletivo de Ensino de 2º Grau para Habilitação em magistério pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Professores de Júlio de Castilhos, atuou na escola no cargo de Secretária de Escola entre os anos de 1990 e 1994, e no cargo de diretora de 03/1995 a 02/1997.

⁵⁰ Lidiane de Souza Rosa Pedroso, prima do Juliano.

⁵¹ Simone de Souza Rosa Garcia, prima do Juliano.

nós já demos um pouquinho mais de liberdade para os nossos filhos. Porque nós sentimos dificuldade, quando nós tivemos a liberdade, liberdade de sair para conhecer Restinga Sêca, eu me perdi. Meu pai dizia “Ah você tem que ter conhecimento, porque nem sempre eu vou estar vivo, vocês têm que aprender, porque nem sempre eu vou estar vivo, nem a mãe de vocês, vocês têm que aprender”. Mas assim, para ter conhecimento a gente tem que conhecer uma cidade e para conhecer uma cidade a gente tem que sair de casa e eles não deixavam. Aí, nessa parte nós demos uma certa liberdade para os nossos filhos, mas não aquela liberdade “Aonde vocês for, vocês têm que dizer pra o pai e pra mãe, se estão ali, tem que ficar ali, voltar tal hora, isso e aquilo”. E não fugi muito da responsabilidade, da bênção, da educação dos antigos, não. De chegar de manhã, levantar, “Ah bênção pai”; não fugi dessa linha, o respeito é formado em casa, a educação vem de casa. Então, meu pai sempre diz assim “Vocês vão ver, quando vocês tiverem os filhos de vocês, o que vocês vão passar também”. Então, nós não fugimos muito dessa linha.

Dentro dessa educação familiar nós contamos histórias da comunidade, dos mais antigos, os mais velhos falam sobre as suas vidas, sempre teve essas conversas. Quando nós estamos reunidos, nós contamos “Ah, o tempo da finada vó...”. No tempo da finada vó, nossa bisavó, nós contamos, nós brincávamos “Óh, quem que limpar o terreiro pra mim vai ganhar um pé de moleque”[simulando a fala da vó], ela sentava e contava “Ah antigamente eu via a mula sem cabeça aqui assim, assim, assim, assim” contava a história da bonequinha de palha que uma mulher negra fez uma bonequinha de palha, não tinha filha, e a bonequinha criou vida e virou amiguinha dela e ajudava ela a fazer os serviços, fazer isso e fazer aquilo. Nós contávamos e nós dava risada, por exemplo, quando nós fazíamos uma arte, né? “Ah, foi aquela vez que nós viramos tal coisa lá, que não foi nós”. Esse tipo de conversa nós fizemos, eu faço com meus filhos, está sentado eu, a minha irmã, o Fabiano, a Denise, seja quem for, nós contamos do tempo que nós éramos criança, do tempo da nossa bisavó contava.

Tem história dos anãozinhos, que enxergavam os anãozinhos. Então, essas fábulas, todos nós contamos para os nossos filhos. A história dos anãozinhos, é uma longa história, teve um tio nosso que estava andando de bicicleta e viu, aí derrubaram ele da bicicleta e na época contou para nós e nós não saía, eu acho que era para nós não caminhar de noite, né? Eles contavam história de fantasma, essas coisas assim. Então, era isso. E os anãozinhos andaram na garupa dele, que derrubaram ele, que deram uma tunda nele, que voavam por cima dele, ele tentava puxar a faca. Mas eu acho que ele estava bêbado, sei lá, estava delirando, mas a gente acreditou quando era mais

novo, a gente acreditou. Essa era uma das histórias que nós contamos para os nossos filhos e até dentro da nossa religião, nós sentamos e contamos essas histórias dos antigos, como eles participavam. A minha avó também conta que era assim, tem toda essa conversa e é onde nós tiramos o respeito, é onde nós tiramos alegria é onde nós tiramos o convívio familiar.

A relação entre a comunidade e a escola teve um afastamento, antigamente era um pouquinho mais forte a relação. Quando eu estudava, na verdade, quando nós estudávamos, tinha uma relação com a escola maior, nós passávamos mais o tempo aqui dentro da escola. Nós íamos embora, mas nós voltávamos para ensaiar uma peça, uma gincana, um casamento caipira, fazer uma peça teatral. Oh, saudade da professora Elisane Dotto⁵², nós fomos nos apresentar lá na escola dela, lá em Silveira Martins⁵³, oh fomos muito bem recebidos. Foi uma emoção muito grande de reencontrar. Ela teve na casa da Fabiana e ela reconheceu todos os alunos dela e dizia “Lembra das peças?”, ela lembrava das peças que nós fazíamos junto com ela, junto com a professora Sonia, que estava sempre gravando, sempre tirando foto, né? Não tem mais, não tem.

A nossa sabedoria do dia do vovô e da vovó, tinha. O Dia das Mães, o Dia dos Pais, hoje em dia é Encontro Familiar. Nós fazíamos uma peça no Dia das Mães, nós fazíamos uma peça no Dia dos Pais. No Dia do Vovô e da Vovó nós pintava um chapeuzinho, alguma coisa e levava para o vovô e a vovó com uma declaração, hoje não tem mais, a escola não tem mais. Na semana do índio nós fazia uma peça teatral valendo nota, não tem mais esse convívio, chamava o pessoal da comunidade, os pais para vir participar.

Na Festa Junina, tinha festa, já está dizendo festa. A comunidade ajudava, o CPM⁵⁴, enfim, fazia um monte de coisa. O colégio vendia quentão, o colégio vendia a cerveja, o colégio vendia... Tinha música, tinha dança e era uma expectativa dos alunos “O que eles vão apresentar no casamento caipira?”. Aí, tinha várias apresentações, várias, né? Hoje em dia não tem mais, os alunos entram ali “Ah meu pai, feliz Dia dos Pais” [simulando segurar um cartaz], cantam uma musiquinha e fica se embalando que nem o bonequinho birutinha do posto. Tu não vê uma

⁵² Elisane Dotto, colaboradora dessa pesquisa. Formada no Curso Supletivo em Nível de 2º Grau para Habilitação de Magistério pela Fundação Educacional do Vale do Jacuí – FUNVALE em 1988 e em Licenciatura Plena em Educação Artística/ Habilitação em Artes Plásticas pela Universidade Federal de Santa Maria em 1995, atuou na escola no cargo de professora entre os anos de 1991 e 1994, no ano de 1996, entre 2002 e 2005, entre 2008 e 2011 e no cargo de diretora nos anos de 1997 e 1998.

⁵³ Município sul-rio-grandense, localizado na região central do estado, distante 285 km da capital Porto Alegre e 55 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

⁵⁴ Círculo de Pais e Mestres.

sabedoria, tu não consegue enxergar uma criança feliz dentro de uma escola, é só da escola pra sala, da sala pra escola e eles só se sentem feliz quando estão jogando futebol.

Na minha época nós fazíamos interpretação da escolinha do professor Raimundo “Hoje nós vamos ter a escolha do garoto estudantil, hoje nós vamos ter a escolha do garoto que mais incomodou no ano” [simulando falas sobre o que faziam na escola]. Tinha, era uma forma de brincadeira, nós tínhamos isso e era bom a gente nunca faltava o colégio, sabe por quê? Porque a gente queria saber o que ia acontecer no outro dia, que tipo de brincadeira que ia ter. Hoje não tem mais. “Ah, Roberto hoje tu vai apresentar capoeira, pode?”, respondia “Posso”. Diziam pra mim “Tu vem” e eu “Posso” e todo mundo respeitava. Fazia a apresentação da capoeira, fazia a brincadeira, fazia uma aula de apresentação. Ah, estava chovendo, não tinha como ir pra brincar no pátio “Ah, o recreio vai ser dentro da sala de aula pra soltar mais cedo”. Não, eu não queria soltar mais cedo, nós queríamos fazer uma aula de uma brincadeira, ali nós contávamos “Óh, vamos, vamos brincar de o que é o que é?”. Não tem, não tem mais isso, então o que é a escola voltar a ser amiga da comunidade? Nós deixamos escapar muitas coisas, porque eu acho, na minha opinião, a modernidade chegou para melhorar, oh e como! Mas tudo tem um começo, pra ti aceitar a modernidade, tu tem que ter um pé no passado e tu não pode fugir muito desse passado, porque senão essas crianças vão acabar fazendo o que? Hoje em dia para uma criança ficar quieta tem que dar um telefone, e pra ti fazer vir para o colégio é difícil, porque eles não, sei lá, pra mim é os professores que não gostam do aluno estar presente ou não fazem nada pra mudar, para o aluno gostar da escola. Então, eu acho que quem se afastou da comunidade foi a escola, um pouco.

Na minha época eram poucas as crianças que não gostavam de estudar, por exemplo, de dez, era três, então, era muito pouco, muito pouco. Hoje em dia, de dez, são oito, então é muita gente que não quer estudar, é muita gente. Eu acho assim que esses professores de hoje, é a profissão que é mais mal paga, uma coisa que não tem reconhecimento, mas assim, se tu, modesta parte minha, assim, meu sonho é ser professor de educação física, porque eu amo. Mas eu também amo construir, eu adoro meu serviço, eu amo o que eu faço. Eu acho assim que tu está estudando pra ser alguém, porque tu gosta, né? Eu pergunto para todos os professores “Gosta de dar aula?”, eles respondem “É, a gente gosta, mas a gente acaba se desgostando”. Então, tu não gosta, porque tudo que é serviço tu vai ter desgosto, nunca na vida da gente vai ser só mil maravilhas, não existe. Então, acho que tem professores que estão ali por um salário, está certo, é o trabalho deles, mas

não estão ali por uma mudança de uma criança, só vejo “Ah, o teu filho tem que vir pra estudar, o teu filho...”, faz alguma coisa pra ele ficar em sala de aula, muda a dinâmica da escola.

A escola tem que mudar um pouco para o pai estar mais presente dentro da escola, mas não mudam, ninguém tenta fazer nada. Eu tiro o chapéu ali pra quem tentou, e eu faço questão que tu coloque os nomes deles, o João⁵⁵, Joãozinho, João Trindade, que era o professor de Educação Física e a Marli⁵⁶. Oh, ela tem aquele jeito dela ali assim, cobrona, durona, mas vou te dizer uma coisa, é uma pessoa que quer ver a comunidade dentro e tem muitas pessoas que retrai ela, ela pensa uma coisa e já tem que mudar para agradar a outra pessoa. Então, a Marli trabalha da seguinte forma, te agradando, ela tenta, “Ah, professor, vamos fazer tal coisa” [simulando uma fala da Marli] “Por que fazer isso daqui Marli? Dá mão de obra, não sei o que” [simulando a resposta de uma professora] e a outra chega “Mas tem como fazer” [simulando a resposta de uma outra professora] “Tá, tá, tá, nós não vamos fazer, vamos fazer uma coisa pequenininha”, para poder agradar as duas professoras. Eu já vi isso, então eu comecei a voltar pra dentro da escola, ajudar a escola, através da Marli, porque eu só vinha aqui nas reuniões dos meus filhos, a minha esposa também, porque eu não me enxergava mais ali na sala de aula, eu não me enxergava mais dentro da escola.

Dizem que a escola tem que ser do município, mas ela está dentro de uma comunidade, ela tem que viver a comunidade em si, trazer de volta a comunidade. “Ah, porque não pode ter mais festas, as escolas não podem ter mais festas”, mas tira o nome da escola, coloca o nome da comunidade, porque tu vai fazer um casamento, tu vai levar o teu filho no casamento. Tem uma festa de aniversário, tu vai levar o teu filho numa festa de aniversário. O que tem numa festa de aniversário que você vai? Cerveja, bebida alcoólica. “A entidade escola não pode”. Pô, qual é que é? É simplesmente botar uma pulseirinha no pulso da pessoa que é menor de idade para como identificação para não ser entregue bebida alcoólica para ela, o pai que tem responsabilidade com o filho, não vai deixar o filho beber. O que é isso? A escola muitas vezes está perdendo, não tem nem dinheiro pra fazer uma viagensinha com a oitava série, com o nono ano, por causa do que? Porque não tem, e tu acha que a prefeitura vai dar? Nunca tem dinheiro para a educação e

⁵⁵ João Carlos Dias Trindade, formado no Curso de Educação Física – Licenciatura Plena no ano de 1988 pela Universidade Federal de Santa Maria, atuou na escola no cargo de professor de Educação Física no ano de 1993 e entre os anos de 2013 e entre os anos de 2013 e 2016, no cargo de vice-diretor no ano de 2014, 2017 e 2018 e no cargo de professor do Programa Mais Educação entre os anos de 2014 e 2016.

⁵⁶ Terezinha Marli dos Santos, formada em Magistério pelo Instituto Olavo Bilac, em 1969, possui Licenciatura em Química e licenciatura em Biologia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), em 1973 e 1975, respectivamente, atuou na escola no cargo de professora de 2007 a 2012, no cargo de diretora de 2013 a 2021 e no cargo de vice-diretora de 2022 até o presente momento (abril/2024).

antigamente tinha. Por que tinha? Porque alguém fazia uma festa, tinha torneio, a comunidade vinha em peso quando tinha torneio de vôlei para ver seus filhos jogarem bola, a comunidade vinha em peso. Hoje em dia, o pai só vem trazer um filho aqui para a aula e se manda. Só vem aqui quando a professora vem pra reclamar de um filho que não está indo no colégio, que não está obedecendo. Como é que o filho não vai obedecer?

Antigamente, os professores eram sacanas, muito sacanas. “Óh, tu não vai participar de tal coisa se tu não obedecer”. Aí, a gente tinha que obedecer para poder participar, eles eram chantagistas. Eu participava de uma equipe de vôlei da escola, eu tenho vários troféus ali que eu trouxe, eu, a minha irmã, a Denise, o Fabiano trouxemos vários troféus. “Oh Roberto, se tu não melhorar as tuas notas, tu tá fora da equipe. Eu estive conversando com a professora de Educação Física e tu não vai participar”. E eu começava a estudar, a estudar... [E pensava] “Ah meu Deus do céu, será que eu passei? Consegui”, aí diziam “Ah Roberto, tu vai ir”. Então, isso quer dizer que o professor incentivava a gente a estudar. Hoje em dia não tem isso, porque o professor queria que a gente fosse como eles, tivesse estudo. Essa é a minha visão, hoje em dia não tem. Então, a escola, eu não sei se foi o professor que afastou, eu não posso dizer a escola que se afastou, porque a escola continua aqui, ela é o prédio, eu acho que são as pessoas que estão coordenando e as pessoas de lá da educação [se referindo a Secretaria de Educação].

Eu acho que é o sistema lá [se referindo a Secretaria de Educação?] e aí o professor muitas vezes aceita aquilo ali. “Ah não vou bater de frente aqui”, entendeu? Aceita. A Silvia⁵⁷, eu bato de frente com ela e digo assim “Eu acho que ser professor, qualquer pessoa pode ser. Formar cidadão, qualquer pessoa forma um cidadão, não precisa ter um canudo [diploma]. Precisa ter um canudo para ensinar a ler, agora para formar cidadão, não precisa de professora”. A escola tem o direito de educar a aprender, essa é a educação da escola, porque a educação vem de casa. A escola tem que fazer o aluno se sentir bem dentro da escola e eu não vejo isso “Não, mas ele tem que obrigar a...”, “Não, obrigar uma pessoa a vir, ele vai vir porque está obrigado, mas isso não quer dizer que ele vai estar de corpo e alma sentado na tua frente, não tá nem aí”. Eu acho que nós temos que pensar em como fazer o aluno gostar de estudar, que nem antigamente se fazia.

Os professores, nesse tempo que eu falei pra ti, que os professores eram sacanas, chantagistas, eles eram, mas tu veja bem, uma chantagem do bem, não acha? A nossa família estava enfiada em tudo. Todos os alunos queriam participar, queriam ler lá na frente no dia Sete de

⁵⁷ Silvia Maria da Rosa Mohr, secretária municipal de educação (2021-2024).

Setembro, no Dia da Bandeira, todo mundo queria ler. Por quê? Na Páscoa eu fiz o papel de José, eu saí de lá dos fundos da escola e vinha caminhando e depois fizemos a procissão de carregar a cruz, eu carreguei a cruz, aquela coisa toda, tinha Jesus que cresceu, entendeu? Tinha os romanos, eram todos alunos que queriam participar, os que não participavam ficavam emburrados. Eu só acho que o sistema de lá de cima está muito errado e o professor daqui que está aqui na escola se acomodou, não quer fazer isso.

Eu acho que quem está afastando a escola da comunidade é o próprio sistema de cima, a prefeitura, a educação e o professor aceitou a ideia, não se passeia com aluno, não se quer conhecer a comunidade, pouco se interessa por quem mora ali, pouco se interessa se esses alunos estão comendo direito ou não. Agora, se o aluno vir machucado, se está faltando comida, ou comeu “Ah que pena daquele lá”, mas vai conhecer a realidade dele, vai conhecer. No tempo da LBA⁵⁸, nós tínhamos dificuldade, então o professor ia lá e via, “Bah, vamos levar uma coisinha”. A própria escola ajudava, tinha aqui leite, coisa e tal. Agora, é “Ah, fulano está comendo demais merenda, ah porque não tomam banho, porque isso e aquilo”. A escola também tem que fazer o seu papel solidário, não só educar, porque o professor também pode formar um cidadão, não só ensinar a ler, formar cidadão não é só saber ler, formar cidadão é saber estender a mão para o próximo. E eu acho que está faltando isso um pouco do professor aqui também.

Eu tenho certeza de que dentro da escola, quase nenhum professor se dá bem, mas se respeita, porque são seres humanos. Mas se uma estiver precisando, não vai estender a mão para a colega, vai recolher a mão? Eles são seres humanos, eu acho que deve estender a mão, por pior que seja, e ela [Secretária da Educação] acha que formar cidadão é sentar aqui na escola e dizer “Lê. A Tabuada. Papel” [simulando pedidos de um professor segundo ele] e dizer “Ah fulano não passou. Ah, teu filho está com dificuldade, não presta atenção”, mas pô, faça alguma coisa para fazer o aluno se interessar. Está faltando mais interesse por parte do professor e mais ainda por parte do sistema, que é a prefeitura, eu acho.

A minha relação com a comunidade e a escola [depois de adulto] foi difícil, mas nós estamos aqui dentro, primeira que começou foi a minha irmã, a Fabiana. Eu tenho um grupo de capoeira e foi através dele, eu sempre dei aula para os alunos da escola. A escola me convidava para fazer

⁵⁸ Fundação Legião Brasileira de Assistência. Decreto-lei nº 593, de 27 de maio de 1969. Autoriza o Poder Executivo a instituir uma fundação destinada a prestar assistência à maternidade, à infância e a adolescência (BRASIL, 1969). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-593-27-maio-1969-361587-publicacaooriginal-1-pe.html>.

uma apresentação e, com o passar do tempo, veio um projeto para cá, o Mais Educação⁵⁹, mas eu já dava aula dentro da escola para os alunos fazerem apresentação, aquela coisa toda e esse projeto veio fortalecer. Foi quando o Joãozinho e a Marli entraram. Oh, trouxeram o judô, bah, eu fiquei com a cara no chão. Putz, pô, que é isso? Nada contra o professor que é meu amigo, mas dentro da minha comunidade, jiu-jitsu, pô! A minha cultura é forte aqui dentro, tem aula de dança afro, capoeira. Eu conversei com o Joãozinho e ele disse “Não, foi o que os alunos escolheram”, eu concordei “Tá, beleza”, o professor João acrescentou “Mas, assim, tu pode continuar dando aula aqui”. Só que a filosofia do jiu-jitsu é uma coisa e a filosofia da capoeira é outra, né? Ou é a mesma coisa, sei lá, porque eu nunca fiz jiu-jitsu. E aí o Joãozinho veio um dia e me disse “Tá, o que nós podemos sentar e conversar?”, eu falei “Ah, nós podemos fazer assim, assim...”. E, então, ele resolveu “Tá, vamos tirar jiu-jitsu e vamos botar capoeira”. No outro ano eu comecei, eu já dava aula dentro da escola, já era um parceiro da escola, por causa dos meus filhos que estudavam aqui e antes deles eu já praticava, só que não necessariamente em horário escolar, mas me chamavam “Ah, tem uma apresentação e nós queremos [participar]...” e eu dizia “Vamos fazer, vamos fazer”.

Eu sou instrutor, não sou mestre, sou apenas um instrutor de capoeira e meu sonho é me graduar, ser mestre, mas tudo que um mestre faz, eu também faço, não tem problema nenhum. Em algumas apresentações, as pessoas me colocam como mestre, mas para mestre falta muito ainda, muito. A capoeira fortaleceu a minha presença dentro da escola. Eu comecei a fazer também qualquer tipo de serviço aqui dentro da escola, para os pais enxergarem, né? Se “Ah, a escola está feia”, então “Não, então vamos embelezar a escola, me ajudem”. Essa transformação foi tudo através da Marli e do João, comecei através do Mais Educação, teve a dança afro que sempre predominou aqui dentro também, a minha irmã junto com a Denise foi fortificando. Nós tivemos um bom período no Mais Educação de formação de aluno, tinha alunos aqui que não estudavam, a Marli dizia que já estavam perdidos e nós conseguimos resgatá-los, hoje agradecem a capoeira. Se

⁵⁹ Art. 1º Instituir o Programa Mais Educação, com o objetivo de contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos.

Parágrafo único. O programa será implementado por meio do apoio à realização, em escolas e outros espaços sócio-culturais, de ações sócio-educativas no contraturno escolar, incluindo os campos da educação, artes, cultura, esporte, lazer, mobilizando-os para a melhoria do desempenho educacional, ao cultivo de relações entre professores, alunos e suas comunidades, à garantia da proteção social da assistência social e à formação para a cidadania, incluindo perspectivas temáticas dos direitos humanos, consciência ambiental, novas tecnologias, comunicação social, saúde e consciência corporal, segurança alimentar e nutricional, convivência e democracia, compartilhamento comunitário e dinâmicas de redes (Brasil, 2007, p. 02).

tu fizer uma entrevista com eles, irão dizer “Eu agradeço a capoeira, a filosofia da capoeira e como cidadão importante, como eu me faço importante dentro de uma sociedade...”. Então, foi como formou esse vínculo e eu gostei muito.

E, na verdade, eu estava com um pouco de inveja do professor de jiu-jitsu que estava dando aula dentro da minha comunidade, porque eu não estava sendo reconhecido, mas aí uma pessoa mais velha me falou “Pra ti ser reconhecido, tu não precisa estar presente, pra ti ser reconhecido tu não precisa fazer muitos atos, pra ser reconhecido tu tem que estar lá, apoiando”. Foi isso que eu fiz, fui lá apoiar o meu colega, é o trabalho dele, ele também está formando cidadãos. Desse convite para essa escola, vieram outros, de outras escolas. Hoje, sou visto como uma pessoa que pode ser um líder comunitário, coisa e tal, através dos meus meninos e esse vínculo foi ficando mais forte.

Agora perdeu-se esse vínculo comigo depois que os alunos foram transferidos para a escola Sete de Setembro. Eu acabei dando uma afastada do colégio, senão hoje eu já estaria aqui. Eu tenho o meu serviço na casa da Denise para fazer, mas hoje eu tinha um tempo de vir para cá, porque eu sabia que eu tinha que fazer alguma coisa aqui no colégio. E, sempre, quando eu trabalhava em outros locais, eu dizia “Óh, eu tenho que fazer tal coisa na escola...”, porque era meu vínculo, eu gostava, eu gosto disso daqui, porque eu gosto de estar no meio dos adolescentes, das crianças. Eu sempre arranjava um tempo de vir, se não dava para vir num dia eu vinha no outro dia e agora parece que quebrou esse vínculo.

Eu estou tentando estabelecer um vínculo lá na Sete de Setembro, mostrar o que é o preconceito. O porquê não pode existir o preconceito. O ser humano é um, as pessoas são diferentes, uns pensam diferente dos outros, busco quebrar essa ideia que os pais, os avós, os mais antigos têm de que um branco engravidar uma negra, ou um negro engravidar uma branca vai nascer tal coisa, isso e aquilo, tem todo um sistema para isso dali. Eu digo, porque na minha época, a minha avó dizia assim “Quando uma branca quer um negro é porque os brancos não querem mais saber dela e quando uma negra quer um branco é porque os negros não querem mais saber dela”. Isso daí nós temos que terminar, essa hegemonia na cabeça desses mais antigos. E eu estou tentando ser parceiro da escola, mas aquela escola não abre espaço, não me deixa chegar, só levaram os nossos alunos daqui pra fortalecer outra etnia, outra cultura, é isso que eu penso, para mim o que fizeram foi afastar o negro da própria cultura, não deixa de ser isso.

Esse afastamento ocorreu porque a maioria dos meus alunos eram dos anos finais e os pequenos aqui também não tiveram contato para eu poder trabalhar com eles, entendeu? Essa

diretora que está aí, diz que vai fazer e me leva em banho Maria e eu não sou uma pessoa de ficar batendo na porta. Não, o que tem que acontecer, vai acontecer, mais cedo ou mais tarde, vai acontecer. Então, eu sou paciencioso, a hora que me chamarem eu vou estar aqui, pode ser ela, pode ser outra, não sei.

A minha história com a capoeira começou de um jeito até um pouco engraçado. Eu sempre gostei de artes marciais, sempre me vi em uma arte marcial. Aí, tinha aquelas séries de super-heróis japonês, nós olhávamos e brincávamos de espada, de Superman, coisa e tal e eu, quando estudava em Agudo, lá com os meus doze anos, eu fugia da escola, “matava aula”, para eu ir para uma academia de taekwondo. Essa academia era um pouquinho longe da escola e lá eu limpava, eu varria, parece um filme, tu nunca viu Daniel San? Ele começou a ir para a escola... e eu também. Eu ia para lá, ficava olhando, no finalzinho o cara “Oh meu, tu quer... então tu me ajuda que eu vou te ensinar taekwondo”. Comecei a praticar taekwondo, quando a mãe foi na escola “E a presença do teu filho?”, putz. E aí foi aonde o professor lá, o Marcos, ele pegou e “Oh meu, tu vai ter que ir pro colégio, bah tu faltando a aula lá piá, vai pro colégio”. Quando eu ia lá e dizia “Bah, hoje não tem aula”, e ele dizia “Tem sim, tu volta, tal dia tu vem” e aí eu comecei a ir nos finais de semana. Por um, dois anos eu não comparecia nas aulas para ir na academia, então me mandaram vir embora, que não me aguentavam lá, diziam “Olha, ele tá fugindo”. Eu acabei vindo embora, morei com a minha prima e comecei a estudar aqui e aí eu comecei a desenvolver o cérebro, né? Mas eu fiquei meio triste até eu me acostumar, eu tenho minha prima como minha mãe, é a minha segunda mãe. Depois de um tempo meu pai e minha mãe vieram embora.

Um belo dia faltou erva, açúcar, uma coisa assim em casa. Então, saiu uma turma de criança, um atrás do outro para ir buscar lá na venda, lá naquela casa amarela, depois daquela curva, ali era o armazém do Haltermann. Na volta, nós encontramos o João Horácio Borges, filho do médico João Horácio que era do Internacional⁶⁰. Nós estávamos carregando aquelas coisinhas pesadas e ele parou um fusquinha azul, nós ficamos com medo, nós somos daquele tempo que ouvíamos os ensinamentos dos mais velhos, como “não pega carona com estranho”, “não aceita bala de estranho”, “não dá a mão pra estranho”, “não conversa com estranho” e ele parou com uma simpatia do caramba “Oh, vocês são menininhos, o papai de vocês disse que não é pra conversar com pessoas estranhas e isso e aquilo, só que eu não sou estranho, sou o filho do João Horácio, sou o João Horácio Borges filho, moro em Restinga, sou contabilista... e sou professor de capoeira” e eu

⁶⁰ Sport Club Internacional.

perguntei “Que diacho é isso?”, ele respondeu “Capoeira é do tempo de vocês, eu morei na Bahia, pratiquei capoeira, é uma cultura negra, é uma dança, podemos marcar uma aula?” e eu “Claro que podemos”, ele continuou falando “Nós temos instrumentos, tem Berimbau”, aí ele veio. Isso foi em noventa e três, noventa e dois, por aí, foi quando eu comecei a praticar capoeira, e de lá para cá já são vinte e poucos anos praticando.

Ele dava aula ali na quadra, mas não tinha nada a ver com a escola, ele nunca se envolveu com a escola. Ele veio aqui dar uma aula pra nós e aí ele conversou com os pais, fizemos a aula, todo mundo ficou olhando pra ele, dando risada dele, ele botou a gente sentado, eu me lembro como se fosse hoje e ele falou “Eu sou Horácio Borges, sou contabilista, eu vim aqui devolver uma coisa pra vocês que não é minha, que eu peguei emprestado”, fiquei pensando “O que que ele pegou...”, nós olhamos e pensamos assim “O que ele pegou emprestado de nós, o que que nós demos pra ele?” e ele disse “Que é a capoeira, a cultura de vocês”. Até ali nós só tínhamos ouvido falar em capoeira, nós só praticávamos dança afro. Tem vários vídeos nossos, várias fotos nossas ali dançando e eu sempre fui um cara de dançar dança de rua. Fizemos aquelas aulas ali e fomos fazendo, eu fui me apaixonando cada vez mais e como eu faço pra aprender mais? Em 1996, 1995, eu não lembro, a última aula, ele nos levou para a casa dele, fez um churrasco, ele ia embora de novo para a Bahia. Bah, foi um chororô “Como eu vou fazer aula de capoeira? Como?”. Já fazia um bom tempo que nós estávamos fazendo aula com ele.

Depois disso já surgiu a oportunidade de eu ir embora para Porto Alegre⁶¹ e ali tive a oportunidade de fazer um teste no Internacional, eu fiz esse teste, passei. Só que os meus treinamentos eram lá na universidade, Unisinos⁶², projeto do Ayrton Senna. E lá eu conheci o Muay Thai, a primeira aula de Muay Thai me arrebitou, me inchou toda a perna “Bah, isso daqui não é pra mim”, eu fui pra aula de dança de rua, lá eu já fazia dança de rua, coisa e tal e um dia lá eu ouvi um barulho, lá pro fundão, porque tem vários ginásios, eu vi um barulho de um berimbau [simulando o barulho de um berimbau]. Ué, eu fui lá e olhei, “Bah, e eu estou fazendo uma aula lá que tá me matando e aqui tem capoeira...” Só que não conciliava com os horários dos meus treinamentos para jogar futebol. Pensei “Eu vou sair fora dessa coisa aqui e vou fazer capoeira”, aí o professor do futebol disse “Bah, mas é o teu treinamento, não sei o que, tem que focar, como é que tu vai chegar lá?” e eu disse “Não, se eu for também na capoeira, eu vou conseguir fazer aqui”.

⁶¹ Capital do estado do Rio Grande do Sul, distante 258km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

⁶² Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Então, soube da Mestre Lebre. Naquela época, eu estava morando com meu irmão em Porto Alegre. O meu irmão estava passando dificuldade e não tinha dinheiro, nesse período acabei andando com uns cabecinhas meio fracas, mas eu já estava jogando bola e eu não tinha nem dinheiro para ir fazer os treinamentos, para ir até o Beira Rio⁶³, lá nos campos suplementares, até o parque dos trabalhadores em São Leopoldo⁶⁴ para fazer o treinamento, eu não tinha dinheiro. Então, a melhor forma que eu achei foi essa. Eu quase me perdi nessa vida de bandido, não usei droga, nem nada, mas roubei, sabe a saidinha? Saidinha, saidinha, tem muita saidinha de banco, né? Nós fazíamos a saidinha na rodoviária. Os guris me convidaram e eu, cabeça fraca, fui e por lá foi onde eu conheci o marido da professora Lebre.

A mãe dele que estava vindo da Bahia e ele estava ali na rodoviária esperando. Óh, se tu visse aquele nego, tu tá louco, um baita de um negão, bah, o cara era, né? A cara dele era ruim, mas o coração dele era muito grande. Eu peguei a bolsa da mãe dele, a mãe dele vinha saindo e eu peguei a bolsa dela. Bah, o homem era tão ágil, com todo aquele músculo, tão ágil assim que ele me pegou, me virou assim por baixo, me pegou e me botou no colo assim [simulando que colocou ele sobre a sua perna] “Não faz isso” e eu “Me larga, me larga” e ele dizendo “Não faz isso, calma, calma, eu não vou chamar a polícia, eu vou pagar um lanche pra ti, aceita um lanche?”, eu dizia “Não, não”, ele insistia “Não corre, oh se tu correr aqueles caras lá vão te pegar e eu não vou poder fazer nada, eles vão te machucar” [falando dos policiais]. Aí veio um policial e disse assim “O que houve?”, ele disse “Não, não, não houve nada, ele ia sair correndo lá pra banda da faixa e eu peguei ele, não, não, ia ter se machucado”, o policial perguntou “O que que ele é seu?” e ele disse “Meu sobrinho”. Ele me botou sentado, me pagou um lanche “Me conta a história da tua vida” “Ah, eu não sou daqui” falei para ele, ele me pagou um lanche e eu perguntei para ele se ele ia me levar pra cadeia, ele disse “Não, eu vou te levar pra escola, teu lugar é na escola, quantos anos tu tem?”, eu falei “Ah, eu jogo futebol” e ele “Como é que tu vai jogar futebol no Inter se tu tá roubando? Não tem”. Ele me deu um sermão “E o que tu mais gosta e fazer?”, eu respondi “Ah, eu gosto de fazer capoeira”. Ele olhou para mim “Bah cara, tu tá falando com o mestre aqui, eu tenho uma mulher assim, assim, a minha esposa ela trabalha na Unisinos, ela dá aula de capoeira, eu vou te inscrever lá e tu vai fazer o teu treinamento lá”. Foi quando a capoeira me tirou daquilo [de roubar], né?

⁶³ Estádio José Pinheiro Borda, mais conhecido como Beira-Rio, é o estádio do time de futebol Sport Club Internacional.

⁶⁴ Município sul-rio-grandense, localizado na região Vale do Rio dos Sinos do estado, distante 35 km da capital Porto Alegre e 256 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

Fazia poucos dias que eu fazia aquilo ali. Ele me levou para me inscrever lá na Unisinos, aí depois eu já levei os meus sobrinhos também para lá, o Rafael⁶⁵ e o Josiel⁶⁶, e eu fazia o treinamento lá, né? Expliquei pra ele.

Conheci a Mestre Lebre, e ela veio dizer “A gente sentando, conversando, a gente se entende, vamos fazer capoeira?” e eu disse “Vamos”. Ela disse “Eu vou mudar as aulas, esses horários estão muito contrários” aí eu fiz. Ela mudou o horário dela, conciliei com os meus treinamentos e comecei a fazer capoeira, eu comecei a desenvolver, eu fiz batizado. Foi lá na Unisinos que eu comecei a fazer o treinamento, jogando futebol, e lá eu segui o caminho da capoeira. Eu digo para todo mundo que teve uma pessoa na minha vida que me mostrou o caminho da capoeira, que a capoeira é transformação.

Eu não tinha dinheiro... Eu não trouxe pra te mostrar, mas vou te dar de presente uma pulseira que eu mesmo faço, que eu aprendi dentro da capoeira. Eu paguei todo o meu uniforme fazendo pulseira, essas pulseiras de hippie, trançagem, eu aprendi com ele [marido da professora Lebre]. Paguei meu cordão, paguei minha camiseta, paguei isso, paguei aquilo, tudo ali dentro, fiz meus batizados, fiz tudo só fazendo [artesanato] e aí eu digo assim que não foi ele que me salvou e sim a capoeira, eu aprendi um monte de coisas.

Quando eu fui fazer o teste para o Inter, o meu pai disse que um filho dele para ser homem tinha que mostrar no cabo do machado. E é isso aqui [mostrando os calos nas mãos], calos na mão. E quando fui fazer, passar o contrato do futebol, não consegui, mas a maior tristeza foi deixar de lado a capoeira, quando cheguei aqui eu fiquei perdido sem a capoeira.

Eu já estava indo para o quartel quando eu comecei a fazer de novo a capoeira com um professor em Santa Maria. Então, comecei a desenvolver até eu montar um grupo. Quando eu montei o grupo aqui, eu dava aulas nas apresentações e parava, nós fazíamos uma apresentação e parávamos, era só aquele período ali, começava cedo, tentava desenvolver um pouquinho mais, tirar um pouquinho mais dos alunos. E quando eu me casei, fiquei um ano parado, sem capoeira, mas comecei a praticar, a ensinar meu filho desde os cinco anos. O grupo de capoeira foi formado na mesma época que o grupo de dança afro organizado pela Fabiana, mas não tenho lembrança da data, a Fabiana tem lá nos papeis. Só que o grupo dela tinha mais alunas, e eu tinha menos alunos na época, mas regula de idade o grupo de dança afro com o grupo de capoeira. O nosso grupo não

⁶⁵ Rafael Machado Leão.

⁶⁶ Josiel Machado Leão.

tinha nome no início, foi ter nome só depois, que é o Grupo Paranaúê de Capoeira. Os nossos alunos, a gurizada que botou o nome e eu “Ah, já que vocês botaram o nome tá beleza”. Não registramos, nem nada, eu disse “Vamos deixar assim mesmo, é o Grupo Paranaúê Rei Zumbi”, por causa que é Grupo de Dança Afro Rei Zumbi. Essa é a ligação que eu tenho com a capoeira.

Quando as crianças e jovens estão no grupo de capoeira, eu cobro o desenvolvimento na escola. Um cidadão para ser cidadão, para ter uma arma, ele tem que ter uma caneta, e a grande arma dele é a caneta e o caderno. Eu cobro mais a postura deles, como eles devem pensar e como eles devem se comportar, porque aí eu conto uma história que é assim: antigamente os capoeiristas lutavam pela liberdade, usavam a capoeira, as artes marciais para libertar os seus irmãos. E hoje o bom capoeirista coloca a sua mente em dia praticando capoeira, né? Gastando aquela energia, porque a capoeira tem que ser raciocínio, então tem que ter raciocínio pra ti aprender e pra ti fazer. Tem que ter muito raciocínio e tu tem que ser rápido no raciocínio. E para ti ter isso tu tem que desenvolver a capoeira. Pra ser um capoeirista tu tem que estar lá dentro da capoeira, e para ti ter sabedoria tu tem que estar dentro da sala de aula e para ti estar dentro da sala de aula tu tem que estar presente.

O comportamento de um capoeirista não é estar falando, comportamento de um capoeirista é estar analisando o espaço que ele está e se ele sabe o que é aquilo, ele tem que afirmar, “Eu sei”, aí ele fala. Eu cobro deles então, dizendo “A grande arma de vocês não é o soco, as pernas, a desenvoltura, querer brigar. Não, a grande arma de vocês é o caderno, é o caderno. Se vocês conseguirem ser inteligentes o suficiente com o caderno, as outras pessoas que estão à sua volta vão ser também. Por que eu sou o exemplo de quem? De vocês? E vocês tem que ser o exemplo de alguém, é assim, porque todos vocês aqui vão ser pai, mãe e aí vocês vão ter que ser exemplo para os filhos de vocês” e assim eu fui levando. Hoje, eu tenho aluno que fez curso de cozinheiro, trabalha na Meneghetti, hoje eu tenho uma que fez curso para massagista. Tem outro que era muito rebelde, que a Marli dizia bem assim [rindo] “Ele tem um olhar, tem um olhar penetrante assim de mau” que é o Kelvin.

O Kelvin é um negão, bah, aquele negão foi uma luta, uma luta que eu não me arrependo. Eu tenho só uma falha na minha vida, uma falha que eu perdi... [a pedido do Juliano o nome da pessoa e a sua história não irão aparecer]. O Kelvin não obedecia ninguém e, um dia, em uma aula, eu comecei a interagir com o meu filho, meu filho fazendo as manobras, e o Kelvin olhando com uns olhos [fazendo gesto de olhos grandes e atentos], bah um bolitão de olho assim, cara de mau

ali assim. Fizemos uma apresentação e eu não cheguei perto dele, mas disse para as crianças “E aí, tá na hora, bateu o sinal. Vocês se somem, vão! Lugar de vocês é ali na sala de aula” e aquele era o segundo dia. Algumas crianças disseram “Já estamos indo, já estamos...”, e eu disse “Não, só vai ficar aqui quem vai fazer capoeira, aqui só os meus alunos que vão fazer capoeira. Vocês tem que saber de uma coisa, a hora que eu sair daqui vocês têm que estar sentados, eu não quero ver ninguém correndo”. E todo mundo me obedecia e ele olhando com um baita de um olhão, só o branco dos olhos, assim, e eu falei assim “Ô, piá, passa, vamos lá!” e ele olhou assim, “Tá, não precisa me tocar”, eu respondi “Não, tudo bem, ninguém está te tocando, tá? Só com licença que eu vou fechar a porta”. E aí eu deixei a porta entreaberta e ele foi para a sala de aula e entrou, mas não se aguentou e voltou. Ele veio até mim e disse “Eu quero fazer capoeira junto”, e eu disse “Como é que é?”, ele repetiu “Eu quero fazer capoeira, tu tem como me deixar fazer capoeira?”, eu falei “Bah, tu sabe o que tu tá me pedindo, meu? Tem regras, capoeirista tem um monte de regras e se tu não cumprir uma tu tá fora”. Em tom de surpresa ele disse “Ah, mas como assim?”, e eu respondi “Não, tem regras” e aí os outros guris, o meu filho mais velho que estudava aqui, o Erick, já era amigo dele, o Dininho, que se criou junto com o meu filho, tenho ele como um filho também, o Dininho que é cozinheiro, a Naiane, que mora ali, a Naomi, que é minha sobrinha por parte da minha esposa, o Marcos Antônio, o Kaique, o José. Bah, não consigo me lembrar de todos, mas todos estavam ali aguardando a aula. Aí, ele veio, eu me sentei com ele e disse “Oh pessoal, o seguinte, como é que é teu nome?”, ele respondeu “Meu nome é Kelvin” e eu me lembro como se fosse hoje assim que a Marli entrou na porta acenando [imitando gestos de não, muitos gestos de não feitos pela Marli]. Que não era para eu ensinar ele, que ele ia praticar nas crianças, porque ele ia bater, porque ele tem raiva, foi ali onde ela disse “Ele tem o olhar penetrante, olhar do mal” eu disse assim “Não, Marli, ele não tem olhar do mal”.

Eu pedi a responsabilidade para mim e falei pra ele “Em primeiro lugar, tu tem que saber que tu tem que respeitar os meus berimbaus, se tu conseguir respeitar os meus berimbaus tu é capoeirista, tu tá dentro do grupo. Se tu conseguir respeitar as crianças, tu é capoeirista, tu tá dentro do grupo. Se tu conseguir ficar sentado dentro da sala de aula, respeitar o teu professor e não agredir ninguém em palavras e de jeito nenhum, tu é capoeirista, tu tá dentro do grupo. Agora, se tu não consegue fazer nada disso, tu tem que fazer na tua casa”. Ele ficou olhando assim “Porque dentro da tua casa tu faz tudo isso, né?”, ele respondeu “Não, dentro de casa eu não faço, porque eu respeito meu vô”, aí eu falei assim “Então, o que tu não faz lá, por que que tu vem fazer aqui? Não

tem cabimento né? Tu cuida das coisas lá na tua casa e quer quebrar na casa dos outros, sendo que o teu vô teve dificuldade para comprar e o teu colega também teve, por que tu vai fazer isso?”. Eu expliquei para ele a importância do estudo.

Passou dois, três meses, fizemos uma apresentação, fomos em tudo quanto que é lugar, ele já conseguiu recuperar a nota dele. No outro ano, a Marli veio e me deu os parabéns, eu disse bem assim “Não tem que dar os parabéns pra mim, tem que dar parabéns pra eles que conseguiram, eu só dei uma força, só mostrei um caminho pra eles”. Então, foi quando a Marli disse “Kelvin, nunca achei que ia te ver assim” e eu disse “Não, a gente não deve julgar a pessoa pela aparência, pela cara, a gente tem que saber o que está acontecendo com esse menino”. Como a mãe dele também, né? Foi uma das pioneiras da dança afro junto com a Fabiana, a finada Cristina e eu me achei no direito assim de querer ajudar ele também. E hoje ele é casado ali com a menina do grupo de capoeira também, e ele me liga “Quando tem aula?”. Quando tem aula aqui assim ele vem, vai lá em casa, participa, fica bravo comigo quando as apresentações são em dias de semana e não nos finais de semana e eu falei para ele assim “Cara, não tem como eu conciliar”. Os outros também ficam bravos comigo quando isso acontece.

O que eu mais gosto é assim, que eles dizem “Tu tem uma grande parcela na minha vida, que tu conseguiu me mostrar o caminho do bem. Sou o que eu sou, devo a capoeira”. Eu só mostrei a capoeira para eles e eles seguiram essa filosofia da capoeira e isso é uma cultura que tu tem que preservar, a identidade religiosa, tu tem que preservar o respeito pela mulher, na capoeira tu tem que ter um mínimo de respeito pelas mulheres, porque as mulheres que formam os guerreiros e aí tu tem que ter respeito por um pedaço de madeira que é o berimbau, um pedaço de couro que é o atabaque, tu tem que ter respeito pelos teus irmão que estão na volta. E tu tem que ter sabedoria o suficiente pra ti conversar com os teus irmãos e contar a história da capoeira. E pra ti contar a história da capoeira, tu tem que pesquisar e para pesquisar tu tem que estudar. E aí hoje o Kelvin está em Santa Maria, trabalha, ganha muito bem, né? Nunca cobre nada de ninguém, nunca. A capoeira me deu, eu só tenho que devolver. E assim, foi assim que eu virei capoeirista, foi assim que eu consegui transformar alguma coisa de bom na vida das pessoas, através da capoeira e é assim que eu sou.

Eu acredito que todas as escolas são importantes dentro de uma comunidade, mas para mim a escola Manuel Albino Carvalho, dentro de uma comunidade tradicional, que é uma comunidade negra, ela se transforma muito mais importante, porque ela é obrigada a resgatar uma história que

já está morta, né? Porque a importância dela, no meu ponto de vista, é a sabedoria, é os alunos saberem como ela existiu, de como ela foi feita e qual é o primeiro nome da escola, né? Eu não tenho muita lembrança, mas era Edmundo Bischoff⁶⁷. A importância da escola Manuel Albino Carvalho dentro dessa comunidade e aonde os moradores dessa comunidade que tem que bater no peito e dizer que tem orgulho de ser negro. Meu tataravô Manuel Albino Carvalho é um negro e ele deu isso aqui e o salão [se referindo aos terrenos da escola e do salão comunitário que fica ao lado da mesma] para fazer uma escola. Fizeram a escola e o homenageado foi quem? Um alemão e por um bom tempo foi Edmundo Bischoff. Não sei qual era a relação dele aqui, se tinha alguma [braços cruzados e dando com os ombros em sinal de não saber].

[Comento sobre não encontrar quase nada da história da escola]. Tu não encontra quase nada, por que? Porque não era para estar o nome de Manuel Albino Carvalho, um negro tendo um nome, não era, foi uma briga muito grande da minha avó e do tio Panda. Se isso daqui fosse vendido [se referindo ao terreno da escola], beleza podia botar o nome que for, do cidadão que for, podia ser até de estrangeiros, sei lá. Mas não, o homem, o meu tataravô, ele deu essas terras aqui, sem fins lucrativos, porque eles diziam assim, que o negro, o preto, não tem que estar comendo na mão de ninguém, ele tem que ter sabedoria e a sabedoria se encontra dentro da sala de aula. Ele fez aqui essa doação, de um pátio grande que, na verdade, o pátio era maior, mas o cidadão que está lá atrás, da lavoura de soja diminuiu [fundos da escola]. Aqui o seu Arnaldo também diminuiu [ao lado da escola], o pátio era maior, era grande, esse pedaço de terra aqui era grande, com o tempo diminuíram. Botaram o nome do alemão, Edmundo Bischoff⁶⁸, e o meu pai estudou aqui na escola Edmundo Bischoff, vários estudaram aqui. Foi uma briga, mas trocaram, o que foi essa inovação aqui. Eu não sei, se não me falha a memória, foi o Pedro Simon⁶⁹, um deputado, que esteve aqui no tio Panda, ele, a minha avó com esse deputado conseguiram que o nome fosse trocado para Manuel Albino Carvalho. Se eu estiver mentindo sobre essa história, eu estou mentindo pela boca

⁶⁷ Em 1917 a comunidade de São Miguel foi atingida pela política de imigração italiana e alemã, quando o grupo familiar de Edmund Bischoff transfere residência do município de Agudo para o município de Cachoeira, ocupando um pedaço de terra dentro da comunidade de São Miguel. (Anjos e Silva, 2004).

⁶⁸ Em 1917 a comunidade de São Miguel foi atingida pela política de imigração italiana e alemã, quando o grupo familiar de Edmund Bischoff transfere residência do município de Agudo para o município de Cachoeira, ocupando um pedaço de terra dentro da comunidade de São Miguel. (Anjos e Silva, 2004).

⁶⁹ Pedro Jorge Simon foi vereador na cidade de Caxias do Sul/RS entre os anos de 1960-1962, deputado estadual/RS entre os anos de 1963-1967, 1967-1970, 1971-1974, 1975-1979, governador do estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1987-1990, e senador entre os anos de 1979-1987, 1991-1999, 1999-2007, 2007-2015. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/68>.

dos antigos, porque eu escutei isso. Mas foi um rebuliço “Como dar o nome de um negro para uma escola?”. Pô, não admitiram.

E a importância dessa escola para nós por causa do nome do nosso tataravô, só que dificilmente a comunidade dizia assim que era importante ter um negro como nome da escola. Mas daí quando eles descobriram que era muito importante para a relação da comunidade dentro da escola, oh, todo mundo começou, na minha época, vir “A Manuel Albino, isso e aquilo”, os pais, né? Porque ajudavam, a escola era bem mais vista, a escola também fazia um papel solidário, né? Uma família que estava faltando alguma coisa, ela ia, juntava, fazia uma cestinha e levava para aquela família, principalmente para o pessoal ali do Cerrito que tinham dificuldade. Faziam um trabalho legal na minha época que eu estudava, a importância de ter uma escola dentro da comunidade é isso. A escola não é só o aluno vir e estudar, a escola tem que ensinar o aluno ser solidário, o aluno ter inteligência através do estudo, sim. Mas a importância de ser solidário, de enxergar os outros irmãos, independente de cor, credo, religião.

Nós enxergamos que ela é muito importante aqui, até porque quando tiraram os alunos daqui foi uma revolta. Porque a nossa escola aqui é muito importante em termos de patrimônio, né? Em termos de comunidade nós entendemos que a escola aqui dentro é a nossa fortificação. Eu não sei que fim vai dar essas andanças aí, em que vai ser transformado esse prédio aqui? Se esse prédio aqui, se a nossa escola vai cair no esquecimento e a outra escola vai crescer mais, né? Se acontecer isso daí, eu acho que vai ter uma intervenção muito grande da Associação, através da Unesco.

Uma coisa que eu tenho para dizer assim, um raciocínio meu, o Geoparque, tá? É uma coisa minha, uma visão minha. O Geoparque foi reconhecido como ponto turístico na comunidade, oh já pensou? [Juliano imaginando se isso acontecesse]. Quando veio os alunos alemães com o professor Eduardo, eles estavam apavorados que uma comunidade negra tinha uma escola dessa magnitude. E isso eu posso te afirmar e meu pai também pode afirmar, entendeu? E eles vieram aqui, fizeram vários estudos e fez um projetinho, esse professor que veio fazer esse estudo de línguas, comunicação e coisa e tal, dialetos, né? Ele trouxe esses alunos de lá da Alemanha para cá e eles ficaram apavorados, “Como assim na África, onde tem o povo negro não tem uma escola e aqui, são negros, tem escola? É um quilombo”. Ficaram apavorados, já pensou quando virem de lá o rebuliço que pode dar? [Imaginando o que poderia acontecer se suas ideias sobre o Geoparque se concretizassem]. Bah, conhecer a comunidade quilombola tradicional, capoeira, dança afro, dança

de rua, tem alunos aqui que cantam rap. É uma visão minha, é uma força para uma luta, e quem que vai gostar de dar arma para o inimigo? Aí, o que acontece? “Essa escola aqui assim vai ser muito visitada, nós vamos dar arma para a comunidade. Vamos tirar um pouco das armas deles, levar pra lá [se referindo à retirada dos alunos da escola]. Ah, porque lá é de 100 anos”. Isso eu me questionei, comentei com o meu pai, comentei com a minha irmã e eles ficaram falando “Não, pode ser assim, pode ser assado”, mas é uma coisa minha.

Eu acho que a comunidade vai ser meio explorada, que vai vir recurso para o município e que retorno que o município vai dar para nós? Não sei, até hoje nunca deu, entendeu? Se vai ter alguma coisa do Geoparque, de algum retorno, vai ter para o município, só que o município vai pensar na comunidade? Se o município nem reconhece que nós somos quilombolas, que aqui é uma comunidade quilombola. E essa é uma jogada política ou não? Eu já pensei nisso, e eu acho que é. O prefeito⁷⁰ é uma pessoa rica? Sim, para mim é, como amigo, assim como prefeito, ele está fazendo uma boa gestão, só que vacilou nessa parte aí. E eu comecei a pensar nesse ponto, se eles nunca ajudaram, nunca trouxeram nada de benefício para essa comunidade, será que o Geoparque vai trazer? Será que nós não vamos ser só mais uma escadinha? Ah, nós temos que fazer artesanato, fazer isso, fazer aquilo, buscar recursos. Vai vir recursos lá para o município, mas o que o município investiu até hoje aqui na nossa comunidade? Se não fosse um presidente da Associação correr atrás para a melhoria da casa, com o RS rural, para a melhoria disso e daquilo, a prefeitura nunca fez uma melhoria nenhuma aqui nas casas, começou a fazer uns banheirinhos de pré-moldados e não terminou. Por iniciativa da prefeitura, nunca teve isso e tu acha que vai ter agora, daqui para frente? Não vai ter, só se tiver algum representante da comunidade lá como um vereador, ou algo do tipo e mesmo assim vai se sentir sozinho. Tu acha que outros vereadores vão querer bater de frente? Eu tenho essa visão política de crescimento da comunidade. Será que querem que a nossa comunidade cresça? Tu já pensou tu ir para uma guerra e lá tu ter mais arma que o inimigo “Ah, vou dar um pouco de arma para o meu inimigo”, que lógica tem isso? Nenhuma. E eu acho que eles tiraram a força da comunidade que é a escola quando tiraram as crianças daqui.

Eu converso com os meus filhos, falo para eles “Oh cara, hoje tem tanta facilidade pra vocês estudarem, né? Porque na minha época assim, era difícil nós termos um livro”. Para nós, estudar lá em Restinga, nós tínhamos que pagar passagem, hoje já tem ônibus de graça. Tudo foi uma luta, tudo foi uma conquista, mas é melhoria pra eles. Mas hoje em dia abrem o telefone, tá ali uma

⁷⁰ Paulo Ricardo Salerno (MDB, 2021 – 2024).

pergunta, ficou muito mais fácil, tem bem dizer o MEC⁷¹ na mão ali. Nós tínhamos que ir lá em Restinga buscar um livro quando não tinha na biblioteca aqui, que era difícil ter algum livro na biblioteca, nós tínhamos que ir lá em Restinga e de que jeito? Quando chegava lá, um aluno já tinha pegado, só tinha um livro. A internet é boa por um lado e ruim por outro. Ruim para quem tem a cabeça ruim, tem que saber fazer uso dessas informações e é isto que eu digo para os meus filhos “Óh, é assim, vocês têm a sabedoria o suficiente pra saber o que é o certo e o que é o errado, porque se vocês tomarem o caminho errado, ninguém incentivou, houve um convite e vocês aceitaram”. É assim, tu tem que saber o que é o certo e o que é o errado, tudo o que a gente faz tem consequências na vida, o que tu fala, as tuas atitudes.

Eu só sinto saudade da vontade dos professores, da minha escola voltar ao que era antes, de ver os alunos correndo ali, jogando bola, não ver só os pequeninhos. Esse era o meu sonho, não sei se a comunidade não quer saber mais da escola aqui, eu me pergunto isso e eu sempre tive um sonho, eu nunca quis dar aula lá nas outras escolas, eu sempre quis crescer dentro da minha comunidade, sempre. Tem um ginásio, eu dava aula dentro do ginásio e agora voltei a fazer capoeira ali em Restinga, ali com o meu mestre que é o João Horácio, que eu saí da regional e voltei para a capoeira Angola, né? A capoeira Angola é a mais antiga e aí nós queremos fazer um projeto para vir para cá, uma parceria com a escola, para ver a escola dentro da comunidade, mas não tem como, tem pouco aluno, não tem mais os adolescentes e como é que eles vão defender a escola deles se eles não convivem, convivem lá na outra escola? A importância dessa escola para eles vai ser muito pouca, é isso que eu fico pensando.

Bom, eu cresci aqui dentro, eu me formei, me formei cidadão, não estudei mais porque eu não quis também, porque eu comecei a namorar cedo, comecei a sair cedo, a trabalhar cedo, né? E essa coisa de estudar eu deixei para os meus filhos “Óh meu, não seja que nem eu, a curtição vai ter hora”. E eu fico pensando quando tiraram os alunos daqui para lá. Ah, simplesmente porque aquela ali é a primeira do município, caramba! Qual é a importância de um negro então? Tu pode ser a primeira-dama, tu pode ser a mulher do presidente. Quem é o presidente? Não é você, é teu marido. Deveriam respeitar essa comunidade, assim como respeitaram ela lá, por que não respeitar aqui? “Ah, em termos logísticos”, em termos logísticos vai ser a mesma coisa que tu levar para lá, levar para cá “A volta maior”, por que não a volta maior aqui? Vai ser a mesma coisa, eles trazerem

⁷¹ Ministério da Educação.

de lá para cá “Ah, mas lá é a primeira do município, tem 101,102 anos”. Cara, pode ter trezentos anos, cara.

O município não tem reconhecimento, não dá legitimidade nenhuma para a escola. Uma comunidade que vive aqui há tantos anos, tanto tempo, não ganhou o devido respeito, foi isso que eu achei, que eu fiquei mais indignado, não respeitar a memória dos meus antepassados, a memória do Manuel Albino Carvalho, como um cara que lutou tanto pra ter o nome numa escola, que doou. Me diz, qual foi o branco que quis dar um pedaço de terra para fazer uma escola aqui? Ninguém, olha em volta aí, estamos cercados de alemão que está cheio de terra, alguém quis dar? Não, teve que vir um negro e dizer assim “Não, os meus negros, os meus familiares que são negros, também ter que ter sabedoria, vai servir pra vocês brancos estudarem”. Estudaram brancos aqui, aí começaram os brancos a levarem lá para Dezidério Fuzer⁷², o pessoal que estudava aqui, começaram a levar os seus filhos para lá, por quê? Será que já tinha alguma coisa para dizer assim que vão fechar? Várias questões passaram na minha cabeça. Tem pessoas que moram ali na Lomba⁷³ que o ônibus cruza ali. Não, pega o carro e levam lá na Restinga para estudar lá, por quê? Essa escola aqui é capaz de manchar a pele deles? Tem várias questões que passam na minha cabeça. Por isso que eu me transformo em um cara polêmico, porque eu não admito, não admito, como eu posso te dizer assim? Nós somos marionetes, parece que nós somos marionetes. Cada um chega ali assim “Não, agora é minha vez de trazer eles pra cá”; “Agora é minha vez de trazer eles pra cá”. Pô, e a nossa comunidade não está tendo consciência nisso, né? Até quando vai com isso daí?

Os meus filhos conseguiram se formar aqui dentro até o nono ano, mas a minha sobrinha, os meus sobrinhos, o filho dos meus filhos que legado eles vão ter? Que orgulho que eles vão ter da própria comunidade? “Ah, tinha uma escola do tempo do meu vô” que sou eu, no caso, hoje não tem mais. Eu não queria que a minha escola terminasse, queria que ela ficasse e eu ainda queria ver voltar os alunos pra cá e se os brancos, os italianos, os alemães, os indígenas vão sofrer preconceito aqui, se levarem os nossos filhos para lá, esses também vão sofrer. Eu acho que tem

⁷² Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Dezidério Fuzer, localizada na zona rural de Restinga Sêca, distante 7,7 km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

⁷³ Lomba Alta, localidade onde fica localizada a Escola Municipal de Ensino Fundamental Três de Outubro distante 5km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

que ter uma conscientização dos pais e não das crianças. Quem tem que quebrar essa hegemonia de preconceito não são os velhos, são os novos, somos nós.

E eu não admito tu está num “Ah, aquela [ênfase] branquela”; “Ô não é aquela [ênfase], ela é um ser humano”; “Ah, aquela branca lá”; “Beleza”; “Ah, aquele [ênfase] negro”; “Oh, não é assim, não é aquele [ênfase], aquele nego, é aquele negro, olha o tom da palavra que tu está falando, vamos respeitar”. Então, se tu ensinar uma criança a respeitar a outra pessoa de como vai falar, não existe mais preconceito nenhum. Outra coisa, ver um menino que é gay, ver uma menina que é lésbica e dar risada “Oh, cada um com seus cada um, oh direitos iguais, tu tem direito de sentar nessa cadeira, eu vou ter direito de sentar nessa cadeira após tu levantar, após que tu levantou, eu sentei, tu tem que respeitar, porque tu também estava sentado aqui e agora chegou a minha vez de sentar” é assim que eu explico. E o direito de ser, ele pode ser o que for, ele é ser humano, ele não é gay, não é nada, o mesmo direito que tu tem, ele também tem. Então, se tu respeitar ele, ele vai te respeitar, então a única coisa que tem que ter é respeito, sem nada disso, tu não vai a lugar nenhum, tu pode ter o estudo que for, mas se tu não tiver respeito, tu não alcança nada. Eu vejo como o ser humano é muito hipócrita de enxergar maldade em tudo o que vê, eu não consigo, eu não sou assim. Eu ensinei os meus filhos a não serem assim, acho que todo mundo tem o direito de ser o que é.

É isso, esse é o meu trabalho, eu nasci para fazer isso eu acho, eu não consigo ver injustiça, por isso que eu sou filho de Ogum e Xangô, minha mãe de cabeça é Iemanjá, eu não gosto de ver injustiça, eu não gosto. Uma vez eu tive uma aluninha em uma escola que era gordinha e vi que os alunos estavam rindo dela e uma professora estava vendo isso e não falou nada, eu entrei assim, fiquei de cabeça baixa pensando o que eu vou falar, o que é isso? Então, eu peguei um vídeo de um amigo, o mestre Tambor, que é gordo do YouTube, ele faz capoeira na Garra em Porto Alegre, né? Eu botei num slide lá da televisão botei todos os alunos sentados e falei assim “Hoje nós vamos fazer uma aula diferente, hoje nós vamos fazer uma aula de preconceito, hoje nós vamos fazer uma aula de respeito, hoje nós vamos fazer uma aula de atitude e respeito. E hoje nós vamos fazer uma aula de comentários do que a gente pode ser certo, do que a gente pode ser errado”. Eu botei o vídeo pra eles e a professora chegou, convidei a professora pra ir junto. Conversei bastante com eles sobre isso, dando exemplos e a aula foi bem interessante. A partir daquele dia eu dei mais duas aulas, e então me cortaram fora da escola por causa disso, por isso que eu sou polêmico.

Se tu tem condições de ter um bom estudo, tenha um bom estudo, mas eu só te peço assim, tenha sabedoria de como tu vai usar teu estudo, como tu pode usar, ajudar o teu próximo, sempre vai ter alguém precisando de ti, sempre. A única coisa que nós fizemos é não querer olhar, mas sempre tem uma pessoa batendo na tua porta, porque eu sou muito religioso, Deus, Oxalá se veste de pobre para te pedir um copo de água e onde está tua humildade? A minha mulher fica brava comigo, andamos separando, separando modo de dizer, porque eu tirava dos meus filhos para ajudar os outros, a maioria dessas casas que tem ali, eu não cobre nada, eu acho assim com o que eu sei, eu posso ajudar, porque todo mundo tem que ter direito ao sol e a sombra e é isso que eu penso “Ah, porque tu é bobo”, eu não sou bobo, bobo é aqueles que estão dizendo que eu sou, porque não tem um bom coração, uma boa mentalidade. Tu acha que ajudar as pessoas é ajudar em palavras? Não, ajudar as pessoas é ajudar quando está necessitada, quando está precisando e quando não tem nada, a pessoa tá um lixo e tu está lá do lado dela dizendo assim “Tu é importante pra mim, é muito importante pra mim” é isso, por isso que eu vim sorrindo pra te ajudar.

O ser humano não pensa que cada dia a gente bota uma pilha para sempre renovar o preconceito, a palavra bonita, *bullying*, sempre tem um renovando “Ah porque isso e aquilo. Ah, agora tudo é racismo. Ah, agora tudo é preconceito. Não, é, sabe por quê? Porque tu que está dando incentivo. Se nós banirmos o preconceito, nós vamos viver bem”. Isso daqui [passando a mão na pele] não mancha, o que mancha é isso aqui, o caráter da pessoa, o que a pessoa é, isso aqui que mancha. Eu posso ser o maior dos ladrões, posso mudar. Eu posso mudar, posso ser honesto. Todo mundo tem direito de mudar gente, todo mundo, mas o que importa são as atitudes, é o caráter da pessoa”.

Falar da minha comunidade é sempre bem-vindo, o importante para mim é a minha comunidade “Ah eu fiz, fui lá no São Miguel, Quilombo lá de São Miguel, de Restinga Sêca lá”. Tu tá divulgando o nome da minha comunidade e quando, eu tenho certeza, quando tu fizer esse retorno pra cá, tu vai trazer alguma coisa, algum projeto, alguma coisa para esses meninos que vão estar aqui e até para o grupo de dança afro, até para o grupo de capoeira, né? Trazer um livro de sabedoria para continuar o estudo do passado da África, porque muitos aqui não sabem o que é a história da África, eu com 43 anos também não sei e eu queria saber, e isso que eu estou sempre no YouTube, né? Eu pesquiso mais é o negócio da capoeira, para estar informado sobre a vida dos mestres, coisa e tal, mas será muito gratificante quando você trazer de volta de lá tua sabedoria para nós, vamos estar aqui de braços abertos, com certeza.

5.4.2 Referências

ANJOS, J. C. G. dos.; SILVA, S. B. da. **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília, DF, 2023. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14723.htm#art2. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. **Portaria Normativa Interministerial nº- 17, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf. Acesso em: 25 set. 2024.

RESTINGA SÊCA. **Decreto nº 51/2023**. Altera a designação de estabelecimento de ensino do Município de Restinga Sêca. Restinga Sêca: Prefeitura Municipal de Restinga Sêca, 2023.

5.5 “CIDADANIA PLENA A GENTE ALCANÇA QUANDO CONSEGUE TER UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE”

Figura 16 – Foto da colaboradora Fabiana Leonir Rosa à esquerda e do colaborador Roberto Potácio Rosa a direita.



Fonte: acervo da colaboradora Fabiana e do colaborador Potácio.

Fabiana foi outra pessoa que “conheci” nas conversas que tive com Denise, nessas conversas foi possível perceber a proximidade das duas. Depois de já estar em campo, em conversas agora presenciais, tanto com Denise, como com outras pessoas, acabei sabendo que Fabiana e Denise eram primas, que estudaram juntas na escola e até fizeram a graduação juntas. Além disso, nessas conversas que iam acontecendo, soube que Fabiana tinha um filho que ainda estudava na escola e que fazia parte de um grupo de dança afro. Mais tarde, enquanto digitalizava as fotos antigas da escola, naquelas conversas que comentei que aconteciam quando as pessoas viam as fotos e contavam as histórias que as envolviam, no caso da Fabiana, soube que a sua relação com a dança afro começou quando ela ainda era adolescente, em um projeto na escola. Sabendo do seu envolvimento com a escola e com a comunidade eu acabei pedindo o seu contato e conversando com ela algumas vezes pelo WhatsApp antes de conhecê-la pessoalmente. Em um dia em que ela foi levar o seu filho à escola, acabamos nos encontrando na sala dos professores e conversando brevemente ali, pois ela tinha compromisso e estava com pressa.

O seu Potácio, como me acostumei a chamá-lo, conheci da mesma forma que Fabiana, com ele levando o seu neto – filho da Fabiana – para a escola. Seu Potácio era uma das pessoas que eu já tinha a intenção de convidar para participar da pesquisa antes mesmo de realizar o campo, pois já havia tido conhecimento sobre a sua relação com a comunidade e com a escola e que ele era o

Presidente da Associação da Comunidade Quilombola São Miguel, chamada Associação Comunitária Vovô Geraldo. Em um primeiro momento, entrei em contato com ele por telefone, me apresentei e contei sobre a pesquisa, mas foi um primeiro contato, não o convidei nesse momento, ele me respondeu cordialmente e disse que estaria à disposição para uma conversa quando eu chegasse à comunidade.

Enquanto estava em campo, isso logo nas primeiras semanas, conversando com as pessoas, conhecendo as histórias e observando a movimentação da comunidade e da escola conheci um pouco mais sobre esse envolvimento do seu Potácio com a escola e com a comunidade pois, como disse, algumas coisas já tinham chegado até mim antes do campo. Já sobre Fabiana, eu soube enquanto estava em campo, percebi como ela era uma figura atuante na escola e na comunidade, mantinha uma forte relação com a dança afro, tanto que foi ela que juntou novamente o grupo no contexto da comunidade e é a líder do Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi. Sabendo um pouco sobre as suas histórias decidi convidá-los para participar da pesquisa, isso já era próximo do final do ano letivo, ambos aceitaram e combinamos que as suas entrevistas seriam no próximo ano.

Em 2023, logo que regressei à escola conversei com Fabiana sobre a sua entrevista e comentei que conversaria com o seu pai para agendar a dele. Foi então que ela me perguntou se a entrevista dela e a de seu pai poderiam ser juntas e eu disse que para mim não havia problema. Combinamos de uma tarde, quando ela fosse levar seu filho à escola, eu voltaria com ela para fazer a entrevista. Então, nos dias seguintes eu ia para a escola sempre com todos os materiais para realizar a entrevista, que aconteceu na mesma semana em que conversamos, no dia 23 de fevereiro de 2023.

Quando cheguei em sua casa ela chamou o seu pai, seu Potácio, que logo chegou. Falei um pouco sobre a pesquisa e a entrevista, mas seu Potácio falou que antes de fazer a entrevista queria conversar comigo. Nesse momento, eu me senti entrevistada; na sequência, ele perguntou sobre a pesquisa, sobre mim, minha formação, por qual motivo eu queria fazer a pesquisa na comunidade e por que o meu interesse pelo tema, entre outras questões. Depois de responder às perguntas, seu Potácio comentou que várias pessoas passaram pela comunidade para realizar algum tipo de pesquisa, mas que muitas delas apenas usavam a comunidade para interesse próprio, que tiveram pesquisas que publicaram coisas distorcidas ou fatos que foram pedidos para não serem divulgados e isso aconteceu sem a autorização das pessoas envolvidas. E esse era um receio dele, por isso que queria conversar comigo antes. Nessa conversa eu expliquei que nada seria publicado sem o

consentimento deles e que também estaria disponível para o que a comunidade precisasse, seria uma via de mão dupla. Essa primeira conversa durou cerca de 30 minutos. Realizar uma entrevista em dupla foi uma dinâmica diferente daquela que eu estava acostumada, mas foi uma entrevista tranquila, com muitas informações e conhecimentos.

5.5.1 Fabiana Leonir Rosa e Roberto Potácio Rosa

Potácio: O meu nome é Roberto Potácio Rosa, tenho 67 anos, nasci dia nove de julho de 1956 e estou aqui hoje a representar essa comunidade. Sou nascido e criado aqui nesse chão, nessa comunidade, município de Restinga Sêca, vivi a vida inteira aqui. Tive outras oportunidades e então eu saí por momentos, por situação de trabalho.

Por falta de acesso ao trabalho fui em busca de outras oportunidades, por esse motivo morei em Porto Alegre¹, não morar, morar é expressão, uma forma de dizer, mas parei em Porto Alegre para trabalhar e vinha embora aos finais de mês, a cada 15 dias. Mas também morei um bom tempo no município vizinho de Agudo², uma cidade germânica, ali eu fui funcionário público, aí depois retornei à terra, depois tive necessidade, saí de novo em busca de melhores dias, melhores condições. Aí, fui trabalhar no município de Bagé³, na fronteira, lá na lavoura, na produção de arroz e por lá fiquei um tempo e depois regressei e aí não saí mais. Até que pude trabalhar, trabalhei aí pela lavoura, depois entrou uma situação de saúde, a partir disso fiquei impossibilitado de trabalhar e acabei me aposentando por problema de saúde.

Hoje estou pela comunidade, fazendo trabalho de representar a comunidade, de caminhar. Eu também sou um coordenador nacional, sou um dos fundadores da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, a CONAQ, que hoje está com outra representação, outro rapaz que representa, mas a gente nunca deixa de ser coordenação nacional, no estado, né? Também tive a oportunidade na representação das comunidades quilombolas do estado do Rio Grande do Sul, que nós construímos uma federação, a Federação das Associações

¹ Capital do estado do Rio Grande do Sul, distante 258 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

² Município sul-rio-grandense, localizado na região central do estado, distante 244 km da capital Porto Alegre e 31 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

³ Município sul-rio-grandense, localizado na região da campanha do estado, distante 378 km da capital Porto Alegre e 234 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

das Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul, que é a FACQ/RS. E, então, milito nessa causa aí na questão quilombola.

Em 2003, também integrei o Grupo Interministerial de Trabalho, que tinha como objetivo a construção do Decreto 4.887⁴, o que hoje está aí como garantia do direito de território dessas comunidades. Também atuei na discussão da melhoria da transcrição da Convenção 169⁵ e para o ordenamento jurídico do Brasil, do nosso país, com vistas também a trazer essa decisão internacional, essa lei internacional, a proteger também os direitos dessas comunidades e outras propostas de construção de projetos, de políticas públicas que hoje as comunidades acessam. E estamos aqui sempre na expectativa de poder dialogar, encurtar caminho, distâncias e olhar para o horizonte e ver de que forma a gente começa a ser um pouco mais percebido sob o ponto de vista da educação e da formação de nossas crianças. Enfim, de tudo isso aí que faz uma sociedade diversa e uma identidade diversa, também presente dentro de uma cultura, vamos dizer assim, de uma nação.

Fabiana: Meu nome é Fabiana Leonir Rosa⁶, tenho 40 anos, sou professora formada em Pedagogia. Tenho pós-graduação em História e Cultura da África. Nasci e me criei aqui no município de Restinga Sêca. Também passei por outros lugares, como Bagé, como meu pai falou ali que teve a necessidade de ir junto, porque nós éramos crianças e também em Agudo, de onde eu retornei com nove anos para cá e dali em diante não saí mais daqui. Sou casada, tenho dois filhos, trabalhei dois anos por contrato no município e atualmente estou por casa.

Potácio: Se ainda cabe um adendo na minha apresentação, na minha fala, é que eu hoje estou na luta, nessa caminhada por dias melhores, principalmente na questão da formação do cidadão, da cidadania plena, cidadania plena a gente alcança quando consegue ter uma educação de qualidade e a gente se formar, né? E eu não tive essa oportunidade. Estudei só até a quarta série e hoje eu sou

⁴ DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Brasil, 2003).

⁵ LXXII - Anexo LXXII - Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais (adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989; aprovada pelo Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002; depositado o instrumento de ratificação junto ao Diretor Executivo da OIT em 25 de julho de 2002; entrada em vigor internacional em 5 de setembro de 1991, e, para o Brasil, em 25 de julho de 2003, nos termos de seu art. 38; e promulgada em 19 de abril de 2004) (Brasil, 2019, p.8).

⁶ Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0882426494319149>.

um lutador pela questão da educação. Então, estar aqui hoje conversando com você, eu espero que vá ser de uma repercussão bastante importante para você e para a gente também, pela grandeza que é o tema da questão educação na formação do cidadão e da cidadã brasileira.

Fabiana: Eu estudei aqui na escola, desde a pré-escola até a oitava série. Aí, depois tive que... casei com 18 anos, fiquei dez anos sem estudar, retorno aos estudos depois que meu filho tinha dez anos. Passei pela EJA⁷, um ano e meio. Prestei vestibular no ano seguinte, em 2010, e em 2015 me formei em Pedagogia pelo polo da UFSM⁸ aqui no polo de Restinga. No ano de 2021 fiz a especialização em História e Cultura Afro-Brasileira, pela Faculdade São Luís e pretendo fazer um mestrado posteriormente.

Durante o período da faculdade eu e Denise⁹ trabalhamos, eu trabalhei na escola como monitora, na escola Manuel Albino Carvalho¹⁰, durante todo o período da faculdade e depois desta, onde consegui o contrato para trabalhar na escola. Trabalhei os dois anos passados na escola Sete de Setembro¹¹, na comunidade germânica e esse ano agora estou esperando, aguardando.

Potácio: A minha formação, o meu grau de instrução, como já disse, é quarto primário. Quando comecei a estudar aqui na nossa comunidade não tinha colégio, aí eu saí, tinha que sair daqui pra ir no outro São Miguel, o chamado de São Miguel Novo¹², que é distante uns 40 minutos, quase uma hora caminhando para ir e depois esse mesmo tempo pra voltar. E com nove anos eu comecei a trabalhar e aí a experiência foi de trabalho braçal. Tocar cavalo, ir em capinadeira pra limpar e arar a terra. E com 13 anos eu fui trabalhar na secagem de grão, armazenamento de grão, que é a chamada secadoras. Saía daqui e ia a São Borja¹³, que é bastante longe, duzentos e poucos

⁷ Educação de Jovens e Adultos.

⁸ Universidade Federal de Santa Maria.

⁹ Denise Maria Rodrigues Vieira, colaboradora nesta pesquisa.

¹⁰ A Escola Municipal de Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho passou a ser chamada de Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho em agosto de 2023 quando foi inaugurado serviço de creche na escola pelo Decreto nº 51 de 2023 (Restinga Sêca, 2023).

¹¹ Escola Municipal de Ensino Fundamental Sete de Setembro, localizada na zona rural de Restinga Sêca, distante 9,3 km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

¹² Ver localização de São Miguel Novo, que no mapa apresentado na figura 3 no caso introdutório é denominada apenas como São Miguel.

¹³ Município sul-rio-grandense, localizado na região da fronteira oeste do estado, distante 585 km da capital Porto Alegre e 355 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

quilômetros, quase trezentos quilômetros de distância, bastante longe daqui da nossa região central. E a gente ia buscar o trabalho lá e dali por diante, né? Sempre essa luta do trabalho braçal.

Profissão, eu poderia dizer que eu trabalhava no beneficiamento de grão, também poderia dizer que sou moinheiro, mas como não tenho isso na carteira assinada, então não conta. Mas a gente também aprendeu a fazer essas coisas para além da secagem de grão, operador de máquina de granja, equipamentos de granja e outra profissão assim a gente não tem, a não ser esses afazeres daquilo que está colocado para nós enquanto mão de obra do trabalho. É a necessidade de trabalhar para sobreviver, a subsistência.

Eu trabalhava por empreitadas em outros territórios que não eram as minhas terras, o chamado serviço sazonal, trabalho sazonal. E aí também fui funcionário público lá em 1977, se não me falha a memória, em 1978, em Agudo por um período curto, mas eu fui funcionário público, mas também na função de ajudante, não como profissão. Então, eu não tenho uma profissão propriamente, tenho um conhecimento de todas que desenvolvi ao longo da vida, mas como denominado no documento, que é o que vale como profissão, não tem.

Quando comecei a estudar, nós não tínhamos a escola aqui, a escola que chegou pra nós aqui foi lá pelos anos de 1960. Eu não estou bem lembrado a data de construção desse colégio, o ano, mas parece que foi em 1963, uma coisa assim. E, então, a gente saía ao longe aqui para estudar e tinha que estudar fora e depois com o anúncio das duas escolas que vieram, as chamadas Brizoletas¹⁴, que existiam aqui no estado, as escolinhas de madeira, então eram denominadas Brizoletas. Aí, foi construído uma escola aqui e aí a gente estudou, mas o meu tempo aqui para estudar durou muito pouco. Aí, na idade dos 11 anos, 12 anos, eu tive que sair do colégio por conta da minha mãe, que com os meus seis anos de idade, ficou totalmente inválida das vistas, ficou cega, não enxerga. Então, teve a necessidade de sair para ir encontrar trabalho, porque tinha que ajudar, nós éramos só dois irmãos e a minha mãe sozinha, essa nos criou sozinha. E, então, tinha a necessidade de a gente ter que sair para o trabalho para poder ajudar minha mãe nas necessidades da casa e também para saúde, né? Remédios, essas coisas todas que ela sempre precisou, utilizou bastante. Então, as dificuldades foram muitas.

¹⁴ De 1959 a 1963, o estado do Rio Grande do Sul foi governado por Leonel Brizola, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nesse período, o governo do estado implementou o projeto educacional “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul”. Tal projeto resultou em significativa expansão quantitativa do sistema de ensino público do estado. Construíram-se prédios escolares – que ficaram conhecidos como brizoletas ou escolinhas do Brizola –, contrataram-se professores e um significativo número de novos alunos foram matriculados (Quadros, 2001, p. 1).

Eu ingressei no colégio, eu tinha sete anos, mas eu ainda não havia concluído quando começaram a construir essa escola, a primeira escolinha que veio aqui chegou com as chamadas Brizoletas, o nome dela era de origem alemã, Edmundo Bischoff¹⁵ e agora com passar dos anos, com pleito da comunidade que a gente conseguiu mudar o nome do colégio, hoje é de um patriarca nosso que era aqui da comunidade, o Manuel Albino Carvalho. Mas acho que eu tinha nove anos quando comecei a estudar aqui. Aí, eu estudei mais dois anos, três anos, depois eu saí para o trabalho. Mas eu não tenho lembrança de quando foi colocado o nome do Manuel Albino, eu não tenho lembranças, não lembra Fabiana?

Fabiana: Não. Pelo que todo mundo comenta, foi no governo do Tarcizo¹⁶ que eles montaram o primeiro prediozinho da escola, quando o Manuel Albino doa esse espaço para a escola. Posteriormente, colocaram o nome dele para homenagear, como ele deu ao espaço para construir a escola, colocaram Manuel Albino Carvalho, mas isso só aconteceu depois de um tempo, por que o primeiro nome foi esse que o pai falou.

Potácio: Isso aqui foi nos anos 90.

Fabiana: Não, quando eu tinha dez anos já tinha toda a estrutura da escola, fora a parte nova, que é prédio de dois andares e o ginásio, todo o resto da escola já tinha, com dez anos eu me lembro da escola já toda formada.

Potácio: Então, não foi no governo do Tarcizo, então foi em 1980, mas não podemos precisar a data. A gente não tem memória. Dizem que a escola foi fundada se não me falha a memória, foi em 1963, me parece que é 25 de março de 1963¹⁷[comento que estou buscando informações em documentos na escola].

¹⁵ Em 1917 a comunidade de São Miguel foi atingida pela política de imigração italiana e alemã, quando o grupo familiar de Edmundo Bischoff transfere residência do município de Agudo para o município de Cachoeira, ocupando um pedaço de terra dentro da comunidade de São Miguel. (Anjos e Silva, 2004).

¹⁶ Tarcizo Bolzan foi prefeito e Arlindo Assmann vice-prefeito de 1989 a 1992 da cidade de Restinga Sêca.

¹⁷ A escola foi inaugurada em março de 1960 e recebeu o nome de Escola Edmundo Bischoff. No ano de 1975 o nome foi alterado para Escola Municipal Manuel Albino Carvalho.

Mas eu acho que tu deves encontrar ali com a Marli¹⁸, com a Maristani¹⁹, elas devem ter alguma coisa. Não é possível que o colégio não vai ter um registro histórico. Tem que ter do primeiro momento, quando era o primeiro colégio, que eu digo que é de 25 de março de 63, acho que é, posso estar errado. E aí depois até a data que isso perdurou. E depois da escola Manuel Albino, acho que tem que ter um registro disso.

Fabiana: Na prefeitura você deve encontrar informações da escola antiga, Edmundo Bischoff [falo que já entrei em contato com a prefeitura, mas que não me passaram informações sobre].

Potácio: Na verdade, não querem procurar e é aquilo que a gente conversou hoje ali, essa resistência de não ter a comunidade por aquilo que ela é.

Fabiana: Quanto mais alguém pesquisar e se eles derem informação, vai estar legitimando. Eles não querem, né? Eles não querem legitimar a comunidade, então eles negam isso, dizem que não têm informação.

Agora, sobre a minha formação, eu escolhi fazer pedagogia porque eu sempre gostei de trabalhar com criança, e eu tinha dois sonhos na minha vida, ser jogadora de vôlei e ser professora. Aí, quando eu me casei e não cresci muito, tenho um metro e sessenta e três, eu vi que era pequena demais para o vôlei, fui entendendo o jogo, vi que eu não tinha altura suficiente e que era impossível para mim. E tem uma certa idade também para praticar o vôlei e como eu optei por me casar, aquele sonho ficou mais distante. Mas ser professora não era impossível, era só correr atrás, estudar. Então, eu optei por ser professora. Sempre foi um desejo.

Nós, eu e Denise, tivemos acesso a informações sobre o Ensino Superior quando a gente volta a estudar no Ensino Médio, na EJA e tem na comunidade um trabalho com a Emater²⁰, e na Emater

¹⁸Terezinha Marli dos Santos, formada em Magistério pelo Instituto Olavo Bilac, em 1969, possui Licenciatura em Química e licenciatura em Biologia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), em 1973 e 1975, respectivamente, atuou na escola no cargo de professora de 2007 a 2012, no cargo de diretora de 2013 a 2021 e no cargo de vice-diretora de 2022 até o presente momento (abril/2024).

¹⁹ Maristani Machado Pinarelo, formada em Letras Espanhol e suas respectivas Literaturas (2002). Atuou na escola Manuel Albino Carvalho de 2005 até 2010 como professora de espanhol, retornou em 2019 e ficou até 2021 na função de professora. No ano de 2022 assumiu o cargo de diretora, onde se encontra até o atual momento (abril de 2024).

²⁰ Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, mas que recebe recursos públicos para a realização de ações públicas. Presta assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, assentados. Página da Emater/RS: <https://www.emater.tche.br/site/>.

a gente conhece a pessoa da Carmen²¹ e ela começa a dizer para nós que nós tínhamos que estudar, nós já tínhamos todo esse apoio da família que queria que a gente continuasse, persistisse. Mas só que ela abriu esse leque para nós, tipo fazer a nossa inscrição, como nós não tínhamos internet e era tudo por internet, ela fez a nossa inscrição para o vestibular. Ela nos ajudou no TCC, então ela foi quem abriu esse leque para nós, para que a gente persistisse na área dos estudos. Então, foi aí que começou a nossa vontade de correr atrás.

Potácio: Esse trabalho, vamos dizer assim, essa relação com a Emater, que a Emater tem com a comunidade, isso é luta nossa também, fruto da luta dos quilombolas em apontar para o governo de que a Emater estava no município, estava em tudo que era canto, porém tinha uma demanda aqui que estava necessitando de olhar técnico para desenvolvimento, que era a questão quilombola. E aí a gente mostrou, procurando a importância da Emater também estar trabalhando conosco dentro das comunidades e hoje a Emater tem essa relação conosco ainda, de trabalhar as demandas, de atender demandas da comunidade, auxiliando e apoiando na necessidade da comunidade sim.

Sobre a organização familiar, na verdade é assim, a minha mãe era irmã de mais oito irmãos e hoje só sobrevive ela. Os outros todos já partiram, já estão com Deus. O meu pai resolveu abandonar a minha mãe, ainda muito nova, ela tinha só a minha irmã e eu, que tinha seis meses de idade, era recém-nascido. O meu pai resolveu, sei lá o que deu, que não havia vida a dois com ela, não prosperava mais e foi buscar outros amores da vida e acabou deixando ela.

A minha avó era viúva, ficou viúva nova, muito cedo também, mas criou todos os filhos e a minha mãe era uma das pessoas que quando ficou separada do meu pai veio morar com a falecida minha avó, a mãe dela. Então, essa falecida minha avó ajudou a nos criar, porque a mãe começou a ficar doente - eu era pequeno e depois que ela me ganhou ela começou a ter problemas, ficar doente. Até que como eu coloquei, ela com meus seis anos de idade, ela perdeu a visão total das vistas, ficou cega totalmente.

Em relação a nossa formação, nossa educação, a gente acabou se criando entre os primos irmãos. Nós nos criamos tudo junto, porque ali tinha outros primos de outras tias que precisavam buscar o trabalho em Santa Maria²² e voltavam só a noite ou ficavam o final de semana, aí era a

²¹ Carmem Ivete Michalsck. Nesse projeto mencionado ela realizava visitas nas comunidades negras rurais, efetuando cadastros, por exemplo (informações fornecidas pela colaboradora Fabiana).

²² Município sul-rio-grandense, localizado na região central do estado, distante 288 km da capital Porto Alegre e 58 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

minha avó que administrava todos os netos, né? Nos criamos assim, tanto é verdade que nós, entre primos, nós nos compreendemos todos como irmãos, no laço familiar nós somos primos irmãos, primos de primeiro grau, mas nós nos consideramos como irmãos. Os filhos dos meus primos me dão bênção, me chamam de tio. Eu não sou um qualquer, eu sou um tio deles mesmo, sou uma pessoa que me devem respeito e referência a mim. Então, a gente foi criado dentro dessa estrutura familiar, onde a respeitabilidade, o princípio, o compromisso era de todos, mas o mais velho sempre está cuidando e agasalhando o mais frágil, o menor. E essa é a relação.

A minha mãe, pelo fato de ela ser uma pessoa de religião, de religião de matriz africana, ela recebia muitas pessoas que vinham em busca de conhecimento espiritual. E foi um trabalho que ela tinha para ganhar alguns trocados pra criar eu e minha irmã e com isso também ajudar os seus sobrinhos que estavam junto com a minha avó. Naquela época não tinha aposentadoria, minha avó não tinha nada, era o plantio de volta da casa e o trabalho por dia, quando ela podia ir trabalhar e ela, minha avó, era parteira, às vezes, ela saía duas, três vezes no mês e sempre arrecadava alguma coisa, um dinheiro ou até mesmo umas compras, coisas de alimentação pra casa. Isso era o que vinha fazendo o rol da existência da gente e a alimentação da gente, mas mais propriamente, também tinha ali o ganho dos mais velhos, dos meus tios que estavam em casa, era o que fazia a gente se manter, se sustentavam e sustentavam a gente. E esse ganho também, desse conhecimento espiritual da minha mãe, que fazia o sustento da casa, o vestir, remédio, essa coisa toda, apesar de ela não ter a visão, ela teve essa sorte de ter essa cabeça pronta para um orixá habitar o corpo dela e a partir do corpo dela, transmitir conhecimento, cura, orientação para as pessoas. Então, as pessoas vinham em busca de benzimento e de orientação e sempre deixava alguma coisa pra ela, deixava pra gente, era o que ela tinha como ganho, uma vez que ela não podia trabalhar.

Então, foi uma relação bastante assim, sofrida, com bastante dificuldade, mas acima de tudo com muito conhecimento de orientação da vida, de como a gente deveria seguir, como é que nós deveríamos postar no nosso dia a dia, que pessoa tinha que ser, qual é a conduta nossa, de um ensinamento bastante grande e bastante valioso e que até hoje perdura na comunidade, que é a questão da respeitabilidade do mais velho, de saber o meu espaço quando eu estou perto de uma pessoa mais velha, qual é que vem primeiro e qual é o meu comportamento, então tudo isso ainda prevalece.

Apesar da dificuldade e da falta de oportunidade, a gente ainda conseguiu ter uma experiência de educação advinda dos nossos avós e nossos tios, que ajudou a minha mãe na nossa

criação, na nossa feitura que temos hoje. E a gente é muito grato por todo esse esforço. E apesar das dificuldades e a fragilidade de poder aquisitivo, nos fez rico de experiências, da postura, da questão do ser sincero, do ter credibilidade, né? E saber o que é meu, o que não é meu, que eu posso carregar, o que eu não posso carregar, por onde eu ando, que rastro que eu tenho que deixar por onde passar, enfim, essa coisa toda.

A partir dos meus nove anos eu já comecei a trabalhar, com 13 anos então como eu já disse, aí eu saí de vez do colégio e fui enfrentar o trabalho de frente, comecei a trabalhar, ajudar a minha mãe e a minha irmã, que logo veio a se casar, porque a minha irmã ela teve um tempo que morou fora, porque ela foi doada para um casal, onde ela ficou, eu acho, que em torno de uns 3 anos, uns 3 anos pra mais. Era um casal de Dom Pedrito²³ e depois quando ela voltou e se somou a nós, ela também começou a fazer companhia para mãe e estar mais presente ali para as necessidades da mãe, daquilo que ela fazia, questão da limpeza da casa. E a minha mãe, apesar de não enxergar, a única coisa que ela não fazia, era escolher arroz. Mas ela cozinhava, escolhia feijão, que tem o grão mais graúdo, varria a casa, a gente ajudava ela, mas ela fazia tudo pra nós ali, quando estava só nós, ela dava um jeito e fazia. Quando a minha avó estava em casa, minha avó administrava a casa, fazia tudo, mas na ausência da minha avó não precisava de ninguém. Ela ia pra cozinha e depois, quando a minha irmã veio, mudou essa condição. Ela não teve mais necessidade de precisar fazer nada.

Depois a minha irmã casa, fica morando com ela, ela fica bem porque a minha irmã está morando com ela. Tem um tio meu também que era cego que nem ela, morava junto os dois, ela cuidava dele, a minha mãe cuidava, ajudava com de fato tudo que faltava pra ele ali. Era o esforço da minha mãe, desses ganhos que ela tinha ali, da minha falecida avó que ajudava, que mantinha ele. Eu aprendi isso, do ter compromisso com o meu sangue, com meu umbigo, meu pedaço de umbigo ali, essa coisa umbilical do cuidar mesmo e da importância desse cuidado e a importância dessa somatória do estar junto.

Eu acho que aí isso vai se comunicar bem com o tema da questão da matemática. Quer sim ou quer não, a matemática dialoga com todos os assuntos, seja na questão da língua portuguesa, na questão da história, da própria ciência, enfim, dialoga. Tem matemática, tem quantitativo, tem informações, tem dados, então tem que ter matemática. Acho que a gente veio dentro de um, vamos

²³ Município sul-rio-grandense, localizado na região da campanha do estado, distante 444 km da capital Porto Alegre e 300 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

dizer assim, de um pensar matemático, porque a dificuldade é grande. Muitas vezes te falta a questão financeira, a questão da alimentação. Tu tem que fazer cálculo de tantas pessoas, eu tenho que fazer isso aqui dar para hoje, porque amanhã eu preciso ir lá buscar pra trazer, porque senão vai faltar. Então, tem toda uma preocupação de como tu vai fazer algo pra tantas pessoas sem que alguém fique na falta.

Então, foi uma criação com bastante dificuldade, mas também com muita compreensão. Com o nosso compromisso, com a nossa responsabilidade de conduzir o ser emancipado. De tu buscar teu trabalho, ter o cuidado com o teu ganho, para que serve o teu ganho, enfim, uma experiência bastante grande que vem da dificuldade, não é uma experiência que ela vem lá da facilidade, ela vem da dificuldade, porque eu acho que a riqueza maior é quando tu consegue conjugar as coisas entre a facilidade e a dificuldade, o que é que é primordial? E eu acho que é quanto tu sai de uma dificuldade que é primordial. Eu acho que é isso que conta bastante. Então, eu posso dizer que, apesar dos pesares, eu tive uma infância e uma educação bastante... eu fui um privilegiado, vamos dizer assim, de nascer da mãe que tenho, ser de sangue da vó que eu tive, dos tios, dos parentes, enfim.

Eu tive quatro filhos: Fabiana, Fabiano²⁴, Juliano²⁵ e o Carlos Eduardo²⁶. Mas eu tenho filhos de criação, tive quatro também. E aí tem uma outra menina, isso é do tempo da juventude, quando eu era jovem ali. Sabe aquela coisa de não estar muito preparado e te descuida? Aí, eu tive uma outra filha que quando a gente compreendeu que ela era sangue da gente, a gente trouxe para junto, estudou aqui, cresceu, a gente educou, fez casar. Hoje ela é enfermeira lá em Sant'Ana do Livramento²⁷, mora lá.

Fabiana: Nós somos entre oito irmãos, quando a mãe se junta com o pai, ela já tinha filhos: Luiz Fernando Leão, Diva Leão, Regina Leão e Sandro Leão. Aos 18 anos, então, eu caso, tenho dois filhos e a estrutura familiar hoje são eu, meu marido e meus dois filhos, minha nora e o pai, que vive comigo hoje.

²⁴ Fabiano Mansueto Rosa.

²⁵ Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa.

²⁶ Carlos Eduardo da Silva Leão.

²⁷ Município sul-rio-grandense, localizado na região da fronteira oeste do estado, distante 492 km da capital Porto Alegre e 302 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

Eu tentei passar a mesma linha de educação para os meus filhos, conforme nos era passado em casa, que é essa educação passada de geração para geração, né? A questão da bênção como o pai diz, eu todos os dias de manhã quando ele chega aqui, eu peço minha bênção pra ele, ensino meu filho mais novo, que hoje vive comigo aqui, pedir a bênção pra ele. Quando vai se dirigir ao pai, a mãe, tio, avó, não dizer tu, não é tu, é o senhor, a senhora. Então, pra mim passa de geração em geração dentro da nossa família.

Potácio: A minha educação familiar é essa que eu passo para meus filhos hoje. Eu, para ir no armazém, eu dizia tu vai no armazém, tu vai lá e é um pé lá e outro cá.

Fabiana: Ainda na sua época, conforme o pai conta pra nós, ainda foi mais rígida, que ele não teve o pai, mas tinha os tios que cobravam, exigiam muito dele. Ele ajudava a mãe, mas era tudo assim, no olhar já entendia o que ele tinha que fazer. Se ele tinha que sair, que tinha que ir a algum lugar ou se afastar dali, porque tinha gente. Já a minha criação hoje não é tão rígida conforme a dele, mas a gente passou um pouco por esse crivo, né? Nós, filhos dele, passamos um pouco por isso, nós entendíamos muito bem. Ele chegou aqui, tu pra conversar com ele e eu chegava ali, ele me olhava, eu sabia que eu tinha que sair, então já era um pouco bem mais rígido. Hoje, na atualidade, eu já não sou mais tão rígida assim com meus filhos, mas procuro passar exatamente aquilo que ele passou para nós, para os nossos filhos, essa questão do respeito aos mais velhos e tudo isso.

Quando nós éramos mais novos em casa, todos em casa ainda, o pai contava para nós as histórias da comunidade, sobre a nossa cultura e até a data de hoje, a nossa avó ainda conta causos antigos do tempo dela, do tempo da mãe dela, da avó dela. Ela ainda passa para nós e não tem hoje a necessidade de nós passarmos para nossos filhos, porque nós nos reunimos, como fazemos parte de uma casa de religião tudo junto ali com ela, quando ela vai passar essas histórias, então estão todos juntos, os netos, bisnetos, todos juntos. Então, essa história já é passada no conjunto para todos, mas ainda é contada.

Quando eu era, quando nós éramos criança, até então nós não sabíamos o que realmente acontecia no Centro de Umbanda. Tinham sessões, tinham as festas e tudo mais. E eu me lembro de ver a minha mãe trabalhando, o pai trabalhando, eu chamava por eles, eles não me respondiam, eu não conseguia entender o porquê. Aí, depois, com o passar dos anos, eu entrei, eu tinha 20 anos,

eu entrei na religião. A minha avó, até então, tinha um pensamento dela trabalhar e depois dela tudo se terminar. Ela fazia todas as obrigações que ela deveria fazer para depois fechar o terreiro. Quando ela recebe a visita da Federação de Cachoeira, da presidente da Federação, esta fala para ela da importância de manter a casa aberta, de passar isso pra alguém. Então, ela resolve abrir e, então, até hoje tem os seus filhos de religião, que hoje são os netos dela, os sobrinhos e outras pessoas de fora também, que hoje são filhos de religião dela. Ela começou a entender a importância de se manter viva essa religião dentro da comunidade.

A vida inteira os olhos da minha avó foi o pai e a minha madrinha, madrinha Vera²⁸, mãe da Denise. Foram os olhos dela lá dentro, que guiavam ela dentro do terreiro. Nos dias de hoje, quem está mais é a minha prima que é a Cristina, irmã da Denise. Então, a minha tia ainda trabalha, mas por conta de problemas de saúde ela está mais afastada e já não participa tanto como ela participava antigamente, hoje ela já não é tão ativa conforme antes. Aí, hoje está a minha prima e a Denise que ajuda ali, que auxilia.

Mas essas histórias que te falei antes, ela contava dentro do centro, numa roda de terreiro, na rua, na casa dela, na nossa casa quando ela vinha nos visitar, era dessa forma que era contada essas histórias, e elas acabavam chegando nos netos, bisnetos e tataranetos, que ela já tem tataranetos.

Potácio: Os tataranetos, os pequenos, pegam os tambores e vão tocar lá dentro, eles vão pra lá tocar também, participam da roda de sessão.

Fabiana: Dentro da religião quem ensinou os primeiros toques foi ela, dona Tete. Ela falava para nós, a gente fala o ponto, é o ponto cantado, ela cantava e eles escutavam e saíam tocando. Se estava algum toque errado, ela ia dizendo “não, tá fora”. Então, ela foi orientando e hoje os pequenos fazem. A gente tem sessões ou, às vezes, a gente ensaia um ponto novo, que a gente aprende para poder cantar nas sessões e na festa, a gente se reúne e canta com os pequenos, vem com tambor, eu já dei um tambor para o meu também. Ele escuta, vê os outros tocarem e sai batendo. Aí, o que aconteceu? Os primeiros tamboristas dela, que foi meu padrinho, e um que já faleceu, os mais novos iam pra lá perto deles, aprendiam a tocar, eles saíram, aqueles lá

²⁸ Vera Lucia Teresinha Rodrigues, colaboradora dessa pesquisa.

continuaram, os outros saíram e aí vai dando continuidade. Hoje já está o Paulo José²⁹ ali e então provavelmente, daqui mais uns anos ele se casa, sai e os outros continuam.

Potácio: Sempre uma sequência, uma sequência de aprendizado ali que é para sempre ter o tamboreiro, que é o alabê³⁰ pra dar sequência, né? Porque sem o couro animal o rito não acontece, não se faz na sua integralidade. Então, tem que ter essa comunicação do couro animal, que é o que nos conecta, a chamada conexão entre o humano e o sagrado.

A religião de matriz africana é algo muito, muito grandioso, porque não é simplesmente só uma casa ali aonde tu vai, porque tu quer uma orientação espiritual, tu quer uma benzedura para um problema de saúde ou até mesmo na busca de cura para um problema espiritual. Mas também é uma casa de acolhimento, uma casa do cuidar, onde o cuidar está acima de tudo, em todas as coisas. A casa da boca que come, todas as pessoas que passam pelo terreiro são acolhidas, são alimentadas, são saciadas a sede, então, tanto que ninguém sai sem beber de alguma coisa, sem comer, a não ser que chega num lugar extra horário. Mas tudo do que tiver servido é oferecido para que as pessoas saiam dali confortadas. Porque o que se cuida não é do ser humano que está chegando, se cuida do sagrado que ele carrega, que ele traz consigo, porque para cada um de nós, Deus deu um espírito e esse espírito se chama um orixá, um orixá de cabeça, e um orixá de corpo e nessa feitura de Olorum essa feitura do ser humano. Então, tem esse orixá, é o orixá que vai te cuidar, que vai te orientar, mesmo que tu não queira, mesmo que tu não entenda, tu não compreenda ele. O teu corpo é o que nós chamamos de templo, porque nas outras feituas religiosas o templo é a casa aonde eles vão, para nós o templo é o corpo onde habita o orixá, onde habita o espírito, é o sopro divino. Nós somos o templo ambulante da vida e somos nós que falamos para o outro ser humano, que acolhemos outro ser humano, mas também da mesma forma, somos nós que muitas vezes, pela incompreensão, desprezamos o outro ser humano. E o porquê a gente valoriza isso? A gente valoriza a pessoa enquanto templo e a cabeça, a gente denomina cabeça, a cabeça de dentro, cabeça para nós é o cérebro, ali é a cabeça. O lado de fora é a estrutura óssea que protege a cabeça. A cabeça está dentro do corpo, do templo, vamos dizer assim. E para nós, na nossa feitura religiosa, não distinguimos nenhuma outra religião, porque nós sabemos que o mesmo sopro de vida que eu tenho, tu tens também. Então, nós somos frutos oriundos da mesma criação, do sopro espiritual.

²⁹ Paulo José Rodrigues Rosa.

³⁰ Pessoa responsável por cantar e tocar os atabaques.

Essa casa de religião tem sido isso aí, né? Uma casa de cura, onde mulher grávida veio e ganhou nenê e outras tinham a incapacidade de segurar o feto, faziam tratamento com ervas medicinais, conseguiram e tantas outras buscas que as pessoas vinham em busca, muitas vezes na sua melancolia, no sofrimento, né? Um carinho, um acolhimento, uma conversa de ânimo que levante o astral daquela pessoa, traz aquela pessoa para uma outra realidade, tira daquela fossa, daquele problema que tem. Então, é muito mais amplo do que a gente imagina, uma feitura religiosa de matriz africana. E essa casa está aqui desde cedo.

Aqui nós temos todos uma diversidade de crença, mas todos [ênfase] passam por dentro do centro, do terreiro [Fabiana faz sinal de positivo com a cabeça, concordando com o que o pai diz]. E aí tem aqueles também que muitas vezes não querem vir buscar aqui porque eles já migraram, porque chegou o pastor e ele foi para dentro da igreja. Aí, ele fica retraído de vir aqui, mas está indo lá na Santa Maria, tu vai ver que ele foi lá. Ele foi fazer o quê? Ele foi lá buscar o terreiro, porque o que identifica ele mesmo de fato e o que conversa com ele é o orixá da sua cultura africana, a sua religiosidade, a ancestralidade sempre perto, conduzindo e trazendo aquela pessoa de forma a orientar, encaminhar, entendeste?

A religião acho que é acima de tudo, é essa coisa da religião de matriz africana, religião não é a preocupação de onde tu está, mas de como tu está enquanto pessoa, enquanto ser humano, enquanto feitura de teus atos, teus compromissos, da tua obrigação, mas acima de tudo com o comprometimento do teu igual, porque o que me faz não é a feitura de onde eu estou, mas a feitura que me faz humano, que me faz pessoa [Fabiana concordando em gesto positivo com a cabeça]. Então, essa é a grandiosidade da questão da religião, do ser religioso para mim, da religião, o que é a religião para mim. E se ela não tiver esses princípios, porque a palavra bíblica, digo que ela é tão grandiosa, porque ela nada mais é do que esse cuidar. Ela nos assenta num lugar para viver, viver bem, ter vida e vida em abundância. E aí as pessoas se esquecem, porque aquilo não está conectando uma coisa só pra mim, não fala só pra mim, está colocada pra todo mundo. Nós precisamos exercitar isso, nós precisamos praticar isso, esse ato, e não tirar uma divindade, vou usar o termo aqui, a divindade ou a própria figura do Deus como o meu, por eu estou ali naquela religião, como só expressamente meu. Mas a minha humanidade é a humanidade dos outros. Onde é que está essa feitura, esse princípio? Se para cada um e em cada um ele está dentro do templo. Na verdade, quem está no templo é o Criador, Ele que habita em nós.

Fabiana: Quando eu entrei no centro não tinha tanto essa comunicação, uma explicação do que realmente era a religião. O que era Umbanda? Por que minha avó trabalhava? Não se tinha, nós éramos muito recriminados por isso, mas na realidade nós também não entendíamos, nem sabia que ela trabalhava. A gente não entendia por que tinha esse preconceito, a discriminação com a gente, algo que a gente não participava ainda. Então, quando veio essa dona Lourdes aí e fez a minha vó entender que era importante ela começou a nos passar.

Então, o que mudou foi assim, hoje as crianças vão para a escola sabendo disso, se tu perguntar para o meu filho Eliezer onde ele vai, se tem sessão, ele vai saber explicar e tem sete anos. Eu, com sete anos, não saberia, porque nós não participávamos. O que mudou foi a partir do momento em que ela começou a dialogar com a gente, passar esse conhecimento para nós e até para nós mesmos sairmos na rua e falar alguma coisa a respeito pra alguém que viesse faltar com respeito pra nós. Então, nós teríamos algo pra falar, pra explicar melhor, também pra nos defender, entende?

A dona Lourdes na época era a presidente da Federação Umbandista³¹. Então, ela era responsável pelos centros que existiam no Rio Grande do Sul. Ela passava, visitava, tinha que pagar, tem certificado, tem...

Potácio: O alvará [Potácio fala ao fundo].

Fabiana: O alvará de licença para poder trabalhar, ter tudo direitinho dentro da lei, né? Então, ela era responsável por isso, ela fazia visita dentro nas terreiras, saber o porquê, se estava atrasado o alvará, se estava praticando, se não estava praticando. Até que um dia ela chega aqui e se depara com a minha vó com vontade de fechar. Aí, ela explica da importância e depois dali em diante se manteve firme a terreira. A religião dentro da comunidade já era firme, mas a minha avó passou a ter um olhar diferenciado, parou de pensar em querer terminar, de fechar a terreira, ela começou a entender a importância que tem de permanecer ali, de continuar ali.

³¹Refere-se à Federação Afro-Umbandista Espiritualista do Rio Grande do Sul – FAUERS, uma instituição sem fins lucrativos, que possui mais de 3000 Terreiros filiados, segundo o site desta instituição. Para além de conduzir seus associados sobre procedimentos religiosos e assessorá-los na regularização das atividades do Terreiros, é responsável por ações permanentes e específicas. (Site da FAUERS, <https://fauers.com.br/>, visitado em 14 de setembro de 2024).

Potácio: Na verdade, o que se passa ali com a minha mãe, quando ela fica pensando muito em fechar, porque é também um pouco provocativo para ver quem de fato, ao longo desse tempo, quem se vê dentro e tendo a religião como parte da sua vida, da sua identidade cultural. E esse é o ponto de vista da religião. Por outro lado, também há uma inquietação pela demonização da religião, porque há um cerco e uma intolerância contra a macumba, que é o termo, o adjetivo colocado, contra macumba muito forte. Tudo que faz é coisa do demônio, é tentação do mal. E as pessoas falam isso sem o menor pudor, porque não tem conhecimento, não sabe do que se trata, não sabem qual é o rito e qual é o fundamento dessa religião.

O fundamento dessa religião nós sentimos enquanto ser humano e enquanto pessoa, é o que? É o que nos fortalece, nos faz viver dentro dessa identidade de ser humano, de ser pessoa, do ser preocupado com o outro, do respeitar a vida, do respeitar a saúde, mas também do respeitar o pensamento diverso do outro e a sua forma de ser e de viver a partir da sua existência, da sua especificidade, a partir do seu grupo étnico, da sua percepção de mundo, enfim, tudo isso.

Então, ela ficou um pouco meio que com o advento de muito catecismo, muita catequese, ela pensou que estava se perdendo isso. No entanto, as pessoas ficavam retraídas de vir aqui, porque já estavam participando de uma igreja. Mas deixavam uma igreja aqui, com aquilo que eu disse, iam a Santa Maria ou a Restinga, mas de qualquer forma, ela está seguindo a religião do mesmo jeito, não passa por ali, mas vai lá no outro, está na religião, ou seja, está afinado com a sua identidade, por mais que tenha outras ofertas, a proposta se mantém. Eu posso até ir ali, mas eu não vou abrir mão disso que é meu, que é parte de mim, porque a religião em cada um de nós, ela é parte de nós, seja católica, seja assembleia, qualquer uma. E a religião de matriz africana, muito mais ainda, por que é a religião que vem com a simbologia do que? De nós sermos colocados na vivência como o templo. Se o templo somos nós, quem habita em nós é o Criador, e o Criador habita em nós. Como? Pelo sopro da vida e é Ele que nos faz, que nos dá ânimo, que nos faz caminhar, nos faz viver, nos faz pensar, nos faz realizar as coisas e colocou tudo dentro dessa feitura religiosa para que nós crescêssemos. Claro que tem os desvios, tem aquelas, têm as tentações, né? As propriamente ditas, que muitas vezes levam a pessoa a se desvirtuar de um caminho bom para seguir uma outra feitura, que aí ela é maligna, ela é de complicar, é de diminuir o outro, de prejudicar o outro. E isso não é o fundamento religioso, nem nessa e nem nas outras.

Quando ela se viu ali, em um tempo que ficou na dificuldade. Ela também tem um problema de saúde muito intenso, à base de remédios, sempre, sempre, desde meus seis anos de idade abaixo

de remédios. A mãe foi uma pessoa que morou três meses, seis meses dentro do hospital. Então, a gente era pequeno e ficava ali praticamente sem o calor de mãe, e pai a gente já não tinha, a gente ficava três, seis meses sem, é um abandono praticamente assim pra gente [falando do sentimento enquanto criança]. Mas se não tivesse esse carinho dos tios, se não tivesse esse princípio religioso da importância que eu e a minha irmã representava para eles e o papel deles para conosco, para nos manter ali com aquele calor humano de tio, mas também minimizando a ausência e a falta da mãe, é então um pouco disso. Parece que ela percebia que estava se perdendo esses valores e a gente conversa um pouco disso com ela. E aí, quando vem a senhora ali da federação que conversa com ela, dá a dimensão para ela, e ela, “eu não vou fazer isso” [não vai fechar o Centro].

Então, aí tem agora a sobrinha que toca o terreiro, a gente que está ali, porque eu sou de matriz africana também, mas sou de Batuque, como a gente diz, né? Não comungo na casa, mas vou ali, apoio, ajudo ela também. Estou sempre no Centro ajudando, porque essa é uma cultura que ela não é só uma cultura, ela é uma cultura milenar, é uma cultura, se nós vamos pensar, ela está lá, rodeando a tumba de Tutancâmon e entre outros povos da cultura africana, que ainda hoje estão lá, só que numa outra feitura, numa outra linguagem.

Se nós vamos olhar bem a religião de matriz africana, se a ancestralidade negra, o povo negro africano não tivesse uma capacidade de se repensar e se reinventar enquanto postura religiosa, enquanto pessoa, nós estávamos extintos da nossa identidade religiosa. Então, é por tudo isso aí que representa a importância e também a importância de ela recuar de “não, vou deixar, vou passar para diante o conhecimento” e a casa tem que existir, porque a casa significa um acolhimento, todo o agasalho, de toda a comunidade, de toda uma comunidade, direta ou indiretamente a casa representa isso.

Fabiana: A dona Lourdes fez essa visita em meados de 2002, porque eu tinha o Edson bem pequenininho, ele deveria ter uns dois aninhos. E ela hoje é morta, essa mulher. Agora a gente nem sabe quem é a presidente da federação, porque desde então nunca mais ninguém teve aqui fazendo visita.

Potácio: Sobre o quilombo e, nos autodeclararmos como quilombolas, eu acho que a autodeclaração, ela é mais que autodeclaração. Ela é uma afirmação da nossa presença enquanto negros descendentes de africanos que aqui chegaram e descendentes dos patriarcas que

conquistaram esse território. E é bom que se diga que esses patriarcas, que o Geraldo de Carvalho e Ismael Cavalheiro são dois ex-escravos que constroem o território da comunidade.

Portanto, nós temos no termo, até o termo, e é bem dolorido para nós, é resto, remanescentes, é resto daquilo que sobrou. Então, nós somos os remanescentes dessa escravatura, né? Que deixou um legado dessa escravidão, desse sofrimento como forma de uma liberdade entre aspas, ou seja, um espaço de moradia para que tu não precise perambular amanhã, que tenha um lugar definido como teu, um território, uma terra natal pra ti viver e existir. Então, o termo quilombola para nós tem esse significado e ele é muito mais do que remanescente. É a afirmação de uma identidade ancestral africana que nós somos herdeiros e que aqui se faz presente. Eu acho que a autodefinição, ela vai nos dar um tom, para mim, no meu pensar. Quando nos autodefinimos, nós estamos buscando a afirmação da nossa presença, ou seja, a nossa visibilidade e dizendo para o outro “Você que não me vê? Por que não dialoga comigo? Nós estamos aqui, precisamos conversar” em busca daquilo que está preconizado na Carta Magna, na Constituição de 88³², e é uma luta, é uma luta que desde 2001, eu venho peregrinando, estar em um território nacional, fazendo essa luta, construindo e ajudando a construir a partir do autorreconhecimento.

Nós estamos aqui, porque nós nos reconhecemos como oriundo de ex-escravos, de alguém que veio e tem o sentimento de uma ancestralidade africana. E estamos reivindicando o nosso lugar, o nosso espaço, a nossa feitura de participação social. E nós estamos na busca de uma inclusão sob o ponto de vista étnico racial, mas também de participação social e de formação daquilo que eu já coloquei, de uma cidadania que seja plena de todos os objetivos, mais conotado o objetivo do meu direito enquanto cidadão em fazer parte dessa sociedade, mesmo que diversa. Esse é o sentido que nós, quilombolas, temos, é isso que a gente leva quando a gente vai fazer algum embate, que a gente vai para alguma reunião, quando a gente vai para um seminário, a gente vai para uma conferência, nós levamos a nossa demanda pautada na nossa identidade, na nossa negritude, com a identidade africana, a nossa africanidade.

Eu não lembro em que ano Geraldo e Ismael compraram aqui, mas essas informações o livro³³ vai lhe trazer, porque ele vai trazer todas as confrontações de como se deu esse sistema aqui escravocrata e ali entre as duas sesmarias de Carvalhos, do Carvalho Bernardes com Miguel Pinto Martins. De como é que se deu essa confluência, o que eles chamam de subúrbio das freguesias de

³² Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

³³ São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais, organizado por José Carlos Gomes dos Anjos e Sergio Baptista da Silva (ANJOS; SILVA, 2004).

Cachoeira do Sul³⁴, que é uma conformação entre ilhas onde o Geraldo de Carvalho seguido pelo seu sobrinho Ismael Cavalheiro conquistaram esse território, eles adquiriram esse território, compraram. O Manuel Albino Carvalho era filho do Geraldo.

Hoje o laudo está apontando o nosso território para 116 hectares, temos no domínio 45 hectares para cerca de 200 famílias. Imagina? Nós estamos em cima de uma caixa de fósforo. Mas é um território que se faz nesses primórdios, pela aquisição dos dois, esses dois patriarcas da comunidade, Geraldo de Carvalho e seu sobrinho Ismael Cavalheiro.

Nós temos a certificação pela Fundação Cultural Palmares, nós temos os estudos socioantropológicos, o laudo que aponta o território. O laudo, inclusive esse laudo, se não fosse esse laudo, hoje nós não estávamos brigando pelo território e esse laudo lá na comissão e no grupo de trabalho em 2003, quando foi para discutir o decreto, quem defendeu foi o Rio Grande do Sul. Nós que defendemos a presença do laudo, porque eles queriam tirar o laudo e nós mostramos pra eles a importância do laudo, porque sem ele não ia dar conta da demanda, do território, do espaço e da necessidade ambiental ali, tudo o que está colocado para a subsistência da gente, no caso hoje se não tivesse o laudo, a gente não estaria brigando.

Nós estamos com o decreto de desapropriação dessa área desde 2009. Em 2009, no dia 30 de agosto de 2009, nós estávamos lá na Bahia, na Praça Castro Alves, fui lá para receber o decreto para o título da área e representar o Rio Grande do Sul. E também fui o cara escolhido para na época, era o presidente Lula, e eu fui o cara escolhido a fazer o discurso naquela data para o presidente e para toda a nominata de ministérios que estava ali, inclusive estava o presente o presidente da Palestina, se não me falha a memória, o nome dele era Mahmoud Abbas. Tinha uma atividade bastante grande, porque naquele dia foi entregue 30 decretos com os demais estados ali da região Norte, que também foram agraciados com o decreto naquele dia³⁵.

³⁴ Município sul-rio-grandense, localizado na região central do estado, distante 200 km da capital Porto Alegre e 90 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

³⁵ Em 20 de novembro de 2009, durante um ato público na Praça Castro Alves, em Salvador, em comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra, cerca de 30 decretos de regularização de territórios quilombolas em 14 estados brasileiros foram assinados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Numa reportagem para o Jornal Grande Bahia foi registrada uma parte da fala do seu Potácio:

“Para o representante da comunidade quilombola, Roberto Potássio Rosa, a regularização de territórios quilombolas é um marco importante e possui um significado ímpar.

“Com os títulos, passaremos a ser donos da terra. Atualmente, há muitos conflitos, porque há muita gente querendo tomar o que é nosso, mas agora temos a garantia em nossas mãos. A partir de hoje, nossa luta será por direito a políticas públicas, como saúde e educação’.” (Silva, 2009).

E nós estamos com um litígio da nossa área aqui, porque a resistência é muito grande. E é aí que entra a questão de que o município não quer aceitar a comunidade com uma escola quilombola, porque não quer se comprometer com a realidade, com aquilo que determina a Constituição, porque eles têm lado para ficar, têm interesses a serem defendidos que não são os da comunidade. Tanto é verdade que quando o prefeito Gaudêncio³⁶, na época quando era prefeito, que ele vai para o rádio dizer isso, ele está negando a nossa existência aqui, enquanto presença de remanescente de quilombo, enquanto herdeiro da escravidão aqui. Ele vai na rádio para nos negar e essa decisão dele pesa até hoje nas demais decisões, tanto que ninguém vem aqui.

As coisas que acontecem aqui na comunidade de São Miguel são fruto do movimento da comunidade, dessa peregrinação, na busca do direito de fazer o fomento, da discussão, de forçar a porta da participação estadual e a nível nacional, ajudar a construir alternativas para aquilo que nós temos. Até para a nossa cesta básica a gente teve que fazer peso no Supremo Tribunal Federal para ter uma decisão. Na questão da vacinação, a gente teve que fazer peso também no Supremo Tribunal Federal para que a gente também fosse prioridade nos critérios de vacinação. Enfim, uma gama de coisas que só acontecem por iniciativa do Movimento, do Movimento Quilombola. Então, não há, vamos dizer assim, uma preocupação, se não há uma disposição, também não há ali uma preocupação, pelo menos, de discutir. Tudo o que acontece na comunidade, é realizado, é fruto do Movimento.

Nós temos um Posto Saúde, emenda do Paulo Pimenta³⁷ e do senador Paim³⁸, para questão dos moldes, como é que isso veio? Pelo movimento das comunidades. Nós temos um ginásio que hoje serve o colégio, é uma emenda do senador Paulo Paim. É um ginásio para trazer o desenvolvimento para as crianças, para a comunidade, poder pensar e se desenvolver [Fabiana concordando com a cabeça]. O prefeito na época, Tarcizo Bolzan, e isso foi lá no ano de 2005 até 2008. Ele preferiu não fazer o ginásio no território da comunidade para fazer no pátio do colégio, porque agora já está doado para a prefeitura e com isso ele faz ali perante a comunidade, numa

³⁶ Prefeito Gaudêncio da Costa e vice-prefeito José Borges Mohr Filho, mandato 2001-2004.

³⁷ Paulo Roberto Severo Pimenta, ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República desde 2023. Em 1985, Pimenta assumiu a presidência do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFSM e, no ano seguinte, foi vice-presidente da União Estadual de Estudantes (UEE) do Rio Grande do Sul. Foi eleito vereador em Santa Maria em 1988 — e reeleito em 1992. Chegou à Assembleia Legislativa do RS em 1998. Vice-prefeito de Santa Maria de 2000 a 2002, Pimenta foi eleito deputado federal no ano de 2002, reeleito em 2006, 2010 e 2014, 2018 e 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/composicao/ministro-e-assistencia-direta/paulo-severo-pimenta>.

³⁸ Paulo Renato Paim, foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul nos anos de 1986, 1990, 1994 e 1998 e senador por esse mesmo estado nos anos de 2002, 2010 e 2018.

atitude de demonstrar de que ele fez alguma coisa pela comunidade. Não, mas a emenda é fruto da luta. E se o senador não tivesse vindo aqui na comunidade pela reivindicação da gente, de vir conhecer a comunidade e não tivesse lançado a emenda naquele dia, o prefeito que estava aqui, ele ia dizer que simplesmente era dinheiro do município. Não ia aceitar que tinha sido uma emenda que o senador veio e disse que ia mandar fazer um ginásio para a comunidade. Então, é muito pouco interesse de fazer alguma coisa.

O município muito, muito pouco faz, e isso é em quase todos os municípios. E se você fizer uma pesquisa no geral, no estado do Rio Grande do Sul ou em qualquer território do Brasil, você vai ver que no diálogo dos municípios, as comunidades estão no território do Estado, mas na gestão do município, a iniciativa de município para melhorias para a comunidade quilombola é muito incipiente. Isso quando tem um pequeno diálogo, senão ela não acontece, não há clamor nem comoção, vamos dizer assim, não há comoção pública para o gestor municipal em atender a demanda de comunidade quilombola.

Fabiana: Para mim, ser quilombola, quando eu me identifico como quilombola, eu estou dizendo pra ti, né? Que eu sei da minha história, eu sei quem eu sou, para que eu estou aqui, quais são os meus direitos e a gente deixa isso bem ciente para as pessoas. Muitas vezes, quando eu digo que eu sou quilombola, as pessoas acham que a gente não sabe o que é ser quilombola, o que é uma comunidade quilombola, quais são os nossos direitos, né? O que eu posso te falar dentro disso? Que é que tu pode me falar para eu ouvir, sabe? E as pessoas têm um mal entendimento assim, que eu vou dizer que eu sou quilombola, mas eu não sei quais são os meus direitos, o que é que eu pretendo, qual é a minha luta, qual a minha reivindicação nisso. Então, para mim, ser quilombola é eu saber que eu tenho esse direito, a quem eu pertenço, de onde eu venho, qual é a minha origem. [Nesse momento, comento sobre os materiais que analisei na minha pesquisa de mestrado, os quais foram distribuídos pelo MEC, relatando que havia entrado em contato com Secretaria de Educação do Município para questionar sobre esses materiais e esta havia informado que a escola não tinha recebido nenhum desses materiais e nem deveria receber, pois não era uma escola quilombola, mas encontrei esses materiais na biblioteca da escola]

Fabiana: Eu não sei te dizer de que forma funciona ou funcionava. Acredito, como tu falou ali, tem que passar pela Secretaria de Educação e não era essa atual Secretaria que está agora, mas nós

tínhamos uma professora que ela foi afastada da sala de aula por motivo de saúde, desvio de função que ela teve. Então, a prefeitura colocou ela na biblioteca e ela registrava tudo isso. Ela tinha um caderno onde tem toda a numeração dos livros, quem retirava, o que tu retirava, registrava tudo ali, o nome das pessoas, pessoas da comunidade que tirava o livro ali, os alunos, tudo ela registrava e as entregas de grandes lotes de livro que vinham para a escola ela anotava todos eles, tinha um caderno que ela recebia os livros. Eu me lembro que ela anotava tudo, não sei te dizer, certo de que se realmente passaram pela prefeitura, acredito que sim, que tinha que passar pela Secretaria, né? E esses livros sempre estiveram dentro da nossa biblioteca, e essa professora sempre manteve em ordem e ela sempre fez questão, quando estava em sala de aula, trazer esses alunos dela para dentro da comunidade, ela gostava muito do Tio Panda³⁹, na época, então ela trazia muitos os alunos dela até ele, para conhecer as histórias da comunidade, ela meio que resgatava essa história.

Ela fez todo um registro ali dentro da biblioteca e que tem esses livros. Eu fiquei agora perplexa porque a Secretaria desconhece, mas esses livros estão todos lá. E eu nunca entendi também, porque na época eu não era professora também, era só monitora, mas sempre que chegava um livro novo ela mostrava para nós, como se dissesse “professoras, vocês vão ficar aqui no meu lugar”, ela sempre deu muita força pra mim e pra Denise, “vocês vão ficar aqui no meu lugar, vocês sabem, estão aqui, estão aqui”, as professoras sabem que tem. Até brincadeiras, e eu que sou quilombola, eu mesmo não sabia de brincadeiras africanas, eu fui aprender agora, depois de professora, pesquisando e aprendendo, sabe? Algumas a gente trazia de berço, de pai e mãe passar pra nós. Mas alguma a gente não sabia e estava tudo ali. Eu nunca entendi o porquê de as professoras não irem lá até a biblioteca, tirar um tempo, tirar um livro para ela, para trabalhar em sala de aula. Nunca entendi o porquê, mas esses livros sempre estiveram ali. CDS, DVDs, jogos. Todos estavam ali, todos lacrados, novinhos.

Potácio: Tudo de Educação Quilombola?

Fabiana: Tudo de Educação Quilombola, tudo. E quando a gente vai fazer um trabalho dentro, até quando eu tinha que fazer os estágios, o trabalho meu e da Denise estava sujeito a ser cancelado, porque nas aulas estávamos fazendo nosso TCC, nosso trabalho em cima da comunidade quilombola e de que forma esse trabalho era elaborado dentro de uma escola situada numa

³⁹ Idelmiro Carvalho, tido como uma das lideranças da comunidade.

comunidade quilombola, né? Então, a gente começou a trabalhar com esses livros e os nossos planos de aula eram montados todos dentro de uma aula diferenciada, uma aula que professora quilombola ia dar aula para alunos quilombolas. E a professora de lá liga para cá dizendo que as alunas da universidade, Fabiana e Denise, iam fazer estágio aqui e a nossa diretora, que era a Marli, diz que a nossa escola não é quilombola. Ela afirma isso, e então a nossa professora lá da universidade, a nossa orientadora falou que ia vir fazer uma visita e que era para nós parar com o nosso estágio, porque nós estávamos fazendo um trabalho que não era verídico. Então, eu tive que pegar toda a documentação da associação, que a associação tem ali o laudo, o livro tudo, para comprovar, o reconhecimento da Fundação Cultural Palmares para provar para a universidade que, realmente, a nossa comunidade era quilombola, sim, e que se o nosso trabalho fosse embargado, a universidade teria que rever todos os outros estudos que já vieram aqui dentro da comunidade, se formaram com a história da comunidade, tipo pessoas importantes hoje, né? Tipo Dilmar Luiz Lopes⁴⁰, que fez todo um trabalho grandioso dentro da nossa comunidade, contando toda a história da nossa comunidade. Então, o trabalho dele também seria falso e de outros acadêmicos que estiveram aqui dentro.

Potácio: Que o laudo era falso, que o livro era falso...

Fabiana: Então, todos esses trabalhos também teriam que ser cancelados, essas pessoas teriam que ter a graduação, mestrado, doutorado cancelados, de todo mundo, porque todas as pessoas que passaram pela universidade, passaram pela nossa comunidade e tiveram o trabalho deles aprovado pelo olhar da universidade, por que o nosso teria que ser embargado, sendo que a comunidade que eles investigaram, que eles trabalharam era nossa, era a mesma? Quando a gente escaneia todos esses documentos e envia para lá as nossas orientadoras, professoras de lá, elas nem entram mais em detalhe nesse assunto e mandaram a gente seguir com o estágio.

Na época, eu fiquei muito sentida com a Marli. A Marli é um tipo de pessoa assim, que ela estudou no colégio das freiras, então o sistema foi meio que introduzido nela e ela não consegue se libertar disso, ao passo de ser uma negra conforme eu sou hoje, que eu me identifico, eu sei a que comunidade pertença, qual é a origem que eu realmente pertença, porque eu estou aqui, porque

⁴⁰ Autor da tese de Doutorado defendida no ano de 2013, intitulada "Rodas de Conversa" e Educação Escolar Quilombola: a arte do falar saber fazer - O Programa Brasil Quilombola em Restinga Sêca/RS. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8240260400072126>.

que eu estou na luta, eu sei [mais enfática nessas falas]. Ela não consegue se doar 100% nessa parte. E ela foi aluna do professor José Carlos dos Anjos⁴¹, o antropólogo que fez o trabalho aqui dentro da nossa comunidade. Ela foi aluna dele. Então, quando ela diz que aqui não é comunidade, não é quilombola, ela tá questionando todo o trabalho que ele fez aqui dentro.

Potácio: Ela está contrapondo ele.

Fabiana: Por parte do município é uma negação, como o pai falou, é uma negação, uma falta de vontade de realmente querer reconhecer e eles se colocarem, dizer que eles realmente estão do lado certo. Eles não querem isso, eles têm lado para ficar, né? Eles não querem tomar peito de nada.

Potácio: Mas a Marli, pelo lado da Marli eu considero assim, sabe? Porque o encultramento não está só naquele que... também tem o encultramento intelectual e esse é uma função, é o caso da Marli, é intelectualizada e enculturada.

Fabiana: Então, o sistema foi introduzido nela.

Potácio: A gente tem esse conhecimento sobre escola quilombola, até porque o que eu ia colocar assim, sabe? Que o município faz resistência, porque na verdade não é uma questão de não ter o conhecimento. Tem, porque o que sai no Diário Oficial da União, que diz respeito aos municípios, vem para o mural de publicização do uso do município também, vai para a Câmara, vai para o prefeito, vai para a prefeitura e o que tem mesmo é uma resistência. E eles buscaram, “por A mais B”, comprovar de que aqui a gente não é um quilombo, que teve até uma senhora que hoje não está mais no nosso meio, que era a Laci Cabral, ela era mais uma historiadora, como de fato também tem o vice-prefeito atual⁴², ele é um historiador, mas é um historiador daquele que ele não tem... A história do Brasil para ele é história italiana, alemã.

Fabiana: Os portugueses.

⁴¹ Um dos organizadores do livro São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais (ANJOS; SILVA, 2004).

⁴² Vice-prefeito Vilmar João Foletto (2021-2024).

Potácio: Portuguesa e espanhola, ele não tem uma história que ele traz um contexto da presença da escravidão. Na visão dele, de historiador, de professor de história, não tem, nem indígena também, o que fica mais repugnante ainda, pois são os povos originários.

Então, para você ver uma coisa, tem a Convenção 169, que é o Tratado dos Povos Internacional, que é ratificado pelo nosso país. Eu tive, e mais uma vez enfatizo aqui, que eu tive a oportunidade com um professor, um advogado, nós fomos a São Paulo ficamos lá três ou quatro dias discutindo qual era o melhor formato dessa visão de Convenção 169 para a gente aplicar aqui no Brasil, o que ficaria melhor para se comunicar com o nosso ordenamento jurídico. E a gente tem uma Convenção hoje, transcrita. E eu quero crer que todos os municípios são obrigados a ter o conhecimento deste tratado internacional, até porque é despachado esses volumes para todos os municípios. E lá no artigo sexto⁴³, tudo que afetará a comunidade, direta ou indiretamente é obrigatoriedade do gestor público fazer a consulta prévia. E aí, o que eu estou dizendo com isso? Quando tem uma lei que está determinando, como a Convenção 169, ela não está pedindo, ela está determinando, um tratado internacional que determina esse cuidado e esse acautelamento sobre os povos tradicionais, a questão indígena e demais povos. Ela está determinando, se o município não adere, não discute, é porque ele está fazendo o que? É a resistência, ele não está entendendo como aquilo cabível para ele, naquilo que ele entende que não tem direito dentro do município, não tem espaço ou não ter regras de direito, que pontuei para eles ali, então o município de Restinga Sêca é isso, porque uma comunidade quilombola, é uma comunidade que diz quem é. É uma comunidade que se autodefine para além dos estudos, para além da autodefinição, tem todo um estudo antropológico de um tecido social, de uma genealogia que diz a origem da comunidade e o município sabe disso. Ele não está alheio a isso, porque tudo o que foi documentação que foi

⁴³ Artigo 6º

1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:

a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;

b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes;

c) estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim.

2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas (BRASIL, 2019, p. 338-339).

processada durante o processo foi para o mural. A gente foi lá ver o mural dizendo qual é a comunidade, qual é a origem, como é que se deu o processo ta-ra-rá e ta-ra-rá e ta-ra-rá [simulando que há mais coisas ditas no documento].

Então, uma historiadora e um conjunto de pessoas, para não dizer o nome, a gente vai dizer pessoas aqui que são pessoas excludentes, pessoas que não tem empatia, que não tem sensibilidade, que fazem esse tipo de rejeição aqui no município, eles não querem entender que a comunidade realmente tenha esse direito, calcado na busca de duas ou três famílias, três famílias, se não me engano, três não, quatro famílias, contra cerca de 200 da comunidade. Mas aqui como eu disse, eles têm lado para ficar e como eu coloquei pra eles também, nós entendemos que da mesma forma que a gente buscou postular para o Governo Federal a aplicação do Artigo 68 da Constituição Federal⁴⁴, regulamentada pelo decreto, e tem mais o Artigo 215⁴⁵ e 216⁴⁶, que dá conta do tecido

⁴⁴ Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (BRASIL, 1988, p. 158).

⁴⁵ Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)
I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

II produção, promoção e difusão de bens culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

IV democratização do acesso aos bens de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

V valorização da diversidade étnica e regional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005) (BRASIL, 1988, p. 132).

⁴⁶ Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. (Vide Lei nº 12.527, de 2011)

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

social, cultural e identitário da diversidade dos povos no nosso país, a gente também reconhece a luta daqueles que querem resistir, porque entendem ser deles hoje, mas não se leva em consideração que a gente está cobrando do Estado. Cabe ao Estado entender, reconhecer isso. E o Estado reconheceu que, de fato, procede o pleito da comunidade de São Miguel na sua reivindicação, conforme o pedido, para obter o reconhecimento do território, isso procede. Nós não estamos aqui em discussão. O que está em discussão é o direito. Se a Constituição preconiza esse direito para a comunidade, se está facultado na Constituição ou não. Se não tiver é uma outra causa. Agora, se tiver, é o direito que é a Constituição. O Estado e os municípios têm que cumprir essa prerrogativa constitucional, simplesmente é isso.

Mais uma vez eu digo, é um preconceito, de um racismo estruturante institucionalizado no município de Restinga Sêca contra a comunidade de São Miguel, e para não dizer para a comunidade negra como um todo que não percebe o tamanho do olhar racista que é o nosso município de Restinga Sêca. Infelizmente, a gente tem que abrir o verbo e falar dessa realidade, porque nós vivenciamos isso no nosso cotidiano, no nosso dia a dia. E a grande maioria das coisas que acontece é isso, é a falta de empatia. As pessoas não têm sensibilidade, não é um igual, então é um município que exclui e não inclui. Ele exclui cada vez mais. Tanto é verdade que não faz aquilo que é o devido papel, que é a observância das leis, não faz esse papel de observar as leis para distribuir à parcela da sociedade aquilo que está contido lá na Constituição, o direito cidadão pela Constituição Federal. Isso a gente não tem aqui no município de Restinga Sêca, e por conta de um município como esse, que não olha para uma comunidade com um olhar constitucional, que aí não é uma prerrogativa do prefeito gostar ou não, mas de ele ser justo, né? [Fabiana assentindo com a cabeça]. Se ele se colocar no lugar de empatia, com justeza de cumprir a sua prerrogativa de administrar conforme a Constituição, não é por conta que eu vou mandar para a Câmara uma lei orgânica, uma emenda à lei orgânica para sustentar e fazer os caprichos de alguém. Não, é cumprir a Constituição, conforme ela determina que tem que ser os poderes, né? Os poderes constituídos, que são União, Estados e Municípios, têm que estar sob esse manto, esse guarda guarda-chuva da

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

I - despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

II - serviço da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) (BRASIL, 1988, p.132-133).

Constituição para a administração e realmente fazer jus ao seu mandato, fazer justiça ao seu mandato. Um mandato que cumpre prerrogativa constitucional de forma a poder acautelar demandas sociais que são gritantes, pertinentes e de longos anos como é o nosso caso. E aí, mais uma vez, o olhar excludente está aí.

É difícil o município tirar um recurso para fazer uma melhoria aqui, construir um postinho aqui, que já tinha construído posto em tudo que era canto, tudo que era lugar o município tinha construído, para nós não tinha. Para acontecer um posto de saúde aqui para a nossa necessidade, teve que ter todo o movimento dessa representação que vos fala, das outras lideranças das comunidades, somado às demais comunidades do estado do Rio Grande do Sul, que se somam à Coordenação Nacional pra gente fazer peso no Supremo Tribunal Federal, para poder adentrar na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, para ter espaço de falar com o gabinete de deputado para constituir uma frente, para que a gente pudesse ter um pouco mais de voz. E aí quando tu cria uma frente parlamentar, já pra ti ter uma ideia, então não está tendo a prerrogativa de tu estar sendo o protagonista da tua voz, de te fazer ouvir. Tu passa por uma frente parlamentar que depois a gente sabe o que acontece. Culmina na politização daquela frente. E muitas vezes tu te obriga a votar em alguém que está te iludindo, que diz que está fazendo alguma coisa e não faz, quando não deveria, que era só cumprir a Constituição, votar de acordo com aquilo que é a Constituição. O processo é legal, está legítimo, o estudo condiz com a realidade do que determina a lei. Então, o direito é de quem tem, e não de quem quer. É bem simples, né? E não é dessa forma que, pelo menos aqui no nosso município, a nossa sociedade Restinga Sêca nos vê. Eles veem alguém sem direito nenhum, que o que a gente busca não é para nós, não pode estar ao nosso alcance pelo fato de não ser direito nosso.

[comento que na entrevista com a Albana⁴⁷, ela falou algo sobre a escola receber uma certa verba a mais para as merendas escolares, mas essas merendas são as mesmas que todo município recebe]

Fabiana: Eu ia falar isso [sobre a merenda ser a mesma].

Potácio: [Potácio coloca a mão no ombro de Fabiana indicando que queria falar primeiro] Essa demanda do recurso a mais para as crianças e para a merenda escolar se chama qualificação da merenda, ou seja, uma verba a mais que vem para qualificar aquilo que já existe, para melhorar

⁴⁷ Albana Pereira Menezes, colaboradora dessa pesquisa.

aquela condição. A gente também lutou para que as escolas quilombolas, município que tivesse comunidade quilombola, aquela escola onde tivesse aluno quilombola frequentando, tivesse esse plus a mais de recurso para melhorar essa condição.

O nosso município foi o seguinte: “pra que isso? Fazer isso está criando apartheid que não queríamos...”, não sei o que mais, que a gente ia pegar aquele recurso, uma escola ia receber mais do que a outra, e as outras não vão receber, que isso nunca tinha acontecido, te resumindo. Aí, isso é em todos os municípios, o que que eles fazem? Eles pegam esse recurso, tiram dessa comunidade, bota ou leva para outra comunidade que não tem. É isso que acontece em todos os municípios. Aqui em Restinga não foi diferente. Aqui quem é o conselho do CAE se dá até ao luxo de reunir todo mundo, ficarem contando causos entre elas, tomando cafezinho e não discutem a questão da merenda escolar. Só vão lá assinar e aprovar aquilo que tem que aprovar. Agora eu estou entrando, hoje eu sou titular do CAE, e a gente vai começar a cutucar elas para ver a real finalidade de como está sendo ministrado o recurso. O recurso não vem porque está discriminando alguém, ele vem porque há uma necessidade de proteínas, de vitaminas em determinados alunos que a vida toda ficou desprovido do alcance de uma alimentação de qualidade. Ele vem para melhorar a qualidade dessa merenda, de forma a poder ser uma alimentação mais nutricional para esse grupo. Então, é para essa finalidade.

Sobre a questão da escola ser uma escola quilombola e requerermos isso, é uma outra preocupação. Nós entendemos, eu até agora entendi que o município de Restinga Sêca não está alheio deste direito que a comunidade de São Miguel tem e que nós temos aqui, de ser tratada como uma escola quilombola e mesmo que não fosse uma escola quilombola, nós teríamos o direito de ser tratado igualmente, né? E outra coisa, que o município fizesse cumprir pela sua Secretaria de Educação a Lei 10.639⁴⁸, o que não faz, eu já tenho dito para as professoras aqui, tenho falado que muitas vezes o professor também comete o desserviço, ele está fazendo o desserviço, porque ele encultura nossas crianças, faz das nossas crianças leitoras funcionais que saem desse colégio e vão para o Ensino Médio em Restinga e é a maior dificuldade para as crianças poderem assimilar o conteúdo do Ensino Médio. É uma dificuldade, é um horror. Eu tive o meu filho Fabiano, esse aí saiu daqui e ele conta “óh pai, coisa mais terrível”. A grande maioria dos alunos fala que sai daqui e chegam lá não estão assimilando nada, porque saem fracos. Não há por parte da iniciativa desses

⁴⁸ Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira", e dá outras providências. (BRASIL, 2003).

professores, trazer o ensino e fazer com que a criança aprenda e aprenda bem. Há um certo desleixo, vamos dizer assim, sob o meu ponto de vista “eu não tô nem aí, eu vim aqui cumprir a aula e vou embora”.

Para você ter uma ideia do tamanho do compromisso do professor, que sai de casa para vir para o colégio durante o dia, para lecionar oito horas, manhã e tarde, ele tem das 08:00h às 12:00h, das 13h30min ou das 13:00h até 17:00h. Eu pergunto, o que o motivo chuva implica no aprendizado das crianças ou implica na aula que o professor está ministrando? Para implicar deveria ocorrer algo que dificultasse mesmo a realidade do dia a dia na escola.

O tempo como hoje aqui [o tempo estava nublado com nuvens que aparentavam que logo iria chover], fechando a essa hora, tipo 14h30min, 15h00, todo mundo está pegando seu chapeuzinho, sua pastinha e indo embora [apontando para fora, mostrando a condição do tempo]. O tempo se preparava para chover, ou começava a chover, os alunos vinham para casa e os professores também iam para casa. E aí eu ficava pensando “pra que? As crianças estão dentro de casa, as crianças não estão na chuva, estão dentro de casa, o que implica ela está dando aula ou não pelo fato de estar chovendo?”. O tempo que eu ia no colégio eu saía de manhã com chuva e ia até o outro São Miguel, caminhava uns 40 minutos, quase uma hora e começava a chover de manhã e meio-dia nos soltavam e a gente vinha com chuva embora. Eu tinha que ir embora, porque estava na hora.

Então, essas coisas aqui acontecem, entende? Não há uma iniciativa do gestor público em corrigir isso, não há uma Secretária de Educação que tem um olhar para essa questão da educação. Educação, entre aspas, é uma coisa, educação obrigatória e com qualidade tem outra conotação, tem outro sentido, né? É alguém que vai lá para ensinar, é alguém que vai dialogar com os pais da dificuldade daquele aluno para poder entender aquela evolução, para melhor ensinar e ele melhor aprender. Então, a gente não tem isso e nós temos essa carência e essa tendência bastante grande.

Para resumir agora o que é que a gente está pensando? Pelo fato de a gente entender que é de ciência do município e o município sabe que há na comunidade uma escola quilombola. Se essa é a parte dele, ele tem que assumir isso. Nós vamos judicializar isso, vamos fazer um ofício para o município, vamos solicitar, requerer que o município reconheça a comunidade no direito dela de ser uma escola quilombola e o município não se colocando com a intenção de fazer isso, definir, fazer isso, nós vamos colocar o Ministério Público em ação, muito embora o Ministério Público de Santa Maria também em últimos tempos, está de pé trocado com nós, aí também não sei se agora

mudou um pouco desse sentimento de justiça que estava colocado aí, espero que tenha mudado, mas está complicado.

Fabiana: Eu ia falar um pouco do conselho do CAE, o Conselho de Alimentação Escolar, quando começou o Governo Federal a mandar essa verba para o município, eu fiz parte do Conselho do CAE, eu e a minha prima Adriela⁴⁹. Nós já estávamos cansadas de ir na reunião e elas se reuniam lá e falavam duas, três coisinhas, digamos assim “Ah, esse mês a gente fez, comprou a merenda, deu o total disso, total daquilo e tem tanto no estoque”. Elas falavam o que tinha, o que tinha comprado, nós ficávamos se olhando, aí em um outro dia a gente combinou de questionar elas, perguntar.

Um dia a gente foi em uma reunião dessas e a gente perguntou para elas “A nossa comunidade não ganha uma verba diferenciada pelo fato de ser quilombola?”. Aí, que eu não entendo, como é que o município não aceita que a nossa comunidade é quilombola e vem uma verba federal para isso? Mas eu questionei elas, se a nossa comunidade, a nossa escola não é quilombola, porque que ganha verba quilombola e de que forma é trabalhada. A gente questionou de que forma era trabalhada.

Em um primeiro momento essa verba seria destinada para ter um café da manhã de chegada para as crianças, assim que chegasse ter um café da manhã. Mas aqui sempre foi uma negação, que não podia, porque não tinha funcionário. Sempre foi uma negação do próprio funcionário mesmo, a própria Albana sempre se negou também, que não podia por causa do estado de saúde. Só que eu acho assim, eu sei que a pessoa tem problema de saúde e tudo, só que eu vou trabalhar onde eu consigo trabalhar, se eu não consigo, se a minha saúde não deixa, se afasta e dá lugar para quem que pode trabalhar. Eu não posso querer pegar um lugar ali aonde eu a vida inteira vou dizer que eu não tenho condições de trabalhar, não posso hoje, não posso amanhã, não posso nem depois de amanhã. Eu acho assim. Eu sei que as pessoas têm problemas de saúde, como eu tive também quando estava trabalhando, tive de fazer cirurgia do seio, mas eu cheguei até a Secretária de Educação e falei “eu não estou tendo condições, eu gostaria de largar 20 horas”, a pessoa tem que ter consciência também.

Foi então que elas disseram para nós assim, que era trabalhada, todas as escolas ganham a verba municipal para comprar merenda, então, a nossa teria que ser a verba municipal, mais a

⁴⁹ Adriela de Souza Brito Rosa, colaboradora dessa pesquisa.

federal e trabalhar junto. Mas que eles fizeram? Eles tiraram a verba nossa municipal, isso elas disseram para nós na época. A gente conseguiu tirar isso delas, também foi só isso o que a gente conseguiu tirar, mais nada. Elas tiraram a verba municipal, não quiseram dizer para nós o que fizeram com a verba que competia para essa escola municipal e trabalhavam somente com a verba federal para cá e trabalhavam normal, a verba municipal era bem menos que a verba federal, né? Então, só que eles não quiseram dizer para onde ia.

Não sei dizer como eles faziam a prestação de contas. A gente questionou de tudo, quando elas viram o que a gente realmente viu, o que que nós realmente queríamos entender com isso, elas deram um jeito de suspender a reunião e não entravam mais nesse assunto. E quando a gente questionava “fulana que sabe e fulana não veio na reunião”, sabe? Ela sempre tinha uma desculpa. Aí foi quando eu disse para o pai “Pai, eu não vou mais na reunião. A gente sai daqui para tentar descobrir e o que a gente descobriu foi só isso” e porque elas deixaram escapar. Então, elas não tinham como negar na hora ali, a reunião delas se resume assim, a gente vai lá na reunião e elas dão aquela folha tu nem lê, tu pega e assina “Então, tá, então tá” [simulando batidinha nas costas], sabe? É isso. Então, eu fiquei muito chateada nessa parte em saber disso e elas não fazerem nada. Quem tinha que estar na frente desses conselhos era gente que realmente tinha que trabalhar pelo certo. Aí, eu me pergunto até hoje, por que vem essa verba federal se eles não aceitam a nossa comunidade como quilombola? Aí, a Adriela quando questionou “Tá, aí o que é feito com essa verba?” Ela não sabia explicar, elas se fecham, elas não falam, se fecham.

Sobre a relações escola e comunidade, desde o tempo que eu comecei a trabalhar na escola como monitora e desde o tempo também que se criou a Associação Comunitária, isso lá em 2000, 2001, foi assim, quando surgiu a Associação e começou a realizar seus trabalhos aqui dentro, a pesquisa sobre a comunidade se era quilombo ou não, partiu sempre da diretoria da Associação, chegar principalmente o 20 de novembro e fazer um trabalho junto com a escola. Sempre teve essa vontade da comunidade trabalhar com a escola. Tinha a participação da escola na comunidade, alguns professores de dez tu tirava dois, que pegava a sua turma e fazia essas visitas nas casas das pessoas mais antigas como o tio Adélio⁵⁰, a tia Zila⁵¹, o falecido tio Panda. Na época, até o pai nem era tão visitado porque não tinha ainda a Associação que ele é a liderança, é presidente e sempre foi essa troca.

⁵⁰ Adélio Carvalho.

⁵¹ Maria Zila Carvalho.

Nas festividades da escola, onde a comunidade fazia parte nos eventos, participava das festas escolares, essa era a participação desde que comecei a entender e que eu estudava na escola, as famílias iam nas festas. Quando eu estudava tinha a festa junina, *A Mais Bela Estudante*⁵², algum torneio da escola de vôlei, futebol, era essa troca que tinha. E essas professoras que eram a professora Sonia⁵³, a professora Geni⁵⁴ que pegavam suas turmas, os menores, os anos iniciais e faziam essas visitas nas casas das pessoas mais antigas. Esse era o envolvimento de comunidade e escola.

Depois, quando eu entrei na faculdade, lá em 2010, que consegui entrar como monitora também na escola, a Denise também na mesma época, isso começa a mudar um pouquinho. Aí já tinha a Associação lá em 2000, que também sempre fez essa troca, essa parceria, digamos assim, com a escola de fazer o 20 de novembro junto com a programação da escola e a comunidade trazer palestrante, trazer pessoas antigas para fazer uma roda de conversa e apresentações, a escolha da *A Mais Bela Negra*⁵⁵, sempre teve essa iniciativa da comunidade com a escola. Pegamos algumas gestões que realmente queriam trabalhar junto, outras não. Aceitavam toda a nossa visita lá na escola, da Associação e colocávamos tudo no papel, programação o que iam fazer, tudo e quando chegava perto, lá em novembro tinham mudado tudo, não ia ter mais, ou só o presidente ia falar umas duas, três palavrinhas com os alunos dos anos finais e era isso a participação, porque ali o colégio se fechava, a escola se fechava, depois com os anos foi mudando.

Eu e a Denise começamos a trabalhar mais em cima desse tema da comunidade quilombola, a questão da religião, dança afro, da capoeira. Ao meu ver, a Marli, então se abriu um pouco mais, abriu um pouco mais esse leque, mas ao mesmo tempo que ela abre esse espaço, ela fecha e não tem nesse meio tempo, não tem professores mais que saiam a campo na comunidade. De trazer os alunos para compreender realmente o que ocorre, a história da comunidade. Se tu pegar um aluno agora ali do quinto ano, que é a série mais velha que tem agora ali, eles não vão saber te falar nada da história da comunidade. Não vão saber te dizer quem são as pessoas mais velhas da comunidade. Não vão saber te dizer quem é o presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo, que

⁵² Concurso de beleza promovido pela escola.

⁵³ Sonia Margareth da Silva Fontoura, formada em Filosofia (Licenciatura Plena) pela Universidade Federal de Santa Maria em 1986, também formada em Magistério, atuou na escola no cargo de professora entre os anos de 1994 e 1999, 2002 e 2007, no cargo de supervisora entre os anos de 1995 e 1996, de 2008 a 2019 ficou alocada na biblioteca.

⁵⁴ Geni da Silva Fontoura, formada no Curso Supletivo de Ensino de 2º Grau para Habilitação de Magistério no ano de 1985 pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Professores de Júlio de Castilhos/RS, atuou na escola no cargo de professora entre os anos de 1986 e 2001, 2003 e 2008.

⁵⁵ Concurso de beleza promovido pelo município.

representa toda a comunidade. Eles não vão saber. E se tu ir lá na Sete de Setembro fazer essa pergunta também para os alunos lá dos anos finais que saíram daqui eles também não vão saber, porque isso se perdeu. Não se trabalhava mais a história dos escravos na sala de aula e nem a história da comunidade.

E sempre, todos os anos se tem essa iniciativa da comunidade em querer trabalhar o novembro, ou o ano, ou o novembro todo, ou a semana do 20 de novembro, com a escola, sempre, mas sempre encontramos também uma resistência dos professores. Quando foi convidado, o professor Jayro⁵⁶ para vir aqui que a gente fez algumas indagações para esse professor. Elas não gostaram, ficaram revoltadas com as perguntas que ele fez e nenhuma delas se demonstrava interessada em saber e entender aquilo que ele estava passando e perguntar assim para ele “Bah, mas eu nunca fiz isso. Trabalho aqui e eu nunca fiz isso na comunidade. O que eu posso fazer? De que forma eu posso trabalhar?” Não. A postura delas foi totalmente diferente. Elas sempre deixaram bem claro que realmente trabalhavam dentro de uma escola que não era quilombola.

Então, tem essa troca de comunidade e escola assim, dessa forma que eu te falei, pontual, não como se fosse trabalho na íntegra. Por exemplo, se for trabalhar a história da África na escola e trazer “Ah Potácio, tu tem um palestrante que tu conhece aí para trazer...”, temos a nossa prima que é professora de história, a Jandira⁵⁷. “Tu poderia trazer ela aqui em junho, vamos começar a trabalhar agora, a partir de maio, a partir de junho”, né? “Introduzir alguma coisa com os alunos aqui, poderia trazer?”. Não tem isso não, não tem, não parte da escola isso e se nós não formos lá na escola, vê como é que elas estão pensando em fazer, também não nos é emitido um convite a não ser para o pai dar uma palavra.

Esse ano que passou eu até levei surpresa que colocaram eu e a Denise numa mesa com a professora que faz parte da secretaria e que trabalha a parte de Educação Patrimonial para falar sobre isso. Uma coisa que elas não trabalharam na escola, não foi trabalhado na escola, o que foi trabalhado é a questão da religiosidade aqui, mas não se trabalhou o resto, caiu paleontologia lá na Escola Sete de Setembro, e não se trabalhou o resto, trabalhou só isso. Então, isso não é trabalhar o patrimônio pra mim, tu tem que trabalhar o patrimônio na sua íntegra. Claro que ali a escola tinha que antenar mais com a religiosidade sim, porque foi tema que caiu para apresentar no final do ano, mas nada impedia de trazer para os alunos toda a questão patrimonial. E as escolas só entraram em

⁵⁶ Jayro Pereira de Jesus. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7936444134584954>.

⁵⁷ Jandira Elhoa Lopes.

contato com o Centro de Umbanda esse ano passado, porque caiu o tema da questão da religiosidade e eles tiveram necessidade de ir em todas as religiões para fazer uma entrevista.

Potácio: Eu acho que por mais que haja a disposição da comunidade em dialogar, em trazer conteúdo, trazer experiência para os professores, não há vontade, não há um interesse em fazer a discussão acerca de um tema que muitas vezes a gente reconhece estar alheio à situação. Nem todo mundo é obrigado a saber da história de África, principalmente um professor que estudou outras matérias, ou estava num lugar ou no reduto, mais, vamos dizer, mais germânico, mais italiano, é claro, não tinha a necessidade, tinha dois ou três alunos pretos lá, diferentes. Mas eu penso que ser professor é renovação constante, é repensar constantemente. Eu penso isso, eu tenho que me reciclar, eu tenho que me atualizar para que eu possa fazer frente o que vem surgindo. Porque na verdade, aquilo que você aprendeu está aprendido, mas o que pode surgir e o que ficou pra trás, que não foi falado, que precisa ser discutido, precisa ser conversado, porque em nenhum momento surgiu, não apareceu, então é algo ainda a ser descoberto, é algo a ser falado e é algo a ser pensado, de que forma também a gente a partir daqui, aprende outros caminhos, outras formas de pensar, de ensinar e de educar.

A gente realizou seminários aqui na comunidade, onde a gente teve banca com sociólogo, historiadora, a minha prima ela é professora da Urcamp⁵⁸ em São Borja. O professor de História, que eu não estou lembrando o nome agora, tínhamos também o professor José Carlos dos Anjos. Então, uma mesa rica de conhecimento acadêmico e muito centrado também pelo fato de serem negros na questão negra, na história de África, na história da presença negra no Brasil, na história do Brasil como um todo. Então, pessoas ali com uma bagagem bastante grande, experiência bastante grande e de contribuições internacional tiveram aí. Esteve aqui no Colégio o Jayro Pereira de Jesus, eu acho que tem dois ou três doutorado, um homem super estudado, negão da Bahia, um cara que serviu vários governos aqui no estado do Rio Grande do Sul e a gente trouxe ele e a gente não viu por parte dos professores assim, um interesse em ouvir, mas de ponderar. Ainda se faz a ponderação sob o ponto de vista de interpretar alguma coisa, de entender, né? Está fazendo o seu papel, não estou entendendo, eu vou questionar e questionando eu quero entender, porque eu quero extrair alguma coisa que me satisfaça, na minha curiosidade de querer saber e aprender.

⁵⁸ Universidade da Região da Campanha.

Não há por parte do município um interesse. Nós elaboramos ofício para o gestor público, o prefeito, para Secretaria de Educação e demais secretarias, Secretaria de Cultura, tudo o que está lincado à gente. Uma Secretaria de Administração é muito importante também, porque ela dialoga com cultura, dialoga com saúde, dialoga com educação, ela dialoga com todas essas secretarias. Nunca, nunca o município de Restinga Sêca se fez representar nas atividades feita aqui pela comunidade sob o ponto de vista de querer discutir, de trazer conhecimento para os professores, para a própria Secretária de Educação, que muitas vezes poderia estar alheia ou por falta de vontade, ou por não querer, ou até mesmo por não saber mesmo da questão da Lei 10.639⁵⁹. A gente buscou vários caminhos, várias formas de tentar dialogar. Nunca houve disposição, nunca houve interesse do município de Restinga Sêca e suas Secretarias, a única Secretária que teve agora, por último numa reunião, foi a Silvia⁶⁰. Se não, sempre manda alguém descompromissado, que vai lá e faz uma fala. E aí sabe que as pessoas nem todas têm uma compreensão, a grande maioria está na incompreensão. Então, faz uma fala e acha que agradou todo mundo. E acho que alguém que estava lá dentro, um ou outro sempre percebe o movimento que é feito.

Fabiana: E a Sônia Bolzan⁶¹ também se fez presente uma vez.

Potácio: E a Sônia Bolzan, mas a Sônia Bolzan também veio só para... Tanto é verdade que não diz coisa com coisa, nem se pronuncia. Falou, mas não se pronunciou, como diz o outro. E é assim que é a disposição da comunidade, a luta da comunidade, para encurtar a distância com o município, ter uma relação mais estreita com o município, ter uma relação mais estreita com o colégio, é uma luta bastante grande. Tanto é verdade que a gente sempre quando chamado a gente vai participar, vai dar o nosso melhor, mas a gente não vê essa disposição. A gente não vê interação, não vê os professores interagir com a comunidade, interagir com a comunidade é saber que tem alguma coisa lá, não pode ir todos os professores, mas vai uma diretora e um professor ou dois professores numa atividade no fim de semana, que a comunidade só vai poder reunir final de semana, que dia de semana nosso trabalho é diário, se ela pedir dois dias de serviço para fazer uma atividade, ela está

⁵⁹ Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências (Brasil, 2003).

⁶⁰ Silvia Maria da Rosa Mohr, secretária municipal de educação (2021-2024).

⁶¹ Sonia Aparecida Pohlmann Bolzan foi secretária de Assistência Social e Habitação (2017-2020).

se prejudicando. Então, tem que trabalhar de acordo com aquilo que vai ficar bom pra ela. Ela vai poder trabalhar e vai poder realizar uma atividade onde vai participar, onde vai interagir e etc.

Então, não há essa disposição, sim eu acredito, se for eu, no caso nós três, e eu vou me colocar como o diretor porque eu tenho mais estudo, eu como diretor do colégio, você como uma Secretária de Educação [Maiéli], a outra como, eu vou dizer assim, eu botar aqui Secretária de Administração [Fabiana] e vão lá interagir em uma atividade dessas, o que a Secretária de Educação vai fazer daquilo que ela ouviu? Ela vai dizer nós temos que trabalhar essa e aquela questão, foi rica ou não gostei, porque faltou isso, faltou aquilo, ela também vai ter um olhar crítico para algumas coisas na comunicação com os professores, a partir do que? Da interação que ela teve com as pessoas que se fizeram presente naquele seminário, que se manifestaram, que foram expressar a sua opinião, a sua preocupação com o colégio, a questão da conduta, do que acontece no quadro do colégio. Não, não existe isso, não existe essa preocupação. Bom, eu não vou fazer porque eu não sei, de repente eu tenho dificuldade. Agora, se eu tenho a oportunidade de buscar essa experiência, por que eu não ir ao encontro, buscar a experiência e, de preferência, com aqueles que estão falando dessa necessidade, né? Porque quem fala da sua necessidade é mais do que legítimo, porque ele que está passando por aquela dificuldade, é ele que precisa daquela necessidade, é ele que está em busca de uma mudança, é ele que está em busca de uma atenção. Ora, se eu não for ao encontro de tudo isso, eu vou ficar alheio a essa situação e voltar induzindo aquilo que poderia ser um avanço, por um atraso muito maior, pela minha falta de coerência, de perceber de que ali a minha presença e a minha determinação como chefe do mandatário ou como secretário vai fazer a diferença. Porque eu tenho a prerrogativa de poder mudar e de fazer com que as coisas aconteçam. Mas a gente está bem em frente a essa grande dificuldade. A gente está desprovido dessa compreensão, dessa sensibilidade de parar, ouvir, escutar ou pelo menos de ir lá ver, observar para ver se tem alguma coisa que interesse ou se realmente nada interessa, porque essa é a, até então, o pensar é a visão.

Então, eu acho aqui que para mim, nesse ponto aí é uma questão mais de interesse, de falta de vontade, porque disposição para contribuir nunca faltou, não falta. Se quiser buscar, a gente tem amizade aí com grandes intelectuais aí que estudam. Agora, a gente está fazendo aqui também uma outra amizade. De repente, a gente não tenha condição de te trazer de lá, de São Paulo, que tudo é muito caro, mas a gente pode costurar com outros conhecimentos, com outras parcerias. Mas se

eles não se mexem, não se movem, é porque não há um interesse mesmo. Então, eu vejo a nossa questão aqui como algo a não ser trabalhado, a não ser pensado, porque essa é a vontade.

Quando a comunidade começa a se desenvolver, porque cria-se uma preocupação quando começa a surgir alguns pensamentos acadêmicos aqui, quando descobriram que a minha prima era professora de História, que ele lecionava na Urcamp “Ah você já tem um familiar que se formou, então?” Então, eu digo “é como qualquer um outro”, não é? Como qualquer um outro, ela também tem cabeça, tem a mente que pode pensar, que pode aprender e que está aí, a exemplo de outros”. Eu digo não vamos longe, não querem reconhecer Machado de Assis⁶², não querem reconhecer André Rebouças⁶³ e entre outros escritores e intelectuais negros lá de trás que contribuíram bastante, mas estão aí. A escrita deles prevalece até hoje, né? E elas são atuais, como se eu tivesse escrito ontem para nós e isso já faz um tempo.

Acredito que um pouco disso aí é aquela coisa que eu já coloquei antes, a gente lamenta ter que ter uma conversa como essa. E eu acho que aqui é que é a hora e o local necessário do depoimento ser verídico sob o ponto de vista daquilo que a gente sente. Nós nos sentimos discriminados pelo olhar da administração pública do nosso município, nosso município vem aqui, coloca uma patrula nos corredores, olha que isso aqui é curtinho, entra aqui, sai ali. Ele acha que fez uma grande coisa, bota um tubo, um bueiro na frente de uma casa e acha que fez alguma coisa, mas a comunidade não passa lá incomodando. É muito raro alguém estar incomodando, porque todo mundo trabalha, tem dificuldade? Tem dificuldade, mas o município acha que tudo o que faz aqui é um favor e que ele está gastando e ele está gastando muito. Ele faz uma pequena coisa para nós e acha que é gasto. Se, por exemplo, ele chamar ou mandar os professores para uma

⁶² Escritor brasileiro, Joaquim Maria Machado de Assis (Rio de Janeiro, 21 de junho de 1839 – Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1908) foi muito reconhecido por críticos, estudiosos, escritores e leitores como o maior personagem da literatura brasileira. Presenciou a Abolição da Escravatura e a proclamação da República brasileira em substituição ao Império, como também outros eventos importantes do final do século XIX e início do século XX. Além de sua produção literária, que abrangeu quase todos os gêneros, foi um importante comentador e relator dos acontecimentos político-sociais de sua época (Gledson, 1986).

⁶³ Engenheiro, inventor e abolicionista brasileiro, André Pinto Rebouças (Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, 13 de janeiro de 1838 – Funchal, 9 de maio de 1898) foi um dos mais notáveis articuladores do movimento Abolicionista e monarquista brasileiro, que partiu para o exílio, juntamente com a família imperial, após a proclamação da república. Em 03/09/2024, a Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal aprovou, em caráter último, o projeto de lei que indica a inclusão do nome de André Pinto Rebouças no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. O projeto, de número PL 1.774/2024, realça a atitude de Rebouças como um importante engenheiro e articulador abolicionista (Silva, 2024).

conferência, que vai discutir a questão da educação sob o ponto de vista da diversidade social e das culturas dentro do país, eles acham que é gasto.

E é disso que se trata, quer dizer, não há uma comoção de investir porque é como se dissesse assim, não tem resposta positiva desse investimento que é colocado lá, então nós vamos só gastar. Esse é o sentimento, de que a gente não é capaz de responder satisfatoriamente o investimento, na pessoa, na formação, na qualificação das pessoas, na saúde. Pelo contrário, as pessoas estão se formando, estão saindo, não ficam aí porque não abrem espaço devido aos pensamentos que se criam no município.

A minha relação com a comunidade é uma relação assim, eu poderia dizer bem assim, vou colocar o entre aspas aí, sabe? Ela é uma relação, porque eu tenho algumas divergências sob o ponto de vista de como se dar. Primeiro, porque tem algo que era para funcionar e bem, que chamo de ciclo de pais e mestres, era para funcionar bem, mas as pessoas que vão ali para trabalhar acabam sendo asfixiadas pelos professores. Essas pessoas não têm mobilidade, não têm autonomia para poder impor, cobrar algumas coisas. Porque eu acho que a grande relação do colégio está com o ciclo de pais e mestres, aquela representatividade que está ali. Esse é o elo de ligação com todos os demais pais, alunos, avós, tios, com a comunidade no seu todo ali e isso não tem. Então, eu tenho essa divergência.

Eu tenho essa divergência também quando os professores chamam a gente para falar de consciência negra, aí eles vão lá mostrar e não querem que a gente fale, porque eles mostraram o lúdico, colocaram cartazes, todos uma questão de adereço ali, mas dentro do lúdico. Sem falar da questão do 20 de novembro. O que é que significa o 20 de novembro? Essa consciência de que se fala, de que consciência nós estamos falando? Não estamos falando de uma consciência da gente comemorar um dia, mas de uma consciência de sociedade que foi racista, continua sendo racista, discriminatória, que tem hábitos e costumes excludentes e que, portanto, tem que rever, tem que rever nas suas atitudes, nessa sua forma de agir e saber de que o que ela pratica é um crime e um crime daqueles mais, como é que eu diria assim? Daqueles piores no sentido de que a palavra possa ter. O que afeta o sentimento da pessoa, afeta a mente, a alma de um ser humano, na história de um ser humano povoado por uma inferiorização que tu coloca a ele.

Na verdade, nós estamos falando de um 20 de novembro de um tecido, de uma sociedade de libertação. Nós não estamos falando de uma libertação do 13 de maio, né? Nós estamos falando de uma libertação do dia seguinte, porque o 13 de maio é hoje, e amanhã? Amanhã eu vou fazer o

quê? Qual é o nosso destino? O que é que está reservado para nós? É desse 20 de novembro, dessa consciência de que nós estamos falando, consciência de uma sociedade que tem uma dívida histórica para com esse povo e não quer sentar para discutir e não entende como dela as mazelas que é da situação negra no país hoje. Passa uma semana trabalhando com o aluno, quando na verdade, nos 365 dias do ano, ela não falou do papel do negro para a sociedade, não falou do valor daquela criança, no valor do cabelo dele, da presteza e da grandiosidade de homem, menina e mulher que elas podem ser a partir do estudo, daquilo que eles estão fazendo. Então, a gente tem uma carência bastante grande.

Com a comunidade, a minha relação, eu como liderança, eu tenho que me comunicar com todos. Então, eu tenho uma boa comunicação com todos, busco compreender a todos, levar as demandas, mas também tenho divergência. Mas eu não posso exigir muito de quem sofre todo um processo de exclusão e que tem dentro de si um ressentimento que muitas vezes ela não consegue falar, se comunicar, não consegue se expressar como os outros e fica guardando para si algumas coisas que estão aqui e que acabam incomodando bastante aquela pessoa. Ao mesmo tempo eu paro a pensar que eles também teriam que tirar um tempo para raciocinar e ver que não são pequenos. São grandes. São grandiosos. O que está faltando é atitude.

Eu acho que tem de ser uma comunidade assim, mais esperta, mais atenta aos fatos e se perceber um pouco mais no meio da sociedade, no seu dia a dia, no seu cotidiano, sob o ponto de vista de dizer olha, eu estou aqui e isso tem de mudar, porque nós estamos aqui. Aqui não está acontecendo a contento, o que vem aqui não tem o nosso consentimento, está contra a nossa vontade, o nosso querer e aquilo que realmente vai nos deixar numa situação boa, numa situação em que a gente pode dizer que está. Então, tem um pouco dessa inibição, vamos dizer assim, de atuação das pessoas. E nesse requisito a gente também está lutando para ver se quebra um pouco com essa coisa de, de ficar retraída, de não falar por conta da vergonha e na verdade, não é vergonha a pessoa estar ali, porque se ela disser alguma coisa, acha que ela vai estar contrariando os interesses, e está, na verdade vai estar, mas tem que falar.

Eu fui eleito como liderança da Associação em 2002, mas na verdade eu nem vontade tinha. Tanto é verdade que os pesquisadores já estavam aqui na comunidade visitando e caminhando por todo o local, iam em tudo que era lugar aí nas casas e quando eu via, eu saía fora. E eu trabalhava por dia, era lenhador, porque, como eu já falei, trabalhava no serviço sazonal, chegava ao final de semana, estava cansado, trabalhava muitas vezes sábado até meio dia pra soltar o serviço e recolher

o dinheiro para trazer pra casa e atender a necessidade dos filhos. Então, eu não queria, eu queria descansar, e um dia vieram lá e se sentaram para conversar comigo e aí eu me lembro que tinha uma moça que ela ficava o tempo todo, era duas até, ficavam o tempo todo assim olhando e conversavam entre as duas, sabe? E eu meio bicho do mato, ficava meio desconfiado, “o que aquelas mulheres olham pra gente e ficam conversando?”. Aí me olhava torto e eu em casa, final de semana, de qualquer jeito ali no terreiro. Depois vieram conversar comigo de novo, “tá vai começar”, aí via que eles vinham vindo, eu dava um jeito de sair, chegavam, olhavam, viam que eu não estava, e saíam.

Quando foi um dia, eles chegaram lá e não teve jeito, começaram a conversar e conversar e conversar “e eu nunca te vi, porque tu não vai ali na reunião, porque o senhor não vai?” eu digo “não adianta eu ir lá, eu já estou... trabalho de segunda a sexta-feira, o meu tempo é curto e afim que não dá”, ela respondeu “não, mas seria bom, mas vai lá para o senhor ver lá, a comunidade de repente precisa da presença de mais um, o senhor vai lá e vamos conversar. É interessante”. Aí não sei o que é que alguém falou lá na Constituição e eu invento de dizer assim “Poxa vida, a nossa Constituição ela saiu tão rica, mas pra atender rico, nós só temos lá, configuramos, mas pra nós, até nós não chega”, e eu lembrei e citei esses dois artigos “Vamos lá ver o que diz o artigo 215 e 216 da Constituição e o que a gente vê, então não vamos ficar nos iludindo” e ficaram quietos. E aí as duas gurias saíram lá para trás e ficaram falando, e chamou o outro. Aí, elas voltaram e disseram assim “óh Roberto, Roberto” vou fazer assim, “eu meu nome é Rita, sabe? Meu nome é Rita, vai, vai na outra reunião”. Aí, a minha falecida esposa disse “Ah, não pode ser que vocês consigam”. Aí eu disse “não, não, então tá, pode deixar que no outro final de semana quando vocês vierem, eu vou”. “Não, mas o senhor vai mesmo?”. “Não, pode deixar, eu volto, eu estou dizendo que eu vou, vou ir”. Aí eu vim, e aí foi ali no colégio, aí estava na reunião lá e conversando, aí abriu espaço para falar, eu falei e tudo. Aí, me convocaram pra falar de novo, falei. Quando foi no outro final de semana, eles estavam lá naquela mesma reunião, e falaram que teríamos que organizar a comunidade, porque os estudos já estavam bem adiantados, e que iríamos precisar estar organizados em associação, necessitava de uma entidade para a comunidade estar caminhando, para poder pleitear, até depois se vir alguma política pública, não poderia vir no nome de um cidadão, tem que vir em uma conta coletiva de organização e iam organizar para na próxima semana ver essa questão.

Eu sei que os que estavam antes se encaminharam para dita reunião, aí no outro final da semana eles não vieram, comunicaram que não poderiam vir. Aí, quando vieram, numa outra reunião, marcaram de novo, que na próxima semana que vinham iam fazer a reunião e botaram um aviso prévio para todos, e naquela reunião também não ia ir, aí disseram “Vamos, vamos, vamos, por isso que as coisas sempre acontecem ali, porque fica sempre os mesmos, sempre os mesmos na comunidade, sempre acontece isso e nunca muda, vamos lá”, aí eu digo “tá, vou”. Aí fui lá para ser mais um para votar, não para ser votado, nem queria.

Começou a discussão e aí surgiu essa guria, Rita “E tu Roberto, tu que não falou, porque não vai tu? Eu desculpa dizer, me meter aqui, mas eu acho que tem que ser tu, é tu que eu escolhi pra ir, mas pensa” ela disse, e eu “não, não dá, tá louco, isso aí é para quem entende lá, sair, viajar, caminhar o mundo”, ela disse “não, as coisas são aqui no Rio Grande do Sul, Porto Alegre, dali tu volta, depois com o tempo vai caminhar um pouco mais”. Isso ela me disse. Aí começou aquela discussão. Tinha uma família tradicional aí que sempre estava à frente de tudo e tal pessoal também estava com aquele sentimento de mudar e mudar. Aí, ninguém queria fazer chapa, ninguém queria fazer chapa, aí eu disse “tá, ninguém quer, então eu vou fazer”. Convidei um compadre meu que já não está mais no nosso meio também e digo “Se tu vai de companheiro ali, de vice pra mim, eu vou assumir a presidência e aí vamos escolher umas pessoas para compor um conselho”. E aí fomos para a dita eleição e a gente ganhou a eleição, quase que por ampla maioria, foi muito pouco voto que a outra chapa fez e eu fiz quase todos os votos da comunidade. Então, desde a eleição de 2002 eu não parei mais. Desde quando começou a acontecer a primeira conferência aqui de comunidades remanescentes de quilombos, nós já tínhamos a Associação. Ou não? Eu não estou lembrado.

Fabiana: Já tinha a Associação.

Potácio: Então, foi desde a eleição, na outra semana a gente foi, registrou a ata, registrou tudo em cartório e eu não parei mais.

Fabiana: Quer dizer, nesse meio tempo [entre a eleição e a realização da primeira conferência] para Porto Alegre foram várias viagens, mas para lugares longe foi a partir da primeira conferência que teve aqui, aí o senhor não parou mais.

Potácio: É, a partir da primeira conferência, aí estava instalado o Fórum Social Mundial. A gente foi para as mesas para discutir questões quilombolas no estado do Rio Grande do Sul e a novidade do novo movimento, mas também levando as demandas, pautas, dificuldades, o que era entrave e essa questão de acolhimento, nós não nos vemos participando da repartição, e como os municípios dialogavam com a gente. Enfim, essa demanda toda aí, do cotidiano, do dia a dia e aí não parei mais. Lá em 2003, eu já estava dentro de um GT, do Grupo Interministerial de Trabalho para a elaboração do Decreto 4.887. Aí, depois fomos para a construção da Convenção 169, nós fomos para ajudar a organizar a criação da SEPPIR, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e não paramos mais, todas as conferências de organização das políticas públicas desde 2003 eu ajudei a construir, todas. Desde a fundação da Associação eu nunca saí da diretoria, mas já teve outros presidentes.

Fabiana: Eu, o pai e a tesoureira, somos os mais antigos da diretoria, estamos desde 2002.

Potácio: E então, da minha parte assim eu já estou... não quer dizer que é cansaço do trabalho, mas cansado da repetitividade, porque não é bom, eu te digo francamente, não é bom alguém ficar na frente de uma instituição de qualquer coisa, só ele, só ele. A rotatividade tem que acontecer. As pessoas têm que se envolver. A partir do momento em que elas se envolvem, elas começam a compreender a dificuldade, começa saber o que é razão, onde está a razão, onde está o certo, o que é preciso, o que não precisa, porque quando fica só em um, sobrecarrega demais e cria outros ruídos, outras ideias que muitas vezes não corroboram para aquilo que a gente está fazendo e em vez de somar, fragmenta. Mas a gente está ali, estamos discutindo. Eu conheço o meu estado, somos 27, os outros 26 eu conheço todos.

Fabiana: A minha relação com a escola e a comunidade, digamos assim, é boa. Eu tenho uma boa participação dentro da escola, não só como mãe, não só como professora, mas como amiga, uma pessoa da comunidade que vem para somar. E a minha relação dentro comunidade é assim, eu faço parte da Associação Comunitária Vovô Geraldo desde 2002. Comecei como secretária, hoje sou Conselho Fiscal e trabalho também com a dança afro. A dança afro também tem a mesma idade da associação, tem 22 anos, porém, antes desses 22 anos, eu fui batizada na dança afro quando eu ainda estudava na Escola Manuel Carvalho, tinha 15 anos.

A gente foi batizada no grupo de capoeira e no grupo de Dança Afro pela professora Claudete da Silva, de Santa Maria, que foi quem trouxe a dança afro para nós e nos deu os primeiros passos aqui dentro da escola. E nós montamos o Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi na escola. Porém, o grupo foi montado comigo, a minha cunhada e a minha outra prima que estávamos numas séries mais pra baixo. Digamos que nós estávamos na quarta, quinta e sexta série e os outros eram todos do oitavo ano, prestes a sair e quando eles saem, não tinha mais ninguém para dar. Ninguém mais convidou ela para vir e não tinha mais ninguém para tocar o grupo. Então, a professora Elisane Dotto⁶⁴ me convidou para tocar e dali em diante eu não parei mais. Só que quando eu saí da escola, em 1998, não consegui mais trabalhar. Fui chamada umas três vezes da escola para dar aula de dança para as crianças menores, funcionou uns dois, três anos, depois parou. Não se teve mais aquela persistência conforme tinha antes. Então, foi quando eu resolvi trabalhar dança afro na comunidade. Teve um ano, eu não sei te dizer agora, mas eu tinha 12 crianças no grupo e nós somos 20 mulheres, hoje diminuiu, somos em menos. E aí toquei por um bom tempo os dois grupos, depois algumas crianças saíram e algumas mães foram embora também e eu fiquei só com o grupo adulto que mantenho até hoje e foi o grupo que fez apresentação nas festividades da Consciência Negra no ano passado.

Dentro da escola a minha relação hoje é uma relação como professora. Na escola não tem mais essa integração minha com a dança afro lá, porque o que eu ia dizer naquela hora lá, na fala do pai. Quando elas querem trabalhar, porque não faltou oportunidade, não faltou pessoas para ajudar elas a entender mais sobre a nossa cultura. Não faltou da nossa parte, porque teve historiadores, teve um professor aqui dentro da comunidade que a Associação trouxe, mas entendiam que era assim, era só chamar a Fabiana lá, dar uma dança afro e era isso, é a história da cultura, ou só chamar o Roberto Potácio lá e dar uma palestra para os anos finais, uma vez no ano lá. E era isso. Mas não tinha uma continuidade, não se resume a só isso. Então, a minha relação hoje com a escola seria mais mãe, mãe de um aluno que estuda lá.

⁶⁴ Elisane Dotto, colaboradora dessa pesquisa. Formada no Curso Supletivo em Nível de 2º Grau para Habilitação de Magistério pela Fundação Educacional do Vale do Jacuí – FUNVALE em 1988 e em Licenciatura Plena em Educação Artística/ Habilitação em Artes Plásticas pela Universidade Federal de Santa Maria em 1995, atuou na escola no cargo de professora entre os anos de 1991 e 1994, no ano de 1996, entre 2002 e 2005, entre 2008 e 2011 e no cargo de diretora nos anos de 1997 e 1998.

Quando teve o Mais Educação⁶⁵, desenvolveram o projeto de aulas de reforço de português e matemática, também era uma relação mais de professora lá dentro. E a gente tentou introduzir a dança afro, mas não aceitaram dentro do Programa, teria que ser mais dança, tipo gaúcha, alemã, a dança afro não conseguiram introduzir. Mas a capoeira sim, que aí foi quando o Juliano⁶⁶ começou a trabalhar capoeira.

No tempo que eu estudava, as aulas de matemática se resumiam a números. Só números. A professora chegava, introduzia, passava o conteúdo no quadro, explicava e mandava nós fazermos os exercícios. Todas as professoras, desde quando eu comecei na primeira série, sempre foi assim. E provas e testes e trabalhos, era isso. Mas não buscavam estabelecer uma relação com a comunidade, com a cultura em geral [Potácio fazendo não com a cabeça, indicando que o mesmo acontecia na sua época de escola], nas aulas de matemática, nas áreas de educação física, português, história, nunca tinha essa relação. A nossa educação física era esporte no meu tempo que estava estudando e agora nem isso eles têm mais. Era vôlei, era futebol, era handebol, era basquete e saía disputar nas escolas do município, era isso.

A única que fazia uma relação, assim com a comunidade era a aula de artes, com a professora Elisane Dotto. Ela sempre procurou trazer a história da comunidade para dentro da sala de aula, mas isso era só uma professora. Tipo, agora como eu e a Denise estávamos como monitoras, se resumia tudo eu e a Denise, nós estávamos como monitoras, depois de nos formarmos, trabalhamos como monitoras já formadas dentro da escola e toda a parte da cultura afro, quem trabalhava somente era eu e ela. Desde a decoração, desde uma apresentação, era eu e ela que coordenava todos os alunos da escola. A procura das outras professoras era “Ah Fabi, tu me ajuda, o que nós poderíamos fazer com as turmas do segundo ano, com a turma do terceiro, com a turma do quarto? Quem sabe uma música, quem sabe uma dança, quem sabe isso?”. Então,

⁶⁵ Art. 1º Instituir o Programa Mais Educação, com o objetivo de contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos.

Parágrafo único. O programa será implementado por meio do apoio à realização, em escolas e outros espaços sócio-culturais, de ações sócio-educativas no contraturno escolar, incluindo os campos da educação, artes, cultura, esporte, lazer, mobilizando-os para a melhoria do desempenho educacional, ao cultivo de relações entre professores, alunos e suas comunidades, à garantia da proteção social da assistência social e à formação para a cidadania, incluindo perspectivas temáticas dos direitos humanos, consciência ambiental, novas tecnologias, comunicação social, saúde e consciência corporal, segurança alimentar e nutricional, convivência e democracia, compartilhamento comunitário e dinâmicas de redes (Brasil, 2007, p. 02).

⁶⁶ Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa.

eu e a Denise ia pesquisar a música, ia pesquisar a dança, ia pesquisar a leitura, ia pesquisar o teatro, nós entregávamos pra elas, ajudávamos elas a ensaiar tudo. Elas só apresentavam.

Potácio: Nenhuma iniciativa delas.

Fabiana: Nem a decoração da escola. Ela só dizia o que queria e nós pegávamos na última semana do mês de novembro, eu e a Denise subíamos para a biblioteca, montávamos toda a decoração lá em cima, depois a gente trazia tudo do ginásio. As professoras ajudavam a colar as atividades que elas realizavam em sala de aula, algumas com as crianças, que era Saci-Pererê, essas coisas. Assim como as atividades que tu viu que elas fazem em sala de aula. Era isso que elas iam ajudar a colar, o resto era eu e a Denise que fazia. Mas essas atividades relacionadas à Consciência Negra ficam restritas ao 20 de novembro, porque durante o ano não tem, como deveria ser, né?

Potácio: Olha, na minha época eu acho que era bem mais puxado, vamos dizer assim. Educação Física a gente tinha, a gente pulava, tinha que pular em distância.

Fabiana: Se na minha época já não tinha uma ligação de comunidade com a escola, acho que na sua também não.

Potácio: Quando eu comecei lá na escola no São Miguel Velho, era a professora Cleci Maria Bolzan e então eu ali tinha Educação Física. Na questão da matemática, a matemática era tomada a tabuada, todos os dias tomava a tabuada, aí era conta de menos, conta de vezes, conta de mais e conta de vezes e dividir, multiplicar e dividir. Isso era quase todos os dias, a gente tinha matemática e não tinha essa questão hoje da modernidade, a questão das artes, das letras, das frações, essas coisas, era bem diretona, mas era bem puxada a matemática. Nunca foi muito o meu forte a matemática, peguei, mas não tive uma grande facilidade assim em pegar matemática. E depois, quando eu vim pra cá, que surge o colégio aqui para a gente ir, era só mais um estudo de português, leitura no livro e no quadro para responder alguma questão. E era isso.

Fabiana: As aulas do Eliezer são normais. Ele começou o ano passado, no primeiro ano e as aulas foram bem normais, mais atentas ao módulo, não teve nenhuma relação com a comunidade. Apenas seguindo aquela apostila que eles ganham e no início desse ano a mesma coisa.

Potácio: Eu me vejo dentro do mundo como um cidadão negro que apesar das dificuldades, eu ando, consigo me comunicar, eu reivindico o meu espaço, o meu lugar, reivindico meu direito, transmitindo acima de tudo, primeiro a questão da respeitabilidade, a partir do respeito, busco outras experiências no diálogo com as pessoas, e me impondo dentro de uma postura educada para que as imposições para mim também sejam posturas educadas, quer dizer, procuro me colocar dentro de um patamar onde todos se sintam confortáveis, respeitado pela minha presença, da mesma forma que eu falo que eu espero isso, né? Nos lugares por onde ando e da sociedade em que a gente está inserido, é o que a gente espera.

E como última coisa a falar, eu tenho assim, sabe, a expectativa. Estou com 67 anos agora e a expectativa é de que Deus me dê mais uns oito anos, de repente dez anos depois. Deixar para a vontade de Deus. E dentro desse meio tempo a gente conseguir ver algumas mudanças na conjuntura da estrutura do país, sob o ponto de vista do olhar da sociedade em relação à questão do preconceito, do racismo. Eu acho que hoje o que nós temos que dar conta mesmo, o que atrapalha todo um trabalho, inclusive esse que nós estamos conversando agora, ele pode ser atrapalhado sim, por essa mentalidade racista, discriminatória que tudo destrói. E que sejamos aí, que dessa nossa conversa também me deixa levar daqui a oito, dez anos, de repente, não sabendo que tempo nós vamos colher esses frutos e ver isso compreendido como uma contribuição para a sociedade de que ela seja também uma ferramenta antirracista, né? Para que a sociedade possa ser, na sua diversidade, uma sociedade plena de cidadania.

Fabiana: Eu espero que tenhamos dias melhores e tenhamos mais oportunidades em pé de igualdade. Que tenhamos mais respeito. E que nós possamos ser mais valorizadas, que a nossa cultura, nossa religião possa ser mais valorizada, mais respeitada, que a nossa cidadania possa ser estendida para todos de forma igual, onde pretos e brancos possam ter os mesmos direitos, né? Que futuramente não se tenham mais essa luta para derrubar o preconceito, que o preconceito já esteja derrubado. É essa minha forma de me posicionar...

Potácio: E como mulher negra.

Fabiana: Como mãe, mulher, professora negra.

[Agradei por terem aceitado o convite, pela disponibilidade de passar 3h conversando e colaborando com a pesquisa]

Potácio: E eu queria dizer também, agradecer a presença e dizer que foi muito importante. Eu gostei muito da entrevista que eu fiz primeiro com você e a sua pronta resposta, pedir desculpa pelo tropeço nas palavras. Mas a gente fez questão de falar uma linguagem mesmo do dia a dia a quilombola, a gente sabe falar melhor, se colocar melhor, mas eu achei que pra a entrevista de hoje a gente teria que ser bem natural. E dizer assim que a gente está aberto a esse diálogo pra construir junto, a gente que pensa no futuro e pensar o futuro é amar as crianças, né? E para que a gente possa levar das crianças os nossos pensamentos negativos, para que elas possam pegar só o que é bom mesmo de tudo aquilo que a gente produz. Então, foi uma maravilha. É um privilégio poder estar com vocês aqui, com você, aqui no nosso meio.

Fabiana: E eu faço das palavras do meu pai, as minhas. Uma vez eu ouvi uma pessoa dizer bem assim “que precisamos de uma escola onde somente professoras negras ensinam nossas filhas” e eu já penso diferente. Precisamos uma escola onde todo mundo tem a mesma igualdade. Porque aí podemos trabalhar juntos sim [Fabiana me dá a mão], tendo o mesmo pensamento e a mesma visão.

5.5.2 Referências

ANJOS, J. C. G. dos.; SILVA, S. B. da. **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF, 2003 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 19 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019.** Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-022/2019/Decreto/D10088.htm#anexo72. Acesso em: 19 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 2003c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. **Portaria Normativa Interministerial nº- 17, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf. Acesso em: 25 set. 2024.

GLEDSON, J. **Machado de Assis:** ficção e história Tradução de Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

QUADROS, C. de. Brizoletas: a ação do governo de Leonel Brizola na educação pública do Rio Grande do Sul (1959-1963). **Revista Teias**, Rio de Janeiro, a. 2, nº 3, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23870/16843>. Acesso em: 14 fev. 2024.

RESTINGA SÊCA. **Decreto nº 51/2023.** Altera a designação de estabelecimento de ensino do Município de Restinga Sêca. Restinga Sêca: Prefeitura Municipal de Restinga Sêca, 2023.

SILVA, C. A. O. da. **Lula regulariza em Salvador territórios quilombolas de 14 estados.** *Jornal Grande Bahia*: Feira de Santana. 21 nov. 2009. Colunistas e Artigos. Disponível em: <https://jornalgrandebahia.com.br/2009/11/lula-regulariza-em-salvador-territorios-quilombolas-de-14-estados/>. Acesso em: 14 set. 2024.

SILVA, C. A. O. da. **Projeto de lei que inscreve André Rebouças no ‘Livro dos Heróis da Pátria’ é aprovado pela Comissão de Educação e Cultura.** *Jornal Grande Bahia*: Feira de Santana. 8 set. 2024. Reportagem Especial. Disponível em: <https://jornalgrandebahia.com.br/2024/09/projeto-de-lei-que-inscreve-andre-reboucas-no-livro-dos-herois-da-patria-e-aprovado-pela-comissao-de-educacao-e-cultura/>. Acesso em: 14 set. 2024.

5.6 “A RELIGIÃO É ONDE NOS FORTALECEMOS”

Dona Vera foi uma das pessoas da comunidade que ouvi muito falar a respeito antes de conhecer pessoalmente, pois ela é mãe da Denise que, como disse em outros causos, foi a primeira pessoa da comunidade que conversei, antes de estar lá presencialmente. Foi Denise quem me contou várias histórias da comunidade, também foi ela quem me apresentou vários moradores dali, inclusive a sua mãe, quando em um dia de folga me levou para conhecer um pouco da comunidade e de sua família; nesse dia, conheci a dona Vera, sentada em uma sombra junto com sua mãe, filhos e nora, enquanto alguns de seus netos brincavam ao redor.

Já nas minhas primeiras conversas com Denise foi comentado sobre a existência de um centro de Umbanda na comunidade, o Centro de Umbanda Ogum da Lua, que foi fundado por sua avó, dona Tete, ou Tóti, como é comumente chamada pelos seus familiares. Então, como tinha esse contato com a Denise, comentei com ela sobre meu interesse em entrevistar alguém que estivesse ligado ao Centro: tinha muita vontade de entrevistar dona Tete; mas Denise já havia comentado que, pela idade avançada e alguns problemas de saúde de sua avó, isso seria bem difícil, tanto que quando Denise falou com sua avó sobre o assunto ela realmente não quis realizar a entrevista.

Como eu já estava fazendo o trabalho de campo e já tinha um pouco mais de conhecimento sobre a comunidade, sabia, pelas histórias contadas por Denise, que dona Vera estava no Centro desde criança, então eu a convidei para fazer parte da pesquisa. Ela ficou um pouco receosa, disse que iria pensar. Denise também conversou com ela, explicando sobre o trabalho novamente e neste momento dona Vera aceitou fazer parte da pesquisa. Mas, por motivos de saúde, como conta na entrevista, ela pediu para que Denise estivesse presente.

Marcamos a entrevista para o dia dois de março de 2023. Quando chego em sua casa, ela me leva para conhecer o Centro, que fica ao lado e diz que poderíamos realizar a entrevista ali mesmo. Então, pegamos umas cadeiras, sentamos próximo à porta, pois era um dia muito quente, organizei gravador e celular, para gravar a entrevista apenas em áudio, pois foi um pedido feito por ela e iniciamos a entrevista. O fato de ela ter dito para realizarmos a entrevista dentro do Centro foi marcante e carregado de significados. Realizamos a entrevista que, em vários momentos acabou sendo uma entrevista dupla, com dona Vera e Denise, pois dona Vera pedia ajuda para lembrar de alguns fatos e a conversa ia se desenrolando assim. Após a entrevista, ainda tomei uns mates ali

com a dona Vera, Denise e mais uma pequena parte de sua família e conversamos mais um pouco sobre a pesquisa e sobre a vida.

5.6.1 Vera Lucia Teresinha Rodrigues e Denise Maria Rodrigues Vieira

Vera: Moça eu vim te dar a entrevista, vim conversar contigo, que eu não queria vir, porque às vezes eu esqueço o que aconteceu [Dona Vera contou que isso acontece devido a sequelas de uma cirurgia que ela fez, por esse motivo a Denise, sua filha, acompanhou a entrevista, pois ela se sentia mais confortável desse modo], mas eu vim conversar contigo porque eu vi que era uma coisa séria, de fundamento. Se não fosse uma coisa de fundamento minha filha, eu não tinha vindo, é muito bonito a gente ser verdadeiro e eu sou verdadeira. E, então, eu digo “não, vou conversar com ela um pouco”.

Deixa eu perguntar pra ti, esse projeto que tu está fazendo é envolvendo os quilombolas, né? [respondo que sim]. Pois é, eu entendi que tu falou que é matemática? [falo que é sobre educação matemática, conto um pouco sobre a minha formação e sobre o objetivo dessa pesquisa]. Isso me chamou muita atenção, quando tu falou no quilombo e falou da escola, aí eu digo “mas ela tá fazendo isso para nossa escola¹, para merecer ser privilegiada por isso” [comento sobre o contato com a Secretaria de Educação do município e que ali é chamada de uma “escola normal” e não uma escola quilombola]. Não, eles não, ali como é que eu vou te dizer, porque eu acho que a partir do momento... todos têm que saber, tem que ter um pouquinho... Não precisa querer dar tudo, mas um pouquinho de respeito, respeitar e valorizar. E a nossa comunidade é quilombola, sim.

[Espero dona Vera pegar a sua carteira de identidade e depois preencho com suas informações o Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, converso com Denise e dona Vera sobre assuntos da escola e da comunidade e nesse momento elas fazem algumas perguntas sobre mim, buscando me conhecer melhor. Então, finalizo o preenchimento dos documentos e seguimos a conversa antes de iniciar a entrevista de fato. Dona Vera conta sobre o problema grave de saúde que teve, sobre a cirurgia e as sequelas que ficaram].

¹ A Escola Municipal de Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho passou a ser chamada de Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho em agosto de 2023 quando foi inaugurado serviço de creche na escola pelo Decreto nº 51 de 2023.

Vera: Meu nome é Vera Lucia Teresinha Rodrigues, tenho 69 anos, sou do dia 17 de janeiro de 1954. Eu sou daqui de Restinga, vivi a vida inteira aqui na comunidade. Desde criança vivi aqui, eu cresci aqui sim, que aí depois a mãe com 27 anos, a mãe ficou cega, a dona Tete². Agora eu não sei te dizer que idade eu tinha quando a mãe ficou cega, depois desse esquecimento, não me lembro assim.

Denise: Quando a Nica³ nasceu ela já era cega?

Vera: Sim. A mãe ficou cega com 27 anos. Ela ficou sete anos casada.

Denise: A senhora tinha doze anos, então, mãe.

Vera: Ela ficou sete anos casada. E aí se separou e aí ela ficou com a gente, aí depois ela começou a ter problema de visão e começou a ter problemas de visão, foi se agravando, que aí foi diminuindo, foi diminuindo, que até quando ela foi no médico, porque o médico disse que ela teria que ter 90% ou 80% da visão e ela não tinha isso.

De irmão, nós somos eu e o Roberto⁴.

Denise: E dois falecidos.

Vera: E dois falecidos, a mãe teve... os dois primeiros são falecidos. Mas ficou eu e o Roberto, seu Roberto Potácio. A minha mãe, a família da minha mãe era daqui da comunidade. A minha avó era e as raízes da minha avó são daqui.

Denise: É irmã do tio Panda⁵.

² Leonir da Rosa, fundadora do centro de Umbanda Ogum da Lua, localizado na comunidade.

³ Vera Eunice Rodrigues Alves.

⁴ Roberto Potácio Rosa, colaborador desta pesquisa.

⁵ Idelmiro Panda Carvalho, uma das primeiras lideranças da comunidade.

Vera: Irmã do tio Panda, a minha avó, e o meu pai ele era de Santos Anjos⁶, lá perto de Faxinal do Soturno⁷, era meio longe, não era muito perto daqui, mas a minha mãe, as raízes dela era aqui.

Eu frequentei a escola, estudei primeiro, nós estudamos lá em São Miguel Novo⁸, indo aqui pela essa estrada velha que vai, pela Venenosa [nome de uma estrada] que nós íamos. Quando chega ali na descida tem aquela saída que desce a descida, a primeira parada ali embaixo, aí tem uma estradinha, por ali nós íamos, era ali, por ali nós íamos no colégio. Eu estudei até a quinta série, mas não foram todos os anos lá, depois a gente veio aqui para o colégio. Eu não lembro o tempo que eu vim para o colégio, mas a gente estudou um bom tempo lá no São Miguel Novo, até que fizeram o coléginho aqui no São Miguel Velho, onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

Depois disso eu formei a família, porque eu nunca queria ter casado cedo, mas como a mãe, ela estava cega, não enxergava, não tinha a visão e eu era dominada pela família, pela minha avó, o meu tio. Então, eu via a mãe muito doente e eu não podia fazer nada, levar a mãe para um médico, nada, porque aquele tempo era o tempo que eles que sabiam tudo, a gente tinha que obedecer. Eu fui criada assim, obedecendo. Porque para eles o que valia era a educação da gente. Eles não deixavam passar nada. E aí depois eu me casei, com 16 anos, mas eu fiz essa opção de me casar por causa da saúde da mãe, porque a mãe era muito doente e a mãe era muito magrinha. E eu tinha medo, um medo que a mãe morresse sem eu fazer nada. Aí eu me casei.

Naquela época eu não podia levar no médico, nada, tinha que ser eles falar as coisas porque a gente era criança, para eles tinha que só obedecer, ver eles fazer as coisas e a gente não podia fazer. Assim era a nossa criação. Aí, depois que eu me casei, então, aí já tem aquela coisa para eles, né? A mesma coisa que emancipar uma pessoa. Então, eles já não mandam mais, está casada. E aí foi quando eu comecei a correr e correr, até que eu achei um médico que eu consegui salvar ela, que hoje o corpo que ela tem, ela não tinha. A minha mãe, tu olhava pra ela, minha mãe era assim, descarnada, chegava até o rosto aqui, olho fundo de tão magrinha, mas era a falta de tratamento e graças a Deus está ali.

⁶ Localidade da cidade de Faxinal do Soturno.

⁷ Município sul-rio-grandense, localizado na região central do estado, distante 266 km da capital Porto Alegre e 52 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

⁸ São Miguel Novo é como é chamada a localidade denominada de São Miguel no mapa que está apresentado na introdução desse relatório.

A mãe tem glaucoma no olho, que foi o que tirou a visão dela, que ela teve que fazer uma cirurgia. Na nossa família isso é hereditário. E aí ela teve que fazer a cirurgia porque já estava todo inflamado. Ela tem uma cirurgia plástica na cabeça e ela tem problemas nos ossos. Ela teve muitos problemas, tem diabetes.

Denise: E depois ela fez duas cirurgias na cabeça.

Vera: Ah pois é, eu disse, ela teve que fazer. Eu lembro que eu estava em casa um dia e tinha a minha tia que morava em Santa Maria⁹, aí, ela disse para a minha avó “a roupa das crianças está pronta para nós levar as crianças lá?”, que chamavam ela de Tóti “para ver a Tóti, porque eu assinei o papel para o médico mãe, agora vamos esperar por Deus”, ela disse. Ela disse “Mas eu estou bem tranquila mãe, com fé em Deus, que a minha irmã vai vir embora. Mas assim como eu também posso trazer a minha irmã num caixão. Eu tive que assinar, porque o médico não se responsabilizou e ele disse que tem que operar porque ela está com a cabeça toda... e pode apodrecer a cabeça, está muito inflamada”. Tá, aí minha tia veio, levou nós ver a mãe, quando nós chegamos lá no hospital que eu vi, tu não via, tu via aquele pano branco que ela estava tapada e só aparelho, só aparelho [ênfase]. E aí nós vimos, minha tia veio e disse para nós que não era para chorar, aí nós nos abraçamos, me lembro como se fosse hoje, nos pézinhos da cama, eu nunca vou esquecer, assim estava a cama e nós chegamos, entramos desse lado e conversamos e conversamos como ela, porque ela estava sedada, né? E aí nós fomos e ficamos nos pés, se abraçamos e nós pedimos para Deus e para nossa Senhora que nós tínhamos ido ali para pedir para ela, para ela não levar a nossa mãezinha, que era para ela deixar a nossa mãezinha, que era só o que nós tínhamos.

O meu pai era vivo, mas nós tivemos só mãe, só mãe. Nós não convivemos com o pai, convivemos só com a nossa mãe, porque eu acho que a nossa mãe também, um pouco, ficou doente de tanto trabalhar para nos criar. A nossa mãe trabalhava muito na lavoura. Minha mãe, já doente, já quase perdendo a visão ia trabalhar em São Borja¹⁰. Os caminhões passavam nos hospitais para dar injeção calmante para ela poder viajar. Quando chegava aqui, tinha que tirar ela nos braços do caminhão toda inchada, toda cortada, que deixavam ela em casa, ela ia trabalhar, passava nos

⁹ Município sul-rio-grandense, localizado na região central do estado, distante 288 km da capital Porto Alegre e 58 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

¹⁰ Município sul-rio-grandense, localizado na região da fronteira oeste do estado, distante 585 km da capital Porto Alegre e 355 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

arames. A minha mãe sofreu muito para nos criar. Nós não tivemos pai, o nosso pai só quis ser pai quando ele viu que estava mal já, aí ele queria socorro de si. Mas a nossa mãe passou tudo o que passou. Sempre digo. Amo Deus porque Ele ouviu nossos pedidos naquela hora que nós estávamos abraçados, chorando, pedindo para a nossa mãe vir embora e está aí hoje. Quando isso aconteceu eu acho que eu tinha o que quando a mãe fez a cirurgia? Eu acho que eu tinha uns nove anos, acho. Nós éramos crianças, olha se tinha nove anos, eu não me lembro, mas nós era porcariazinha [pequeninhos].

Depois da escola eu casei, sou mãe de oito filhos, sou mãe de nove, mas uma menina eu perdi. Mas eu perdi os meus dois filhos mais velhos, a mãe da Jéssica¹¹ e o meu outro filho. Ela estava com 41 anos e ele com 37. Dela ficou três filhos e, do outro, ficou dois filhos, dois gurus.

Denise: De filhos eu e o Dener¹² e a Lalá¹³ e a Lili¹⁴ somos dois pares de gêmeos, temos diferença de 5 anos.

Vera: Eles são gêmeos.

Denise: O tio Potácio também tem gêmeos, e as irmãs da Tete também têm gêmeos.

Vera: Olha, tu sabe que eu vou conversar contigo na verdade, eu não gosto de falar coisa que não é real. Eu sou verdadeira, eu sou assim. Eu tive muita sorte, porque eu criei sozinha os meus filhos. Ela pode dizer, né, Denise? Meus filhos tiveram um pai, mas o pai sempre fui eu, o pai e a mãe. O pai também não era presente, ele não foi presente, eu criei sozinha os meus filhos e graças a Deus eu tive, eu pude dar educação para eles, ensinar a respeitar as pessoas na rua, dentro de casa, não fazer nada errado, sabendo que tudo que eles botassem a mão, que não era deles, tinha consequências, que eles tinham que crescer para suar, para trabalhar para ter, na parte também que eles tinham que ser uns homens sem viver com inveja, com briga, com nada. E graças a Deus eu consegui, eu consegui.

¹¹ Jéssica Maria Alves.

¹² Dener José Rodrigues.

¹³ Cristina Rodrigues.

¹⁴ Cristiane Rodrigues Alves.

Todos eles frequentaram a escola. Só o Dener, que quando chegou na quinta série não quis mais. Ele e o Josias¹⁵, os dois não quiseram estudar mais. E as gurias também.

Denise: Ninguém tem o Ensino Médio, ninguém nem tem o Ensino Fundamental completo, só quem tem formação sou eu, nenhum tem Ensino Médio.

Vera: E a escola estava ali, eu falava “vão” e outra que depois também abandonou, faltava uma prova, já estava passada, foi ela [Denise]. Falei, falei, falei, não quis e não quis. Aí eu disse bom, aí quando ela veio e falou sobre continuar estudando, depois de alguns anos, mas aí depois eu castiguei ela e ela fez a faculdade e eu nunca dei palpite, nunca falei nada, digo vou deixar ela para ela ver o que ela perdeu antes. Agora eu sei que ela vai ter que trotar bastante para fazer. Aí, ela veio dizer “mãe, eu vou fazer a faculdade” “ah, vai?”. Aí foi fazer a faculdade, mas aí ela viu que o que eu tinha falado para ela era o correto dela ter terminado, já ter ido para faculdade, né?

Denise: Eu saí daqui e fui para o Érico¹⁶, fiz o primeiro ano, aí peguei recuperação, daí eu não quis fazer.

Vera: Não, fez todos. Foi no último ano, foi o último ano. Lembra que era o último ano em que eu disse “minha filha vai, porque agora tu termina, tu já vai minha filha, se tu quer fazer um cursinho pra ti fazer um vestibular”.

Denise: Aí, ela me pagou até o PEIES¹⁷ para mim, porque naquela época tu fazia, ela pagou tudo para mim. Dessa parte a minha mãe, ela sempre me apoiou, eu já era casada, daí eu tive um aborto, daí eu parei de estudar devido ao aborto espontâneo que eu tive. Depois eu vim, eu morava em Restinga. Aí, depois quando eu vim para cá, eu, a minha irmã decidimos que... a minha irmã foi estudar, a Lalá ia voltar estudar. E daí eu fui estudar de manhã, depois resolvi ir para noite. Eu fui, terminei os meus estudos, daí surgiu o vestibular no polo, A Nica disse “tu vai fazer faculdade, a

¹⁵ Josias Rosa Menezes.

¹⁶ Escola Estadual de Ensino Médio Érico Veríssimo, localizada na zona urbana de Restinga Sêca, distante 9,5km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

¹⁷ Programa de Ingresso ao Ensino Superior.

Jéssica vai te inscrever, traz teu documento”, aí minha sobrinha foi ver lá na universidade, e eu fui fazer e passei, a minha formação eu devo muito a minha irmã Nica e a Jéssica, a minha irmã dizia “o estudo nunca ninguém vai tirar de ti, tu tem que estudar” e foi assim, mas a mãe ajudou também.

Vera: Eu não contava histórias antigas e da comunidade para eles, porque em casa eles tinham o costume de dormir cedo. Sempre cozinhava cedo e eles dormiam cedo, porque no outro dia tinha que acordar cedo para ir para a escola.

Denise: Ela contava “no meu tempo era assim...”.

Vera: Ah, isso eu sempre falava para eles “No meu tempo era assim”, eu dizia pra eles. E aí a minha avó dizia pra mim fazer isso e isso, eu fazia, falava pra eles como é que era, como é que tinha que ser. Isso eu sempre falava para eles e até hoje eu falo pra eles. Até hoje eu falo.

Vera: Quanto ao trabalho, eu sempre fui do lar, sempre em casa, por causa da mãe, porque ela não enxergava. Então nunca, nunca tive essa coisa de trabalhar.

Denise: Não trabalho de carteira assinada, mas a mãe trabalhou na batatinha.

Vera: Ah, eu digo assim, mas eu trabalhava, deixava um com a mãe e a gente ia arrancar batata. Tinha alguém que ficava com ela aí eu ia, era umas plantações lá para banda de Santuário¹⁸. Era batatinha inglesa. É plantado numas vergas, que fazem as vergas e tu vai lá e arranca e tira assim.

Denise: Ia eu e o Dener juntar batatinha, aí alguém vinha buscar nós de manhã.

Vera: Eu trabalhava por empreitadas. Quando eu estava grávida da Lalá e da Lili, das minhas filhas gêmeas, eu trabalhava na lavoura, na batata, cuidando para não pegar o cabo da enxada na barriga, porque a barriga era grande e eu ia. Os lavoureiros iam lá e pediam para me tirarem de lá, diziam “Eu pago a quantidade de sacas que vocês tiraram aí pra ela, mas levem ela para a sombra. Isso aí é uma judiaria essa mulher com essa baita barriga trabalhando, Deus dá mais, porque...”.Ele era

¹⁸ Localidade da cidade de Restinga Sêca.

um gringo [descendente de italianos] “Deus dá mais para nós” e eu nunca quis sair, sempre trabalhei.

Eu tive Lalá e a Lili de parto normal. A Lalá nasceu sentada com a minha avó. A minha avó era uma parteira que ela chegava e olhava para a mulher e dizia “Não, minha filha, caminha bastante, tu não vai ganhar agora, olha para a barriga, tua barriga quando tiver aqui tu ganha”. A minha avó dizia e ela ficava. O doutor, falecido Talito queria dar carteira de parteira, ela não quis, porque ela fez um parto dentro do hospital, o doutor disse que era para o outro dia de madrugada e ela disse “Ai, doutor! Pelo amor de Deus, vai deixar essa mulher aí com dor? Essa mulher aí bota o soro, essa mulher vai ganhar antes das dez horas da noite”. A minha avó era parteira, mãe da Tete. E aí, quando foi antes das 22h00 as enfermeiras tiveram que chamar o médico para vir que a gurria tinha nascido.

Só Josias que não nasceu com a minha avó, porque eu tive que fazer cesárea e a Denise e o nego¹⁹ que eu fui pro hospital, porque eu tinha caído um tombo na gestação anterior e eu estava grávida, aí tive muita hemorragia e eu fiquei com... A mãe ficou com medo que a vó fosse fazer meu parto e desse hemorragia, como me deu mesmo, quase morri, mas ganhei eles de parto normal, só cheguei no hospital e ganhei eles. Eu ganhei todos os meus filhos de parto normal.

Denise: Ela ganhou oito filhos de parto normal, ela só ganhou o Josias de cesárea, que foi o último, e daí ela fez cesárea e o médico dizia que ela era parideira “véia” e ela ganhava normal.

Vera: E aí o pai dele foi lá de noite, a minha cunhada avisou e ele foi lá de noite. Aí ele disse lá no hospital que era para fazer cesariana.

Denise: Que se era por falta de dinheiro, dinheiro ele tinha.

Vera: Porque ele trabalhava, ele trabalhava não era vagabundo.

Denise: O pai do Josias, que não é o meu pai.

¹⁹ Apelido do Dener, irmão gêmeo da Denise.

Vera: Aí ele disse que não era... que ele trabalhava, que ele queria que fizesse cesárea, “se acontecesse qualquer coisa com a minha mulher e com o meu filho eles iam ver”. E aí quando foi no outro dia de manhã, às 08h00 eu fiz cesárea e ele foi lá pagar a cesárea, né? Naquela época não tinha SUS, tinha que pagar.

Denise: E a guriazinha que nasceu morta, a senhora ganhou em casa?

Vera: Ganhei em casa também, ela era antes da Lalá.

Olha, eu me casei a primeira vez e eu permaneci casada, ele só vivia na rua, não me ajudava. Eu criei sozinha meus filhos, ele vivia só na rua, vivia na rua, mas como a família tinha essa coisa que o casamento é uma coisa sagrada. Então, depois ele ficou doente, ele ficou doente faz uns 30 e poucos anos, eu acho, uns 30 que ele faleceu e aí agora o pai do Josias nós somos separados.

As aulas na minha época, as professoras escreviam muito para a gente fazer no caderno. Fazia um pouco as vezes no quadro, mas eu até nem tenho lembrança da aula de matemática, porque davam aquelas aulas, não te explicavam nada se estava errado, só dizia que estava errado, não dizia o que nós tínhamos que fazer. E eu em matemática, minha filha, eu não entendo nada. Matemática eu não entendo nada. E eu sempre tive uma coisa, sabe? Assim de aprender matemática, porque é muito bom tu saber, mas não sei nada. Tanto na escola lá de São Miguel Novo, como na escola aqui era a mesma coisa. Para mim não mudou nada, porque eu não aprendi a matemática, né? Os meus filhos não foram para frente, porque eles não quiseram, mas eu tive a sorte da Denise se formar, mas os outros não quiseram, não gostavam muito de estudar, só queriam trabalhar, só trabalhar.

A religião para mim significa tudo, porque através dessa religião, da Umbanda, que a gente dá a caridade, a gente ajuda as pessoas doentes. Quantas vidas a minha mãe já salvou? E foi, e é daqui, eles [orixás] ajudaram a criar os meus filhos, meus filhos foram criados por eles, os meus filhos. Eu tinha 13 anos quando eu entrei para ajudar a minha mãe, porque tinha a minha tia que ajudava, mas a minha tia depois saiu, então eu tive que ajudar a minha mãe. O Centro de Umbanda aqui foi criado quando nós éramos crianças, mas a mãe já não enxergava mais, porque a criação do Centro foi assim, eu lembro meio as coisas que a minha mãe me falava.

Antes ela tinha um salão grande de madeira [o Centro antes do atual]. Quando a gente começou, era como aqui que tinha uma meia água na outra casa que foi demolida e ali foi quando começou. Ali era um quartinho, como viesse daqui, tirado mais ou menos isso aqui e o resto para

lá era um altar onde ela trabalhava, ali nós trabalhávamos [mostrando o tamanho do antigo centro, que era pequeno].

Então, aqui ela começou nesse quartinho e depois construímos, o meu tio tinha uma casa grande, mais ou menos como essa aqui toda, maior até. E aí a gente comprou do meu tio ali e ela trabalhava. Ali ela recebia pessoas da comunidade e de fora também, de todos os lugares aqui vem. O centro mudou para cá [para o local atual] faz uns... oh Denise [chamando a Denise para ajudar].

Denise: Eu vou perguntar para a Lalá, acho que ela se lembra [Denise pergunta para a irmã]. Mais ou menos uns 20 anos. Desde o início do Centro sempre foi a Tete que atendeu. Ela ainda atende, as sessões, só que a Lalá está sendo preparada. A Lalá foi escolhida pelos... pelo astral, como se diz no nosso... e por ela [dona Tete], a Lalá é a sucessora.

Vera: E pela Federação²⁰.

Denise: E daí é tudo legalizado as coisas, tudo. E tipo assim quando a gente tem algum serviço, alguma coisa assim, tudo é ela, tudo conforme ela decidir, se vai ter sessão, se não vai ter sessão. Se a gente recebe um convite para ir em uma terreira, a gente pergunta para ela e a gente só vai se ela deixa, tem que ser só o dia que ela quer. A única coisa que ela não abre mão, disso aí todo mundo sabe, que é a vontade dela, a festa ela não deixa de fazer, a festa do dia 22 e a festa do dia 15 de maio, para ela não fazer é só se a gente perde um familiar, aí a gente não pode rufar, daí ela não rufa o tambor durante sete dias, mas o mais é tudo ela que... Ela está com plenas faculdades mentais. Ela ficou um tempo, um tempo ela não trabalhava [não fazia sessão], mas tipo veio uma pessoa [fora dos horários de sessão], foi ela que atendeu.

Nós fazemos as sessões de sexta feira, no verão a gente faz mais seguido, no inverno como ela já tem oitenta e nove anos é o dia que ela está bem, se não está muito frio e se está chovendo, se a gente marcou sessão e está muito frio ou está chovendo e ela não pode vir, a sessão é cancelada. Mas ela atende fora das sessões e ela atende as pessoas na sessão, ela faz tanto incorporada como material como se diz, tanto ela com o orixá, com entidade dela, tanto ela faz as preces...

²⁰ Refere-se à Federação Afro-Umbandista Espiritualista do Rio Grande do Sul – FAUERS, uma instituição sem fins lucrativos, que possui mais de 3000 Terreiros filiados, segundo o site desta instituição. Para além de conduzir seus associados sobre procedimentos religiosos e assessorá-los na regularização das atividades do Terreiros, é responsável por ações permanentes e específicas. (Site da FAUERS, <https://fauers.com.br/>, visitado em 14 de setembro de 2024).

Vera: Se ela olhar, ela fala tudo.

Denise: Às vezes, ela só olha a pessoa e ela fala tudo. A Lalá puxou por ela, tu tem que ter o dom pra ti... tu pode até pegar um orixá, tu pode até participar de uma religião, mas tu tem que ter o dom, e a Lalá e a Tete tem o dom da espiritualidade.

Vera: A religião tem o cuidado, tem que cuidar, tem a disciplina, desde o horário para vir, horário para trabalhar.

Denise: A nossa religião tem toda uma doutrina bem diferente. Cada casa tem o seu seguimento.

Vera: Tem uma doutrina diferente.

Denise: Nós temos os dias, eu recebo orixá, vamos dizer assim que eu recebo, eu estou sendo iniciada para eu ser, a mãe é a cambona²¹ chefe. Depois da Tete, a mãe é autoridade dentro da terreira e depois da mãe, vem a Lalá e depois vem eu junto que eu ajudo a complementar essa parte dessa autoridade assim. Então, nós fizemos tudo... a nossa casa é tudo no coletivo. Nós recebemos um convite para fazer uma visita numa casa, a gente comunica a chefe, a gente faz uma reunião com os irmãos e daí, no fim, todo mundo ajuda, aqui é uma que todo mundo trabalha na coletividade, mas tudo com a última palavra quem dá é a Tete, que é a nossa chefe. E daí nós temos as obrigações de final de ano, as obrigações que a gente faz em maio que daí durante o mês a gente faz as obrigações. Daí, todo o mês, um final de semana do mês a gente marca para fazer as obrigações para todos os orixás, porque eu recebo o orixá, eu tenho que fazer uma mesada com o meu orixá sozinha, mas aqui a gente faz no coletivo, fazemos todos juntos, daí a gente se reúne todos aqui, fazemos a comida de santo, fazemos tudo aqui, porque eu não posso trazer pronto da minha casa, tem que ser preparada aqui. A gente prepara todo mundo junto, depois que a gente organiza a mesada, depois a gente faz uma sessão lá e aí nós fizemos um assentamento.

A nossa religião tem toda uma doutrina. A nossa linha é branca. Nós fazemos a nossa sessão, às vezes, nós fazemos sessão só de Exu, tem dia que é só de Caboclo, tem dia que é só de

²¹ Combona, ou cambone é uma pessoa que auxilia o guia. Essa pessoa ajuda o guia com os parâmetros dele, anotando alguma coisa, explicando alguma fala do guia para o consulente, buscando e levando o consulente.

Ogum. Mas, na nossa religião nós fazemos a sessão e se quer baixar o caboclo, se hoje quer baixar Ogum, se hoje quer baixar Exu, nós trabalhamos tudo junto e misturado, não tem um dia específico para ter. E aqui é mais aquela coisa da família, passando de geração em geração, entendeu? A mãe é a cambona da Tete. Eu já sou filha da mãe, já estou sendo iniciada para ser a cambona da Lalá. O Jorge²² era filho de criação da Tete, que ele era tamboreiro, um grande tamboreiro, já passou, depois teve outro e agora é o José²³, filho da Lalá. O José toca tambor desde os quatro anos. Tem dois, três ou quatro filhos de religião da Tete que não é da nossa família, mas é tipo a Queria ali, que é a mulher do nosso primo, que é sobrinho da Tete. Então, aqui na nossa religião muita coisa vai passando esse conhecimento de geração em geração. Mas tem abertura para pessoa que não tem nada aqui, se ela quiser frequentar o centro, se ela quiser se desenvolver tem essa abertura. Nós recebemos visitantes também.

Vera: E outra coisa também que eu vou te falar, eu acho que tu, às vezes, tu deve de caminhar e ver que as pessoas fazem aqueles trabalhos, passa às vezes, tu não vê pela rua, nas esquina, principalmente, e, como é que eu vou te dizer? Nós somos diferentes, se uma pessoa precisa de uma limpeza, a gente faz, mas aqui ninguém nunca viu um, nada. Nós com o centro aqui, tem os cruzeiros ali, as esquinas ali, nunca, nunca acharam nada que nós fizéssemos.

Denise: Nós fazemos sim as nossas obrigações, como todos sabem, só que os nossos fundamentos são diferentes. A Tete tem os fundamentos lá do antigo mesmo. A Tete não tem essa coisa de estar em rede social, de tem de estar sempre lá, como é que eu vou te dizer? Essa coisa de mídia, estar querendo se aparecer. Nós cultivamos a nossa religião porque a gente gosta e é onde a gente se fortalece, mas se precisarmos fazer uma obrigação no cruzeiro, nós vamos. Se precisar fazer uma obrigação nas margens, nós vamos, se precisar fazer uma obrigação nas pedreiras, nós vamos, se precisar fazer uma obrigação nas cachoeiras, nós vamos. Mas as nossas obrigações nós realizamos tudo aqui dentro do centro, porque não é o que tu vai dar de status para o orixá, é o que tu tem para oferecer, mas tem que ser de coração puro, entendeu?

²² Jorge Adair da Cruz.

²³ Paulo José Rodrigues Carvalho.

Vera: Que através daquilo ali que a gente está fazendo, a gente pede para todo mundo, a gente pede para todos aquela graça.

Denise: Nosso centro tá aqui, nós temos tudo registrado, tudo legalizado, mas eu acho que pra ti ser um religioso, não precisa estar se expondo. Quem quiser conhecer nossos fundamentos, o jeito que a gente trabalha, o centro está aberto para todo mundo. Já veio gente de São Borja²⁴, de Dom Pedrito²⁵, de Porto Alegre²⁶, de Santa Catarina, nós atendemos gente de tudo quanto que é lugar, que se quiser conhecer os nossos fundamentos, o jeito de trabalho, o nosso seguimento a gente está de portas abertas. A Tete ensinou para nós que tu tem que ter humildade, que não é uma saia luxuosa que tu vai botar para reverenciar o teu orixá. A reverência do teu orixá é a tua conduta, é o que vem de dentro do teu coração, é o que mais ela nos ensinou, é assim.

Vera: Porque a religião ela tem uma doutrina, porque todo filho de religião quando vai se aprontar ele vai fazer o batizado dele, ele tem que fazer um juramento, e aí tem os mandamentos e ali ele vai ter o orixá chefe que vai perguntar para ele qual é a mente dele, a doutrina para seguir a religião. Qual é o bem maior que ele vai ter e ele vai responder que ele vai dar caridade, que ele não vai fazer mal para ninguém, que ele vai ser amigo, que dentro da religião não existe inimigo, dentro da religião existe amigo.

Denise: E também aqui já veio gente, já ... Isso aí eu me lembro, no meu tempo teve gente de tudo que era lugar e tinha gente que ficava aqui.

Vera: Não tinha lugar para dormir, ficava na nossa casa.

Denise: Aqui é uma casa que se tu chegou pra pedir ajuda, não interessa o que tu fez na rua, interessa a tua conduta aqui dentro, a gente ajuda, se a gente puder ajudar. Aqui é uma casa que a gente sempre teve esse conhecimento que foi passado para nós, tu tem que ajudar sem olhar a quem,

²⁴ Município sul-rio-grandense, localizado na região da fronteira oeste do estado, distante 585 km da capital Porto Alegre e 355 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

²⁵ Município sul-rio-grandense, localizado na região da campanha do estado, distante 444 km da capital Porto Alegre e 300 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

²⁶ Capital do estado do Rio Grande do Sul, distante 258 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

é o que a Tete sempre passa. E a Tete sempre teve a casa dela cheia. Aqui a comunidade, bem dizer toda, sempre procura, mas nunca assume. Foi igualzinho eu falei para ti, né? Que todo mundo tem um pé numa religião de matriz africana, mas muitos não assumem a sua religiosidade. Mas quando nós éramos pequenos, eu não cheguei a pegar muito, mas as gurias [irmãs] pegaram. Que não deixavam brincar com nós, que não deixavam chegar perto de nós, porque nós era neta da... porque a Tete tinha o Centro, não podiam chegar perto de nós. Mas hoje já se quebrou um pouco esse tabu. Tanto que a escola fez esse trabalho sobre religiosidade e as crianças ficaram encantadas, as crianças ficaram fascinadas do José Miguel²⁷, o aluno do pré, bater tambor, do José bater tambor.

Vera: É, lá está o tambor dele [mostrando onde estava o tambor do José Miguel].

Denise: O José começou a bater tambor na idade de José Miguel, vai fazer 14 anos que o José começou a bater tambor, desde os 12 anos que ele começou a participar como tamboreiro. Já faz seis anos que o José já é bem dizer, o tamboreiro, o José é o tamboreiro chefe. É o José que comanda os tamboreiros.

Vera: Esse preconceito de quando as gurias eram pequenas acontecia no colégio.

Denise: A casa se mantém com o dinheiro que entra das consultas, com o dinheiro da mensalidade dos filhos, mas é mais com o dinheiro das consultas. O lugar onde a casa está é próprio, é da Tete. Quem construiu foi a Tete, com o dinheiro dela e daí ela ganhou algumas doações, um deu um pouquinho aqui, um deu um pouquinho ali e depois, uns três anos atrás, a gente entrou nesse projeto ali que tem na prefeitura que a gente conseguiu, mas mesmo assim não deu para nada. Eu botei um pouquinho, outro irmão botou um pouquinho e um outro irmão nosso fez uma promessa que ele ia conseguir um trabalho, porque se ele conseguisse ele ia dar, aí ele deu o forrinho. Outro filho deu aquele altar ali [mostrando o altar]. Foi tudo de doação o altar, dá para se dizer que foi a Tete e doações de pessoas que vinham trabalhar aqui, um deu dois sacos de cimento, outro deu o assoalho, mas dá para se dizer que foi ela que construiu, porque o que ela não ganhou de doação foi ela que colocou.

²⁷ José Miguel Rodrigues Carvalho.

As nossas obrigações nós fazemos, mas não vou falar detalhada como é que é, as nossas obrigações nós fazemos em maio, tem as obrigações em maio, tem as obrigações de fechamento de final de ano. E depois a gente faz uma obrigação a cada mês e a gente faz a obrigação quando a Tete fala, quando o orixá fala assim, “Se organizem que a gente vai fazer uma obrigação tal dia”, por exemplo, aí a gente vai lá e faz. As obrigações são para fortalecimento de todos nós... A mãe fala...

Vera: É para fortalecimento, aí é assim as obrigações, primeiro tu faz um oferecimento ali na frente, aí a comida vai um feijão mexido, que é para Preto Velho. Balas para Cosme e Damião. Para cada orixá vai a sua comidinha ali, então a gente arruma ali e bota tudo as comidinhas ali, tudo ali. Essa é a obrigação. Tudo com doçura. A comida para cada um deles, a comida que eles gostam a gente bota. Nós fazemos festa para Cosme e Damião, a gente sempre faz. Não é um festão, mas a gente sempre faz, para São Jorge Guerreiro também, que tem o dia dele, a gente nunca deixa. Tem 13 de maio que é os Preto Velho. E depois tem 22 de dezembro, que é a festa do dono da casa.

Eu acho que o Centro aqui na comunidade foi a melhor coisa na minha vida que existiu, porque dali a minha mãe conseguia trabalhar para nos dar o pão, para não deixar nos faltar comida, porque a mãe teve que trabalhar. Daí eu era sozinha e ela ajudou a criar os meus filhos. Ela me criou e criou os meus filhos. E é muito gratificante as vidas, as noites que a gente teve de sair, ou com chuva ou com frio, que veio chamar para a gente sair que as pessoas estão precisando da gente. Então, para mim, a saúde das pessoas, isso aí para mim é muito importante. Vidas de pessoas que vem aqui dizer “hoje eu vim aqui agradecer a senhora, a senhora lembra que eu vim assim, assim, assim aqui”. Olha, tem pessoas que a gente nem conhece que vem aqui e diz “Não, mas eu estive aqui, tu não lembra de mim?”. Então, isso para mim é gratificante de chegar e dizer, como teve uma que esteve aqui, estava no fundo do poço, eu não me lembro se foi um quilo de feijão que ela trouxe, ela disse “aqui, só o que eu tenho é isso aqui e quatro reais” ela disse, “mas eu vim aqui pedir ajuda para vocês”. Aí, a minha mãe e a minha filha disseram para ela, “não, minha filha, leva de volta o teu feijão e o teu dinheiro” eu disse para ela “tu vai precisar e nós vamos te ajudar” e ajudamos. Passou um tempo, um ano eu acho, e aí faz uns dois meses ela veio aqui perguntar para meu filho o que ela devia, porque é aquilo que ela não tinha aquele dia, ela teve a sorte e a graça que ela foi encarrerada e arrumou serviço e hoje ela tinha para nunca faltar o pão para ela e nem para o filho dela.

Então, o centro acabou sendo uma forma de ajudar a nossa família e ajudar quantas outras famílias aí que precisaram. Então, isso para mim é gratificante, porque está ali para dar caridade, porque Deus deixou a minha mãe, porque ela tinha de cumprir a missão dela e a missão que Deus deu para ela foi essa, de salvar vidas, de dar conselhos, de dar saúde para as pessoas, dar paz e essa é a missão que Deus deu para a minha mãe e é o que ela está fazendo. Então, é por isso que isso aí é gratificante. Eu sempre digo para Deus assim “Ah meu Deus, meu Deus, Senhor” eu digo, eu digo “meu Deus, Ele que sabe das coisas, Ele que sabe”. Ninguém nos dá a não ser Ele e onde tu está fazendo o bem, aí que Deus te ajuda. Aqui nesse lugar a mãe já salvou muita vida, barbaridade, muitas pessoas de longe que vem.

As pessoas ficam sabendo da existência do Centro por um que vem e fala para outra e vão falando, “Ah, fulano disse que esteve aqui e me falou”. Então aí vão vindo, é dessa forma que as pessoas chegam aqui.

O Centro tem todas as documentações certinho. A mãe tem a carteira dela, tudo. O Centro tem que ser legalizado, porque aí é a Federação. Então, estando tudo em dia, não tem aquele problema, a gente pode trabalhar onde quer.

Eu acho que o Centro é importante para a comunidade, mas só que nem todos dão a importância, porque, às vezes, os de casa mesmo, a gente tem muita família, eles sempre precisaram, sempre tiveram, mas depois eles se afastam.

Olha, a minha relação tanto com a comunidade, como com a escola é uma comunicação boa, porque eu não saio, aqui na comunidade eu me dou com todo mundo. A gente se vê com as pessoas, a gente conversa e dá risada. Mas dizer que eu vou me arrumar para “Ah hoje eu vou lá na casa do fulano. Hoje eu vou lá no fulano”. Eu não saio, eu só fico em casa. E, no colégio, quando os meus filhos estavam no colégio sempre fui muito presente, eu sempre ia nas reuniões e os professores que vinham para cá, são professores muito bons, são professores bons.

As coisas mudaram um pouco do período que eu estudei, para o período que os meus filhos estudaram, como é que eu vou te dizer? Eu vou ser realista. A educação de antigamente de quando eu fui criada, a de hoje não tem nem um pouquinho, porque no tempo que eu fui criada a gente não posava na casa de ninguém. A gente não podia responder, não podia nada. E hoje, como é que é hoje a educação? Hoje tem criança que não tem educação em casa e muito menos lá no colégio. A educação sai de casa, porque se não respeitar em casa, não vai respeitar professor na escola. Eu acho muita mudança. Achei muita mudança mesmo, porque naquele tempo a gente não podia dizer

isto do professor, a gente tinha que respeitar. E hoje não. Hoje a gente vê aí as professoras e as crianças no colégio, chamando os pais, que os pais têm que ir porque a criança está sendo mal-educada com o professor no colégio. No meu tempo não era assim.

Falta respeito, porque a criança tem que saber respeitar. O respeito é fundamental na vida do ser humano. Porque dentro de casa tem que estar atento em tudo, tem que estar atento até a um brinquedo, se a criança chegar com um brinquedo a mãe tem que saber quem deu, porque eu fui criada assim. Meu irmão ganhou uma bicicleta, nós apanhamos, a mãe bateu, porque ela achava que ele tinha trazido dos outros. Aí, o homem veio aqui, disse para ela que não, que ele tinha dado para ele. Não podia chegar com nada em casa, nada. E se saía de casa sem pedir. Não podia. E tinha outra coisa, o mais importante dentro de uma casa é que tem duas palavras. Sim e o não. Se pedir para ir, quando dizer “sim, tu pode ir”, mas quando dizer “não, tu não vai”, aquele não tem que ir até o final e aí ele vai entender e não vai pedir mais e não vai insistir. Mas onde tu diz “sim”, dizer “não, tu não vai” e dali a pouco dizer “não, pode ir”, aí não adianta, aí não adianta.

Eu vejo a relação da escola com a comunidade como uma relação boa, só que eu não participo mais assim, sabe? Porque eu não sei como é os pais com as professoras, porque tem muita criança que é arteira. Tem muitas crianças que, às vezes, né? Mas isso aí eu não posso te informar bem, porque eu não estou tendo contato com o colégio e nem pergunto para a guria [Denise] também.

Eu sou sócia da Associação Vovô Geraldo, participo quando tem reunião, quando tem um evento a gente ajuda. O processo da comunidade se reconhecer como quilombo foi um processo muito longo. Foi um processo longo, porque eles tiveram que fazer muita caminhada, muitas pesquisas, eles tiveram que caminhar muito, eles vinham de tempo em tempo, eles fizeram um serviço muito lindo aqui.

Quando começou esse processo de quilombo, a gente pensava assim, a gente pensava. Mas tu sabe que tem partes ainda que tem racismo, né? Muito racismo. Então, quando começou essa parte aí, começou a sair nos lugares, ficavam te olhando atravessado, aquela coisa. Então, eu custei um pouco a acostumar com aquela coisa também de chamar a comunidade de quilombola. Porque eu, como é que eu vou te dizer? Eu aqui, aqui mesmo, pessoas da nossa mesma cor, eles não se identificam como sendo aqui do quilombo. Eu digo isso, porque se eles se identificassem, eles iam estar junto com a Associação para trazer projeto e fazer as coisas por eles, eles não estão não. E a

Associação é uma coisa séria e não se reconhecem não, isso eu digo, não se reconhecem, não. Não se reconhecem.

Eu acho que tu tem que participar, tem que participar, tem que estar lado a lado, porque dentro da Associação tu tem direito de conversar, de falar, ter ideias e falar, não tem? É melhor isso do que ficarem falando como muitas vezes eles falam coisas que não tem que falar.

Eu acho que o ser humano tem que ter na mente que ele é um negro, que ele tem que estar pronto para sempre ter o espaço dele, para ter as coisas. Não é assim? E onde ele rejeita o que ele tem de direito, simplesmente ele não quer nada, nem para ele, nem para um filho, nem para um neto. O que vem da Associação não é para a gente ou para a Associação, é para os nossos netos que estão crescendo, é para os filhos. É para manter a comunidade. Mas só que eles não veem assim, né? Falta uma valorização das pessoas, se valorizar, porque nós temos valor e esse valor só quem cultiva somos nós mesmos.

E é importante ter uma associação aqui para manter a história. A gente podia fazer tanta coisa através da Associação, porque a nossa comunidade é grande. O Potácio, por exemplo, assumiu um compromisso com a Associação e sem nenhum ganho ele faz isso aí e ele não ganha nada. Ele foi trabalhar de livre vontade de fazer pela Associação, que nós ajudamos muito ele, desde roupa para viajar quando ele tinha que viajar era a gente que comprava tudo para ele sair bem arrumadinho, porque ia para Brasília, ia para outros lugares, que ele viaja bastante, mas nem assim o pessoal entendeu, nem assim o pessoal entendeu. Nós temos que ter, porque tem tantos negros formados, é ou não é verdade? Porque nós que temos aqui também não podemos seguir a mesma coisa, tendo uma associação para nos amparar. A Associação poderia fortalecer muito mais a comunidade.

Aqui na comunidade seria muito bom se tivesse uma escola que atendesse as crianças e os jovens aqui, porque uma vez falamos em trazer o Ensino Médio, para terminar o Ensino Médio aqui, para estudar de noite. Outra coisa também que a gente ficou muito triste foi o negócio das crianças, com esse enorme colégio que nós temos aqui, a prefeitura nos fazer isso, o prefeito. Nos levar as crianças dos anos finais do Ensino Fundamental para a Vila Rosa²⁸, mas não tinha necessidade disso, não tinha necessidade, porque tem lugar, tem professora. Por que não botar os professores trabalhar que eles precisam? Por que tirar daqui, para levar para a Vila Rosa? Isso aí

²⁸ Comunidade onde está localizada a Escola Municipal de Ensino Fundamental Sete de Setembro, escola para qual os alunos do sexto ao nono ano da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho foram transferidos a partir do ano de 2022.

foi uma coisa que ele fez e não deveria ter feito. Eu como eu digo, eu não falei nada, nunca falei nada, mas se eu tivesse um filho no colégio eu tinha ido para cima, eu tinha ido. Eu sou contra isso de ele tirar as crianças daqui, levar as crianças para lá. É tudo crianças adolescentes, criança grande. Se até pequeno estudou aqui, como é que só agora não ia ter como estudar? É isso que eu até hoje eu não consegui entender. Aqui, estudamos tudo aqui, agora levaram as crianças para a Vila Rosa.

É importante ter a escola aqui, a escola ativa aqui com todas as crianças aqui, porque ali no colégio, ali tem lugar. Agora vão abrir a creche, mas se tem lugar para creche, tem lugar para as crianças estudar, tem lugar, tem. É uma escola grande e ainda se precisar ali na frente tem aquele pedaço, se achava que precisava, eles podiam fazer um aumento ali e fazer ali, então não precisava ter tirado, ele não podia ter mexido no nosso colégio aqui, não podia ter mexido, não podia.

5.6.2 Referências

RESTINGA SÊCA. **Decreto nº 51/2023**. Altera a designação de estabelecimento de ensino do Município de Restinga Sêca. Restinga Sêca: Prefeitura Municipal de Restinga Sêca, 2023.

5.7 “DOS RETALHOS QUE ME FORMAM”

Figura 17 – Foto da colaboradora Elisane Dotto



Fonte: acervo da colaboradora Elisane.

A professora Elisane foi a única pessoa das entrevistadas que eu não conhecia pessoalmente antes de realizar a entrevista. Porém, de alguma forma eu sentia que a conhecia, pois foram várias as vezes enquanto estava no campo que escutei esse nome e histórias sobre essa pessoa na escola e na comunidade; mas só fui perceber a intensidade dessa relação que ela mantinha com a comunidade quando ouvi e assisti às entrevistas já gravadas na pesquisa: o nome dela foi citado pela maioria das pessoas. Nos momentos em que eu ouvia as gravações, me recordava de outras conversas que aconteceram de forma natural com pessoas da escola e da comunidade, em que o nome dela aparecia.

Então, em 2024, quando retornei à escola, conversei com a professora Maristani e com a Fabiana sobre a minha intenção de convidar a professora Elisane para participar da pesquisa, ambas tinham o contato dela e me enviaram. Entrei em contato com a professora, ela reside em Santa Maria - cidade que voltei novamente a morar nesses meus períodos de campo - fiz o convite, ela prontamente aceitou e agendamos a entrevista.

A entrevista foi realizada na casa dela, no dia 12 de abril de 2024. Essa foi a última entrevista da pesquisa. Quando cheguei em sua casa e conversamos, ela fez várias perguntas sobre a investigação, sobre mim, sobre a minha relação com a escola e com a comunidade e logo começou

a contar histórias da comunidade, havia até separado umas fotos de quando trabalhou na escola. A experiência dessa entrevista foi diferente, pois eu sentia um certo estranhamento, mas ao mesmo tempo também sentia uma proximidade, como se a conhecesse, isso porque algumas das histórias contadas por ela eu já havia escutado, porém de outras pessoas, algumas dessas histórias, contadas por ela estão apresentadas no texto a seguir.

5.7.1 Elisane Dotto

Meu nome é Elisane Dotto, eu nasci no município de Restinga Sêca em 4 de setembro de 1962, morava na Colônia Borges¹. Estudei no interior de Restinga, Colônia Borges, na escola Adelino Roso², que hoje está desativada. Depois vim para a Federal³ estudar aqui, estudei Educação Artística⁴, era na época, e dei aula no município de Restinga Sêca em várias escolas. Em Santuário⁵, que já fechou, na Fuzer⁶, dei aula um tempo na Sete de Setembro⁷, trabalhei com alfabetização, séries iniciais, na escola Alberto Schlessner⁸ no Barro Vermelho, em 1984, que também está desativada. Em 1983, trabalhei na escola Brasília, que ficava localizada na Fazenda Sobrado, era uma escola pequena de madeira, as chamadas Brizoletas⁹, pois foram criadas no tempo do governo

¹ Localidade do município de Restinga Sêca.

² Escola Municipal de Ensino Fundamental Adelino Roso, localizada na zona rural de Restinga Sêca, distante 32,4 km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

³ Universidade Federal de Santa Maria.

⁴ Licenciada em Educação Artística pela Universidade Federal de Santa Maria no ano de 1995. A Educação Artística foi disciplina obrigatória nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, a partir da década de 1970, com a Lei nº 5.692/1971 (Artigo 7º). Com esta lei os campos da música, teatro e artes plásticas deveriam ser trabalhados durante o primeiro e segundo graus. Após 25 anos, a Lei nº 9.394/1996 (artigo 26, parágrafo 2º) tornou obrigatório o ensino de Arte (e não mais educação artística) como componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica.

⁵ Localidade do município de Restinga Sêca.

⁶ Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Dezidério Fuzer, localizada na zona rural de Restinga Sêca, distante 7,7 km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

⁷ Escola Municipal de Ensino Fundamental Sete de Setembro, localizada na zona rural de Restinga Sêca, distante 9,3 km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

⁸ Escola Alberto Schlessner, localizada na zona rural de Restinga Sêca, distante 10,3 km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

⁹ De 1959 a 1963, o estado do Rio Grande do Sul foi governado por Leonel Brizola, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nesse período, o governo do estado implementou o projeto educacional “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul”. Tal projeto resultou em significativa expansão quantitativa do sistema de ensino público do estado. Construíram-se prédios escolares – que ficaram conhecidos como brizoletas ou escolinhas do Brizola –, contrataram-se professores e um significativo número de novos alunos foram matriculados (Quadros, 2001, p. 1).

Brizola, essa foi quando eu comecei, com os meus 20 anos. Trabalhei também na Manuel Albino Carvalho¹⁰, lá na Quilombola. Fui diretora da escola, por isso que estou sendo entrevistada, acho.

Eu fiz também o curso Normal, Magistério¹¹, mas eu comecei a trabalhar tendo só o Ensino Médio, na época dava e daí a gente fez depois o Magistério porque a prefeitura propiciou que os professores do município que não tivessem o Magistério poderiam fazer. Daí, para legalizar, eu fiz o Curso Normal de férias e aí queria fazer Artes e fiz, né? E isso me facilitou a ter a dimensão das coisas, não ter preconceitos de vida, respeitar a cultura, respeitar a religião e onde eu vivi, era no interior, tinha uma comunidade e a gente também tinha essa coisa de troca.

Eu fiz o Curso Normal e fui trabalhar na escola que me criei na minha infância, que eu estudei também, que é a Adelino Roso. Trabalhei quatro anos na Adelino Roso, ali eu alfabetizava também, né? E na Adelino Roso era multisseriada, eu era professora e diretora; e na escola Brasília também era.

Eu fiz o Magistério em 1987 por uma universidade de Cachoeira do Sul¹². Acredito que foi um projeto, em que os municípios ofereceram, porque eu tinha colegas de vários municípios, tinha colega de Agudo¹³, Dona Francisca¹⁴, vários municípios que abrangia a 24ª CRE¹⁵ lá de Cachoeira. Acredito que foi um acordo entre as prefeituras e a Fundação Educacional do Vale do Jacuí - FUNVALE e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cachoeira do Sul - FAFIL.

Eu fiz Educação Artística, na época era Educação Artística, foi aqui pela UFSM e, nesse mesmo período, tinha carência de professor, logo comecei a trabalhar aqui em Santuário, parava aqui para poder estudar e no outro turno trabalhava em Santuário. Eu me formei em... 1995, porque levei seis anos. Por causa que, como eu trabalhava, eu não conseguia acompanhar tudo, pois tinha disciplinas de manhã e de tarde, então eu fazia jogo¹⁶, a escola me ajudava para fazer o jogo para

¹⁰ A Escola Municipal de Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho passou a ser chamada de Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho em agosto de 2023 quando foi inaugurado serviço de creche na escola pelo Decreto nº 51 de 2023.

¹¹ Título de professora do ensino de Primeiro Grau de 1º a 4ª série, Curso Supletivo em Nível de 2º Grau para Habilitação de Magistério pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cachoeira do Sul no ano de 1988.

¹² Município sul-rio-grandense, localizado na região central do estado, distante 200 km da capital Porto Alegre e 90 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

¹³ Município sul-rio-grandense, localizado na região central do estado, distante 244 km da capital Porto Alegre e 31 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

¹⁴ Município sul-rio-grandense, localizado na região central do estado, distante 257 km da capital Porto Alegre e 28 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

¹⁵ 24ª Coordenadora Estadual de Educação.

¹⁶ Fazia um acordo com a escola para articular os horários das suas aulas na escola e das suas aulas na universidade, de forma que ficasse livre nos dias e horários das disciplinas na universidade.

poder estudar. Mais tarde, eu fiz Especialização em Educação Ambiental¹⁷, surgiu e eu achei que precisava, trabalhava no Ensino Médio também, então ter um pouco dessa dimensão. E eu fiz um curso também sobre a cultura afro que o governo ofereceu, eu só não lembro se eu concluí. Primeiro curso oferecido pelo governo federal sobre história e cultura afrobrasileira.

Quando eu fui para a Manuel Albino já trabalhava com Arte. Eu comecei com séries iniciais, mas como eu fazia Arte, faltou professora, e no município de Restinga Sêca se ampliou as escolas para ter o Ensino Fundamental completo e aí teve carência de professor de Arte. Como eu estava me habilitando, estava fazendo Arte, me convidaram para eu sair das séries iniciais e dar a disciplina. Aí comecei a trabalhar com Arte, isso foi em [uma pausa, buscando lembrar o ano que começou]. Acho que tu está me puxando o cérebro [rimos]. Ai, ai, se eu entrei em 1988 na universidade... Eu não sei se trabalhei dois anos com alfabetização [fazendo um cálculo mental para saber que ano começou na escola], foi em 1991, talvez, que eu comecei na escola, por aí.

Eu fui diretora quando a Linda, minha filha, nasceu. Linda nasceu em 1997. Então, foi em 1997 e 1998 que eu fui diretora da Manuel Albino. Quando eu saí da direção, eu tive que ir em outra escola, que eu fui na Sete de Setembro. Acabei me afastando um certo período da escola, depois voltei em 2002, quando abriu vaga eu saí da Vila Rosa¹⁸ e voltei para a escola Manuel Albino. Eu me aposentei lá na escola, eu tenho que fazer um cálculo matemático [rimos]. Eu entrei em 1983, quando fiz 50 anos de idade eu me aposentei, foi em 2012, eu trabalhei um bom tempo na Manuel Albino.

No princípio, quando fui para a escola trabalhar eu era solteira, sozinha, eu ia em final de semana, eu ia em sábado, marcava para ir lá para me encontrar com os alunos. E eu combinava já durante a semana, aí depois que eu tive o meu parceiro, o Eduardo, ele também gostava dessa parte, desse trabalho que eu fazia, me apoiou bastante. Ele é que me estimulou até a ser a diretora. Eu disse “Puxa vida Eduardo, eu não me sinto uma pessoa que tem... Que dê coordenadas assim, ser diretora”. Aí, ele disse “Não, mas alguém vai ser a diretora. E se as pessoas estão querendo que tu seja, estão pedindo, é porque então estão acreditando no teu trabalho”. E ele disse “Nada é para sempre. Pode ser que, se der certo, se tu gostar, continua, depois qualquer coisa, né? Não precisa ficar para sempre”. Aí eu pensei “Ah, então essa é a minha contribuição, né? De diretora, porque o

¹⁷ Especialização em Educação Ambiental pela Universidade Castelo Branco no ano de 2009.

¹⁸ Comunidade onde está localizada a Escola Municipal de Ensino Fundamental Sete de Setembro, escola para qual os alunos do sexto ao nono ano da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho foram transferidos a partir do ano de 2022.

trabalho da direção é um olhar e o trabalho do professor é outro”. Tu estar na direção e querer que as professoras façam um trabalho é uma coisa, né? E tu estar na sala de aula, tu trabalha da tua forma. Aí, quando eu fui diretora, para mim, eu tentei fazer a comunidade participar, a comunidade ser mais independente também.

Então, entrando na família, meu esposo... Eu engravidei, tive o bebê e a minha filha conviveu também os primeiros anos com a comunidade e o meu esposo também. O meu esposo, no período em que fui diretora, para ajudar até as próprias finanças, como ele trabalha, tinha som, gostava muito da parte de som, ele botava o som para nossas festas da escola, tinha muitos eventos, a escola fazia muitos eventos festivos. A comunidade gostava, porque eram os eventos que existia na comunidade. A comunidade esperava muito da escola. A gente sempre organizava, até na hora de organizar os eventos a gente fazia reunião com a comunidade e tentava fazer com que as festas não coincidisse na mesma data. A gente fazia, olhava a agenda da comunidade e a agenda da escola pra marcar a data, porque muitos viviam do salário, recebiam no início do mês, “Óh, professora tem uma festa, a gente vai gastar na festa da comunidade, não vai ter dinheiro para gastar na da escola”. Então, a gente fazia conforme a comunidade, senão não dava certo o evento, não dava certo a nossa festa, porque a ideia era fazer para arrecadar fundos para manter a escola e aí as pessoas já tinham o gasto, então elas já davam o alerta. A gente ouvia muito a comunidade.

Eles ainda comentam muito dessas festas, tanto que eles dizem que sentem falta dessa parte da escola, escola e comunidade. Eles são pais agora. Eles olham para a gente e dizem “A professora, que saudades dos nossos eventos, das nossas festas. Era tão bom!”. Eles falam isso por quê? Porque hoje os alunos daquela época são os pais. Mas tudo dificulta também, até em relação ao professor. O professor, o tempo do professor, tem que trabalhar em várias escolas, isso dificulta também nessa parte de participar mais das coisas da comunidade.

O meu marido e a minha filha participavam das festas e dos eventos que ocorriam na escola, a gente sempre ia junto nas festas. E eles às vezes cuidavam da Linda, eles gostavam. O nome da minha filha é Linda e eles gostavam muito de brincar com ela. Eles me perguntam sobre ela até hoje. Eles perguntam “Como é que está a sua filha?”. As próprias mães da época e que hoje são avós. Teve alunos na última festa que eu fui, eles perguntam sobre o meu irmão que também deu aula lá, né? Então, perguntam “Ah, e como é que tá?”, eles “Bah, mas profe, não é a vovó ainda?

O professor Vicente¹⁹ não é vovô? E olha, vem cá, essa é minha netinha”. Eu digo “Ah, não acredito!”. Então, eles já são avós, né? É uma história familiar. Às vezes, eles chamam os filhos “Olha essa é a minha... Essa foi a professora”. Bem empolgados, sabe? Os filhos, sabe aquela coisa? “Ai pai, ai mãe”. Mas eles têm aquele carinho pela gente sempre.

A minha relação com a comunidade e com a escola, então, um histórico. Quando eu comecei lá na comunidade, eu vi que era uma realidade completamente diferente da que eu vivia. Aí eu pensei que eu tinha que buscar recursos, eu comecei a conviver com as famílias, eu ficava, eu ia na casa da tia Zilá, eu almoçava lá com ela e a gente compartilhava muitas coisas, porque eu tinha que aprender para eu saber como, né? E daí a gente começou a se aproximar mais, se tornar mais amiga das pessoas da comunidade. E aí, quando eu saí de lá, que eu me senti cativada, eu continuei com essa relação com eles. E sempre que eu precisava, eles estavam sempre dispostos. Se eu precisava que eles levassem, apresentassem algo, por exemplo, agora trabalho em Silveira Martins²⁰, eles sempre estão dispostos a colaborar, a passar aquilo e eles fazem lá também, né? Aquilo que eles aprenderam, eles vão repassar, que é importante para a comunidade deles, porque as pessoas veem como que é a realidade. Sentir outras comunidades, conhecer. Então, a minha relação se tornou de amizade, uma coisa de troca de conhecimento. Há algumas amizades que permanecem até hoje. Pedem ajuda para um apoio, quando elas querem falar sobre alguma tristeza, para eu estimulá-las, para não desanimar, porque às vezes é difícil lutar e se manter forte. E para contar de suas conquistas. E aí elas confiam como se eu fosse uma mãe, talvez, não sei, uma pessoa confiável. Seria mais ou menos isso.

Quando eu cheguei lá na escola e vi aquela comunidade assim que para mim, eu não tinha muito contato com pessoas negras, né? Quando eu cheguei lá eu estava com dificuldade de diferenciar até a fisionomia de cada um. Aí, eu pensei “eu tenho que fazer alguma coisa para ajudá-los”. Aí eu, por acaso vi no Jornal de Santa Maria uma fala sobre os afros, assinava a Pastoral do Negro e o Dilmar e a Claudete assinavam embaixo. Tentei me informar quem eram essas pessoas, porque pensei que poderia ser um elo para eu melhorar e para dizer algumas coisas para eles e tentar valorizá-los, porque eu sentia que a autoestima deles era baixa. Aí, eu me informei, localizei onde a Claudete morava e fui lá me apresentar, que eu estava trabalhando numa comunidade de

¹⁹ Vicente Dotto, formado em Educação Física – Licenciatura no ano de 1982 pela UFSM. Atuou na escola no cargo de professora no período de 1986 a 1993.

²⁰ Município sul-rio-grandense, localizado na região central do estado, distante 285 km da capital Porto Alegre e 55,5 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

negros, que não era quilombola, não era reconhecida ainda na época e que eu queria ajuda, queria ver se eles se dispunham a me ajudar, porque eu não estava sabendo como trabalhar. Então, eles se organizaram e montaram até uma equipe, o Dilmar e mais outras pessoas, e começaram a ir lá também. E eu ia, acompanhava eles. Aí eu passei na comunidade e disse “Óh, hoje de tarde vai vir umas pessoas. Queria que vocês fossem no centro comunitário, que vão falar sobre o negro”. Aí, eles bem assim “Mas sobre o negro? Sobre o negro, somos nós” eles diziam. Eu disse “É, mas vai vir umas pessoas aí de Santa Maria e querem conversar com vocês e tal”. Aí, foi, a gente foi montando um grupinho, mas isso até era extraclasse, porque não era coisa da escola, era uma coisa mais minha do que da escola. Porque na sala de aula eu até falava alguma coisinha, mas eu chamei eles para uma atividade fora, porque na escola, eu não sei, naquela época na escola ainda dava para fazer isso aí, mas foi fora da escola.

Então, esses primeiros contatos fui eu, Elisane, que era professora da escola, mas foi como ser humano que eu organizei e foi tipo um sábado de tarde. Foi uma atividade fora, eu chamei a comunidade e eu fui nas casas assim, circulei, disse assim “Vai vir umas pessoas de tarde conversar com vocês”. E a partir daí começou, né? Foi dessa forma que o Dilmar e a Claudete foram ensinar uns passos de dança e eles foram gostando, porque o corpo já está ali, o corpo se movimenta, pegavam umas coisas para bater já, né? Já vai mexendo e eles se identificaram muito, porque já eram os passos, eles têm também aí já a questão da religiosidade deles, tem um Centro de Umbanda, o terreiro. E aí foi evoluindo, passando para a dança.

Depois, aquilo ali foi até trazer para dentro da sala de aula. Eu ia na casa da tia Zilá, conversava com ela, sempre que dava eu almoçava com ela, e fui me aproximando da comunidade. A comunidade precisava de alguém que eles confiassem, né? E daí eles se identificaram um pouco e eu me identifiquei muito com eles também. Eles me diziam que eu era uma delas “A senhora é uma das nossas”. Eu entendia o que eles queriam dizer. O racismo estrutural, mesmo que as professoras no âmbito escolar, as colegas tentassem... o racismo estrutural, ele era sutil, né? A coisa acontecia e tinham certa dificuldade até para falar sobre o assunto.

Eu participo da comunidade assim, sempre que dá, que eu sou convidada e porque eu sei de algum evento, eu vou. A gente lamenta também, a nossa parceira, que era a tia Zilá²¹ e o tio Adélio²², eram pessoas bem presentes na comunidade e que tu não conseguiu talvez entrevistar ela,

²¹ Maria Zilá Carvalho.

²² Adélio Carvalho.

né? [devido ao seu falecimento] Pessoas que participaram bastante, eles eram líderes, participaram muito do CPM²³ da escola, bem atuante, ela sempre se fazia muito presente nesses ambientes. Nossa, muito! Ela sentia muita falta, sabe por quê? Ela dizia assim “Eu não sei ler, não sei escrever. Mas eu entendo, eu entendo vocês”. Ela dizia “Pode continuar falando que eu estou entendendo tudo”, ela era inteligente. Ela sabia essa parte humana das relações, uma pessoa bem comunitária.

E uma coisa que eu quero falar, por exemplo, essas pessoas: o Roberto Juliano²⁴, a Denise²⁵, a Fabiana²⁶. Essas meninas que moram e os meninos que moram na frente da escola, eles viveram a escola, eles viviam na escola [ênfase], não tinha aula, mas eles estavam lá de tarde, queriam fazer alguma coisinha e eles curtiam a escola, para eles a escola era a vida. Então, esse amor que eles têm pela educação é natural deles.

O Vicente tem muito carinho também pela escola, nessa festa que eu fui, ele dizia “Elisane, bah que eu não pude ir” e ele adora também, sempre, nossa! O mesmo carinho. Ele acabou saindo de lá, porque teve que dar aula no estado, mas é o mesmo, o mesmo carinho. E eles sempre perguntam pelo professor Vicente, né? Eles adoravam a Educação Física, adoravam Educação Física. Eles saíam jogar vôlei, corridas, fazer salto em distância, o Alaor²⁷, nas corridas ele tirava o primeiro lugar. Ele ficava sentido, porque podia ter ido mais adiante, né? Mas os limites, ficava só ali.

Sobre o cotidiano escolar, quando eu trabalhava lá, a gente saía, porque eu trabalhava com argila, às vezes também. Então, a gente ia até... Eles me diziam “profe, tem lá na beira da estrada que a gente vem, a gente tem um...” que daí eu expliquei como é que era argila para fazer os trabalhos. Claro, tudo inferior, numa qualidade escolar, né? Então, a gente ia, buscava, mas aí tinha até [ênfase] tempo para ir, para fazer isso aí, porque agora está tão apertadinho para poder fazer todas essas coisas. E a gente passeava, teve um período que a gente fez uma campanha também para fazer um murinho e canteiros para plantar flores na frente da escola, era um projeto de arrecadar material, que quem queria doar um tijolo, dois, qualquer quantidade de tijolinhos para a gente fazer aquele murinho que tem, não sei se ainda tem lá na frente [confirmo que ainda existe o

²³ Círculo de Pais e Mestres.

²⁴ Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa.

²⁵ Denise Maria Rodrigues Vieira, colaboradora nesta pesquisa.

²⁶ Fabiana Leonir Rosa, colaboradora dessa pesquisa.

²⁷ Alaor Luis dos Santos Rosa, cunhado da colaboradora Adriela de Souza Brito Rosa.

murinho]. Esse mesmo, para ter a grade de cima. A gente fez passeios, foi nas casas, recolhia o tijolinho e trazia, fizemos essa campanha.

Nós visitamos famílias também, teve um período que a gente fez pesquisas de culturas, né? Daí, a gente foi nas casas dos alemães, de quem era italiano, para falar. A gente fazia essa coisa, essas visitas, né? Conhecer e conhecer. A gente foi nas casas das famílias e fazia entrevistas, para não ficar específico só do negro, porque a comunidade é quilombola, mas tem algumas pessoas que são de origem alemã, né? Então, a gente foi nessas casas e fez a entrevista. Eu não sei se não fotografei, não filmei, não ficou alguma coisa filmada lá na escola também. Às vezes as coisas também se desfazem, né? Assim se perde. Foi feito isso para não ficar assim, porque daqui a pouco fica o inverso, né? Numa comunidade de italianos tem alguns negros e numa comunidade de negros tem alguns italianos e alemães que eles podem ficar, se sentir inferior, né? Então, pensando nessa forma, a gente fez essas visitas, e essas visitas foram feitas nas da comunidade ali também.

Nós fizemos um resgate fotográfico, nós fizemos passeios e tiramos fotos de pessoas que estavam lá, na hora que a gente passava, tinha uns lavando roupa no tanque, tinha pegando... Até estava olhando esses dias umas fotos, tinha uma socando no pilão, né? Nem sei se ainda fazem, não sei, não me lembro se era canjica que ela estava fazendo, ou era arroz mesmo. Acho que devia ser canjica, ela estava no pilão, socando. E essa pesquisa a gente fez fotográfica das pessoas conforme o que elas estavam fazendo no momento que nos encontrávamos. A gente tirava foto e chegando na escola, a gente tinha conseguido umas lâminas de madeira e a gente fez grande, painéis do tamanho natural da pessoa. Fizemos a pintura, os alunos fizeram a pintura a partir das fotos. A ideia era, além da pintura, colocar alguns elementos, tipo se tinha uma cerca, colocar em alto relevo algum material que se assemelhava com tela, colocava uma tela ali, botavam tecido, tornando um pouco em alto relevo. Eu nem fiquei com esse registro, acho. E não durou muito tempo, porque não é todo mundo que valoriza o trabalho. Poderia, de repente, estar até hoje lá. Se fosse... Aquilo ali não durou um ano, acho que muitas pessoas não gostam de ver coisas assim, né? Como se fosse uma coisa que está atrapalhando o espaço. Até tinha ficado no hall, embaixo daquela escada que sobe no segundo piso, ali naquele espaço que sobe para a biblioteca, era ali que a gente fez aquele trabalho. Mas foi muito bom aquele trabalho, aliás, todo mundo curtiu fazer, mas tudo é tempo, né? Tem que ter o tempo. E eu não me incomodava também se demorava tempo, porque eles gostaram de fazer esse trabalho. Eu acho que gostaram.

A gente também fez uma pesquisa sobre cabelos e tirava fotos do cabelo delas. Elas vinham com os cabelinhos, até isso, né? A beleza, elas foram melhorando, porque antes era um bombril, elas diziam que tinha um bombril na cabeça, cabelo ruim. Até essa parte estética eles foram melhorando, eles foram também se sentindo melhor e aí a arte entrava nisso aí. Eles vinham, eu dizia “Amanhã vocês vêm com o cabelo, ajeita o cabelo de vocês, dá uma...” aí eu tirava foto e eles pegavam aquela fotinho e trabalhava com alto relevo. Fiz aquela ideia de trança do cabelo, essas coisas, para elas se valorizarem e enxergar a beleza que tinham. Uns diziam “Ah, nem espelho eu tenho para me enxergar nesse momento”. Eu dizia “Tá bem bonito, tá bem bonito”.

Eu, como professora tinha liberdade. Mas é que eu mesmo acho que se não dessem a liberdade, eu insistiria na liberdade. Eu era meio... Eu ia atrás daquilo que eu acreditava. Eu estava fazendo o que achava, que considerava melhor. Eu vi que eu tenho ali uma dessas fotos, ainda. Não sei se eu tenho todas, mas eu posso olhar lá. Algumas dessas fotos eu separei porque um colega meu está fazendo uma pesquisa sobre a capoeira na comunidade, o João Carlos Trindade²⁸. Ele trabalhou na escola, foi vice-diretor. Então, é como eu falei para ele que a gente, que eu também estava lá no início da capoeira, e depois quando o Roberto Juliano começou a aprender um pouquinho, sabia um pouquinho da capoeira, o Fabiano²⁹ e o Dener³⁰ estavam junto, tem dois ou três de lá que eu convidei para irem na Escola em Santuário, na Ana Grigoletto³¹, que atualmente está fechada. Eles vieram aí para ensinar o básico. [Mostrou algumas fotos que havia separado que estavam sobre a mesa] Olha atrás, está a data [se referindo a foto que estou olhando, a data é de 1995]. Então, eu devo ter ido para a escola em 1991. A capoeira começou acho que em 1994, talvez, né? Para ele já em 1995, que foi quando tirei a foto, que eles foram na escola, mas não foi uma capoeira assim, o jogo todo. Eles ensinaram alguns movimentos, né? Para valorizar a cultura.

A questão da capoeira começou assim, eu estava na escola e eu vi um dia os alunos praticando capoeira, e eles falaram também que o João Horácio estava indo, me parece que no

²⁸ João Carlos Dias Trindade, formado no Curso de Educação Física – Licenciatura Plena no ano de 1988 pela Universidade Federal de Santa Maria, atuou na escola no cargo de professor de Educação Física no ano de 1993 e entre os anos de 2013 e entre os anos de 2013 e 2016, no cargo de vice-diretor no ano de 2014, 2017 e 2018 e no cargo de professor do Programa Mais Educação entre os anos de 2014 e 2016.

²⁹ Fabiano Mansueto Rosa, filho do colaborador Roberto Potácio Rosa, irmão da colaboradora Fabiana Leonir Rosa e irmão do colaborador Roberto Juliano da Silva Rosa.

³⁰ Dener José Rodrigues, irmão da colaboradora Denise Maria Rodrigues Vieira e primo do colaborador Roberto Juliano da Silva Rosa.

³¹ Escola Ana Grigoletto, localizada na zona rural de Restinga Sêca, distante 19,8 km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

período de férias ele ia na escola. Lá no espaço da quadra, ele ia treinar, fazer uns treinos e aí a comunidade foi, porque eles viviam a escola, como eu te disse que eles viviam na escola, eles terminavam o serviço de casa e iam para a quadra jogar bola, fazer qualquer coisa. E o João Horácio, uma pessoa que circulou por ali e acho que viu eles na quadra e achou que de repente a capoeira... Ele foi, levou uns instrumentos e começou. E eu vendo eles, como eu não sei, mas eu pensei “Eu tenho que ser no mínimo um elo de estímulo com alguém que estimule eles” e foi isso então. Eu marcava horário com eles, eu ia, eles treinavam do jeito deles, eu servia só para dar tipo uma organização, né? Porque eu não sabia capoeira, mas eu disse “Prestou bem atenção lá no que o seu Horácio explicou para vocês? Vamos, vocês vão...”. Para ter alguém responsável e aí que eu achei interessante e importante que eles fossem, um grupo na outra escola, também para apresentar.

Nesse período do cotidiano escolar na escola, tu até me fez lembrar, porque eu não era professora de matemática, mas tinha uns alunos que tinham dificuldade. Eu acho que se eu estou boa da memória, eu andei até dando umas explicadas da matemática para alguns alunos que tinham dificuldade lá na Manuel Albino, quando tinha umas folgas e eu estava na escola e podia dar uma auxiliada, auxiliava.

Minha relação com a matemática? Até que gosto um pouco da matemática. A matemática para mim, que eu alfabetizei, eu trabalhava muito com a parte concreta e lembrei até de uma situação quando eu alfabetizava, que como eu trabalhava com as coisas concretas assim, eram os objetos. Teve um dos alunos que me perguntou “Professora, que horas a gente vai começar a aula mesmo? A senhora não, não...” [Como quem não entendia que aquela atividade já envolvia a aula]. E eu disse “Mas a aula já começou”. Às vezes, a gente ficava um tempão por ali, fazendo, organizando o material concreto e todo mundo participando. Eu disse “Mas já começou”. “Ah, mas a mãe quer coisa escrita no caderno, a mãe quer coisa escrita”, ele respondeu. Tu imagina se chega em casa e não tem nada escrito, né? Então, como eu sempre tive essa coisa da arte, essa coisa do movimento, da participação, eu alfabetizava meio com arte. Às vezes, a gente programava uma aula e acontecia outra coisa. Lembro também um dia que apareceu uma pessoa alcoolizada no pátio e aí eu trouxe aquele assunto. E fui, na alfabetização, fui usando o vocabulário que tinha acontecido no momento. E com a matemática era assim também. Tentava integrar as coisas do dia a dia da comunidade. Trazia nos problemas nessa parte, mais nas séries iniciais, os problemas, coisas, objetos que eles usam, valores, a alimentação, se tem horta, essa coisa de ir na lavoura, mais do dia

deles, da rotina. Então, eu sempre buscava fazer essa relação entre comunidade, escola, cultura, história.

A comunidade vivia a escola, a escola era o elo da comunidade. A comunidade sempre que as professoras chamavam que tinha alguma coisa assim, que era importante o resgate da história, que envolvia eles contar como era a vida deles, eles iam. A frequência com que isso acontecia, até que era, assim frequente, conforme a necessidade da escola. Se chamava a pessoa para ir, sempre iam com boa vontade de falar. Chamavam também alguém de fora da comunidade, para eles verem que existia outros mundos, outras realidades, para eles enxergarem a dimensão, né?

Quando eu saí, ali em 2011, 2012, acho que ali a comunidade já tinha uma certa independência. A comunidade já conseguia se organizar, fazer eventos, promover eventos. E aí ela que convidava a escola para participar, que é o que acontece até hoje, né? A comunidade organiza, convida a escola para participar, já estava nessas ideias. O que era uma coisa boa, porque daí nas conquistas da comunidade já conseguiram a melhoria nas casas, melhoria da situação deles, né? Que foi uma coisa positiva, nesse lado, só que tem que cuidar para não deixar se afastar, a escola se afastar, perder também o objetivo dela. Mas eu vejo que a Denise e a Fabiana, que são professoras na escola hoje, elas buscam bastante isso aí, elas estão tentando resgatar essa relação, aquilo que elas consideravam importante, elas querem manter.

Se o local é quilombola, automaticamente a escola deveria ser. Eu não sei a percentagem de alunos, mas uns 80% dos alunos são afros, né? Então, se a escola for quilombola eu vejo que tudo será voltado para eles. Trará melhorias financeira, que é o que precisa, é o que eles precisam lá também nessa parte para valorizar, porque em certos momentos ter uma comunidade quilombola é benéfico, em outros ela não é valorizada. E só conversando com a comunidade tu já ouve, né? Eles dizem que não se sentem valorizados, dizem que têm ou teriam recursos para eles, mas eles não conseguem acessar. E a comunidade aí de São Miguel está lutando para que a escola seja voltada, tenha uma educação voltada para a população quilombola. Só na teoria não adianta, né? Eles teriam outros benefícios se fosse uma coisa legal, oficial.

[Comento sobre os livros destinados para a Educação Escolar Quilombola que encontrei na escola]. Então, às vezes a gente até olhava, porque tem algumas professoras que se engajam nesse trabalho. Daí, às vezes a gente se reunia com as colegas assim e dizia “Óh, material tem na escola, material tem. Tem bastante coisa para trabalhar”. A professora de história também dava uma olhada e dizia “Tem bastante coisa”. Então, por vezes o argumento de dizer que não tem material para

trabalhar era relativo, né? Nesses momentos precisa ter uma pessoa na Secretaria de Educação que dê esse elo de dizer “Óh, chegou o material, foi para a escola esse material, pra essa parte específica”. E quando chega na escola uma pessoa responsável também tem que dizer em dado momento “Gente, aqui tem o material, está disponível”. Era o que a Sonia³² fazia. Sonia era a colega que trabalhava na biblioteca. Eu achei ótimo quando as gurias³³, nossas ex-alunas começaram a fazer a graduação e entraram para a escola.

Um adendo aqui, lá na filha da tia Zilá, ali na casa da Deloci³⁴ e na casa do seu Potácio tinha uma biblioteca, biblioteca que o MEC mandava para as comunidades quilombolas. E que era onde a comunidade, se quisessem retirar livros, era aonde eles iam [comento que o pessoal da comunidade falava que retiravam da biblioteca da escola, que a escola permitia, que tinha uma professora que organizava tudo]. Isso! A biblioteca da escola sempre esteve à disposição também para a comunidade. Durante muitos anos a professora Sonia esteve responsável por ela e fazia um trabalho bem legal com os alunos.

Voltando a essa questão do reconhecimento, percebo hoje o quanto as professoras Denise e Fabiana lutam para manter a existência do grupo de dança. A dança começou desde noventa e poucos, que a Claudete, uma professora que fazia parte da Pastoral do Negro em Santa Maria, deu o início as primeiras motivações com o ensino da dança afro e fez o batizado das gurias.

Esse movimento de mudança de pensamento começa muito com a Constituição de 1988 e daí tinha a Pastoral do Negro e tinha também esses movimentos que não tinham envolvimento direto com pastoral. Na Pastoral do Negro era que o Dilmar³⁵ e a Claudete participavam, que foi o texto que eu vi no jornal da Pastoral do Negro, assinado pela Claudete e pelo Dilmar falando sobre essa temática e eu fui atrás, procurei endereço e contato e consegui conversar com eles sobre a escola e então eles começaram a desenvolver atividades na escola depois dessa conversa e convite. Só que a comunidade custou a se tornar independente. Foi aí que a família da Claudete e do Dilmar conversaram com a comunidade para se assumirem como negros. Nesta data, dos 100 anos de

³² Sonia Margareth da Silva Fontoura, formada em Filosofia (Licenciatura Plena) pela Universidade Federal de Santa Maria em 1986, também formada em Magistério, atuou na escola no ano de 1994 como professora da 1ª série, no ano de 1995 na supervisão, de 1996 a 1998 como professora, retornou a escola em 2001, onde ficou até o ano de 2007 como professora e de 2008 a 2019 ficou alocada na biblioteca.

³³ Se referindo as colaboradoras Denise Maria Rodrigues Vieira e Fabiana Leonir Rosa.

³⁴ Maria Deloci C. de Carvalho.

³⁵ Dilmar Luiz Lopes. Tese de Doutorado defendida no ano de 2013 intitulada "Rodas de Conversa" e Educação Escolar Quilombola: a arte do falar saber fazer - O Programa Brasil Quilombola em Restinga Sêca/RS. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8240260400072126>.

abolição da escravatura houve uma campanha para os negros se assumiram como tal. Havia bótons dizendo "negro é lindo", "não sou moreno, sou negro", os alunos começaram a usar esses bótons.

Na época começou a valorização com bóton, como eu disse antes, eles usavam bótons “O negro é lindo”, várias frases assim de autoestima e eles se sentiram assim, melhores, se identificando como negros, porque até então eles eram morenos, se chamava moreno, tanto que teve uma situação na escola que um aluno, como eu dizia que eles eram negros, eu afirmava também, como eles estavam se identificando, eu dizia que eles eram negros. Uma professora chamou um aluno de moreno e ele me chamou, chamou a professora e chamou eu e perguntou o que ele era, “Eu sou negro ou moreno professora?”. Eu disse “Tu é negro”, aí ele respondeu “Ah, viu óh professora, me chamou de moreno, não sou moreno, sou negro”. Então, foi um processo de ter a autoestima, né? Que foi eles assumindo que eram negros, não eram morenos, moreno, era uma forma... Sentiram que era para minimizar, né? Que eles não eram negros. E aí a gente só foi construindo a confiança e eles se identificando como negros.

E, o que eu queria dizer? Então, sobre a dança ali, uma coisa prática é que o município sente orgulho para mostrar publicamente a cultura quilombola, a beleza, mas o princípio da dança começou lá nesse 1992, 1993 e ainda não tem investimento. Seria muito importante investimento financeiro por parte do poder público para a manutenção deste trabalho no quilombo.

Quero destacar também que nos últimos anos a escola do quilombo perdeu o Ensino Fundamental, as séries finais, foi uma pena, pois os alunos que pertencem a comunidade têm que se deslocar para outra escola, a Sete de Setembro. Por que eles têm que ir lá? A comunidade não queria, se manifestou. Fizeram um abaixo assinado pedindo a manutenção, mas não conseguiram manter. Daí assim, negociar, colocar uma coisa para substituir a outra. A comunidade deveria ter o direito das duas coisas, continuar com o Ensino Fundamental completo e ter a creche. A creche não substitui. Então, para o poder público, eles acharam que convinha fazer uma creche. E aí, claro, a comunidade quer uma creche, precisa. As pessoas trabalham, saem de casa e de uma certa forma, agradou a alguns e outros... Só que no meu ponto de vista, uma coisa não substitui a outra, era para eles terem direito às duas coisas. Eu acompanhei essa batalha. A opinião da comunidade não foi levada em consideração pelos órgãos públicos, coisa que falaram que seria.

Esses alunos foram para a Sete de Setembro e não tinha professor. Por um bom período os alunos ficaram sem determinados professores, sem certas disciplinas. As mães foram lá, reclamaram e falaram “Ah, não tem professor de tais disciplinas” e nisso já tinha rolado alguns

meses e ainda não tinha professor. Ora, levar os alunos com a justificativa de que ia melhorar a qualidade da educação e não ter sequer professor para dar aula. Então, são justificativas que não se enquadram.

Esse movimento que havíamos tido na Manuel Albino de migrar as atividades da comunidade para dentro da escola foi gradual e sutil, foi acontecendo de uma forma natural, porque a coisa, ela foi transcendendo. A própria cobrança dos alunos e a cobrança da comunidade foi se estendendo para a sala de aula, porque daí a professora também trabalhava na sala de aula, outras professoras foram se engajando, séries iniciais fizeram esse trabalho de abraçar isso também, principalmente as séries iniciais. Depois foi se espalhando.

Eu também não conhecia a Umbanda, tive poucas experiências nessa religião, eu nunca participei de um evento deles. Até disseram que um dia iam me convidar, mas nunca participei. Fui em outros lugares, mas lá não. As pessoas têm a sua religião, a sua religiosidade e nem todos são da mesma, lá na comunidade mesmo é assim. É importante que tenha esse respeito, né? No grupo de dança as meninas apresentam também, tem uma certa coreografia que são dos orixás. É uma forma de mostrar religiosidade, mostrar de uma forma bonita, né? Que não é a forma preconceituosa que as pessoas às vezes têm, um olhar dessa religiosidade que não seja do bem. E elas hoje fazem esse trabalho que é muito bonito, quando elas falam sobre os orixás, trazendo de uma forma bela e saudável para o espírito das pessoas.

O Ensino Religioso na escola, teve um período, que tu me fez lembrar, até tinha esquecido, teve um período, acho que ia uma pessoa das duas religiões, uma da católica e uma da protestante, mas daí essa afro não existia [comento sobre as informações que o colaborador Juliano havia falado sobre as aulas dessa disciplina]. Só que eu não lembro assim, os alunos onde é que ficavam. Mas eles eram católicos. Todos. Eles eram católicos. Mas depois veio assim como que o Ensino Religioso ele era ecumênico, então, não tinha uma outra abordagem, voltada para outras religiões. Eu acho que esse período da turma separada foi por pouco tempo, não foi muito tempo.

Tinha essa questão de dizerem que a Umbanda não existia, que não era religião, que era coisa de saravá. E depois, mesmo com o Ensino Religioso ecumênico, as professoras tinham dificuldade de assimilar aquilo ali e aí não conseguiam transmitir. Então, elas preferiam não transmitir, né? Deixar de lado. Faltava esse conhecimento por parte das professoras. E é como eu te digo, é um preconceito e um preconceito que já vinha, vem e ainda continua esse preconceito.

Quando nós, professores, éramos chamados, contratados ou nomeados, nós sabíamos que era a comunidade negra, mas não sei, não tinha um tratamento diferenciado assim, sabe? A cobrança seria normal, era um padrão, padrão de... Você sabia que eles eram negros ou morenos, né? Talvez, no conceito que diziam na época, mas não tinha aquela diferenciação, em nenhum momento assim era falado. Pelo menos eu não estou lembrada de dizer “Ah, eles não são de origem alemã, não são de origem italiana. Então, é bom que se trabalhe conforme a realidade deles”. Assim, avaliando agora contigo, eu penso que cada professor dentro do seu ser, agia da sua forma, né?

Quando trabalhei no Barro Vermelho, também. Meu segundo ano de trabalho foi no Barro Vermelho e tinha várias pessoas negras naquela época, e eu não tinha muito conhecimento sobre o assunto. Mas mesmo assim, pela forma de eu ser, eu valorizava. Era uma escola municipal, a Alberto Shlessner, ela fechou, não sei se existe o prédio da escola ainda lá, mas é uma das escolas que fechou e que daí foi para a Vila Rosa, lá para a Sete de Setembro. E lembro, quando eu estava nessa escola que eu fiz só um pelotão, no desfile de Sete de Setembro, fiz um pelotão que era de negros e daí separou culturas. Eu lembro que até tem foto do desfile e um grupo era dos negros. Só que na época eram negros escravos, né? Daí na foto, no desfile, deles estão representando mais o negro escravo, eu caracterizei eles e não sei se eles não estão com uma correntinha na mão. Nesse período, era a isso que era remetido, a parte triste, que era para a... Princesa Isabel, né? Pensa. As pessoas aqui da comunidade mesmo diziam “Bah, mas a princesa Isabel era a nossa rainha”, era assim, parece que eu estou ouvindo elas dizerem “Pra nós a princesa Isabel era a nossa rainha. Então, a partir de hoje ela não é mais nossa rainha. Vamos botar o Zumbi, nosso rei”. Essa mudança de pensamento ocorreu depois das conversas realizadas com pessoas que eram trazidas pelo Dilmar e pela Claudete.

A gente chamou na escola, foi a Vera Almeida, ela tinha um livro *Negritude*, de Porto Alegre³⁶. Ela veio, acho que o Dilmar que conseguiu essas pessoas, a Vera Almeida, foi ela que falou sobre a princesa Isabel, sobre a abolição da escravatura. E eu lembro bem que foi a tia Zilá que disse isso que “Para nós, a princesa Isabel era a rainha, nossa rainha”. E aí que começaram a falar sobre o Zumbi e outras pessoas que lutaram pelos negros, né? Que a princesa Isabel, ela era uma pessoa que não lutou para a abolição. Foi uma consequência política ali, pela abolição da escravatura, digamos, é uma pessoa política, que teve um interesse político na época para fazer

³⁶ Capital do estado do Rio Grande do Sul, distante 258km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

essa abolição, que tinha interesses, outros interesses, que não eram interesses voltados para o negro, eram outros interesses que interessavam a outras pessoas. E essa mudança aconteceu nessa palestra, eles entenderam que era uma questão política a princesa Isabel estar ali sendo a “responsável” pela abolição da escravatura, eles tomaram consciência que ela era apenas uma figura para esconder quem realmente estava lutando pela liberdade dessas pessoas que não era mencionado, porque se dessem qualquer visibilidade ou voz para essas pessoas, veriam que não era a princesa Isabel. Foi nessa palestra que a Vera Almeida fez, que ela esclareceu essa parte política.

A Maria Rita Py³⁷, professora e escritora, também começou a frequentar a comunidade, ela é daqui de Santa Maria, tem vários livros escritos. Ela ia lá também falar sobre... Ela tem livro sobre, como é que é? [tentando lembrar o nome]. Acho que é “Os Problemas de Júnior³⁸”. Ela tem uns livros de literatura infantil e faz um trabalho aqui na UFSM com os negros. Ela é bem engajada, quando os negros começaram a entrar mais na universidade pelas cotas, ela começou a dar apoio para eles, porque eles também enfrentaram várias situações aqui dentro da universidade, e ela foi uma que começou a agregar e estimular. Ela abraçou essa causa, porque ela já tinha isso. Ela foi várias vezes na comunidade, depois parou, porque as pessoas fazem um trabalho e depois elas deixam a comunidade andar sozinha, né?

Essa foi a ideia quando eu comecei dizer “Óh, vamos criar na comunidade, daí vocês tendo uma associação, uma...” né? Que talvez a vez que eu falei sobre a associação, ela foi criada, mas menor, depois ela foi se estruturando melhor. No início, eu disse que eles precisavam, a comunidade, não depender da escola só, que a comunidade tinha que abraçar a escola, não depender que a escola fizesse alguma coisa. Isso foi em 1997, quando eu fui diretora, por ali, que a gente começou a organizar. Eu nem sei, acho que não tenho documento nenhum. Mas aí eu chamei a tia Zilá, seu Potácio, Maurício³⁹ e mais um grupo de pessoas que não estou lembrada os nomes, os mais engajados para ser os que dessem início, talvez até nem lembram. Depois que foi essa parte de oficializar, porque antes era uma coisa mais para a organização, uma comunidade, a gente chama, uma comunidade que é essa comunidade, esse grupo, se organizasse entre eles e não dependesse só da escola, porque percebi que a comunidade dependia da escola para muitas coisas,

³⁷ Maria Rita Py Dutra. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7260676979814390>.

³⁸ DUTRA, M. R. P. Os Problemas de Júnior. 3ª. ed. Santa Maria: Gráfica Multipress, 2015.

³⁹ Maurício Cavaleiro, na época referenciada pela professora Elisane, ele era morador da comunidade e pai de estudante da escola.

eles confiavam. Era uma comunidade que participava muito da escola e acreditava muito no professor.

É [prolongado] eu comecei a me preocupar porque nem todo mundo era que nem eu, que tinha esse olhar para valorizar a comunidade. E aí o que eu fiz? Eu chamei a comunidade e disse “Olha, eu sou diretora, amanhã não estou mais aqui de diretora. Talvez eu não esteja mais como professora e fica difícil. Vocês vão continuar sempre assim? Nessa dificuldade de conquistas? E vamos ver uma forma de criar uma associação. Vamos ver uma forma de vocês se organizarem e para poder não só esperar da escola, vocês poder lutar”.

A tia Zilá até, na época, completando um pouco, ela me procurou para criar o... Era o Mobral, não sei que nome surgiu, se era Mobral mesmo o programa para alfabetizar. Aconteceram algumas aulas na escola Manuel Albino para ela se alfabetizar. Ela queria muito saber ler e escrever. Às vezes, até confundo se era a época que eu era diretora, mas enfim a gente conseguiu ali, porque ela me procurava para conseguir alguma coisa. Quem deu a aula no Mobral foi a Rosimere dos Santos Vargas. Ela foi professora da escola e se prontificou a ir. Eu acho que aquelas aulas não foram uma coisa assim oficial [ênfase]. Não teve uma coisa oficial, assim, documento. Foi mesmo o que a comunidade queria e daí deram aquelas aulas para alfabetizar, para as pessoas saberem ler e escrever.

A minha posição no mundo? Pergunta difícil [ri]. O mundo mudou muita coisa, né? Até o próprio recurso do celular e ele entrou em todos os lugares, inclusive se falar lá no quilombo também entrou, então a gente estava conversando, os pais estavam desabafando que estava difícil, mas eles não são diferentes dos outros. Em qualquer lugar que tu vai, em qualquer escola que tu vai, esse recurso é complicado na família e no ambiente escolar. O mundo tem várias conquistas e muitas conquistas elas foram para o bem e como tudo, têm para o mal também. A globalização foi uma coisa positiva e ao mesmo tempo ela diluiu outras coisas, né? E questionar, a pessoa não quer viver eternamente daquele jeito aí, se as coisas vão mudando e melhorando um pouquinho para eu poder viver melhor, por que é que eu vou viver carregando lenha na cabeça? Por que vou carregar a água na cabeça se me estraga a coluna, né? [Se referindo a época que começou na escola e via as pessoas fazendo as coisas dessa forma]. O mundo está em constante transformação.

As pessoas acabam de uma certa forma, um pouco mais egoístas, pensando no seu eu. As lutas são mais individualizadas no grupo, é cada classe lutando por seu espaço. É cada ser disputando seu eu. E aí dificulta, porque quando a gente trabalha junto e a gente se solidariza uma

com a outra, tem a cumplicidade das coisas, aí tu não entra em depressão, não fica na solidão, tu não fica isolada.

Penso também que a minha verdade é bem complicada, a verdade do eu. É complicado quando tu expõe para outras pessoas a tua verdade, porque tu se expõe e dá ao outro ser, que está cheio de vontade que a tua verdade te caia, né? Então, a luta individual de pessoa também está bem complicada, porque as pessoas ficam sufocadas e não conseguem falar de si, que é uma necessidade falar de si, tanto nós adultos, idosos, crianças, adolescentes é... Confiar nas pessoas, a confiança. Tudo está tão difícil. Parece que o mal está se abrindo demais assim. Mas as pessoas não estão vendo como um certo mal, o mal está ficando muito naturalizado. Então, tu já não sabe muito o que é certo, o que é errado. Tu não fala muito sobre ti. Tu não vai falar muito do que tu vai fazer. Então, o eu está ficando sufocado.

Sobre o mundo, se os seus eus se fecham nos seus eus, o mundo dificulta. Pensando no todo se nós não pensarmos em nós, no eu, tu, nós, vós, todos os pronomes pessoais, acho que está precisando disso no momento, pensar em todos os pronomes pessoais. Então, por isso que eu estou aqui falando contigo para dividir um pouco a minha existência, do meu eu. Ontem estava vendo uma mensagem que eram os retalhos. A pessoa estava vestida, o vestido dela todo colorido cheio de retalhos, e eu me formo com o retalho de cada pessoa que participa da minha vida. Então, o retalho, ele vai me construindo, né? Que o meu retalho colabore para a sua construção e para as pessoas que precisam. E o teu retalho, para mim também, vai ser uma construção, obrigado por ter me procurado. [Agradeço a participação e comento sobre as lembranças que as pessoas compartilharam comigo sobre o período em que ela estava na escola e na comunidade]. Obrigada. É bom ouvir, porque a gente não ouve, é bom saber que de alguma forma eu fui importante para eles, que eu contribuí em algo.

Tem uma coisa assim que gratifica, que a gente fala com muito orgulho é que, pensa bem, educação é uma coisa muito lenta, tu vai ver o resultado anos depois, se foi positivo ou negativo, daí já foi, né? A minha filha tem 26 anos. Então, pensando, a gente educa, educa, educa, o resultado vem depois se deu certo. Olhando lá para a comunidade, eu fico muito feliz de ver que as gurias e a comunidade estão andando e que eu plantei uma sementinha lá. Uma coisa, às vezes, que até eu curti de fazer, aquilo ali que me fazia bem, que foi uma coisa positiva, uma coisa que deu resultado e isso é uma coisa que gratifica a gente. Que a educação é tão complicada, tão lenta, que às vezes ela se perde no meio do caminho. Acho tão legal as gurias estarem lá, batalhando para aquilo ali.

Com essa conversa eu acabei entrando no túnel do tempo, mas é bom falar, bom, para a gente se sentir útil, porque chega um tempo que a gente acha que está cansada, que não rende mais, que não produz, né? Aí quando olha para trás, vê que fez algumas coisas. Mas eu ainda sou professora, faço 41 anos de profissão. Quem sabe eu me empolgo um pouquinho e faço um pouco mais?

5.7.2 Referências

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 17 set.2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 17 set. 2024.

DUTRA, M. R. P. **Os Problemas de Júnior**. 3ª. ed. Santa Maria: Gráfica Multipress, 2015.

QUADROS, C. de. Brizoletas: a ação do governo de Leonel Brizola na educação pública do Rio Grande do Sul (1959-1963). **Revista Teias**, Rio de Janeiro, a. 2, nº 3, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23870/16843>. Acesso em: 14 fev. 2024.

RESTINGA SÊCA. **Decreto nº 51/2023**. Altera a designação de estabelecimento de ensino do Município de Restinga Sêca. Restinga Sêca: Prefeitura Municipal de Restinga Sêca, 2023.



*Vamos compreender por colonização
todos os processos etnocêntricos
de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até
de substituição de uma cultura pela outra,
independentemente do território físico geográfico em que
essa cultura se encontra.*

*É vamos compreender por contra colonização
todos os processos de resistência e de luta em defesa
dos territórios dos povos contra colonizadores, os
símbolos, as significações e os modos de vida praticados
nesses territórios.
(Nego Bispo)¹*

¹ SANTOS, A. B. dos. *Colonização, Quilombos: modos e significações*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

6 COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO SÃO MIGUEL: UM CAUSO SOBRE TERRITÓRIO, RESISTÊNCIA, RESILIÊNCIA E PERTENCIMENTO

Parada aqui, estou lembrando de quando “conheci”, ou no caso, de quando soube da existência de uma, aliás uma não, de duas comunidades quilombolas no município de Restinga Sêca, vizinho a Santa Maria, onde eu morava e fazia a graduação em Matemática na UFSM¹. Isso foi lá em 2017, já faz um tempinho, mas ao mesmo tempo tudo parece que foi tão recente. Talvez seja porque segui os estudos, graduação, mestrado e doutorado na sequência, sem me afastar dessa temática ou pode ser porque teve uma pandemia, aí no meio, e bagunçou um pouco a nossa percepção sobre o tempo, mas enfim... parece que foi ontem. E um adendo aqui: em 2019 soube que na verdade eram três comunidades.

Mas antes de continuar, se eu te perguntar, leitora ou leitor, se em algum momento da tua vida tu já ouviu falar sobre quilombo ou estudou o que era quilombo, qual será a tua resposta? Que sim, estudou na escola, viu falar algo na TV, coisas do tipo, ao menos eu acredito que essa vai ser a resposta da maioria das pessoas. Agora, se eu perguntar se tu se interessou em buscar por conta própria mais informações sobre os quilombos no Brasil e, conseqüentemente, sobre as comunidades quilombolas, o que tu me diria?

Bem, eu me recordo de quando bem pequena – deveria estar nos anos iniciais do Ensino Fundamental – ir à biblioteca da minha escola e pegar um livro sobre Zumbi dos Palmares, uma vaga lembrança. Depois disso, me lembro de fazer esse movimento somente na graduação, mas claro, também me lembro de estudar algo na escola, ver algo passar na TV, principalmente próximo ao dia 20 de novembro² e sobre Zumbi dos Palmares. Mas dizer que fui buscar informações porque eu queria saber mais e sozinha, foi só nesse episódio em específico do Ensino Fundamental mesmo, e anos depois, muitos anos depois, ao final da graduação, no ano de 2017, depois de uma aula em uma disciplina complementar da graduação³ sobre modalidades educativas⁴, em que foi comentado sobre a Educação Escolar Quilombola. Alguma ficha minha caiu⁵ naquele momento: eu não sabia praticamente nada sobre o assunto e isso me causou uma certa indignação. Por que eu nunca tinha

¹ Universidade Federal de Santa Maria.

² Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011. Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra (Brasil, 2011).

³ No Curso de Matemática Licenciatura há uma carga horária destinada para fazer disciplinas que não são obrigatórias, essas disciplinas são chamadas de Disciplinas Complementares de Graduação (DCGs).

⁴ Políticas Públicas e Gestão das Modalidades Educativas.

⁵ Cair a ficha: perceber algo repentinamente.

pesquisado mais sobre o assunto? Por que na escola isso só era visto em história e próximo à data de 20 de novembro e de forma tão superficial e repetitiva ao longo dos anos? Por que na graduação isso nunca foi falado, tive que fazer uma disciplina não obrigatória para saber da existência de tais fatos? Como, em quatro anos, num curso para a formação de professores, num lugar onde ao redor viviam várias comunidades quilombolas, isso não era abordado? Eram tantos porquês na minha cabeça naquele momento.

Quando dividi essa minha indignação com pessoas que eu convivia de alguma forma, grupos de pessoas que frequentavam a universidade e grupos de pessoas que não estavam inseridas nesse contexto, ouvi respostas semelhantes que se resumiam a: *ah, mas é uma graduação em Matemática, não em História*. Essas falas me deixaram ainda mais incomodada com a situação. Foi então que resolvi fazer o meu Trabalho de Conclusão de Curso sobre o ensino de matemática em escolas quilombolas, e foi nesse trabalho que conheci a Comunidade Quilombola São Miguel, em Restinga Sêca, no Rio Grande do Sul.

Durante o mestrado pude aprofundar os estudos sobre a história de resiliência e resistência da comunidade quilombola brasileira, presente em várias regiões do Brasil. Aprendi quão diversa e inclusiva ela é, aprendi como os quilombolas enfrentaram e continuam enfrentando vários desafios impostos pela sociedade e como conseguiram preservar sua cultura ao longo dos séculos.

Por tais características, antes de contar a história da comunidade São Miguel, penso que faz sentido começar contando, mesmo que brevemente, de onde vem essa palavra quilombo e como foram formados os quilombos no Brasil, porque existem diferentes formas e não só aquela conhecida forma de fuga-resistência que tem o seu quilombo mais conhecido: o de Zumbi dos Palmares.

No artigo *Origem e histórico do quilombo na África*⁶, Kabengele⁷ traz de forma concisa um pouco sobre essa história e faz ligações com o quilombo brasileiro (ou com um dos modelos de formação de quilombos brasileiros, pois como logo contarei, no Brasil, os quilombos tiveram diferentes modos de constituição). Então, como fala o professor Kabengele, quilombo é a forma aportuguesada da palavra kilombo, que é *originária dos povos de línguas bantu. Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram*

⁶ (Munanga, 1996).

⁷ Kabengele Munanga é um antropólogo e professor brasileiro-congolês. Possui graduação em Antropologia Social e Cultural pela Universidade Oficial do Congo (1964-1969) e Doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7127393102182978>.

*trazidos e escravizados nesta terra. Trata-se dos grupos lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala, etc., cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire*⁸ (atual República Democrática do Congo). O quilombo, visto como uma instituição sociopolítica e militar na África é resultado de uma *história de conflitos pelo poder, de cisão dos grupos, de migrações em busca de novos territórios e de alianças políticas entre grupos alheios*⁹, grupos esses que acabei de mencionar.

Além disso, Kabengele traz uma visão de um quilombo africano que passou por um processo e amadurecimento, e com esse processo *tornou-se uma instituição política e militar transétnica, centralizada, formada por sujeitos masculinos submetidos a um ritual de iniciação. A iniciação, além de conferir-lhes forças específicas e qualidades de grandes guerreiros, tinha a função de unificá-los e integrá-los ritualmente, tendo em vista que foram recrutados das linhagens estrangeiras ao grupo de origem. Como instituição centralizada, o quilombo era liderado por um guerreiro entre guerreiros, um chefe intransigente dentro da rigidez da disciplina militar*¹⁰.

Entendo aqui, que é com esse modelo de quilombo amadurecido que Kabengele faz um tipo de relação com os quilombos brasileiros, mais especificamente com o quilombo de Palmares, ou com esse formato de constituição de quilombo, pois ele comenta que *pelo conteúdo, o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos. Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não-povoados, geralmente de acesso difícil. Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos), prefigurando um modelo de democracia plurirracial que o Brasil ainda está a buscar*¹¹.

Alfredo Wagner Berno de Almeida¹² conta sobre outras formas de constituição de quilombos no Brasil, além do formato fuga-resistência, como descrito por Kabengele, e acredito ser importante comentar que mesmo nesses outros formatos de constituição, o quilombo nunca

⁸ (Munanga, 1996, p. 58).

⁹ (Munanga, 1996, p. 58).

¹⁰ (Munanga, 1996, p. 63).

¹¹ (Munanga, 1996, p. 63).

¹² Alfredo Wagner Berno de Almeida possui mestrado em Antropologia Social (1978) e doutorado (1993), também em Antropologia, pelo PPGAS-Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1596401343987246>.

deixou de ser resistência. Então, há casos de formação de quilombos em que ocorreu a compra de terras por pessoas escravizadas ou famílias de pessoas escravizadas alforriadas, terras que foram adquiridas por meio de troca, mas que não foram registradas naquele momento e quando os herdeiros buscaram a oficialização dessas terras encontraram dificuldades para realizar os registros das mesmas e formalizá-las como suas.

Há casos em que os proprietários acabaram falindo e essas terras foram doadas para as pessoas que ali eram escravizadas e outros em que essas pessoas acabaram ocupando essas terras que foram abandonadas. E segundo o Decreto 4.887, as comunidades remanescentes de quilombos são *grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida*¹³.

No Brasil, existe uma Fundação, chamada Fundação Cultural Palmares (FCP) e ela é responsável por inscrever as comunidades quilombolas em um cadastro geral e emitir as certidões dessas comunidades¹⁴. Com base nos dados fornecidos pela Fundação Cultural Palmares no Brasil há um total de 3.752 comunidades remanescentes de quilombos identificadas, das quais, até o momento, apenas 3.056 estão certificadas. O maior número está localizado na Região Nordeste com 2.347 comunidades, seguida da Região Sudeste com 647, Região Norte com 382, Região Sul com 205 e, por fim, a Região Centro-Oeste com um total de 171 comunidades quilombolas identificados pela FCP¹⁵.

Então, como sabemos, a Região Sul é composta por apenas três estados e do total de 205 comunidades quilombolas, apenas 19 estão no território do estado de Santa Catarina, 40 no estado do Paraná e o restante, um total de 146 no Rio Grande do Sul, todas já certificadas pela Fundação¹⁶. No município de Restinga Sêca há três comunidades: Rincão dos Martimianos; São Miguel; Vó Fermina e Vó Maria Eulina, esta também conhecida como Barro Vermelho. A comunidade que quero falar um pouco mais sobre, por ser tema de minha pesquisa de doutorado, é a de São Miguel,

¹³ DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Brasil, 2003).Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm.

¹⁴ (Brasil, 2003).

¹⁵ Fundação Cultural Palmares, 2024.

¹⁶ Fundação Cultural Palmares, 2024.

que foi formada seguindo o modelo de compra de terras por pessoas escravizadas e suas famílias quando já alforriadas.

O processo para a certificação da Comunidade Remanescente de Quilombo São Miguel foi aberto na Fundação Cultural Palmares em janeiro de 2003 e a comunidade recebeu a certificação em junho do ano seguinte¹⁷. Mas apesar do processo ser aberto apenas em 2003, podemos dizer que seu início foi em julho de 2001, quando a União Federal, por meio da *Fundação Cultural Palmares e da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Ação Social do Rio Grande do Sul celebraram um convênio*¹⁸ cujo objeto se definiu como a identificação, o reconhecimento, a delimitação territorial, o levantamento cartorial e a demarcação com vistas à titulação e ao registro do título em cartório de registro de imóveis das seguintes comunidades remanescentes de quilombos: *Arvinha no município de Coxilha, Mormaça no município de Sertão, São Miguel no município de Restinga Seca, Rincão dos Martimianos também no município de Restinga Seca, Morro Alto no município de Maquiné e Casca no município de Mostardas*¹⁹.

Para que esse convênio saísse do papel e fosse efetivado, em 2001, foi realizado o primeiro Seminário de formação de voluntários para uma atuação junto às demandas das comunidades remanescentes de quilombos no Rio Grande do Sul. Nesse seminário foram recrutadas pessoas para atuarem no problema social denominado “questão dos remanescentes de quilombos”; e teriam a função de mediadoras entre comunidades quilombolas e governo do Estado. Essas pessoas eram um grupo de pesquisadores ligados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e foram as responsáveis pela elaboração dos laudos antropológicos das cinco comunidades que mencionei²⁰.

Mas, como disse anteriormente, a Fundação Cultural Palmares é responsável apenas pela identificação e certificação dessas comunidades. Há um outro órgão, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, conhecido por INCRA, que realiza o processo de identificação, delimitação, demarcação e titulação das terras dessas comunidades, isso também é definido pelo Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003²¹. Porém, já vimos que há um número expressivo de

¹⁷ Fundação Cultural Palmares, 2024.

¹⁸ A partir desse convênio foram elaborados relatórios técnicos, também chamados de laudos para os processos de titulação dessas comunidades e em específico sobre a Comunidade de São Miguel e Rincão dos Martimianos, laudos esses que deram origem a um livro denominado “São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais”, organizado por José Carlos Gomes dos Anjos e Sérgio Baptista da Silva.

¹⁹ (Anjos, 2004b, p. 13-14). José Carlos Gomes dos Anjos, um dos organizadores do livro “São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais”. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8743307347624567>.

²⁰ (Anjos, 2014b).

²¹ (Brasil, 2003).

comunidades quilombolas no Brasil que ainda não possuem certificação pela FCP e que o número daquelas que já passaram pelo processo no INCRA e tiveram suas terras demarcadas e tituladas é muito pequeno, pois esse é um processo ainda mais longo e burocrático.

A Comunidade de São Miguel abriu o processo número 54220.000257/2005-19 no INCRA, em 2005, e teve reconhecida a área de 127,0543 hectares, pela Portaria nº 258, de 19 de outubro de 2007²². Porém, pelo Decreto de 20 de novembro de 2009²³, está declarada a desapropriação dos imóveis abrangidos pelo território quilombola da Comunidade da São Miguel, mas a comunidade ainda não teve esse território demarcado e, conseqüentemente, a sua titulação, pois há ações de revogação dessa decisão, deixando o processo ainda em aberto.

Quando realizei a entrevista com seu Potácio ele comentou sobre a certificação da comunidade pela Fundação Cultural Palmares e os estudos socioantropológicos e laudo sobre a extensão do território. E nessa conversa, ele fala sobre quando recebeu o decreto de desapropriação da área do quilombo e que isto ainda está em litígio, pois como ele conta a resistência em reconhecer a comunidade é muito grande.

Seu Potácio enfatiza que o município – mais especificamente, as gestões do município – tem conhecimento sobre a existência da comunidade, pois como ele comenta, tudo que diz respeito aos municípios e sai no Diário Oficial da União é enviado aos municípios, ou seja, as pessoas ali têm conhecimento disso, mas mesmo com essas informações, negam a existência da comunidade.

Quando fala do reconhecimento das terras pertencentes à comunidade, seu Potácio diz entender a luta das pessoas que reivindicam as terras, se referindo ao processo, pois entendem ser deles no momento, mas ele enfatiza que a comunidade não está cobrando dessas pessoas, mas do Estado, pois *o Estado reconheceu que, de fato, procede o pleito da comunidade de São Miguel na sua reivindicação, conforme o pedido, para obter o reconhecimento do território, isso procede. Nós [a comunidade] não estamos aqui em discussão. O que está em discussão é o direito. Se a Constituição preconiza esse direito para a comunidade, se está facultado na Constituição ou não.*

²² Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Portaria nº 258, de 19 de outubro de 2007 (Brasol, 2007). Disponível em: https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2017/04/P_SaoMiguelRS2007.pdf.

²³ DECRETO DE 20 DE NOVEMBRO DE 2009. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis abrangidos pelo "Território Quilombola Comunidade São Miguel", situado no Município de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul (Brasil, 2009). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/2009/decreto-47409-20-novembro-2009-593375-publicacaooriginal-118018-pe.html>.

*Se não tiver é uma outra causa. Agora, se tiver, é o direito que é a Constituição. O Estado e os municípios têm que cumprir essa prerrogativa constitucional, simplesmente é isso*²⁴.

O processo de constituição da Comunidade Quilombola São Miguel

Contando agora um pouco da história da constituição comunidade quilombola São Miguel... A história da comunidade, que era chamada de Picada do Canto dos Paus na sua constituição e, anos depois São Miguel dos Pretos, começa quando Restinga Sêca ainda não era emancipada e fazia parte de Cachoeira do Sul, uma localidade do 4º distrito chamada Vacacaí Mirim. O município teve sua origem baseada em dois pontos principais, a doação de sesmarias e a construção da estrada de ferro Porto Alegre-Uruguaiana, em 1885, cuja emancipação ocorreu no dia 25 de março de 1959²⁵.

José Carlos dos Anjos conta que *a localidade, ocupada pelos ex-escravos, era uma brecha na fronteira de duas grandes sesmarias, domínios das, outrora, duas grandes famílias da região: a família Martins Pinto e sua opositora melhor sucedida, a família Carvalho Bernardes*²⁶. *Trata-se de um território que se constituiu como única possibilidade de viver em liberdade no contexto de uma sociedade que, mesmo após a abolição formal da escravidão, mantinha os negros na mais absoluta miséria e reinventava dispositivos para manter a força de trabalho negra aprisionada*²⁷. A comunidade surge em um período que estava ocorrendo o processo de desintegração do sistema escravista, ao final do século XIX.

²⁴ Roberto Potácio Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e Presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

²⁵ (Restinga Sêca, 2024).

²⁶ (Anjos, 2004a, p. 33).

²⁷ (Anjos, 2004a, p. 33).

Figura 18 – Mapa da localização do território de São Miguel



Fonte: Anjos; Almeida; Silva, 2004, p. 50.

Essa questão do nome da Comunidade Quilombola São Miguel, que antigamente era chamada de São Miguel dos Pretos, me faz lembrar da entrevista com Roberto Juliano da Silva Rosa, onde ele comenta sobre um episódio que passou: ele chegou na prefeitura e disse bem assim “Eu moro no...” e já dizem “São Miguel dos Pretos”, aí eu digo “Não, não, Quilombo de São Miguel” e eles seguem “Não, não, não, não pode”, respondo “Oh, oh, oh, eu me reconheço assim, Quilombo de São Miguel, ponto. [...] É isso, eu me autodeclaro quilombola, então eu sou quilombola, “Bota aí, Roberto Juliano, endereço São Miguel Quilombo”, “Não, São Miguel dos Pretos”, “Não, São Miguel Quilombo [ênfase], resistência”²⁸.

²⁸ Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e criador do grupo de capoeira “Grupo Paranaúê Rei Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, página 239 desta tese.

Como falei agora pouco, quando conversei com seu Potácio ele contou sobre a resistência do município, no caso, a gestão do município em reconhecer a existência da comunidade quilombola São Miguel na ocasião do decreto de desapropriação das terras pertencentes a essa comunidade. Mas isso não ocorreu apenas nesta ocasião, me recordo até seu Potácio contando sobre o episódio em que Gaudêncio²⁹, prefeito, na época, da cidade de Restinga Sêca, vai até uma rádio do município e nega a existência da comunidade, nessa conversa seu Potácio lembra que essa fala pesa nas decisões que são tomadas até a atualidade³⁰. E essa negação não fica restrita ao órgão prefeitura – nos seus mais diferentes setores; pois, quando conversei com seu Potácio e Fabiana³¹, eles contam sobre historiadores da cidade que defendem que a história do Brasil é uma história italiana, alemã, portuguesa, enfim, branca. Falam sobre famílias e pessoas que estavam aliadas à prefeitura nessa negação da existência da Comunidade Quilombola São Miguel. Juliano³² comenta até sobre uma emissora de rádio do município. Então, é possível perceber que essa negação está disseminada pelos mais diferentes setores da sociedade, tanto que seu Potácio afirma que existe *um preconceito, um racismo estruturante institucionalizado no município de Restinga Sêca contra a comunidade de São Miguel, e para não dizer para a comunidade negra como um todo que não percebe o tamanho do olhar racista que é o nosso município de Restinga Sêca. Infelizmente, a gente tem que abrir o verbo e falar dessa realidade, porque nós vivenciamos isso no nosso cotidiano, no nosso dia a dia*³³. E pensar que já se passaram mais de vinte anos que a comunidade passou a ser denominada como Comunidade Quilombola São Miguel.

Essa fala do seu Potácio em que ele menciona um racismo estruturante me remete ao livro *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* de Grada Kilomba, onde ela diz o seguinte sobre o racismo estrutural: *o racismo é revelado em um nível estrutural, pois pessoas negras e People of Color estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Estruturas oficiais*

²⁹ Prefeito Gaudêncio da Costa e vice-prefeito José Borges Mohr Filho, mandato 2001-2004.

³⁰ Roberto Potácio Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e Presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

³¹ Fabiana Leonir Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel e líder do grupo de dança afro “Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

³² Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e criador do grupo de capoeira “Grupo Paranaú Rei Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

³³ Roberto Potácio Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e Presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, página 294 desta tese.

*operam de uma maneira que privilegia manifestamente seus sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos em racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes*³⁴.

No entanto, além desse tipo de racismo, as falas de seu Potácio e Juliano evidenciam outro tipo de racismo presente na sociedade, o racismo institucional. Essa mesma autora, Grada Kilomba³⁵, diz que *como o termo “instituição” implica, o racismo institucional enfatiza que o racismo não é apenas um fenômeno ideológico, mas também institucionalizado. O termo se refere a um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas tais como em sistemas e agendas educativas, mercados de trabalho, justiça criminal, etc. O racismo institucional opera de tal forma que coloca os sujeitos brancos em clara vantagem em relação a outros grupos racializados*³⁶.

Nesse vai e vem de coisas que vou lembrando enquanto conto esse caso, deixa eu voltar para a história de constituição da comunidade, assim José Carlos Gomes Dos Anjos conta que no ano de 1892 Geraldo de Carvalho oficializa a posse de quarenta e oito hectares de terra, na localidade de São Miguel. Geraldo nascido no ano de 1838 na sesmaria da família Martins Pinto e escravizado por esta família, por volta de 1850 briga com o seu senhor, foge e abriga-se próximo as terras da sesmaria da família Carvalho Bernardes, após um período ele aparece no inventário de 1867 como escravo de José Carvalho Bernardes.

Ismael Cavalheiro, sobrinho de Geraldo, filho da sua irmã Amélia, também escravizada, compra grandes extensões de terras vizinhas às terras de seu tio³⁷. *Ismael Cavalheiro é, na pós-abolição, uma espécie de escudeiro do principal senhor da região, o que lhe permite forjar um capital de relações junto às elites locais, fazer posse de terras e legitimar a apropriação escriturando como aquisição através de compra*³⁸. Nas histórias contadas pela comunidade, Ismael era “capelão”, além de ser o guarda-costas de Levindo Carvalho, filho de José Carvalho Bernardes. Essa ligação direta com o senhor branco lhe permitia vantagens, pois é ele quem negocia, compra e vende para as pessoas da comunidade os maiores pedaços de terra.

É importante ressaltar que as famílias de Geraldo e Ismael já vinham fazendo uso dessas terras décadas antes da sua oficialização, pois, como comentei, a comunidade surge em um período que o sistema escravista estava sendo desmembrado, conseqüentemente algumas famílias que

³⁴ (Kilomba, 2019, p. 77).

³⁵ Grada Kilomba é uma artista interdisciplinar, escritora e teórica, com raízes em Angola e São Tomé e Príncipe, nascida em Lisboa, onde estudou psicologia e psicanálise (Kilomba, 2019).

³⁶ (Kilomba, 2019, p. 77 - 78).

³⁷ (Anjos, 2004a).

³⁸ (Anjos, 2004a, p. 35).

faziam uso desse sistema vinham sofrendo com isso, nesse caso, a família Martins Pinto estava perdendo poder, falindo.

Em 1898, Belmiro Geraldo de Carvalho compra de Vicente Ferreira dos Passos meio lote de terras de colônia. Nércio Belmiro Carvalho, filho de Geraldo de Carvalho, compra de Ismael Jorge Cavalheiro 12.100m² em 1915, confrontando a norte com as terras de Belmiro Geraldo de Carvalho, a sul com as terras do próprio Ismael Cavalheiro, a leste com as terras de Germano Herhardt e a oeste ainda com as terras de seu pai, Belmiro Geraldo de Carvalho. Em 1920, Belmiro Geraldo Carvalho compra, do tenente-coronel Paulo Magnun Helberg, 227.466 m² de terras conjuntamente com seu irmão, Nércio Belmiro. Ainda em 1920, Nércio Belmiro Carvalho compra do mesmo tenente coronel Paulo Magnun Helber mais terras, totalizando para si 125.833 m²³⁹.

Essas terras eram localizadas entre as sesmarias em uma área de florestas, de valor relativamente baixo. Mas está enganado quem acha que a escolha do território foi arbitrária, o local era estratégico, possuía a cobertura florestal da época, podendo se caracterizar com um abrigo, um local de refúgio. *Os moradores de São Miguel enfatizam uma apropriação estratégica, o que define esse espaço como território*⁴⁰.

A aquisição dessas terras por meio de compra, fato que pode gerar um pouco de estranhamento, pois como comentei as primeiras terras foram compradas enquanto Geraldo e Ismael ainda eram escravizados, oficialmente escravizados, pois como sabemos a abolição oficial, na teoria, ocorreu somente em 1888, isso pode gerar o seguinte questionamento: como eles conseguiram dinheiro para tal feito? Afinal, eles eram escravizados e não trabalhadores assalariados.

Posso explicar a situação de compras de terras por pessoas escravizadas e recém alforriadas resumidamente da seguinte forma: o controle das grandes extensões de terras era precário, isso possibilitava a elaboração de estratégias de resistência que iam desde a busca por abrigos em locais remotos até a compra de áreas desvalorizadas. Os proprietários dessas grandes extensões, normalmente, se dedicavam à pecuária e, antes da consolidação da colonização, não se preocupavam com a apropriação de suas terras de baixo rendimento por uma classe chamada de lavrador nacional, esse era responsável pela produção de gêneros alimentícios para o abastecimento urbano. Nesse contexto, escravos prestavam serviços na ferrovia, e nas lavouras da região, o que

³⁹ (Anjos, 2004a, p. 35).

⁴⁰ (Anjos, 2004a, p. 40).

possibilitava a aquisição de uma pequena quantidade de dinheiro, que era suficiente para a compra de áreas florestais relativamente desvalorizadas.

O fato dessas terras se localizarem em um ponto de confrontação das duas sesmarias descarta a hipótese de uma doação paternalista por parte de uma dessas famílias. Para que esses ex-escravos estivessem em condição de poupança para a aquisições tão significativas, como nos confirmam os vários atestados de compra de Geraldo, Ismael, Nércio, Belmiro Geraldo, se impõe considerar que, antes de 1892, esses ex-escravos congregados por laços de parentesco vinham realizando apropriações de recursos que lhes permitiam oficializar seus atos de apropriação territorial. Isto é, muito antes de 1892, esses escravos já possuíam meios de produção que lhes facultaram poupanças para a formalização da apropriação desses mesmos meios⁴¹.

Esse movimento de oficialização das compras também foi feito para preservar o território, pois nesse período começava a ocorrer avanço de novos migrantes. Ao final do século XIX, início do século XX, estima-se que Geraldo, Ismael e seus descendentes haviam oficializado a compra de aproximadamente 300 hectares de terra, porém há relatos que a extensão de terras utilizadas pela comunidade era maior do que a que foi registrada. Atualmente a comunidade quilombola São Miguel tem a posse de aproximadamente 45 hectares⁴².

A questão da terra foi comentada em diversas conversas que tive com diferentes pessoas, em diferentes momentos, quando estava na comunidade/escola. Uma fala que me marcou muito foi a do seu Potácio, fazendo a analogia da quantidade de terras que a comunidade tem em sua posse com uma caixa de fósforo, durante a entrevista realizada com ele e Fabiana, sua filha. Ele diz que o laudo aponta para 116 hectares, mas a comunidade tem no domínio 45 hectares, isso para cerca de 200 famílias. Ele diz: *Imagina? Nós estamos em cima de uma caixa de fósforo!*⁴³

Historicamente, São Miguel não se reduzia apenas a um pedaço de terra – ou um espaço que se contrapunha a todo um sistema escravista, social e produtivo que imperava na região – ele era um espaço de emancipação. Era nesse espaço que eram preservadas as manifestações culturais de seus antepassados ligadas a resistência, a escravidão.

⁴¹ (Anjos; Almeida: Silva, 2004, p. 48-49).

⁴² (Anjos, 2004a).

⁴³ Roberto Potácio Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e Presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, página 286 desta tese.

Além de todas as questões que dificultavam a posse das terras por pessoas que foram escravizadas, nesse período havia outro fator que ameaçava essa conquista da terra; havia uma pressão para estabelecer, naquela região, colônias de imigrantes italianos e alemães e todas as terras que fossem consideradas desocupadas, vazias, poderiam ser distribuídas para essas pessoas. Por esses motivos, Geraldo e Ismael buscaram preservar e proteger esse local e uma das maneiras de fazer isso foi legalizar a apropriação daquelas terras, pois era *necessário torná-lo intocável nos marcos formais hegemônicos*⁴⁴.

Mesmo com terras em seus nomes, oficializadas a partir de 1892, e mesmo com um movimento emancipatório ocorrendo em 1884 e com a abolição da escravidão oficial em 1888, essas pessoas ainda não se viam livres, nem livres dos seus senhores, pois muitos foram libertos em 1884 com uma cláusula de prestação de serviços de sete anos, ou seja, até 1891. Além disso, muitas outras formas de aprisionamento do trabalho escravo foram impostas a grande parte dos então ex-escravizados nessa região por todo o restante do século XIX e boa parte do século XX, já que muitas dessas pessoas eram mantidas como agregadas à família dos Carvalhos. Ter uma terra “natal”, pois é assim que ela é conhecida pelas gerações posteriores, como terra natal, agora sem aspas, foi fundamental para que conseguissem se soltar dessas amarras e construir a sua emancipação.

Então, podemos dizer que há três marcos importantes para compor a questão da emancipação: o primeiro e que está gravado na memória das pessoas da comunidade quilombola de São Miguel é a história de rebeldia *de um negro de dezessete anos, chamado Geraldo, que se desentende com o seu senhor, Miguel Martins Pinto, e foge, estabelecendo-se algures na grande fazenda vizinha, pertencente aos Carvalho. Esta história faz parte do repertório de “causos” dos detentores da memória de São Miguel e Martimianos*⁴⁵; o segundo marco é a Lei Áurea, a abolição formal da escravidão em 1888, seguida da oficialização das compras das terras de São Miguel, em 1892.

Lutas e desafios da comunidade para a preservação da sua cultura e história

⁴⁴ (Anjos, 2004a, p. 42).

⁴⁵ (Anjos; Almeida; Silva, 2004, p. 54 – 55).

Seu Idelmiro, conhecido por todos na comunidade como tio Panda, figura muito lembrada pelas pessoas dali, apesar de já falecido, falava sobre essa imposição-sedução para manter eles como agregados e sobre a terra natal para José Carlos dos Anjos, quando este estava realizando a pesquisa na comunidade no início dos anos 2000. Ele contou que o pai dele era *doente das cadeiras*, que tinha domado muito e se machucou todo. O pai do tio Panda dizia que queria morrer na terra natal, não lá nas fazendas dos Carvalhos. Aí eles voltaram para a comunidade, porque não tinham vendido e dava graças a Deus por isso. Tio Panda dizia que os Carvalhos queriam levar o pai dele, que foi criado com eles e que diziam assim: “*Ó compadre Albino, vai pra lá, um capão grande se compra duas colônias, cria os filhos lá. Nós somos lavoreiro empresário, seus filhos têm serviço, trabalho*”.⁴⁶

E esse sentimento de terra natal, de ter para onde voltar, perdura por gerações. Na entrevista que fiz com a Adriela⁴⁷, ela relembra sobre sua infância, e toca nesse assunto, dizendo que os pais dela saíam em determinados períodos para trabalhar, iam para outras cidades para tentar a vida, aí não dava certo, eles voltavam para a comunidade, ela diz que o bom era que ao menos o pai dela tinha a terra natal, o cantinho dele para voltar.

Porém, nem mesmo com a oficialização dessas terras elas estariam a salvo de todo o processo de expropriação e de implantação das colônias alemãs e italianas, afinal *do europeu, ressaltam-se a capacidade de trabalho e o espírito empreendedor; o africano é associado à estagnação, à preguiça, à pobreza. Típica profecia social que tende a se realizar sob os efeitos conjugados de condições objetivas de exclusão do acesso à terra e da incorporação subjetiva do estigma*⁴⁸. Sob esse discurso e uma manipulação que envolveu desvios de processos e de documentos a favor de pessoas que detinham o poder, grandes regiões do Rio Grande do Sul que estavam sendo ocupadas por indígenas, caboclos e comunidades de ex-escravizados foram consideradas terras devolutas e foram tomadas. *Esse processo se fez complementar pelo estabelecimento de colônias alemãs e italianas. Conduzidos pelas firmas de colonização, os*

⁴⁶ (Anjos, 2004a, p. 34). Quando Idelmiro Carvalho, tio Panda, fez essa fala ele estava com 97 anos de idade, o seu pai era Manuel Albino Carvalho, pessoa que doou o terreno para a construção da escola que hoje leva seu nome.

⁴⁷ Adriela de Souza Brito Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, Agente Comunitária de Saúde e Secretária da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2023.

⁴⁸ (Anjos; Almeida; Silva, 2004, p.52).

*colonos avançaram sobre as terras já ocupadas em nome de uma nova racionalidade produtiva, confirmada ao longo do século pelo acesso desigual a créditos, máquinas, sementes*⁴⁹.

Enquanto lia o trecho que acabei de mencionar do livro, me recordava da entrevista com Juliano⁵⁰ e percebia como esse discurso sobre inferioridade da população negra criou raízes na sociedade brasileira como um todo. Juliano na entrevista conta sobre lembranças de sua infância, lembranças de quando havia festas de casamento na comunidade, que segundo ele eram grandes festas. E nessas festas sempre convidava uma pessoa branca para ser padrinho/madrinha, sendo que a melhor mesa não era a dos noivos, mas sim a mesa onde ficavam as pessoas brancas e conta com indignação que eram as próprias pessoas da comunidade que faziam isso. Juliano diz que quando faziam isso eram para serem aceitos, pois falavam que se não tivesse alguém branco os direcionando, aprovando as suas ações, não daria certo. E com certa tristeza conta que escutou novamente isso de pessoas da comunidade há pouco tempo, mas agora, depois de adulto, consciente da história da comunidade e de outras questões ele afirma ter conversado com essas pessoas, explicando que elas não poderiam se colocar nessa posição, se diminuir dessa forma, pois o que conseguiram foi pelo esforço delas e não pela aprovação ou liderança de alguma pessoa branca.

Essa crença na existência de raças superiores e inferiores, no caso a superioridade atribuída a raça branca, era uma marca dos movimentos eugenistas. No artigo *Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930)*⁵¹, Vanderlei Sebastião de Souza faz uma discussão sobre a eugenia, um movimento disseminado no mundo no início do século XX, que chega ao Brasil, cria uma sociedade, chamada Sociedade Eugênica de São Paulo, ganha força e discute temas como higiene, medicina social, mestiçagem, imigração e seleção racial. Vanderlei aponta que essas discussões acabaram dividindo o movimento eugênico no país entre aqueles que defendiam o racismo científico, sendo assim, acreditavam na *hierarquia racial, na superioridade europeia e na indissociável conexão entre caracteres biológicos e capacidades físicas, morais e intelectuais*⁵² e os que ele chama em seu artigo de “antirracistas” que embora *muitas vezes expressassem preconceitos e visões ambíguas sobre a questão racial, partiam do princípio de que os problemas brasileiros não decorriam da*

⁴⁹ (Anjos; Almeida; Silva, 2004, p. 53).

⁵⁰ Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e criador do grupo de capoeira “Grupo Paranaúê Rei Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

⁵¹ (Souza, 2022).

⁵² (Souza, 2022, p. 95).

*formação racial, mas de questões sociais e políticas ligadas à educação, saúde pública e alimentação*⁵³.

Esse movimento – especialmente essa parcela que defendia o racismo científico – deixou marcas na sociedade brasileira, algo que fica evidente ao escutar histórias como as que foram contadas por Juliano em sua entrevista, marcas estas que levam tempo para serem apagadas, ou melhor, para tomarem novos significados.

No ano de 1917 a comunidade de São Miguel é atingida diretamente pela implantação de colônias italianas e alemãs, quando nessa ocasião a família de Edmund Bischoff, de origem alemã, natural do município vizinho de Agudo, muda sua residência para o município, na época, de Cachoeira, ocupando uma parte do território da comunidade quilombola de São Miguel e instala um comércio ali, trabalhando como correspondente da Caixa de Crédito de Santa Cruz⁵⁴, mas não há informações sobre a extensão que foi ocupada por essa família.

E quando se tratava de compra e venda de terras, era possível observar nas *falas sobre a negociação de terras entre negros e gringos, encontra-se inscrita uma relação de poder em que os brancos detêm vantagem; existe um clima generalizado de ressentimento: são negócios escusos ou injustos – como empréstimos cobrados em terras – e histórias de “avanços de cercas na calada da noite”*⁵⁵. Há os casos de compra e venda, nos quais a venda era feita a troco de um pouco mais que nada e casos em que a pessoa se apropriava de um território muito maior do que comprou, como no caso de Maria Aldina, que vendeu três hectares para os alemães, mas eles se apoderaram de praticamente quinze⁵⁶.

Quando estive visitando a comunidade São Miguel percebi que não havia apenas a delimitação da comunidade com propriedades externas, mas também a divisão de terras entre algumas famílias dali. Me questiono se isso não tem relação com todo esse histórico de tomadas de suas terras.

Porém, a ausência das cercas naquele período anterior, não significava que não sabiam onde eram os limites de suas terras. As pessoas da comunidade contam que os mais velhos sempre souberam onde eram as divisões, pois havia marcos naturais, como determinadas árvores, ou picadas que procuravam manter limpas, e buscavam os seus vizinhos de propriedade o consenso

⁵³ (Souza, 2022, p. 96).

⁵⁴ (Anjos; Lopes, 2004, p.144).

⁵⁵ (Anjos; Almeida; Silva, 2004, p. 58).

⁵⁶ (Anjos, 2004c).

sobre esses limites. Porém, isso muitas vezes não foi respeitado. Nego Bispo⁵⁷ falou em seus textos sobre os desafios enfrentados quando é imposto que a escrita é a linguagem predominante, sendo um deles o de que a oralidade passa a ser desacreditada, assim o conhecimento dos mais antigos é considerado desnecessário, o que impacta diretamente nesses contratos verbais que um dia foram acordados⁵⁸.

De pouco em pouco foram avançando, tirando esses marcos. Por vezes isso era feito por meio de uma violência simbólica ou até mesmo na ameaça de violência física, sobressaindo a lei do mais forte e a comunidade colocando na balança qual seria a perda menos pesada⁵⁹. Devido a esses motivos, um território que era de aproximadamente 300 hectares se reduziu a 45.

Essa redução no território teve um grande impacto na forma de organização e de vida da comunidade, pois com pequenas propriedades não era possível tirar o sustento apenas dali; então, essas pessoas precisavam procurar outros locais para trabalhar, por vezes nas redondezas, como conta dona Vera⁶⁰, que ela mesmo grávida de suas filhas gêmeas trabalhava na lavoura, cuidando para não pegar o cabo da enxada em sua barriga enquanto capinava, porque a barriga já estava muito grande, mesmo nessas condições e por vezes com pedidos dos lavoureiros para que ela parasse, ela nunca quis parar, pois era esse o modo que tinha para conseguir criar seus filhos.

E essas condições já foram piores, dona Vera lembra de quando sua mãe, já doente, perdendo a visão ia trabalhar em lavouras em São Borja, que eles iam em caminhões e estes passavam em hospitais para dona Tete tomar injeção calmante para poder trabalhar. Ela conta que quando a mãe chegava na comunidade, *tinha que tirar ela nos braços do caminhão, toda inchada, toda cortada, que deixavam ela em casa, ela ia trabalhar, passava nos arames*⁶¹. Me recorde de ler essa parte da entrevista para a minha mãe e ela ficar espantada com as condições de trabalho.

Nos causos que me foram contados foi possível perceber – que principalmente nas gerações passadas – as pessoas na comunidade começaram a trabalhar muito cedo, ainda crianças. Por

⁵⁷ Antônio Bispo dos Santos nasceu em 1959 no vale do rio Berlangas, Piauí. Lavrador, formou-se com os saberes de mestras e mestres do Quilombo Saco Curtume, no município de São João do Piauí, e foi o primeiro de sua família a ser alfabetizado.

⁵⁸ (Santos, 2023).

⁵⁹ (Anjos, 2004c).

⁶⁰ Vera Lucia Teresinha Rodrigues colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, cambona do Centro de Umbanda Ogum da Lua. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 02 de março de 2023.

⁶¹ Vera Lucia Teresinha Rodrigues colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, cambona do Centro de Umbanda Ogum da Lua. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 02 de março de 2023, páginas 321 e 322 desta tese.

exemplo, Adriela⁶² em sua entrevista falando um pouco sobre a história de sua família, e especialmente de sua mãe, que tinha o desejo de ser professora, mas que não conseguiu, pois teve que parar de estudar para trabalhar e contribuir com a renda da família, pois era uma família carente, história semelhante a muitas pessoas da comunidade; ela fala que sua mãe começou a trabalhar com nove anos em um hotel em Restinga Sêca, depois disso começou a trabalhar na casa de famílias, como empregada e quando não estava nesse serviço ainda trabalhava na lavoura como diarista. Muitas mulheres da comunidade também trabalharam como empregadas domésticas, algo que escutei com frequência no período de campo.

A economia da comunidade girando em torno, principalmente, desse formato de trabalho que era sazonal, por empreitadas, aconteceu por gerações, como contado por várias pessoas da comunidade enquanto conversava com elas no campo, algumas dessas pessoas participaram da pesquisa e contaram isso em suas entrevistas, como Adriela, seu Potácio, dona Vera, Denise e Juliano. Atualmente esse modelo de trabalho ainda acontece, mas como uma forma de complementar a renda, na grande maioria dos casos, como me foi contado por Denise em conversas que tive com ela durante o tempo que passei no campo, nas quais ela comentava que no período de férias e recesso escolar, ela iria colher fumo para produtores da redondeza. Adriela em sua entrevista comenta sobre essa mudança da comunidade, afirmando que ainda há várias realidades ali, mas que a renda melhorou e ela conta isso como alguém que pelo seu trabalho acaba acompanhando as famílias e para exemplificar isso fala sobre a sua própria vida, que lembra da primeira casa que morou, que era feita de tábuas e chão batido e hoje mora em uma casa de alvenaria.

Havia casos em que a família se mudava da comunidade para outro local para buscar o seu sustento e as crianças eram levadas com seus responsáveis e acabavam tendo que mudar de escola com frequência. Outros casos as crianças acabavam saindo da escola cedo para trabalhar pois precisavam ajudar em casa, como conta seu Potácio, que com 13 anos saiu de vez da escola para trabalhar. Isso de sair da escola para trabalhar foi uma das coisas que muito escutei enquanto conversava com as pessoas na comunidade e nas entrevistas, mas a questão da educação na comunidade é um assunto que quero falar mais em outro caso, em outra hora.

⁶² Adriela de Souza Brito Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, Agente Comunitária de Saúde e Secretária da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2023.

Mas mesmo com a extensão de seu território reduzido, a comunidade procura distribuir as suas terras para que todos tenham um local para morar. Assim, os mais velhos de cada tronco familiar fazem a divisão das terras para seus descendentes, mas não há uma definição exata da área que pertence a cada herdeiro. Como as terras na comunidade são escassas, cada um ocupa apenas o espaço que é necessário. Considerando essa situação é comum que gerações mais novas estejam deixando a comunidade, tanto para trabalhar, como para estudar. *É comum se dizer que se todos os herdeiros retornassem a São Miguel não haveria espaço nem para as moradias. Mas isso não impede que cada um deles continue sendo pensado como herdeiro. É como se os espaços de todos esses herdeiros ausentes estivessem mentalmente definidos na área. É claro, com sobreposições em relação às áreas que vem sendo efetivamente ocupadas pelos que ficaram*⁶³.

Figura 19 - Organização das casas nos terrenos em parte do território da Comunidade Quilombola São Miguel no ano de 2023



Fonte: Google Earth.

⁶³ (Anjos, 2004c, p. 93 -96).

E isso não acontece apenas ali na comunidade, lembro de uma passagem de um livro de Nego Bispo onde ele fala que a parte mais necessária em um quilombo é o *quintal*. *Na verdade, são várias; a cozinha é necessária também, todo mundo chega pela cozinha. Mas o quintal é essencial porque é onde as crianças aprendem a fazer tudo. É também onde se guarda espaço para construir a casa de quem vai nascer, as casas das próximas gerações. Na casa da filha de um quilombola, por exemplo, há espaço para fazer a casa do filho dela. As casas são pensadas com espaço para fazer outras casas*⁶⁴.

Essa questão do pertencimento à comunidade é algo que por vezes não é compreendido por pessoas que não estão inseridas nesse contexto. Albana, em sua entrevista, expressa essa incompreensão quando fala que não entende quando as pessoas da comunidade dizem que quem é da comunidade, pode ir embora, que vai continuar sendo da comunidade. Ela conta que *tinha gente que morava em Restinga e pegava rancho na comunidade. Tinha gente que morava em Polêsine e pegava os ranchos na comunidade. Mesmo a pessoa saindo da comunidade ela não perdia o direito, ela continuava sendo da comunidade*. A fala dela ilustra esse fato de que todos os herdeiros têm o seu local reservado, essa é uma tradição que se mantém. É visível que São Miguel não é apenas um pedaço de terra, é território, é história, é resistência, é pertencimento, então *retornar a São Miguel é mais do que uma aspiração, é uma condição de reencontro com um certo equilíbrio existencial*⁶⁵.

Então, a questão de pertencimento, identificação, reconhecimento foi algo que também foi comentado em outras entrevistas e por outras pessoas que não foram entrevistadas, mas que conversei durante o campo. Esse sentimento de pertencer a esse local é algo que me pareceu muito enraizado ali, porém o pertencimento a uma comunidade quilombola é outra coisa, é um assunto que ainda gera discussões e não digo isso somente em relação as pessoas de fora da comunidade. Quando falo isso não sei se me faço entender, vou tentar explicar isso lembrando algumas conversas que tive.

Como disse a questão de pertencimento àquela comunidade, aquele local chamado São Miguel, está claro, não há questionamentos sobre isso, tanto que tratam esse território de terra natal, e isso perpassando geração, como quando tio Panda e Adriela falam de seus pais, lembrando que há um intervalo de gerações nessas falas, como contei antes. O que é questionado e nem sei bem

⁶⁴ (Santos, 2023, p. 37).

⁶⁵ (Anjos, 2004c, p. 96).

se questionado seria a palavra certa aqui, mas o que gera as controversas e por vezes uma certa indignação e revolta em algumas falas é a questão de pertencimento, identificação e reconhecimento da Comunidade Quilombola São Miguel e isso tanto por pessoas externas à comunidade, fato que foi expresso na fala de Juliano quando vai à prefeitura, por exemplo, e a fala da própria Albana – que acabei de mencionar –, quanto por pessoas da comunidade.

Há casos que isso acontece dentro da própria comunidade, como quando dona Vera em sua entrevista diz assim: *aqui mesmo, pessoas da nossa mesma cor, eles não se identificam como sendo aqui do quilombo. Eu digo isso, porque se eles se identificassem, eles iam estar junto com a Associação para trazer projeto e fazer as coisas por eles, eles não estão não. E a Associação é uma coisa séria e não se reconhecem não, isso eu digo, não se reconhecem, não. Não se reconhecem*⁶⁶. Nessa fala dona Vera expõe essa questão que ela ainda vê acontecendo na comunidade, sendo este um dos motivos pelos quais essas pessoas não apoiam e valorizam a Associação Comunitária e a luta da própria comunidade. Dona Vera em sua fala chegou a citar o motivo pelo qual ela acredita que isso aconteceu e vem acontecendo, o racismo. Ela diz que quando os estudos na comunidade começaram, lá no final dos anos 90 e início dos anos 2000, ela também demorou a se acostumar a chamar a comunidade de quilombola, mas isso também devido ao racismo que sofriam, ela até conta que quando isso começou e as pessoas dali saíam para outros lugares, ficavam olhando de “atravessado”⁶⁷ para elas.

Essa percepção da dona Vera sobre a identificação das pessoas como quilombolas e consequentemente a aceitação da comunidade como sendo quilombola foi compartilhada por outras pessoas que convivem ou conviveram com a comunidade. Na entrevista com Alceri⁶⁸, ela comenta ser recente o fato da comunidade, ou boa parte dela, se ver como quilombola, como foi apontado por dona Vera. Alceri trabalha na escola há mais de dez anos e diz estar percebendo que a comunidade vem criando uma maior consciência e orgulho da sua história.

⁶⁶ Vera Lucia Teresinha Rodrigues colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, cambona do Centro de Umbanda Ogum da Lua. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 02 de março de 2023, páginas 334 e 335 desta tese.

⁶⁷ A expressão “olha de atravessado” quer dizer olhar que expressa desdém, desconfiança, desaprovação.

⁶⁸ Alceri de Fátima Lemos da Silva colaboradora dessa pesquisa. Professora da Escola Estadual de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de janeiro de 2023.

Elisane⁶⁹, que foi professora na escola por um longo período e ainda mantém contato com a comunidade, também comentou sobre isso na sua entrevista. Ela conta que quando chegou na escola percebia uma baixa autoestima das pessoas e em um caminho de compreender o contexto em que estava trabalhando e buscando valorizar as pessoas da comunidade, ela entrou em contato com Dilmar e Claudete, que na época faziam parte da Pastoral do Negro e os convidou para fazer uma fala na comunidade, isso na década de 90. Elisane lembra que nessa época a comunidade ainda não era reconhecida como quilombola, isso foi acontecer depois dos estudos que aconteceram lá, como comentei anteriormente. Então, quando ela se refere a comunidade nesse período, ela chama de uma comunidade negra.

Dilmar e Claudete aceitaram o convite da Elisane e inclusive montaram uma equipe com outras pessoas para ir à comunidade. Elisane, por sua vez, saiu pela comunidade convidando as pessoas para participarem, ela contou que aconteceu assim: *eu passei na comunidade e disse “Óh, hoje de tarde vai vir umas pessoas. Queria que vocês fossem no centro comunitário, que vão falar sobre o negro”. Aí, eles bem assim “Mas sobre o negro? Sobre o negro, somos nós” eles diziam*⁷⁰. Elisane diz que percebeu uma mudança de pensamento na comunidade a partir da Constituição de 88, ela recorda de campanhas nos 100 anos de abolição da escravidão para que as pessoas negras se assumissem como tal; algo que ficou marcado em sua memória era a utilização de bótons que diziam "negro é lindo", "não sou moreno, sou negro", ela lembra dos alunos da escola utilizando esses o bótons, mas ela comenta que esse movimento de reconhecimento e valorização foi impulsionado pelas discussões que foram introduzidas na comunidade pelo grupo de pessoas liderado por Dilmar e Claudete. Foi também nesse movimento que foi introduzida a dança afro na comunidade. Mas Elisane fala que isso foi uma iniciativa sua como pessoa, não relacionada à escola, ela até comenta que naquela época essas questões eram pouco discutidas pelas professoras na escola, que tinham dificuldade de fazer isso e ela atribui esse fato ao racismo.

A utilização do termo quilombola é recente, baseada nas conversas que tive na comunidade e nos estudos publicados é possível afirmar que a utilização institucionalizada desse termo pela comunidade tem um pouco mais de 20 anos. Então, entendo que a aceitação do ser quilombola,

⁶⁹ Elisane Dotto colaboradora dessa pesquisa. Foi professora da Escola Estadual de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 12 de abril de 2024.

⁷⁰ Elisane Dotto colaboradora dessa pesquisa. Foi professora da Escola Estadual de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 12 de abril de 2024, página 343 desta tese.

utilizando o termo “quilombola” é um processo; depois de acompanhar a comunidade e de realizar as entrevistas é perceptível que não é um processo simples, pois além de ser carregado de história e significados, infelizmente, a sociedade brasileira ataca essas pessoas com racismo e preconceitos, por vezes um racismo disfarçado e por outras, completamente escancarado.

Na entrevista seu Potácio falou sobre a luta pelo reconhecimento da comunidade como sendo uma comunidade remanescente de quilombo e sobre a autodeclaração da comunidade como quilombola ele diz que é mais que apenas uma autodeclaração, *ela é uma afirmação da nossa presença enquanto negros descendentes de africanos que aqui chegaram e descendentes dos patriarcas que conquistaram esse território. E é bom que se diga que esses patriarcas, que o Geraldo de Carvalho e Ismael Cavalheiro são dois ex-escravos que constroem o território da comunidade. Portanto, nós temos no termo, até o termo, e é bem dolorido para nós, é resto, remanescentes, é resto daquilo que sobrou. Então, nós somos os remanescentes dessa escravatura, né? Que deixou um legado dessa escravidão, desse sofrimento como forma de uma liberdade entre aspas, ou seja, um espaço de moradia para que tu não precise perambular amanhã, que tenha um lugar definido como teu, um território, uma terra natal pra ti viver e existir. Então, o termo quilombola para nós tem esse significado e ele é muito mais do que remanescente. É a afirmação de uma identidade ancestral africana que nós somos herdeiros e que aqui se faz presente. Eu acho que a autodefinição, ela vai nos dar um tom, para mim, no meu pensar. Quando nos autodefinimos, nós estamos buscando a afirmação da nossa presença, ou seja, a nossa visibilidade e dizendo para o outro “Você que não me vê? Por que não dialoga comigo? Nós estamos aqui, precisamos conversar” [...] E estamos reivindicando o nosso lugar, o nosso espaço, a nossa feitura de participação social. E nós estamos na busca de uma inclusão sob o ponto de vista étnico racial, mas também de participação social e de formação daquilo que eu já coloquei, de uma cidadania que seja plena de todos os objetivos, mais conotado o objetivo do meu direito enquanto cidadão em fazer parte dessa sociedade, mesmo que diversa⁷¹.*

Nego Bispo faz uma reflexão sobre essa questão do pertencimento, diferenciando quando tu é apenas um habitante ou um compartilhante naquele território. Ele diz: *chegamos como habitantes, em qualquer ambiente, e vamos nos transformando em compartilhantes. No quilombo, somos compartilhantes, desde que tenhamos nascido aqui ou que tenhamos uma relação de*

⁷¹ Roberto Potácio Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e Presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, páginas 284 e 285 desta tese.

*pertencimento. E quando digo da relação de pertencimento com o quilombo, falo de uma relação com o ambiente como um todo, com os animais e as plantas. Somos apenas moradores quando não temos uma relação de pertencimento, quando estamos aqui, mas partimos na primeira possibilidade que tivermos*⁷².

A comunidade carrega consigo esse sentimento de pertencimento mencionado por Nego Bispo e por isso ela busca formas de preservar seu território, sua história e cultura. Assim, uma das formas encontradas para realizar essa preservação foi a contação de causos, a oralidade, por vezes isso feito de forma tão natural que passa despercebido, como quando pergunto para dona Vera⁷³ se ela tinha o costume de contar histórias antigas para os filhos e em um primeiro momento ela nega e então sua filha Denise⁷⁴, que estava participando da entrevista intervém como quem diz para própria mãe “como não contava?” e continua, agora direcionado para mim, *ela contava “no meu tempo era assim...”* e então dona Vera concorda que isso ela sempre fez, de contar como eram as coisas e como tinha de ser e salienta que ainda faz isso.

Esses causos fazem parte da cultura da comunidade, Adriela⁷⁵ em sua entrevista fala sobre as memórias de sua infância, quando seu avô fazia rodas de conversa com seus filhos e netos ao redor de uma fogueira para contar histórias antigas, histórias que o pai dele havia contado para ele da época em que participou da Guerra dos Farrapos, histórias das viagens que ele fazia, e por vezes, como ele era alfabetizado, uma coisa que a própria Adriela destaca em sua fala que era rara na comunidade naquela época e lia jornais que trazia dessas viagens.

Juliano⁷⁶ também fala um pouco sobre isso, de reunir a família e contar causos, ele fala que isso ainda acontece, um exemplo disso é quando fazem churrasco aos finais de semana, nesse

⁷² (Bispo, 2023, p. 22).

⁷³ Vera Lucia Teresinha Rodrigues colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, cambona do Centro de Umbanda Ogum da Lua. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 02 de março de 2023.

⁷⁴ Denise Maria Rodrigues Vieira, participou da entrevista de Vera Lucia Teresinha Rodrigues, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 02 de março de 2023, página 324 desta tese.

⁷⁵ Adriela de Souza Brito Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, Agente Comunitária de Saúde e Secretária da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2023.

⁷⁶ Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e criador do grupo de capoeira “Grupo Paranaú Rei Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

momento eles sentam e contam histórias; Juliano comenta que agora, depois de adultos, além de contar e ouvir histórias dos mais antigos, eles contam as suas próprias histórias.

Então, é possível perceber que isso é uma característica da comunidade, as famílias aprendem e ensinam por meio da oralidade, da contação de causos, é geracional. Sobre esse assunto, um trecho da entrevista de Juliano ficou marcado para mim, pois me remeteu a lembranças da minha infância, onde meu avô fazia algo parecido, nesse trecho ele fala sobre a contação de histórias dentro da educação familiar, ele diz assim: *nós contamos histórias da comunidade, dos mais antigos, os mais velhos falam sobre as suas vidas, sempre teve essas conversas. Quando nós estamos reunidos, nós contamos “Ah, o tempo da finada vó...”. No tempo da finada vó, nossa bisavó, nós contamos, nós brincávamos “Óh, quem que limpar o terreiro pra mim vai ganhar um pé de moleque”[simulando a fala da vó], ela sentava e contava “Ah antigamente eu via a mula sem cabeça aqui assim, assim, assim, assim” contava a história da bonequinha de palha que uma mulher negra fez uma bonequinha de palha, não tinha filha, e a bonequinha criou vida e virou amiguinha dela e ajudava ela a fazer os serviços, fazer isso e fazer aquilo. Nós contávamos e nós dava risada, por exemplo, quando nós fazíamos uma arte, né? “Ah, foi aquela vez que nós viramos tal coisa lá, que não foi nós”. Esse tipo de conversa nós fizemos, eu faço com meus filhos, está sentado eu, a minha irmã, o Fabiano, a Denise, seja quem for, nós contamos do tempo que nós éramos criança, do tempo da nossa bisavó contava. Tem história dos anãozinhos, que enxergavam os anãozinhos. Então, essas fábulas, todos nós contamos para os nossos filhos. A história dos anãozinhos, é uma longa história, teve um tio nosso que estava andando de bicicleta e viu, aí derrubaram ele da bicicleta e na época contou para nós e nós não saía, eu acho que era para nós não caminhar de noite, né? Eles contavam história de fantasma, essas coisas assim. Então, era isso. E os anãozinhos andaram na garupa dele, que derrubaram ele, que deram uma tunda nele, que voavam por cima dele, ele tentava puxar a faca. Mas eu acho que ele estava bêbado, sei lá, estava delirando, mas a gente acreditou quando era mais novo, a gente acreditou. Essa era uma das histórias que nós contamos para os nossos filhos e até dentro da nossa religião, nós sentamos e contamos essas histórias dos antigos, como eles participavam. A minha avó também conta que era assim, tem toda essa conversa e é onde nós tiramos o respeito, é onde nós tiramos alegria é onde nós tiramos o convívio familiar⁷⁷.*

⁷⁷Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e criador do grupo de capoeira “Grupo Paranaú Rei Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, páginas 243 e 244 desta tese

Nessas reuniões familiares, vou chamar assim, quando as pessoas da comunidade se juntavam para fazer algo, seja para conversar ou realizar alguma outra atividade, os conhecimentos eram repassados. Adriela⁷⁸ comenta que o que ela aprendeu sobre os costumes da comunidade foi com sua mãe ou com sua avó – quando sua mãe saía para trabalhar. Um exemplo disso era quando era feito pão nos fornos de barros e para isso se juntava duas ou três famílias, ela conta como isso acontecia, mas enfatiza que quando esses costumes eram repassados não se dizia *“Olha isso que tu tá aprendendo é da tua cultura”*, não. Os ensinamentos eram passados de geração em geração, mas não era especificado se isso era da *cultura negra*, pois como ela diz em sua entrevista, as pessoas mais velhas não tinham essa *compreensão do que é especificamente da nossa cultura ou não, porque até o que eles aprenderam foi muito misturado. Porque se tu vai ver na história, o negro trouxe muita coisa da sua cultura, só que se misturou muito com a cultura dos seus donos, o negro escravizado se misturou muito. Então, especificamente, o que era da cultura negra ou não, nem eles não tinham essa compreensão.*

Dentro dessa educação familiar, quando falei sobre esse tema nas entrevistas, as respostas das pessoas da comunidade sempre giravam em torno de pontos em comum, um deles era a disciplina, Fabiana até comenta que nas gerações passadas isso era cobrado de forma mais rígida e exemplifica contando uma história que seu pai contou a ela da época da infância dele. Outro ponto mencionado era o respeito aos mais velhos, eles enfatizavam que isso era algo que era passado de geração em geração e ainda se mantém na comunidade e uma prática comum para demonstrar esse respeito era pedir a bênção aos mais velhos. Fabiana explica isso quando conta o seguinte: *que isso sempre foi de ensinamento, de cultura mesmo, assim tu pedia bênção, a pessoa era mais velha de todos, às vezes a gente nem sabia o nome, mas a gente pedia “bênção tio, bênção tia” todo mundo era tio e tia pra gente, porque foi uma questão de ensinamento, de respeito. E você aprendeu que pedir a bênção era uma questão de respeito à pessoa mais velha. Eu tentei passar a mesma linha de educação para os meus filhos, conforme nos era passado em casa, que é essa educação passada de geração para geração, né? A questão da bênção como o pai diz, eu todos os dias de manhã quando ele chega aqui, eu peço minha bênção pra ele, ensino meu filho mais novo, que hoje vive comigo aqui, pedir a bênção pra ele. Quando vai se dirigir ao pai, a mãe, tio, avó, não dizer tu,*

⁷⁸ Adriela de Souza Brito Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, Agente Comunitária de Saúde e Secretária da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2023, página 200 desta tese.

*não é tu, é o senhor, a senhora*⁷⁹. Então, quando se fala no respeito aos mais velhos, não é apenas o respeito aquela pessoa que viveu mais que tu, mas o respeito a sua história, as suas vivências, o respeito as histórias que esses carregam e contam.

Essa forma de educação familiar também é uma forma de preservar a história da comunidade, pois quando se preserva esse modo de educação na comunidade, também se preserva o costume de conversar com os mais velhos e escutá-los como quando Juliano⁸⁰ fala sobre sua relação com o seu pai, seu Potácio. Ele diz que seu Potácio cobra dos seus filhos e netos quando estes passam algum tempo sem ir visitá-lo, então ele comenta que sempre que possível vai até a casa do seu pai para conversar um pouco e no período que passei na comunidade percebi que isso não é algo particular apenas da família dele, mas sim algo que é corriqueiro na comunidade. Dessa forma que naturalmente foi estabelecido esse formato de educação familiar ocorre a manutenção dessas relações entre gerações e, conseqüentemente, as trocas de conhecimentos, dando continuidade a essas características culturais da comunidade.

Enquanto conversava com Fabiana sobre o tópico educação familiar ela comentou sobre o Centro de Umbanda Ogum da Lua que foi criado pela sua avó, dona Tete, quando ainda era jovem e que permanece ativo na comunidade. O Centro possui mais de 60 anos de história, segundo as informações passadas por dona Vera⁸¹, nesse período passou por algumas mudanças em sua estrutura física e localização. Dona Vera conta que o Centro começou quando ela era criança ainda, em um quartinho, um local pequeno, depois mudou para uma casa maior, de madeira, que foi comprada de um tio dela e faz, mais ou menos, 20 anos que mudaram para o local atual, agora um local construído em alvenaria. Mesmo com essas mudanças de locais, o centro sempre esteve localizado dentro do território da comunidade. Mas para além dessas mudanças físicas, nesse tempo de existência o Centro também passou por algumas mudanças no seu funcionamento.

Desde a criação até o momento de desenvolvimento da pesquisa quem conduzia as sessões do Centro era dona Tete, mas devido às condições de saúde ela estava preparando a sua sucessora,

⁷⁹ Fabiana Leonir Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel e líder do grupo de dança afro “Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, páginas 277 e 278 desta tese.

⁸⁰ Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e criador do grupo de capoeira “Grupo Paranaú Rei Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

⁸¹ Vera Lucia Teresinha Rodrigues colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, cambona do Centro de Umbanda Ogum da Lua. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 02 de março de 2023.

Lalá, que é filha de dona Vera. Fabiana comentou durante a entrevista que dona Tete até já pensou em fechar o Centro e então seu Potácio explicou o motivo, ele disse que na época dona Tete acreditava que estava perdendo o fundamento da religião, pois muitas pessoas estavam deixando de frequentar o centro, segundo seu Potácio, na época a catequese estava em alta e com isso as pessoas estavam frequentando outras igrejas e deixavam de ir ao Centro. Além disso, ele comenta que havia uma inquietação pela demonização da religião, e diz que acontecia *um cerco e uma intolerância contra a macumba, que é o termo, o adjetivo colocado, contra macumba muito forte. Tudo que faz é coisa do demônio, é tentação do mal. E as pessoas falam isso sem o menor pudor, porque não tem conhecimento, não sabe do que se trata, não sabem qual é o rito e qual é o fundamento dessa religião*⁸². Em meio a esses acontecimentos dona Tete recebeu a visita de uma representante da Federação Umbandista, e em conversas, segundo que Fabiana conta, dona Tete compreendeu a importância de manter o Centro aberto e que era necessário mudar, estabelecer um maior diálogo com as pessoas, para que elas tomassem conhecimento do que se tratava a religião e, consequentemente, diminuísse essa intolerância.

Os impactos dessa mudança ficaram evidentes na fala de Fabiana, pois como ela conta na entrevista, quando ela era criança, ela não sabia o que acontecia em um Centro de Umbanda, tanto que ela diz lembrar de ver acontecer as sessões, as festas, de ver os seus pais trabalhando e chamar por eles, mas eles não atenderem e ela não conseguia entender por que eles não respondiam. Além disso, ela lembra de não entender por que do preconceito e discriminação que ela, seus irmãos e primos que frequentavam o Centro e estavam em uma faixa etária parecida sofriam, pois não participavam da religião ainda e também não compreendiam o que acontecia ali. Foi só quando ela entrou para o Centro, com 20 anos, mais ou menos, e com a dona Tete passando a explicar o funcionamento do Centro e o que era a Umbanda, muito por consequência da visita dessa representante da Associação, que Fabiana começou a compreender o que se passava ali. Ela diz que atualmente isso está muito diferente, *hoje as crianças vão para a escola sabendo disso, se tu perguntar para o meu filho Eliezer aonde ele vai, se tem sessão, ele vai saber explicar e tem sete anos. Eu, com sete anos, não saberia, porque nós não participávamos. O que mudou foi a partir do momento em que ela começou a dialogar com a gente, passar esse conhecimento para nós e até para nós mesmos sairmos na rua e falar alguma coisa a respeito pra alguém que viesse faltar com*

⁸² Roberto Potácio Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e Presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, página 283 desta tese.

*respeito pra nós. Então, nós teríamos algo pra falar, pra explicar melhor, também pra nos defender*⁸³.

Então, explicado brevemente esse contexto do Centro de Umbanda Ogum da Lua, vou finalizar o assunto que me fez falar dele, que era sobre a educação familiar na comunidade. Na conversa que tive com Fabiana⁸⁴, ela diz que por vezes não há a necessidade de, por exemplo, ela juntar a sua família e contar as histórias antigas e da comunidade, mesmo que isso siga acontecendo de forma natural, ela diz que nos últimos anos devido a essa mudança que acabei de falar sobre, agora é comum reunir as pessoas dentro do Centro de Umbanda e muitas vezes, a própria dona Tete numa roda de terreiro contar essas histórias. Ela comenta que isso acontece também na rua, na casa dela e acontecia em suas casas quando ela ia visitar e dessa forma as histórias chegavam aos netos, bisnetos e tataranetos.

Assim, percebi que o Centro de Umbanda Ogum da Lua, além de ser um local e instituição que busca preservar a história e cultura das mais diversas formas, seja pela contação de histórias, seja pelo contato com a religiosidade e ancestralidade. Ali também é um espaço de acolhimento, seu Potácio relata isso, quando ele diz o seguinte: *a religião de matriz africana é algo muito, muito grandioso, porque não é simplesmente só uma casa ali aonde tu vai, porque tu quer uma orientação espiritual, tu quer uma benzedura para um problema de saúde ou até mesmo na busca de cura para um problema espiritual. Mas também é uma casa de acolhimento, uma casa do cuidar, onde o cuidar está acima de tudo, em todas as coisas. A casa da boca que come, todas as pessoas que passam pelo terreiro são acolhidas, são alimentadas, são saciadas a sede, então, tanto que ninguém sai sem beber de alguma coisa, sem comer, a não ser que chega num lugar extra horário. Mas tudo do que tiver servido é oferecido para que as pessoas saiam dali confortadas*⁸⁵.

Nesse processo de estar a comunidade conversando, entrevistando as pessoas e assim conhecendo esses aspectos culturais da Comunidade Quilombola São Miguel, acabei por perceber que certos modos de preservação e valorização da cultura e da história da comunidade não tiveram

⁸³ Fabiana Leonir Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel e líder do grupo de dança afro “Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, página 282 desta tese.

⁸⁴ Fabiana Leonir Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel e líder do grupo de dança afro “Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

⁸⁵ Roberto Potácio Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e Presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, página 280 desta tese.

origem em uma iniciativa da própria comunidade, mas acabaram sendo apresentados a ela por pessoas externas, como é o caso da capoeira, da dança afro e da Associação Comunitária Vovô Geraldo; porém, com o passar do tempo elas foram incorporadas ao cotidiano da comunidade e hoje estão naturalizadas ali. Coincidentemente elas foram introduzidas ao contexto da comunidade em períodos próximos, segundo o que me foi relatado, que foi entre os anos 90 e inícios dos anos 2000.

A história de como a capoeira foi apresentada à comunidade é uma história no mínimo curiosa, posso dizer assim. Juliano⁸⁶ que é o professor do grupo de capoeira chamado Grupo Paranaúê Rei Zumbi fala como foi, afinal ele estava presente nesse momento. Ele conta que um dia faltou algumas coisas em casa e ele e outras crianças foram buscar em um armazém que ficava próximo a comunidade. Quando estavam voltando para casa, uma pessoa em um fusca azul os parou, eles estranharam e ficaram receosos, pois os ensinamentos dos mais velhos era para não falar com estranhos. Mas, então, essa pessoa se apresentou como João Horácio Borges Filho, filho do médico João Horácio Borges, que foi médico do Internacional, uma figura conhecida. Nessa conversa, com muita simpatia, segundo Juliano, ele disse que era professor de capoeira e que ele gostaria de vir mostrar o que era a capoeira para eles e que era para avisar os pais. Então, após essa conversa, foi marcado o dia da primeira aula, que ocorreu na quadra, que não é da escola, como já expliquei, mas que fica ao lado da escola, isso no início dos anos 90. A partir desse dia, essas aulas de capoeira se tornaram rotineiras por alguns anos.

Elisane⁸⁷, que era professora da escola, vendo essa movimentação buscou fazer com que a capoeira também se integrasse à escola, não que fosse um projeto escolar, mas que outros estudantes dali também tivessem contato, e não só ali, ela também levou um grupo de alunos para se apresentar em outras escolas, ela dizia que no mínimo ela deveria ser alguém que os estimulasse. Dessa forma, as aulas de capoeira continuaram acontecendo até meados dos anos 90, quando o João Horácio acabou indo embora do estado e com isso o grupo acabou por ser desfeito, mas algumas pessoas ainda continuaram praticando o que haviam aprendido. Os ensinamentos já haviam deixado marcas profundas naquela comunidade.

⁸⁶ Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e criador do grupo de capoeira “Grupo Paranaúê Rei Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

⁸⁷ Elisane Dotto colaboradora dessa pesquisa. Foi professora da Escola Estadual de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 12 de abril de 2024.

E essas marcas não foram apagadas nem esquecidas. Entre 2001 e 2003, mesmo ainda residindo na Bahia, João Horácio quando retornava a Restinga Sêca, também retornava as aulas de capoeira na comunidade, como conta João Carlos Dias Trindade⁸⁸, que foi professor na escola Manuel Albino Carvalho, em sua dissertação *A capoeira em território da comunidade quilombola “São Miguel Velho” em Restinga Sêca-RS*⁸⁹ defendida no ano de 2025. João Trindade diz que a capoeira teve novos capítulos na comunidade a partir de 2002, quando Juliano atinge a maioridade e em sua entrevista, Juliano⁹⁰ fala sobre esse fato. Ele conta que quando vai para o quartel, volta a ter aulas de capoeira, agora com um professor em Santa Maria e é nesse momento que ele decide formar um grupo na comunidade, inicialmente era sazonal, pois se reuniam quando eram chamados para alguma apresentação e nesse início nem se quer nome o grupo tinha. Com o passar do tempo, e após algumas pausas o grupo foi se organizando, os encontros se tornando mais frequentes e esse se tornou parte da comunidade, assim o grupo recebeu o nome Grupo Paranauê Rei Zumbi, influenciado pelo grupo de dança afro que foi formado na comunidade por Denise e Fabiana nessa mesma época e que se chamava Grupo de Dança Afro Rei Zumbi. Com o passar dos anos, o Grupo foi se fortalecendo e fortalecendo os laços com a comunidade e na comunidade; dele participam adultos, jovens e crianças e como bem destaca João Trindade, *a prática da capoeira é relevante como ato de resistência e libertação*⁹¹.

Juliano, coordenador do Grupo, participou do Programa Mais Educação de 2013 a 2015 ministrando aulas de capoeira na escola Manuel Albino Carvalho, juntamente com o Grupo, mas vou voltar a falar um pouco mais sobre a capoeira e o Grupo no caso sobre a escola, pois apesar de não ter uma ligação direta com esta instituição, há um emaranhado de relações estabelecidas entre o Grupo, a capoeira e a Escola.

A dança afro chegou à comunidade em um período semelhante a capoeira, como já mencionei, porém de outra forma. Foi através de uma iniciativa da professora Elisane – aquela iniciativa de trazer pessoas para falar da história da população negra. Além das rodas de conversas

⁸⁸ João Carlos Dias Trindade, formado no Curso de Educação Física – Licenciatura Plena no ano de 1988 pela Universidade Federal de Santa Maria, atuou na escola no cargo de professor de Educação Física no ano de 1993 e entre os anos de 2013 e entre os anos de 2013 e 2016, no cargo de vice-diretor no ano de 2014, 2017 e 2018 e no cargo de professor do Programa Mais Educação entre os anos de 2014 e 2016.

⁸⁹ (Trindade, 2025).

⁹⁰ Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e criador do grupo de capoeira “Grupo Paranauê Rei Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

⁹¹ (Trindade, 2025, p. 87).

e debates promovidos por Dilmar, Claudete e o grupo de pessoas que foi organizado por eles, como falei anteriormente, a professora Claudete também introduziu a dança afro na comunidade. Adriela⁹² quando estava contando um pouco de sua história, se recorda dessa época movimentada na comunidade, em que universidades estavam fazendo visitas, pois estavam descobrindo que ali era uma comunidade quilombola, em que as aulas de capoeira estavam acontecendo e onde esse grupo de pessoas de Santa Maria a convite da Elisane estava vindo para conversar. A professora Claudete, integrante desse grupo, já tinha um grupo de dança afro em Santa Maria e levou a cultura e história da dança afro para a comunidade. Adriela diz que o Grupo de Dança Herdeiros de Zumbi teve origem nesse grupo que foi formado na escola, tanto que algumas mulheres que participam do grupo atual, participaram desse grupo inicial, inclusive as fundadoras do grupo.

Fabiana, uma das fundadoras do grupo, conta como ocorreu essa transição entre um grupo de dança afro que começou como um projeto na escola e agora é algo da comunidade e que não tem mais relação direta com escola. Ela conta que foi batizada na dança afro pela professora Claudete quando tinha 15 anos, juntamente com a sua prima e cunhada, que ajudaram a fundar ou dar continuidade a esse grupo na comunidade, Fabiana explica isso da seguinte forma: *nós montamos o Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi na escola. Porém, o grupo foi montado comigo, a minha cunhada e a minha outra prima que estávamos numas séries mais pra baixo. Digamos que nós estávamos na quarta, quinta e sexta série e os outros eram todos do oitavo ano, prestes a sair e quando eles saem, não tinha mais ninguém para dar. Ninguém mais convidou ela para vir e não tinha mais ninguém para tocar o grupo. Então, a professora Elisane Dotto me convidou para tocar e dali em diante eu não parei mais. Só que quando eu saí da escola, em 1998, não consegui mais trabalhar. Fui chamada umas três vezes da escola para dar aula de dança para as crianças menores, funcionou uns dois, três anos, depois parou. Não se teve mais aquela persistência conforme tinha antes. Então, foi quando eu resolvi trabalhar dança afro na comunidade. Teve um ano, eu não sei te dizer agora, mas eu tinha 12 crianças no grupo e nós somos 20 mulheres, hoje diminuiu, somos em menos. E aí toquei por um bom tempo os dois grupos, depois algumas crianças saíram e algumas mães foram embora também e eu fiquei só com o grupo*

⁹² Adriela de Souza Brito Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, Agente Comunitária de Saúde e Secretária da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2023.

*adulto que mantenho até hoje e foi o grupo que fez apresentação nas festividades da Consciência Negra no ano passado*⁹³.

Tanto o grupo de capoeira, como o de dança afro frequentemente são chamados para fazer alguma apresentação na Escola Manuel Albino e não só na escola dali – nas conversas que tive durante o campo com integrantes desses grupos –, eles comentaram que fazem apresentações em outras escolas do município e de municípios vizinhos, e também em outros locais, especialmente no mês de novembro. Esse movimento é importante, pois é um movimento que acaba informando e valorizando a cultura e história afro-brasileira e quilombola e, em especial, da Comunidade Quilombola São Miguel. Um exemplo disso está na fala de Elisane⁹⁴, quando ela comenta sobre uma das coreografias que são apresentadas pelo grupo, a dos Orixás, ela diz que o modo como o grupo apresenta o tema referente a religiosidade é uma forma bonita, que não carrega aquele olhar preconceituoso da sociedade que diz que as religiões de matriz africana são algo ruim, do mal, ela diz que o grupo consegue transmitir esses conhecimentos através das coreografias de uma forma bonita e saudável para quem está assistindo.

No entanto, infelizmente, nem todas as pessoas recebem essas apresentações de forma positiva; Juliano⁹⁵ ao falar sobre o grupo de dança e as apresentações que fazem em diversos locais se emociona ao mesmo tempo que se revolta com a situação, ele fala que tem vezes que tem até vontade de chorar, pois há situações que ele percebe o olhar preconceituoso das pessoas, as conversas em tom de deboche que ocorrem durante as apresentações, os risos e palmas forçadas ao final delas. Além disso, Elisane⁹⁶ destaca a falta de reconhecimento por parte do município, pois como ela diz o município mostra o grupo publicamente para terceiros, porém nesses mais de 20 anos de existência o município nunca investiu financeiramente para a manutenção desse trabalho, tudo é feito a partir da luta das pessoas que compõem o grupo.

E, um outro ponto que gostaria de comentar é que esses grupos e a Associação, que já vou falar mais sobre, recebem convites para apresentações, oficinas, rodas de conversa, na grande

⁹³ Fabiana Leonir Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel e líder do grupo de dança afro “Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, página 311 desta tese.

⁹⁴ Elisane Dotto colaboradora dessa pesquisa. Foi professora da Escola Estadual de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 12 de abril de 2024.

⁹⁵ Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e criador do grupo de capoeira “Grupo Paranaú Rei Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

⁹⁶ Elisane Dotto colaboradora dessa pesquisa. Foi professora da Escola Estadual de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 12 de abril de 2024.

maioria das vezes no mês de novembro, devido a Semana da Consciência Negra e ao 20 de novembro; então, infelizmente, o que se percebe com isso é que muitas vezes as discussões e valorização em torno dessa cultura e história ocorrem de uma forma restrita a um período do ano, e ainda, por vezes, por obrigação. Juliano comenta sobre esse fato e fala que há lugares que mesmo recebendo convites ele não aceita falar, pois são locais que no restante do ano escancaram o racismo.

Juliano dá o exemplo de uma emissora de rádio do município que muitas vezes em transmissões chamava as pessoas idosas e aposentadas da comunidade – que estavam em seu momento de descanso, sentadas próximas à rodovia que passa pela comunidade – de vagabundas e que precisavam arrumar o que fazer. Juliano diz com revolta que cresceu ouvindo as pessoas da comunidade serem chamadas de coisas desse gênero.

Essa fala, e tantas outras, algumas que já mencionei ao longo desse causo, voltam a tocar em um ponto que infelizmente é frequente na vida das pessoas da comunidade, o racismo. Isso me remete novamente ao livro de Grada Kilomba, a um trecho que ela denomina como “definindo o racismo” trecho esse que considero necessário ser apresentado aqui, e que diz o seguinte: *no racismo estão presentes, de modo simultâneo, três características: a primeira é a construção de/da diferença. A pessoa é vista como “diferente” devido a sua origem racial e/ou pertença religiosa. Aqui, temos de perguntar: quem é “diferente” de quem? É o sujeito negro “diferente” do sujeito branco ou o contrário, é o branco “diferente” do negro? Só se torna “diferente” porque se “difere” de um grupo que tem o poder de se definir como norma - a norma branca. Todas/os aquelas/es que não são brancas/os são construídas/os então como “diferentes”. A branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os “Outras/oa” raciais “diferem”. Nesse sentido, não se é “diferente”, torna-se “diferente” por meio do processo de discriminação.*⁹⁷

A segunda característica é: essas diferenças construídas estão inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos. Não só o indivíduo é visto como “diferente”, mas essa diferença também é articulada através de estigma, da desonra e da inferioridade. Tais valores hierárquicos implicam um processo de naturalização, pois são aplicados a todos os membros do mesmo grupo que chegam a ser vistas/os como “a/o problemática/o”, “a/o difícil”, “a/o perigosa/o”, “a/o preguiçosa/o”, “a/o exótica/o”, “a/o colorida/o” e “a/o incomum”. Esses dois últimos processos - a construção

⁹⁷ (Kilomba, 2019, p. 75).

*da diferença e sua associação com uma hierarquia - formam o que também é chamado de preconceito*⁹⁸.

*Por fim, ambos os processos são acompanhados pelo poder: histórico, político, social e econômico. É a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo. E, nesse sentido, o racismo é a supremacia branca. Outros grupos raciais não podem ser racistas nem performar o racismo, pois não possuem esse poder. Os conflitos entre eles ou entre eles e o grupo dominante branco têm de ser organizados sob outras definições, tais como preconceito. O racismo, por sua vez, inclui a dimensão do poder e é revelado através de diferenças globais na partilha e no acesso a recursos valorizados, tais como representação política, ações políticas, mídia, emprego, educação, habitação, saúde etc. Quem pode ver seus interesses políticos representados nas agendas nacionais? Quem pode ver suas realidades retratadas na mídia? Quem pode ver sua história incluída em programas educacionais? Quem possui o quê? Quem vive onde? Quem é protegida/o e quem não é?*⁹⁹

Nos episódios contados é perceptível essas características, e caso o leitor ou a leitora ainda não tenha feito o exercício com um olhar mais atento para isso, sugiro que o faça, pois é fundamental para a mudança da sociedade que isso seja identificado e alterado. Mas, voltando a falar sobre as formas encontradas de preservar a história e cultura dessa comunidade, por fim, quero falar da Associação Comunitária Vovô Geraldo, que foi formada oficialmente em 2002, na mesma época da formação do grupo de dança afro na comunidade; mas, eu quero pontuar porque digo “oficialmente”: pois quando conversei com Elisane ela comentou que desde o final dos anos 90 já havia uma movimentação, uma certa organização da comunidade, então entendo que essa organização – que mais tarde foi formulada como uma Associação – teve seu início nesse período comentado, após as conversas de Dilmar, Claudete e grupo com a comunidade.

⁹⁸ (Kilomba, 2019, p. 75 - 76).

⁹⁹ (Kilomba, 2019, p. 76).

Figura 20 - Dia de eleições na Associação Comunitária Vovô Geraldo



Fonte: Anjos e Lopes (2004, p.148).

Elisane comenta que na época percebia que a comunidade dependia muito da escola e nas conversas que teve com as pessoas dali enfatizava que a comunidade tinha que abraçar a escola e não depender dela. Ela comenta que nesse início não houve nenhuma oficialização através de documentação, apenas uma organização. Porém, a Associação, como é hoje, foi oficializada, com eleição de presidente e todos os outros trâmites no ano de 2002, quando estava sendo realizado o estudo na comunidade para oficializar ali como uma comunidade quilombola, pois como seu Potácio destaca, ao final desse processo *necessitava de uma entidade para a comunidade estar caminhando, para poder pleitear, até depois se vir alguma política pública, não poderia vir no nome de um cidadão, tem que vir em uma conta coletiva de organização*¹⁰⁰.

E nesse tempo de existência de Associação algumas coisas ainda se confundem, como aponta Adriela em relação à política, ela salienta que entende que a existência da associação é uma forma de política, e que é óbvio que a comunidade possui uma relação política, porém ela ressalta que há momentos que é necessário saber separar e quando ela fala isso é sobre um período em que

¹⁰⁰ Roberto Potácio Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e Presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, página 308 desta tese.

peessoas da comunidade se candidataram e foram eleitas a cargos políticos no município; porém, os eleitos não conseguiram cumprir com as promessas feitas e que por essa questão da política alguns elos dentro da comunidade foram quebrados, um movimento que vimos acontecer com frequência na sociedade de forma geral quando nos referimos a política nos últimos tempos.

Ela salienta *que nem sempre aquilo que tu consegue fazer como diretoria, tu vai conseguir fazer como político, na área da política. Às vezes, até por tu tá ali dentro do quilombo, às vezes os espaços não se abrem para ti, na área da política*¹⁰¹. Nesse mesmo assunto, em outro trecho ela diz o seguinte: *quando ele [Potácio] entrou na área política, ele não conseguiu fazer para a comunidade o que ele esperava que a política fosse alcançar, mas a comunidade não consegue ver que o momento que ele está dentro de uma Câmara de Vereadores, e todos são de um partido diferente do teu, eles vão te barrar. A ideia, a intenção deles é dividir. Quanto mais dividida a comunidade está, menos chances tem de crescer*¹⁰². Relembro dessas falas aqui, pois considero importante essa consciência, especialmente neste contexto, evidenciando que as pessoas da comunidade não são ingênuas, elas percebem esses movimentos e buscam estratégias para reverter as consequências disso.

Nesse sentido, a Associação também faz um trabalho de conscientização com a comunidade sobre a importância da existência de uma associação ali, mas para além disso, sobre a conscientização de outros pontos, Adriela comenta em sua entrevista que houve um período que ela saía com seu Potácio e com outras pessoas para dialogar, militar, como ela mesmo diz, e isso ocorria também dentro da comunidade. Além disso, seu Potácio comenta que a Associação busca fazer parceria para realização de palestras na comunidade, um exemplo disso é quando ele fala que a Associação já trouxe historiadores e pesquisadores para estabelecer um diálogo com as pessoas sobre história e cultura, o que está dentro desse movimento de conscientização que ela se propõe.

Esse trabalho se faz necessário, pois uma das questões apontadas pelos entrevistados que participam ativamente da associação, na maioria dos casos, em cargos de gestão é que há casos de pessoas que se utilizam dos benefícios que são obtidos através de um trabalho realizado pela Associação, mas não a reconhecem e, em outros casos, mesmo reconhecendo essa importância,

¹⁰¹ Adriela de Souza Brito Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, Agente Comunitária de Saúde e Secretária da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2023, página 213 desta tese.

¹⁰² Adriela de Souza Brito Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, Agente Comunitária de Saúde e Secretária da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2023, página 213 desta tese.

não querem se responsabilizar, tanto que Adriela comenta em sua entrevista que normalmente são sempre as mesmas pessoas que estão nos cargos de diretoria da Associação, pois é difícil encontrar alguém que queira assumir essa responsabilidade. Dona Vera em sua entrevista ressalta a importância da Associação e aproveita para puxar a orelha daqueles que não a valorizam quando fala o seguinte: *o que vem da Associação não é para a gente ou para a Associação, é para os nossos netos que estão crescendo, é para os filhos. É para manter a comunidade. Mas só que eles não veem assim, né? Falta uma valorização das pessoas, se valorizar, porque nós temos valor e esse valor só quem cultiva somos nós mesmos. E é importante ter uma associação aqui para manter a história. A gente podia fazer tanta coisa através da Associação, porque a nossa comunidade é grande*¹⁰³.

Então, é necessário também ressaltar as conquistas; nas conversas e entrevistas que tive percebi que muitas coisas chegaram na comunidade por meio de intervenções da Associação e da participação das lideranças nos movimentos sociais e organizações negras e quilombolas, como o caso da Emater que seu Potácio comenta que foi por meio de reivindicações que ela chega até a comunidade para trabalhar com as demandas apresentadas pela população e é uma parceria que perdura. A questão das cestas básicas recebidas pela comunidade no período da pandemia e que foram distribuídas pela Associação, como apontado pela Albana. A melhoria das casas através de um projeto estadual, que segundo Juliano, só chegou à comunidade após a associação correr atrás disso reivindicando. Há outras que não foram mencionadas, mas que estão registradas nas entrevistas textualizadas nesta tese, porém quis ressaltar isso aqui para, minimamente, exemplificar de forma concreta a importância dela para a comunidade.

Nesse caso que vou encerrando por aqui é evidente que a comunidade ao longo de sua história traçou várias lutas, algumas eu comentei por aqui, como a luta por emancipação de sua população, lá na sua formação e uma das lutas mais recentes, mas nem tão recente assim, é pela educação, e é possível afirmar que um marco na memória da comunidade em relação a isso, foi a luta de Manuel Albino para abrir uma escola na comunidade. Portanto, essa questão da educação, como comentei anteriormente, é história para outro caso.

¹⁰³ Vera Lucia Teresinha Rodrigues colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, cambona do Centro de Umbanda Ogum da Lua. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 02 de março de 2023, página 335 desta tese.

6.1 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. Quilombolas e novas etnias. Manaus: UEA Edições, 2011.

ANJOS, J. C. G. dos. A Comunidade de São Miguel. In: ANJOS, J. C. G. dos.; SILVA, S. B. da. **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004a. p. 33 – 43.

ANJOS, J. C. G. dos. Apresentação. In: ANJOS, J. C. G. dos.; SILVA, S. B. da. **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004b. p. 13 – 17.

ANJOS, J. C. G. dos. Identidade Étnica e Territorialidade. In: ANJOS, J. C. G. dos.; SILVA, S. B. da. **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004b. p. 63 – 118.

ANJOS, J. C. G. dos.; ALMEIDA, L. S.; SILVA, P. S. da. Evidências Históricas da Territorialização. In: ANJOS, J. C. G. dos.; SILVA, S. B. da. **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 45 – 62.

ANJOS, J. C. G. dos.; LOPES, D, L. Organizações Locais e Conformação de Pleitos. In: ANJOS, J. C. G. dos.; SILVA, S. B. da. **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 139 – 150.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 19 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto de 20 de novembro de 2009**. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis abrangidos pelo "Território Quilombola Comunidade São Miguel", situado no Município de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/2009/decreto-47409-20-novembro-2009-593375-publicacaooriginal-118018-pe.html>. Acesso em: 19 jul.2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Portaria nº 258, de 19 de outubro de 2007**. Disponível em: https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2017/04/P_SaoMiguelRS2007.pdf. Acesso em: 19 jul.2024.

BRASIL. **Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011**. Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Brasília, DF, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112519.htm. Acesso em: 03 out. 2024.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (CRQ s) publicada no dou em 22/08/2022, atualizado em 12/05/2025. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>. Acesso em: 19 jul. 2024.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 28, p. 56–63, 1996. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/28364>. Acesso em: 15 jul. 2025.

RESTINGA SÊCA, Prefeitura Municipal de. O Município. **História**. Restinga Sêca, 2024. Disponível em: <https://www.restingaseca.rs.gov.br/o-municipio/historia>. Acesso em: 10 jul.2024.

SANTOS, A. B. dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SOUZA, V. S. de. Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 42, n. 89, p. 93 – 115, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472022v42n89-06>. Acesso em: 11 mai. 2025.

TRINDADE, J. C. D. **A capoeira em território da comunidade quilombola “São Miguel Velho” em Restinga Sêca - RS**. 2025. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria - RS, 2025.



*Quando nós falamos tagarelando
E escrevemos mal ortografado
Quando nós cantamos desafinando
E dançamos descompassado
Quando nós pintamos borrando
E desenhamos enviesado
Não é por que estamos errando
É porque não fomos colonizados
(Nego Bispo)*

7 ESCOLA QUILOMBOLA: UM CAUSO SOBRE A EDUCAÇÃO OFERTADA À POPULAÇÃO DA/NA COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO MIGUEL E SUAS LUTAS PELO ACESSO AO SISTEMA OFICIAL DE EDUCAÇÃO

A história da Escola Manuel Albino Carvalho, localizada no território da comunidade quilombola São Miguel, começa antes da sua construção ou inauguração. Ela começa com a necessidade da comunidade quilombola daquele território elaborar estratégias para garantir sua emancipação social, de modo a garantir às pessoas dessa comunidade o domínio da linguagem que permeava o discurso hegemônico¹. Para isso era necessário estar inserido no sistema oficial de educação².

Essa luta pelo acesso à educação toma força na década de 1950. O falecido tio Panda³ contou em uma entrevista fornecida a José Carlos Gomes dos Anjos e Dilmar Luiz Lopes, que existiam escolas em comunidades próximas a São Miguel, porém entendo que essa questão de próxima era relativo, já que na época as crianças tinham que ir caminhando. Tio Panda dizia que as crianças saíam de madrugada, *batendo tamanquinho*⁴ e só chegavam às duas, três horas da tarde em casa, cansados. Ele relatou outra dificuldade para acessar essas escolas, e isso diz respeito ao preconceito, pois como ele traz em sua fala, uma dessas escolas só recebia aluno branco, no caso, descendente de alemães. Ele disse *o preto não ia, só ele*⁵. A escola que as crianças da comunidade podiam frequentar era uma escola localizada na comunidade de São Miguel Novo⁶, que era dita dos italianos.

Seu Potácio⁷ por sua vez, em sua entrevista a esta pesquisa, relembra da época em que estudava e frequentava tal escola em São Miguel Novo, antes de ser construída a escola na comunidade que posteriormente veio a se chamar Manuel Albino Carvalho. Ele conta que as

¹ Discursos hegemônicos são, portanto, aqueles usados para legitimar uma ideologia dominante e sustentar relações desiguais de poder. Por meio da linguagem, esses discursos geram um senso comum em torno de situações estabelecidas, favoráveis à manutenção de um poder dominante e/ou hegemônico (ZACCHI, 2006, p. 11)

² (Anjos; Lopes, 2004).

³ Idelmiro Carvalho, tido como uma das lideranças da comunidade.

⁴ (Anjos; Lopes, 2004, p.145).

⁵ (Anjos; Lopes, 2004, p.145).

⁶ Ver localização de São Miguel Novo, que no mapa apresentado na figura 3 no caso introdutório é denominada apenas como São Miguel.

⁷ Roberto Potácio Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e Presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

crianças levavam de 40 minutos a uma hora para chegar até a escola e ainda faz uma comparação com a situação da escola atual, em que ele dizia que nos últimos anos percebia a liberação das crianças para sair mais cedo da escola quando chovia ou se percebia que o tempo estava se preparando para chover, algo que ele critica, uma vez que na sua época de estudante não era assim, fazia chuva, ou fazia sol, eles eram liberados no horário pré-estabelecido e tinham que voltar para casa, caminhando.

Mas voltando a falar sobre o começo da escola que oferece o ensino regular na comunidade. Nessa entrevista a José Carlos e Dilmar, tio Panda contou uma história de que um dia em que estava arrumando a estrada, roçando os matos, passou o primeiro prefeito eleito depois da emancipação de Restinga Sêca, Eugênio Gentil Muller, que o viu trabalhando e parou para conversar, uma vez que já se conheciam, pois tio Panda tocava nos bailes para ele. Nessa conversa, tio Panda diz ter falado ao prefeito sobre a questão de não ter escola na comunidade, e que para ir à escola precisava caminhar cerca de seis quilômetros. Então, nessa conversa, Eugênio falou para tio Panda pegar um papel e sair pela comunidade recolhendo a assinatura dos pais das crianças, dando a entender que se ele encontrasse mais de 15 crianças, faria algo. Ele encontrou 45 crianças sem aula, e fez com que esse papel chegasse até Eugênio, que realmente tomou providências quanto a isso. Mas ainda era preciso encontrar um local para construir essa escola. Foi quando tio Panda doou uma área que era de seu pai, Manuel Albino Carvalho (1864 -1950). Ele contou que ficou cerca de 30 dias em São Borja⁸ e, quando retornou, a estrutura das duas escolinhas de madeira que foram construídas ali já estavam quase prontas, estrutura essa que foi construída com a ajuda dos moradores da comunidade⁹.

Em março de 1960, foi inaugurada a escola na comunidade, atendendo crianças da 1ª a 4ª séries. Porém, mesmo com a necessidade e busca por uma escola sendo feita por uma pessoa da comunidade, mesmo com o terreno doado para a construção da escola sendo de uma pessoa da comunidade, a construção da escola ter sido feita com a ajuda das pessoas da comunidade, em sua inauguração, a escola recebeu o nome de Escola Edmundo Bischoff, este um homem branco, de origem alemã, que invadiu e ocupou parte das terras da comunidade no ano de 1917 no processo de implantação de colônias italianas e alemãs na região¹⁰.

⁸ Município sul-rio-grandense, localizado na região da fronteira oeste do estado, distante 585 km da capital Porto Alegre e 355 km de Restinga Sêca, município onde está localizada a Comunidade Quilombola São Miguel.

⁹ (Anjos; Lopes, 2004).

¹⁰ (Anjos; Lopes, 2004).

Na entrevista com seu Potácio¹¹, este conta da lembrança que tinha de a escola ter sido construída nos anos de 1960, mas não recordava bem a data, e que ele saiu daquela escola distante, São Miguel Novo, para estudar na escola da comunidade, que se chamava Edmundo Bischoff, e comenta sobre a escola ter chegado na comunidade através das chamadas brizoletas, que foi um projeto educacional do governo estadual de Leonel Brizola, de 1959 a 1963, chamado “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul”. Esse foi um projeto que resultou em uma significativa expansão quantitativa do sistema de ensino público no Rio Grande do Sul¹².

Ficou evidente que a comunidade não estava nada satisfeita com o nome dado para a escola, pois não era somente um nome, mas aquilo que ele representava, novamente estava sendo negada a identidade daquelas pessoas. Em 1975, devido ao número de crianças na escola, foi necessário realizar uma ampliação das dependências da escola e do número de professores. Novamente, a comunidade participou da construção da escola, e essa insatisfação com o nome foi demonstrada nessa ocasião. Tanto que no dia 29 de junho de 1975 foi realizada uma assembleia geral na comunidade com a finalidade de trocar o nome da escola, a fim de demarcar esse espaço, que é tido como um espaço de poder e de manter viva a história da comunidade. Assim, no ano de 1975, ela é reinaugurada como Escola Municipal Manuel Albino Carvalho e passa a atender crianças da 1ª a 8ª séries¹³. Essas conquistas referentes à alteração do nome da escola e ampliação do seu espaço físico e pedagógico só foram possíveis porque a comunidade se juntou e lutou por seus direitos. Seu Potácio e Juliano¹⁴ em suas entrevistas para esta pesquisa falam sobre isso, mostram a indignação pela escola ter recebido o nome de Edmundo Bischoff em um primeiro momento e salientam a luta da comunidade na busca por mudanças. Juliano ainda fala sobre as posições de liderança assumidas pelo tio Panda e sua avó, dona Tete¹⁵, nessa luta.

¹¹ Roberto Potácio Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e Presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

¹² Os prédios escolares construídos visando aquele projeto eram chamados de brizoletas ou escolinhas do Brizola, e os professores contratados e número de alunos matriculados aumentou significativamente (Quadros, 2001).

¹³ Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências (Brasil, 1971).

¹⁴ Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e criador do grupo de capoeira “Grupo Paranaúê Rei Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

¹⁵ Leonir da Rosa, fundadora do centro de Umbanda Ogum da Lua, localizado na comunidade.

Figura 21 - Salão Comunitário e Escola Manuel Albino Carvalho no início dos anos 1980



Fonte: Acervo da EMEIEF Manuel Albino Carvalho.

Essa história da escola é conhecida na comunidade, como também é conhecido que o seu nome atual homenageia uma pessoa da comunidade que foi responsável pela doação do terreno, porém é um conhecimento mais superficial. Enquanto eu estava na escola, percebi que poucas pessoas a conheciam mais a fundo, tanto que me sugerem buscar a data de sua construção e quando foi alterado seu nome com a gestão da escola, me informando que possivelmente teriam essa documentação. Porém, quando fui pesquisar os arquivos da escola, percebi que esses documentos são escassos e um pouco confusos, tanto que a própria direção da escola diz estar procurando essa documentação devido às comemorações de aniversário da instituição. Após tomar conhecimento sobre esses fatos, me disponibilizei a ajudar nessa busca, inclusive entrei em contato com o arquivo municipal para ver se havia uma documentação arquivada lá, mas recebi a resposta de que como a escola ainda está aberta, essa documentação deveria estar arquivada na escola.

Depois dessa busca e de poucos materiais encontrados, acabei encontrando essas informações que mencionei no parágrafo anterior deste texto no livro *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais*¹⁶, livro que trata da história dessas duas comunidades quilombolas. Foi nele que encontrei registrada as datas de construção e inauguração da escola e como ocorreu esse processo. Na entrevista com o seu Potácio e Fabiana comentei que

¹⁶ (Anjos; Silva, 2004).

já havia feito algumas pesquisas e entrado em contato com prefeitura e arquivo municipal para saber dessas informações, mas que havia obtido a mesma resposta de ambos os lugares: que eles não tinham nenhum arquivo ou informação para me passar a respeito. Então, seu Potácio¹⁷ comentou que isso é mais uma das formas da sociedade de Restinga e, mais especificamente, de quem está no poder, governando o município, de mostrar resistência quanto à existência da Comunidade Quilombola São Miguel. Fabiana complementa a fala do pai e diz o seguinte: *quanto mais alguém pesquisar e se eles derem informação, vai estar legitimando. Eles não querem, né? Eles não querem legitimar a comunidade, então eles negam isso, dizem que não têm informação*¹⁸. Essa negação da existência de uma, na verdade, três comunidades quilombolas e de uma escola quilombola no município já foi algo comentado e abordado em outros causos ao longo dessa tese, ou seja, não é uma novidade, e a comunidade tem consciência que isso acontece devido ao racismo que está enraizado na sociedade.

Bem, mas continuando a falar da escola, ao longo dos seus mais de 60 anos de existência, ela foi passando por reformas e ampliações para atender a demanda das comunidades ao seu entorno, pois como Adriela relembra, em determinado período, a comunidade era bem mais populosa do que se encontra na atualidade, e a escola recebia crianças de comunidades que ficavam nas redondezas, porque mesmo havendo outras escolas nas proximidades, nesse período que ela conta de quando estudava (nos entornos dos anos 90), elas não atendiam até a 8ª série do 1º grau, como era o caso da Três de Outubro¹⁹ que só atendia até a 4ª série, então nessa época havia uma demanda grande de crianças em fase escolar, tanto que existia até mais de uma turma por série em determinado período.

Então, aquela escola que chegou com as conhecidas brizoletas, no seu início e, como conta seu Potácio, devido às demandas, passou por uma ampliação, que foi quando construíram os prédios no formato de L. Quando houve a alteração em seu nome, lá na década de 70, foi ampliado seu tamanho e reconstruída em alvenaria. Anos depois passou por uma nova ampliação, com a

¹⁷ Roberto Potácio Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e Presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

¹⁸ Fabiana Leonir Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel e líder do grupo de dança afro “Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, página 273 desta tese.

¹⁹ Escola Municipal de Ensino Fundamental Três de Outubro, localizada na zona rural de Restinga Sêca, distante 5km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

construção de uma parte de dois andares. No ano de 2013 sofreu com intempéries, quando um pinheiro caiu sobre ela, havendo a necessidade de uma reforma. Nesse momento, por decisão da gestão passou por uma reorganização na distribuição das salas, passando de sete salas de aula para cinco. A organização dos cômodos passou a ser conforme o apresentado na figura 23, referente a planta baixa da escola. Porém como relembra Albana, onde na planta está indicado a sala de informática, na verdade foi transformada em sala de atendimento especializado; no local indicado como da secretaria, também funcionava a direção; e o local onde está indicado que ficava a direção, se tornou um depósito. Além disso, no segundo andar onde estão indicadas salas de aula, funcionavam somente, e ainda funcionam, a biblioteca e a sala de informática. Alceri também recordou desse episódio que ocasionou vários estragos na escola, tanto que ficaram em torno de *dois anos com a escola toda depredada, parecia uma tapera*²⁰. Ela conta que nesse tempo a quadra de esportes era aberta e quando chovia não havia educação física e que a escola não tinha muita condição, pois não era vista como uma prioridade do município, mas diz ter percebido com o passar dos anos que houve uma pequena mudança nesse pensamento, porém com base nas suas vivências, trabalhando em diversas escolas do município ela diz ainda ser visível a diferença de tratamentos entre escolas.

²⁰ Alceri de Fátima Lemos da Silva colaboradora dessa pesquisa. Professora da Escola Estadual de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de janeiro de 2023, página 173 desta tese.

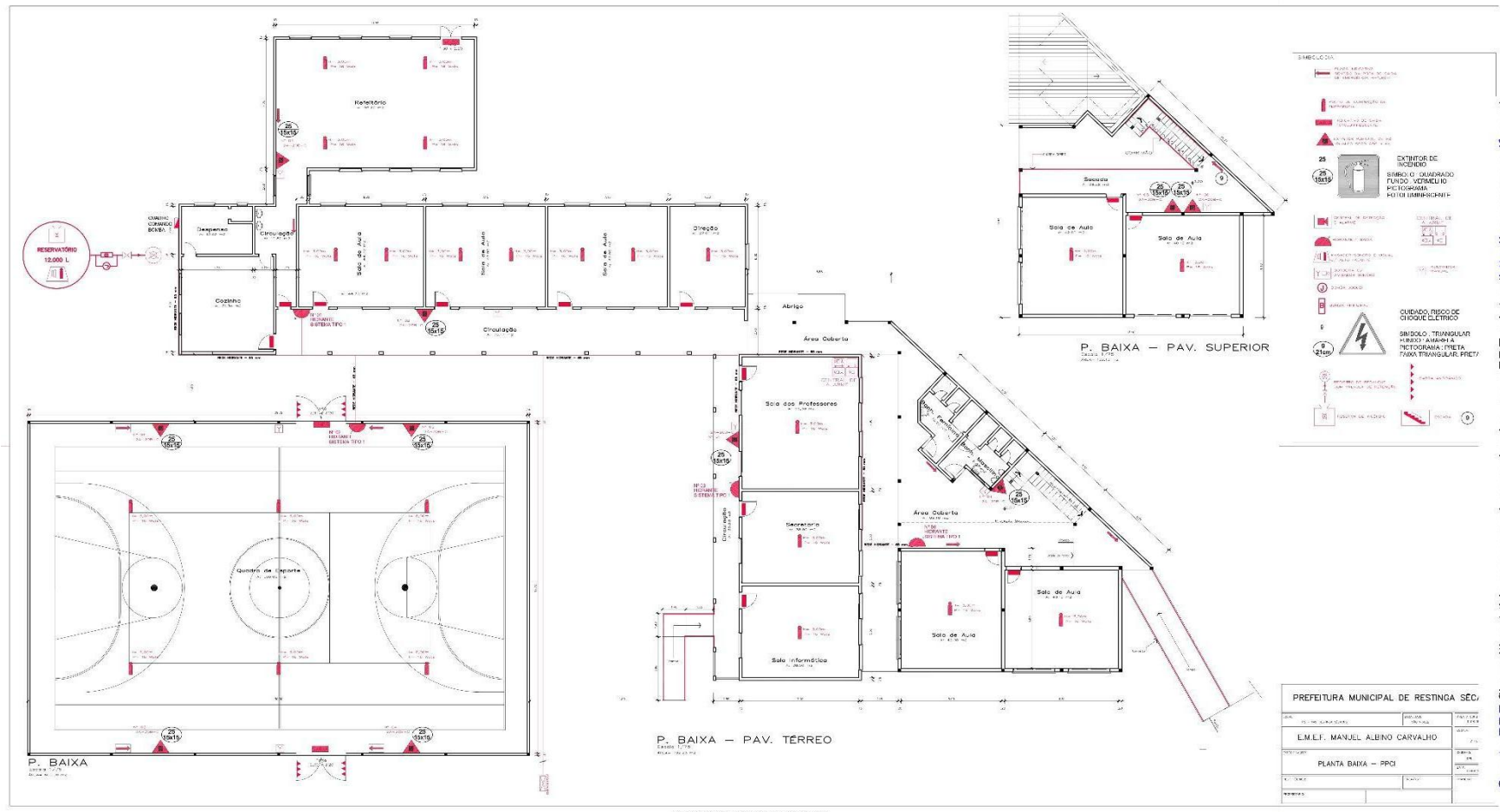
Figura 22- Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho por diferentes ângulos no ano de 2022.



Fonte: Acervo da autora.

Quando cheguei à escola, em 2022, para a realização o trabalho de campo essa organização já estava um pouco diferente: onde um dia foi a sala de atendimento especializado que a Albana comentou, voltou a ser sala de aula, e o atendimento especializado era feito no cômodo indicado na planta baixa como direção, que foi dividido, ficando apenas uma das partes destinada ao depósito e arquivos e outra destinada ao atendimento especializado. Além disso, a escola estava passando pela reforma das duas salas que ficam no térreo do prédio de dois andares, pois ali seriam as salas da creche. Inclusive, no momento em que Albana estava contando sobre o acontecimento da árvore, ela também comenta sobre essa situação mais atual da escola, que com a retirada dos anos finais, nem serão mais utilizadas todas as salas nos dois turnos, então teria espaço para os estudantes continuarem ali e nem seria necessário ter todas as turmas multisseriadas, que essa justificativa não poderia ter sido dada para ter feito a mudança que foi feita.

Fonte: Fornecida pela Prefeitura Municipal de Restinga Sêca.



No período que estava em campo, várias foram as pessoas que, contando sobre o tempo em que estudaram na escola, comentavam sobre como era a infraestrutura dela. Fabiana¹ foi uma dessas pessoas, ela se recorda de quando tinha 10 anos, então na década de 90, existia a estrutura em formato de L da escola, e que ainda não existia o prédio de dois andares e o ginásio. Na entrevista com Juliano, que ocorreu na escola, ele ficava visitando memórias de quando estudava ali, também na década de 90, e de como eram aqueles espaços: *essa parte tinha o campo, tinha uma horta [apontando para onde atualmente se localiza o prédio de dois andares da escola, a chamada parte nova], que era para lá, afunilada. Tinha uma goleira grande, que era onde tinha os balanços e aí nós cortamos os balanços e fizemos uma goleira para jogar atrás e aqui na frente, bem no meio dessa quadra aqui, tinha um pé de seringueira, tinha um pé de seringueira bem no meio, tá? E as atividades de salto em distância, alguma coisa assim, eram desse lado aqui, nesse corredor [onde atualmente é a pracinha], a quadra de vôlei e de futebol eram ali assim, que tinha umas goleiras de madeira. Os banheiros já eram normais, mas tinha uns banheiros antigos na parte de trás, que é a parte lá onde tem aquele prédio, lá onde é o refeitório, aí tinha os banheiros de material lá que era meninos e meninas, que era para a parte dos fundos. E tinha umas patentes que a gente fala aqui, tinha uns buracos grandes onde jogava o lixo, jogava os papéis ali e nós queimava e tinha outro buraco que era para os lixos orgânicos que saía da cozinha, coisa e tal, jogávamos ali, era desse jeito. Depois mudou, demoliram aquelas patentes que tinha lá, aí ficou um bom tempo parado aquilo ali. Aí, lá fizemos a horta, daí saiu daqui assim [de onde atualmente se localiza o prédio novo e passou para os fundos da escola], a horta saiu daqui, passou para lá, e aí depois fizeram a quadra, que nós tínhamos a quadra aqui que não era coberta, era só aberta de cimento bruto. Quando fizeram essa mudança de fazer a quadra eu já tinha me mudado para Agudo, estava estudando em Agudo, quando eu voltei dois anos, três anos depois, eu cheguei aqui, a quadra já estava pronta, já tinha mudado tudo. Aí, foi a época que eu vim morar com a minha prima. A quadra de antes do ginásio não era menor, ela ficou do mesmo tamanho, só fizeram o ginásio, né? Ela tinha uma parte*

¹ Fabiana Leonir Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel e líder do grupo de dança afro “Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

*alta, fizeram o ginásio ali assim, ela ficou do mesmo tamanho, é do mesmo jeito que era antes*².

Aí tu que está lendo pode ficar te perguntando, por que falar tanto dessa estrutura física da escola? O primeiro motivo é pelo fato de que essa estrutura, desde o terreno, até as ampliações, construção de um ginásio (que não é da escola, mas sim da comunidade, porém a escola pode fazer uso dele sempre que for necessário, pois tem livre acesso), foram conquistas da comunidade. O outro motivo, é que em determinado momento, como logo vou contar, essa estrutura e esse modo como a escola era organizada ali propiciavam um outro tipo de relação entre escola e comunidade, uma relação que pelas falas das pessoas dali, era mais próxima.

Mais de 60 anos de história da Escola Manuel Albino Carvalho: relações com a comunidade quilombola São Miguel

Então, falado sobre a construção e estrutura da escola, quero falar agora sobre a educação que foi e vem sendo ofertada para a população da Comunidade Quilombola São Miguel, mais especificamente, a educação ofertada pela Escola Manuel Albino Carvalho que é a escola quilombola, pois está localizada no território dessa comunidade, definido desta forma nas Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação escolar Quilombola³. Seu Potácio⁴ conta que quando começou a estudar ainda não existia a escola na comunidade, então ele caminhava de 40 minutos a uma hora para chegar a outra escola, localizada em São Miguel Novo⁵. Ele fala brevemente sobre como era o ensino naquela escola, dizendo que acredita que naquela época era mais puxado, ou seja, que era exigido mais do que é hoje, mas que o ensino daquela época, entre o final dos anos 50 e início dos anos 60 não fazia nenhum

² Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e criador do grupo de capoeira “Grupo Paranaúê Rei Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, páginas 219 e 220 desta tese.

³ Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (Brasil, 2012).

⁴ Roberto Potácio Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e Presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

⁵ Ver localização de São Miguel Novo, que no mapa apresentado na figura 3 no caso introdutório é denominada apenas como São Miguel

tipo de **relação entre escola e comunidade**, e quando ele mudou de escola e veio para a que foi construída na comunidade, esse modelo de ensino não se alterou. Então, ele “conclui” seus estudos na escola Manuel Albino Carvalho, que na época se chamava Escola Edmundo Bischoff. A palavra conclui está entre aspas, pois como ele conta, teve de largar a escola para trabalhar, uma situação que era comum de acontecer até não muito tempo atrás pelos causos que me contaram enquanto estava realizando o campo de pesquisa.

Dando um salto da década de 60 para a década de 90, quando Juliano, Fabiana, Denise e Adriela, colaboradores desta pesquisa, estudaram e comentaram sobre como era a educação nesse período, foi possível notar algumas alterações no ensino, porém muitas outras semelhanças, pois continuava a ser aquele modelo de ensino tradicional. Fabiana⁶ comenta que com exceção de algumas professoras, o ensino não buscava estabelecer uma relação entre escola e o contexto da comunidade de uma forma geral, da mesma forma que ocorria com o ensino no período em que seu Potácio e dona Vera estudaram. Mas essas exceções ficaram marcadas nas lembranças dos alunos que as vivenciaram, tanto que eles falam sobre algumas das atividades que eram desenvolvidas. Fabiana, por exemplo, se recorda de uma professora em específico que procurava trazer a história da comunidade para dentro da escola com certa frequência, a professora Elisane Dotto⁷, que lecionava Artes para eles. O nome da Elisane apareceu em outras entrevistas e em conversas que tive durante o campo quando o tópico era alguém que na escola buscava fazer essa relação, tanto que ela acabou sendo uma das entrevistadas e compartilhando um pouco das lembranças que tinha de quando lecionou na Escola Manuel Albino Carvalho.

Elisane⁸, em sua entrevista, contou sobre essas memórias, sobre algumas das atividades que realizou quando era professora da escola na década de 1990, e que ficaram marcadas para ela. Como quando fizeram uma pesquisa para realizar um resgate cultural na

⁶ Fabiana Leonir Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel e líder do grupo de dança afro “Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

⁷ Elisane Dotto, colaboradora dessa pesquisa. Formada no Curso Supletivo em Nível de 2º Grau para Habilitação de Magistério pela Fundação Educacional do Vale do Jacuí – FUNVALE em 1988 e em Licenciatura Plena em Educação Artística/ Habilitação em Artes Plásticas pela Universidade Federal de Santa Maria em 1995, atuou na escola no cargo de professora entre os anos de 1991 e 1994, no ano de 1996, entre 2002 e 2005, entre 2008 e 2011 e no cargo de diretora nos anos de 1997 e 1998.

⁸ Elisane Dotto colaboradora dessa pesquisa. Foi professora da Escola Estadual de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 12 de abril de 2024.

escola, ela diz que visitaram as casas das pessoas, fizeram fotografias. E nesse trabalho não visitaram apenas pessoas da comunidade, mas também foram em casas de pessoas de origem italiana e alemã, pois também havia alunos com essa origem na escola. Em outra atividade, ela também saiu com seus alunos pela comunidade e através de fotos, registravam o que as pessoas estavam fazendo naquele momento, até se recorda de tirar foto de alguém socando pilão e depois de voltar a escola, os alunos fizeram a reprodução dessas fotos com uma pintura, adicionando relevo utilizando materiais que eles tinham acesso, como tecidos, papéis, entre outros.

Nas falas das pessoas entrevistadas que foram alunas de Elisane⁹ e na sua própria fala foi possível perceber que ela era uma professora que procurava estabelecer essa relação escola comunidade, tanto que ela buscava essa integração não somente em suas aulas. Ela até comentou sobre um projeto que aconteceu na escola para a construção do muro onde foi colocado a tela que cerca a frente da escola atualmente. Nesse projeto os alunos saíam pela comunidade pedindo doação de tijolos, podia ser qualquer quantidade, e a comunidade participava, doava os tijolos e os alunos iam buscar. Por essas falas era notável que, naquela ocasião da década de 1990, graças à intervenção da professora Elisane, em especial, havia essa integração entre escola e comunidade. Elisane até comentou, em sua entrevista para esta pesquisa, que na época em que ela lecionava havia uma diferença da organização do ensino, que dava mais tempo e mais liberdade para o professor executar esse tipo de atividade, e que atualmente isso ficou mais restrito, mas ela enfatiza que se não dessem essa liberdade, ela insistiria nela, pois ela lutaria por aquilo que acredita e buscaria fazer o melhor. Além disso, Adriela¹⁰ que foi sua aluna, disse que os pais confiavam na escola, pois tinham um contato direto, então era comum os alunos e as alunas saírem para diferentes lugares com certa frequência.

Esses passeios, fossem para a comunidade ou para outros locais em determinado período, foram diminuindo, quase deixando por completo de serem feitos, e como disse Juliano, foi algo que aconteceu, eles foram diminuindo até que se tornou comum pouco se

⁹ Elisane Dotto colaboradora dessa pesquisa. Foi professora da Escola Estadual de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 12 de abril de 2024.

¹⁰ Adriela de Souza Brito Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, Agente Comunitária de Saúde e Secretária da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2023.

fazer esses passeios. Ele disse que voltou a perceber a ocorrência desses passeios para conhecer a comunidade e a cultura da comunidade quando a sua prima Denise, que era da comunidade, lecionou na escola. No período de realização do campo vivenciei o acontecimento de alguns passeios, porém, nenhum para a comunidade, e conversando com a direção percebi que há uma iniciativa da escola para a volta dos passeios¹¹ dos alunos, mas a grande maioria dos que ocorreram no ano de 2022, que foi quando cheguei na escola, ainda foram para locais fora da comunidade, mas foi uma mudança perceptível, tanto que Albana comenta sobre isso, que antes ela não via mais as crianças saindo e naquele ano ela ficou até surpresa com a quantidade de vezes que eles foram para passeios, e ela diz que isso incentiva a comunidade a fazer parte da escola, porque entende que isso aproxima, cria um diálogo com a comunidade, porque sai fora daquilo que é só saber com o teu filho está indo na escola.

¹¹ Lista e passeios realizados por estudantes da EMEIEFMAC no ano de 2022:

- Visita das/os alunas/os dos 2º e 3º anos aos pontos turísticos do município de Restinga Sêca (Estação Férrea de Restinga Sêca – Recinto Ferroviário; ELAS – Artistas locais e sua arte – Rosane Magoga e Carmen Borges/Exposição de fotos de Iberê Camargo); Caixa D’água; Praça Domingos Mostardeiros) no dia 24 de março de 2022 pela parte da tarde.
- Visita das/os alunas/os dos 4º e 5º anos aos pontos turísticos do município de Restinga Sêca (Estação Férrea de Restinga Sêca – Recinto Ferroviário; ELAS – Artistas locais e sua arte – Rosane Magoga e Carmen Borges/Exposição de fotos de Iberê Camargo); Caixa D’água; Centro de Eventos; Praça Domingos Mostardeiros; Cruz Luminosa e Capela da Cruz Luminosa) no dia 24 de março de 2022 pela parte da manhã.
- Visita das/os alunas/os do PRÉ-A, PRÉ-B e 1º ano aos pontos turísticos do município de Restinga Sêca (Estação Férrea de Restinga Sêca – Recinto Ferroviário; Praça Domingos Mostardeiros e Centro de Eventos) no dia 23 de março de 2022.
- Visita ao Circo Sul América que estava em Restinga Sêca, realizada em maio de 2022.
- Visita das/os alunas/os do 3º, 4º e 5º anos ao CTG Os Vaqueanos para assistir a peça teatral “Nosso Segredo”, no dia 24 de maio. A apresentação foi ofertada para turmas de 3º ao 7º ano pelo CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) referente ao dia 18 de maio, data alusiva ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
- Visita ao Centro de Umbanda Ogum da Lua no dia 17 de agosto, essa visita faz parte do projeto sobre Educação Patrimonial.
- Visita a Igreja Matriz – Paróquia Sagrado Coração de Jesus (Católica) e a Igreja Pentecostal Palavra Viva no dia 24 de agosto, essa visita faz parte do projeto sobre Educação Patrimonial.
- Visita a Igreja Evangélica de Confissão Luterana e a Igreja Adventista do Sétimo Dia no dia 26 de agosto, essa visita faz parte do projeto sobre Educação Patrimonial.
- Participação na “Mostra Pedagógica de Educação Patrimonial” onde ocorreu a apresentação dos trabalhos realizados pelos estudantes dos anos iniciais das escolas municipais realizada na Estação Férrea de Restinga Sêca no dia 21 de outubro de 2022. O tema da Escola Manuel Albino Carvalho foi Religiosidade.
- Visita realizada a Fazendinha do Bosque – Recanto do Maestro no mês de outubro de 2022.
- A Escola Manuel Albino Carvalho foi representada pela Supervisora Aline Dezotti Freitas, professora Denise Vieira e por dois estudantes do 1º ano na I JAI – Mirim no dia 09 de novembro.
- Participação no 5º Encontro de Projetos Culturais e Educacionais -AMF, em dezembro de 2022. Os alunos assistiram apresentações Culturais.
- Visita das/os alunas/os das turmas PRÉ-A, PRÉ-B, 1º e 2º anos ao Centro de Eventos de Restinga Sêca em dezembro de 2022.

Figura 24 – Visita a praia das Tunas no ano de 2022



Fonte: Acervo da EMEIEF Manuel Albino Carvalho.

Inclusive um dos motivos apontados por Juliano¹² pelos quais esses passeios não eram mais realizados, principalmente esses para conhecer a comunidade, era a falta de conhecimento, e consequentemente de vínculo entre a comunidade e os professores. Porém, algo que notei nos períodos que estive em campo, que foram períodos que abrangeram três diferentes anos letivos foi a **grande rotatividade de professores**, de um ano para outro a maioria dos professores da escola era alterado, e isso não foi algo que foi percebido só por mim, nas conversas que tive com pessoas da comunidade que tinham uma relação mais próxima com a escola, isso também era falado.

Então, esses professores ficavam somente por um ano ali, a maioria apenas em um turno e no outro trabalhava em outra escola e no próximo ano já não retornava para a escola, e por vezes isso não era uma escolha do professor, mas da prefeitura que fazia essa distribuição, isso também era uma consequência do fato que a maioria dos professores dali

¹² Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e criador do grupo de capoeira “Grupo Paranaúê Rei Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

eram contratados, e o contrato é por um tempo determinado, como Albana¹³ apontou, no período que estava lá havia apenas duas professoras que eram concursadas, o restante era contrato, e uma dessas professoras ainda pediu exoneração no início do ano de 2023.

Aproveitando que entrei no assunto professores, outro ponto que gostaria de destacar é que em determinado momento duas pessoas da comunidade foram contratadas como professoras pela prefeitura, mas apenas uma delas foi designada para a Escola Manuel Albino. Lembrando que nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica é salientado a importância e a preferência *de professores e gestores quilombolas nas escolas quilombolas e nas escolas que recebem estudantes oriundos de territórios quilombolas*¹⁴, e aí eu me pergunto e te pergunto: se a Secretaria de Educação tem esse poder de organização dos professores por escola, por que não colocou essas duas pessoas que eram da comunidade para lecionar ali na Manuel Albino Carvalho?

A escola nesse período de mais de 60 anos de existência teve pouquíssimos professores da comunidade. Nas conversas que tive foram mencionados apenas três professores que atuaram como professores regentes de turmas. No período que o Programa Mais Educação estava na Escola, Juliano também atuou como professor no projeto de capoeira. E Adriela, Fabiana e Denise já realizaram estágios para a conclusão de seus respectivos cursos na escola. Denise e Fabiana também já foram monitoras na escola, antes de serem professoras. Alceri relembra que o fato de ter professores dali trouxe mais pessoas da comunidade para a escola.

Então, com essa situação posta teoricamente, deveria ser ofertada uma **formação continuada a esses professores que atuam ali e não são quilombolas** para que eles aprendam sobre esse contexto, porém isso também não é feito. Quando estava em campo escutei sobre o calendário dessas formações, e era apenas no mês de novembro que seria ofertada uma formação sobre as relações étnico-raciais. Adriela¹⁵ fala sobre a questão município oferecer algum tipo de formação para seu professores, e enfatiza a importância

¹³ Albana Pereira Menezes, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, funcionária da EMEIEF Manuel Albino Carvalho. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 19 de dezembro de 2022.

¹⁴ (Brasil, 2012b, p. 6).

¹⁵ Adriela de Souza Brito Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, Agente Comunitária de Saúde e Secretária da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2023.

disso, pois afinal há três comunidades quilombolas ali, então os estudantes não estarão alocados apenas na Escola Manuel Albino, eles frequentam diferentes escolas do município, por esse motivo seria de extrema importância que fosse oferecida uma formação que abrangesse o contexto das comunidades quilombolas, porém como ela conta isso é feito em apenas em momentos específicos, sem uma continuidade.

Mas voltando a falar um pouco desse período que Elisane lecionou na escola, ela conta sobre a realização de atividades que buscavam melhorar a autoestima das pessoas da comunidade, que proporcionassem uma visão positiva sobre elas. Um desses trabalhos foi referente ao cabelo, pois os estudantes diziam que tinham um bombril na cabeça, chamavam de cabelo ruim. Então, ela fazia trabalhos sobre isso e dizia: *“Amanhã vocês vêm com o cabelo, ajeita o cabelo de vocês, dá uma...”* aí eu tirava foto e eles pegavam aquela fotinho e trabalhava com alto relevo. Fiz aquela ideia de trança do cabelo, essas coisas, para elas se valorizarem e enxergarem a beleza que tinham. Uns diziam *“Ah, nem espelho eu tenho para me enxergar nesse momento”*. Eu dizia *“Tá bem bonito, tá bem bonito”*¹⁶.

Para além desse trabalho que ela desenvolvia em sua disciplina, como já comentei quando contei o caso sobre o quilombo, Elisane foi a professora que quando chegou na escola buscou por conta própria pessoas que entendessem e falassem sobre a cultura e história da população negra para conversar com a comunidade e para ela aprender sobre essa realidade que não era vivida por ela. Em certos momentos ela se colocou como a ponte e em outros a incentivadora da dança afro, da capoeira na comunidade e desses diálogos para conhecer e valorizar a cultura e história, tanto que esses projetos, que em um primeiro momento não tinham relação com a escola, acabaram sendo inseridos nesse espaço de uma forma ou de outra.

Contando um pouco mais sobre como era a educação no período dos anos 90, Adriela lembra que nessa época *“tinha o Grupo Cívico e o Grupo Agrícola, era dividido assim. Grupo Cívico, a gente se encarregava por essas questões de hora cívica, de cantar o hino da Semana da Pátria, questões mais dessa parte assim. E o Grupo Agrícola se encarregava de cuidar da horta. Nós tínhamos uma horta na escola. A gente cuidava do pátio também. O Grupo*

¹⁶ Elisane Dotto colaboradora dessa pesquisa. Foi professora da Escola Estadual de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 12 de abril de 2024, página 346 desta tese.

*Agrícola cuidava do pátio, o pátio da escola então era responsabilidade muito nossa também*¹⁷. Ela e Juliano¹⁸ também falam sobre o cuidado e senso de responsabilidade que tinham com a escola, e que percebem que isso não é algo que se faz tão presente na educação atual. Na época em que estudavam, por exemplo, havia uma escala para cuidar da limpeza da sala, que ao final da aula dois, ou três alunos ficavam para limpar, varrer, tirar o pó da sala e deixar limpa para a turma da tarde, pois como era somente a tia Senira, encarregada de limpar e fazer a merenda, isso ficava muito corrido e então os estudantes acabavam ajudando nessas tarefas. Adriela lembra que havia vezes que eles queriam comer alguma coisa especial na merenda escolar, por exemplo, torta de bolacha, então eles se reuniam um dia antes de tarde e iam ajudar a tia Senira a fazer os cremes para depois montar a torta.

Figura 25 - Hora cívica da Escola no ano 2000



Fonte: Acervo da EMEIEF Manuel Albino Carvalho.

¹⁷ Adriela de Souza Brito Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, Agente Comunitária de Saúde e Secretária da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2023, páginas 181 e 182 desta tese.

¹⁸ Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e criador do grupo de capoeira “Grupo Paranaúê Rei Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

Figura 26 - Grupo Agrícola na horta escolar em 1998



Fonte: Acervo da EMEIEF Manuel Albino Carvalho.

Então, era comum crianças frequentarem o espaço da escola para além dos horários das aulas, Adriela¹⁹ conta que as crianças da comunidade iam para escola para brincar, para treinar, para limpar a escola, para ajudar a cuidar da horta, eram inúmeras as atividades que eles ali faziam e isso acontecia mesmo com as crianças que moravam um pouco mais distantes da escola, como era o caso dela, que morava a cerca de um quilômetro de distância e para chegar até a escola ela ia caminhando, pois não tinha ônibus nessa época. Ela lembra que quando chovia muito, ela tinha que passar por uma área que alagava, a água, por vezes, chegava a altura da panturrilha, então ela saía de chinelo e levava um outro calçado na bolsa, para trocar na escola, porque isso acontecia na maioria das vezes no inverno. Mas mesmo passando por esses desafios para chegar, ela ia, e fala o seguinte sobre a escola: naquele tempo, final dos anos 1990, início dos anos 2000, *era o nosso espaço, porque nós, tipo assim, o momento mais feliz quando a gente não estava em casa, era na escola. A gente achava qualquer motivo para estar na escola. Eu, pelo menos sempre fui, até eu falo pra minha guria hoje, eu tentava participar de tudo, porque nós não tínhamos um lazer, não tínhamos um...*

¹⁹ Adriela de Souza Brito Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, Agente Comunitária de Saúde e Secretária da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2023.

*Se não fosse aquela coisa da família, o fim de semana com a família, era a escola*²⁰. Ela lembra que além das crianças estarem muito no ambiente escolar, nessa época os responsáveis também se faziam presentes.

Além desses grupos mencionados, os estudantes também participaram do grupo de dança afro, do grupo de capoeira, mesmo sem ser um projeto da escola, e sempre que havia algum tipo de evento que propiciava espaços para apresentações, o grupo de dança afro e de capoeira estavam lá. Ela lembra que eles também participavam de competições esportivas com outras escolas. Então, como Adriela comentou, o espaço escolar era mais do que um lugar que eles iam para estudar, era um lugar de lazer, de conhecimento e valorização da cultura e história afro-brasileira e também da história e cultura da própria comunidade.

A **dança afro** foi trazida pela professora Claudete Silva para a comunidade, através de uma iniciativa da professora Elisane, como já comentei, mas ela foi desenvolvida dentro do ambiente escolar, em um primeiro momento. Foi ali que foi montado o Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi, Fabiana conta que *o grupo foi montado comigo, a minha cunhada e a minha outra prima que estávamos numas séries mais pra baixo. Digamos que nós estávamos na quarta, quinta e sexta série e os outros eram todos do oitavo ano, prestes a sair e quando eles saem, não tinha mais ninguém para dar. Ninguém mais convidou ela [Claudete] para vir e não tinha mais ninguém para tocar o grupo*¹. Com a finalização deste ciclo de participação da Claudete Fabiana foi convidada pela professora Elisane para dar continuidade e aceitou, ela fez isso enquanto estava estudando na escola, até o ano de 1998, e por mais uns dois ou três anos após a sua saída ela continuava a ensinar dança afro para as crianças menores, mas depois desse período acabou que na escola o projeto se encerrou.

No entanto, Fabiana realmente foi envolvida pelo projeto e não conseguindo dar continuidades com ele na escola ela decidiu trazer a dança afro para a comunidade, se tornando um grupo que não tinha mais essa ligação com a escola, apesar de várias integrantes terem sido batizadas na dança afro na escola e o grupo ter se originado nesse espaço. Ela conta que o grupo já chegou a ser dividido em dois, um para as crianças e outro para as adultas, mas que como o número

²⁰ Adriela de Souza Brito Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, Agente Comunitária de Saúde e Secretária da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2023, página 181 desta tese.

¹ Fabiana Leonir Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel e líder do grupo de dança afro "Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi". Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, página 311 desta tese.

diminuiu ficou apenas um e é algo que se tornou geracional, passado de mães para as filhas, sobrinhas, primas.

O Grupo é convidado para fazer apresentações em outras localidades, e na escola com certa frequência e isto é algo que acontece desde a criação do grupo, fato que percebi enquanto digitalizava as fotos da escola no período de campo, ali encontrei vários registros de diferentes anos de apresentações feitas pelo Grupo. Inclusive no ano de 2022, quando estava em campo, no evento da Escola Manuel Albino sobre o 20 de novembro o Grupo também se apresentou. Elisane² falou sobre o Grupo em sua entrevista e disse que o modo como elas fazem as apresentações, também é uma forma de levar o conhecimento sobre sua cultura para outros locais.

Figura 27 - Apresentações do Grupo de Dança Afro em 2001 e 1995



Fonte: Acervo da EMEIEF Manuel Albino Carvalho.

² Elisane Dotto colaboradora dessa pesquisa. Foi professora da Escola Estadual de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 12 de abril de 2024.

Até houve uma tentativa de voltar com o projeto de dança afro para a escola através do Mais Educação, pois havia dentro do Programa projetos que desenvolviam diferentes tipos de dança, como a tradicionalista, que chamamos de gaúcha, dança de origem alemã, italiana, porém quando levado a ideia da dança afro, não foi aceito, pois tinha que ser algum dos tipos de dança mencionados anteriormente. Quando Fabiana contou sobre sua participação no Mais Educação, ela também comentou sobre a dança afro e disse o seguinte: *a gente tentou introduzir a dança afro, mas não aceitaram dentro do Programa, teria que ser mais dança, tipo gaúcha, alemã, a dança afro não conseguiram introduzir*³. A primeira coisa que veio à minha cabeça quando ela contou isso foi: Por que pode danças de origem alemã e italiana e não pode dança afro? No município há população de origem alemã, italiana, bem como a população de origem do continente africano. Bem, sei que foi um pensamento ingênuo o meu, afinal o motivo volta a ser a falta de valorização e respeito pela história e cultura africana e afro-brasileira e o racismo presente na sociedade.

Também no Mais Educação, Juliano⁴ conta que em um primeiro momento veio para a escola um projeto para ser desenvolvido o jiu jitsu, então ele conversou com a direção sobre a possibilidade de incluir ou mudar para capoeira, afinal para ele fazia sentido ter um projeto de capoeira na escola, pois até o momento havia aulas de capoeira ali, mas somente quando a escola convidava para alguma apresentação e os estudantes acabavam frequentando o grupo fora do contexto escolar. Então, com o auxílio da direção da escola, foi alterado de jiu jitsu para capoeira, ele até menciona que foi o professor João Trindade⁵ responsável por buscar essa alteração.

Como falei, com exceção do período que foi incluída no Programa Mais Educação, a **capoeira** não possui uma ligação direta com a escola, afinal não foi um projeto desenvolvido ali dentro e as aulas do Grupo não ocorriam durante o horário escolar, com a exceção de quando

³ Fabiana Leonir Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel e líder do grupo de dança afro “Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, página 312 desta tese.

⁴ Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e criador do grupo de capoeira “Grupo Paranaú Rei Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

⁵ João Carlos Dias Trindade, formado no Curso de Educação Física – Licenciatura Plena no ano de 1988 pela Universidade Federal de Santa Maria, atuou na escola no cargo de professor de Educação Física no ano de 1993 e entre os anos de 2013 e entre os anos de 2013 e 2016, no cargo de vice-diretor no ano de 2014, 2017 e 2018 e no cargo de professor do Programa Mais Educação entre os anos de 2014 e 2016.

ocorriam os convites. Juliano⁶ enfatiza que sempre cobrou a disciplina e o comprometimento das crianças que estavam no grupo com a educação, então frequentemente ele falava com os professores para ver como estava o desenvolvimento delas em sala de aula, Alceri até comenta sobre isso em sua entrevista. Então, mesmo que os grupos não possuam uma relação direta com a escola, ainda permanecem emaranhados pelas suas vivências e pelas pessoas que ocupam esses espaços.

Figura 28 - Apresentação do grupo de capoeira na quadra da EMEIEF Manuel Albino Carvalho em 1997



Fonte: acervo da colaboradora Elisane Dotto.

⁶ Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e criador do grupo de capoeira “Grupo Paranauê Rei Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

Figura 29 - Apresentação do Grupo Paranaúê Rei Zumbi na EMEIEF Manuel Albino Carvalho em novembro de 2022



Fonte: Acervo da EMEIEF Manuel Albino Carvalho.

Nesse emaranhado de assuntos vamos continuar falando um pouco mais sobre a educação ofertada para a população da comunidade, ou a não ofertada e as **dificuldades com o deslocamento**. Adriela⁷ lembra que no período que estudou a escola possuía o Ensino Fundamental completo, inclusive ela conta que não tinha turmas multisseriadas, mas que acontecia de algumas séries chegar a ter mais de uma turma devido a grande quantidade de estudantes. Porém, o ensino ali se encerrava na oitava série, depois disso, se os alunos quisessem seguir estudando tinham que ir para cidade para fazer o Ensino Médio, e para isso era necessário transporte, porém o transporte não era gratuito e muitas famílias na época não tinham condições de pagar, como o caso de Adriela, que seus pais tinham três filhas e não tinham condições de pagar para as três o transporte, então quando ela completou 16 anos foi trabalhar na casa de uma família em Santa Maria para dar continuidade aos estudos e terminar o Ensino Médio e também para ajudar em casa, porque como Adriela contou, isso era algo passado entre as gerações, quem saía de casa para trabalhar, ajudava nas contas da casa, ajudava a vestir e ajudava com a educação dos irmãos mais

⁷ Adriela de Souza Brito Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, Agente Comunitária de Saúde e Secretária da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2023.

novos. Então, como havia casos de quem não tinha condições financeiras e saía para buscar trabalho e continuar os estudos, também havia os casos de quem parasse os estudos por ali, devido às condições econômicas. Comentei em outro caso que ouvi muito na comunidade sobre pessoas que não concluíram nem os estudos ofertados ali na escola, pois precisaram parar para trabalhar, como foi contado por seu Potácio e Juliano, por exemplo.

A história da educação ofertada para a população quilombola da Comunidade Quilombola São Miguel não é composta somente por partes positivas, pois essa educação que abrangia o contexto da comunidade era feita apenas por alguns, poucos, professores específicos, como comentado pelas pessoas que participaram desta pesquisa, no restante era uma educação que estava completamente alheia ao contexto das pessoas que faziam parte dela, e não parava por aí.

Adriela⁸ relembra da educação que teve nesse período que venho contando, tanto na escola Manuel Albino, quanto nas outras em relação ao **ensino da história e cultura africana e afro-brasileira**, o qual era restrito a história da escravidão e de zumbi. Ela conta que a compreensão que tem sobre essa história da cultura e história dela vai muito além de ser descendente de pessoas que foram escravizadas (e não de escravos) que aprendeu na escola, além de que essa luta envolveu muito mais gente, inclusive mulheres, como ela bem destaca em sua fala. Adriela diz que na escola *tu aprendia a questão da escravidão. Era aquilo ali que era abordado, tu aprendia em História essa questão de Zumbi dos Palmares, essa questão toda ali, que foi escravo, né? Então, tu aprendia o que? Que os nossos antepassados foram escravizados, eram escravizados e que nós éramos descendentes de escravos. Aí, a gente aprendia aquilo. Era a forma com que a escola passava pra gente. Que eu acho que isso não foi só aqui também, acho que muitas escolas, a base era isso. A gente não aprendia além disso. Então, tu crescia achando que tu é descendente de escravos. Eu digo achando, porque hoje eu já tenho outra concepção. Eu já tenho um outro aprendizado, uma outra mente. Porque eu estudei pra isso também. É diferente de qualquer outra pessoa. Se tu vai conversar com qualquer outra pessoa da comunidade, eles não vão ter esse pensamento porque eles não estudaram pra isso. Eles vão aprender. Claro que a comunidade evoluiu bastante também nessa questão de busca, assim, sabe? De resgate cultural, fez com que as mulheres aprendessem bastante. Só que o que fica muito é o que tu aprende na escola, né? Marca muito aquilo que tu*

⁸ Adriela de Souza Brito Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, Agente Comunitária de Saúde e Secretária da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2023.

*aprende na escola, porque a escola é a base e não sei se tem Livro Didático que te ensina muito além hoje*⁹. Essa fala de Adriela mostra uma concepção de história e cultura afro-brasileira por parte da escola carregada de racismo e de preconceitos, de uma visão estereotipada das pessoas que foram escravizadas e de seus descendentes. Depois dessas conversas, entendi como sendo um dos motivos pelos quais acontece aquilo que dona Vera fala e que comentei em outro caso, o de muitas pessoas dali não se reconhecerem como quilombolas.

Episódios de racismo também aconteciam e, infelizmente, ainda acontecem na escola, mesmo com ela localizada em território quilombola, e com a maior parte dos seus alunos sendo quilombolas. Juliano¹⁰ conta em sua entrevista que por serem de religião de matriz africana, ele, seus irmãos e primos eram excluídos, deixados de lado, isolados. Os colegas evitavam brincar com eles, pois diziam que eles pertenciam à religião do demônio, se referindo a Umbanda.

No entanto, como Juliano vai contando a história, percebemos que o racismo não era algo que acontecia só entre colegas, pois como ele conta os alunos eram separados durante a **aula de religião**, e um dia, vendo isso acontecer não entendendo o motivo, Juliano pergunta para a professora por que isso era feito e a resposta que ele recebe é a seguinte: *porque o Deus deles ali é maior que o de vocês*¹¹. Juliano diz que cresceu se questionando sobre o que acontecia nessas aulas de religião, se recorda de quando entrou na escola, na aula de religião ser questionado sobre qual era a sua e ele dizer que era umbandista, porém foi repreendido pela professora que ele não era, que essa religião não existia e que ele era católico, pois ele também era batizado na católica. Em conversas no campo descobri que era comum ter esse duplo batismo, tanto na Umbanda quanto na Igreja Católica.

Depois de escutar isso na escola, quando voltou para casa perguntou para sua avó o que eles eram e a resposta que ele recebeu foi que eram sim umbandistas, mas que precisavam dizer que eram católicos. Então, na volta à escola, ele muda sua resposta e diz ser católico, mas a resposta que recebe é que ele é de Saravá e então na entrevista em tom de desabafo ele fala: *Eu te pergunto*

⁹ Adriela de Souza Brito Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, Agente Comunitária de Saúde e Secretária da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2023, página 185 desta tese.

¹⁰ Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e criador do grupo de capoeira “Grupo Paranaú Rei Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

¹¹ Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e criador do grupo de capoeira “Grupo Paranaú Rei Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, página 237 desta tese.

*o que é Saravá? Por isso que o meu pai diz uma coisa assim “Tu só fala daquilo que tu tem conhecimento”. É uma linguagem Iorubá, Saravá quer dizer saúde, e aí “Ah, porque vocês são de Saravá, são da parte do demônio”. E ninguém brigava, ninguém brincava com nós “Óh, se vocês brigarem com eles, eles vão fazer um feitiço lá, um saravá pra vocês e vocês vão morrer”*¹². Ele conta que as professoras diziam que Saravá era coisa ruim e que quando ele tentava falar para explicar sobre, era interrompido, pois não cabia discussão para aquilo e lembra de não insistir mais nessa discussão, pois ele seria mandado para a direção.

Quando questionada na entrevista, Elisane que foi professora na escola no período em Juliano estudou, falou brevemente sobre essas aulas de religião, dizendo não lembrar de como a turma era organizada, pois ela não era responsável por tal disciplina. Mas ela lembra que as religiões reconhecidas eram a Católica e a Protestante e que todos os alunos da comunidade eram tidos como católicos, pois tinha *essa questão de dizerem que a Umbanda não existia, que não era religião, que era coisa de saravá. E depois, mesmo com o Ensino Religioso ecumênico, as professoras tinham dificuldade de assimilar aquilo ali e aí não conseguiam transmitir. Então, elas preferiam não transmitir, né? Deixar de lado. Faltava esse conhecimento por parte das professoras*¹³. Elisane comenta que existia esse preconceito e conclui a sua fala sobre esse assunto dizendo que esse preconceito ainda existe.

Elisane lembra de outro episódio de racismo que presenciou e ficou marcado em sua lembrança. Como mencionei em outros momentos ela fez um trabalho na escola e comunidade que abordava a valorização da história, cultura e identidade da população negra e lembra que nessa época ela falava em sala de aula sobre eles serem negros e não morenos, como até então eram chamados e havia um movimento sobre isso onde usavam bótons que continham várias frases de autoestima, como “O negro é lindo”. Certo dia ocorreu uma situação na escola, onde uma professora se referiu a um aluno como moreno e ele então chamou tal professora e a Elisane e perguntou para Elisane: *“Eu sou negro ou moreno professora?”* E ela respondeu que ele era negro, então este aluno se virou para a outra professora e disse *“Ah, viu óh professora, me chamou de*

¹² Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e criador do grupo de capoeira “Grupo Paranaúê Rei Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, página 240 desta tese.

¹³ Elisane Dotto colaboradora dessa pesquisa. Foi professora da Escola Estadual de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 12 de abril de 2024, página 351 desta tese.

moreno, não sou moreno, sou negro”¹⁴. Então, nesse período estava ocorrendo um movimento onde a comunidade estava retomando sua autoestima, e com isso questionava e não aceitava as coisas que eram impostas a ela.

Ainda sobre essa questão, Adriela diz não ter sofrido racismo na escola Manuel Albino no período em que estudava ali, porque ela diz que ali todo mundo era como ela, mas que teve um choque de realidade no primeiro ano do Ensino Médio quando teve de estudar na Escola Érico Veríssimo, que fica localizada na cidade de Restinga Sêca, pois os estudantes de todas as localidades do município eram destinadas para essa escola, devido a ser a única de Ensino Médio do município, ali ela diz ter sentido bastante *essa questão do preconceito racial*¹⁵.

No Livro *Educação antirracista: infância, resistência e combate ao racismo*¹⁶, a psicóloga Ester Maria Horta¹⁷ fala que *o racismo sofrido dentro e fora da escola tem um impacto significativo no desenvolvimento cognitivo e no comportamento dessas crianças. Há diversos tipos de impacto, porém, mais uma vez, eles serão considerados como consequências finais que terão destaque (dificuldade de aprendizagem, alterações comportamentais, evasão escolar, etc.), menos como a raiz da origem dos problemas, ou seja, o racismo. Quando exposto ao racismo, o desenvolvimento cognitivo da criança é afetado intelectual, social e emocionalmente. E essas questões de desenvolvimento estão ligadas a problemas comportamentais em crianças, afetando-as na infância e durante adolescência*¹⁸.

Essa questão do racismo presente nas escolas, e aqui vou falar mais especificamente, da Escola Manuel Albino Carvalho não foi uma coisa que ficou para trás, que acontecia somente nessa época contada por Juliano, pois logo nos meus primeiros dias de campo presenciei falas extremamente racistas de duas pessoas que trabalhavam na escola, fato que mencionei quando contei sobre a pesquisa de campo desta tese.

¹⁴ Elisane Dotto colaboradora dessa pesquisa. Foi professora da Escola Estadual de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 12 de abril de 2024, página 350 desta tese.

¹⁵ Adriela de Souza Brito Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, Agente Comunitária de Saúde e Secretária da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2023.

¹⁶ (Silva; Costa; Martinhago, 2022).

¹⁷ Ester Maria Horta possui especialização em Neuropsicologia pela Divisão de Psicologia do Hospital das Clínicas da FMUSP. Experiência nos temas: Neuropsicologia na área Psiquiátrica; Avaliação neuropsicológica e psicodinâmica; Psicoterapia Psicanalítica; Esclerose múltipla e Psicologia Social. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1846541353372488>.

¹⁸ (Horta, 2022, p. 139).

No entanto, há iniciativas que abordam essa questão do racismo, e para que essa visão preconceituosa sobre religiões de matriz africana seja desfeita. Denise¹⁹ comentou sobre isso enquanto participava da entrevista de dona Vera, sua mãe, em um momento que relembavam a sua infância na escola e que sofreu preconceito devido a religião, suas irmãs mais velhas também sofreram, e segundo ela era ainda pior, pois não queriam brincar junto, não deixavam nem chegar perto, porque eram netas da dona Tetê que tinha o Centro de Umbanda. Ela contou que foi feito um trabalho sobre religiosidade, trabalho este que ouvi falar enquanto estava em campo, que as crianças chegaram até a visitar igrejas de diferentes religiões e o Centro de Umbanda Ogum da Lua, inclusive ela conta que as outras crianças quando viram um coleguinha delas do pré tocar tambor, ficaram encantadas.

Dos ensinios da história e cultura afro-brasileira na escola Manuel Albino Carvalho

Saindo da posição de alunas da escola e indo para a de professoras, ou no caso, monitoras, Fabiana conta que quando ela e Denise começaram a faculdade de Pedagogia, no ano de 2010, começaram também a trabalhar como monitoras na escola Manuel Albino e se lembra que apenas elas duas trabalhavam a parte de cultura afro na escola, e esse trabalho ainda ficava restrito a datas comemorativas, especialmente no mês de novembro, devido ao dia da Consciência Negra. As professoras as procuravam, mas não para trabalhar em colaboração, mas para designar esse trabalho a elas. Tanto que ela conta que acontecia da seguinte forma: *Ah Fabi, tu me ajuda, o que nós poderíamos fazer com as turmas do segundo ano, com a turma do terceiro, com a turma do quarto? Quem sabe uma música, quem sabe uma dança, quem sabe isso?*²⁰ Porém eram elas que acabavam organizando as decorações, as apresentações, eram elas que pesquisavam as músicas, danças, leituras, peças de teatro, para serem utilizadas, entregavam para as professoras e ainda ajudavam nos ensaios. As professoras apenas faziam a apresentação no dia e ajudavam a colar os trabalhos que as crianças desenvolviam em sala de aula para realizar uma exposição com estes no dia do evento. No período em que estava em campo, percebi uma mudança em relação a isto: ainda que

¹⁹ Denise Maria Rodrigues Vieira, participou da entrevista de Vera Lucia Teresinha Rodrigues, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 02 de março de 2023.

²⁰ Fabiana Leonir Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel e líder do grupo de dança afro "Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi". Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, página 312 desta tese.

este trabalho fique mais restrito ao mês de novembro, notei um envolvimento de todas as professoras com a temática, levando atividades para serem desenvolvidas por seus alunos em sala de aula e se envolvendo na organização do evento no 20 de novembro.

Quando elas começaram trabalhar temas da comunidade quilombola, da religião, da dança afro, da capoeira, Fabiana percebeu que a gestão da escola abriu um pouco mais de espaço para a comunidade, porém nesse mesmo período que abriu esse caminho da comunidade ir à escola, se fechou o caminho da escola ir até a comunidade, pois como ela lembra, não havia mais professores que saíam a campo na comunidade para conhecer a realidade da comunidade e a sua história. E pela sua fala esse é um caminho que ainda não foi retomado, pois ela diz que *se tu pegar um aluno agora ali do quinto ano, que é a série mais velha que tem agora ali, eles não vão saber te falar nada da história da comunidade. Não vão saber te dizer quem são as pessoas mais velhas da comunidade. Não vão saber te dizer quem é o presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo, que representa toda a comunidade. Eles não vão saber. E se tu ir lá na Sete de Setembro fazer essa pergunta também para os alunos lá dos anos finais que saíram daqui eles também não vão saber, porque isso se perdeu*²¹, pois segundo ela não se trabalhava mais a história das pessoas escravizadas e da comunidade na escola. Enquanto, estive em campo percebi que havia um ensaio para retomada desse caminho, algumas pessoas até comentaram sobre isso em suas entrevistas para esta pesquisa.

Essa percepção de Fabiana também é compartilhada por Adriela, que diz perceber que o papel da escola em relação à cultura e história da comunidade está falho, ela exemplifica isso contando um fato que aconteceu com sua filha que estuda em uma escola na cidade, pois está fazendo o Ensino Médio. Lá, uma professora perguntou sobre a história da comunidade e apenas a filha sabia, sendo que havia outros colegas dela que também eram dali. Adriela salienta que a sua filha sabia, pois foi ensinado em casa, já que o assunto não foi abordado na escola. Mas ela não atribui a responsabilidade por essa falta de conhecimento somente à escola, ela diz que isso também é uma falha das famílias e da comunidade, porque também deve ser falado sobre a história em casa, afinal as pessoas dali conhecem, pois participaram inclusive das pesquisas que foram feitas com o objetivo de reconhecer a comunidade como quilombola. *Então, eles esqueceram de uma hora pra outra o que foi feito, eles esqueceram? Não! Assim, eu não consigo entender por que, te explicar*

²¹ Fabiana Leonir Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel e líder do grupo de dança afro "Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi". Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, páginas 300 e 301 desta tese.

*o porquê que parece que eles não passam, não transmite para os filhos um pouco daquilo que eles aprenderam*²².

Quando falamos do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas é impossível não falar da Lei 10.639²³, de 2003, pois foi essa lei que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira em todas as instituições de ensino fundamental e médio no Brasil, públicas e privadas. O primeiro parágrafo do Artigo 26-A diz que *o conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil*²⁴. Além disso, traz que esses conteúdos devem ser abordados em todo o currículo escolar, porém especifica algumas áreas em especial, que eram as áreas de Educação Artística, de Literatura e História Brasileiras. Juliano²⁵ e seu Potácio²⁶ enfatizam em sua entrevista que é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação fazer cumprir o que está na Lei 10.639, mas que isso não é feito, e eu aqui vou mais além, porque uma escola que mal cumpre com o que é abordado na Lei 10.639, torna óbvio que também não desenvolve a modalidade educativa de Educação Escolar Quilombola.

E não se pode usar da justificativa que a escola não possui **materiais para trabalhar o que é tratado na Lei 10.639**, pois como comentei em outro caso, na minha dissertação de mestrado²⁷ analisei materiais destinados pelo MEC para a Educação Escolar Quilombola, e no período de realização da pesquisa, entrei em contato com a Secretaria Municipal de Educação e com a Escola para saber se haviam recebido esses materiais, e obtive a mesma resposta de ambas, que a escola não havia recebido tais materiais, pois não era uma escola quilombola. Mas quando estava em

²² Adriela de Souza Brito Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, Agente Comunitária de Saúde e Secretária da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2023, página 212 desta tese

²³ Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências (Brasil, 2003).

²⁴ (Brasil, 2003, n.p.).

²⁵ Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e criador do grupo de capoeira "Grupo Paranaú Rei Zumbi". Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

²⁶ Roberto Potácio Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e Presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

²⁷ (Crestani, 2020).

campo e fui até a biblioteca da escola para verificar quais materiais a escola dispunha e se realmente não havia recebido esses materiais destinados pelo MEC para a Educação Escolar Quilombola, me deparei com eles na biblioteca, muitos com pouquíssimo sinal de que algum dia já foram manuseados.

Figura 30 - Alguns dos materiais encontrados na biblioteca da EMEIEF Manuel Albino Carvalho destinados a escolas quilombolas



Fonte: acervo da autora.

Quando me deparei com essa situação, comentei sobre esses materiais com a direção e com os professores, e especificamente, comentei durante a entrevista com seu Potácio e Fabiana, e Fabiana falou que tinha conhecimento sobre esses livros, que eles sempre estiveram dentro da escola e que até tinha uma professora que ficava na biblioteca, pois teve desvio de função e ela fazia questão de manter tudo organizado, registrando quem retirava os livros e quais livros

chegavam. E, para além disso, Fabiana diz que *sempre que chegava um livro novo ela mostrava para nós, como se dissesse “professoras, vocês vão ficar aqui no meu lugar”, ela sempre deu muita força pra mim e pra Denise, “vocês vão ficar aqui no meu lugar; vocês sabem, estão aqui, estão aqui”, as professoras sabem que tem. Até brincadeiras, e eu que sou quilombola, eu mesmo não sabia de brincadeiras africanas, eu fui aprender agora, depois de professora, pesquisando e aprendendo, sabe? Algumas a gente trazia de berço, de pai e mãe passar pra nós. Mas algumas, a gente não sabia e estava tudo ali. Eu nunca entendi o porquê de as professoras não irem lá até a biblioteca, tirar um tempo, tirar um livro para ela, para trabalhar em sala de aula. Nunca entendi o porquê, mas esses livros sempre estiveram ali. CDS, DVDs, jogos. Todos estavam ali, todos lacrados, novinhos*²⁸. Nessa conversa Fabiana ainda diz estar surpresa com essa falta de conhecimento da Secretaria de Educação e quando finaliza a fala que acabei de citar, seu Potácio a questiona em tom de surpresa *“Tudo de Educação Quilombola?”*²⁹ e ela responde que sim.

Inclusive, Fabiana conta que quando ela e Denise estavam fazendo os estágios da graduação em Pedagogia na escola, elas trabalharam com esses livros, pois os planos de aula eram elaborados com o objetivo de uma aula diferenciada, onde as professoras eram quilombolas e iriam dar aula para alunos, em sua grande maioria, também quilombolas. Nesse momento, ela conta que o estágio delas esteve a ponto de ser cancelado, pois quando nas informações passadas para a universidade era dito que elas estavam realizando o estágio em uma escola quilombola, porém quando a professora da universidade responsável pela orientação do estágio entra em contato com a escola, recebe a resposta que a escola não é quilombola e então essa professora fala para pararem o estágio, pois elas estavam fazendo um trabalho que não era verídico. Fato que foi contestado por Fabiana e Denise quando elas reúnem toda a documentação da Associação, o laudo, documentos que comprovam o reconhecimento da comunidade como sendo quilombola pela Fundação Cultural Palmares, o livro *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais*³⁰, que fala da história da comunidade e outros documentos além de pesquisas que foram realizadas na comunidade, justamente pelo fato dela ser uma comunidade quilombola. Ela conta

²⁸ Fabiana Leonir Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel e líder do grupo de dança afro “Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, página 289 desta tese.

²⁹ Roberto Potácio Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e Presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, página 289 desta tese.

³⁰ (Anjos; Silva, 2004).

em tom de desabafo e revolta: *então, todos esses trabalhos também teriam que ser cancelados, essas pessoas teriam que ter a graduação, mestrado, doutorado cancelados, de todo mundo, porque todas as pessoas que passaram pela universidade, passaram pela nossa comunidade e tiveram o trabalho deles aprovado pelo olhar da universidade, por que o nosso teria que ser embargado, sendo que a comunidade que eles investigaram, que eles trabalharam era nossa, era a mesma? Quando a gente escaneia todos esses documentos e envia para lá as nossas orientadoras, professoras de lá, elas nem entram mais em detalhe nesse assunto e mandaram a gente seguir com o estágio*³¹.

Na época desse acontecimento ela diz ter ficado triste com a pessoa que ocasionou tudo isso negando a existência da escola e da comunidade como sendo quilombola, afinal quando escutei esse relato percebi que é mais que a negação da existência desses locais, também é a negação da própria Fabiana como uma mulher quilombola. Essa pessoa estava negando a existência das origens de Fabiana, o seu pertencimento à Comunidade Quilombola São Miguel. Então, percebemos que o modo como esse assunto é encarado, as atividades que são desenvolvidas, se são desenvolvidas e como são dependem muito de quem está em uma posição de poder dentro das organizações, e não falo isso apenas por essa situação, pois outras situações que retratam isso já foram comentadas em outros casos ao longo desta tese.

Relação escola-comunidade e comunidade-escola hoje: dos anseios por uma aproximação e reconhecimento da cultura afro-brasileira

No entanto, só utilizar esses materiais em sala de aula não basta, é preciso pensar uma escola integrada à comunidade e para isso é necessário que seja construída uma relação de participação da escola na comunidade e da comunidade na escola. Nesse sentido, uma das temáticas abordadas nas entrevistas era justamente essa relação, que relação existe ali e quais pontos precisam ser discutidos.

Alceri, assim como Albana perceberam que nessa última gestão está ocorrendo um movimento de reaproximação da comunidade com a escola. Alceri lembra que quando entrou na

³¹ Fabiana Leonir Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel e líder do grupo de dança afro “Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, página 290 desta tese.

escola em 2013 notou que a comunidade estava mais afastada da escola, que participava do ambiente escolar somente em momentos específicos, como festa junina, comemoração do 20 de novembro, por exemplo, mas não eram membros atuantes no ambiente escolar. Ela conta que faz cerca de cinco anos, contando da data da entrevista, que ocorreu no ano de 2023, que vem percebendo uma gradativa mudança, onde as pessoas responsáveis por estudantes da escola estão se envolvendo na organização dos eventos, participando mais das reuniões escolares, estão mais presentes no cotidiano escolar, há uma valorização maior por parte da comunidade, ela diz que *hoje eles consideram que a escola tem um papel fundamental social para eles, tanto para discutirem, como para se encontrarem, para fazerem festa, para chorarem juntos*³².

Esse papel social atribuído à escola, foi um ponto abordado por Juliano, ele conta que na época que estudava a escola tinha um papel solidário na comunidade, de montar cestas para ajudar as pessoas que não estavam em uma boa condição no momento, ele destaca que na sua concepção *a escola não é só o aluno vir e estudar, a escola tem que ensinar o aluno ser solidário, o aluno ter inteligência através do estudo, sim. Mas a importância de ser solidário, de enxergar os outros irmãos, independente de cor, credo, religião*³³. Mas o modo como a escola encara e executa esse papel é importante, Albana lembra que houve uma determinada gestão em que não era pedido nenhuma doação ou ajuda da comunidade, os professores e funcionários que doavam as coisas e durante os eventos, as comidas, no caso, eram dadas sem custo, porém isso passava uma ideia de caridade, de que a escola estava fazendo caridade e fazia com que a comunidade se sentisse carente e a comunidade não queria isso, não se sentia confortável com esse tratamento, até porque as pessoas dali trabalhavam, então isso acabava ofendendo, como conta Albana³⁴. Já na última gestão, quando há eventos, como a festa junina, é solicitado a colaboração da comunidade, tanto com doações, como para ajudar na organização, e a comunidade faz isso, apesar da participação, principalmente, na ajuda para organização ainda ser pequena, mas é possível perceber que está ocorrendo uma mudança de pensamento e uma reaproximação.

³² Alceri de Fátima Lemos da Silva colaboradora dessa pesquisa. Professora da Escola Estadual de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de janeiro de 2023, página 171 desta tese.

³³ Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e criador do grupo de capoeira Grupo Paranauê Rei Zumbi". Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, página 269 desta tese.

³⁴ Albana Pereira Menezes, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, funcionária da EMEIEF Manuel Albino Carvalho. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 19 de dezembro de 2022.

No entanto, como apontado por Fabiana³⁵, as trocas entre a escola e a comunidade ainda são pontuais, acontecendo especialmente em datas comemorativas, ainda não é um trabalho contínuo que ocorre ao longo de todo ano e essas trocas na maioria das vezes ainda acontecem por iniciativa da comunidade. Seu Potácio fala *que por mais que haja a disposição da comunidade em dialogar, em trazer conteúdo, trazer experiência para os professores, não há vontade, não há um interesse em fazer a discussão acerca de um tema que muitas vezes a gente reconhece estar alheio à situação. Nem todo mundo é obrigado a saber da história de África, principalmente um professor que estudou outras matérias, ou estava num lugar ou no reduto, mais, vamos dizer, mais germânico, mais italiano, é claro, não tinha a necessidade, tinha dois ou três alunos pretos lá, diferentes. Mas eu penso que ser professor é renovação constante, é repensar constantemente*³⁶.

Fabiana³⁷ fala que não faltaram oportunidades para a escola aprender sobre a cultura e história da comunidade e quilombola, e utilizo o termo escola para fazer referência às pessoas que por ali passaram, pois sempre quando eram chamados estavam dispostos a ir lá, seja fazer uma fala, seja para levar alguém que conheça sobre determinado assunto, seja para fazer uma apresentação, a questão apontada por Fabiana é que na maioria das vezes entendiam que bastava essas participações esporádicas para que aprendessem sobre o assunto, não era dado continuidade. Na comunidade já foram realizados seminários com sociólogos, historiadores, sobre a história da África, sobre a história do Brasil e a presença negra no país e nesses seminários a presença de pessoas da escola ou da gestão municipal é coisa rara. Seu Potácio enfatiza que a comunidade está disposta, busca encurtar essa distância entre escola, comunidade e gestão pública, mas “*é uma luta bastante grande*”³⁸.

Então, há um movimento da escola buscar a comunidade para desenvolver atividades, porém na maioria são atividades esporádicas ou concentradas em um período do ano devido a comemoração de algo em específico, no caso o 20 de novembro. Um dos vários exemplos disso foi

³⁵ Fabiana Leonir Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel e líder do grupo de dança afro “Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

³⁶ Roberto Potácio Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e Presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, página 302 desta tese.

³⁷ Fabiana Leonir Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel e líder do grupo de dança afro “Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

³⁸ Roberto Potácio Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e Presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, página 303 desta tese.

o convite para uma senhora da comunidade vir cozinhar na escola para fazer quibebe para a merenda escolar, um prato de origem africana, que tem como principal ingrediente a abóbora, como um dos modos de comemoração desta data. Porém, não vi ocorrer nenhuma explicação para os alunos do porquê aquilo ali estava acontecendo. Nas Diretrizes, quando se fala sobre o calendário escolar diz que *o currículo da Educação Escolar Quilombola deverá introduzir as comemorações nacionais e locais no calendário, evitando restringi-las às meras “datas comemorativas”*³⁹, e para isso é necessária uma conversa com as comunidades para decidir quais datas consideram importantes e uma contextualização para os estudantes sobre o que determinada data significa.

Nesse sentido, seu Potácio diz ter divergências quanto às atividades realizadas relacionadas ao 20 de novembro, pois ele diz que quando é chamado *para falar de consciência negra, aí eles vão lá mostrar e não querem que a gente fale, porque eles mostraram o lúdico, colocaram cartazes, todos uma questão de adereço ali, mas dentro do lúdico. Sem falar da questão do 20 de novembro. O que é que significa o 20 de novembro? Essa consciência de que se fala, de que consciência nós estamos falando? Não estamos falando de uma consciência da gente comemorar um dia, mas de uma consciência de sociedade que foi racista, continua sendo racista, discriminatória, que tem hábitos e costumes excludentes e que, portanto, tem que rever, tem que rever nas suas atitudes, nessa sua forma de agir e saber de que o que ela pratica é um crime e um crime daqueles mais, como é que eu diria assim? Daqueles piores no sentido de que a palavra possa ter. O que afeta o sentimento da pessoa, afeta a mente, a alma de um ser humano, na história de um ser humano povoado por uma inferiorização que tu coloca a ele*⁴⁰.

Na verdade, nós estamos falando de um 20 de novembro de um tecido, de uma sociedade de libertação. Nós não estamos falando de uma libertação do 13 de maio, né? Nós estamos falando de uma libertação do dia seguinte, porque o 13 de maio é hoje, e amanhã? Amanhã eu vou fazer o quê? Qual é o nosso destino? O que é que está reservado para nós? É desse 20 de novembro, dessa consciência de que nós estamos falando, consciência de uma sociedade que tem uma dívida histórica para com esse povo e não quer sentar para discutir e não entende como dela as mazelas que é da situação negra no país hoje. Passa uma semana trabalhando com o aluno, quando na verdade, nos 365 dias do ano, ela não falou do papel do negro para a sociedade, não falou do

³⁹ (Brasil, 2012a, p. 44).

⁴⁰ Roberto Potácio Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e Presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, página 306 desta tese.

*valor daquela criança, no valor do cabelo dele, da presteza e da grandiosidade de homem, menina e mulher que elas podem ser a partir do estudo, daquilo que eles estão fazendo*⁴¹.

Então, desde que foi criada *associação lá em 2000, que também sempre fez essa troca, essa parceria, digamos assim, com a escola de fazer o 20 de novembro junto com a programação da escola e a comunidade trazer palestrante, trazer pessoas antigas para fazer uma roda de conversa e apresentações, a escolha da A Mais Bela Negra, sempre teve essa iniciativa da comunidade com a escola*⁴². Porém, havia gestões que não estavam abertas a esse diálogo, tanto que Fabiana⁴³ conta que a Associação fazia toda uma proposta de programação, mas quando chegava perto do evento, se referindo ao 20 de novembro, tudo era alterado, e normalmente era dado um pequeno espaço apenas para o presidente da Associação fazer uma fala com os anos finais, mas com o passar do tempo isso foi mudando. Mas, segundo seu Potácio e Fabiana, ainda há uma resistência não somente da gestão, mas dos professores e exemplificam isso comentando sobre um episódio de uma palestra feita pelo professor Jayro, que ao final dela, não demonstraram interesse sobre o assunto, não questionaram como poderiam desenvolver dentro de uma escola quilombola. Como ele conta, a postura assumida foi dizer que ali era uma escola normal, não uma escola quilombola. Postura essa assumida pela gestão municipal e espalhada aos quatro ventos para qualquer pessoa que questione sobre o assunto.

Adriela levantou um outro ponto para a discussão sobre a relação escola comunidade, ela disse sentir que já houve um período em que eram mais próximas, que havia uma relação direta, se referindo ao período em que estudou ali, e que sentia que nos últimos tempos a comunidade havia se afastado, ela fala que ocorreu um afastamento natural após a saída dos anos finais da escola, afinal diminuiu a quantidade de alunos, mas o ponto que ela destaca é que *parece que eles se desobrigaram muito. Hoje em dia, tipo assim, a dificuldade que tem de reunir os pais para ir lá na escola limpar o pátio, por exemplo. É uma das coisas que dá pra ti ver. Antigamente não, a escola era nossa, a escola era da comunidade. Os pais estavam lá dentro ajudando. Parece que hoje em*

⁴¹ Roberto Potácio Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e Presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, páginas 306 e 307 desta tese.

⁴² Roberto Potácio Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e Presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, página 300 desta tese.

⁴³ Fabiana Leonir Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel e líder do grupo de dança afro “Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

*dia tudo é obrigação do poder público também, sabe? A gente vê muito isso nas falas. Não querendo defender o poder público, mas se tu vai parar para avaliar, a minha época de aluna, tu via que os pais estavam mais lá dentro, ajudando mais*⁴⁴. Nessa época, o CPM também era muito atuante na escola, a comunidade se envolvia na organização dos eventos, tanto que as festas, como a festa junina, por exemplo, eram realizadas no salão comunitário da comunidade e isso arrecadava verba para a escola, Adriela lembra que esse tipo de prática, que envolve festa com bebidas alcoólicas foi proibida, que hoje se possui algo atrelado ao nome da escola deve ter um viés pedagógico, mas o ponto que ela destaca em sua fala era a existência desse envolvimento da comunidade como um todo.

A questão do CPM⁴⁵ também foi mencionada por Albana em sua entrevista, e nas falas de Adriela e Albana que remontam períodos distintos, percebemos como essa questão mudou, pois se Adriela lembra de um CPM atuante, até Elisane também comenta sobre essa participação ativa do CPM nos períodos em que esteve na escola. Já Albana⁴⁶ se recorda que por vezes a composição deste acontecia de uma forma curiosa, ela rindo da situação lembrou de quando Marli⁴⁷ parava as pessoas e segundo ela só dizia “fulano faz isso” e colocava o nome da pessoa, que era assim que ela conseguia pessoas para ocuparem as funções, pois nesse período a comunidade não estava muito participativa, então era a forma encontrada por ela de fazer com que as coisas acontecessem.

Ainda sobre a relação escola e comunidade, enquanto Adriela estava dentro da escola diz ter percebido que a escola busca a comunidade, porém era quando precisava de algo, quando precisava de alguém para fazer alguma atividade, algum evento, mas não era algo do cotidiano. Então, ela diz perceber que há falhas nessa comunicação e não só por parte da escola, ela aponta que há também falhas da comunidade, pois *é falha também da comunidade de achar assim, eu não tenho mais filho na escola, eu não preciso ir. Não sei, porque muitos terminam, o filho não está mais lá, acha que não precisa mais ir, não precisa mais tá lá presente, não precisa mais estar ali*

⁴⁴ Adriela de Souza Brito Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, Agente Comunitária de Saúde e Secretária da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2023, páginas 207 e 208 desta tese.

⁴⁵ Círculo de pais e mestres.

⁴⁶ Albana Pereira Menezes, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, funcionária da EMEIEF Manuel Albino Carvalho. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 19 de dezembro de 2022.

⁴⁷ Terezinha Marli dos Santos, formada em Magistério pelo Instituto Olavo Bilac, em 1969, possui Licenciatura em Química e licenciatura em Biologia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), em 1973 e 1975, respectivamente, atuou na escola no cargo de professora de 2007 a 2012, no cargo de diretora de 2013 a 2021 e no cargo de vice-diretora de 2022 até o presente momento (abril/2024).

*na escola, porque não tem mais filho estudando ali. Parece que eles acham que não tem mais aquela obrigação de estar ali, sabe? Mas aquele espaço continua sendo nosso, sendo da comunidade. E o momento que a comunidade está unida ali, é uma preservação bem maior*⁴⁸.

Essas **falhas na comunicação entre escola e comunidade** também foi algo percebido por Albana⁴⁹, e que segundo ela acaba gerando alguns conflitos. Um desses conflitos girava em torno do horário de chegada dos professores na escola, pois como vem de outras cidades e dependem de transporte público, por vezes acabam atrasando e as crianças ficam sem alguém responsável olhando por elas, tanto que mães acabavam ficando, já que sabiam que aconteciam desentendimentos entre as crianças. Mas a questão não é nem chegar atrasada, pois isso é algo que vem acontecendo há anos, pois a grande maioria dos professores vem de outros locais, até de outras cidade, fato que acontecia inclusive na época que Juliano estudava, fato que ele contou em sua entrevista, porém por algum período havia uma funcionária que por vontade própria deixava a sala aberta e ficava cuidando deles nesse momento de espera, no entanto, essa pessoas não trabalhavam mais na escola e não havia ninguém que fazia mais isso, o que estava gerando reclamações, até pedidos de retirada da professora. Então, ela entende que era necessária uma conversa com a comunidade para falar dessas situações, e ações por parte da direção para que as crianças não ficassem mais sozinhas. E como já comentei e Albana reforça isso, é a prefeitura que decide para onde vão os professores e a prefeitura sabe exatamente de onde esses professores são e vem, até porque ali é um município pequeno que propicia esse contato direto entre a prefeitura, no caso a Secretaria de Educação, e os professores que trabalham nas escolas municipais. E existe um outro fator que influencia nesse atraso na chegada nos professores, o fato que eles precisam vir de ônibus, porque se eles não fizerem isso, eles não ganham o vale transporte, pois é uma ficha, onde eles têm que registrar todos os gastos com as passagens, então se os professores decidirem ir de carro não ganharam nada. Albana vê uma falha nisso, pois vindo de carro ou de ônibus, eles precisam se deslocar e a prefeitura sabe disso, afinal é informado o endereço no momento do contrato. Ela lembra de quando o vale era em dinheiro, as pessoas que eram de Santa Maria e trabalhavam em

⁴⁸ Adriela de Souza Brito Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, Agente Comunitária de Saúde e Secretária da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2023, página 210 desta tese.

⁴⁹ Albana Pereira Menezes, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, funcionária da EMEIEF Manuel Albino Carvalho. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 19 de dezembro de 2022.

Restinga, fosse nas escolas ou na prefeitura, pois há bastante pessoas nessa condição, pegavam esse valor e alugavam uma van que fazia o transporte dessas pessoas, assim eles organizavam os horários e essa questão dos atrasos era bem mais difícil de acontecer.

Da perspectiva oficial e suas interferências sobre a escola (quilombola!): negação e contradições

Aproveitando que foi mencionado a Secretaria de Educação e as escolhas feitas por ela, de se isentar de certas discussões, vamos falar da **pandemia**, que apesar de não ter sido um assunto muito comentado nas entrevistas, esteve presente nas conversas que tive na escola, com os professores, principalmente, durante o período de campo. O assunto retornava com certa frequência, pois os professores comentavam sobre o déficit de aprendizagem aparente que os alunos carregavam do período pandêmico, tanto que era comum as reclamações referentes aos materiais apostilados que a escola utilizava, porque segundo os professores os estudantes não conseguiam acompanhar devido a esse déficit.

Um outro assunto em torno da pandemia que muitas vezes escutei no campo foi a posição tomada pela Secretaria de Educação em relação a isso, que as pessoas da Secretaria não gostavam que falassem do assunto, que era para apagar esses dois anos e fingir que não existiu, que não havia consequências disso na situação em que a educação se encontrava. Tanto que em um dia de aplicação de provas externas ocorreu uma visita da Secretária da Educação e eu acabei presenciando uma conversa entre as pessoas representantes da Secretaria e a direção da escola. Nessa conversa, como relatei no caso sobre o campo, a minha sensação foi de que a responsabilidade pela situação da educação toda foi atribuída à escola e aos professores e que a maior preocupação da Secretaria não girava em torno da aprendizagem ou da qualidade da educação ofertada, mas sim dos índices de aprovação da escola.

O assunto pandemia voltou a ser comentado na entrevista com Alceri, pois ela era professora na escola durante esse período, e por esse motivo ela conta um pouco sobre como ocorreram as aulas, e as consequências disso. Alceri contou que nesse período a escola não teve aulas online, pois a maioria dos estudantes da escola não tinham acesso à internet de qualidade que suportasse as plataformas. Assim em 2020 para dar continuidade ao ano letivo a saída encontrada pela escola foi a elaboração de materiais que eram entregues aos responsáveis pelos alunos e depois

recolhidos e isso acontecia da seguinte forma: a escola marcava com alguns professores para irem entregar esses materiais para os responsáveis e depois de 15 dias era marcado uma nova entrega de materiais e eram recolhidos aqueles que haviam sido entregues na visita anterior para que os professores pudessem corrigir. Ela comenta que esse foi um período bem difícil, pois os professores não tinham contato com os alunos, alguns pais ainda entravam em contato mandando mensagens para tirar dúvidas, mas a palavra usada por ela para descrever esse período foi “desesperador”.

Essa fala da Alceri me lembra do texto que li sobre a pandemia, intitulado de *Desigualdade no acesso às tecnologias em tempos de pandemia e noutros tempos*⁵⁰ de Jaime Balbino⁵¹, onde ele diz que *é claro que no ensino remoto, a dificuldade de acesso prejudicou deveras a aprendizagem fora do presencial, mas não é aí que encontramos a síntese desse período: devemos nos atentar que também não houve tempo para planejamento e nem recursos suficientes, no tempo correto, para atender as demandas*⁵². Ele ainda fala que sobre a inexistência de algum tipo de modelo de ensino remoto que fosse eficaz para o Ensino Fundamental e que o fracasso nas políticas de acesso à educação no período pandêmico *não é um fenômeno isolado, mas consequência de uma construção sócio-histórica de perspectiva elitista da sociedade [...]*⁵³.

Alceri conta que percebia que algumas atividades voltavam a ser feitas, mas não pelos estudantes e em outros casos era notório a dificuldade dos estudantes considerando o modo como eram feitas as atividades. Assim, em 2021, quando teve a oportunidade de voltar as aulas presenciais, mas em um modelo com poucos alunos, ela priorizou aqueles que estavam com maiores dificuldades, e cita casos em que as crianças já estavam no quarto ano e ainda não sabiam ler, foi um período de muitas adaptações e mudança, tanto para os professores, quanto para os alunos. Mas ela fala que já nessa volta progressiva ao presencial era possível notar como a pandemia havia afetado a educação e nas conversas que tive com ela na escola durante o período de campo, ela ainda relatava casos de alguns alunos específicos que percebia essa relação direta entre pandemia e o seu desenvolvimento na escola, falava que não tinha como não perceber esse atraso na educação devido a pandemia, e um dos motivos que ela citava era simples, devido a tudo

⁵⁰ (Balbino, 2022).

⁵¹ Jaime Balbino Gonçalves da Silva é Professor de Educação Especial da Rede Pública da Cidade de Campinas, São Paulo. Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual de Campinas (2004) e em Eletrônica (técnico de nível médio, 1989). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7468680127553192>.

⁵² (Balbino, 2022, p. 351).

⁵³ (Balbino, 2022, p. 360).

que estava acontecendo e ao modo como foi desenvolvido o ano letivo, não foi possível abordar os conteúdos que considerava básico de cada ano.

Falando ainda de assuntos que a Secretaria de Educação se isenta de discutir, a questão da **verba para a merenda escolar**. Em muitas das minhas várias idas à cozinha para dar o bom dia e conversar um pouquinho, Albana e eu conversávamos sobre a merenda escolar, o que tinha de merenda naquele dia, o que seria na semana, o que havia chegado de ingredientes, como era organizada a merenda, enfim, até que um dia, em uma dessas conversas Albana⁵⁴ comenta sobre o Conselho de Alimentação Escolar, chamado por ela de CAE, e que deveria vir uma verba a mais para a merenda da Escola Manuel Albino Carvalho, porém a merenda e a quantidade de merenda recebida por ela era igual a todas as outras escolas municipais.

No dia de sua entrevista pedi para que ela falasse sobre isso e então ela contou o que sabia e o que não compreendia sobre a questão da verba, ela disse que *vem centavos também lá de cima, do Governo Federal, né? Também não sei se era 0,66 centavos, não lembro direito. Vem aquela quantia de centavos por aluno, entendeu? Para todas as escolas e aí a prefeitura complementa o resto, parece que dava um real por dia, por aluno. Aí, como a escola disse que vinha a verba a mais que era quilombola, que eles que falaram lá, né? Aí, que eu não sei, porque daí chega aqui e a Marli fala que a escola está numa área negra rural, que não é quilombola. Aí, eu não sei mais de nada [suspira]. Mas vem uns centavinhos a mais por aluno por ser considerada escola quilombola. Eu soube disso no tempo da Naiane, foi bem antes da pandemia, 2017, 2018, por aí. [...]. Que daí como são alunos quilombolas, né? Decerto se entende que são mais carentes, sei lá. Mas o que vem para a nossa escola é o mesmo que vai para as outras, a alimentação é a mesma para todo o município. Por que eu entendo que para ela fazer assim, diferenciada, teria que fazer comidas típicas africanas, né? E aí o pessoal aqui não come comidas típicas africanas, eles comem comida igual a de todo mundo. Mas como eu vou fazer, nem sei que tipos de comida é realmente africana, aí vou fazer lá, as crianças não vão comer*⁵⁵.

⁵⁴ Albana Pereira Menezes, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, funcionária da EMEIEF Manuel Albino Carvalho. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 19 de dezembro de 2022.

⁵⁵ Albana Pereira Menezes, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, funcionária da EMEIEF Manuel Albino Carvalho. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 19 de dezembro de 2022, página 133 desta tese.

No ano de 2023 foram reajustados os valores destinados pelo governo federal para alimentação por estudante através da Resolução nº 2, de 10 de março de 2023⁵⁶, que estipula o seguinte: *R\$ 0,41 para os estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos - EJA; R\$ 0,50 para os estudantes matriculados no Ensino Fundamental e no Ensino Médio; R\$ 0,72 para estudantes matriculados na pré-escola, exceto para aqueles matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos; R\$ 0,86 para os estudantes matriculados em escolas de educação básica localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos; R\$ 1,37 para os estudantes matriculados em escolas de tempo integral com permanência mínima de 7h na escola ou em atividades escolares, de acordo com o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep; e R\$ 1,37 para os estudantes matriculados em creches, inclusive as localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos*⁵⁷.

Então, nessa fala da Albana há vários pontos para serem discutidos, como: que verba é essa e como ela é distribuída pelo governo federal? Para que serve essa verba? Como o município distribui e faz uso dessa verba? Para saber mais sobre essa questão nas entrevistas das outras pessoas que em algum momento estiveram envolvidas com o Conselho de Alimentação Escolar, no caso Adriela, Fabiana e seu Potácio, foi inserido este tópico.

Seu Potácio⁵⁸ comenta para que serviria essa verba, ponto que como percebemos na fala de Albana não estava claro para ela. Ele explica que essa verba a mais é para a chamada qualificação da merenda, uma conquista da luta das comunidades quilombolas para qualificar a merenda escolar de escolas que atendem estudantes de comunidades quilombolas. Continuando essa explicação, ele diz que esse recurso tem por objetivo melhorar a merenda escolar baseada nas condições apresentadas pela escola, por exemplo, se uma escola localizada em determinada região apresentar condições específicas, a merenda pode ser adaptada para melhorar as condições alimentares daqueles estudantes baseada nessas condições.

⁵⁶ Resolução nº 2, de 10 de março de 2023. Altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (Brasil, 2023).

⁵⁷ (Brasil, 2023, n.p.).

⁵⁸ Roberto Potácio Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e Presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

No entanto, esse recurso gerou discussão dentro do governo do município, tanto que, pelo que seu Potácio conta, o município realmente não destina esse dinheiro para a escola. Em sua entrevista ele relatou o que acontece, ou seja, qual a perspectiva do município: *O nosso município foi o seguinte: “pra que isso? Fazer isso está criando apartheid que não queríamos...”, não sei o que mais, que a gente ia pegar aquele recurso, uma escola ia receber mais do que a outra, e as outras não vão receber, que isso nunca tinha acontecido, te resumindo. Aí, isso é em todos os municípios, o que que eles fazem? Eles pegam esse recurso, tiram dessa comunidade, bota ou leva para outra comunidade que não tem. É isso que acontece em todos os municípios. Aqui em Restinga não foi diferente. Aqui quem é o conselho do CAE se dá até ao luxo de reunir todo mundo, ficam contando causos entre elas, tomando cafezinho e não discutem a questão da merenda escolar. Só vão lá assinar e aprovar aquilo que tem que aprovar. Agora eu estou entrando, hoje eu sou titular do CAE, e a gente vai começar a cutucar elas para ver a real finalidade de como está sendo ministrado o recurso. O recurso não vem porque está discriminando alguém, ele vem porque há uma necessidade de proteínas, de vitaminas em determinados alunos que a vida toda ficou desprovido do alcance de uma alimentação de qualidade. Ele vem para melhorar a qualidade dessa merenda, de forma a poder ser uma alimentação mais nutricional para esse grupo. Então, é para essa finalidade*⁵⁹.

Nas entrevistas com a Adriela e Fabiana, quando elas falam sobre esse assunto é perceptível que o município não gostaria de discutir isso, pois até o modo como elas contam que descobriram sobre como essa verba seria utilizada gera uma desconfiança sobre o quanto o município gostaria de manter isso em sigilo, sem que a comunidade que deveria ser atendida por isso soubesse, pois como conta Fabiana, ela e Adriela participavam das reuniões do Conselho de Alimentação Escolar, porém eram reuniões breves sem espaços para questionamentos, tanto que Fabiana dizia que já estava cansada de ir às reuniões e ouvir sempre as mesmas coisas que eram: *Ah, esse mês a gente fez, comprou a merenda, deu o total disso, total daquilo e tem tanto no estoque*⁶⁰. Era isso a reunião, até que já cansadas dessa situação elas combinaram de em uma determinada reunião questionar sobre a escola receber uma verba diferenciada pelo fato de ser quilombola, e como essa verba era

⁵⁹ Roberto Potácio Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e Presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, página 296 desta tese.

⁶⁰ Fabiana Leonir Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel e líder do grupo de dança afro “Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, página 298 desta tese.

trabalhada, e foi isso que elas fizeram. Nesse dia, as pessoas responsáveis pelo Conselho responderam às perguntas, e Fabiana conta isso em sua entrevista dizendo o seguinte: *que era trabalhada, todas as escolas ganham a verba municipal para comprar merenda, então, a nossa teria que ser a verba municipal, mais a federal e trabalhar junto. Mas que eles fizeram? Eles tiraram a verba nossa municipal, isso elas disseram para nós na época. A gente conseguiu tirar isso delas, também foi só isso o que a gente conseguiu tirar, mais nada. Elas tiraram a verba municipal, não quiseram dizer para nós o que fizeram com a verba que competia para essa escola municipal e trabalhavam somente com a verba federal para cá e trabalhavam normal, a verba municipal era bem menos que a verba federal, né? Então, só que eles não quiseram dizer para onde ia*⁶¹.

*Não sei dizer como eles faziam a prestação de contas. A gente questionou de tudo, quando elas viram o que a gente realmente viu, o que que nós realmente queríamos entender com isso, elas deram um jeito de suspender a reunião e não entravam mais nesse assunto. E quando a gente questionava “fulana que sabe e fulana não veio na reunião”, sabe? Ela sempre tinha uma desculpa. Aí foi quando eu disse para o pai “Pai, eu não vou mais na reunião. A gente sai daqui para tentar descobrir e o que a gente descobriu foi só isso” e porque elas deixaram escapar. Então, elas não tinham como negar na hora ali, a reunião delas se resume assim, a gente vai lá na reunião e elas dão aquela folha tu nem lê, tu pega e assina “Então, tá, então tá” [simulando batidinha nas costas], sabe? É isso. Então, eu fiquei muito chateada nessa parte em saber disso e elas não fazem nada. Quem tinha que estar na frente desses conselhos era gente que realmente tinha que trabalhar pelo certo. Aí, eu me pergunto até hoje, por que vem essa verba federal se eles não aceitam a nossa comunidade como quilombola? Aí, a Adriela quando questionou “Tá, aí o que é feito com essa verba?” Ela não sabia explicar, elas se fecham, elas não falam, se fecham*⁶².

Nessa mesma conversa, Fabiana contou que a ideia para essa verba era que as crianças chegassem na escola e tivesse um café da manhã, antes de começarem as aulas, mas que além da questão de essa verba não ser distribuída corretamente para que isso acontecesse, também havia a questão de falta de funcionários, ou como ela diz, funcionários que disseram que não dariam conta

⁶¹ Fabiana Leonir Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel e líder do grupo de dança afro “Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, páginas 298 e 299 desta tese.

⁶² Fabiana Leonir Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel e líder do grupo de dança afro “Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, página 299 desta tese.

disso, porém a conversa sobre isso não se estendeu, afinal sem a verba não havia a possibilidade de fazer isso de qualquer forma. Outro questionamento que ela se fazia e dizia não entender nas entrevistas era como que a escola recebia essa verba, destinada a alunos quilombolas, mas não aceitava a comunidade como sendo quilombola e nem a escola, pois como já comentei em outros momentos dessa tese, o município não considera a Escola Manuel Albino Carvalho como uma escola quilombola, sempre quando questionados, eles se referem a ela como uma escola regular.

A questão de a escola ser quilombola foi um assunto abordado nas entrevistas e em conversas com professores, funcionários da escola e com moradores da comunidade. Nessas conversas percebi que algumas pessoas confundiram o fato da escola ser quilombola, com ela desenvolver a modalidade educativa de Educação Escolar Quilombola e outras diziam que ali não era uma escola quilombola, ponto que mencionei anteriormente. Então, acredito ser importante novamente fazer essa diferenciação.

Segundo o que é definido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola⁶³, uma escola é considerada quilombola quando está inserida em território quilombola, e vale dizer aqui que essa definição é fruto de lutas dos movimentos negro e quilombola. Já a Educação Escolar Quilombola é uma modalidade educativa, que tem por finalidade atender a um determinado público, nesse caso, o quilombola no que se refere às especificidades dessa população. Ela pode ser desenvolvida em todas as modalidades e etapas da Educação Básica e deveria ser ofertada em todas as escolas que recebem estudantes quilombolas, sejam essas escolas quilombolas ou não, porém isso é um fato que não acontece, um exemplo disso é a própria Escola Manuel Albino. Além disso, é importante destacar que quando uso a expressão “educação quilombola” nesta pesquisa, me refiro a algo mais abrangente, algo que ocorre dentro das comunidades, como a troca de saberes em uma roda de conversa com pessoas mais velhas, por exemplo, mas também da troca de saberes que acontece na escola, pois esse é um espaço da comunidade, frequentado por pessoas desta.

Então, de acordo com o que é apontado pelas Diretrizes, a Escola Manuel Albino Carvalho é uma escola quilombola, pois está localizada no território da Comunidade Quilombola São Miguel, porém, sempre que me referia a ela desta forma em conversas com representantes da Secretaria Municipal da Educação fui advertida, que a escola não era quilombola, mas sim uma escola “normal” (regular), até porque seguia o ensino padronizado por um currículo municipal. No

⁶³ (Brasil, 2012a).

ambiente escolar também recebi advertências quanto a isso, mas por parte de uma pessoa que por muito tempo esteve ligada a direção da escola, pois segundo ela ali não é uma escola quilombola, mas sim uma escola localizada em uma comunidade negra rural. Após algumas conversas entendi de onde vem essa questão de comunidade negra rural, pois como já comentei, o processo de identificação e então autodeclaração da comunidade como quilombola usando esse termo ocorreu nos anos 2000, porém a insistência em utilizar nomenclatura comunidade negra rural era o que gerava questionamentos. Então, é notável que essa falta de conhecimento e negação sobre o fato da escola ser quilombola permeia vários espaços, desde o espaço da própria escola, até o órgão responsável por ela dentro da administração pública.

Nas entrevistas, como já comentei, houve essa confusão ou mistura entre a definição de escola quilombola e modalidade educativa de Educação Escolar Quilombola, como quando Alceri fala desse tópico e diz que *a escola está inserida dentro de uma comunidade, mas ela não é uma escola quilombola, e ela não sendo uma escola quilombola, eles podem fazer o que quiserem. A partir do momento que ela se tornar, se efetivar como uma escola quilombola ela não pode ser mexida mais. Ela está inserida dentro de uma cultura e no momento ela não é uma escola quilombola, isso me preocupa muito, porque ela está inserida, mas ela não é uma escola quilombola. E teria que vir verbas a mais para a escola se ela fosse. A merenda seria diferenciada e o currículo seria diferenciado também. Então, eu acho que tem muito que lutar, a comunidade e a atual direção para conseguir, e eu acho que Restinga só teria a ganhar*⁶⁴. Aqui está nítida essa confusão, pois os pontos que a escola deveria abarcar mencionados por ela, como merenda, currículo e ensino que atendam as particularidades do local, são pontos apresentados na modalidade educativa. Quanto à verba diferenciada para a merenda escolar, teoricamente, a escola recebe, porém como foi exposto essa verba não é designada para a escola.

Alceri ainda diz não entender qual é o entrave que existe para que isso que ela comentou não seja posto em prática na escola, e porque a escola não é chamada de escola quilombola. Bom, para a segunda questão acredito que o que foi comentado em outros causos e este deixa evidente que é uma escolha do município, uma escolha baseada em racismo e preconceito. Para a primeira questão, o cerne do problema é o mesmo, mas para a resolução desse é necessário mais que “apenas” mudar um nome, é necessário iniciativa do poder público, iniciativa dos gestores da

⁶⁴ Alceri de Fátima Lemos da Silva colaboradora dessa pesquisa. Professora da Escola Estadual de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de janeiro de 2023, páginas 166 e 167 desta tese.

escola, formação de professores adequada ao contexto, é necessário valorização da cultura e história da comunidade e da história das comunidades quilombolas de uma forma geral e para que isso ocorra é necessária uma educação antirracista. Alceri destaca em sua fala que se esse movimento ocorresse, a escola, a comunidade e o município só teriam a ganhar.

Em outra entrevista, a de seu Potácio⁶⁵, ele fala sobre o direito de a escola ser tratada como uma escola quilombola e que isso é uma preocupação dele, pois como ficou evidente o município não a trata como tal. Elisane⁶⁶, em sua entrevista, também comenta sobre essa questão, evidenciando quando conveniente e benéfico para o município ele assume ter uma comunidade quilombola, mas que no geral a comunidade não se sente valorizada, e que mesmo tendo recursos para a comunidade, muitas vezes ela não consegue acessar. E em sua fala ela diz sobre a importância de ser reconhecida como escola quilombola, até por uma questão financeira, para angariar recursos que são necessários e da necessidade de uma escola voltada para a comunidade, em outras palavras, uma escola que também desenvolva a modalidade educativa de Educação Escolar Quilombola.

Adriela expressa essa mesma percepção quando diz o seguinte: *na Secretaria Municipal de Educação dizem que ela é uma escola normal, porque também existem barreiras ainda no município, sabe? Tem barreiras ainda ali que não estimulam, que não permitem. Não sei por que sabe? Se é uma questão de gestão, de gestão escolar ou municipal que está trancando, que não deixa as coisas acontecerem*⁶⁷. Então, seu Potácio ressalta nessa entrevista que se o município não reconhecer a escola como quilombola, ele, por meio da Associação, irá buscar formas de fazer isso acontecer.

A importância da escola para a comunidade, sendo ela considerada pelo poder público, ou não, no caso, como escola quilombola, é amplamente reconhecida, pois a comunidade a reconhece como parte dela, o que é a essência de ser uma escola quilombola. Um exemplo disso é a fala da Adriela em sua entrevista quando menciona **a escola como uma “veia da comunidade” e o “grande suporte da comunidade”** e destaca o privilégio que é tê-la dentro da comunidade. Ela

⁶⁵ Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e criador do grupo de capoeira “Grupo Paranaúê Rei Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

⁶⁶ Elisane Dotto colaboradora dessa pesquisa. Foi professora da Escola Estadual de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 12 de abril de 2024.

⁶⁷ Adriela de Souza Brito Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, Agente Comunitária de Saúde e Secretária da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2023, página 211 desta tese.

ainda enfatiza que *se tiver um bom diálogo, se tiver uma boa comunicação e vontade, muita questão cultural a escola tem chance de trabalhar, porque é só trabalhar, é só os professores também abrir um pouco a mente e saber, aqui é uma Escola Quilombola a gente vai tentar trazer o conteúdo de forma diferenciada, para que eu não traga só a parte didática, traga também essa parte de cultura, essa parte em todas as disciplinas, se o professor quiser, ele pode trabalhar, porque ali tem a lei que dá a obrigatoriedade*⁶⁸ *e tudo mais*⁶⁹. Adriela, seu Potácio e Juliano em suas entrevistas mencionam a Lei 10.639 que trata da obrigatoriedade da inclusão da temática referente à história e cultura afro-brasileira nos currículos da Rede de Ensino⁷⁰, e a necessidade que essa Lei seja efetivada. A implementação da Lei 10.639 é o primeiro passo para se pensar em uma escola que desenvolva a modalidade educativa de Educação Escolar Quilombola, que era o que Alceri, seu Potácio e Adriela se referiam quando falavam sobre a escola ser realmente uma escola quilombola, pois como Adriela diz *escola quilombola não trabalha a cultura só na semana, só no mês de novembro*.

Adriela⁷¹ relembra que em uma das suas pós-graduações fez uma disciplina que tratou da Educação Escolar Quilombola, teve até roda de conversa e a intenção de fazer isso acontecer na comunidade, porém como exposto ela diz não entender se a não implementação dessa modalidade na escola vem de uma rejeição de gestão municipal, ou de rejeição de gestão escolar, ou de ambas. Alceri comenta que é necessário um movimento da gestão escolar para que ocorra as alterações que foram mencionadas anteriormente, ela relembra que a antiga gestão não buscou isso, pelo contrário, se inseriu dentro de um sistema onde a escola é chamada de “normal”, e considera esse sendo um dos motivos pelos quais a escola perdeu os anos finais do ensino fundamental.

Então, aproveitando o gancho, no ano de 2022, quando entrei em contato com a diretora da escola, fui informada que, por decisão do governo municipal, no mandato do prefeito Paulo Ricardo Salerno, a escola não atendia mais os anos finais do Ensino Fundamental. Os alunos do 6º ao 9º

⁶⁸ Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências (Brasil, 2003).

⁶⁹ Adriela de Souza Brito Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, Agente Comunitária de Saúde e Secretária da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2023, página 209 desta tese.

⁷⁰ (Brasil, 2003).

⁷¹ Adriela de Souza Brito Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, Agente Comunitária de Saúde e Secretária da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2023.

ano haviam sido realocados para a Escola Sete de Setembro⁷². Enquanto, Albana⁷³ em sua entrevista, falava da importância da escola na comunidade, que isso fortalecia a comunidade e seus vínculos, ela relembra deste fato e diz que a Prefeitura, se referindo ao prefeito e a Secretaria de Educação fizeram uma reunião com os pais e eles disseram que preferiam não ter o serviço de creche na escola a perder os anos finais. Muito enfática em sua fala, ela diz que o prefeito mentiu, pois falou que ia levar em consideração a posição da comunidade e não levou. No início do ano letivo do ano de 2022, foi apenas avisado o horário que o ônibus passaria na comunidade e que os alunos seriam levados para a escola Sete de Setembro⁷⁴.

Esse acontecimento gerou uma revolta na comunidade, como conta Juliano, porém não aprofunda o assunto, apenas salienta que *em termos de comunidade nós entendemos que a escola aqui dentro é a nossa fortificação*. E em sua fala expressa seu descontentamento com a situação quando diz: *nós somos marionetes? Parece que nós somos marionetes. Cada um chega ali assim “Não, agora é minha vez de trazer eles pra cá”; “Agora é minha vez de trazer eles pra cá”. Pô, e a nossa comunidade não está tendo consciência nisso, né? Até quando vai com isso daí?*⁷⁵ Apesar dessa revolta, Albana diz ter sentido falta de uma mobilização e união maior da comunidade para que essa mudança não fosse implementada, ela até fala que se isso tivesse acontecido no tempo que ela tinha filhos ali, ela iria dar um jeito de reunir o restante dos responsáveis *e no dia de começar a aula ninguém embarcava no transporte escolar para ir para a outra escola*⁷⁶.

Nas conversas que tive sobre esse assunto no período de campo, escutei que foram dadas várias e diferentes justificativas para essa mudança, uma delas se referia a logística de transporte desses estudantes, porém a boa parte deles ia até a Escola Manuel Albino Carvalho caminhando, devido à proximidade, e o restante, como Juliano aponta, não faria muita diferença levar eles para

⁷² Escola Municipal de Ensino Fundamental Sete de Setembro, localizada na zona rural de Restinga Sêca, distante 9,3 km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

⁷³ Albana Pereira Menezes, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, funcionária da EMEIEF Manuel Albino Carvalho. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 19 de dezembro de 2022.

⁷⁴ Escola Municipal de Ensino Fundamental Sete de Setembro, localizada na zona rural de Restinga Sêca, distante 9,3km da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho que se encontra no território da comunidade quilombola São Miguel.

⁷⁵ Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e criador do grupo de capoeira “Grupo Paranauê Rei Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, página 262 desta tese.

⁷⁶ Albana Pereira Menezes, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, funcionária da EMEIEF Manuel Albino Carvalho. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 19 de dezembro de 2022, página 147 desta tese.

a outra escola ou trazer para a Manuel Albino. As outras justificativas dadas foram: o fim das turmas multisseriadas, a criação do serviço de creche na escola para atender a comunidade e a garantia que não faltaria mais professores. Porém, como destacado por Elisane, a maioria da comunidade não queria essa mudança, até abaixo assinado foi feito. Ela enfatiza em sua fala que a comunidade deveria ter acesso ao Ensino Fundamental completo e ao serviço de creche, que um não deveria substituir o outro. E conta que *os alunos foram para a Sete de Setembro e não tinha professor. Por um bom período os alunos ficaram sem determinados professores, sem certas disciplinas. As mães foram lá, reclamaram e falaram “Ah, não tem professor de tais disciplinas” e nisso já tinha rolado alguns meses e ainda não tinha professor. Ora, levar os alunos com a justificativa de que ia melhorar a qualidade da educação e não ter sequer professor para dar aula. Então, são justificativas que não se enquadram*⁷⁷.

Em conversas que tive com a professora Maristani⁷⁸, enquanto estava em campo, ela comentou que a escola para a qual os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental foram realocados fica localizada em uma comunidade predominantemente alemã, e que um dos receios dela era o de que esses alunos não seriam bem recebidos. Mas pelo que chegou até ela, isso não havia acontecido, eles haviam sido acolhidos e estavam gostando de lá. A professora disse até ter gostado dessa mudança, por um lado, pois agora não havia mais turmas multisseriadas, e os alunos que foram realocados também estavam com seus respectivos anos nessa outra escola. Outro medo da professora era de que a escola fosse fechada, um medo que não era só dela, várias outras pessoas falaram ter receio que isso acontecesse, pois entendiam que essa retirada dos anos finais da escola era um modo de afastar a escola da comunidade. Porém, Maristani diz que com a abertura da Educação Infantil ali, a prefeitura garantiu que isso não iria ocorrer. Ela falou sobre a reforma que estava acontecendo nas duas salas que iriam receber a creche, que estava acontecendo a passos lentos e que os pedreiros não apareciam na obra já fazia 20 dias. Reforma esta que levou muito mais tempo do que esperado, pois quando foram retirados os anos finais a promessa era que após feitas as adaptações necessárias e aquisição de novos móveis que a creche demanda, o serviço de creche começaria em 2022, porém entrevistei Adriela em fevereiro de 2023 e ela lembrou que ainda

⁷⁷ Elisane Dotto colaboradora dessa pesquisa. Foi professora da Escola Estadual de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 12 de abril de 2024, páginas 350 e 351 desta tese.

⁷⁸ Maristani Machado Pinarelo, formada em Letras Espanhol e suas respectivas Literaturas (2002). Atuou na escola Manuel Albino Carvalho de 2005 até 2010 como professora de espanhol, retornou em 2019 e ficou até 2021 na função de professora. No ano de 2022 assumiu o cargo de diretora, onde se encontra até o atual momento (abril de 2024).

não haviam implementado tal serviço. Além disso, ela diz perceber pelas suas vivências, afinal teve contato praticamente a sua vida inteira com a escola, que aumentaram as dificuldades em relação a reformas.

O **serviço de creche**⁷⁹ na escola foi inaugurado somente no dia nove de agosto de 2023, ou seja, aproximadamente um ano e meio depois da retirada dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental da escola Manuel Albino Carvalho e da promessa de creche feita pela prefeitura. Foram inauguradas duas salas, uma denominada “Tia Zilá” e a outra “Vó Toti”. Na página do Facebook⁸⁰ da escola há fotos do dia da inauguração e lá explicaram o porquê da escolha dessas pessoas para serem homenageadas - *foi uma escolha da equipe diretiva pelo importante envolvimento daquelas mulheres na comunidade São Miguel e na escola. Essa era uma forma encontrada pela equipe de reconhecer a dedicação e o trabalho realizado por Maria Zilá Carvalho (In memoriam) e Leonir da Rosa e de preservar a memória da Comunidade de São Miguel*⁸¹.

Nessas conversas com Maristani durante o período de campo da pesquisa ela foi me contando coisas sobre a escola, como se estivesse me passando um panorama geral. Me recordo de, no primeiro dia, ela falar que naquela semana a escola tinha participado pela primeira vez da Jornada Acadêmica Integrada na UFSM⁸², conhecida como JAI, e que foi uma experiência muito interessante. Também falou que estava organizando a Biblioteca, descartando alguns livros antigos do PNLD⁸³. Foi quando perguntei se os alunos utilizavam livros didáticos e ela me respondeu que as escolas municipais, todas elas, estão utilizando materiais da FTD⁸⁴, editora que foi contratada pela prefeitura e que as escolas são obrigadas a usar. A escola tem os livros didáticos, porém esses não são utilizados pelas professoras e estudantes, um dos motivos que a professora citou foi a falta de tempo, pois segundo ela, mal davam conta das apostilas, que em sua opinião, eram muito

⁷⁹ A Escola Municipal de Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho passou a ser chamada de Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho em agosto de 2023 quando foi inaugurado serviço de creche na escola pelo Decreto nº 51 de 2023 (Restinga Sêca, 2023).

⁸⁰ https://www.facebook.com/media/set/?set=a.2196599723862080&type=3&locale=pt_BR.

⁸¹ (EMEIEF Manuel Albino Carvalho, 2023).

⁸² Universidade Federal de Santa Maria.

⁸³ O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) compreende um conjunto de ações voltadas para a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, destinados aos alunos e professores das escolas públicas de educação básica do País.

⁸⁴ A FTD Educação, é uma editora brasileira criada em 1902. O Município Restinga Sêca contratou um serviço dela, conhecido como Sistema de Ensino SIM. O Sistema de Ensino SIM é um conjunto de produtos e serviços, composto por materiais didáticos para o aluno, materiais do professor, serviços de consultoria Educacional e Pedagógica, consultoria em Gestão Pública da Educação, cursos de capacitação de professores, formação continuada, avaliação e diagnóstico pedagógico (Restinga Sêca, 2022).

aprofundadas e não levavam em consideração o déficit que os alunos apresentavam após o período de aulas remotas durante a pandemia.

Na entrevista Fabiana⁸⁵ comentou sobre o ensino que seu filho, que frequenta a escola, recebe. Ela se refere às aulas dele como normais, que são ligadas diretamente aos módulos das apostilas da FTD que são utilizadas pelas escolas do município. E aquele mesmo comentário feito por seu Potácio, se refere a época que estudou e por Fabiana quando contou também de sua época de estudante e depois de monitora se repetiu, de modo geral o ensino não tem relação com o contexto da comunidade, o que enfatizo aqui é que essas falas, desde quando seu Potácio estudou, até a fala referente ao período que seu neto está estudando, se passaram 60 anos.

Adriela também faz comparativos da época em que estudou com o que vivenciou em seus estágios, mesmo se passando quase 30 anos ela diz que a escala de horários da escola não mudou muito. No ano de 2022, quando ela realizou o estágio os horários e o funcionamento da escola eram os seguintes: as aulas no período da manhã começavam às 7h45min e acabavam às 11h45min e as turmas que frequentavam a escola nesse turno eram a do 3º ano, do 5º ano e o Pré B; no período da tarde as aulas começavam às 13:00h e terminavam às 17:00h e as turmas que frequentavam a escola eram: Pré A, 1º ano, 2º ano e 4º ano. Quanto ao ensino e a relação dos alunos com a escola, no período em que realizou o estágio, ela falou que parecia que eles não se sentiam mais tão parte da escola como antes, como ela se sentia quando revisita as suas memórias de época de escola. Ela enfatiza: *nós víamos a escola como espaço nosso e hoje em dia o aluno parece que está lá só para aprender e deu, não é dele aquilo ali. Quando tu sente aquele espaço como teu, tu quer cuidar, tu quer manter, tu quer deixar limpo, né? E tu fala para um aluno varrer uma sala hoje em dia. Nada é obrigação*⁸⁶. Na sua fala ela diz ter consciência que o modo de organização da sociedade passou por transformações, afinal se passaram quase 30 anos, e que percebe as mudanças na educação que as crianças recebem em casa e as mudanças no ensino na escola também como consequência disso.

Nesse dia também perguntei sobre **PPP⁸⁷ e currículo da escola**, ela acabou me mostrando a versão física do PPP, mas obtive a versão digital posteriormente. PPP este que foi elaborado em

⁸⁵ Fabiana Leonir Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel e líder do grupo de dança afro “Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

⁸⁶ Adriela de Souza Brito Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, Agente Comunitária de Saúde e Secretária da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2023, página 208 desta tese.

⁸⁷ Projeto Político Pedagógico.

2021 e não havia sido alterado para o ano de 2022 e continuou a ser utilizado no início do ano letivo de 2023, então nele ainda havia muitos pontos direcionados a retomada das aulas no período pandêmico. Mas o que vou destacar aqui é o que ele traz referente à questão quilombola.

Neste PPP a primeira menção a comunidade se refere a localização da escola, e o modo como isso é feito me remete a uma fala do Juliano em sua entrevista, onde ele diz pertencer a comunidade quilombola, mas a pessoa que está nessa conversa com ele chama a comunidade de São Miguel dos Pretos, pois no PPP está escrito o seguinte: *a Escola, em sua totalidade, deverá ser solidária às causas comuns e justas da sociedade, comunidade, despertando, assim, no estudante o querer e o fazer solidário universal, tão necessário nos dias atuais. Visto que nossa escola está assentada e pertence a uma Comunidade Negra Rural, também denominada quilombo*⁸⁸. Lembrando aqui que a comunidade é reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como comunidade quilombola desde 2004.

Enquanto lia o PPP as falas sobre o município negar a existência da comunidade e da escola como sendo quilombola iam ecoando em minha mente, pois ao mesmo tempo que no PPP se assume isso, que é um fato, também se nega. Um exemplo disso é quando no PPP está exposto o seguinte: *a Escola Municipal de Ensino Fundamental “Manuel Albino Carvalho”, como outras de âmbito municipal localizadas no meio rural e urbano do Município de Restinga Sêca/RS seguem a orientação pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, sem diferenciações nos conteúdos programáticos. Nossa escola está inserida em uma comunidade negra rural, denominada quilombola, porém não tem sua matriz como “Escola quilombola”, muito embora a escola enfatiza as especificidades da realidade local*⁸⁹.

Então, é evidente que tanto Secretaria de Educação e Gestão Escolar tem conhecimento sobre ela estar em uma comunidade quilombola, logo é uma escola quilombola, no PPP também é abordado que ela atende estudantes de duas das três comunidades quilombolas do município, Martimianos e São Miguel, então pelo que está lá, escrito nas Diretrizes *a Educação Escolar Quilombola compreende: I - escolas quilombolas; II - escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas*⁹⁰. Porém, como dito abertamente no PPP a escola não desenvolve a modalidade educativa, pois segue *a orientação pedagógica da Secretaria Municipal de Educação,*

⁸⁸ (EMEIEF Manuel Albino Carvalho, 2021, p. 16-17).

⁸⁹ (EMEIEF Manuel Albino Carvalho, 2021, p. 23).

⁹⁰ (Brasil, 2012a, p. 64).

*sem diferenciações nos conteúdos programáticos*⁹¹, ou seja, segue o currículo padrão de todas as escolas municipais e desenvolve atividades ligadas ao contexto apenas em situações específicas, como já foi comentado durante este caso. Neste caso é óbvio que o PPP apresentado pela escola não está nem um pouco alinhado a proposta de PPP apresentada nas Diretrizes, pois lá se afirma que o *PPP das escolas quilombolas e das escolas que atendem os estudantes oriundos de territórios quilombolas deverá ser uma proposta “transgressora”, que induza um currículo também transgressor, que rompa com práticas ainda inflexíveis, com os tempos e espaços escolares rígidos na relação entre o ensinar e o aprender, com a visão estereotipada e preconceituosa sobre a história e a cultura de matrizes afro brasileira e africana no Brasil. Deverá ainda tematizar, de forma profunda e conceitualmente competente, as questões do racismo, os conflitos em relação à terra, a importância do território, a cultura, o trabalho, a memória e a oralidade*⁹².

A realidade da educação ofertada pela Escola Manuel Albino Carvalho para as pessoas da Comunidade Quilombola São Miguel e para as pessoas de outras comunidades quilombolas que a frequentam é uma educação alinhada a uma educação padronizada pelo município, onde as especificidades das comunidades são abordadas em momentos específicos e, por vezes, apenas por professores específicos, como muito foi falado pelas pessoas que participaram desta pesquisa. E, mesmo nestas condições, esta escola é considerada importante para a comunidade, porém com base no que foi contado por essas pessoas e na legislação vigente que abrange a educação para comunidades quilombolas ela poderia desenvolver um papel ainda mais importante, e para isso há um longo caminho a ser trilhado e o primeiro passo seria realmente ouvir as reivindicações da comunidade que a frequenta.

Então, antes de finalizar esse caso quero destacar algumas coisas. A primeira delas é que o fato de a escola ser quilombola nunca esteve em discussão ao longo desta pesquisa, pois como falei seguindo as Diretrizes, se a escola está em território quilombola, ela é uma escola quilombola, quesito atendido pela escola Manuel Albino, apesar de isso ter surgido como uma dúvida em determinados momentos para pessoas que de alguma maneira participaram da pesquisa. O objetivo aqui foi discutir sobre a educação que foi e vem sendo ofertada para a população da Comunidade Quilombola ao longo dos anos e como isso pode se alinhar às diretrizes da modalidade educativa de Educação Escolar Quilombola, ou não, que foi o caso aqui. Outro ponto que pode ter causado

⁹¹ (EMEIEF Manuel Albino Carvalho, 2021, p. 23).

⁹² (Brasil, 2012a, p. 47).

estranheza foi o fato de não ter falado sobre o ensino de matemática, especificamente, isso foi intencional, pois esse é um assunto que discutirei em um outro caso.

A última alteração vivenciada por essa pesquisa, foi a alteração da escola de ensino regular, para ensino em tempo integral, fato que comentei no caso sobre o campo, porém esse é um ponto que apenas deixarei registrado aqui, mas que não me aprofundarei nesta pesquisa, talvez seja assunto para próximas, fica aqui uma ideia.

7.1 REFERÊNCIAS

ANJOS, J. C. G. dos.; LOPES, D. L. Organizações Locais e Conformação de Pleitos. In: ANJOS, J. C. G. dos.; SILVA, S. B. da. **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 139 – 150.

ANJOS, J. C. G. dos.; SILVA, S. B. da. (Org). **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

BALBINO, J. Desigualdade no acesso às tecnologias em tempos de pandemia e noutros tempos. In: SILVA, S. E. P. da.; COSTA, C. G.; MARTINHAGO, A. P. G. (Org). **Educação antirracista: infância, resistência e combate ao racismo**. Campinas/SP: Apparte, 2022. p. 341 - 363.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em: 03 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 2003c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006**. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília, DF, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111274.htm. Acesso em: 03 out. 2024.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº: 16/2012**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação

Escolar Quilombola. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/educacao-quilombola>. Acesso em: 28. ago. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 10 de março de 2023**. Altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2023/resolucao-no-02-de-10-de-marco-de-2023.pdf/view>. Acesso em: 14 jun. 2025.

BRASIL. **Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/etnico_racial/pdf/resolucao_8_201112.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

CRESTANI, M. M. **Educação Escolar Quilombola**: a matemática presente em materiais publicados no site do Ministério da Educação. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria - RS, 2020.

EMEIEF MANUEL ALBINO CARVALHO. **Inauguração EMEI – Creche**. Restinga Sêca/RS, 2023, 10 agosto 2023. Facebook: Manuel Albino Carvalho. Disponível em: https://www.facebook.com/media/set/?set=a.2196599723862080&type=3&locale=pt_BR. Acesso em: 02 ago. 2024.

EMEIEF MANUEL ALBINO CARVALHO. **Proposta Político-Pedagógica**. Restinga Sêca, 2021.

HORTA, E. M. Contribuições da Neuropsicologia e das Neurociências para o entendimento e enfrentamento dos impactos do racismo na sala de aula. In: SILVA, S. E. P. da.; COSTA, C. G.; MARTINHAGO, A. P. G. (Org). **Educação antirracista**: infância, resistência e combate ao racismo. Campinas/SP: Apparte, 2022. p. 138 - 166.

QUADROS, C. de. Brizoletas: a ação do governo de Leonel Brizola na educação pública do Rio Grande do Sul (1959-1963). **Revista Teias**, Rio de Janeiro, a. 2, n. 3, 2001. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23870/16843>. Acesso em: 14 fev. 2024.

RESTINGA SÊCA. **Decreto nº 51/2023**. Altera a designação de estabelecimento de ensino do Município de Restinga Sêca. Restinga Sêca: Prefeitura Municipal de Restinga Sêca, 2023.

RESTINGA SÊCA. **Inexigibilidade de licitação nº 007/2022. Processo nº 692/2022**. Restinga Sêca: Prefeitura Municipal de Restinga Sêca, 2022. Disponível em: <https://www.restingaseca.rs.gov.br/arqs/9209.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SILVA, S. E. P. da.; COSTA, C. G.; MARTINHAGO, A. P. G. (Org). **Educação antirracista**: infância, resistência e combate ao racismo. Campinas/SP: Apparte, 2022.

ZACCHI, V. J. Discursos da globalização nas vozes de professores e Professoras de língua inglesa. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 45, n. 1, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/FDZnXmL6nV4rCLS9sT4V3cR/?lang=pt>. Acesso em: 03 out. 2024.



Extraímos os frutos das árvores
Expropriam as árvores dos frutos
Extraímos os animais da mata
Expropriam a mata dos animais
Extraímos os peixes dos rios
Expropriam os rios dos peixes
Extraímos a brisa do vento
Expropriam o vento da brisa
Extraímos o fogo do calor
Expropriam o calor do fogo
Extraímos a vida da terra
Expropriam a terra da vida

Politeístas!

Pluristas!

Circulares!

Monoteístas!

Monistas!

Lineares!

(Nego Bispo)⁹³

⁹³ SANTOS, A. B. dos. *Colonização, Quilombos: modos e significações*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

8 DAS MATEMÁTICAS QUE MORAM EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS: UM CAUSO SOBRE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E SUAS POTÊNCIAS

Eu comecei a estudar o tema da educação quilombola em 2017, no final da minha graduação em licenciatura em Matemática. Desde lá já perdi as contas de quantas foram as vezes que fui questionada sobre a matemática ou a educação matemática no que pesquiso ou, de outro modo, o que tinha de matemática ou qual a relação com a Educação Matemática. Eu entendo que esse trabalho poderia ser desenvolvido em outras áreas, pelo caráter abrangente do seu tema e das questões que nele estou problematizando, mas também penso que a Matemática e a Educação Matemática não se dão sozinhas, isoladas do restante das coisas no mundo. Outro dia, assisti a uma das palestras do Seminário de Matemática e Educação Matemática - SMEM, que acontece todas as terças-feiras no Programa de Pós-graduação em Educação Matemática - PPGEM onde faço o curso de doutorado, o palestrante disse algo interessante e que minha orientadora e eu relacionamos a essa questão que trago no início deste texto¹. Ele disse que quando focamos muito em um aspecto específico de um fenômeno de pesquisa (algo que pesquisamos), podemos perder de vista outras dimensões do fenômeno que são importantes inclusive para compreender seus aspectos específicos. Para falar disso, o professor fez uma analogia à situação de quando focamos uma tela de obra de arte em uma parte específica dela, de maneira muito próxima e explicou como, nessa situação, embora seja possível analisar melhor o tipo de traço e estilo usado na pintura pelo autor da obra, não é possível ter uma dimensão do tema nela retratado, nem apreciar a proposta como uma aspiração, nem mesmo analisar o efeito que aquele tipo de traço e estilo causa para o resultado da proposta ou da obra. Ouvindo isso, pensei, de fato, como no caso da pesquisa que desenvolvi, eu poderia ponderar sobre aspectos específicos envolvendo a educação matemática ou o ensino de matemática de pessoas quilombolas, sem estudar e ponderar sobre as aspirações daquela comunidade, seu contexto, suas experiências, suas relações com a escola, as resistências que vivem... Mas como, desse modo, eu poderia pensar, com a comunidade, em uma potencial educação matemática que faça sentido para ela?

¹ Trata-se da palestra do Prof. Dr. Rodrigo Lemos, intitulada “Diálogos transdisciplinares: educação e meio ambiente”, ocorrida no dia 01 de outubro de 2024 no Departamento de Matemática, IGCE, Rio Claro. Não pude estar presente no dia da palestra, mas assisti depois, por indicação de minha orientadora, via o canal do PPGEM-IGCE-Unesp, no youtube: https://www.youtube.com/@ppgem_unesp.

Além disso, para mim, minha orientadora e nosso grupo de pesquisa, a matemática e a educação matemática não se dão apenas nos ambientes escolares e acadêmicos. Em especial, para nós, a educação matemática é compreendida como uma prática social que abrange não apenas a produção de conhecimentos matemáticos e os aspectos didáticos e pedagógicos envolvidos nesse processo, como também possui uma dimensão sócio-histórico-cultural, na qual fatores como gênero, classe, etnia e cultura interferem as relações interpessoais em ambientes educacionais ao longo do tempo. Para além disso, a educação matemática pode configurar-se como um espaço de disputas e de reconstrução identitária, com potencial para a formação cidadã e o enfrentamento das desigualdades. Então, quando objetivamos uma investigação histórica sobre de que modo ocorreu/vem ocorrendo a educação, em especial a educação matemática, para a população quilombola como projeto de tese de doutorado, reconhecemos como fundamental nos voltarmos para essa dimensão sócio-histórico-cultural da matemática e da educação matemática em determinada espacialidade, problematizando-a junto ao campo da Educação Matemática, difratando suas múltiplas dimensões, incluindo a do ensino e da aprendizagem nas escolas, em especial, quilombolas, mas não considerando-a com exclusividade.

Com tal perspectiva, um dos meus primeiros movimentos na direção de pesquisar sobre educação quilombola, até por ser algo completamente desconhecido para mim na ocasião da minha graduação, como comentei no caso de introdução desta tese, fui buscar por trabalhos que contassem sobre essa temática. Como eu estava no meio acadêmico, me foi sugerido fazer uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes². Essa primeira busca foi lá no ano de 2017, que acabei atualizando no ano de 2018, quando realizei o TCC. Naquela época, usei como descritor apenas a palavra “quilombola”, encontrando 980 trabalhos, porém o processo para chegar nas três dissertações de mestrado³ que utilizei no TCC não foi descrito e não me recordo exatamente como se deu.

No mestrado voltei a buscar trabalhos no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, como contei no caso da metodologia, mas como o meu interesse estava na modalidade educativa, busquei por “Educação Escolar Quilombola”, encontrando 77 trabalhos distintos. Após a leitura

² <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>.

³ O Jogo e a Educação Matemática: um estudo sobre as crenças e concepções dos professores de Matemática quanto ao espaço do jogo no fazer pedagógico, defendido por Amal Rahif Suleiman em 2008 (Suleiman, 2008); Etnomatemática dos remanescentes da comunidade quilombola urbana Tia Eva defendido Eder Pereira Neves em 2011 (Neves, 2011); e Ensino e aprendizagem de Matemática na escola da comunidade quilombola do Curiaú, defendido por Elma Daniela Bezerra Lima em 2015 (Lima, 2015).

dos resumos desses trabalhos, buscando identificar seus focos principais⁴, identifiquei apenas os trabalhos de Alexander Cavalcanti Valença e Kaled Sulaiman Khidir que abordavam a educação matemática relacionada à educação quilombola, com indicação no quadro a seguir. Como foram apenas dois trabalhos, decidi realizar uma busca no Google Acadêmico que é uma plataforma mais ampla, abastecida com diferentes formatos de trabalhos, utilizando como descritores a expressão “Educação Escolar Quilombola”, juntamente com a palavra “Matemática”, ambas entre aspas, encontrei 585 resultados, mas para saber quais foram esses resultados, te convido a ver a minha dissertação, que também está mencionada no quadro, pois essa busca foi um tanto quanto complexa e com resultados de diferentes origens. O Google Acadêmico não será utilizado como uma plataforma de busca nesta pesquisa, pois o foco desta pesquisa não está em realizar um mapeamento na área, mas trazer alguns trabalhos que dialogam com o tema em questão, e isso foi alcançado nos levantamentos no Catálogo de Teses e Dissertações.

Com o intuito de me manter atualizada sobre as pesquisas que foram feitas, realizei uma nova busca no Catálogo de Teses e Dissertações em janeiro de 2022, com esse mesmo descritor e encontrei um número maior de pesquisas: 101 no total, sendo que cinco delas relacionam a educação quilombola com a educação matemática. Em julho de 2024, foi a última vez que atualizei esse levantamento, e nessa busca encontrei 170 trabalhos utilizando o descritor “Educação Escolar Quilombola”, os trabalhos abordam diferentes temáticas. Após ler os resumos e buscar pela palavra “matemática” no corpo dos trabalhos, encontrei 10 que estabelecem algum tipo de relação entre educação matemática e educação quilombola, sendo um desses trabalhos a minha própria pesquisa de mestrado.

Bem, contei sobre essa linha do tempo sobre as minhas buscas para evidenciar que, mesmo que tenha crescido o número de trabalhos tematizando a educação quilombola na Educação Matemática, o quantitativo ainda é baixo. Mas para além disso, queria dizer para vocês que essa foi uma estratégia utilizada por mim para conhecer o que foi e está sendo pesquisado sobre a temática, e para me ajudar a responder as pessoas que diziam que não encontraram relação entre educação matemática e educação quilombola. Principalmente, quando comecei a pesquisar sobre, eu me valia muito desses trabalhos realizados para dizer “olha, já tem pesquisas nessa área, são poucas, mas existem e elas podem abordar diferentes assuntos dentro desse contexto”.

⁴ Quando a leitura do resumo não permitia concluir se a educação quilombola era foco do trabalho, eu realizava a leitura do trabalho completo.

Então, em primeiro lugar, apresentarei essas 10 pesquisas que abordam a Educação Escolar Quilombola e a educação matemática e farei uma discussão sobre aspectos gerais dessas pesquisas e depois, como a nossa intenção não é apenas falar da Educação escolar quilombola, apresentarei as pesquisas encontradas em um segundo levantamento no mesmo Catálogos de Teses e Dissertações, porém, utilizando como descritores “matemática” e “quilombo”, pois também temos o interesse de investigar pesquisas que relacionam comunidades quilombolas e matemática, sem necessariamente, estar no ambiente escolar. A intenção é problematizar o que as pesquisas em Educação Matemática abordam sobre a educação escolar quilombola e, discutir alguns resultados de pesquisas que falam da matemática e das comunidades quilombolas, sem com isso necessariamente discutir sobre educação escolar. Nosso propósito com esses levantamentos é tratar da questão curricular e, talvez, políticas educacionais voltadas às comunidades quilombolas e, discutir potencialidades envolvendo a matemática e as comunidades quilombolas. Para dar uma visão ampla de todas as pesquisas encontradas no primeiro levantamento, ano de divulgação de cada uma, instituição em que foram defendidas e quem são os respectivos autores ou autoras, apresento o quadro a seguir:

Quadro 1 – Pesquisas de mestrado e doutorado sobre o tema da Educação Escolar Quilombola e a Educação Matemática a partir da busca realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes em julho de 2024

Título (dissertação ou tese)	Ano	Autor(a)	Instituição	Estado da IES
Reflexões sobre o currículo sob a perspectiva da Etnomatemática: possibilidades em uma Escola “Quilombola” (Dissertação)	2018	Andréia Regina Silva Cabral Libório	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	São Paulo
Matemática, africanidade e formação de professores na escola quilombola (Dissertação)	2018	Alexander Cavalcanti Valença	Universidade de Pernambuco	Pernambuco
Práticas socioculturais quilombolas para o ensino de matemática: mobilizações de saberes entre comunidade e	2018	Kaled Sulaiman Khidir	Universidade Federal do Pará	Pará

escola (Tese)				
Os foregrounds de estudantes quilombolas e suas intenções em aprender matemática (Dissertação)	2019	Amanda Maria Rodrigues Diniz	Universidade Federal de Pernambuco	Pernambuco
Educação Escolar Quilombola: a matemática presente em materiais publicados no site do Ministério da Educação (Dissertação)	2020	Maiéli Masteloto Crestani	Universidade Federal de Santa Maria	Rio Grande do Sul
A Pedagogia Crítica, a Etnomatemática e as práticas de alfabetização matemática e numeramento no Quilombo São Félix/MG (Tese)	2021	Denília Andrade Teixeira dos Santos	Universidade Católica de Minas Gerais	Minas Gerais
Etnomatemática e a Educação Escolar Quilombola na Ilha da Marambaia em Mangaratiba-RJ: conexões entre o artesanato local e a prática escolar (Dissertação)	2022	Cristiano Gomes de Oliveira	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Etnomatemática na Educação Escolar Quilombola: perspectivas decoloniais para o ensino da matemática nos quilombos Mata Cavalo e Abolição em Mato Grosso (Tese)	2022	Maria do Socorro Lucinio da Cruz Silva	Universidade Federal de Mato Grosso	Mato Grosso
Práticas socioetnoculturais e o ensino de matemática na perspectiva da Etnomatemática em uma escola quilombola: possibilidades e desafios (Dissertação)	2022	Hélio Rodrigues dos Santos	Universidade de Brasília	Brasília
Letramento Estatístico e Educação Escolar Quilombola: uma pesquisa protagonizada por meninas quilombolas (Tese)	2024	Maria Joseane Santos Teixeira	Universidade Federal de Pernambuco	Pernambuco

Fonte: Elaborado pela autora.

Então, por ordem de ano de defesa, em 2018 foram defendidas as dissertações intituladas “Reflexões sobre o currículo sob a perspectiva da Etnomatemática: possibilidades em uma Escola “Quilombola””⁵ e “Matemática, africanidade e formação de professores na escola quilombola”⁶ de Andréia Regina Silva Cabral Libório e de Alexander Cavalcanti Valença, respectivamente. Neste mesmo ano Kaled Sulaiman Khidir defendeu a tese “Práticas socioculturais quilombolas para o ensino de matemática: mobilizações de saberes entre comunidade e escola”⁷. No ano seguinte, a pesquisa de mestrado “Os *foregrounds* de estudantes quilombolas e suas intenções em aprender matemática”⁸ foi defendida por Amanda Maria Rodrigues Diniz.

Defendida em 2020, entra nessa lista a minha dissertação de mestrado “Educação Escolar Quilombola: a matemática presente em materiais publicados no *site* do Ministério da Educação”⁹. Em 2021, foi defendida a tese “A Pedagogia Crítica, a Etnomatemática e as práticas de alfabetização matemática e numeramento no Quilombo São Félix/MG”¹⁰ pela Denília Andrade Teixeira dos Santos. No ano seguinte, Cristiano Gomes de Oliveira defendeu a dissertação “Etnomatemática e a Educação Escolar Quilombola na Ilha da Marambaia em Mangaratiba-RJ: conexões entre o artesanato local e a prática escolar”¹¹, Maria do Socorro Lucinio da Cruz Silva defendeu a tese “Etnomatemática na Educação Escolar Quilombola: perspectivas decoloniais para o ensino da matemática nos quilombos Mata Cavalo e Abolição em Mato Grosso”¹² e Hélio Rodrigues dos Santos defendeu a dissertação “Práticas socioetnoculturais e o ensino de matemática na perspectiva da Etnomatemática em uma escola quilombola: possibilidades e desafios”¹³. No ano de 2024, foi defendida a tese de Maria Joseane Santos Teixeira, chamada “Letramento Estatístico e Educação Escolar Quilombola: uma pesquisa protagonizada por meninas quilombolas”¹⁴.

É possível perceber que das dez pesquisas, três foram desenvolvidas na Universidade Federal de Pernambuco, a única universidade da lista que desenvolveu mais de uma pesquisa. Porém, se olharmos por Região, a Região Sudeste possui o mesmo número da Região Nordeste, três pesquisas, porém em universidades de estados distintos: uma na Universidade Católica de

⁵ (Libório, 2018).

⁶ (Valença, 2018).

⁷ (Khidir, 2018).

⁸ (Diniz, 2019).

⁹ (Crestani, 2020).

¹⁰ (Santos, 2021).

¹¹ (Oliveira, 2022).

¹² (Silva, 2022).

¹³ (Santos, 2022).

¹⁴ (Teixeira, 2024).

Minas Gerais; uma na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; e uma no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Na Região Centro-Oeste a Universidade de Brasília e a Universidade Federal de Mato Grosso desenvolveram uma pesquisa cada. Na Região Sul foi desenvolvida uma pesquisa na Universidade Federal de Santa Maria e na Região Norte, também uma, na Universidade Federal do Pará. Então, apesar do pequeno número, as pesquisas foram desenvolvidas em instituições das cinco regiões do país, mas o maior número de pesquisas está localizado na região com maior número de comunidades quilombolas (Nordeste) e na região com maior número de cursos de pós-graduação (Sudeste).

Como falei anteriormente, o objetivo não era o de abordar trabalhos que falassem apenas da educação escolar quilombola, mas também pesquisas que falassem da matemática e das comunidades quilombolas. Para isso, em janeiro de 2025 foi realizado um novo levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações, utilizando como descritores as palavras “matemática” e “quilombo”, nessa busca foram encontradas 11 pesquisas, as quais estão elencadas no quadro a seguir.

Quadro 2 – Pesquisas de mestrado e doutorado encontradas utilizando como descritores “matemática” e “quilombo” na busca realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes em janeiro de 2025

Título (dissertação ou tese)	Ano	Autor(a)	Instituição	Estado da IES
Etnomatemática quilombola: as relações dos saberes da matemática dialógica com as práticas socioculturais dos remanescentes de quilombo do Mola-Itapocu/PA (Dissertação)	2005	Jacinto Pedro Pinto Leão	Universidade Federal do Pará	Pará
A cerâmica utilitária do povoado histórico Muquém: a etnomatemática dos remanescentes do Quilombo dos Palmares (Dissertação)	2005	Ligia Maria Stefanelli Silva	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	São Paulo
As artes e as técnicas do ser e do saber/ fazer em algumas Atividades no cotidiano da comunidade Kalunga do Riachão (Dissertação)	2007	Elivanete Alves de Jesus	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	São Paulo

Mate,Má,Tica! Um caso de resistência e violência na territorialidade (Dissertação)	2010	Maria Célia Braz Santos	Universidade do Estado da Bahia	Bahia
A cultura negra na escola pública: uma perspectiva etnomatemática (Dissertação)	2008	Vanisio Luiz da Silva	Universidade de São Paulo	São Paulo
Brincadequê: brinquedos e brincadeiras no Quilombo de Lajeado (Dissertação)	2021	Laurenita Gualberto Pereira Alves	Universidade Federal do Tocantins	Tocantins
Jogos de linguagem matemáticos da comunidade remanescente de quilombos da agrovila de espera, município de Alcântara, Maranhão (Tese)	2016	Raimundo Santos de Castro	Universidade Federal de São Carlos	São Paulo
O lugar e o espaço, na constituição do ser Kalunga (Tese)	2011	Elivanete Alves de Jesus	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	São Paulo
Conhecimentos matemáticos da produção ceramista da comunidade remanescente do quilombo dos Palmares- AL na sala de aula (Dissertação)	2022	Jamilly Souza Tenorio	Universidade Federal de Alagoas	Alagoas
A Pedagogia Crítica, a Etnomatemática e as práticas de Alfabetização Matemática e Numeramento no quilombo São Félix/MG (Tese)	2021	Denilia Andrade Teixeira dos Santos	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Minas Gerais
Etnomatemática na Educação Escolar Quilombola: perspectivas decoloniais para o ensino da matemática nos quilombos Mata Cavalo e abolição em Mato Grosso (tese)	2022	Maria do Socorro Lucinio da Cruz Silva	Universidade Federal de Mato Grosso	Mato Grosso

Fonte: Elaborado pela autora.

Então, seguindo o padrão que utilizei no outro levantamento, vou elencar aqui as pesquisas por ano de defesa. No ano de 2005 foram defendidas as dissertações “Etnomatemática quilombola: as relações dos saberes da matemática dialógica com as práticas socioculturais dos remanescentes de quilombo do Mola-Itapocu/PA”¹⁵ de Jacinto Pedro Pinto Leão e “A cerâmica utilitária do

¹⁵ (Leão, 2005).

povoado histórico Muquém: a etnomatemática dos remanescentes do Quilombo dos Palmares”¹⁶ de Ligia Maria Stefanelli Silva. Essa busca resultou em apenas um trabalho nos anos de 2007, também uma dissertação, está intitulada “As artes e as técnicas do ser e do saber/ fazer em algumas atividades no cotidiano da comunidade Kalunga do Riachão”¹⁷, de Elivanete Alves de Jesus; no ano de 2008, a dissertação “A cultura negra na escola pública: uma perspectiva etnomatemática”¹⁸, defendida por Vanisio Luiz da Silva; no ano de 2010, outra dissertação, esta defendida por Maria Célia Braz Santos e intitulada “Mate,Má,Tica! Um caso de resistência e violência na territorialidade”¹⁹; e no ano de 2011, foi defendida a tese de Elivanete Alves de Jesus, intitulada “O lugar e o espaço, na constituição do ser Kalunga”²⁰.

Depois de um intervalo de cinco anos nos trabalhos resultantes, no ano de 2016 foi defendida a tese “Jogos de linguagem matemáticos da comunidade remanescente de quilombos da agrovila de espera, município de Alcântara, Maranhão”²¹ de Raimundo Santos de Castro. Em 2021 foram encontrados dois trabalhos, uma dissertação, defendida por Laurenita Gualberto Pereira Alves, intitulada “Brincadequê: brinquedos e brincadeiras no Quilombo de Lajeado”²², e a tese “A Pedagogia Crítica, a Etnomatemática e as práticas de Alfabetização Matemática e Numeramento no quilombo São Félix/MG”²³ de Denilia Andrade Teixeira dos Santos. No ano de 2022 também foram encontrados outros dois trabalhos. a dissertação “Conhecimentos matemáticos da produção ceramista da comunidade remanescente do quilombo dos Palmares-AL na sala de aula”²⁴, defendida por Jamilly Souza Tenorio, e a tese “Etnomatemática na Educação Escolar Quilombola: perspectivas decoloniais para o ensino da matemática nos quilombos Mata Cavalo e abolição em Mato Grosso”²⁵, defendida por Maria do Socorro Lucinio da Cruz Silva.

Quando observamos os locais que essas pesquisas foram defendidas, neste segundo levantamento o que se destaca é que das 11 pesquisas encontradas, cinco foram defendidas no estado de São Paulo, em quatro universidades diferentes. Dividindo essas pesquisas por regiões temos seis, ou seja, a maior parte delas foi desenvolvida na Região Sudeste, seguindo uma linha

¹⁶ (Silva, 2005).

¹⁷ (Jesus, 2007).

¹⁸ (Silva, 2008).

¹⁹ (Santos, 2010).

²⁰ (Jesus, 2011).

²¹ (Castro, 2016).

²² (Alves, 2021).

²³ (Santos, 2021).

²⁴ (Tenorio, 2022).

²⁵ (Silva, 2022).

semelhante a do primeiro levantamento, sendo cinco em universidades do estado de São Paulo, duas na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, uma na Universidade Federal de São Carlos, uma na Universidade de São Paulo e uma na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e a única defendida nesta região fora de São Paulo, foi no estado de Minas Gerais, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. A Região Nordeste e a Região Norte ficaram empatadas na quantidade de pesquisas defendidas, duas cada. As da Região Norte foram defendidas no estado do Pará, na Universidade Federal do Pará, e no estado do Tocantins, na Universidade Federal do Tocantins. As defendidas na Região Nordeste foram realizadas na Universidade Federal de Alagoas, no estado de Alagoas e na Universidade do Estado da Bahia, no estado da Bahia. A única que foi defendida da Região Centro-Oeste foi no estado do Mato - Grosso, na Universidade Federal de Mato Grosso. Neste levantamento não foi encontrada nenhuma pesquisa desenvolvida em universidades da Região Sul. Baseada nessas poucas pesquisas encontradas nos dois levantamentos realizados, não posso inferir nada, mas posso começar a pensar sobre um panorama, ainda que bem incompleto, da produção de pesquisas na área da Educação Matemática sobre o assunto envolvendo a educação ofertada para a população quilombola no Brasil, uma produção ainda pequena, mas que traz importantes contribuições para este cenário de muitas lutas.

Após identificar a distribuição das pesquisas encontradas por estados e regiões, acredito ser importante lembrar que no Brasil, segundo dados da Fundação Cultural Palmares atualizados em maio de 2025, há um total 3. 752 comunidades quilombolas identificadas, destas 3. 056 já foram certificadas. As comunidades quilombolas estão distribuídas em todas as regiões do país, sendo que há 2.347 na Região Nordeste, 647 na Região Sudeste, 382 na Região Norte, 205 na Região Sul e 171 na Região Centro-Oeste. Os únicos estados brasileiros que ainda não possuem comunidades quilombolas identificadas são Acre e Roraima, e no Distrito Federal também não há. No quadro a seguir é apresentado o quantitativo de comunidades quilombolas por estado no país.

Figura 31 - Quadro geral de comunidades remanescentes de quilombos em maio de 2025

QUADRO GERAL POR REGIÃO			
Nº	UF	Nº CRQs (Certidões)	Nº CRQs (Comunidades)
1	NORTE	309	382

2	NORDESTE	1849	2347
3	CENTRO-OESTE	153	171
4	SUDESTE	542	647
5	SUL	203	205
TOTAL POR ANO:		3056	3752

Fonte: (Fundação Cultural Palmares, 2025).

No segundo levantamento, das 11 pesquisas encontradas, nove não aparecem no primeiro levantamento, sendo que as duas que aparecem novamente são as pesquisas de Denília Andrade Teixeira dos Santos e de Maria do Socorro Lucínio da Cruz Silva. Observando os resultados dos dois levantamentos realizados, percebi que no segundo, em que utilizei como descritores “matemática” e “quilombo”, o recorte temporal foi maior, sendo que as primeiras pesquisas defendidas foram de 2005. Já quando utilizei como descritor a expressão “Educação Escolar Quilombola” no primeiro levantamento, a primeira pesquisa foi defendida no ano de 2018, e isso pode ser resultado de algo relacionado à legislação brasileira: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola só foram definidas no ano de 2012. Outro fato observado é que mesmo no segundo levantamento em que não fiz menção direta à educação escolar, todas as pesquisas foram defendidas após a promulgação da Lei 10.639¹, de janeiro de 2003, que trata da obrigatoriedade da inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial da rede de ensino, e das 11 pesquisas encontradas, seis fazem menção, ao menos uma vez em seus textos, à esta Lei. Esse aspecto nos mostra os impactos das políticas públicas educacionais nas pesquisas, e a importância destas para o alavancamento de suas implementações, em especial, as que tratam do assunto desta tese, que passam por sérios desafios. Percebemos que essas políticas públicas educacionais causaram algum tipo de movimentação e alteração no cenário da educação.

A primeira pesquisa que vou contar um pouquinho mais, não foi escolhida por acaso. Historicamente, o discurso que prevalece é que homens são melhores em matemática do que mulheres, atribuindo a eles o lugar de produção desse saber². Então, escolhi começar por esta

¹ Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências (Brasil, 2003).

² Questões relativas a esses pontos são discutidas no trabalho de Maria Celeste Reis Fernandes de Souza e Maria da Conceição Ferreira Fonseca, intitulado *Discurso e “verdade”: a produção das relações entre mulheres, homens e matemática* (Souza; Fonseca, 2009).

pesquisa por ter seu foco em mulheres, ainda meninas, mas mulheres. Além disso, enquanto estava na Comunidade Quilombola São Miguel percebi o papel importantíssimo que as mulheres desempenham lá, e como por vezes, isso não foi/é reconhecido. Assim, ver uma pesquisa sobre educação quilombola protagonizada por mulheres é algo representativo.

Falei, falei e não disse qual é o trabalho. Trata-se da pesquisa de doutorado defendida no ano de 2024 pela Maria Joseane Santos Teixeira, intitulada *Letramento Estatístico e Educação Escolar Quilombola: uma pesquisa protagonizada por meninas quilombolas*. Esta teve por objetivo *analisar reflexões críticas de meninas quilombolas sobre sua comunidade e a realidade das mulheres, a partir das informações estatísticas produzidas por elas na vivência do ciclo investigativo*³. Essa foi uma pesquisa realizada com crianças do quinto ano do Ensino Fundamental da escola localizada na Comunidade Quilombola Onze Negras, em Pernambuco, mas Maria deixa claro que o foco vai estar nas produções das meninas, as quais ela chama de potenciais futuras líderes da comunidade.

Ao final de sua pesquisa, Maria indica falhas na efetivação da implementação da modalidade educativa de Educação Escolar Quilombola. Ela também traz algumas reflexões a partir de seus movimentos nessa pesquisa, entre elas, reflexões *sobre o conhecimento do contexto quilombola, a leitura e escrita com a Matemática para o empoderamento das meninas, as possibilidades de um ensino de Matemática aquilombado e a busca da equidade social por meio da crítica com reconhecimento da importância dos saberes tradicionais quilombolas*⁴.

Dos trabalhos mais antigos encontrados no primeiro levantamento, se bem que nem é uma palavra adequada para usar, afinal foram trabalhos defendidos no ano de 2018, a dissertação da professora Andréia Regina Silva Cabral Libório, teve por um dos seus objetivos analisar o currículo da Escola Municipal localizada no Quilombo Peropava no que dizia respeito ao ensino da matemática, além de se propor a investigar as possíveis contribuições da Etnomatemática para a reconstituição do currículo dessa escola⁵. A professora Andréia constatou, durante a realização da sua dissertação, que o currículo não reconhecia e valorizava a diversidade cultural da comunidade quilombola que a escola estava inserida, não contemplava as particularidades da Educação Escolar Quilombola, entre outras questões apontadas. Ao final de sua dissertação, ela elaborou um produto educacional que foi um *Projeto (interdisciplinar/transdisciplinar) a fim de envolver e*

³ (Teixeira, 2024, p. 22).

⁴ (Teixeira, 2024, p. 152).

⁵ (Libório, 2018).

*problematizar questões do cotidiano da Comunidade Quilombola de Peropava, tais como: contexto histórico, reconhecimento da comunidade, produção de farinha de mandioca, comidas típicas, ervas medicinais, moradia (casas de taipa), danças e músicas de origem africana*⁶.

Outro trabalho defendido no ano de 2018 foi a tese do professor Kaled Sulaiman Khidir, que inclusive fez parte da minha banca de mestrado. Mas falando sobre a sua tese, esta tinha por objetivo principal *compreender de que modo os saberes socioculturais quilombolas poderão ser mobilizados pelos professores na reorientação de suas atividades docentes no ensino de matemática escolar na busca de sentidos e significados atribuídos aos conhecimentos escolares*⁷. Os saberes socioculturais quilombolas que o professor menciona são os saberes das pessoas da Comunidade Quilombola Kalunga do Mimoso, localizada na região sudeste do estado do Tocantins. Algo importante a ser destacado é o contexto dessa pesquisa, pois a maioria dos professores que atuam nas escolas quilombolas mencionados é oriunda da comunidade, algo que não acontece, por exemplo, na Escola Manuel Albino Carvalho⁸. Ao final de sua pesquisa, Kaled evidencia que a formação inicial e continuada ofertada para aqueles professores não aborda as especificidades da educação quilombola e é um problema para a educação e a educação matemática dessas comunidades.

⁶ (Libório, 2018, p. 71).

⁷ (Khidir, 2018, p. 33).

⁸ Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho.

Figura 32 - Escola Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro localizada na Comunidade Quilombola Kalunga do Mimoso, no ano de 2013



Fonte: Khidir (2018, p. 123).

Ao ler as pesquisas do professor Kaled e da professora Andreia, acabei percebendo muitas aproximações, apesar de uma estar focada no currículo escolar e outra na formação de professores. Ambas tratam da importância da valorização dos saberes e fazeres da comunidade no ambiente escolar. Outra pesquisa desse levantamento bibliográfico que tem uma temática próxima a essas duas é a pesquisa de mestrado do professor Hélio Rodrigues dos Santos, defendida no ano de 2022. Seu objetivo foi identificar como o Colégio Estadual Calunga III, localizado na Comunidade Quilombola Kalunga Ema, em Goiás, pode reconhecer as práticas socioetnoculturais e utilizá-las na perspectiva do Programa Etnomatemática no processo de ensino e aprendizagem de Matemática. Em suas considerações finais ele também aponta para a falta de uma formação adequada dos professores, para a discrepância que existe no Brasil em questão do que é assegurado nas políticas públicas e o que é efetivamente feito na prática, também pontuou a participação ativa dos estudantes quando estes se sentiam parte das trocas de conhecimentos ali abordadas⁹.

⁹ (Santos, 2022).

Os pontos referentes ao reconhecimento e valorização da história, da cultura, as tecnologias e demais saberes dessas comunidades quilombolas abordados pela dissertação *Matemática, africanidade e formação de professores na escola quilombola*, de Alexander Cavalcanti Valença, que por objetivo buscou *investigar e discutir a formação pedagógica de professores do ensino fundamental dos anos iniciais, na abordagem da cultura afrobrasileira e quilombola, na componente curricular matemática, de uma escola pública da Comunidade Quilombola de Povoação São Lourenço, no município de Goiana/PE*¹⁰ conversam com os pontos abordados nos trabalhos que acabei de mencionar.

Na sua pesquisa de mestrado, Alexander identificou que a maioria dos professores participantes conhecia a Lei 10. 639¹¹, porém alegavam não possuir uma formação inicial e continuada adequada para a aplicação em sala de aula do que propunha tal Lei. Além disso, ao longo do trabalho, expôs pontos da cultura africana e afro-brasileira relacionados a conteúdos matemáticos que podem ser explorados em sala de aula, um deles foi os jogos de tabuleiro da família Mancala¹². Inclusive uma das oficinas realizadas por ele para um grupo de professores foi sobre o Mancala e as potencialidades dele como recurso didático nas aulas de matemática. Ao final da pesquisa, ele constatou a *falta de contextualização e de diálogo do currículo escolar com a cultura dos educandos e suas vidas em sociedade*¹³.

¹⁰ (Valença, 2018, p. 20).

¹¹ (Brasil, 2003)).

¹² Os jogos da família do Mancala são jogos de tabuleiro que possuem mais de 200 tipos e são conhecidos como jogos das sementeiras, pois representam o plantio e a colheita, podendo utilizar sementes e pedras para jogar (Valença, 2008).

¹³ (Valença, 2018, p. 139).

Figura 33 - Tabuleiro Mancala

Fonte: Valença (2008, p. 47).

Quando finalizo a leitura das pesquisas elencadas no primeiro levantamento e paro para pensar nas experiências ao longo desses anos pesquisando sobre educação quilombola e nas vivências que tive em campo enquanto estava na Escola Manuel Albino Carvalho, lá na Comunidade Quilombola São Miguel, fica evidente como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola¹⁴ e a Lei 10.639¹⁵ estão enfrentando grandes dificuldades para serem efetivamente implementadas nas escolas.

No entanto, essas pesquisas também apontam para algo que considero fundamental, que é abordar nas escolas e universidades esse modo de fazer matemática que faz parte da vida cotidiana, uma matemática que faz sentido em e para vários contextos ou espacialidades e temporalidades. Eu não esqueço uma frase da minha mãe sobre o meu irmão, ele sempre teve dificuldade na escola com a disciplina de matemática, mas em um certo dia em casa, eu já estava cursando o doutorado, e estava conversando com ela sobre esse assunto, de uma matemática que faça sentido, então ela disse com ênfase “Agora, o mano faz contas de cabeça muito mais rápido que as gurias que estão estudando, e acerta!”. Nessa conversa falei que isso pode acontecer porque agora ele vê significado

¹⁴ Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (Brasil, 2012).

¹⁵ Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências (Brasil, 2003).

naquilo, de alguma forma ele faz parte daquele processo. Sei que nem tudo que estudamos vamos ter esse olhar, vamos encontrar significado e, às vezes, é necessário um amadurecimento, às vezes, uma carreira em determinada área. Também conheço pessoas que ainda dizem não ver sentido, mas a questão é que esses anos de envolvimento com a educação matemática e esses estudos, me fizeram acreditar ser possível desmistificar essa coisa da matemática para poucos, da matemática como algo que acontece por mágica, dando uma abordagem diferente para ela, estabelecendo conexões. Como nos ensinou Ubiratan D'Ambrósio¹⁶, *a vida que vira existência se matematiza. Para mim, e eu volto agora a esse ponto, eu acho que uma preocupação fundamental, não apenas dos matemáticos, mas de todos nós, sobretudo dos educadores, a quem cabe certas decifrações do mundo, eu acho que uma das grandes preocupações deveria ser essa: a de propor aos jovens, estudantes, alunos homens do campo, que antes e ao mesmo tempo em que descobrem que 4 por 4 são 16, descobrem também que há uma forma matemática de estar no mundo*¹⁷.

Nas entrevistas, propositalmente havia um tópico que solicitava ao entrevistado uma fala sobre a matemática e sobre o que as pessoas entrevistadas lembravam da matemática na sua vida escolar. As respostas, mesmo sendo pessoas que estudaram em diferentes épocas e locais, eram praticamente as mesmas, uma matemática mecânica, do resolva isso, complete aquilo, resolva cálculos de adição, subtração e outras operações, decorar a tabuada. Decorar a tabuada era fundamental. Nos dias em que estava na escola realizando o campo presenciei essa cena, de mais de uma professora tomando a tabuada e falando que a turma, as turmas, porque eram duas diferentes turmas, deveriam ter aquilo na ponta da língua. Então, é algo que permanece, e o tempo decorrido do período que as pessoas mais velhas que entrevistei estudaram ao período que realizei o campo, é de aproximadamente 60 anos, é muito tempo para a educação permanecer engessada dessa forma e com evidências nítidas que isso não dá certo, que esse formato é ultrapassado. Exemplos disso são as falas de seu Potácio, onde ele diz que *na questão da matemática, a matemática era tomada a tabuada, todos os dias tomava a tabuada, aí era conta de menos, conta de vezes, conta de mais e conta de vezes e dividir, multiplicar e dividir*¹⁸, e de Juliano, seu filho, que também conta que nas

¹⁶ Ubiratan D'Ambrósio possuía graduação em Matemática pela Universidade de São Paulo (1955) e doutorado em Matemática pela Universidade de São Paulo (1963). Ele atuou principalmente nos seguintes temas: História e Filosofia da Matemática, História e Filosofia das Ciências, Etnomatemática, Etnociência, Educação Matemática e Estudos Transdisciplinares. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1531403209010948>.

¹⁷ (D'Ambrósio, 1999, p. 97 - 98).

¹⁸ Roberto Potácio Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e Presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

aulas de matemática nós fazíamos a tabuada, começou no terceiro ano a tabuada. Então, sempre quando nós entrávamos dentro da sala de aula nós rezava, nós fazíamos umas filas, né? Batia o sinal para entrar, nós já tinha que ir no banheiro antes, era lei, ia no banheiro, fazia a fila e ficava em fila esperando a professora, a professora mandava entrar, nós pegávamos, inclusive nessa sala aqui [a entrevista foi realizada em uma sala de aula da escola] eu estudei o terceiro ano, que era a terceira série, aí quando nós entrávamos, a professora fazia a chamada, após a chamada ela dizia bem assim “Vamos sortear os nomes para fazer a tabuada”. Era assim, e para estudar as outras contas ela dava um papel no mimeógrafo, cada um fazia na sua folha e depois ia até o quadro para resolver o problema que ela escrevia¹⁹.

Mas quando foi falado de matemática nas entrevistas, também apareceu uma outra perspectiva, uma matemática que se fazia necessária no cotidiano, uma matemática para a vida. Seu Potácio em sua entrevista fala desse conhecimento matemático atrelado a sobrevivência, ele diz que *a gente veio dentro de um, vamos dizer assim, de um pensar matemático, porque a dificuldade é grande. Muitas vezes te falta a questão financeira, a questão da alimentação. Tu tem que fazer cálculo de tantas pessoas, eu tenho que fazer isso aqui dar para hoje, porque amanhã eu preciso ir lá buscar pra trazer, porque senão vai faltar. Então, tem toda uma preocupação de como tu vai fazer algo pra tantas pessoas sem que alguém fique na falta²⁰*. Falando dessa matemática do cotidiano, no ano de 2005 foi defendida a dissertação de Jacinto, que teve por objetivo principal *identificar os significados, atribuídos pelos molenses, às suas práticas socioculturais, conectadas aos saberes matemáticos da cultura local, como, também, estabelecer algumas relações entre a matemática escolar e a matemática praticada pelos remanescentes de quilombo do Mola-Itapocu/PA, sem dispensar os significados e os sentidos das memórias de suas vivências cotidianas naquele contexto particular²¹*. Ele menciona a Lei 10.639, que foi publicada dois anos antes, e diz o seguinte sobre ela: *mesmo existindo a obrigatoriedade da temática, fica a impressão de que a maneira de trabalhá-la em sala de aula pode servir de enfeite às atividades desenvolvidas na escola, caso não haja uma prática dialógica docente e discente de entendimento, interpretação,*

¹⁹ Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e criador do grupo de capoeira “Grupo Paranaú Rei Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, página 220 desta tese.

²⁰ Roberto Potácio Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e Presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, páginas 276 e 277 desta tese.

²¹ (Leão, 2005, p. 15).

*problematização e de esclarecimento profundo das teias de relações de poder que gravitam em torno do assunto*²². Essa impressão apontada por ele, foi concretizada com o passar dos anos, tanto que após mais de 20 anos depois de sua promulgação ainda se fala sobre a falha na efetivação desta lei, pois acontece justamente o que foi apontado por ele.

Quanto ao ensino ofertado para a comunidade do Mola, Jacinto informa que na comunidade havia apenas uma escola que abrangia do Jardim I a 4ª série, com modelo de ensino multisseriado, ou seja, era uma única professora de dava aula para todas as séries e ali os materiais didáticos eram poucos, e o modelo de ensino que predominava era o baseado na *linguagem dos conhecimentos científicos, raras vezes, não silencia a linguagem dos saberes etnocientíficos. A professora e os alunos, quando (re)constróem articulações da linguagem da matemática escolar com as vivências socioculturais do local, com base na linguagem da matemática dialógica molense, conseguem ensinar e aprender dialógica e significativamente as teias de saberes entre os conteúdos escolares e os conteúdos culturais da população do Mola*²³. Um exemplo disso é quando a professora trabalha as operações básicas utilizando a linguagem cotidiana da comunidade que desde cedo trabalha com a venda de farinha utilizando frascos e relata que isso faz com que os alunos respondam com mais facilidade as questões trabalhadas, porém isso acontece esporadicamente, as aulas normalmente são orientadas pelo conteúdo do livro didático e comenta que isso é uma imposição do sistema educacional²⁴.

Na Escola Manuel Albino também eram raras as ocasiões que ocorriam essa relação entre o que estava sendo ensinado na escola e o contexto da comunidade, e isso não era apenas em matemática, mas no ensino de uma forma geral, e é um fato que atravessa os mais de 60 anos de existência da escola, pois foi algo que seu Potácio²⁵ e Fabiana²⁶ relataram acontecer quando estudavam e Fabiana comenta que ainda acontece quando ela olha para o modelo de ensino que seu filho está inserido. Juliano em sua entrevista fala sobre um desses casos que eram a exceção, onde, *nas aulas de matemática, se não me falha a memória, tinha algo que era relacionado com o*

²² (Leão, 2005, p. 12).

²³ (Leão, 2005, p. 117).

²⁴ (Leão, 2005).

²⁵ Roberto Potácio Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e Presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

²⁶ Fabiana Leonir Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel e líder do grupo de dança afro "Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi". Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.

nosso cotidiano e com a cultura quilombola, como a quantidade de casas, ela [a professora] sempre explicava assim “Vocês têm que saber o núcleo, o que que é o núcleo? É onde vocês moram”. Aí, ela dizia assim “Num núcleo tem tantas casas, que nem aqui na comunidade de vocês, têm formados os núcleos, aqui tem um núcleo, lá embaixo tem outro, quantas casas tem?”. Aí, ela dizia “Fulano saiu embora com tantas famílias e cada família tem tanto”, aí nós tínhamos que fazer a soma. Era um meio da gente aprender quantas famílias tinha, quantos moradores tinha. Era mais ou menos esse tipo de problema que ela fazia²⁷.

Jacinto²⁸ abordou em sua pesquisa o fato que a escola que atendia a comunidade não possuía muitos materiais didáticos, já na escola Manuel Albino, atualmente, há diferentes materiais didáticos que possibilitam aulas que abordam a educação quilombola, isso foi verificado durante o período de realização de campo. Alguns desses materiais inclusive analisei durante a minha pesquisa de mestrado, que foi defendida no ano de 2020, e que tinha por objetivo *analisar se e como o conteúdo matemático é abordado nos materiais publicados no site do Ministério da Educação, disponíveis na plataforma da modalidade educativa Educação Escolar Quilombola*²⁹. Nesta pesquisa, após analisar esses materiais até indico possíveis conteúdos matemáticos que podem ser trabalhados baseados nesses materiais e no contexto das comunidades quilombolas.

A dissertação *Conhecimentos matemáticos da produção ceramista da comunidade remanescente do quilombo dos Palmares- AL na sala de aula*³⁰ de Jamilly Souza Tenorio, que tem por objetivo principal *analisar a influência dos conhecimentos da comunidade quilombola, presentes na sua produção ceramista, no processo de ensino e aprendizagem da matemática de alunos do 7º ano do ensino fundamental de uma escola da região em que ela está inserida*³¹ por ser desenvolvida dentro de um mestrado profissional, traz consigo o desenvolvimento de um produto educacional. Neste produto foram elaboradas quatro Histórias em Quadrinhos sobre o processo de produção das peças de cerâmica e atividades que envolvem conteúdos matemáticos a partir destas Histórias em Quadrinhos. Então, aqui é mais um exemplo de pesquisa que aborda

²⁷ Roberto Juliano da Silva Rosa, colaborador dessa pesquisa. Morador da Comunidade Quilombola São Miguel e criador do grupo de capoeira “Grupo Paranaú Rei Zumbi”. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, página 221 desta tese.

²⁸ (Leão, 2005).

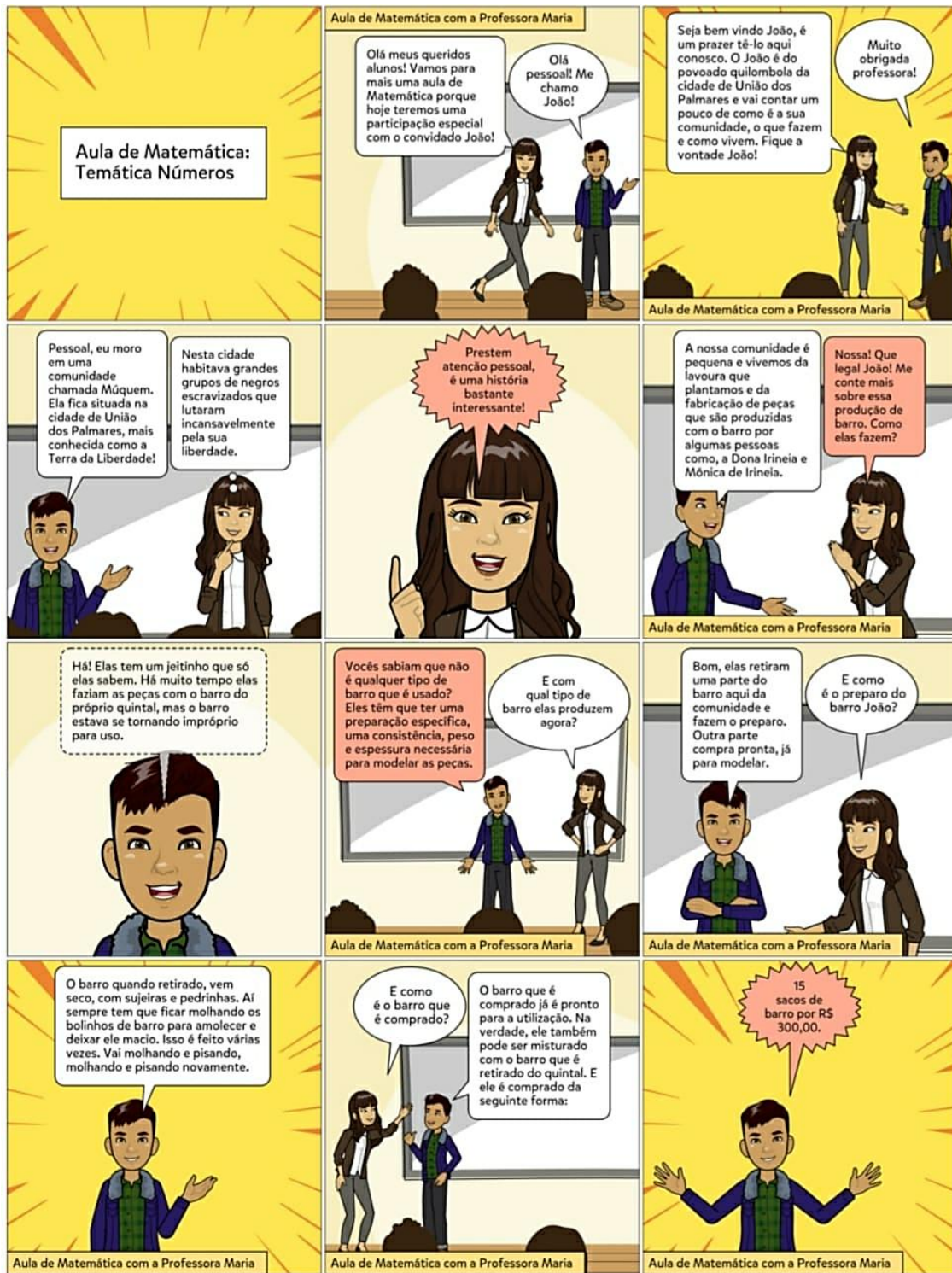
²⁹ (Crestani, 2020, p. 141).

³⁰ (Tenorio, 2022,).

³¹ (Tenorio, 2022, p. 25).

formas e materiais para trabalhar diferentes conteúdos em sala de aula que relacionam matemática e o contexto da comunidade que está sendo atendida pela escola.

Figura 34 - Primeira página da História em Quadrinhos produzida na dissertação de Jamilly



Fonte: Tenorio (2022, p. 139)

Outro exemplo de trabalho que também desenvolve um produto a partir de uma pesquisa é a dissertação *Brincadequê: brinquedos e brincadeiras no Quilombo de Lajeado*³² de Laurenita Gualberto Pereira Alves. O produto relacionado aqui foi um documentário sobre as brincadeiras e brinquedos presentes na vida das pessoas da Comunidade Quilombola de Lajeado e o saberes tradicionais presentes nestes, afinal a pesquisa tem por objetivo principal *analisar saberes tradicionais que se manifestam nos brinquedos e brincadeiras que perpassam diferentes gerações e integram a vida da Comunidade Quilombola de Lajeado*³³. Nesta pesquisa a autora, Laurenita, não faz nenhuma relação direta com a matemática, mas mesmo assim escolhi falar dela para que sirva de inspiração. Ao ler o trabalho foi perceptível a possibilidade de estabelecer relações com diversas áreas do conhecimento, mas o que quero destacar aqui é o aspecto cultural, histórico e afetivo, para além do educacional, *pois os brinquedos e brincadeiras de variadas formas possibilitava a criação de um espaço de convivência pela memória afetiva*³⁴.

Figura 35 - Oficina intergeracional de produção de boneca de sabugo de milho



Fonte: Alves (2021, p. 124)

³² (Alves, 2021).

³³ (Alves, 2021, p. 26).

³⁴ (Alves, 2021, p. 100).

A leitura destes trabalhos me fez lembrar de uma fala da professora Elisane³⁵ em que ela conta sobre a época que dava aula para as crianças pequenas, alfabetizando-as, e nessa época gostava muito de trabalhar com o concreto, com objetos, usando fatos que aconteciam no cotidiano. Em outros causos já comentei sobre algumas atividades que Elisane costumava realizar no período em que trabalhava na Escola Manuel Albino, e dessa relação que ela procurava estabelecer entre comunidade, escola, cultura e história. Também me fez lembrar da fala de outra professora, Alceri, ela que ainda está na escola, e falou sobre a dificuldade que os alunos apresentam em matemática, dificuldade esta que percebi enquanto estava em campo. Ela diz que quando vai trabalhar com matemática procura *muito inserir isso dentro da cultura deles e usar muito concreto e faz isso nas aulas de matemática, inserindo alguma coisa dentro da possibilidade em que o conteúdo me proporciona*³⁶. As pesquisas mencionadas são exemplos que podem ser explorados pela escola para desenvolver diversos conteúdos envolvendo o contexto da Comunidade Quilombola São Miguel e de outras comunidades.

As pesquisas desenvolvidas por Elivanete Alves de Jesus, tanto a de mestrado, quanto a de doutorado, que inclusive foram desenvolvidas em sequência, abordam essa possibilidade de articulação de saberes. A sua dissertação foi intitulada *As artes e as técnicas do ser e do saber/ fazer em algumas atividades no cotidiano da comunidade Kalunga do Riachão*³⁷ tem por *verificar, analisar e descrever quais seriam os conhecimentos articuladores no contexto de uma comunidade de remanescentes de quilombo, que vive em local de difícil acesso, mantendo contatos restritos com a cidade, fortalecendo tradições seculares e articulando-as com o meio, o contexto e o cosmo*³⁸. E a sua tese *O lugar e o espaço, na constituição do ser Kalunga*³⁹, tem como objetivo principal *descrever e analisar os múltiplos lugares e espaços onde está inserida a sua cultura e que são fundantes para a constituição do ser daquele povo*⁴⁰ buscando *compreender de que modo a cultura, preenchida com os valores e comportamento, se fortalece em múltiplos espaços por meio da simbiose entre crenças, necessidades, autonomias, alteridade na construção de seus espaços,*

³⁵ Elisane Dotto colaboradora dessa pesquisa. Foi professora da Escola Estadual de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 12 de abril de 2024.

³⁶ Alceri de Fátima Lemos da Silva colaboradora dessa pesquisa. Professora da Escola Estadual de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 23 de janeiro de 2023, página 175 desta tese.

³⁷ (Jesus, 2007).

³⁸ (Jesus, 2007, p. 32).

³⁹ (Jesus, 2011).

⁴⁰ (Jesus, 2011, n. p.).

*intercalados, sobrepostos ou confundidos, produzidos pelas principais instituições locais: a religião, a família e a sociedade*⁴¹.

Um ponto que me chamou atenção tanto na dissertação, quanto na tese, se refere ao modelo de ensino que estava sendo oferecido para a população da comunidade Kalunga. As falas na pesquisa retratam *o fato de a escola não ser direcionada para a comunidade e adotar um currículo sem significado para ela, faz com que caia no descrédito dos pais e dos alunos, principalmente porque, em função disso, a escola não reconhece e nem valida as atividades culturais dos alunos e, com um currículo elaborado para alunos da cidade, acaba por desvalorizar os costumes locais e a pregar o modelo sócio-familiar da cidade*⁴². Então, uma educação que não conversa com o contexto da comunidade pode ser nociva para esta, como podemos perceber.

Raimundo Santos de Castro também adotou, assim como Elivanete, os pressupostos da etnomatemática para a realização da sua pesquisa *Jogos de linguagem matemáticos da comunidade remanescente de quilombos da Agrovila de Espera, município de Alcântara, Maranhão*⁴³ que tem por objetivo principal *compreender o que está manifesto nas práticas matemáticas dos membros da comunidade remanescente de quilombos da Agrovila de Espera, Alcântara – MA, em suas práticas sociais cotidianas, problematizando-as a partir de sua não universalização e decodificando os efeitos de significado e sentido atribuídos a elas pelos membros da comunidade*⁴⁴. E para alcançar tal objetivo foi observada a prática da fabricação de farinha de mandioca, uma atividade coletiva da comunidade. Essa e outras práticas sociais da comunidade são *caracterizadas por aspectos que envolvem a identidade,[...], territorialidade, ancestralidade e pertencimento, também elementos marcantes de suas afrodescendências*⁴⁵.

A presença da Etnomatemática para discutir temas relacionados a educação quilombola, ou relacionados às próprias comunidades foi um fator comum identificado após a leitura dos trabalhos, pois dos 19 trabalhos distintos obtidos ao realizar os dois levantamentos, 18 fazem alguma menção a Etnomatemática, a única que, de alguma forma, não trouxe a Etnomatemática para dentro de suas pesquisa foi Laurenita⁴⁶. Em alguns casos ela é trazida para discutir práticas sociais, ou socioculturais das comunidades, em outros como um caminho para a elaboração de atividades, em

⁴¹ (Jesus, 2011, p. 99).

⁴² (Jesus, 2011, p. 84).

⁴³ (Castro 2016).

⁴⁴ (Castro, 2016, p. 25).

⁴⁵ (Castro, 2016, p. 95).

⁴⁶ (Alves, 2021).

outros como uma possibilidade para a reformulação de currículos. Esse último é o caso de pesquisas que já comentei neste caso e da pesquisa *A Pedagogia Crítica, a Etnomatemática e as práticas de Alfabetização Matemática e Numeramento no quilombo São Félix/MG*⁴⁷, de Denília Andrade Teixeira dos Santos, pesquisa esta que foi obtida como resultado no dois levantamentos realizados, e que tem por objetivo o seguinte: *analisar criticamente as práticas matemáticas utilizadas no cotidiano da comunidade quilombola de São Félix e sua interlocução com os conteúdos curriculares matemáticos na escola multisseriada local*⁴⁸. Outra pesquisa que defende a alteração curricular, de modo que este valorize os conhecimentos da comunidade é a pesquisa de doutorado *Etnomatemática na Educação Escolar Quilombola: perspectivas decoloniais para o ensino da matemática nos quilombos Mata Cavalo e abolição em Mato Grosso*⁴⁹, desenvolvida por Maria do Socorro Lucinio da Cruz Silva que ao verificar a existência de lacunas na formação de professores, organizou e desenvolveu esta pesquisa com objetivo de *descrever e analisar os processos formativos dos professores de Matemática de duas escolas quilombolas do Mato Grosso, pautados nos pressupostos da Etnomatemática e nos impactos dessa formação em suas práticas pedagógicas*⁵⁰.

Ao analisar as pesquisas elencadas nos levantamentos, é perceptível que as comunidades quilombolas trazem consigo uma bagagem de conhecimentos matemáticos, ou etnomatemáticos, como algumas pesquisas chamam, sejam estes conhecimentos atrelados a práticas culturais, sociais, ambientais e/ou econômicas. Nas entrevistas, por exemplo, o lugar que foi ocupado com frequência pela matemática era relativo às práticas econômicas das famílias, práticas que inclusive ficaram na maioria dos casos no passado, mas que ainda ocupam um lugar muito vívido na memória das pessoas. Essa situação econômica estava diretamente ligada à sobrevivência das famílias, pois com o dinheiro que recebiam nos trabalhos sazonais e sabendo que não arranjariam mais tantos trabalhos por um bom período, eles dividiam esse dinheiro de forma que conseguissem manter suas famílias no restante do ano. Adriela⁵¹ recorda que era comum logo depois de seu pai voltar de um período trabalhando fora, ser a única vez no ano que ganharia roupas e calçados novos. E depois

⁴⁷ (Santos, 2021).

⁴⁸ (Santos, 2021, p. 36).

⁴⁹ (Silva, 2022).

⁵⁰ (Silva, 2022, p. 19).

⁵¹ Adriela de Souza Brito Rosa, colaboradora dessa pesquisa. Moradora da Comunidade Quilombola São Miguel, Agente Comunitária de Saúde e Secretária da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Informações fornecidas na entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2023.

de uma certa idade, no caso Adriela, depois dos 10 dos dez anos de idade já começou a ajudar nos trabalhos na lavoura que eram realizados nas redondezas para contribuir na renda. Então, ao realizar o campo, percebi os conhecimentos matemáticos também muito ligados à organização das famílias no território, a distribuição das terras, a construção das casas, as brincadeiras, entre outros.

Após analisar os trabalhos elencados é evidente que há diversas possibilidades para trabalhar com os conhecimentos das comunidades em sala de aula, alguns exemplos até mencionei. Também ficou evidente que ainda é necessário pensar na formação dos professores no que tange as questões referentes às relações étnico-raciais, por que não deveria ser aceitável o fato de não ser desenvolvidas políticas públicas pela falta de formação de professores, apesar de entender que essa justificativa é dada muitas vezes para tentar minimizar a responsabilidade dos órgãos públicos, pois se é identificada que há uma lacuna na formação desses professores que estão atuando em contextos específicos, por que não pensar em formação continuada que atenda essas necessidades?

Outro ponto que ficou evidente ao ler os trabalhos foi a falha na implementação da Lei 10.639 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. E como uma consequência, a necessidade e urgência de reformulação de currículos e aqui eu incluo, PPPs e calendários escolares, de forma que estes propiciem a valorização e respeito a história e cultura das comunidades quilombolas e que desenvolvam nas escolas os conhecimentos dessas comunidades, e destaco, em específico, os conhecimentos matemáticos, pois como vimos as comunidades são permeadas deles.

8.1 REFERÊNCIAS

ALVES, L. G. P. **Brincadequê: brinquedos e brincadeiras no Quilombo de Lajeado**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 2003c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/etnico_racial/pdf/resolucao_8_201112.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

CASTRO, R. S. de. **Jogos de linguagem matemáticos da comunidade remanescente de quilombos da agrovila de espera, município de Alcântara, Maranhão**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - São Carlos, Universidade Federal de São Carlos - SP, 2016.

CRESTANI, M. M. **Educação Escolar Quilombola: a matemática presente em materiais publicados no site do Ministério da Educação**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria - RS, 2020.

DINIZ, A. M. R. **Os *foregrounds* de estudantes quilombolas e suas intenções em aprender matemática**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino de Educação Matemática e Tecnológica) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

D'AMBRÓSIO, U. A História da Matemática: Questões Historiográficas e Políticas e Reflexos na Educação Matemática. In: BICUDO, M. A. V. (Org). **Pesquisa em Educação Matemática: Concepções & Perspectivas**. Editora UNESP, São Paulo, 1999; pp. 97-115.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (CRQs) publicada no dou em 22/08/2022, atualizado em 12/05/2025. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-rticulacao/certificacao-quilombola>. Acesso em: 15 jul. 2025.

JESUS, E. A. de. **As artes e as técnicas do ser e do saber/ fazer em algumas atividades no cotidiano da comunidade Kalunga do Riachão**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro -SP, 2007.

JESUS, E. A. de. **O lugar e o espaço, na constituição do ser Kalunga**. 2011. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro - RS, 2011.

KHIDIR, K. S. **Práticas socioculturais quilombolas para o ensino de matemática: mobilizações de saberes entre comunidade e escola**. 2018. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Matemáticas) - Universidade Federal do Pará, Belém - PA, 2018.

LEÃO, J. P. P. **Etnomatemática quilombola: as relações dos saberes da matemática dialógica com as práticas socioculturais dos remanescentes de quilombo do Mola-Itapocu/PA**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemáticas) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

LIBÓRIO, A. R. S. C. **Reflexões sobre o currículo sob a perspectiva da Etnomatemática: possibilidades em uma Escola “Quilombola”**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, São Paulo, 2018.

LIMA, E. D. B. **Ensino e aprendizagem de matemática na Escola da Comunidade Quilombola do Curiaú**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.

NEVES, E. P. **Etnomatemática dos remanescentes da comunidade quilombola urbana Tia Eva**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Universidade Bandeirante de São Paulo, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, C. G. de. **Etnomatemática e a Educação Escolar Quilombola na Ilha da Marambaia em Mangaratiba-RJ: conexões entre o artesanato local e a prática escolar**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ. 2022.

SANTOS, D. A. T. dos. **A Pedagogia Crítica, a Etnomatemática e as práticas de alfabetização matemática e numeramento no Quilombo São Félix/MG**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SANTOS, H. R. dos. **Práticas socioetnoculturais e o ensino de matemática na perspectiva da Etnomatemática em uma escola quilombola: possibilidades e desafios**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

SANTOS, H. R. dos. **Práticas socioetnoculturais e o ensino de matemática na perspectiva da Etnomatemática em uma escola quilombola: possibilidades e desafios**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

SANTOS, M. C. B. **Mate,Má,Tica! Um caso de resistência e violência na territorialidade**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010.

SILVA, L. M. A. **A cerâmica utilitária do povoado histórico Muquém: a etnomatemática dos remanescentes do Quilombo dos Palmares**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SILVA, M. do S. L. da C. **Etnomatemática na Educação Escolar Quilombola: perspectivas decoloniais para o ensino da matemática nos quilombos Mata Cavalo e Abolição em Mato Grosso**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso. 2022.

SILVA, V. L. da. **A cultura negra na escola pública: uma perspectiva etnomatemática**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA, M. C. R. F. de.; FONSECA, M. da. C. F. Discurso e “verdade”: a produção das relações entre mulheres, homens e matemática. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, Brasil, v. 17, n. 2, p. 595 - 613, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/7Fn6GBRpJBMn5pPv6ZtV5jR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2025.

SULEIMAN, A. **O jogo e a educação matemática: um estudo sobre as crenças e concepções dos professores de matemática quanto ao espaço do jogo no fazer pedagógico**. 2008. 258 p. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2008.

TEIXEIRA, M. J. S. **Letramento Estatístico e Educação Escolar Quilombola**: uma pesquisa protagonizada por meninas quilombolas. 2024. Tese (Doutorado em Educação Matemática e Tecnológica) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.

TENÓRIO, J. S. **Conhecimentos matemáticos da produção ceramista da comunidade remanescente do quilombo dos Palmares-AL na sala de aula**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

VALENÇA, A. C. **Matemática, africanidade e formação de professores na escola quilombola**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Pernambuco, Nazaré da Mata - PE, 2018.



*Salve, salve Dandara, Gangazumba e Zumbi Salve, salve
 Antônio Conselheiro, Beato José Lourenço e Sr. Quinzeira
 Salve, salve Rosalina, Edileusa, Bispo, Joana Maria e Sabino
 Salve, salve Palmares, ueimada Nova e Saco Curtume Salve,
 salve povo negro Salve,
 salve povo afro-pindorâmico
 (Antônio Gomes Barbosa⁵²).*

⁵² Antônio Gomes Barbosa é sociólogo, coordenador do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com Semiárido Brasileiro: Uma Terra e Duas Águas (P1+2) da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA).

SANTOS, A. B. dos. **Colonização, Quilombos**: modos e significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

9 MEUS DESASSOSSEGOS SENTAM NA VARANDA¹...

Depois de alguns causos contados e outros ouvidos, me pego aqui, tomando meu chimarrão, sozinha, pensando em tudo o que foi dito e não dito nesses causos e assim algumas reflexões vêm à minha mente enquanto escuto o ronco do meu chimarrão.

A pesquisa desenvolvida nesta tese teve por objetivo principal investigar historicamente de que modo ocorreu/vem ocorrendo a educação, em especial a educação matemática, para a população quilombola da comunidade de São Miguel, localizada na zona rural do município de Restinga Sêca, no estado do Rio Grande do Sul. Então, para alcançar tal objetivo foi necessário pesquisar não somente a questão educacional, mas os outros fatores que de alguma forma atravessam (ou interferem) a educação ofertada para a população desta comunidade, e quando falo em educação aqui, não me refiro apenas à educação ofertada na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho, mas a uma educação que permeia outros espaços, como a Comunidade Quilombola São Miguel, principalmente, e outros que são frequentados por pessoas dessa comunidade.

Então, para a construção desta tese, tendo em vista o que me propus a pesquisar, senti a necessidade de, desde a elaboração do projeto de doutorado, vivenciar a pesquisa, mais do que realizar uma investigação sobre... E como faria isso? Por uma imersão no campo por um período e *entre-vistando* pessoas nesse campo. A pesquisa de campo que realizei teve inspirações cartográficas, ou seja, estava em campo para acompanhar os processos inventivos e produção de subjetividades. Como diria Laura e Virgínia², estava lá aberta aos diálogos e experiências do campo. Para tanto, preferi vivenciar o campo por um período antes de realizar as entrevistas, até porque a vivência no campo seria fundamental para a escolha da maioria dos colaboradores desta pesquisa. Foi no campo que consegui ter uma breve ideia de como se davam as relações na comunidade e na escola. Hoje posso afirmar que essas escolhas potencializaram a metodologia constituída no caminhar da pesquisa, num encontro de inspirações cartográficas com a História Oral. Durante as entrevistas, foi possível abordar determinados pontos observados por mim no período de campo em que tomei conhecimento dos mesmos. As conversas com as pessoas da escola e da comunidade quilombola São Miguel, bem como as vivências naquele espaço por aquele

¹Desassossegos, música de João Chagas Leite. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZHWWFnATgFA&list=RDZHWWFnATgFA&start_radio=1.

² (Barros; Kastrup, 2015)

período permitiu o estabelecimento de uma relação de confiança, o que abriu lugar para as pessoas se sentirem mais à vontade para falar ou se aprofundar em determinados temas. Além disso, estudar e realizar uma pesquisa sob o suporte teórico-metodológico e sob a ética da História Oral expandiu o campo cartográfico, permitindo que vozes multifacetadas fossem ouvidas, registradas e se fizessem presentes na composição desta tese envolvendo a educação na comunidade quilombola São Miguel. Ambas as bases (cartográfica e da história oral) caminharam juntas comigo em emaranhado, afetando uma à outra numa produção conjunta.

Feita as devidas reflexões sobre a metodologia desta pesquisa, outra questão que acredito que deva ser pontuada e entendo como fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, é a legislação que aborda de forma direta ou indireta questões relacionadas à educação da população quilombola. Estudar esta legislação é essencial para compreender os processos que ocorrem nas escolas, nos órgãos responsáveis por estas, como Secretarias de Educação e Prefeituras e na sociedade de uma forma geral, que por vezes diante de certas políticas públicas, veem seus privilégios sendo expostos e escolhem atacar ou negar direitos dessas populações que historicamente foram negligenciadas.

Ainda sobre esse assunto, como abordo no caso que conto sobre ele, o Brasil, com o passar dos anos e como resultado das lutas dos movimentos sociais negros e quilombolas possui uma legislação que é abrangente na teoria, porém o grande problema é a efetivação do que é proposto por essa legislação. Quando nos debruçamos a estudar sobre esse tema, identificamos inúmeras falhas na implementação dessas leis, como é o caso da Lei 10.639³, que abarca toda a rede de ensino, tanto pública, como privada, que mesmo após mais de 20 anos de promulgação enfrenta resistência e desconhecimento para a sua aplicação, fato comentado em pesquisas que abordei durante esta tese. E quando observamos a aplicação de uma política pública educacional que é destinada para um grupo específico, que é o caso da modalidade educativa de Educação Escolar Quilombola⁴, percebemos que a implementação desta é ainda menor. Essas falhas na implementação, tanto da Lei 10.639, quanto da modalidade educativa foram observadas também na Escola Manuel Albino Carvalho.

³ Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências (Brasil, 2003).

⁴ Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (Brasil, 2012).

Nesse caminho investigativo, compreendemos que para falarmos sobre a educação ofertada para a população da Comunidade Quilombola São Miguel, precisamos entender minimamente o seu contexto cultural, social, histórico e econômico. A comunidade que, nos marcos oficiais, possui mais de 150 anos de existência e que nesse período passou por inúmeros desafios para resistir e existir. Uma comunidade que recebeu a sua certificação da Fundação Cultural Palmares no ano de 2004, mas que ainda não teve seu território demarcado pelo INCRA, devido a um processo na justiça. Essa luta pela terra não é de agora, desde o seu início a comunidade buscou formas de oficializar o seu território, pois tinha consciência que manter essas terras em posse da comunidade seria um desafio. Já na formação do quilombo, o território sofreu ameaças devido às políticas migratórias e incentivo a imigração europeia, que anos depois afetou a comunidade diretamente, perdendo parte de seu território para uma família de origem alemã. Sofreu com avanços e divisas, com ameaças, com negócios mal-intencionados onde se vendia uma porção de terra, mas se apropriaram de um pedaço muito maior. E foi nessa contínua violência sofrida, que a quantidade de terras em posse da comunidade foi diminuindo, hoje tendo em mãos cerca de 45 hectares, do que um dia já foram 300.

Devido a pequena porção de terras que possuem, poucas pessoas da comunidade tiram o sustento trabalhando na comunidade. Houve uma época em que a forma de renda mais comum na comunidade eram trabalhos sazonais em lavouras que, por vezes, eram localizadas em municípios distantes e fazia com que as pessoas tivessem que se ausentar da comunidade por esse período, trabalho esse sem nenhuma regularização e com condições preocupantes. Com o passar dos anos esse tipo de trabalho se tornou uma forma de complementação de renda somente e a economia da comunidade melhorou, mas a renda das famílias, em sua grande maioria, ainda depende de empregos fora da comunidade, fazendo com que as pessoas fiquem grande parte do dia distante da comunidade, e em outros casos, elas acabam se mudando da comunidade para trabalhar.

No entanto, mesmo com tantos desafios encontrados, a comunidade encontrou formas de manter a sua história e cultura, como a contação de causos, a oralidade. Nesses causos as histórias são passadas de geração a geração, histórias são lembradas, lutas são revividas, a identidade é afirmada e os motivos para seguir resistindo são reforçados. A religiosidade também foi outra forma encontrada, pois ali também é um local de essa identidade e ancestralidade também são valorizadas e respeitadas.

Durante a realização da pesquisa ficaram evidentes outras formas pelas quais ocorre essa preservação, formas essas que chegaram à comunidade não tem muito tempo, mas que já são parte dela, como é o caso da Associação Comunitária Vovô Geraldo, Associação que foi organizada no período em que estavam sendo realizados os estudos para o reconhecimento da comunidade como quilombola pela Fundação Cultural Palmares, por volta dos anos 2000. Outras formas identificadas foram o Grupo de Capoeira Paranauê Rei Zumbi e o Grupo de Dança Afro Herdeiros de Zumbi, a dança afro e a capoeira sendo expressões culturais que chegaram até a comunidade praticamente no mesmo período, na década de 1990, por iniciativas de pessoas externas à comunidade, mas que a comunidade acolheu e que hoje fazem parte dos aspectos culturais dela. Esses modos de preservação que foram traçados pela comunidade são estratégias importantes e essenciais para que ela possa manter a sua história e cultura e buscar a cidadania plena, mesmo diante de uma sociedade que nega a sua existência.

Outro fator que é importantíssimo para a preservação da história e da cultura e nessa busca pela cidadania plena da comunidade é a educação, mas aqui não me refiro apenas à educação escolar, mas à educação quilombola, aquela que também ocorre na comunidade, pois é nessa educação que os costumes, histórias, brincadeiras são passadas entre gerações. Quanto à educação que ocorre no ambiente escolar, essa foi uma conquista da comunidade, materializada através da Escola Manuel Albino, mas que sofreu e sofre com a negação da sua existência como sendo da/na comunidade: vimos que desde a sua inauguração, quando foi construída sobre terreno doado por Manuel Albino Carvalho, um senhor quilombola, morador da comunidade, com a ajuda das pessoas da comunidade, a escola recebeu o nome de Edmund Bischoff, este pertencente àquela família que chegou com o movimento de migração e se apropriou de parte das terras da comunidade. Esse fato é uma das evidências de violência cometida contra a comunidade, uma tentativa de apagamento. No entanto, a comunidade não se calou, reivindicou e conseguiu alteração no nome da escola. Em 1975, ela recebe o nome da pessoa responsável pela doação do terreno e, além disso, um defensor da educação, Manuel Albino Carvalho.

Porém, quem dera, esta ter sido a única tentativa de apagamento sofrida pela escola. A negação por parte de órgãos públicos, como prefeitura e Secretaria Municipal de Educação dela ser uma escola quilombola, na verdade há um reconhecimento seletivo, apenas quando lhe é conveniente, como para o recebimento de verbas, por exemplo. O não desenvolvimento da modalidade educativa de Educação Escolar Quilombola quando a grande maioria dos alunos

atendidos por ela são oriundos de comunidades quilombolas, são outros exemplos disso. E uma das mais recentes foi a decisão pela retirada dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental da escola, no ano de 2022, mesmo com a realização de uma reunião com a comunidade e essa requerendo que isso não fosse realizado, mas com isso feito, havia a promessa de logo ser implementado o serviço de creche que só foi executado com mais de um ano de atraso. Essas, entre outras questões retratam uma fragilidade da escola diante de imposições do poder público, isso foi observado durante o período de campo e reafirmado pelas falas dos participantes desta pesquisa.

Quanto a relação entre escola e comunidade é evidenciado nas textualizações das entrevistas e nas conversas que tive durante o campo, que o tipo de relação que é estabelecido em determinados períodos interferem no que está sendo, e como está sendo ensinado, na participação ativa das pessoas da comunidade na escola e no sentimento de pertencimento da comunidade àquele espaço. Há relatos que retratam um movimento de reaproximação acontecendo, mas mesmo nos momentos de afastamento a comunidade sempre ressaltou a importância da escola para ela, como sendo um elo de ligação da população e um ponto de fortificação da mesma. Porém, a comunidade em suas falas reivindica uma educação que olhe para as especificidades dela, e que ensine, valorize e respeite a sua história e cultura. Alexander em sua pesquisa fala sobre a *necessidade do reconhecimento e valorização da história e cultura afro-brasileira, para combater a herança escravocrata racista e que não completou a abolição da escravidão negra no Brasil, pois mantém uma dívida social com os afrodescendentes, entre eles com os povos quilombolas. Portanto, o ensino de matemática assume um lugar importante para contribuir com o trabalho na abordagem desta temática da história e cultura afro-brasileira*⁵.

No percurso desta pesquisa, ao analisar os trabalhos encontradas nos levantamentos e também após alguns anos de leitura sobre o tema, uma fato destaca-se como comum na grande maioria das pesquisas que já li sobre a modalidade educativa de Educação Escolar Quilombola, ou sobre escolas quilombolas, ou sobre a educação ofertada para a população quilombola: a iniciativa para o desenvolvimento de atividades que busquem valorizar a história, cultura e conhecimentos das comunidades dentro de escolas que atendem estudantes oriundos de comunidades quilombolas, ou que buscam a elaboração de um currículo que atenda as especificidades das comunidades atendidas, implementando desse modo o que está posto na Lei 10. 639 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Pude perceber que boa parte de quem realiza essas

⁵ (Valença, 2018, p. 140).

pesquisas, trata-se de pessoas externas à comunidade, dificilmente uma pesquisa é realizada por alguém da própria comunidade. Além disso, é difícil encontrar pesquisas onde o desenvolvimento de trabalhos com atividades nessa direção foi implementado com sucesso, para investigar como foi o processo e documentá-lo. Entendo que esse é um caminho possível, mas a implementação de políticas públicas não deve depender de iniciativas particulares de pesquisadores, ou de grupos de pesquisa, acredito que deva ser um movimento que surja dentro das escolas e das comunidades. O movimento, em geral, tem aparecido como reivindicações das comunidades, isto é possível observar nesta própria pesquisa, as pessoas falam sobre a educação que gostariam, mas por algum motivo esse movimento não toma a força necessária para romper com as barreiras impostas e ser efetivado. E como também percebemos ao longo desta tese, são as instituições públicas que deveriam atender a essas reivindicações e apoiar essas lutas. No entanto, em grande parte dos casos, são elas que colocam as barreiras para a sua plena efetivação.

Quanto à educação matemática escolar ofertada para a comunidade quilombola São Miguel, a análise das entrevistas e do trabalho em campo nesta pesquisa evidenciou a persistência de um ensino de matemática mecanicista e focado em memorizações, um modelo cujas algumas características mantêm-se engessadas por cerca de 60 anos, e que pouco ou nada conversam com os saberes da comunidade. Vimos o negligenciamento de materiais fornecidos pelo governo federal para apoiar o trabalho com a cultura afro-brasileira, sua inutilização na educação escolar que, como vimos, sofre com as interferências da população flutuante e rotativa de professores, e da boa vontade daqueles(as) que ali lecionam por um tempo. Essa situação nos faz questionar acerca da legitimidade cultural e “política do conhecimento”, quando identificamos em algumas das interferências mapeadas nesta tese, os saberes matemáticos considerados “legítimos” ou “verdadeiros” no currículo escolar e quem tem o poder de definir isso.

Por outro lado, as narrativas dos colaboradores desta pesquisa também trouxeram à tona a perspectiva de uma matemática para a vida, essencial para o cotidiano e a sobrevivência (como mencionado por seu Potácio), ressaltando a urgência de uma prática docente que promova o diálogo e a conexão com os saberes socioculturais dos alunos da comunidade. As entrevistas indicam de que modo práticas e saberes matemáticos são construídos no contexto de suas lutas e necessidades cotidianas, como o planejamento da produção e a ponderação daquilo que se tem para comer durante um determinado período e em que condições. Esses indicativos, atrelados às discussões de pesquisas na área, sobretudo em Etnomatemática, mostram como trazer os saberes dessas

comunidades para a sala de aula, de forma dialógica, como nos ensinou Paulo Freire, e reconhecendo suas diferenças em relação à matemática escolar, pode permitir que estudantes tenham contato com diferentes racionalidades, contribuindo para uma educação matemática mais justa e plural.

Por fim, no que se refere à Educação Matemática como campo de práticas sociais que incluem pesquisas com e ações visando a educação matemática, podemos afirmar que esta pesquisa constitui-se como mais uma indicação do que Gelsa Knijnik⁶, ao questionar e desafiar a supremacia da matemática escolar tradicional, propõe em termos da reflexão sobre as aprendizagens que os educadores matemáticos podem extrair da aproximação e do diálogo com os movimentos sociais, especialmente aqueles que lutam contra as políticas hegemônicas e pela efetivação de direitos⁷. Mais do que assinalar a necessidade de se aprender a considerar, respeitar e valorizar os saberes das comunidades quilombolas, carregados de saberes matemáticos, que possuem lógica, estrutura e significado e que, portanto, podem e devem ser investigados visando a sua mobilização em salas de aula, bem como a sua inclusão no currículo escolar, esta pesquisa aponta para a urgência de se dar a ver e criticar processos que tornam as relações de poder invisíveis, e que resultam na exclusão social de grandes parcelas da população, como as comunidades quilombolas, do acesso aos conhecimentos, inclusive matemáticos, dos mais variados. A Educação Matemática pode e deve, desta forma, contribuir, promovendo o fortalecimento da autonomia e da identidade dessas comunidades. Além disso, como vimos o desenvolvimento de pesquisas na área, pesquisas como esta inclusive, pode ser um caminho para a efetivação de políticas públicas educacionais. Afinal de contas, a dimensão política inerente à Educação e a Educação Matemática deve estar engajada em um compromisso social para a diminuição das desigualdades, e os saberes dos movimentos sociais, como os dos quilombolas, estão aí mostrando-se como um espelho crítico para as nossas próprias práticas de pesquisa, pedagógicas e curriculares.

⁶ Gelsa Knijnik possui Licenciatura em Matemática (UFRGS, 1970), Mestrado em Matemática (UFRGS, 1979) e Doutorado em Educação (UFRGS, 1995), tendo realizado estágio de pós-doutoramento na Universidad Complutense de Madrid (2002) e estágio-senior na Aalborg University (2012). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8744369266395118>.

⁷ Aqui nos referimos ao texto da autora intitulado O que os movimentos sociais têm a dizer à Educação Matemática? (Knijnik, 2005)

9.1 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 2003c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/etnico_racial/pdf/resolucao_8_201112.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Sulina, 2015.

KNIJNIK, G. O que os movimentos sociais têm a dizer à Educação Matemática? In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA – ENEM, 8, 2004, Recife. **Anais...** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

VALENÇA, A. C. **Matemática, africanidade e formação de professores na escola quilombola**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Pernambuco, Nazaré da Mata - PE, 2018.



Poema Quilombola

*Penso que as causas sociais
Faz com que aprendo mais
Reflito meu aprender
Para amanhã saber fazer.
E sonho a cada instante
Com nossa luta
Para que no futuro
A vitória seja absoluta!
Olha aí meu povo!
Os quilombolas chegando de novo
Mostrando toda sua cultura
Colocando sua força de guerra
Pelo direito à terra*



*Na habilidade da sobrevivência guerreira
Não esquecer: Oralidade, tradição e cultura
Não entramos na luta por brincadeira*

*A cultura negra no Brasil
É maravilhosa!*

Simpatia, bondade, inteligência, alegria...

Meu Deus, quanta magia!

*A nossa luta ligada ao coração
Está ligada aos nossos ancestrais
E está ligada ao nosso futuro
Está ligada a nossa emancipação*

*Para a construção justa
E solidária de uma sociedade
Devemos conhecer os quilombolas*

*Olhar e escutar....
E fazer parte da comunidade
Correr atrás de seus objetivos*



*Ontem, hoje, amanhã e sempre
A cada novo dia
No nascente e no poente
Consciência negra luta, escola...
Liberdade
Mudaremos a sociedade
Poís somos quilombolas de verdade
Quilombola eu sou
E me orgulho de coração
E que nesse encontro haja
Várias trocas de informação
Falamos das comunidades
Da saúde e da educação*

*(Poema construído por integrantes da Oficina Educação das Relações
Étnico-raciais em áreas Remanescentes de quilombos. 15/10/2008.
Docente Prof.Ms. Lauro Cornélio da Rocha.)*

APÊNDICE A – ROTEIRO DE APOIO PARA AS ENTREVISTAS

- INFORMAÇÕES PESSOAIS
- FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
- TRABALHO
- FAMÍLIA OU ORGANIZAÇÃO FAMILIAR
- EDUCAÇÃO FAMILIAR
- RELIGIÃO
- RELAÇÃO COMUNIDADE ESCOLA/ ESCOLA COMUNIDADE
- SUA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE E COM A ESCOLA OU SUA VISÃO SOBRE A ESCOLA E SOBRE A COMUNIDADE
- QUILOMBO OU COMUNIDADE QUILOMBOLA
- COTIDIANO ESCOLAR
- ESCOLA QUILOMBOLA
- ESCOLA MUNICIPAL MANUEL ALBINO CARVALHO
- AULAS DE MATEMÁTICA
- POSIÇÃO NO MUNDO

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA
COLABORADORA ALBANA PEREIRA MENEZES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – (TCLE)

O(a) Sr(a) está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa de Doutorado intitulada “Sobre a educação matemática voltada à população quilombola: um estudo a partir da comunidade quilombola São Miguel” que será desenvolvida por Maiéli Masteloto Crestani, RG 2111854531, aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Rio Claro, sob a orientação da Profa. Dra. Heloisa da Silva. O objetivo da referida pesquisa é investigar historicamente de que modo ocorreu a educação, em especial a educação matemática, para a população quilombola, nos últimos 20 anos.

Seguindo a orientação metodológica da História Oral, a produção dos dados dessa pesquisa acontecerá por meio de entrevista. A entrevista será marcada mediante disponibilidade do participante, sendo esta orientada por um roteiro (que será enviado com antecedência) com questões que vão na direção de contemplar o objetivo da pesquisa. A entrevista será gravada em áudio e vídeo e ocorrerá ao longo do segundo semestre do ano de 2022 e do primeiro semestre do ano de 2023. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, serão de responsabilidade da pesquisadora responsável e do Grupo de Pesquisa História Oral e Educação Matemática (Ghoem) ao qual a pesquisadora está vinculada. Em momento posterior a realização da entrevista, corroborando com o procedimento metodológico adotado, será entregue ao participante: as gravações da entrevista, transcrição na íntegra e a textualização decorrente desta (edição do que foi dito durante a entrevista com a exclusão de vícios de linguagem, bem como realocação de frases e/ou parágrafos de acordo com as temáticas estabelecidas pelas questões apresentadas pelo pesquisador), juntamente com a carta de concessão, que será assinada pelo participante depois de seu consentimento em relação ao material entregue. Cabe ressaltar que a textualização que será entregue ao participante pode ser alterada, acrescentando ou retirando informações que foram dadas no momento da entrevista. O tempo que o participante irá gastar para participar da pesquisa é cerca de três horas.

A realização dessa pesquisa pode gerar alguns riscos: (1) colocar você diante de questões sensíveis, como por exemplo, questões referentes a violência, discriminação e/ou atos ilegais; (2) reportar a memórias delicadas que o exponham a questões que o afetam em uma dimensão psíquica; (3) causar desconforto e/ou constrangimento ao realizar as

gravações de áudio e vídeo; (4) após o material entregue (transcrição, textualização e gravações), pode acontecer de você não concordar com a versão final da textualização. Como a entrevista será gravada, o(a) entrevistado(a) terá plena liberdade de interferir, no sentido de vetar a audição de passagens, bem como proibir a transcrição e publicação de trechos que possa julgar inconvenientes. Entretanto, as gravações ficarão sob a guarda do entrevistador e/ou do responsável pelo projeto, que se disponha a cumprir essas exigências, constituindo fonte histórica de referência para futuros trabalhos de outros professores e também pesquisadores. Reitera-se que toda e qualquer publicação das entrevistas será feita desde que autorizada pelo(a) entrevistado(a)- participante(a) e a publicação ocorrerá conforme os termos indicados por ele(a). Este(a) terá acesso total à transcrição do texto gerado a partir da entrevista e, tendo total direito em relação às suas memórias, poderá vetar, alterar, complementar ou refazer frases que julgar passíveis de veto, alteração e/ou complementação. Como forma de minimizar estes riscos me disponho a esclarecer os objetivos, sempre que você achar necessário. Se, mesmo após esclarecer suas possíveis dúvidas, você ainda não se sentir à vontade com a divulgação ou com o material produzido, me comprometo a desconsiderar os registros nos quais você considere estar exposto e/ou sinta desconfortável com a publicação.

Como benefícios, acreditamos que a pesquisa contribuirá: (1) com o campo de pesquisa em Educação Matemática, mais especificamente, História da Educação Matemática, abordando questões relativas a educação matemática relacionada a educação da população quilombola, bem como questões de cunho social, econômico, cultural e histórico da educação dessa população; (2) possibilidade de encontrar indícios do que ainda não foi revelado na escrita da história da educação matemática brasileira, mais especificamente desta relacionada a população quilombola, podendo-se trazer elementos novos àqueles já mencionados pela história documental e até mesmo depoimentos já registrados, ou confirmar o que oficialmente constitui essa história e, além disso, promover problematizações atualizadas sobre o assunto que possam colaborar com políticas públicas relativas à educação, à educação matemática e a educação escolar quilombola.

A pesquisa não envolve uso de qualquer material que traga prejuízo à sua saúde. Sua participação é voluntária e sua recusa em participar não lhe provocará nenhum dano ou punição. A qualquer momento, antes, durante ou após sua participação, coloco-me à disposição para esclarecimentos sobre eventuais dúvidas que possam surgir. Você poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem

penalização alguma. Desta forma, pautando-se nos pressupostos da História Oral, se você aceitar o convite para a participação, os dados produzidos a partir da entrevista e legitimados por você serão publicados com a sua identificação.

Para participar desta pesquisa, o Sr(a) não terá qualquer tipo de remuneração. No entanto, os custos emergentes desta pesquisa (antes, depois e após a entrevista concedida) que os(as) participantes possam vir a ter (como por exemplo: deslocamento até o local marcado para a entrevista, impressão de algum material, ...) serão ressarcidos pela pesquisadora. Deste modo, todas as despesas decorrentes dessa participação serão ressarcidas e, em caso de dano decorrente da pesquisa, a pesquisadora e sua orientadora garantem a indenização.

Se o(a) Sr(a) ou você se sentir suficientemente esclarecido sobre essa pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, convido-o(a) a assinar este Termo, elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com o(a) Sr(a) e outra com a pesquisadora.

Qualquer dúvida adicional você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa através dos telefones (14) 3880-1608 ou 3880-1609 que funciona de 2ª a 6ª feira das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17 horas, na Chácara Butignolli s/nº em Rubião Júnior-Botucatu - São Paulo.

Meus sinceros agradecimentos por sua colaboração!

Rio Claro, 19 de dezembro de 2022.

Maiéli Masteloto Crestani

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Albano Pereira Mendes

Assinatura do participante da pesquisa

Dados da Pesquisa:

Título do Projeto: Sobre a educação matemática voltada à população quilombola: um estudo a partir da comunidade quilombola São Miguel

Pesquisadora Responsável: Maiéli Masteloto Crestani

Instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Instituto de Geociência e Ciências Exatas/Unesp/Rio Claro

Endereço: Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP. Fone (19) 3526-9391 (Instituição)

Dados da Orientadora:

Nome: Profª. Dra. Heloisa da Silva

Instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Instituto de Geociência e Ciências Exatas/Unesp/Rio Claro, Departamento de Educação Matemática

Endereço: Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP. Fone (19) 3526-9391

Dados do(a) Participante da pesquisa:

Nome: Alana Pereira Menegu

Documento de Identidade: [REDACTED]

Sexo: F **Data de Nascimento:** 26/09/1972

Endereço: S. Miguel Velho

Telefone para contato: [REDACTED]

CEP-IB/UNESP-CRC

Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP Telefone: (19) 35269678

Número do parecer:

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA
COLABORADORA ALCERI DE FATIMA LEMOS DUTRA DA SILVA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – (TCLE)

O(a) Sr(a) está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa de Doutorado intitulada “Sobre a educação matemática voltada à população quilombola: um estudo a partir da comunidade quilombola São Miguel” que será desenvolvida por Maiéli Masteloto Crestani, RG 2111854531, aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Rio Claro, sob a orientação da Profa. Dra. Heloisa da Silva. O objetivo da referida pesquisa é investigar historicamente de que modo ocorreu a educação, em especial a educação matemática, para a população quilombola, nos últimos 20 anos.

Seguindo a orientação metodológica da História Oral, a produção dos dados dessa pesquisa acontecerá por meio de entrevista. A entrevista será marcada mediante disponibilidade do participante, sendo esta orientada por um roteiro (que será enviado com antecedência) com questões que vão na direção de contemplar o objetivo da pesquisa. A entrevista será gravada em áudio e vídeo e ocorrerá ao longo do segundo semestre do ano de 2022 e do primeiro semestre do ano de 2023. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, serão de responsabilidade da pesquisadora responsável e do Grupo de Pesquisa História Oral e Educação Matemática (Ghoem) ao qual a pesquisadora está vinculada. Em momento posterior a realização da entrevista, corroborando com o procedimento metodológico adotado, será entregue ao participante: as gravações da entrevista, transcrição na íntegra e a textualização decorrente desta (edição do que foi dito durante a entrevista com a exclusão de vícios de linguagem, bem como realocação de frases e/ou parágrafos de acordo com as temáticas estabelecidas pelas questões apresentadas pelo pesquisador), juntamente com a carta de concessão, que será assinada pelo participante depois de seu consentimento em relação ao material entregue. Cabe ressaltar que a textualização que será entregue ao participante pode ser alterada, acrescentando ou retirando informações que foram dadas no momento da entrevista. O tempo que o participante irá gastar para participar da pesquisa é cerca de três horas.

A realização dessa pesquisa pode gerar alguns riscos: (1) colocar você diante de questões sensíveis, como por exemplo, questões referentes a violência, discriminação e/ou atos ilegais; (2) reportar a memórias delicadas que o exponham a questões que o afetam em uma dimensão psíquica; (3) causar desconforto e/ou constrangimento ao realizar as

gravações de áudio e vídeo; (4) após o material entregue (transcrição, textualização e gravações), pode acontecer de você não concordar com a versão final da textualização. Como a entrevista será gravada, o(a) entrevistado(a) terá plena liberdade de interferir, no sentido de vetar a audição de passagens, bem como proibir a transcrição e publicação de trechos que possa julgar inconvenientes. Entretanto, as gravações ficarão sob a guarda do entrevistador e/ou do responsável pelo projeto, que se disponha a cumprir essas exigências, constituindo fonte histórica de referência para futuros trabalhos de outros professores e também pesquisadores. Reitera-se que toda e qualquer publicação das entrevistas será feita desde que autorizada pelo(a) entrevistado(a)- participante(a) e a publicação ocorrerá conforme os termos indicados por ele(a). Este(a) terá acesso total à transcrição do texto gerado a partir da entrevista e, tendo total direito em relação às suas memórias, poderá vetar, alterar, complementar ou refazer frases que julgar passíveis de veto, alteração e/ou complementação. Como forma de minimizar estes riscos me disponho a esclarecer os objetivos, sempre que você achar necessário. Se, mesmo após esclarecer suas possíveis dúvidas, você ainda não se sentir à vontade com a divulgação ou com o material produzido, me comprometo a desconsiderar os registros nos quais você considere estar exposto e/ou sinta desconfortável com a publicação.

Como benefícios, acreditamos que a pesquisa contribuirá: (1) com o campo de pesquisa em Educação Matemática, mais especificamente, História da Educação Matemática, abordando questões relativas a educação matemática relacionada a educação da população quilombola, bem como questões de cunho social, econômico, cultural e histórico da educação dessa população; (2) possibilidade de encontrar indícios do que ainda não foi revelado na escrita da história da educação matemática brasileira, mais especificamente desta relacionada a população quilombola, podendo-se trazer elementos novos àqueles já mencionados pela história documental e até mesmo depoimentos já registrados, ou confirmar o que oficialmente constitui essa história e, além disso, promover problematizações atualizadas sobre o assunto que possam colaborar com políticas públicas relativas à educação, à educação matemática e a educação escolar quilombola.

A pesquisa não envolve uso de qualquer material que traga prejuízo à sua saúde. Sua participação é voluntária e sua recusa em participar não lhe provocará nenhum dano ou punição. A qualquer momento, antes, durante ou após sua participação, coloco-me à disposição para esclarecimentos sobre eventuais dúvidas que possam surgir. Você poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem

penalização alguma. Desta forma, pautando-se nos pressupostos da História Oral, se você aceitar o convite para a participação, os dados produzidos a partir da entrevista e legitimados por você serão publicados com a sua identificação.

Para participar desta pesquisa, o Sr(a) não terá qualquer tipo de remuneração. No entanto, os custos emergentes desta pesquisa (antes, depois e após a entrevista concedida) que os(as) participantes possam vir a ter (como por exemplo: deslocamento até o local marcado para a entrevista, impressão de algum material, ...) serão ressarcidos pela pesquisadora. Deste modo, todas as despesas decorrentes dessa participação serão ressarcidas e, em caso de dano decorrente da pesquisa, a pesquisadora e sua orientadora garantem a indenização.

Se o(a) Sr(a) ou você se sentir suficientemente esclarecido sobre essa pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, convido-o(a) a assinar este Termo, elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com o(a) Sr(a) e outra com a pesquisadora.

Qualquer dúvida adicional você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa através dos telefones (14) 3880-1608 ou 3880-1609 que funciona de 2ª a 6ª feira das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17horas, na Chácara Butignolli s/nº em Rubião Júnior-Botucatu - São Paulo.

Meus sinceros agradecimentos por sua colaboração!

Rio Claro, 23 de Janeiro de 2023.

Maieli Masteloto Crestani

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Alceni B. Dutra do Silva

Assinatura do participante da pesquisa

Dados da Pesquisa:

Título do Projeto: Sobre a educação matemática voltada à população quilombola: um estudo a partir da comunidade quilombola São Miguel

Pesquisadora Responsável: Maiéli Masteloto Crestani

Instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Instituto de Geociência e Ciências Exatas/Unesp/Rio Claro

Endereço: Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP. Fone (19) 3526-9391 (Instituição)

Dados da Orientadora:

Nome: Profª. Dra. Heloisa da Silva

Instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Instituto de Geociência e Ciências Exatas/Unesp/Rio Claro, Departamento de Educação Matemática

Endereço: Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP. Fone (19) 3526-9391

Dados do(a) Participante da pesquisa:

Nome: Alkeci de Fátima Lemos Dutra da Silva

Documento de Identidade: [REDACTED]

Sexo: F **Data de Nascimento:** 11/07/67

Endereço: Rua 006 Lirios 434 PATRONATO STA MARIA RS.

Telefone para contato: [REDACTED]

CEP-IB/UNESP-CRC

Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP Telefone: (19) 35269678

Número do parecer:

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA
COLABORADORA ADRIELA DE SOUZA BRITO ROSA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – (TCLE)

O(a) Sr(a) está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa de Doutorado intitulada “Sobre a educação matemática voltada à população quilombola: um estudo a partir da comunidade quilombola São Miguel” que será desenvolvida por Maiéli Masteloto Crestani, RG 2111854531, aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Rio Claro, sob a orientação da Profa. Dra. Heloisa da Silva. O objetivo da referida pesquisa é investigar historicamente de que modo ocorreu a educação, em especial a educação matemática, para a população quilombola, nos últimos 20 anos.

Seguindo a orientação metodológica da História Oral, a produção dos dados dessa pesquisa acontecerá por meio de entrevista. A entrevista será marcada mediante disponibilidade do participante, sendo esta orientada por um roteiro (que será enviado com antecedência) com questões que vão na direção de contemplar o objetivo da pesquisa. A entrevista será gravada em áudio e vídeo e ocorrerá ao longo do segundo semestre do ano de 2022 e do primeiro semestre do ano de 2023. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, serão de responsabilidade da pesquisadora responsável e do Grupo de Pesquisa História Oral e Educação Matemática (Ghocm) ao qual a pesquisadora está vinculada. Em momento posterior a realização da entrevista, corroborando com o procedimento metodológico adotado, será entregue ao participante: as gravações da entrevista, transcrição na íntegra e a textualização decorrente desta (edição do que foi dito durante a entrevista com a exclusão de vícios de linguagem, bem como realocação de frases e/ou parágrafos de acordo com as temáticas estabelecidas pelas questões apresentadas pelo pesquisador), juntamente com a carta de concessão, que será assinada pelo participante depois de seu consentimento em relação ao material entregue. Cabe ressaltar que a textualização que será entregue ao participante pode ser alterada, acrescentando ou retirando informações que foram dadas no momento da entrevista. O tempo que o participante irá gastar para participar da pesquisa é cerca de três horas.

A realização dessa pesquisa pode gerar alguns riscos: (1) colocar você diante de questões sensíveis, como por exemplo, questões referentes a violência, discriminação e/ou atos ilegais; (2) reportar a memórias delicadas que o exponham a questões que o afetam em uma dimensão psíquica; (3) causar desconforto e/ou constrangimento ao realizar as

gravações de áudio e vídeo; (4) após o material entregue (transcrição, textualização e gravações), pode acontecer de você não concordar com a versão final da textualização. Como a entrevista será gravada, o(a) entrevistado(a) terá plena liberdade de interferir, no sentido de vetar a audição de passagens, bem como proibir a transcrição e publicação de trechos que possa julgar inconvenientes. Entretanto, as gravações ficarão sob a guarda do entrevistador e/ou do responsável pelo projeto, que se disponha a cumprir essas exigências, constituindo fonte histórica de referência para futuros trabalhos de outros professores e também pesquisadores. Reitera-se que toda e qualquer publicação das entrevistas será feita desde que autorizada pelo(a) entrevistado(a)- participante(a) e a publicação ocorrerá conforme os termos indicados por ele(a). Este(a) terá acesso total à transcrição do texto gerado a partir da entrevista e, tendo total direito em relação às suas memórias, poderá vetar, alterar, complementar ou refazer frases que julgar passíveis de veto, alteração e/ou complementação. Como forma de minimizar estes riscos me disponho a esclarecer os objetivos, sempre que você achar necessário. Se, mesmo após esclarecer suas possíveis dúvidas, você ainda não se sentir à vontade com a divulgação ou com o material produzido, me comprometo a desconsiderar os registros nos quais você considere estar exposto e/ou sinta desconfortável com a publicação.

Como benefícios, acreditamos que a pesquisa contribuirá: (1) com o campo de pesquisa em Educação Matemática, mais especificamente, História da Educação Matemática, abordando questões relativas a educação matemática relacionada a educação da população quilombola, bem como questões de cunho social, econômico, cultural e histórico da educação dessa população; (2) possibilidade de encontrar indícios do que ainda não foi revelado na escrita da história da educação matemática brasileira, mais especificamente desta relacionada a população quilombola, podendo-se trazer elementos novos àqueles já mencionados pela história documental e até mesmo depoimentos já registrados, ou confirmar o que oficialmente constitui essa história e, além disso, promover problematizações atualizadas sobre o assunto que possam colaborar com políticas públicas relativas à educação, à educação matemática e a educação escolar quilombola.

A pesquisa não envolve uso de qualquer material que traga prejuízo à sua saúde. Sua participação é voluntária e sua recusa em participar não lhe provocará nenhum dano ou punição. A qualquer momento, antes, durante ou após sua participação, coloco-me à disposição para esclarecimentos sobre eventuais dúvidas que possam surgir. Você poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem

penalização alguma. Desta forma, pautando-se nos pressupostos da História Oral, se você aceitar o convite para a participação, os dados produzidos a partir da entrevista e legitimados por você serão publicados com a sua identificação.

Para participar desta pesquisa, o Sr(a) não terá qualquer tipo de remuneração. No entanto, os custos emergentes desta pesquisa (antes, depois e após a entrevista concedida) que os(as) participantes possam vir a ter (como por exemplo: deslocamento até o local marcado para a entrevista, impressão de algum material, ...) serão ressarcidos pela pesquisadora. Deste modo, todas as despesas decorrentes dessa participação serão ressarcidas e, em caso de dano decorrente da pesquisa, a pesquisadora e sua orientadora garantem a indenização.

Se o(a) Sr(a) ou você se sentir suficientemente esclarecido sobre essa pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, convido-o(a) a assinar este Termo, elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com o(a) Sr(a) e outra com a pesquisadora.

Qualquer dúvida adicional você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa através dos telefones (14) 3880-1608 ou 3880-1609 que funciona de 2ª a 6ª feira das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17horas, na Chácara Butignolli s/nº em Rubião Júnior-Botucatu - São Paulo.

Meus sinceros agradecimentos por sua colaboração!

Rio Claro, 17 de fevereiro de 2023.



Assinatura da Pesquisadora Responsável



Assinatura do participante da pesquisa

Dados da Pesquisa:

Título do Projeto: Sobre a educação matemática voltada à população quilombola: um estudo a partir da comunidade quilombola São Miguel

Pesquisadora Responsável: Maiéli Masteloto Crestani

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO COLABORADOR ROBERTO JULIANO DA SILVA ROSA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – (TCLE)

O(a) Sr(a) está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa de Doutorado intitulada “Sobre a educação matemática voltada à população quilombola: um estudo a partir da comunidade quilombola São Miguel” que será desenvolvida por Maiéli Masteloto Crestani, RG 2111854531, aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Rio Claro, sob a orientação da Profa. Dra. Heloisa da Silva. O objetivo da referida pesquisa é investigar historicamente de que modo ocorreu a educação, em especial a educação matemática, para a população quilombola, nos últimos 20 anos.

Seguindo a orientação metodológica da História Oral, a produção dos dados dessa pesquisa acontecerá por meio de entrevista. A entrevista será marcada mediante disponibilidade do participante, sendo esta orientada por um roteiro (que será enviado com antecedência) com questões que vão na direção de contemplar o objetivo da pesquisa. A entrevista será gravada em áudio e vídeo e ocorrerá ao longo do segundo semestre do ano de 2022 e do primeiro semestre do ano de 2023. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, serão de responsabilidade da pesquisadora responsável e do Grupo de Pesquisa História Oral e Educação Matemática (Ghoem) ao qual a pesquisadora está vinculada. Em momento posterior a realização da entrevista, corroborando com o procedimento metodológico adotado, será entregue ao participante: as gravações da entrevista, transcrição na íntegra e a textualização decorrente desta (edição do que foi dito durante a entrevista com a exclusão de vícios de linguagem, bem como realocação de frases e/ou parágrafos de acordo com as temáticas estabelecidas pelas questões apresentadas pelo pesquisador), juntamente com a carta de concessão, que será assinada pelo participante depois de seu consentimento em relação ao material entregue. Cabe ressaltar que a textualização que será entregue ao participante pode ser alterada, acrescentando ou retirando informações que foram dadas no momento da entrevista. O tempo que o participante irá gastar para participar da pesquisa é cerca de três horas.

A realização dessa pesquisa pode gerar alguns riscos: (1) colocar você diante de questões sensíveis, como por exemplo, questões referentes a violência, discriminação e/ou atos ilegais; (2) reportar a memórias delicadas que o exponham a questões que o afetam em uma dimensão psíquica; (3) causar desconforto e/ou constrangimento ao realizar as

gravações de áudio e vídeo; (4) após o material entregue (transcrição, textualização e gravações), pode acontecer de você não concordar com a versão final da textualização. Como a entrevista será gravada, o(a) entrevistado(a) terá plena liberdade de interferir, no sentido de vetar a audição de passagens, bem como proibir a transcrição e publicação de trechos que possa julgar inconvenientes. Entretanto, as gravações ficarão sob a guarda do entrevistador e/ou do responsável pelo projeto, que se disponha a cumprir essas exigências, constituindo fonte histórica de referência para futuros trabalhos de outros professores e também pesquisadores. Reitera-se que toda e qualquer publicação das entrevistas será feita desde que autorizada pelo(a) entrevistado(a)- participante(a) e a publicação ocorrerá conforme os termos indicados por ele(a). Este(a) terá acesso total à transcrição do texto gerado a partir da entrevista e, tendo total direito em relação às suas memórias, poderá vetar, alterar, complementar ou refazer frases que julgar passíveis de veto, alteração e/ou complementação. Como forma de minimizar estes riscos me disponho a esclarecer os objetivos, sempre que você achar necessário. Se, mesmo após esclarecer suas possíveis dúvidas, você ainda não se sentir à vontade com a divulgação ou com o material produzido, me comprometo a desconsiderar os registros nos quais você considere estar exposto e/ou sinta desconfortável com a publicação.

Como benefícios, acreditamos que a pesquisa contribuirá: (1) com o campo de pesquisa em Educação Matemática, mais especificamente, História da Educação Matemática, abordando questões relativas a educação matemática relacionada a educação da população quilombola, bem como questões de cunho social, econômico, cultural e histórico da educação dessa população; (2) possibilidade de encontrar indícios do que ainda não foi revelado na escrita da história da educação matemática brasileira, mais especificamente desta relacionada a população quilombola, podendo-se trazer elementos novos àqueles já mencionados pela história documental e até mesmo depoimentos já registrados, ou confirmar o que oficialmente constitui essa história e, além disso, promover problematizações atualizadas sobre o assunto que possam colaborar com políticas públicas relativas à educação, à educação matemática e a educação escolar quilombola.

A pesquisa não envolve uso de qualquer material que traga prejuízo à sua saúde. Sua participação é voluntária e sua recusa em participar não lhe provocará nenhum dano ou punição. A qualquer momento, antes, durante ou após sua participação, coloco-me à disposição para esclarecimentos sobre eventuais dúvidas que possam surgir. Você poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem

penalização alguma. Desta forma, pautando-se nos pressupostos da História Oral, se você aceitar o convite para a participação, os dados produzidos a partir da entrevista e legitimados por você serão publicados com a sua identificação.

Para participar desta pesquisa, o Sr(a) não terá qualquer tipo de remuneração. No entanto, os custos emergentes desta pesquisa (antes, depois e após a entrevista concedida) que os(as) participantes possam vir a ter (como por exemplo: deslocamento até o local marcado para a entrevista, impressão de algum material, ...) serão ressarcidos pela pesquisadora. Deste modo, todas as despesas decorrentes dessa participação serão ressarcidas e, em caso de dano decorrente da pesquisa, a pesquisadora e sua orientadora garantem a indenização.

Se o(a) Sr(a) ou você se sentir suficientemente esclarecido sobre essa pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, convido-o(a) a assinar este Termo, elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com o(a) Sr(a) e outra com a pesquisadora.

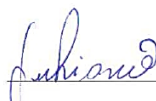
Qualquer dúvida adicional você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa através dos telefones (14) 3880-1608 ou 3880-1609 que funciona de 2ª a 6ª feira das 8:00 às 12.00 e das 13.30 às 17horas, na Chácara Butignolli s/nº em Rubião Júnior-Botucatu - São Paulo.

Meus sinceros agradecimentos por sua colaboração!

Rio Claro, 23 de fevereiro de 2023.



Assinatura da Pesquisadora Responsável



Assinatura do participante da pesquisa

Dados da Pesquisa:

Título do Projeto: Sobre a educação matemática voltada à população quilombola: um estudo a partir da comunidade quilombola São Miguel

Pesquisadora Responsável: Maiéli Masteloto Crestani

Instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Instituto de Geociência e Ciências Exatas/Unesp/Rio Claro

Endereço: Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP. Fone (19) 3526-9391 (Instituição)

Dados da Orientadora:

Nome: Profª. Dra. Heloisa da Silva

Instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Instituto de Geociência e Ciências Exatas/Unesp/Rio Claro, Departamento de Educação Matemática

Endereço: Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP. Fone (19) 3526-9391

Dados do(a) Participante da pesquisa:

Nome: Roberto Fubizuo da Silva Rosa

Documento de Identidade: [REDACTED]

Sexo: M **Data de Nascimento:** 12/03/1980

Endereço: São Miguel

Telefone para contato: [REDACTED]

CEP-IB/UNESP-CRC

Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP Telefone: (19) 35269678

Número do parecer:

APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA
COLABORADORA FABIANA LEONIR ROSA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – (TCLE)

O(a) Sr(a) está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa de Doutorado intitulada “Sobre a educação matemática voltada à população quilombola: um estudo a partir da comunidade quilombola São Miguel” que será desenvolvida por Maiéli Masteloto Crestani, RG 2111854531, aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Rio Claro, sob a orientação da Profa. Dra. Heloisa da Silva. O objetivo da referida pesquisa é investigar historicamente de que modo ocorreu a educação, em especial a educação matemática, para a população quilombola, nos últimos 20 anos.

Seguindo a orientação metodológica da História Oral, a produção dos dados dessa pesquisa acontecerá por meio de entrevista. A entrevista será marcada mediante disponibilidade do participante, sendo esta orientada por um roteiro (que será enviado com antecedência) com questões que vão na direção de contemplar o objetivo da pesquisa. A entrevista será gravada em áudio e vídeo e ocorrerá ao longo do segundo semestre do ano de 2022 e do primeiro semestre do ano de 2023. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, serão de responsabilidade da pesquisadora responsável e do Grupo de Pesquisa História Oral e Educação Matemática (Ghoem) ao qual a pesquisadora está vinculada. Em momento posterior a realização da entrevista, corroborando com o procedimento metodológico adotado, será entregue ao participante: as gravações da entrevista, transcrição na íntegra e a textualização decorrente desta (edição do que foi dito durante a entrevista com a exclusão de vícios de linguagem, bem como realocação de frases e/ou parágrafos de acordo com as temáticas estabelecidas pelas questões apresentadas pelo pesquisador), juntamente com a carta de concessão, que será assinada pelo participante depois de seu consentimento em relação ao material entregue. Cabe ressaltar que a textualização que será entregue ao participante pode ser alterada, acrescentando ou retirando informações que foram dadas no momento da entrevista. O tempo que o participante irá gastar para participar da pesquisa é cerca de três horas.

A realização dessa pesquisa pode gerar alguns riscos: (1) colocar você diante de questões sensíveis, como por exemplo, questões referentes a violência, discriminação e/ou atos ilegais; (2) reportar a memórias delicadas que o exponham a questões que o afetam em uma dimensão psíquica; (3) causar desconforto e/ou constrangimento ao realizar as

gravações de áudio e vídeo; (4) após o material entregue (transcrição, textualização e gravações), pode acontecer de você não concordar com a versão final da textualização. Como a entrevista será gravada, o(a) entrevistado(a) terá plena liberdade de interferir, no sentido de vetar a audição de passagens, bem como proibir a transcrição e publicação de trechos que possa julgar inconvenientes. Entretanto, as gravações ficarão sob a guarda do entrevistador e/ou do responsável pelo projeto, que se disponha a cumprir essas exigências, constituindo fonte histórica de referência para futuros trabalhos de outros professores e também pesquisadores. Reitera-se que toda e qualquer publicação das entrevistas será feita desde que autorizada pelo(a) entrevistado(a)- participante(a) e a publicação ocorrerá conforme os termos indicados por ele(a). Este(a) terá acesso total à transcrição do texto gerado a partir da entrevista e, tendo total direito em relação às suas memórias, poderá vetar, alterar, complementar ou refazer frases que julgar passíveis de veto, alteração e/ou complementação. Como forma de minimizar estes riscos me disponho a esclarecer os objetivos, sempre que você achar necessário. Se, mesmo após esclarecer suas possíveis dúvidas, você ainda não se sentir à vontade com a divulgação ou com o material produzido, me comprometo a desconsiderar os registros nos quais você considere estar exposto e/ou sinta desconfortável com a publicação.

Como benefícios, acreditamos que a pesquisa contribuirá: (1) com o campo de pesquisa em Educação Matemática, mais especificamente, História da Educação Matemática, abordando questões relativas a educação matemática relacionada a educação da população quilombola, bem como questões de cunho social, econômico, cultural e histórico da educação dessa população; (2) possibilidade de encontrar indícios do que ainda não foi revelado na escrita da história da educação matemática brasileira, mais especificamente desta relacionada a população quilombola, podendo-se trazer elementos novos àqueles já mencionados pela história documental e até mesmo depoimentos já registrados, ou confirmar o que oficialmente constitui essa história e, além disso, promover problematizações atualizadas sobre o assunto que possam colaborar com políticas públicas relativas à educação, à educação matemática e a educação escolar quilombola.

A pesquisa não envolve uso de qualquer material que traga prejuízo à sua saúde. Sua participação é voluntária e sua recusa em participar não lhe provocará nenhum dano ou punição. A qualquer momento, antes, durante ou após sua participação, coloco-me à disposição para esclarecimentos sobre eventuais dúvidas que possam surgir. Você poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem

penalização alguma. Desta forma, pautando-se nos pressupostos da História Oral, se você aceitar o convite para a participação, os dados produzidos a partir da entrevista e legitimados por você serão publicados com a sua identificação.

Para participar desta pesquisa, o Sr(a) não terá qualquer tipo de remuneração. No entanto, os custos emergentes desta pesquisa (antes, depois e após a entrevista concedida) que os(as) participantes possam vir a ter (como por exemplo: deslocamento até o local marcado para a entrevista, impressão de algum material, ...) serão ressarcidos pela pesquisadora. Deste modo, todas as despesas decorrentes dessa participação serão ressarcidas e, em caso de dano decorrente da pesquisa, a pesquisadora e sua orientadora garantem a indenização.

Se o(a) Sr(a) ou você se sentir suficientemente esclarecido sobre essa pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, convido-o(a) a assinar este Termo, elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com o(a) Sr(a) e outra com a pesquisadora.

Qualquer dúvida adicional você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa através dos telefones (14) 3880-1608 ou 3880-1609 que funciona de 2ª a 6ª feira das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17 horas, na Chácara Butignolli s/nº em Rubião Júnior-Botucatu - São Paulo.

Meus sinceros agradecimentos por sua colaboração!

Rio Claro, 23 de fevereiro de 2023.



Assinatura da Pesquisadora Responsável



Assinatura do participante da pesquisa

Dados da Pesquisa:

Título do Projeto: Sobre a educação matemática voltada à população quilombola: um estudo a partir da comunidade quilombola São Miguel

Pesquisadora Responsável: Maiéli Masteloto Crestani

Instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Instituto de Geociência e Ciências Exatas/Unesp/Rio Claro

Endereço: Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP. Fone (19) 3526-9391 (Instituição)

Dados da Orientadora:

Nome: Profª. Dra. Heloisa da Silva

Instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Instituto de Geociência e Ciências Exatas/Unesp/Rio Claro, Departamento de Educação Matemática

Endereço: Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP. Fone (19) 3526-9391

Dados do(a) Participante da pesquisa:

Nome: Fabiano Leonir Rosa

Documento de Identidade: [REDACTED]

Sexo: F **Data de Nascimento:** 31/05/82

Endereço: São Miguel (Restingo Seco)

Telefone para contato: [REDACTED]

CEP-IB/UNESP-CRC

Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP Telefone: (19) 35269678

Número do parecer:

APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO COLABORADOR ROBERTO POTÁCIO ROSA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – (TCLE)

O(a) Sr(a) está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa de Doutorado intitulada “Sobre a educação matemática voltada à população quilombola: um estudo a partir da comunidade quilombola São Miguel” que será desenvolvida por Maiéli Masteloto Crestani, RG 2111854531, aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Rio Claro, sob a orientação da Profa. Dra. Heloisa da Silva. O objetivo da referida pesquisa é investigar historicamente de que modo ocorreu a educação, em especial a educação matemática, para a população quilombola, nos últimos 20 anos.

Seguindo a orientação metodológica da História Oral, a produção dos dados dessa pesquisa acontecerá por meio de entrevista. A entrevista será marcada mediante disponibilidade do participante, sendo esta orientada por um roteiro (que será enviado com antecedência) com questões que vão na direção de contemplar o objetivo da pesquisa. A entrevista será gravada em áudio e vídeo e ocorrerá ao longo do segundo semestre do ano de 2022 e do primeiro semestre do ano de 2023. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, serão de responsabilidade da pesquisadora responsável e do Grupo de Pesquisa História Oral e Educação Matemática (Ghoem) ao qual a pesquisadora está vinculada. Em momento posterior a realização da entrevista, corroborando com o procedimento metodológico adotado, será entregue ao participante: as gravações da entrevista, transcrição na íntegra e a textualização decorrente desta (edição do que foi dito durante a entrevista com a exclusão de vícios de linguagem, bem como realocação de frases e/ou parágrafos de acordo com as temáticas estabelecidas pelas questões apresentadas pelo pesquisador), juntamente com a carta de concessão, que será assinada pelo participante depois de seu consentimento em relação ao material entregue. Cabe ressaltar que a textualização que será entregue ao participante pode ser alterada, acrescentando ou retirando informações que foram dadas no momento da entrevista. O tempo que o participante irá gastar para participar da pesquisa é cerca de três horas.

A realização dessa pesquisa pode gerar alguns riscos: (1) colocar você diante de questões sensíveis, como por exemplo, questões referentes a violência, discriminação e/ou atos ilegais; (2) reportar a memórias delicadas que o exponham a questões que o afetam em uma dimensão psíquica; (3) causar desconforto e/ou constrangimento ao realizar as

gravações de áudio e vídeo; (4) após o material entregue (transcrição, textualização e gravações), pode acontecer de você não concordar com a versão final da textualização. Como a entrevista será gravada, o(a) entrevistado(a) terá plena liberdade de interferir, no sentido de vetar a audição de passagens, bem como proibir a transcrição e publicação de trechos que possa julgar inconvenientes. Entretanto, as gravações ficarão sob a guarda do entrevistador e/ou do responsável pelo projeto, que se disponha a cumprir essas exigências, constituindo fonte histórica de referência para futuros trabalhos de outros professores e também pesquisadores. Reitera-se que toda e qualquer publicação das entrevistas será feita desde que autorizada pelo(a) entrevistado(a)- participante(a) e a publicação ocorrerá conforme os termos indicados por ele(a). Este(a) terá acesso total à transcrição do texto gerado a partir da entrevista e, tendo total direito em relação às suas memórias, poderá vetar, alterar, complementar ou refazer frases que julgar passíveis de veto, alteração e/ou complementação. Como forma de minimizar estes riscos me disponho a esclarecer os objetivos, sempre que você achar necessário. Se, mesmo após esclarecer suas possíveis dúvidas, você ainda não se sentir à vontade com a divulgação ou com o material produzido, me comprometo a desconsiderar os registros nos quais você considere estar exposto e/ou sinta desconfortável com a publicação.

Como benefícios, acreditamos que a pesquisa contribuirá: (1) com o campo de pesquisa em Educação Matemática, mais especificamente, História da Educação Matemática, abordando questões relativas a educação matemática relacionada a educação da população quilombola, bem como questões de cunho social, econômico, cultural e histórico da educação dessa população; (2) possibilidade de encontrar indícios do que ainda não foi revelado na escrita da história da educação matemática brasileira, mais especificamente desta relacionada a população quilombola, podendo-se trazer elementos novos àqueles já mencionados pela história documental e até mesmo depoimentos já registrados, ou confirmar o que oficialmente constitui essa história e, além disso, promover problematizações atualizadas sobre o assunto que possam colaborar com políticas públicas relativas à educação, à educação matemática e a educação escolar quilombola.

A pesquisa não envolve uso de qualquer material que traga prejuízo à sua saúde. Sua participação é voluntária e sua recusa em participar não lhe provocará nenhum dano ou punição. A qualquer momento, antes, durante ou após sua participação, coloco-me à disposição para esclarecimentos sobre eventuais dúvidas que possam surgir. Você poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem

penalização alguma. Desta forma, pautando-se nos pressupostos da História Oral, se você aceitar o convite para a participação, os dados produzidos a partir da entrevista e legitimados por você serão publicados com a sua identificação.

Para participar desta pesquisa, o Sr(a) não terá qualquer tipo de remuneração. No entanto, os custos emergentes desta pesquisa (antes, depois e após a entrevista concedida) que os(as) participantes possam vir a ter (como por exemplo: deslocamento até o local marcado para a entrevista, impressão de algum material, ...) serão ressarcidos pela pesquisadora. Deste modo, todas as despesas decorrentes dessa participação serão ressarcidas e, em caso de dano decorrente da pesquisa, a pesquisadora e sua orientadora garantem a indenização.

Se o(a) Sr(a) ou você se sentir suficientemente esclarecido sobre essa pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, convindo-o(a) a assinar este Termo, elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com o(a) Sr(a) e outra com a pesquisadora.

Qualquer dúvida adicional você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa através dos telefones (14) 3880-1608 ou 3880-1609 que funciona de 2ª a 6ª feira das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17 horas, na Chácara Butignolli s/nº em Rubião Júnior-Botucatu - São Paulo.

Meus sinceros agradecimentos por sua colaboração!

Rio Claro, 23 de Julho de 2023.

Maieli Masteloto Crestani

Assinatura da Pesquisadora Responsável

[Assinatura]

Assinatura do participante da pesquisa

Dados da Pesquisa:

Título do Projeto: Sobre a educação matemática voltada à população quilombola: um estudo a partir da comunidade quilombola São Miguel

Pesquisadora Responsável: Maiéli Masteloto Crestani

Instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Instituto de Geociência e Ciências Exatas/Unesp/Rio Claro
Endereço: Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP. Fone (19) 3526-9391 (Instituição)

Dados da Orientadora:

Nome: Profª. Dra. Heloisa da Silva

Instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Instituto de Geociência e Ciências Exatas/Unesp/Rio Claro, Departamento de Educação Matemática

Endereço: Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP. Fone (19) 3526-9391

Dados do(a) Participante da pesquisa:

Nome: Adalberto Estácio Gomes

Documento de Identidade: [REDACTED]

Sexo: M **Data de Nascimento:** 09/07/1956

Endereço: São Miguel, município de Aratuba, SP

Telefone para contato: [REDACTED]

CEP-IB/UNESP-CRC

Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP Telefone: (19) 35269678

Número do parecer:

APÊNDICE H - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA COLABORADORA VERA LUCIA TERESINHA RODRIGUES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – (TCLE)

O(a) Sr(a) está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa de Doutorado intitulada “Sobre a educação matemática voltada à população quilombola: um estudo a partir da comunidade quilombola São Miguel” que será desenvolvida por Maiéli Masteloto Crestani, RG 2111854531, aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Rio Claro, sob a orientação da Profa. Dra. Heloisa da Silva. O objetivo da referida pesquisa é investigar historicamente de que modo ocorreu a educação, em especial a educação matemática, para a população quilombola, nos últimos 20 anos.

Seguindo a orientação metodológica da História Oral, a produção dos dados dessa pesquisa acontecerá por meio de entrevista. A entrevista será marcada mediante disponibilidade do participante, sendo esta orientada por um roteiro (que será enviado com antecedência) com questões que vão na direção de contemplar o objetivo da pesquisa. A entrevista será gravada em áudio e vídeo e ocorrerá ao longo do segundo semestre do ano de 2022 e do primeiro semestre do ano de 2023. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, serão de responsabilidade da pesquisadora responsável e do Grupo de Pesquisa História Oral e Educação Matemática (Ghoem) ao qual a pesquisadora está vinculada. Em momento posterior a realização da entrevista, corroborando com o procedimento metodológico adotado, será entregue ao participante: as gravações da entrevista, transcrição na íntegra e a textualização decorrente desta (edição do que foi dito durante a entrevista com a exclusão de vícios de linguagem, bem como realocação de frases e/ou parágrafos de acordo com as temáticas estabelecidas pelas questões apresentadas pelo pesquisador), juntamente com a carta de concessão, que será assinada pelo participante depois de seu consentimento em relação ao material entregue. Cabe ressaltar que a textualização que será entregue ao participante pode ser alterada, acrescentando ou retirando informações que foram dadas no momento da entrevista. O tempo que o participante irá gastar para participar da pesquisa é cerca de três horas.

A realização dessa pesquisa pode gerar alguns riscos: (1) colocar você diante de questões sensíveis, como por exemplo, questões referentes a violência, discriminação e/ou atos ilegais; (2) reportar a memórias delicadas que o exponham a questões que o afetam em uma dimensão psíquica; (3) causar desconforto e/ou constrangimento ao realizar as

gravações de áudio e vídeo; (4) após o material entregue (transcrição, textualização e gravações), pode acontecer de você não concordar com a versão final da textualização. Como a entrevista será gravada, o(a) entrevistado(a) terá plena liberdade de interferir, no sentido de vetar a audição de passagens, bem como proibir a transcrição e publicação de trechos que possa julgar inconvenientes. Entretanto, as gravações ficarão sob a guarda do entrevistador e/ou do responsável pelo projeto, que se disponha a cumprir essas exigências, constituindo fonte histórica de referência para futuros trabalhos de outros professores e também pesquisadores. Reitera-se que toda e qualquer publicação das entrevistas será feita desde que autorizada pelo(a) entrevistado(a)- participante(a) e a publicação ocorrerá conforme os termos indicados por ele(a). Este(a) terá acesso total à transcrição do texto gerado a partir da entrevista e, tendo total direito em relação às suas memórias, poderá vetar, alterar, complementar ou refazer frases que julgar passíveis de veto, alteração e/ou complementação. Como forma de minimizar estes riscos me disponho a esclarecer os objetivos, sempre que você achar necessário. Se, mesmo após esclarecer suas possíveis dúvidas, você ainda não se sentir à vontade com a divulgação ou com o material produzido, me comprometo a desconsiderar os registros nos quais você considere estar exposto e/ou sinta desconfortável com a publicação.

Como benefícios, acreditamos que a pesquisa contribuirá: (1) com o campo de pesquisa em Educação Matemática, mais especificamente, História da Educação Matemática, abordando questões relativas a educação matemática relacionada a educação da população quilombola, bem como questões de cunho social, econômico, cultural e histórico da educação dessa população; (2) possibilidade de encontrar indícios do que ainda não foi revelado na escrita da história da educação matemática brasileira, mais especificamente desta relacionada a população quilombola, podendo-se trazer elementos novos àqueles já mencionados pela história documental e até mesmo depoimentos já registrados, ou confirmar o que oficialmente constitui essa história e, além disso, promover problematizações atualizadas sobre o assunto que possam colaborar com políticas públicas relativas à educação, à educação matemática e a educação escolar quilombola.

A pesquisa não envolve uso de qualquer material que traga prejuízo à sua saúde. Sua participação é voluntária e sua recusa em participar não lhe provocará nenhum dano ou punição. A qualquer momento, antes, durante ou após sua participação, coloco-me à disposição para esclarecimentos sobre eventuais dúvidas que possam surgir. Você poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem

penalização alguma. Desta forma, pautando-se nos pressupostos da História Oral, se você aceitar o convite para a participação, os dados produzidos a partir da entrevista e legitimados por você serão publicados com a sua identificação.

Para participar desta pesquisa, o Sr(a) não terá qualquer tipo de remuneração. No entanto, os custos emergentes desta pesquisa (antes, depois e após a entrevista concedida) que os(as) participantes possam vir a ter (como por exemplo: deslocamento até o local marcado para a entrevista, impressão de algum material, ...) serão ressarcidos pela pesquisadora. Deste modo, todas as despesas decorrentes dessa participação serão ressarcidas e, em caso de dano decorrente da pesquisa, a pesquisadora e sua orientadora garantem a indenização.

Se o(a) Sr(a) ou você se sentir suficientemente esclarecido sobre essa pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, convido-o(a) a assinar este Termo, elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com o(a) Sr(a) e outra com a pesquisadora.

Qualquer dúvida adicional você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa através dos telefones (14) 3880-1608 ou 3880-1609 que funciona de 2ª a 6ª feira das 8:00 às 12.00 e das 13.30 às 17horas, na Chácara Butignolli s/nº em Rubião Júnior-Botucatu - São Paulo.

Meus sinceros agradecimentos por sua colaboração!

Rio Claro, 02 de março de 2023.

Maiéli Masteloto Crestani

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Somárcio Jerônimo Rodrigues

Assinatura do participante da pesquisa

Dados da Pesquisa:

Título do Projeto: Sobre a educação matemática voltada à população quilombola: um estudo a partir da comunidade quilombola São Miguel

Pesquisadora Responsável: Maiéli Masteloto Crestani

Instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Instituto de Geociência e Ciências Exatas/Unesp/Rio Claro

Endereço: Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP. Fone (19) 3526-9391 (Instituição)

Dados da Orientadora:

Nome: Profª. Dra. Heloisa da Silva

Instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Instituto de Geociência e Ciências Exatas/Unesp/Rio Claro, Departamento de Educação Matemática

Endereço: Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP. Fone (19) 3526-9391

Dados do(a) Participante da pesquisa:

Nome: Sera Lúcia Teresinha Rodrigues

Documento de Identidade: [REDACTED]

Sexo: F **Data de Nascimento:** 18/01/1954

Endereço: Quilombo São Miguel

Telefone para contato: [REDACTED]

CEP-IB/UNESP-CRC

Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP Telefone: (19) 35269678

Número do parecer:

APÊNDICE I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA
COLABORADORA DENISE MARIA RODRIGUES VIEIRA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – (TCLE)

O(a) Sr(a) está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa de Doutorado intitulada “Sobre a educação matemática voltada à população quilombola: um estudo a partir da comunidade quilombola São Miguel” que será desenvolvida por Maiéli Masteloto Crestani, RG 2111854531, aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Rio Claro, sob a orientação da Profa. Dra. Heloisa da Silva. O objetivo da referida pesquisa é investigar historicamente de que modo ocorreu a educação, em especial a educação matemática, para a população quilombola, nos últimos 20 anos.

Seguindo a orientação metodológica da História Oral, a produção dos dados dessa pesquisa acontecerá por meio de entrevista. A entrevista será marcada mediante disponibilidade do participante, sendo esta orientada por um roteiro (que será enviado com antecedência) com questões que vão na direção de contemplar o objetivo da pesquisa. A entrevista será gravada em áudio e vídeo e ocorrerá ao longo do segundo semestre do ano de 2022 e do primeiro semestre do ano de 2023. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, serão de responsabilidade da pesquisadora responsável e do Grupo de Pesquisa História Oral e Educação Matemática (Ghoem) ao qual a pesquisadora está vinculada. Em momento posterior a realização da entrevista, corroborando com o procedimento metodológico adotado, será entregue ao participante: as gravações da entrevista, transcrição na íntegra e a textualização decorrente desta (edição do que foi dito durante a entrevista com a exclusão de vícios de linguagem, bem como realocação de frases e/ou parágrafos de acordo com as temáticas estabelecidas pelas questões apresentadas pelo pesquisador), juntamente com a carta de concessão, que será assinada pelo participante depois de seu consentimento em relação ao material entregue. Cabe ressaltar que a textualização que será entregue ao participante pode ser alterada, acrescentando ou retirando informações que foram dadas no momento da entrevista. O tempo que o participante irá gastar para participar da pesquisa é cerca de três horas.

A realização dessa pesquisa pode gerar alguns riscos: (1) colocar você diante de questões sensíveis, como por exemplo, questões referentes a violência, discriminação e/ou atos ilegais; (2) reportar a memórias delicadas que o exponham a questões que o afetam em uma dimensão psíquica; (3) causar desconforto e/ou constrangimento ao realizar as

gravações de áudio e vídeo; (4) após o material entregue (transcrição, textualização e gravações), pode acontecer de você não concordar com a versão final da textualização. Como a entrevista será gravada, o(a) entrevistado(a) terá plena liberdade de interferir, no sentido de vetar a audição de passagens, bem como proibir a transcrição e publicação de trechos que possa julgar inconvenientes. Entretanto, as gravações ficarão sob a guarda do entrevistador e/ou do responsável pelo projeto, que se disponha a cumprir essas exigências, constituindo fonte histórica de referência para futuros trabalhos de outros professores e também pesquisadores. Reitera-se que toda e qualquer publicação das entrevistas será feita desde que autorizada pelo(a) entrevistado(a)- participante(a) e a publicação ocorrerá conforme os termos indicados por ele(a). Este(a) terá acesso total à transcrição do texto gerado a partir da entrevista e, tendo total direito em relação às suas memórias, poderá vetar, alterar, complementar ou refazer frases que julgar passíveis de veto, alteração e/ou complementação. Como forma de minimizar estes riscos me disponho a esclarecer os objetivos, sempre que você achar necessário. Se, mesmo após esclarecer suas possíveis dúvidas, você ainda não se sentir à vontade com a divulgação ou com o material produzido, me comprometo a desconsiderar os registros nos quais você considere estar exposto e/ou sinta desconfortável com a publicação.

Como benefícios, acreditamos que a pesquisa contribuirá: (1) com o campo de pesquisa em Educação Matemática, mais especificamente, História da Educação Matemática, abordando questões relativas a educação matemática relacionada a educação da população quilombola, bem como questões de cunho social, econômico, cultural e histórico da educação dessa população; (2) possibilidade de encontrar indícios do que ainda não foi revelado na escrita da história da educação matemática brasileira, mais especificamente desta relacionada a população quilombola, podendo-se trazer elementos novos àqueles já mencionados pela história documental e até mesmo depoimentos já registrados, ou confirmar o que oficialmente constitui essa história e, além disso, promover problematizações atualizadas sobre o assunto que possam colaborar com políticas públicas relativas à educação, à educação matemática e a educação escolar quilombola.

A pesquisa não envolve uso de qualquer material que traga prejuízo à sua saúde. Sua participação é voluntária e sua recusa em participar não lhe provocará nenhum dano ou punição. A qualquer momento, antes, durante ou após sua participação, coloco-me à disposição para esclarecimentos sobre eventuais dúvidas que possam surgir. Você poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem

penalização alguma. Desta forma, pautando-se nos pressupostos da História Oral, se você aceitar o convite para a participação, os dados produzidos a partir da entrevista e legitimados por você serão publicados com a sua identificação.

Para participar desta pesquisa, o Sr(a) não terá qualquer tipo de remuneração. No entanto, os custos emergentes desta pesquisa (antes, depois e após a entrevista concedida) que os(as) participantes possam vir a ter (como por exemplo: deslocamento até o local marcado para a entrevista, impressão de algum material, ...) serão ressarcidos pela pesquisadora. Deste modo, todas as despesas decorrentes dessa participação serão ressarcidas e, em caso de dano decorrente da pesquisa, a pesquisadora e sua orientadora garantem a indenização.

Se o(a) Sr(a) ou você se sentir suficientemente esclarecido sobre essa pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, convido-o(a) a assinar este Termo, elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com o(a) Sr(a) e outra com a pesquisadora.

Qualquer dúvida adicional você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa através dos telefones (14) 3880-1608 ou 3880-1609 que funciona de 2ª a 6ª feira das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17 horas, na Chácara Butignolli s/nº em Rubião Júnior-Botucatu - São Paulo.

Meus sinceros agradecimentos por sua colaboração!

Rio Claro, 26 de Janeiro de 2023.

Maieli Masteloto Crestani

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Denise Maria Rodrigues Leite

Assinatura do participante da pesquisa

Dados da Pesquisa:

Título do Projeto: Sobre a educação matemática voltada à população quilombola: um estudo a partir da comunidade quilombola São Miguel

Pesquisadora Responsável: Maiéli Masteloto Crestani

Instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Instituto de Geociência e Ciências Exatas/Unesp/Rio Claro

Endereço: Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP. Fone (19) 3526-9391 (Instituição)

Dados da Orientadora:

Nome: Profª. Dra. Heloisa da Silva

Instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Instituto de Geociência e Ciências Exatas/Unesp/Rio Claro, Departamento de Educação Matemática

Endereço: Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP. Fone (19) 3526-9391

Dados do(a) Participante da pesquisa:

Nome: Denise Maria Rodrigues Vieira

Documento de Identidade: [REDACTED]

Sexo: F **Data de Nascimento:** 29/01/83

Endereço: São Miguel

Telefone para contato: [REDACTED]

CEP-IB/UNESP-CRC

Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP Telefone: (19) 35269678

Número do parecer:

APÊNDICE J - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA COLABORADORA ELISANE DOTTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – (TCLE)

O(a) Sr(a) está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa de Doutorado intitulada “Sobre a educação matemática voltada à população quilombola: um estudo a partir da comunidade quilombola São Miguel” que será desenvolvida por Maiéli Masteloto Crestani, RG 2111854531, aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Rio Claro, sob a orientação da Profa. Dra. Heloisa da Silva. O objetivo da referida pesquisa é investigar historicamente de que modo ocorreu a educação, em especial a educação matemática, para a população quilombola, nos últimos 20 anos.

Seguindo a orientação metodológica da História Oral, a produção dos dados dessa pesquisa acontecerá por meio de entrevista. A entrevista será marcada mediante disponibilidade do participante, sendo esta orientada por um roteiro (que será enviado com antecedência) com questões que vão na direção de contemplar o objetivo da pesquisa. A entrevista será gravada em áudio e vídeo e ocorrerá ao longo do segundo semestre do ano de 2022 e do primeiro semestre do ano de 2023. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, serão de responsabilidade da pesquisadora responsável e do Grupo de Pesquisa História Oral e Educação Matemática (Ghoem) ao qual a pesquisadora está vinculada. Em momento posterior a realização da entrevista, corroborando com o procedimento metodológico adotado, será entregue ao participante: as gravações da entrevista, transcrição na íntegra e a textualização decorrente desta (edição do que foi dito durante a entrevista com a exclusão de vícios de linguagem, bem como realocação de frases e/ou parágrafos de acordo com as temáticas estabelecidas pelas questões apresentadas pelo pesquisador), juntamente com a carta de concessão, que será assinada pelo participante depois de seu consentimento em relação ao material entregue. Cabe ressaltar que a textualização que será entregue ao participante pode ser alterada, acrescentando ou retirando informações que foram dadas no momento da entrevista. O tempo que o participante irá gastar para participar da pesquisa é cerca de três horas.

A realização dessa pesquisa pode gerar alguns riscos: (1) colocar você diante de questões sensíveis, como por exemplo, questões referentes a violência, discriminação e/ou atos ilegais; (2) reportar a memórias delicadas que o exponham a questões que o afetam em uma dimensão psíquica; (3) causar desconforto e/ou constrangimento ao realizar as

gravações de áudio e vídeo; (4) após o material entregue (transcrição, textualização e gravações), pode acontecer de você não concordar com a versão final da textualização. Como a entrevista será gravada, o(a) entrevistado(a) terá plena liberdade de interferir, no sentido de vetar a audição de passagens, bem como proibir a transcrição e publicação de trechos que possa julgar inconvenientes. Entretanto, as gravações ficarão sob a guarda do entrevistador e/ou do responsável pelo projeto, que se disponha a cumprir essas exigências, constituindo fonte histórica de referência para futuros trabalhos de outros professores e também pesquisadores. Reitera-se que toda e qualquer publicação das entrevistas será feita desde que autorizada pelo(a) entrevistado(a)- participante(a) e a publicação ocorrerá conforme os termos indicados por ele(a). Este(a) terá acesso total à transcrição do texto gerado a partir da entrevista e, tendo total direito em relação às suas memórias, poderá vetar, alterar, complementar ou refazer frases que julgar passíveis de veto, alteração e/ou complementação. Como forma de minimizar estes riscos me disponho a esclarecer os objetivos, sempre que você achar necessário. Se, mesmo após esclarecer suas possíveis dúvidas, você ainda não se sentir à vontade com a divulgação ou com o material produzido, me comprometo a desconsiderar os registros nos quais você considere estar exposto e/ou sinta desconfortável com a publicação.

Como benefícios, acreditamos que a pesquisa contribuirá: (1) com o campo de pesquisa em Educação Matemática, mais especificamente, História da Educação Matemática, abordando questões relativas a educação matemática relacionada a educação da população quilombola, bem como questões de cunho social, econômico, cultural e histórico da educação dessa população; (2) possibilidade de encontrar indícios do que ainda não foi revelado na escrita da história da educação matemática brasileira, mais especificamente desta relacionada a população quilombola, podendo-se trazer elementos novos àqueles já mencionados pela história documental e até mesmo depoimentos já registrados, ou confirmar o que oficialmente constitui essa história e, além disso, promover problematizações atualizadas sobre o assunto que possam colaborar com políticas públicas relativas à educação, à educação matemática e a educação escolar quilombola.

A pesquisa não envolve uso de qualquer material que traga prejuízo à sua saúde. Sua participação é voluntária e sua recusa em participar não lhe provocará nenhum dano ou punição. A qualquer momento, antes, durante ou após sua participação, coloco-me à disposição para esclarecimentos sobre eventuais dúvidas que possam surgir. Você poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem

penalização alguma. Desta forma, pautando-se nos pressupostos da História Oral, se você aceitar o convite para a participação, os dados produzidos a partir da entrevista e legitimados por você serão publicados com a sua identificação.

Para participar desta pesquisa, o Sr(a) não terá qualquer tipo de remuneração. No entanto, os custos emergentes desta pesquisa (antes, depois e após a entrevista concedida) que os(as) participantes possam vir a ter (como por exemplo: deslocamento até o local marcado para a entrevista, impressão de algum material, ...) serão ressarcidos pela pesquisadora. Deste modo, todas as despesas decorrentes dessa participação serão ressarcidas e, em caso de dano decorrente da pesquisa, a pesquisadora e sua orientadora garantem a indenização.

Se o(a) Sr(a) ou você se sentir suficientemente esclarecido sobre essa pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, convido-o(a) a assinar este Termo, elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com o(a) Sr(a) e outra com a pesquisadora.

Qualquer dúvida adicional você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa através dos telefones (14) 3880-1608 ou 3880-1609 que funciona de 2ª a 6ª feira das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17 horas, na Chácara Butignolli s/nº em Rubião Júnior-Botucatu - São Paulo.

Meus sinceros agradecimentos por sua colaboração!

Rio Claro, 12 de abril de 2024.

Maiéli Masteloto Crestani

Assinatura da Pesquisadora Responsável

[Assinatura]

Assinatura do participante da pesquisa

Dados da Pesquisa:

Título do Projeto: Sobre a educação matemática voltada à população quilombola: um estudo a partir da comunidade quilombola São Miguel

Pesquisadora Responsável: Maiéli Masteloto Crestani

Instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Instituto de Geociência e Ciências Exatas/Unesp/Rio Claro

Endereço: Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP. Fone (19) 3526-9391 (Instituição)

Dados da Orientadora:

Nome: Profª. Dra. Heloisa da Silva

Instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Instituto de Geociência e Ciências Exatas/Unesp/Rio Claro, Departamento de Educação Matemática

Endereço: Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP. Fone (19) 3526-9391

Dados do(a) Participante da pesquisa:

Nome: ELISANE DOTTO

Documento de Identidade: [REDACTED]

Sexo: Feminino **Data de Nascimento:** 04/09/1962

Endereço: R. Fioravante Pasqualini, 142. Camobi - Santa Maria.

Telefone para contato: [REDACTED]

RS.

CEP-IB/UNESP-CRC

Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP Telefone: (19) 35269678

Número do parecer:

APÊNDICE K – CARTA DE CONCESSÃO DA COLABORADORA ALBANA PEREIRA
MENEZES

CARTA DE CONCESSÃO

Eu, Albana Pereira Menezes, morador(a) da comunidade quilombola São Miguel, localizada na cidade de Restinga Sêca/RS, declaro para fins de comprovação, ceder à Maiéli Masteloto Crestani, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, da Unesp, campus de Rio Claro, RG inscrito sob o número 2111854531 SSP/RS, sob os termos da resolução CNS 466/2012, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, os direitos da textualização do registro oral, referente à entrevista que lhe concedi em 19/12/2023, transcrita, textualizada e legitimada por mim no dia 11/04/2024 para fins exclusivos de sua pesquisa de doutorado junto à referida instituição. Estou ciente, portanto, que, com a divulgação desse trabalho, a textualização em questão poderá ser utilizada em outros textos, no entanto, sua reprodução integral ou parcial fica condicionada à ética acadêmica vigente, devendo constar devidamente e obrigatoriamente a referência à tese da qual a textualização faz parte.

De acordo com os termos propostos nesta carta, subscrevo a presente,

Rio Claro/São Paulo, 11 de abril de 2024.

Assinatura: Albana Pereira Menezes

Albana Pereira Menezes

RG:



APÊNDICE L – CARTA DE CONCESSÃO DA COLABORADORA ALCERI DE FATIMA
LEMONS DUTRA DA SILVA

CARTA DE CONCESSÃO

Eu, Alceri de Fátima Lemos Dutra da Silva, professor(a) da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho, declaro para fins de comprovação, ceder à Maiéli Masteloto Crestani, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, da Unesp, campus de Rio Claro, RG inscrito sob o número 2111854531 SSP/RS, sob os termos da resolução CNS 466/2012, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, os direitos da textualização do registro oral, referente à entrevista que lhe concedi em 23/01/2023, transcrita, textualizada e legitimada por mim no dia 15/04/2024 para fins exclusivos de sua pesquisa de doutorado junto à referida instituição. Estou ciente, portanto, que, com a divulgação desse trabalho, a textualização em questão poderá ser utilizada em outros textos, no entanto, sua reprodução integral ou parcial fica condicionada à ética acadêmica vigente, devendo constar devidamente e obrigatoriamente a referência à tese da qual a textualização faz parte. De acordo com os termos propostos nesta carta, subscrevo a presente,

Rio Claro/São Paulo, 15 de abril..... de 2024..

Assinatura:

Alceri de Fátima Lemos da Silva
Alceri de Fátima Lemos da Silva

RG: AD45.22.FB14....

APÊNDICE M – CARTA DE CONCESSÃO DA COLABORADORA ADRIELA DE SOUZA
BRITO ROSA

CARTA DE CONCESSÃO

Eu, Adriela de Souza Brito Rosa, morador(a) da comunidade quilombola São Miguel, localizada na cidade de Restinga Seca/RS, declaro para fins de comprovação, ceder à Maiéli Masteloto Crestani, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, da Unesp, campus de Rio Claro, RG inscrito sob o número 2111854531 SSP/RS, sob os termos da resolução CNS 466/2012, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, os direitos da textualização do registro oral, referente à entrevista que lhe concedi em 18/02/2023, transcrita, textualizada e legitimada por mim no dia 15/04/2024 para fins exclusivos de sua pesquisa de doutorado junto à referida instituição. Estou ciente, portanto, que, com a divulgação desse trabalho, a textualização em questão poderá ser utilizada em outros textos, no entanto, sua reprodução integral ou parcial fica condicionada à ética acadêmica vigente, devendo constar devidamente e obrigatoriamente a referência à tese da qual a textualização faz parte.

De acordo com os termos propostos nesta carta, subscrevo a presente,

Rio Claro/São Paulo, 15 de abril..... de 2024.

Assinatura:

Adriela de Souza Brito Rosa

Adriela de Souza Brito Rosa

RG: 208.113.619

APÊNDICE N – CARTA DE CONCESSÃO DO COLABORADOR ROBERTO JULIANO DA
SILVA ROSA

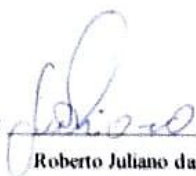
CARTA DE CONCESSÃO

Eu, Roberto Juliano da Silva Rosa, morador(a) da comunidade quilombola São Miguel, localizada na cidade de Restinga Sêca/RS, declaro para fins de comprovação, ceder à Maiéli Masteloto Crestani, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, da Unesp, campus de Rio Claro, RG inscrito sob o número 2111854531 SSP/RS, sob os termos da resolução CNS 466/2012, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, os direitos da textualização do registro oral, referente à entrevista que lhe concedi em 13/02/2023, transcrita, textualizada e legitimada por mim no dia 23/04/2024 para fins exclusivos de sua pesquisa de doutorado junto à referida instituição. Estou ciente, portanto, que, com a divulgação desse trabalho, a textualização em questão poderá ser utilizada em outros textos, no entanto, sua reprodução integral ou parcial fica condicionada à ética acadêmica vigente, devendo constar devidamente e obrigatoriamente a referência à tese da qual a textualização faz parte.

De acordo com os termos propostos nesta carta, subscrevo a presente.

Rio Claro/São Paulo, 23 de abril de 2024.

Assinatura:



Roberto Juliano da Silva Rosa

RG: 2111854531

APÊNDICE O – CARTA DE CONCESSÃO DA COLABORADORA FABIANA LEONIR
ROSA

CARTA DE CONCESSÃO

Eu, Fabiana Leonir Rosa, morador(a) da comunidade quilombola São Miguel, localizada na cidade de Restinga Sêca/RS, declaro para fins de comprovação, ceder à Maiéli Masteloto Crestani, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, da Unesp, campus de Rio Claro, RG inscrito sob o número 2111854531 SSP/RS, sob os termos da resolução CNS 466/2012, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, os direitos da textualização do registro oral, referente à entrevista que lhe concedi em 23/02/2012, transcrita, textualizada e legitimada por mim no dia ____/____/____ para fins exclusivos de sua pesquisa de doutorado junto à referida instituição. Estou ciente, portanto, que, com a divulgação desse trabalho, a textualização em questão poderá ser utilizada em outros textos, no entanto, sua reprodução integral ou parcial fica condicionada à ética acadêmica vigente, devendo constar devidamente e obrigatoriamente a referência à tese da qual a textualização faz parte.

De acordo com os termos propostos nesta carta, subscrevo a presente,

Rio Claro/São Paulo, ... de de 202....

Assinatura: Fabiana Leonir Rosa

Fabiana Leonir Rosa

RG: 

APÊNDICE P – CARTA DE CONCESSÃO DO COLABORADOR ROBERTO POTÁCIO ROSA

CARTA DE CONCESSÃO

Eu, Roberto Potácio Rosa, morador(a) da comunidade quilombola São Miguel, localizada na cidade de Restinga Sêca/RS, declaro para fins de comprovação, ceder à Maiéli Masteloto Crestani, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, da Unesp, campus de Rio Claro, RG inscrito sob o número 2111854531 SSP/RS, sob os termos da resolução CNS 466/2012, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, os direitos da textualização do registro oral, referente à entrevista que lhe concedi em 23/08/2013, transcrita, textualizada e legitimada por mim no dia ____/____/____ para fins exclusivos de sua pesquisa de doutorado junto à referida instituição. Estou ciente, portanto, que, com a divulgação desse trabalho, a textualização em questão poderá ser utilizada em outros textos, no entanto, sua reprodução integral ou parcial fica condicionada à ética acadêmica vigente, devendo constar devidamente e obrigatoriamente a referência à tese da qual a textualização faz parte.

De acordo com os termos propostos nesta carta, subscrevo a presente,

Rio Claro/São Paulo, ... de de 202....

Assinatura: Roberto Potácio Rosa

Roberto Potácio Rosa
RG: [REDACTED]

APÊNDICE Q – CARTA DE CONCESSÃO DA COLABORADORA VERA LUCIA
TERESINHA RODRIGUES

CARTA DE CONCESSÃO

Eu, Vera Lucia Teresinha Rodrigues, morador(a) da comunidade quilombola São Miguel, localizada na cidade de Restinga Sêca/RS, declaro para fins de comprovação, ceder à Maiéli Masteloto Crestani, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, da Unesp, campus de Rio Claro, RG inscrito sob o número 2111854531 SSP/RS, sob os termos da resolução CNS 466/2012, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, os direitos da textualização do registro oral, referente à entrevista que lhe concedi em 02/03/2023, transcrita, textualizada e legitimada por mim no dia 24/04/2024 para fins exclusivos de sua pesquisa de doutorado junto à referida instituição. Estou ciente, portanto, que, com a divulgação desse trabalho, a textualização em questão poderá ser utilizada em outros textos, no entanto, sua reprodução integral ou parcial fica condicionada à ética acadêmica vigente, devendo constar devidamente e obrigatoriamente a referência à tese da qual a textualização faz parte.

De acordo com os termos propostos nesta carta, subscrevo a presente,

Rio Claro/São Paulo, 24 de abril..... de 2024.

Assinatura: Vera Lucia Teresinha Rodrigues

Vera Lúcia Teresinha Rodrigues

RG: 

APÊNDICE R – CARTA DE CONCESSÃO DA COLABORADORA ELISANE DOTTO

CARTA DE CONCESSÃO

Eu, Elisane Dotto, que já atuei como professor(a) da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho, declaro para fins de comprovação, ceder à Maiéli Masteloto Crestani, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, da Unesp, campus de Rio Claro, RG inscrito sob o número 2111854531 SSP/RS, sob os termos da resolução CNS 466/2012, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, os direitos da textualização do registro oral, referente à entrevista que lhe concedi em 12/04/2024, transcrita, textualizada e legitimada por mim no dia 27/09/2024 para fins exclusivos de sua pesquisa de doutorado junto à referida instituição. Estou ciente, portanto, que, com a divulgação desse trabalho, a textualização em questão poderá ser utilizada em outros textos, no entanto, sua reprodução integral ou parcial fica condicionada à ética acadêmica vigente, devendo constar devidamente e obrigatoriamente a referência à tese da qual a textualização faz parte.

De acordo com os termos propostos nesta carta, subscrevo a presente,

Rio Claro/São Paulo, 27 de setembro de 2024.

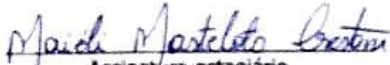
Assinatura:



Elisane Dotto

RG: 40932311091

ANEXO A – FICHA CADASTRAL

	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA	
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FICHA CADASTRAL DE ESTAGIÁRIOS/2022 PESQUISA DE DOUTORADO		
Nome:	Maiéli Masteloto Crestani	
CPF /RG :	03410875050/2111854531	
Endereço:	Rua 11A, 1411, Vila Nova, Rio Claro/SP	
Data de nascimento:	02/01/1997	
E-mail:	maieli.crestani@unesp.br	
Telefone:	(55)999247769	
Instituição:	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"- Rio Claro	
Escola que será realizada a pesquisa:	Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Albino Carvalho e Comunidade Quilombola São Miguel	
Orientador (a):	Heleirsa da Silva	
Responsável na escola:	Maristani Machado Pinarelo	
Período da pesquisa:	10/2022 à 10/2023	
Observações:	Este termo tem por objetivo permitir a realização de Pesquisa "Sobre a educação matemática voltada à população quilombola, um estudo a partir da comunidade quilombola São Miguel."	
Restinga Sêca, 27 de fevereiro de 2023.		
 Assinatura estagiário	 Assinatura	
Fone/Fax: (51) 3261-3250 Rua Moisés Cantarelli, nº 368 – Centro – CEP: 97200-000 Restinga Sêca, Terra de Iberê Camargo, Terra de Tradicionalistas CNPJ: 07.490.306/0001-51		

ANEXO B – TERMO DE ANUÊNCIA DA EMEIEF MANUEL ALBINO CARVALHO

Escola Municipal de Ensino Fundamental Manuel**Albino Carvalho**

*E. M. ENSINO FUNDAMENTAL
MANUEL ALBINO CARVALHO
DECRETO DE CRIAÇÃO Nº 042/74 DE 28/11/74
DECRETO DE ALTERAÇÃO DE DESIGNAÇÃO
Nº 007/2000 DE 26/01/2000
RESTINGA SÊCA - RS*

TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado "Sobre a educação matemática voltada à população quilombola: um estudo a partir da comunidade quilombola São Miguel", sob a coordenação e a responsabilidade do(a) pesquisador(a) Maiéli Masteloto Crestani, e assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nessa instituição, no período de 01/08/2022 a 31/07/2023, após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP.

Restinga Sêca/RS, 20 de maio de 2022.



Nome – cargo/função

Dir. escola: MARIASTANI MACHADO PINHEIRO.

*E. M. ENSINO FUNDAMENTAL
MANUEL ALBINO CARVALHO
DECRETO DE CRIAÇÃO Nº 042/74 DE 28/11/74
DECRETO DE ALTERAÇÃO DE DESIGNAÇÃO
Nº 007/2000 DE 26/01/2000
RESTINGA SÊCA - RS*